

Ajudar as pessoas  
a alcançar as suas  
ambições -  
da forma correta



Relatório Anual de 2014  
do Barclays Bank PLC

O Barclays Bank PLC é uma filial integralmente detida pelo Barclays PLC. Não existem diferenças na estratégia do Barclays PLC ou do Barclays Bank PLC. O termo "Barclays PLC Group" ou o "Grupo" representa o Barclays PLC juntamente com as suas subsidiárias e o termo "Barclays Bank PLC Group" ou "o Grupo" representa o Barclays Bank PLC juntamente com as suas subsidiárias. "Barclays" e "Grupo" são termos usados para representar ambos os grupos precedentes quando o assunto é idêntico. O termo "Sociedade mãe" ou "Mãe" refere-se ao Barclays PLC e o termo "Banco" ou "Sociedade" refere-se ao Barclays Bank PLC.

#### Notas

O termo "Barclays" ou "Grupo" refere-se ao Barclays PLC juntamente com as suas subsidiárias. Salvo indicação em contrário, as análises da demonstração de resultados financeiros compararam os 12 meses do ano findo a 31 de dezembro de 2014 com os 12 meses correspondentes de 2013 e as comparações do balanço, estão relacionadas com a posição correspondente em 31 de dezembro de 2013. As abreviaturas "m£" e "mM£" representam milhões e milhares de milhões de libras esterlinas, respetivamente; e as abreviaturas "M\$" e "mM\$" representam milhões e milhares de milhões de dólares americanos, respetivamente.

Os comparativos foram reapreciados para refletir a implementação das alterações na estrutura do Grupo e a redistribuição dos elementos da Sede resultada da revisão da estrutura empresarial. Estas reformulações foram detalhadas no nosso anúncio a 10 de julho de 2014, disponível em [barclays.com/barclays-investor-relations/results-reports](http://barclays.com/barclays-investor-relations/results-reports). Os números comparativos do balanço foram também declarados para adotar as correções da compensação à IAS 32, *Instrumentos Financeiros: Apresentação*.

As referências ao longo deste relatório a "provisão para investigação contínua e litígios em matéria de moeda estrangeira" significa uma provisão de 1.250 M£ detida a 31 de dezembro de 2014 para determinados aspetos de investigações contínuas que envolvem certas autoridades e litígios relativos à Moeda Estrangeira.

Foram apresentadas métricas de lucros antes de impostos ajustados, lucros ajustados atribuíveis de desempenhos ajustados para fornecer uma base mais consistente para comparar o desempenho comercial entre períodos. Os produtos ajustados são considerados significativos mas não representativos do desempenho do negócio subjacente. Os produtos excluídos das medidas ajustadas são: o impacto de crédito próprio; imparidade de goodwill; provisões para Seguros de Proteção dos Pagamentos (SPP) e custos de gestão de sinistros e compensação de cobertura de risco de taxa de juro; ganhos na aquisição de ativos da americana Lehman; provisão para investigação contínua e litígios em matéria de moeda estrangeira; perda na venda anunciada do negócio na Espanha; e revisão da avaliação de empréstimos para Educação, Habitação Social e Autoridade Local (ESHLA). Considerando que a administração analisa os produtos ajustados ao nível do Grupo, os resultados por negócio são apresentados excluindo esses itens. A reconciliação do desempenho estatutário ajustado é feita apenas ao nível do Grupo.

Os termos relevantes que são utilizados neste documento, mas que não estão definidos nos termos da orientação regulamentar aplicável ou das Normas Internacionais de Informação Financeira (NIIF) são explicados no glossário Resultados que pode ser acessado em [barclays.com/results](http://barclays.com/results).

#### Declarações de previsão

Este documento contém certas declarações de previsão na aceção da Secção 21E da Lei de Mercado de Capitais dos EUA de 1934, conforme alterada, e da Secção 27A da Lei de Mercado de Capitais dos EUA de 1933, conforme alterada, a respeito de certos planos do Grupo e dos seus objetivos e expectativas atuais relacionados com a sua futura condição financeira e desempenho. O Barclays adverte os leitores de que nenhuma declaração de previsão é uma garantia de desempenho futuro e que os resultados reais podem diferir materialmente dos conteúdos das declarações de previsão. Estas declarações de previsão podem ser identificadas pelo facto de não só estarem relacionadas com factos históricos ou atuais. As declarações de previsão por vezes utilizam palavras como "pode", "vai", "procura", "continua", "pretende", "antecipa", "alvo", "projetado", "espera", "estima", "intenção", "plano", "objetivo", "acredita", "alcança" ou outras palavras de significado semelhante. São exemplos de declarações de previsão, entre outros, as declarações sobre posição financeira futura do Grupo, crescimento dos resultados, ativos, encargos de imparidade, estratégia da atividade empresarial, capital, alavancagem e outros rácios regulamentares, pagamento de dividendos (incluindo rácios de pagamentos de dividendos), níveis de crescimento projetados nos mercados da banca e financeiro, custos ou poupanças projetados, compromissos originais e revistos e metas relacionadas com o Programa Transformar e a Estratégia de Atualização do Grupo, escoamento de ativos e negócios dentro do Barclays Non-Core, estimativas de despesas de capital e planos e objetivos para futuras operações, número projetado de colaboradores e outras declarações que não sejam factos históricos. Pela sua natureza, as declarações de previsão envolvem risco e incerteza, pois referem-se a circunstâncias e eventos futuros. Estas podem ser afetadas por alterações na legislação, pelo desenvolvimento de normas e interpretações sob as Normas Internacionais de Informação Financeira (NIIF), pelo envolvimento de práticas relativas à interpretação e aplicação de normas contabilísticas e regulamentares, pelo resultado de procedimentos legais e investigações regulamentares atuais e futuros, pelos níveis futuros de provisões de condução, pelas políticas e ações de autoridades locais e regulamentares, por riscos geopolíticos e pelo impacto da competição. Para além disso, os fatores que incluem (mas não se limitam a) o seguinte, podem ter efeito: capital, alavancagem e outras regras regulamentares (incluindo as respeitantes à estrutura futura do Grupo) aplicáveis aos períodos passados, presentes e futuros; Reino Unido, E.U.A., África, Eurozona e condições macroeconómicas e comerciais; efeitos de volatilidade contínua nos mercados de crédito; riscos relacionados com o mercado, tais como alterações nas taxas de juro e taxas de câmbio internacionais; efeitos de alterações na avaliação de exposição do mercado de crédito; alterações na avaliação de títulos emitidos; volatilidade nos mercados de capitais; alterações nas classificações de crédito do Grupo; a possibilidade de um ou mais países abandonarem a Eurozona; a implementação do Programa Transformar; e o sucesso de aquisições, alienações e outras transações estratégicas futuras. Alguns destes fatores e influências estão para além do controlo do Grupo. Como consequência, os resultados futuros reais, pagamento de dividendos e rácios de capital e alavancagem do Grupo podem diferir materialmente dos planos, expectativas e declarações de previsão do Grupo. Estão identificados riscos e fatores adicionais nos nossos registos com o SEC, incluindo o nosso Relatório Anual no Formulário 20-F para o ano fiscal terminado a 31 de dezembro de 2013, que está disponível na página na Internet do SEC em [sec.gov](http://sec.gov), e no nosso Relatório Anual para o ano fiscal terminado a 31 de dezembro de 2014, que está disponível na página na Internet de Relações de Investimento do Barclays em [barclays.com/investorrelations](http://barclays.com/investorrelations).

Quaisquer declarações de previsões produzidas de aqui em diante referir-se-ão apenas a partir da data em que foram produzidas e não se deve assumir que estas foram revistas ou atualizadas à luz de novas informações sobre eventos futuros. Salvo conforme exigido pela Autoridade Reguladora Prudencial, pela Autoridade de Conduta Financeira, pela Bolsa de Londres (LSE) ou pela legislação aplicável, o Barclays renuncia expressamente a qualquer obrigação ou responsabilidade para lançar publicamente quaisquer atualizações ou revisões de quaisquer declarações previsionais aqui contidas que reflitam qualquer alteração nas expectativas do Barclays a respeito a tal ou qualquer alteração de eventos, condições ou circunstâncias em que tal declaração se baseie. O leitor deve, contudo, consultar quaisquer divulgações que o Barclays tenha feito ou possa fazer em documentos publicados ou que possa publicar através do Serviço de Notícias Regulamentares da LSE e/ou que tenha registado ou possa registar na SEC, incluindo o 2014 20-F.

## O que é este relatório?

O Relatório Anual de 2014 inclui um Relatório Estratégico que resume os elementos-chave do relatório completo. O Relatório Estratégico está em conformidade com os regulamentos e as melhores práticas, tal como recomendado pelo *Financial Reporting Council* (Conselho de Informação Financeira) e o *Department of Business, Innovation & Skills* (Departamento do Comércio, Inovação e Competências). As alterações na conceção para este ano com o aumento de gráficos informativos destinam-se a facilitar uma comunicação mais eficaz com todas as nossas partes interessadas e a fornecer relatórios mais narrativos e concisos. Estes objetivos estão inteiramente em sintonia com o nosso objetivo de nos tornarmos mais claros e transparentes no nosso caminho para nos tornarmos o banco "Go-To". Continuaremos a envolver-nos ativamente com as partes interessadas para identificar as formas através das quais podemos ir mais além com esta agenda.

## Relatório estratégico

Uma visão geral do nosso desempenho em 2014, um foco na nossa direção estratégica e uma análise dos negócios que sustentam a nossa estratégia.

	<p>Com o foco nos nossos acionistas</p> <p>Construindo o banco "Go-To" <a href="#">pág. 04</a></p>
<p>Alcançar os nossos objetivos propostos</p> <p>Mantendo os valores claros e liderando com exemplo</p> <p>Missão, objetivo e valores <a href="#">pág. 02-03</a></p>	<p>Neste ambiente operacional</p> <p>→</p> <p>Mercado e risco <a href="#">pág. 05</a></p>
	<p>A nossa abordagem para a criação de valor é consistente</p> <p>Através da nossa vasta gama de serviços</p> <p>Modelo de negócio <a href="#">pág. 06-07</a></p>

## Como ler o Relatório Estratégico?

O foco deste Relatório Estratégico é tornar as informações altamente acessíveis. O índice a seguir mapeia a estrutura e o fluxo do relatório.

## Onde encontrar mais informações?

Pode saber mais sobre a estratégia do Barclays, os nossos negócios e desempenho, abordagem à governança e risco na Internet, onde estão disponíveis para download os últimos relatórios estratégicos e anuais.

[barclays.com/annualreport](http://barclays.com/annualreport)



Iremos cumprir o nosso propósito e atingir o nosso objetivo



## O relatório detalhado

Estas partes do Relatório Anual divulgam informações detalhadas sobre o Barclays e o seu exercício de 2014. Cumprimento de conteúdos e, mais prospectivamente, ir além de padrões de divulgação regulamentares mínimos.

### Governança empresarial

O nosso relatório da governança empresarial detalha os processos de governança do Barclays, os relatórios de cada comité do Conselho e apresenta a forma como o Conselho apoia a entrega da nossa estratégia

Enquadramento da nossa Governança Corporativa	26
Relatório dos Diretores	28

### Análise Financeira

A nossa análise financeira detalha o desempenho do Barclays, incluindo os indicadores-chave de desempenho e a contribuição dos negócios para o desempenho geral do Grupo

Indicadores chave de desempenho	137
Comentários à Demonstração de Resultados	139
Comentários ao balanço	140
Análise dos resultados por negócio	141

### Relatório de Risco

O nosso relatório de riscodá uma visão do nível de risco entre as empresas e carteiras do Barclays, dos riscos materiais incertezas enfrentados e das principais áreas de foco da gestão

Conteúdos da análise de risco	33
Riscos materiais existentes e emergentes	34
Gestão de risco	43
Desempenho do risco	63

### Demonstrações Financeiras

As demonstrações de resultados financeiros fornecem uma análise detalhada das nossas contas estatutárias, auditadas por auditores independentes, oferecendo uma transparência e divulgação aprofundada sobre o desempenho financeiro da empresa.

Conteúdos das demonstrações financeiras	156
Demonstrações financeiras consolidadas	162
Notas às demonstrações financeiras	168



### Mensagem do presidente

O Barclays de hoje é um banco muito diferente daquele onde eu entrei em 2012.

Desde melhorar substancialmente a posição de capital e de alavancagem do Grupo até alterar a forma como medimos e recompensamos o desempenho através do Balanced Scorecard, no Barclays conseguimos obter progressos significativos no nosso objetivo de nos tornarmos o parceiro de eleição de todas as nossas partes interessadas. De facto, temos vindo a acelerar a velocidade desta viagem durante os últimos 12 meses. Os nossos Propósitos e Valores estão a incorporar-se na estrutura do Barclays, mudando fundamentalmente a forma como fazemos negócios para melhor. Pode ler mais sobre a nossa cultura orientada para os valores nas páginas seguintes .

Em maio de 2014, o Conselho aprovou uma atualização da estratégia, que criou um Barclays reformulado, mais equilibrado e centrado, e posicionado para ser bem sucedido a longo-prazo e entre os acionistas. Embora ainda haja muito a fazer, sinto-me encorajado pelo progresso que fizemos até hoje a executar esses planos.

Este relatório fornece informações pormenorizadas sobre o desempenho dos nossos quatro negócios principais: Banca de Empresas e Particulares, Barclaycard, Banca em África e Banco de Investimento. Poderá constatar que estas operações estão a produzir resultados positivos e que são encorajadores para os acionistas.

É importante ressaltar que fizemos avanços significativos na resolução de problemas herdados no decurso de 2014, trabalhando de forma mais próxima e construtiva do que nunca com nossos reguladores em todo o mundo. O Conselho e eu consideramos que a conduta e as práticas que levaram a estes problemas são totalmente inconsistentes com os valores aos quais nos prendemos hoje. Os nossos esforços proativos para resolver estes problemas irão continuar ao longo de 2015 e fica testemunho o nosso compromisso de conduzir negócios de maneira idónea, pondo para trás os problemas que tanto prejudicaram a nossa reputação e apoiando uma maior resiliência, transparência e sustentabilidade para o longo-prazo.

O setor bancário continuará a enfrentar sérios desafios associados à incerteza global, que não são apenas económicos mas são também cada vez mais políticos e regulamentares, em particular em várias das principais áreas geográficas onde o Barclays opera. Haverá especificamente uma mudança significativa no Reino Unido à medida que trabalhamos para implementar os requisitos de delimitação (ring-fencing) da Lei dos Serviços Financeiros (Reforma Bancária) de 2013, bem como nos EUA para aplicar as disposições da Lei Dodd-Frank e outras medidas para completar a agenda da reforma bancária; todos destinados a erradicar a perspectiva de “demasiado grandes para falir.” Apesar das dificuldades que possam implicar, tenho toda a confiança na capacidade do Barclays em enfrentar estes desafios.

## Iremos cumprir o nosso propósito e atingir o nosso objetivo

Particulares, empresas, países e a sociedade necessitam de acesso a serviços bancários.

### O nosso objetivo

é ajudá-lo a alcançar as suas ambições, da forma correta

O nosso objetivo é tornarmos-nos o banco «Go To» dos nossos clientes, colegas e acionistas.

Alcançar isto irá permitir-nos criar um banco de baixo risco e com melhor desempenho

O Barclays celebra 325 anos neste ano de 2015 . Em qualquer padrão de longevidade corporativa, este é um feito notável. O foco persistente do seu Conselho de Administração e da equipa Executiva tem sido, e continuará a ser, garantir que o banco está preparado para o sucesso de muitas gerações que estão por vir. Continuaremos a construir-nos sobre as fundações sólidas em que assentámos para cumprir os nossos compromissos com os clientes, colaboradores, acionistas e sociedade em geral . A cada ano é escrito um novo capítulo na história desta grande instituição e tem sido um grande privilégio servir na qualidade de Presidente durante o qual, estou certo, será considerado no futuro ter sido um período importante , positivamente transformativo, na história do Barclays.

Desejo a este grande banco, aos seus acionistas e a John McFarlane, o meu sucessor como presidente, todo o sucesso para o futuro.

Sir David Walker  
President



## Mantendo valores claros e liderando com exemplo



### Revisão estratégica do Administrador

O Barclays de hoje é um negócio mais forte, com melhores perspetivas do que em qualquer momento desde a crise financeira.

A execução de nossa Estratégia Transformar, que defini em fevereiro de 2013 e atualizei em maio de 2014, criou um banco internacional centrado, entregando as prioridades corretas para todas as nossas partes interessadas, e posicionado para o crescimento.

O lucro antes de impostos ajustado do Grupo aumentou em 12% para 2014. A Banca de Empresas e Particulares e o Barclaycard continuam a prosperar e a crescer, o Barclays Africa tem-se dado bem apesar dos ventos desfavoráveis da moeda, e estamos a começar a ver o impacto das mudanças da estratégia no Banco de Investimento.

Enquanto ainda há trabalho a fazer, fizemos um progresso sustentado e consistente face às nossas metas do Programa Transformar 2016 durante o ano, dando fortes provas de que a nossa estratégia está a funcionar.

No nosso negócio Core, que representa o futuro do Barclays, o Retorno na Participação ajustado é quase de 11 %, excluindo os Custos para o programa Transformar, acompanhando os 12% adicionais que ambicionávamos para 2016. O escoamento no segmento Barclays Non-Core antecipa a meta, com a redução de Ativos Ponderados pelo Risco em cerca de 35 mM€ no ano, que chegam agora a pouco mais de 75 mM€.

Tenho dito repetidamente que o custo é, e continuará a ser, um campo de batalha estratégico para a nossa indústria, e que trabalhar os custos de forma eficaz é essencial para o nosso sucesso no futuro. Para este fim, tirámos quase 1.8 mM€ de gastos dos nossos negócios em 2014. Este feito notável, com novas reduções a chegar para 2015, permitirá ao Barclays impulsionar os ganhos e fornecer vantagens comerciais competitivas sustentáveis em todo o Grupo.

Congratulo-me por termos feitos progressos significativos no reforço da posição dos nossos capitais no ano passado. O nosso rácio de Capital Comum Tier 1 totalmente carregado melhorou para 10,5%, tendo em conta o efeito da venda do nosso negócio na Espanha, concluída a 2 de janeiro de 2015, bem como absorveu o impacto de uma nova provisão no quarto trimestre para a investigação contínua e litígios em matéria de moeda estrangeira, e compara com 9,1% de há um ano atrás. Igualmente importante, o nosso Rácio de Alavancagem aumentou para 3,7%. Isto significa que atualmente estamos muito bem posicionados para atingir as metas do programa Transformar para 2016 de acima de 11% e 4%, respetivamente. Em termos de dividendos, declaramos um dividendo de 6.5p para 2014, apesar do impacto indesejado das disposições de conduta substanciais. Temos uma confiança crescente na posição de capital do Grupo e continuamos a ambicionar um rácio de pagamento de dividendos de 40% -50% com o decorrer do tempo.

Apresentamos também um bom desempenho face às metas no nosso Balanced Scorecard.

- Respeito** – Significa valorizar aqueles que trabalham connosco – os nossos colaboradores e outras partes interessadas.
- Integridade** – exige que atuemos de forma honesta, ética e justa.
- Serviço** – significa garantir aos nossos clientes que estão sempre em primeiro lugar no nosso pensamento.
- Excelência** – exorta-nos a utilizar todas as nossas energias, competências e recursos para prestar um serviço de excelência e resultados sustentáveis de excelência.
- Responsabilidade** – sermos determinados e deixar as coisas melhor do que quando as encontramos.

O Barclays mede o desempenho de hoje não apenas com base no que entregamos mas como entregamos. Pode ler mais sobre o Balanced Scorecard e o nosso progresso nas páginas 11-16 deste Relatório Estratégico. Apesar de termos ainda muito trabalho para fazer face a essas metas, não tenho dúvidas de que esta abordagem irá apoiar o desempenho forte e sustentável para os acionistas, alinhado com os nossos Propósitos e Valores.

Continuamos focados em abordar questões de conduta pendentes, incluindo aquelas relativas à negociação cambial. Considero o comportamento no centro destas investigações como totalmente incompatível com os nossos valores, e partilho a frustração dos colaboradores e acionistas de que assuntos como estes continuam a ensombrar o nosso negócio. Resolver estes problemas é uma parte importante do nosso plano para o Barclays e, apesar de ser difícil, espero que façamos progressos significativos nesta área em 2015. Este será um ano de realizações contínuas para os nossos clientes e acionistas à medida que procuramos acelerar a execução dos nossos planos. O nosso trabalho não está terminado mas estamos no caminho certo, registando processos significativos face às nossas metas estratégicas, e com todos os colaboradores envolvidos no desempenho da condução – como estão – temos uma forte confiança na nossa capacidade de entregar soluções.

Obrigado pelo seu apoio contínuo

Antony Jenkins  
Diretor Executivo do Grupo



## Focamo-nos nas partes interessadas

Iremos atingir o nosso objetivo de nos tornarmos o banco "Go-To"

Mantendo valores claros e liderando com exemplo



### Partes interessadas

O Barclays esforça-se por criar valor para todas as suas partes interessadas, equilibrado tanto a curto como a longo-prazo. Ao adotar esta abordagem mais holística e considerada, acreditamos que as nossas atividades podem estimular resultados mutuamente favoráveis entre as nossas partes interessadas, incluindo um foco no retorno na participação a longo-prazo sustentável.

A fim de medir o progresso e de nos termos em conta, designámos cinco grupos de partes interessadas e atribuímos métricas e metas de particular relevância a cada um nos 5Cs do nosso Balanced Scorecard:

- Clientes que compram os nossos produtos e serviços
- Colaboradores que proporcionam e apoiam a entrega dos nossos produtos e serviços
- Comunidades (via Cidadania) **nas quais operamos**
- Reguladores (via Conduta) que nos concedem licença para operar nas suas jurisdições
- Investidores (via Companhia) que nos fornecem capitais, que apoiam os nossos produtos e serviços

No seu conjunto, as nossas metas no Balanced Scorecard definem o que precisamos de fazer nos próximos anos para tornar o Barclays o banco "Go-To". Estas metas são apoiadas por iniciativas e prioridades estratégicas, que estão divididas em todos quadros de resultados da unidade de negócio e da função.

Os objetivos de desempenho individuais estão alinhados aos 5Cs e ligados às nossas metas globais, mostrando assim aos colaboradores como os seus próprios esforços contribuem para realizar o nosso objetivo organizacional e como servem as nossas partes interessadas a longo-prazo.



Mais informação sobre as partes interessadas e como medimos o desempenho para cada uma das necessidades de cada uma das partes encontram-se nas páginas 11 a 16



## Neste ambiente operacional

Continuamos a ser proativos na adaptação ao ambiente externo



A nossa abordagem à criação de valor é consistente

**Ambiente económico**  
Espera-se que crescimento económico global seja moderado durante um período de tempo prolongado. Isto torna o crescimento dos rendimentos mais desafiador para os bancos.

**Alterações regulamentares**  
A estratégia regulamentar mudou, afetando a sustentabilidade e rentabilidade de produtos, negócios e formação estrutural dos bancos. O impacto das alterações regulamentares é uma mudança permanente.

**Confiança e conduta**  
Continuamos a trabalhar para colocar para trás os problemas herdados. O preço dos problemas de conduta herdados apresenta repercussões negativas mas as mudanças que estamos a fazer para lhes responder terão um efeito positivo a longo-prazo.

**Tecnologia e aumento das expectativas:**  
As melhorias tecnológicas melhoram a experiência dos clientes e podem reduzir os custos. O investimento necessário pode ser dispendioso a curto-prazo mas irá gerar recompensas a longo-prazo.

**Uma abordagem proativa**

Estamos continuamente a tomar medidas para alcançar o nosso objetivo e oferecer valor aos nossos acionistas

Para mais informações, consultar a pág. 09

### Ambiente operacional e abordagem do risco

O Barclays é um fornecedor global de serviços financeiros com os nossos mercados locais no Reino Unido, E.U.A. e África do Sul, com distribuição e operação em mais 50 países, regido por normas regulamentes locais e globais.

O nosso ambiente continua a mudar. Os bancos centrais lançaram políticas monetárias sem precedentes, tais como a Restritividade Quantitativa e taxas de juros para valores próximos de zero para estimular o crescimento. As novas alterações à regulamentação, tais como a reforma estrutural do Reino Unido e dos E.U.A. irão exigir que os bancos separem as atividades a fim de criar um ambiente bancário seguro e aumentar o foco sobre o capital, liquidez e financiamento. Os problemas de conduta lesaram o Barclays – e o setor bancário – causando perda de confiança entre as partes interessadas.

É vital reconstruir a confiança, permitindo-nos atender e superar as necessidades crescentes dos clientes. O poder da tecnologia aumentou as expectativas do cliente, mas reduziu também o custo para servir por meio da automação, melhoria de processos e inovação ao mesmo tempo que torna as experiências dos clientes mais rápidas, personalizadas e com menor risco.

Sem uma gestão ativa dos riscos para abordar estes fatores externos, as nossas metas a longo-prazo podem ser afetadas negativamente. Consultar a página 09 para ver como a estratégia foi adaptada para 2014.

A estrutura de gestão do risco do Barclays, organizada através do nosso Risco Principal, define as atividades, ferramentas, técnicas e medidas que podemos empregar para melhor identificar, monitorizar e gerir os riscos reais e potenciais que o Banco enfrenta. O apetite pelo risco está definido e verificado a um nível adequado e os procedimentos estabelecidos para proteger o Barclays e evitar prejuízos aos seus clientes, colaboradores e comunidades. O Barclays gere ainda o risco de direitos humanos através dos nossos procedimentos e orientação para o risco social e ambiental e da nossa estrutura de risco reputacional, e integra questões relativas a direitos humanos nas decisões comerciais.

### Os Riscos Principais

**Risco de crédito:** Perdas financeiras se algum dos clientes não cumprir as obrigações contratuais com o Grupo.

**Risco de mercado:** O impacto nos ganhos ou capital devido à volatilidade das posições da carteira de negociação ou na incapacidade de hedging do balanço do registo bancário.

**Risco de Financiamento:** Falha em manter rácios de capital e obrigações de liquidez que leva a uma incapacidade de apoiar a normal atividade comercial e em cumprir as exigências regulamentares de liquidez.

**Risco Operacional:** Perdas ou custos resultantes de fatores humanos, processos internos inadequados e eventos de sistemas ou externos.

**Risco de Conduta:** Detrimento causado aos nossos clientes, contrapartes ou ao banco e seus funcionários através de um julgamento inapropriado na execução das atividades comerciais.

**Risco de Reputação:** O dano à marca Barclays proveniente de qualquer associação, ação ou inação interpretada por acionistas como sendo inapropriada ou anti-ética. A partir de 1 de janeiro de 2015, o Risco de Reputação será combinado com o Risco de Conduta.



Para mais informação sobre como avaliamos e monitorizamos os riscos, consulte a Análise de Risco na página 33



## A nossa abordagem à criação de valor é consistente

Cumprindo as nossas obrigações para com os acionistas enquanto respondemos às necessidades da sociedade de modo responsável

Neste ambiente de operações



### O nosso modelo de negócio

Como um banco internacional focado, o Barclays oferece um conjunto integrado de produtos e serviços em toda a banca de retalho, gestão da riqueza, banca de empresas e banco de investimento. Servimos particulares, pequenas e grandes empresas, corporações, instituições e governos.

O Barclays procura satisfazer as necessidades dos nossos clientes ao oferecer uma proposição de valor arredondado, uma vasta gama de produtos e serviços, e assim entregar um fluxo de receitas mais estável e retornos sustentáveis. No entanto, não procuramos oferecer tudo a todos. A vantagem competitiva do Barclays resulta da escala e diversidade das nossas atividades e pela qualidade, caráter e relações das nossas pessoas.

Por exemplo, os nossos negócios na Banca em África e na Banca de Empresas e Particulares (PCB) estão integrados regionalmente, centrando-se no fornecimento de soluções específicas para

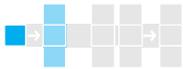
Em contraste, o Barclaycard, a divisão corporativa da PCB e o Banco de Investimento operam modelos globais, usando a sua presença internacional e as suas capacidades para fornecer soluções transfronteiriças abrangentes.

Operamos também cada vez mais um modelo de serviços partilhados para Funções Centrais para apoiar os nossos quatro grupos de negócio centrais. Melhorar a forma como reunimos os nossos recursos permitiu-nos aproveitar vantagens de sinergias através da partilha de ideias e colaboração em grupos de trabalho de funcionamento cruzado

O nosso alcance e escala internacional significam que temos a responsabilidade, ou mesmo obrigação no seguimento da nossa definição como instituição financeira de importância sistemática global, de trabalhar em conjunto com os nossos reguladores para ajudar a diminuir o risco na indústria e fornecer um cenário de banca mais sustentável a longo-prazo. Estamos a envolver-nos ativamente com vários supervisores bancários a nível internacional para desenvolver um novo modelo para a indústria e assegurar que a nossa atividade é sustentável e flexível, preparada para o futuro



Mais informação sobre o nosso modelo de negócios pode ser consultado no nosso website em [barclays.com/about-barclays/strategy/business-model-value-creation.html](http://barclays.com/about-barclays/strategy/business-model-value-creation.html)



## Através da nossa ampla gama de serviços

Maximizamos as oportunidades de criação de valor através dos nossos produtos e serviços

A nossa estratégia continua a desenvolver-se

À medida que continuamos a transformar o Barclays, acreditamos que podemos tornar-nos no banco de eleição para todos os nossos clientes.

	Individual	PME	Empresas	Institutos Financeiros e Bancos	Soberanos e Instituições
Um sítio seguro para poupar, investir e gerir dinheiro	Contas correntes e descobertos				
	Produtos de poupança, de depósito e investimento				
	Pagamentos móveis e digitais				
	Serviços de correcção de bolsa e trading		Acesso a Mercados financeiros globais		
Fundos para compras e crescimento	Gestão de dinheiro, sistemas de pagamento e serviços de trocas comerciais internacionais				
	Hipotecas residenciais, empréstimos ao consumidor e cartões de crédito		Hipotecas comerciais e empréstimos comerciais		
	Finanças de ativos e locações, comércio e fornecedores e soluções de capital circulante				
	Mercados de capital globais				
				Empréstimo a grandes corporações e linhas de crédito bancário	
Gestão de empresa e do risco financeiro	Cobertura de risco de taxa de câmbio estrangeira				
	Empréstimos de taxa fixa				
				Cobertura de risco de inflação e de taxa de juro	
Apoio financeiro e o negócio	Consultoria de Riqueza e serviços de Banca Privada		Gestores e apoio de relacionamento		
			Seminários de negócios e espaço de aceleração de start-up	Pesquisa de investimento global consultoria sobre fusões e aquisições e especialistas da indústria corporativa	

### A soma das partes

O nosso modelo de negócio permite-nos fornecer apoio relevante e contínuo aos nossos clientes, independentemente da fase da vida em que se encontrem. Por exemplo, aos particulares, a nossa estrutura pode oferecer um lugar seguro para guardar poupanças, ajuda um novo comprador nos seus primeiros passos como proprietário, ajuda pessoas de vários backgrounds a gerir e fazer crescer a sua riqueza, ou fornece consultoria além fronteiras para o afluente, para ajudar por exemplo membros familiares no estrangeiro. Para as empresas, significa estar pronto para ajudar os empresários a lançar um negócio, a financiar o seu crescimento, a expandir-se internacionalmente, a proteger-se contra o risco cambial e emitir obrigações e acções cotadas.

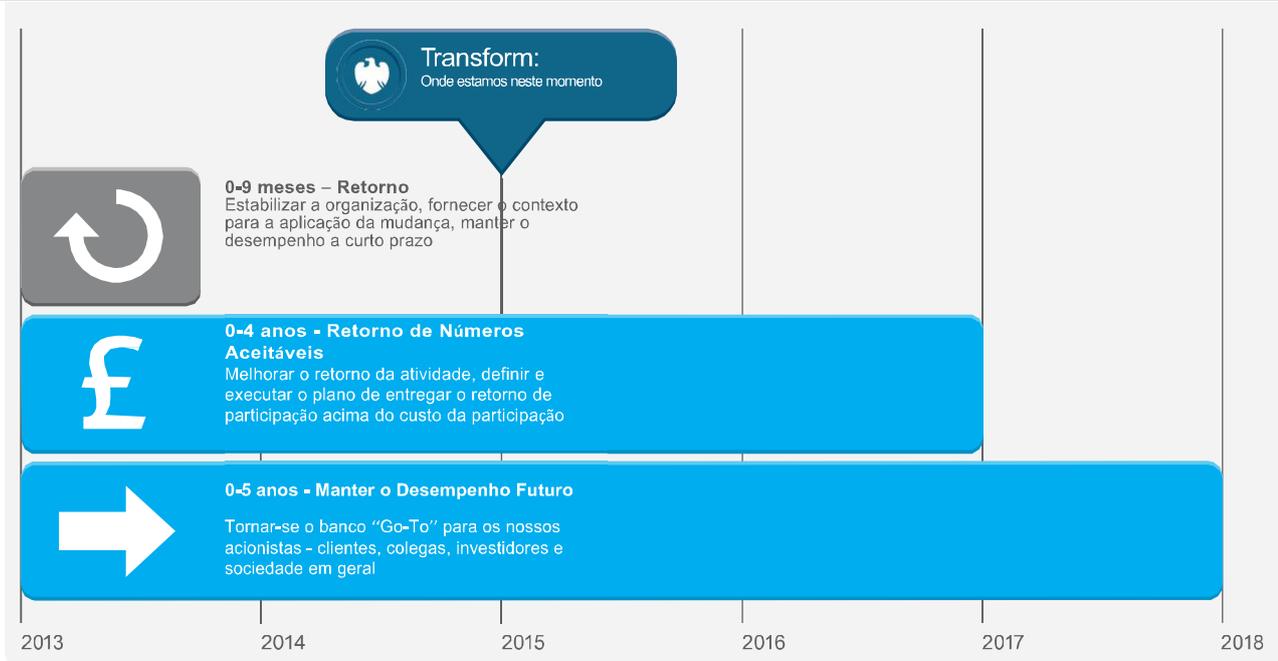
Procuramos acrescentar valor aos nossos clientes através da nossa rede de ponta-a-ponta. Por exemplo, um cliente de retalho individual no Reino Unido tem a capacidade de aceder aos balanços de contas correntes e poupança juntamente com os dados do Barclaycard, Pingit, ao nosso serviço de pagamentos ponto-a-ponto, todos perfeitamente integrados na nossa oferta de banca de retalho. Da mesma forma, grandes e pequenas empresas bem como entidades locais podem fazer e receber pagamentos móveis Pingit para fornecer aos seus clientes formas mais convenientes de pagar bens e serviços. Todos estes exemplos comprovam a abordagem integrada à forma como o Barclays trabalha para benefício dos seus clientes.



## A nossa estratégia continua a desenvolver-se

Para construir um banco mais forte, mais preparado e melhor

Através da nossa ampla oferta de serviços



### Estratégia

O nosso programa Transformar foi lançado em 2013, para aplicar a nossa estratégia de reformular o Barclays para gerar retornos sustentáveis e ir ao encontro de todas as nossas partes interessadas.

- Terminámos a fase de "Retorno" que estabilizou a empresa e manteve o dinamismo a curto-prazo.
- Temos de por em prática planos estruturados para diminuir o risco e a desalavancagem e tornar o Barclays mais sustentável a longo-prazo como parte da fase de Retorno de Números Aceitáveis. Estamos a meio caminho desta viagem e já demonstrámos força nos fundamentos da criação de capital e alavancagem.
- A parte final do plano, que segue a par e passo com os outros dois componentes é o Desempenho Futuro. No nosso percurso para nos tornarmos o banco "Go-To", temos de continuar a adaptar o Barclays às exigências do futuro, garantindo que não voltamos à tendência de curto-prazo à medida que avançamos com os nossos planos.

Notamos que o sucesso da implementação do plano Transformar não acarreta riscos de execução significativos; em especial porque o progresso está sujeito a desenvolvimentos externos imprevistos e pode, assim, não ser uniforme ou linear.

#### Onde estamos neste momento

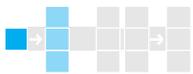
2014 foi um ano de mudanças materiais para o Barclays. Enfrentámos ainda um ambiente operacional desafiador mas com maior clareza e numa base financeira mais estruturada. À medida que continuamos a executar o nosso plano Transformar para tornar o Barclays no banco "Go-To" para todas as nossas partes interessadas, temos vindo a aperfeiçoar e ajustar a nossa estratégia e forma do nosso negócio. Estas medidas são necessárias para atingir o objetivo do programa Transformar de conseguir um retorno na participação acima do custo de participação sustentável num ambiente económico e regulamentar mudado.

O Barclays tomou medidas decisivas a fim de reduzir o risco, fortalecer o nosso balanço e aumentar a eficiência de nossas operações de franquia Central. Procuraremos entregar retornos significativamente melhorados e sustentáveis, focando-nos em áreas de vantagem competitiva e sair de negócios onde os retornos adequados não são atingíveis

Subjacente a estas ações, está um foco contínuo nos custos. Num ambiente macroeconómico de baixo crescimento prolongado, o custo será o campo de batalha estratégico dos bancos. Continuamos empenhados numa redução material no custo com o decorrer do tempo, permitida em parte pela tecnologia, independentemente do ambiente do rendimento

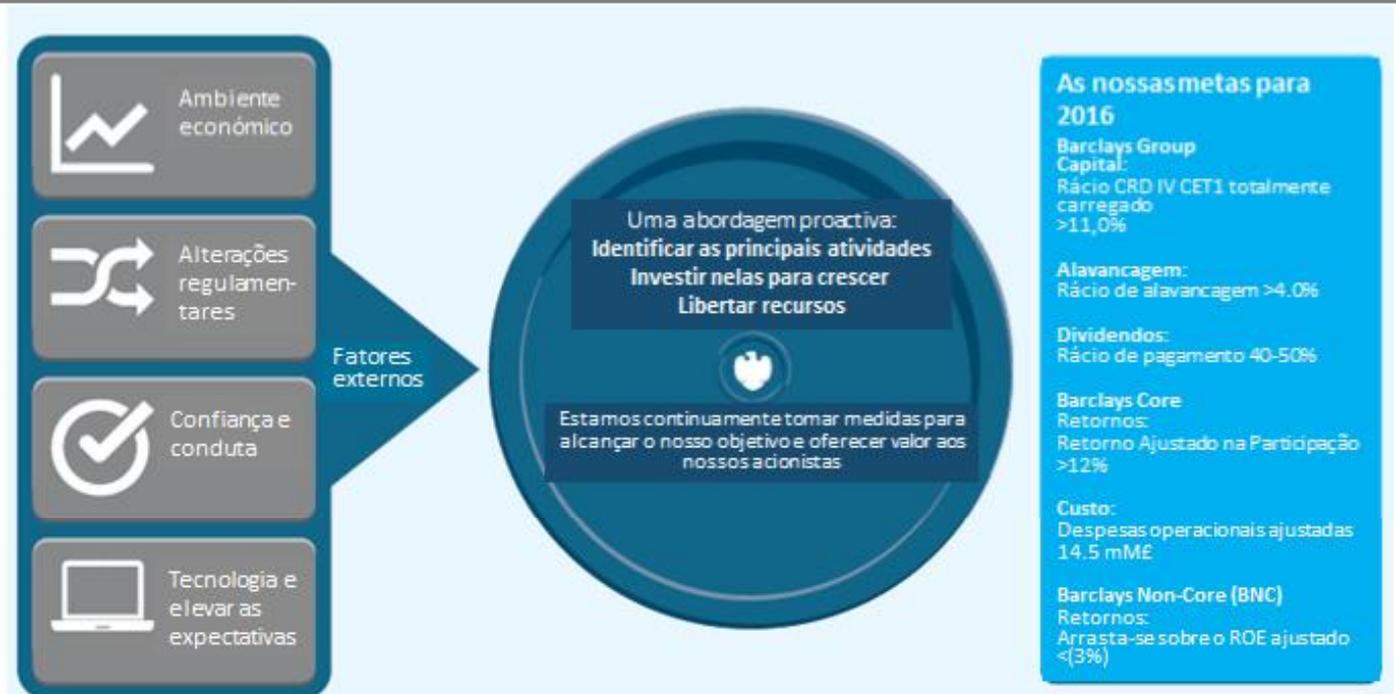


Monitorizamos o sucesso do programa Transform através do Balance Scorecard. Veja a página 11



## Tomar ações decisivas

Passos proativos para adaptar a nossa estratégia



### Três mudanças estratégicas

O efeito combinado dos fatores externos referidos na página 5 levou a uma ação decisiva em três áreas anunciadas a 8 de maio de 2014:

**Identificar as principais atividades:** Desenvolver as forças concentrando recursos nas nossas principais atividades. Nos nossos negócios líderes no setor da banca corporativa e de retalho, iremos investir na melhoria de tecnologias e processos para transformar a forma como interagimos com os clientes e a experiência que lhes podemos proporcionar.

No nosso Banco de Investimento, centrando-nos nos E.U.A. e Reino Unido, estamos a mudar de um negócio dependente dos compromissos do balanço para um mais impulsionado pelas necessidades de originação do cliente, trazendo um maior equilíbrio ao Barclays.

**Investir para crescer:** Um foco nas principais unidades de negócio do Grupo onde vemos grandes oportunidades – Barclaycard e África. Estamos empenhados em liderar a inovação nos pagamentos dos consumidores; a tecnologia deve permitir-nos alcançar o crescimento, chegando a mais clientes. Tendo adicionado 8.6 milhões de clientes nos últimos 3 anos ao Barclaycard, continuamos a querer uma expansão seletiva e adquirir uma carteira onde podemos gerar eficiência e economias de escala.

**Libertação de recursos:** Ativos e atividades que deixaram de ter importância estratégica, tendo em conta as mudanças estruturais no ambiente operativo ou a sua natureza de sub-escala, foram agrupados no Barclays Non-Core, a serem geridos separadamente para capital eficiente, contudo, de saída rápida.

Em linha com as metas do programa Transformar

Com estas ações em mente, definimos metas para o programa Transformar 2016 para o demonstrar nosso compromisso e o nosso percurso em direção ao derradeiro objetivo de nos tornarmos o banco "Go-To" em 2018. Enquanto os números do Grupo continuam a incluir o impacto dos negócios não centrais, tanto os negócios Core como Non-Core têm metas individuais.

O nosso objetivo de retorno na participação mantém-se – conseguir um retorno na participação acima do custo da participação. Iremos também continuar a centrar-nos no capital, alavancagem e desempenho de dividendos. A nossa meta capital para 2016 é um rácio CET1 totalmente carregado acima de 11%, enquanto nos dirigimos para requisitos de capital finais.

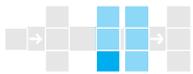
Continuamos a ambicionar um rácio de pagamento de dividendos de 40% a 50% ao longo dos tempos.

No nosso negócio Core pretendemos alcançar um ROE ajustado sustentável acima de 12% em 2016, sustentado por uma base de custo ajustado de menos de 14.5 mM€, abaixo dos 16.2 mM€ no final de 2013.

Nos nossos negócios Non-Core, o nosso foco é reduzir o arrastamento nos negócios não centrais. Ambicionamos um arrastamento no ROE nos negócios Non-Core inferior a 3% em 2016.



Para uma atualização sobre como agimos face às nossas metas de 2016 ver página 27



## Reformular o negócio

Centrando-nos na diminuição das operações Non-Core para fornecer investimento aos negócios Core em crescimento

◀ Tomar ações decisivas

Total dos ativos ponderados por risco (RWA) 2013  
440 mME

110 mME: Banca Empresarial e Particulares,  
Banca em África, Barclaycard e Sede

110 mME: Barclays Non-Core

120 mM€: Banca de Investimento

Total-alvo dos ativos ponderados por risco 2016:  
440 mM€

230 mM€: Banca Empresarial e Particulares,  
Banca em África, Barclaycard e Sede

50 mM€ Barclays Non-Core

120 mM€: Banca de Investimento

O Grupo Barclays foi reposicionado, simplificado e reequilibrado

Os RWA são uma forma importante de medir as afetações de capital. Como tal, ambicionamos uma melhor distribuição do capital para 2016.

### Forma de negócio

O Barclays procurará melhorar significativamente os retornos através do reposicionamento, simplificação e reajustamento. Pretendemos ser um banco internacional focado nas nossas quatro unidades centrais de negócio, operando apenas em áreas onde temos capacidade, importância e vantagens competitivas

- Banca de Empresas e Particulares: uma combinação dos nossos negócios líderes no retalho, empresas e riqueza no Reino Unido, aproveitando sinergias de custos de infraestruturas
- Barclaycard: um negócio de alto retorno com um elevado e diversificado potencial de crescimento internacional
- Banca em África: um negócio de crescimento regional a longo-prazo com vantagens competitivas claras
- Banco de Investimento: um negócio dirigido para a originação e centrado no retorno, entregando Atividades bancárias, Títulos, Crédito e determinados produtos macroeconómicos aos nossos clientes numa forma capital mais eficiente.

O Barclays criou também o Barclays Non-Core. Esta unidade agrupa os ativos que não são estrategicamente atrativos para nós no ambiente operacional emergente, seja por causa de mudanças estruturais no ambiente externo ou porque continuam a ser demasiado pequenos, com oportunidades limitadas de crescimento dentro do nosso Grupo. O Barclays irá procurar retirar ou reduzir esses ativos com o decorrer do tempo de forma responsável e considerada, respeitosa para aqueles afetados.

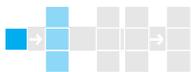
Futuramente, e como consequência destas mudanças, o Barclays será mais racional, mais forte e equilibrado, com um objetivo de proporcionar menor volatilidade, retornos mais elevados e crescimento. Este modelo, que se move rapidamente em direção a um melhor equilíbrio das atividades e que mantém a diversidade, irá ajudar-nos a alcançar as metas do programa Transformar no ambiente regulamentar emergente.

Os negócios Banca de Empresas e Particulares Centrais (Core), Barclaycard e Banca em África foram responsáveis por 45% dos RWA de 2013, com o Banco de Investimento Central a representar não mais do que 30% do total do Grupo em 2016, comparativamente a apenas 50% da pré-Atualização da Estratégia. O capital será reafetado para os nossos negócios em crescimento, nomeadamente o Barclaycard e Banca em África, tal como iremos continuar a reduzir a nossa base de custos, com uma meta fixada de custos para 2016 inferior a 14.5 mM€

No geral, o Grupo reestruturado deve entregar uma rentabilidade menos volátil e mais superior com o decorrer do tempo, com uma divisão mais equitativa em toda a nossa carteira diversificada de mercados maduros versus em crescimento, banco de investimento versus de retalho e empresarial, e dentro do Banca de Investimento, encargos comerciais versus consultivos.



Para mais informações sobre os nossos negócios e o seu desempenho em 2014, por favor consulte a página 17.



# O nosso Balanced Scorecard

Progresso das medidas e progresso face ao nosso objetivo

Para os nossos clientes

Acionistas e métricas		Real 2013	Real 2014	Real 2015
Clientes	Classificação média ponderada da Relação Net Promoter Score® (NPS) versus equivalentes para PCB, Barclaycard e Banca em África	3 <sup>o</sup> <sup>a</sup>	4 <sup>o</sup>	1 <sup>o</sup>
	Ranking de Franchise de Clientes: Classificação média ponderada da percentagem de lucros ou satisfação do cliente com clientes prioritários no Banco de Investimento	N/A	5 <sup>o</sup>	Top 3
Colega	Classificação do envolvimento sustentável de colaboradores	74%	72%	87-91%
	% de mulheres na liderança sénior	21%	22%	26%
Cidadania	Plano de Cidadania - iniciativas dentro ou adiantadas ao prazo	10/11	11/11	Objetivos do Plano
Conduta	Reputação da Conduta (Sondagem YouGov)	5,2/10	5,3/10	6,5/10
Empresa	Retorno Ajustado do capital próprio	4,1% <sup>b</sup>	5,1%	> Custo da participação
	Rácio CRD IV CET1 totalmente carregado	9,1% <sup>c</sup>	10,3%	>11% <sup>d</sup>

Notas  
a Revisto devido à criação da PCB como parte da Atualização da Estratégia de maio de 2014 Os clientes empresariais contribuem atualmente para a métrica da NPS e deixaram de contribuir para o Rank de Franchise de Clientes.  
b Revisto de 4,5% após o ganho de 259 M€ no segundo trimestre de 2013 relativo a ativos que ainda não foram recebidos da aquisição da Lehman americana sendo tratado como um produto a ajustar  
c Revisto de 93%, após a implementação completa dos relatórios de CRD IV em 2014.  
d Revisto de > 10,5% após a Atualização da Estratégia.

Net Promoter, Net Promoter Score e a NPS são marcas registadas da Satmetrix Systems, Inc., Bain & Company, Inc., e Fred Reichheld. Ao abrigo da Lei das Empresas de 2006, também é exigido ao Barclays que reporte sobre a divisão por sexo dos nossos colaboradores e "gestores sénior". Da nossa força de trabalho global de 132.300 colaboradores (65.000 homens, 67.100 mulheres), 732 são gestores sénior (596 homens e 136 mulheres), o que inclui Administradores do Grupo, certos subordinados diretos do Diretor Executivo, Administradores de principais unidades de negócio, determinados Administradores Executivos sénior e diretores nos quadros de subsidiárias do Grupo, excetuando os colaboradores que atuam como diretores no Conselho do Banco.

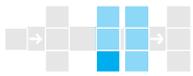
## Introdução

Em 2014, o Balanced Scorecard foi utilizado por toda a organização e integra agora o quadro através do qual todos os funcionários são avaliados. Os objetivos de desempenho individual foram alinhadas com os 5C. Este ano observámos um progresso constante em todo o Painel relativamente às nossas metas para 2018, especialmente na métrica para o rácio CRD IV CET1 totalmente carregado, onde recentes testes de stress da Autoridade Bancária Europeia e do Banco de Inglaterra destacaram a força do capital e a resiliência do Barclays a cenários de stress. No entanto, houve uma deterioração no Envolvimento Sustentado dos Colaboradores e, devido a uma atualização, uma alteração na métrica na NPS da Relação Cliente. Serão enviados esforços durante 2015 e

posteriormente para melhorar estes valores. O avanço em ambas as métricas deve-se predominantemente às alterações que o Barclays sofreu durante 2014 com os efeitos da Atualização da Estratégia na mudança estrutural da organização, e a mudança para uma oferta mais abrangente de canais para os nossos clientes de retalho com novas tecnologias. Faremos o possível para melhorar as nossas classificações, com um maior envolvimento dos colaboradores e uma maior ajuda dentro da nossa rede de retalho na adaptação de novas tecnologias, como já comprovado pelo nosso programa Digital Eagles. Ainda há muito a fazer e continuamos focados nos nossos objetivos para 2018. As páginas seguintes oferecem uma avaliação de cada um dos 5C.



Por favor consulte a página 4 para saber quem são as partes interessadas para quem criámos o Balanced Scorecard



## Para os nossos clientes

Queremos ser o banco de eleição

O nosso Balanced Scorecard

Métrica do Balanced Scorecard	Real 2013	Real 2014	Real 2018
Classificação média ponderada da Relação Net Promoter Score® (NPS) vs. peer sets para PCB, Barclaycard e Banca em África vs.	3 <sup>os</sup>	4 <sup>o</sup>	1 <sup>o</sup>
Rank de Franchise de Clientes: Classificação média ponderada da partilha de carteira ou satisfação do cliente com clientes prioritários no Banco de Investimento	N/A	5 <sup>o</sup>	Top 3

a Revista devido à criação da PCB como parte da Atualização da Estratégia de maio de 2014 Os clientes empresariais contribuem atualmente para a métrica da NFS e deixaram de contribuir para o Rank de Franchise de Clientes.

### Relação da NPS

Estamos a trabalhar arduamente para fortalecer a nossa marca e em 2014 fizemos disso uma prioridade: ouvir os nossos clientes para melhor compreender aquilo que pretendem. Centrarmo-nos em desenvolver, testar e investir nas tecnologias, tais como o vídeo bancário, a captura de imagens de cheques, chamadas inteligentes e digitalização por dedo para melhorar a experiência dos nossos clientes e responder às suas necessidades à medida que mudam. Estas novas tecnologias, desenvolvidas em 2014 estão agora em vigor em agências de todo o Reino Unido, e ajudam a simplificar as nossas interações mais importantes com os clientes – colocando nas suas mãos o poder de realizar operações quando, onde e como quiserem.

Continuamos a simplificar os nossos produtos e serviços e a melhorar o que oferecemos para que correspondam às necessidades do cliente com o modelo de serviço correto.

A deterioração do desempenho da Relação da NPS ao nível do Grupo em 2014 foi impulsionada pelas pontuações atribuídas por clientes retalhistas do Reino Unido. Durante 2014, os problemas herdados continuaram a pesar fortemente na reputação de marcas bancárias, entre elas, o Barclays. Este ano viu também um investimento substancial em programas destinados a melhorar a experiência do cliente entre a nossa franquia de clientes a longo-prazo. Embora estes programas possam ser prejudiciais para a perceção do cliente a curto-prazo, estamos confiantes de que este investimento, em conjunto com uma perspetiva mais positiva para a nossa marca, irá apoiar o nosso progresso em direção à perceção do Barclays como banco líder em 2018.

Durante 2015 temos de garantir que oferecemos os nossos programas de investimento, com um foco no ambiente do cliente retalhista do Reino Unido, a fim de melhorar a classificação da nossa projeção nos principais clientes. À medida que colocamos em prática uma nova experiência bancária eficiente, melhorada nas nossas sucursais, iremos acompanhar de perto a reação do cliente para que o pessoal no terreno possa ajudar os clientes a adaptarem-se às mudanças.

### Rank de Franchise de Clientes

A métrica é calculada numa nova base a partir de 2014, com os clientes empresariais que foram estudados como parte da métrica de 2013 a serem incluídos na classificação da NPS, refletindo mudanças organizacionais como resultado da Atualização da Estratégia. Apesar de não ser diretamente comparável à classificação de quarto no ano anterior, a nossa classificação de quinto em 2014 oferece-nos uma plataforma forte para nos construirmos à medida que aspiramos à meta de longo-prazo de estarmos no "top 3" dos nossos clientes-alvo.

Procuraremos atingir este objetivo, centrando-se nas seguintes

- Inovação através da tecnologia: Por exemplo, em 2014 lançámos a aplicação Barclays Live iPad para clientes institucionais – a aplicação já foi descarregada por mais de 4.000 clientes e tem recebido um feedback bastante positivo

- A Classificação da Relação NPS fornece uma medida simples de defesa do cliente e indica o potencial de crescimento em todo o nosso franchise

- Uma classificação amplamente utilizada no setor bancário e noutras indústrias que facilita a avaliação do desempenho global, simplifica a definição de objetivos e identifica as melhores práticas, trazendo a voz do cliente ao coração do Barclays. É ponderada pelo rendimento utilizando a divisão da satisfação do cliente

- Para a indústria da banca de investimento, a NPS não é medida tão amplamente. Portanto, um Rank de Franchise de Clientes é calculado medindo a utilização dos nossos produtos e serviços por cliente-alvo. Melhorar a nossa classificação junto destes clientes é um indicador-chave da eficácia na satisfação das suas necessidades, apoiando a entrega de melhores retornos para o Barclays

- O Rank de Franchise de Clientes é uma classificação ponderada pela receita da nossa quota global de clientes em todo o Banco de Investimento

- Realinhar a nossa estrutura: Como parte da Análise Estratégica, em 2014 juntámos as equipas Títulos e Crédito na mesma gestão para fornecer uma abordagem mais integrada. Um alinhamento mais próximo entre as equipas Banca e Mercados irá também fornecer um serviço mais completo aos clientes, abrangendo a emissão primária e a atividade comercial secundária

- Melhorar a informação e focalização na gestão do cliente: Investimos tecnologias e recursos na nossa gestão da informação e na análise que nos permitem fornecer soluções mais agradavelmente direcionadas aos nossos clientes

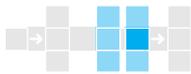
- Investir nas pessoas e conduta: A qualidade das nossas pessoas e a forma como fazem negócios é fundamental para construir e manter relações fortes com os nossos clientes. Em 2014, mais de 6.800 funcionários em funções orientadas para o cliente participaram na nossa formação Conduct Colleague, ajudando a desenvolver a nossa proposta de valorizar o colaborador.



Após a destruição causada por um incêndio da sucursal do Barclays no Aeroporto Internacional Jomo Kenyatta em Nairobi, a equipa local conseguiu montar uma sucursal temporária em três dias – uma tenda. Um exemplo brilhante de colocar os clientes em primeiro lugar.



Poderá encontrar mais informações sobre os nossos produtos e serviços, bem como os nossos serviços a clientes, tais como o Digital Eagles em [Barclays.co.uk/digitaleagles](http://Barclays.co.uk/digitaleagles)



## Para os nossos colaboradores

Criamos um ambiente onde podem mostrar o seu potencial

O nosso Balanced Scorecard

Métrica do Balanced Score Card	Real 2013	Real 2014	Real 2018
Classificação do Envolvimento Sustentável dos colaboradores	74%	72%	87-91%
% de mulheres na liderança sénior	21%	22%	26%

### Compromisso Sustentado

Os nossos colaboradores são fundamentais para o nosso negócio. Estamos empenhados em investir neles e em garantir que são totalmente motivados e estimulados a entregar um desempenho forte. Para monitorizar o nosso progresso num compromisso sustentado, definiu-se em 2014 uma abordagem a nível do Grupo para medir o feedback dos colaboradores, estabelecendo uma base de referência consistente para acompanhar o progresso futuro. Como parte disto, desenvolveu-se pela primeira vez no Barclays um Inquérito de Opinião para Colaboradores (EOS) para todo o Grupo em 2014, com a participação de mais de 90.000 colaboradores.

O Compromisso Sustentado do Barclays é atualmente de 72%, representando uma diminuição de 2% em relação a 2013. Isto foi dececionante mas a redução do compromisso não foi tão grave como se poderia esperar num ano de tantos desafios e mudanças. Estamos a trabalhar com líderes sénior em toda a organização para visar essa melhoria em 2015.

Recolher o feedback dos nossos colaboradores permite-nos compreender quais os factores que impulsionam o seu compromisso, e ajuda a moldar a nossa estratégia para o futuro. Continuamos firmemente empenhados em criar o ambiente certo para que os nossos colaboradores prosperem à medida que avançamos no nosso caminho para nos tornarmos o banco “Go-To”. Em 2015, iremos utilizar o conhecimento adquirido no EOS para nos centrarmos em três áreas-chave (com destaque nos nossos colaboradores) para apoiar e aumentar o Compromisso Sustentado de todos no Barclays:

- Garantir que os colaboradores têm acesso a ferramentas e recursos adequados para cumprir as suas funções e fornecer um serviço de excelência ao cliente
- Continuar a apoiar o crescimento pessoal e as aspirações profissionais das nossas pessoas, garantindo o acesso a um desenvolvimento técnico e profissional adequado
- Fornecer uma orientação estratégica e liderança claras na criação do ambiente certo para que os nossos colaboradores façam o seu melhor

### Mulheres na liderança superior:

Durante o ano passado, mantivemos o progresso relativamente ao nosso objetivo de representação de géneros no Balanced Scorecard, vendo a proporção de mulheres em cargos de liderança sénior a aumentar de 21% para 22%. Apesar de o número global de funcionários do Grupo ter caído em 2014, o aumento que vimos em cada um dos últimos dois anos consecutivos na representação sénior feminina é uma prova da série de iniciativas centradas igualmente em fornecer oportunidades de desenvolvimento às nossas talentosas mulheres e em estabelecer uma cultura inclusiva onde todo o talento pode prosperar.

8.500 líderes sénior a nível global empreenderam o nosso programa Unconscious Bias Training, promovendo uma maior sensibilização para a importância da liderança inclusiva e para a redução da tendência involuntária em todos os aspetos da gestão e avaliação de talentos. Continuámos também a patrocinar a nossa

- O Barclays acredita que níveis fortes de compromisso sustentado melhoram a experiência do colaborador e permitem um desempenho empresarial superior
- Para melhorar continuamente o compromisso sustentado, o nosso objetivo é oferecer um ambiente de trabalho que apoia a produtividade e o desempenho, e promover o bem-estar físico individual e emocional
- O compromisso sustentado é medido através do Inquérito de Opinião para Colaboradores global realizado em outubro 2014
- A percentagem de mulheres na liderança sénior suporta uma parte fundamental da estratégia de diversidade do Barclays, promovendo diferentes perspetivas, o que leva a uma maior inovação
- Trabalhamos com os nossos reguladores, governos, parceiros e colaboradores para beneficiar coletivamente da vantagem de capacidades que a diversidade nos oferece
- A métrica é definida como o número de diretores do sexo feminino e AE como uma percentagem do total da população de diretores e AE.

Rede de Iniciativas de Mulheres (WIN), promovendo um ambiente de trabalho positivo para todos os colaboradores.

De forma mais abrangente, o nosso “Índice de Mulheres na Liderança” lista empresas de capital aberto americanas com liderança diversificada em termos de género (definidas como empresas com um CEO do sexo feminino ou, com pelo menos 25% de membros do sexo feminino na administração). Numa indústria, em primeiro lugar, as Exchange Traded Notes acompanham o retorno do índice para que os investidores possam apoiar a mudança no sentido da igualdade de géneros.

Continuamos a construir uma conduta de líderes da próxima geração, destacando o talento feminino. Por exemplo, o nosso Grupo Barclays Woman in Technology encoraja as mulheres capacitadas a assumir carreiras informáticas no setor bancário e financeiro. Ao nível Executivo, o nosso programa “Mulheres nos Quadros” está a desenvolver uma disponibilidade para a administração entre as mulheres séniores selecionadas para que possam assumir papéis de administradoras não executivas nos quadros de empresas bem cotadas.

Para atingir a nossa meta para 2018 de 26% de mulheres em cargos de liderança, temos de garantir a criação de uma dinâmica robusta. O ênfase contínuo numa cultura de local de trabalho inclusivo deve seguir de mãos dadas com mais oportunidades de desenvolvimento que cultivem as aspirações, permitindo que nosso o talento diversificado realize o seu potencial dentro da indústria e além.

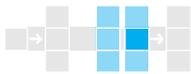
### A campanha para desafiar a cultura do silêncio



A campanha “This is me”, lançada em maio de 2014, deu aos colaboradores a liberdade para falar de saúde mental e da história pessoal bem como criou o acesso recursos, apoio, aconselhamento e informação.



Pode encontrar mais informações em <http://www.barclays.co.uk/Accessibility>



## Para a Cidadania

Temos um impacto positivo nas comunidades em que operamos

Para os nossos colaboradores

### Métrica do Balanced Scorecard

	Real 2013	Real 2014	Meta 2015
<b>Plano de Cidadania – iniciativas dentro ou adiantadas ao prazo</b>	10/11	11/11	Metas do Plano
<b>A forma como conduzimos o negócio</b>			
<b>Código "Barclays Wav" (Colaboradores a Tempo Inteiro)</b>	<b>85%</b>	<b>98%</b>	<b>97%</b> 6,5/10
<b>Citizenship Reputation Tracker (Sondagem YouGov)</b>	<b>4,9/10</b>	<b>5,1/10</b>	<b>(Meta)</b>
<b>Emissão global de dióxido de carbono (toneladas CO2 redução face a uma base de referência 2012)</b>	<b>-9,4%b</b>	<b>-21,7%</b>	<b>-10%</b>
<b>Percentagem de fornecedores pagos sem atrasos (45 dias, por valor faturado)</b>	<b>83%</b>	<b>85%</b>	<b>85%</b>

### Contribuição para o crescimento (cumulativa)<sup>8</sup>

<b>Empréstimos novos ou renovados a famílias</b>	<b>67.4 mM€</b>	<b>107.7 mM€</b>	<b>150 mM€</b>
<b>Empréstimos novos ou renovados a PMEs</b>	<b>24.5 mM€</b>	<b>38.5 mM€</b>	<b>50 mM€</b>
<b>Auxílio na anuidade de fundos para empresas e governos</b>	<b>1.670 mM€</b>	<b>2.487 mM€</b>	<b>2.000 mM€</b>
<b>Número de participantes em eventos de apoio a PMEs</b>	<b>95.000</b>	<b>159.700</b>	<b>120.000</b>
<b>Número de estágios</b>	<b>1.233b</b>	<b>1.734</b>	<b>2.000</b>

#### A forma como conduzimos o negócio

Lancámos o código de conduta Barclays Wav em 2013, que substituiu uma série de códigos existentes por um documento unificador. O código foi atualizado em 2014 e cumprimos a nossa meta com 98% (2013: 85%) dos nossos colaboradores a atestar o Barclays Wav.

O Citizenship Reputation Tracker baseia-se em dois inquéritos realizados pelo Barclays durante 2014, entre um público de partes interessadas globais (da política, meios de comunicação, empresas, ONGs e outros setores). A pontuação média foi de 5,1/10 (2013: 4,9/10), com aumentos de todos os componentes subjacentes.

Superámos a nossa meta de 2015 para redução das emissões globais de carbono em 10% contra uma base de referência de 2012. Conseguimos a nossa redução de 21,7% através de: implementação de programas e políticas que melhoraram a eficiência energética operacional e simplificaram as nossas deslocações em serviço; e através de uma redução significativa na nossa carteira imobiliária.

O nosso objetivo é garantir que não há atrasos no pagamento dos nossos fornecedores e compreender a importância do fluxo de caixa. Em 2014, obtivemos 85% de pagamentos atempados por valor.

#### Contribuição para o crescimento

Em linha com os nossos compromissos no Plano de Cidadania, estamos no caminho certo para entregar 150 mM€ em empréstimos novos e renovados a famílias, e 50 mM€ as PMEs até finais de 2015. No final de 2014, entregámos 107,7 mM€ a famílias e 38,5 mM€ a PMEs numa base cumulativa.

A fim de ajudar as pequenas empresas a ganhar confiança, até à data oferecemos consultadoria empresarial e apoio a mais de 159.700 pessoas através de seminários, ferramentas, clínicas e workshops, superando a nossa meta de 120 mil participantes até ao final de 2015, impulsionado por um aumento nos programas em África.

### Métrica do Balanced Scorecard

	Real 2013	Real 2014	Meta 2015
<b>Apoio às nossas comunidades (cumulativo)<sup>a</sup></b>			
<b>Investimento na comunidade</b>	<b>136.5 M€</b>	<b>198.9 M€</b>	<b>250 M€</b>
<b>Número de 10-35 anos apoiados na construção de competências</b>	<b>2,43m</b>	<b>4,19m</b>	<b>5m</b>

▪ A cidadania é uma parte essencial para nos tornarmos o banco "Go-To" para todas as partes interessadas. Isto significa que consideramos o impacto das nossas decisões do dia-a-dia na sociedade e criar resultados positivos a longo-prazo para os nossos clientes, acionistas, colaboradores e comunidades. É uma das formas em que vivemos e fortalece os nossos Propósitos e Valores.

▪ O Plano de Cidadania do Barclays inclui os compromissos globais organizados em torno de três áreas onde acreditamos que podemos ter maior impacto: A forma como fazemos negócios; Contribuir para o crescimento; Apoiar as nossas comunidades

▪ O Balanced Scorecard acompanha o desempenho face a onze métricas com base nos compromissos para o nosso Plano de 2015

▪ Estamos a desenvolver a nossa estratégia de Cidadania para 2016 e adiante e continuamos a trabalhar com as partes interessadas para informar a nossa abordagem

▪ Estão disponíveis mais informações no Suplemento de Dados de Cidadania 2014

#### Notas

a Desempenho cumulativo para o período: 2012-2014.

b Ajustado de 2013. Carbono foi de 5,2%; Estágios 1.153 Por favor consulte a página 10 do Suplemento de Dados de Cidadania 2014

Superamos a nossa meta de ajudar a anquiar 2.000 mM€ de financiamento para empresas e governos até ao final de 2015, totalizando 2.487 mM€ até ao final de 2014.

Os bancos desempenham um papel essencial em permitir a circulação de capital em direção uma atividade ambientalmente ou socialmente benéfica. Em 2014, ajudámos diretamente com 5,9 mM€ (2013: 4 mM€) de financiamento nos setores de energias e tecnologias limpas a nível global. Os Green Bonds continuaram a crescer como uma forma de financiar projetos ambientais: assinamos os Princípios dos Green Bonds; lancamos uma parceria entre o Green Bond Index e o MSCI Inc; e comprometemo-nos a investir um mínimo de 1 mM€ em Green Bonds até Novembro de 2015 para integrar o nosso buffer de ativos líquidos.

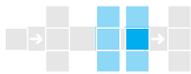
Estamos no caminho certo para atingir o nosso objetivo de 2.000 estágios até ao final de 2015, com um total acumulado de 1734 (2013: 1.233) estágios no Barclays do Reino Unido. Apoiamos também iniciativas de empregabilidade mais amplas, em particular o nosso programa LifeSkills, que apoia os jovens na preparação para o trabalho.

#### Apoio às nossas comunidades

Como parte de nossa ambição 5 Milhões de Iovens Futuros, estamos a trabalhar com instituições de beneficência líderes e ONGs parceiras para ajudar cinco milhões de jovens desfavorecidos a desenvolver as capacidades que necessitam para atingir o seu potencial e investir 250 M€ na comunidade até ao final de 2015. No final de 2014, investimos um total de quase 200 M€ e mais de quatro milhões de jovens beneficiaram dos nossos programas.



Fornecemos mais informações sobre os nossos programas e uma série de estudos de caso na nossa página na Internet em [barclays.com/citizenship](http://barclays.com/citizenship). Além disso, fornecemos também divulgações adicionais alinhadas com as diretrizes da Iniciativa Global sobre a Elaboração de Relatórios G4, no Suplemento de Dados de Cidadania 2014



## Para a Conduta

Ambicionamos agir com integridade em tudo o que fazemos

Para a nossa companhia

Métrica do Balanced Score Card	Real 2013	Real 2014	Meta 2018
Reputação da Conduta (Sondagem YouGov)	5,2/10	5,3/10	6,5/10

Durante 2014, o Grupo continuou a registar custos significativos em matéria de conduta e foram reconhecidos encargos adicionais de 1.513 M€ para compensação de clientes, incluindo 1.270 M€ para o custo de remediação do PPI. O Barclays continua também a participar em litígios e ações regulamentares que envolvem requerentes que consideram que o comportamento inadequado do Grupo causou danos. A investigação a respeito de vários assuntos de conduta relacionados com o câmbio continua e as ações judiciais coletivas relativas foram arquivadas nos tribunais dos E.U.A.. Uma provisão de 1.250 M€ foi realizada a 31 de Dezembro de 2014 para determinados aspetos das investigações em curso envolvendo determinadas autoridades e contencioso em relação ao câmbio. A resolução destes problemas continua a ser uma parte necessária e importante da entrega da estratégia do Grupo.

Em resposta, o nosso Programa de Conduta continua a desenvolver e conceber ferramentas para nos ajudar a melhorar o nosso foco nos resultados dos clientes e colocar a integridade do mercado e dos clientes no centro do nosso negócio:

- **Administração:** Esquemas de governança melhorados, formações e comunicações sobre a conduta de risco, incluindo a supervisão a nível do Conselho (a Conduta do Conselho, a Comissão para o Risco de Reputação e Operações foi criada em 2013), demonstram a nossa expectativa de que os modelos de negócio, a conceção de produtos e o serviço ao cliente objetivam bons resultados pelos clientes e a proteção da integridade do mercado
- **Definição da estratégia e tomada de decisões** O Barclays está a incorporar o risco de conduta nos nossos processos de definição da estratégia e tomada de decisões

Analisámos e melhoramos a forma como o risco de conduta é avaliado e reportado em toda a nossa empresa. Os nossos líderes sénior estão empenhados em colocar o cliente no centro das decisões que tomam e objetivam fornecer de forma consistente 10 resultados do risco de conduta:

- A nossa cultura coloca os interesses do cliente no centro da nossa estratégia, planeamento, tomada de decisões e juízos
- A nossa estratégia tem como objetivo desenvolver relações bancárias a longo-prazo com os nossos clientes, fornecendo produtos e serviços que respondam às suas necessidades e não causem prejuízos.
- O Barclays não desfavorece ou explora clientes, segmentos de clientes ou mercados. Não distorcemos a concorrência de mercado.
- Identificamos proativamente os riscos de conduta e intervimos antes que se cristalizem, gerindo-os, escalando-os e mitigando-os prontamente.
- Os nossos produtos, serviços e canais de distribuição são concebidos, monitorizados e geridos para agregar valor, acessibilidade, transparência e atender às necessidades dos nossos clientes

sustentáveis a longo-prazo, construindo a nossa reputação, aumentando a confiança no sistema financeiro de forma mais ampla e evitando atividades de compensação futuras

- A medida da Conduta é desenvolvida através de um inquérito de reputação da Conduta, realizado pela YouGov, entre um vasto leque de inquiridos, incluindo empresas e intervenientes políticos, meios de comunicação social, ONGs, instituições de caridade e outros líderes de opinião
- A classificação da Conduta para 2014, obtida por dois inquéritos, cada com 2.000 inquiridos, compreende questões relacionadas com a transparência, bem-estar do colaborador, qualidade e valor para o cliente e confiança
- Fornecemos produtos e serviços financeiros que satisfaçam as expectativas dos nossos clientes e atuem conforme o representado. As nossas representações são precisas e compreensíveis de forma que os nossos clientes entendam os produtos e serviços que adquirem.
- Abordamos qualquer prejuízo causado ao cliente e insatisfação de forma justa e atempada.
- Salvaguardamos a privacidade dos dados pessoais.
- Não conduzimos ou facilitamos abusos de mercado.
- Não conduzimos ou facilitamos crimes.

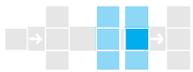
A classificação média do Barclays no Índice de Conduta manteve-se estável a 5.3 (2013: 5.2), com uma pequena melhoria em todas as componentes do Índice. O progresso em direção à meta de 2018 de 6.5 é mais lento do que o desejado, considerando que o impacto dos problemas herdados atua como um entrave ao benefício de ações para melhorar a gestão da conduta. Prevemos novos desafios relativos a problemas herdados em 2015; no entanto, o Barclays está ciente das suas responsabilidades para com todos os seus acionistas e está empenhado em resolver estas questões em linha com os nossos Propósitos e Valores.

Um par de olhos  
extra mantém os  
emails do cliente  
seguros

Nunca podemos ser muito cuidadosos quando se trata de proteger o dinheiro e as informações financeiras dos nossos clientes. Introduzimos até um verificador de emails automático para



Para mais informações sobre como podemos controlar e gerir o risco de Conduta e de reputação e a forma como o Conselho o analisa, por favor consulte a página 59



## Para a nossa Companhia

Procuramos gerir eficazmente o risco e criar retornos sustentáveis

O nosso Balanced Scorecard

Métrica do Balanced Score Card (Grupo Barclays PLC)	Real 2013	Real 2014	Meta 2018
Retorno na Participação (Ajustado)	4,1%	5,1%	>Custo da participação
Rácio CRD IV CET1 totalmente carregado	9,1%	10,3%	>11% <sup>c</sup>

a Revisto de 4,5% após o ganho de 259 M£ no segundo trimestre de 2013 relativo a ativos que ainda não foram recebidos da aquisição da americana Lehman, sendo tratado como um produto a ajustar.

b Revisto de 93%, após a implementação completa dos relatórios CRD IV em 2014.

c Revisto de 10,5% após a Atualização da Estratégia de Maio 2014.

### Retorno Ajustado na Participação (RoE)

- O Retorno Ajustado na Participação demonstra a capacidade da organização em gerar retornos sustentáveis a longo-prazo para os acionistas
- O ROE ajustado é calculado como o lucro ajustado do exercício atribuível a detentores do capital próprio dividido pela média do capital próprio líquido para o ano, excluindo interesses não controladores e outros interesses de capital. Os títulos de capital próprio são constituídos por capital social, lucros retidos e outras reservas

O foco das métricas da Companhia é oferecer retornos aceitáveis a longo-prazo aos acionistas de forma sustentável, mantendo níveis adequados de capital para permitir ao banco a operar com segurança através de condições económicas adversas.

O nosso principal compromisso mantém-se inalterado – entregar um ROE acima do custo do capital numa base sustentável, compatível com a meta para 2018 .

O compromisso de capital do Grupo é um rácio CET1 totalmente carregado acima de 11% em 2016, enquanto nos dirigimos para requisitos de capital de estado final.

### RoE Ajustado

O RoE ajustado exclui produtos que são considerados significativos mas não representativos do desempenho do negócio subjacente. Para obter uma lista destes produtos, por favor consulte a página 32.

Em 2014, o ROE ajustado para o Grupo aumentou para 5,1% (2013: 4,1%) como o lucro antes de impostos ajustado aumentou 12% para 5.502 M£ impulsionado por melhorias nos negócios PCB, Barclaycard e Non-Core. Isto foi parcialmente compensado por uma redução nos movimentos do Banco de Investimento e em movimentos de câmbio adversos que afetaram os resultados reportados da Banca em África.

O RoE para o Core diminuiu para 9,2% (2013: 11,3%). Os retornos dos negócios do Grupo e dos negócios Core estavam abaixo do custo de capital próprio; no entanto, o Barclays conseguiu reduzir o arrasto do ROE nos retornos do Grupo no negócio Non-Core para 4,1% (2013: 7,2%), em grande parte devido a uma redução de 35 mM£ nos RWA.

O Grupo estima o seu Custo de Capital para 2015 a 10,5 %.

### Rácio CRD IV CET1 totalmente carregado

O rácio CRD IV CET1 totalmente carregado (Common Equity Tier 1) demonstra a força de capital e a resiliência do Barclays. Ao garantir que estamos bem capitalizados em relação a requisitos mínimos de fundos próprios das entidades reguladoras, criamos um banco mais seguro para os clientes todos os acionistas através de condições económicas desafiantes

- O rácio expressa o capital do Barclays como uma percentagem dos ativos ponderados pelo risco, conforme definido pelo PRA, no contexto da CRD IV (uma diretiva da U.E. que prescreve os requisitos de adequação dos fundos próprios e as exigências liquidez), e forma parte do quadro regulamentar que rege a forma como os bancos e instituições depositárias são supervisionados
- O cumprimento dos objetivos estabelecidos para os outros quatro C (Cliente, Colaborador, Cidadania e Conduta) contribuirá para a entrega bem-sucedida das metas da Companhia

### Rácio CET1 totalmente carregado

O objetivo de gestão de capital do Barclays é maximizar o valor dos acionistas, otimizando sensatamente o nível, mistura e distribuição para os negócios dos seus recursos de capital, mantendo recursos de capital suficientes para: garantir que estamos bem capitalizados em relação aos requisitos mínimos de fundos próprios das autoridades reguladoras; satisfazer o apetite de risco do Grupo; e apoiar a notação de crédito do Grupo.

Em 2014, o rácio CET1 do Grupo aumentou 120bps para 10,3 %, demonstrando um forte progresso no sentido de cumprir os nossos objetivos e continuar a exceder os requisitos regulamentares. Esta melhoria foi conseguida apesar das novas disposições relativas a questões de conduta . A principal melhoria em 2014 foi uma redução de 35 mM£ nos RWA no negócio Non-Core.

Estamos a progredir fortemente em direção à nossa meta de capital CET1 para 2018. Continuaremos a determinar a geração de capital e a redução de RWA no negócio Non-Core, enquanto procuramos para afetar capital para oportunidades de crescimento de melhoria de ROE no nosso negócio Core.

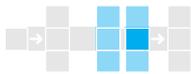


Pushpak: tão inovativos que  
ambicionamos uma patente global

Desenvolvemos um sistema automatizado para testar aplicações novas em centenas de aparelhos, garantindo que as nossas inovações móveis estão nas mãos dos nossos clientes de forma rápida e fiável.



Para mais informações sobre o nosso desempenho financeiro, e a demonstração de resultados e a folha de balanço, por favor consulte a análise Financeira na página 136



## A atividade nas nossas unidades de negócio

Reflete o nosso progresso em direção ao banco “Go-To”

Barca particular e empresarial

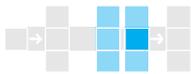
Barclays Group Estrutura, mercados e foco				
Banca particular & empresarial Pág. 18-19	Barclaycard Páginas 19-20	Banca em África Páginas 21-22	Banco de Investimento Páginas 22-23	Barclays Non-Core Página 24
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Retalho RU</li> <li>• Banca Empresarial</li> <li>• Riqueza</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• cartões RU</li> <li>• cartões EUA</li> <li>• cartões Europa</li> <li>• Soluções empresariais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Banca de retalho e empresarial, cartões e seguros</li> <li>• Banca Empresarial</li> <li>• Riqueza</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Banca</li> <li>• Macro</li> <li>• Crédito</li> <li>• Capitais Próprios</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Principais negócios não estratégicos, incluindo operações de retalho europeias e empresariais</li> <li>• Títulos e empréstimos, tais como empréstimos corporativos de longa data não estratégicos</li> <li>• Derivados afetados pela regulamentação</li> </ul>

Os tipos de clientes estão destacados a azul.

A partir de 8 de maio de 2014, alteramos a nossa estrutura empresarial para a tornar mais simples, mais centrada, mais equilibrada e muito mais forte. Isto significa que cada um dos nossos negócios tem oportunidades e focos diferentes, todos contribuintes da estratégia global do Grupo .

As páginas seguintes fornecem uma visão sobre o que consiste cada um dos novos negócios, os produtos que oferecem e os mercados que servem, e como permitem agregar valor ao modelo de negócio do Barclays através das suas contribuições para o Balanced Scorecard.

A forma como os nossos negócios para nos tornarmos o banco “Go-To” diferem. Por exemplo, a maioria dos nossos colaboradores na Banca de Empresas e Particulares trabalha na nossa rede de distribuição enquanto a Banca em África fornece uma infraestrutura bancária fundamental para um continente em desenvolvimento. Daí o contributo de cada um dos nossos negócios  
O Balanced Scorecard será diferente do Balanced Scorecard geral do Grupo, como se pode ver na página 11 . Portanto, as métricas nas páginas seguintes demonstram como cada negócio contribui à sua maneira individual. A Banca em África replica o Balanced Scorecard da entidade sul africana listada, a Barclays Africa Group Limited.

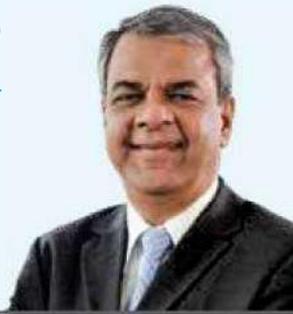


## Banca Empresarial e de Particulares

A atividade nas nossas unidades de negócio

*Estamos a ser bem sucedidos, colocando os nossos clientes no centro de tudo aquilo que fazemos e, ao continuar a fazer isso, iremos tornar-nos o parceiro financeiro "Go-To".*

**Ashok Vaswani**  
Diretor Executivo,  
Banca Empresarial e Particulares,

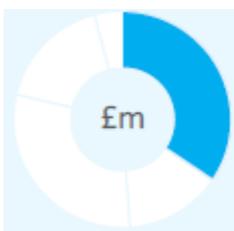


Como a Banca Particular e de Empresas contribui para o nosso Balanced Scorecard

Cliente			
	<ul style="list-style-type: none"> <li>O total de reclamações do banco continua a diminuir anualmente. Publicamos os dados de reclamações com o dobro da frequência exigida pela FCA, para uma maior abertura para com os nossos clientes</li> <li>Classificados em 1º lugar no índice de satisfação do Cliente Empresarial</li> <li>Inovação digital: Mais de 3.7 milhões de downloads da aplicação Barclays Mobile Banking e 2.2 milhões de utilizadores do Pingit com mais de 1 mM€ de pagamentos feitos</li> </ul>		
Colaborador			
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Mais de 40.000 funcionários em todo o mundo e 20% de mulheres na liderança sénior</li> </ul>		
Cidadania			
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ajudar os clientes e as comunidades a tornarem-se hábeis com as tecnologias digitais através do programa Eagles Digital, com mais de 23k em Digital Eagles</li> <li>Apoiar a Diversidade e a Inclusão – garantindo que todos têm acesso aos nossos produtos e serviços</li> </ul>		
Conduta			
	<ul style="list-style-type: none"> <li>O Quadro de Risco de Conduta está a ser incorporado na PCB, com foco na entrega de resultados positivos aos clientes</li> <li>Foi lançada formação no risco de Conduta com o objetivo de aumentar a compreensão dentro do negócio</li> </ul>		
Companhia			
	Contribuição para a receita total do Grupo		
		2014	2013
	Rendimento (M€)	8.828	8.723
	Lucro antes de impostos ajustado (M€)	2.885	2.233
	RoE ajustado (%)	11.9	9.7
	Taxa de perda para empréstimo (pb)	21	28
	Empréstimos e adiantamentos a clientes (mM€)	217	212,2
	Depósitos do cliente (mM€)	299,2	295,9

Nota:  
um inquérito de satisfação do cliente da Charterhouse

### Contribuição para a receita total do Grupo



**8.828 M€**

O rendimento total aumentou 1% no ano anterior impulsionado pelo equilíbrio no crescimento e na melhoria das margens de poupança na Banca Particulares e Hipotecas.

A Banca de Empresas e Particulares é uma potência com o potencial de desafiar a paisagem tradicional bancária do Reino Unido. Está bem posicionada e combina alta qualidade, liderando o negócio entre Particulares, Hipotecas, Empresas e Riqueza.

### O que fazemos

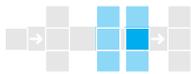
A Banca de Empresas e Particulares (PCB) presta serviços bancários que satisfazem as necessidades bancárias fundamentais de particulares e empresas: armazenar, receber e pagar quantias de forma segura, fiável e regulamentada.

A PCB está subdividida em quatro unidades principais, reunindo os nossos negócios Particulares, Hipotecas, Empresas e Riqueza:

- Particulares: fornecimento de produtos bancários simples a 16 milhões de clientes, centrando-se em transformar as interações com os clientes através de automatização de operações de rotina e da humanização de momentos importantes
- Hipotecas: um motor único com uma força industrial altamente automatizada para fornecer serviços hipotecários a mais de 1.5 milhões de pessoas
- Banca de Empresas: uma proposta ponta-a-ponta e um serviço contínuo que apoia quase um milhão de clientes no Reino Unido e clientes internacionais, começando com as empresas emergentes, passando pelas FTSE 100 até à parceria com as principais corporações internacionais
- Riqueza: o negócio de gestão de fortunas e investimento para 36 mil clientes de elevada fortuna pessoal e particulares de elevado património

Conseguimos juntar uniformemente serviços para Particulares, Hipotecas, Empresas e Riqueza para continuar a ajudar os nossos clientes a atingir as suas metas. A estrutura da PCB dá-nos a capacidade única de criar ligações para os nossos clientes, de ligar vendedores e compradores e incentivar os clientes a fazerem transações e fazerem mais negócios entre si. Continuamos a transformar interações com os clientes, permitindo experiências automatizadas para operações de rotina e oferecendo a escolha do canal (física, telefónica ou digital). Já estamos na vanguarda da mudança digital, transformando a natureza das operações bancárias a nível mundial através de inovações, tais como o Barclays Mobile Banking, o Pingit, o Voice Biometrics e o Vídeo Anywhere. A revolução digital transformou as vidas e os negócios dos nossos clientes e enquanto os programas podem criar mudança, acompanhamos de perto a experiência e oferecemos mudança através de pessoal no terreno para ajudar os clientes a receber uma versão melhorada uma nova experiência bancária melhorada e eficiente. Envidamos os nossos melhores esforços para garantir que não nos esqueçamos de ninguém:

- Houve um esforço enorme no sentido de ajudar as pessoas a tornarem-se mais confortáveis com a Internet através do programa Digital Eagles – aliviando os medos relativos à segurança e demonstrando funcionalidades, tais como utilizar um iPad, procurar uma página na Internet e falar no Skype com a família e amigos
- A nossa atenção à inovação significa que podemos garantir que todos têm acesso aos nossos produtos e serviços através de recursos, tais como caixas multibanco com voz e SignVideo
- Apoiámos mais de 1.1 milhões de jovens com o nosso programa LifeSkills, um programa gratuito, baseado num programa curricular, projetado para preparar os jovens para o mundo do trabalho
- A PCB apoia a também a sociedade e a economia em geral; em 2014 concedemos um empréstimo de 13.8 mM€ a pequenas empresas, um empréstimo de 20.3 mM€ a famílias e centramo-nos numa série de iniciativas destinadas a contribuir para as comunidades em que atuamos como parte da nossa agenda de Cidadania



## Barclaycard

### O nosso Balanced Scorecard

#### Risco de mercado e ambiente

O mercado externo e o ambiente em que a PCB opera está em constante mudança com a regulamentação emergente, a incerteza económica corrente, um cenário competitivo em evolução e com o aumento das expectativas dos clientes. O clima económico em mudança poderia afetar as taxas de juro ou os preços dos imóveis, portanto, avaliar de perto os nossos indicadores de risco de crédito e apetência. Tendo em conta os nossos avanços em soluções tecnológicas, testamos ativamente a resiliência da nossa infraestrutura. Continuamos a controlar e gerir os nossos riscos para garantir qualquer uma destas alterações é mitigada e está dentro da nossa apetência pelo risco, e centramo-nos em adaptar-nos e evoluir com o mercado, por exemplo:

- Abracando a inovação tecnológica para permitir que os nossos clientes existentes interajam mais connosco
- Reformulando a forma como interagimos com os nossos clientes para que possamos aumentar a satisfação do cliente e aprofundar o envolvimento do cliente

#### Análise do desempenho 2014

O lucro antes de impostos aumentou 29% para 2.88 M£, conduzindo a um aumento de 11.9% na média do rendimento do capital. O rendimento de Particulares e Hipotecas cresceu 119 M£ para 4.159 M£, impulsionado pelo equilíbrio no crescimento e melhoria das margens de poupança, parcialmente compensadas por receitas de taxas mais baixas. O rendimento das sociedades esteve amplamente em linha a 3.592 M£ (2013: 3.620 M£) à medida que o equilíbrio no crescimento em empréstimos e depósitos foi compensado pela compressão das margens. As receitas de fortunas estiveram amplamente em linha a 1.077 M£ (2013: 1.063 M£) à medida que o crescimento do negócio e as margens de poupanças mais elevadas no Reino foram compensados pelos efeitos de uma reorganização substancial para reduzir o número de mercados-alvo enquanto simplificavam as operações.

A imparidade melhorou 22% para 482 M£ e taxa de perdas para empréstimos desceu de 7bps para 21bps devido à melhoria na conjuntura económica no Reino Unido, afetando especialmente o setor Empresas que beneficiou de transferências pontuais e menos incumprimentos de grandes clientes Empresas do Reino Unido. A redução contínua das despesas operacionais desceu 7% para 5.475 M£ devido a poupanças provenientes do encerramento líquido de 72 sucursais, como parte da otimização de rede de sucursais em curso, bem como do investimento na experiência do cliente através de canais múltiplos e melhorias tecnológicas para aumentar a automação. A PCB tem feito progressos significativos não em identificar oportunidades de crescimento mas também em alcançar a eficiência operacional. Há um foco interno forte e contínuo no aproveitamento de sinergias, na racionalização e automatização de sistemas e processos para reduzir custos e melhorar os controlos.

O empréstimo e adiantamento a clientes aumentou de 2% para 217,0 mM£ devido ao crescimento hipotecário e ao crescimento no empréstimo a Empresas, aumentando também o RWAs 2% para 120,2 mM£. Os depósitos de clientes aumentaram para 299,2 mM£ (2013: 295,9 mM£).

As nossas prioridades futuras para Banca Empresarial e Particulares

Procuramos:

- Facilitar e criar ligações entre os nossos clientes da PCB
- Automatizar processos manuais para garantir um ambiente melhor de controlo e reduzir custos
- Desenvolver jornadas instantâneas e transparentes para clientes para melhorar a sua experiência e satisfação
- Alargar a nossa capacidade, tecnologias e conhecimentos existentes em todo o nosso negócio
- Continuar a inovar para os nossos clientes, centrando-nos em novas tecnologias e transformando a interação com eles

O Barclaycard é um dos modos de pagamentos no top 10 mundial. Num negócio onde ganhar depende da dimensão, inovação, análise e gestão do risco, temos força em todos estes setores.

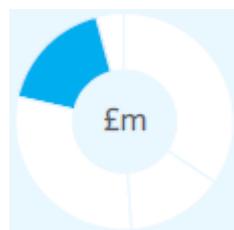
Valerie Soranno Keating  
Diretora Executiva do  
Barclaycard



### Como o Barclaycard contribui para o nosso Balanced Scorecard

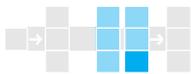
	<b>Cliente</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>3.6 novos clientes</li> <li>257 mM£ de volume de pagamentos em 2014</li> <li>Inovação contínua orientada para os pagamentos, introduzindo formas de pagamento utilizáveis no Reino Unido e apoiando o lançamento do <b>Apple Pay</b> nos E.U.A.</li> </ul>																												
	<b>Colaborador</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>94% de colaboradores de alto desempenho mantidos</li> <li>Reconhecido como líder na Diversidade e Inclusão com 34% líderes importantes sendo <b>mulheres sénior</b></li> </ul>																												
	<b>Cidadania</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>18.5 mM£ em empréstimos novos ou renovados a habitações</li> <li>Lançou a <b>Penny for London</b>, uma forma inovadora de doação, sustentada pelo <b>Barclaycard</b> em parceria com <b>Mayor's Fund for London</b></li> <li>Apoiando a "5 Million Young Futures" através da <b>Yes2Chess</b> e da <b>Apps for Good</b></li> </ul>																												
	<b>Conduta</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ano a ano, o volume de reclamações reduziu em c.20% em 2014, no contexto de uma crescente base de clientes</li> </ul>																												
	<b>Companhia</b>	Contribuição para a receita total do Grupo																												
		<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2014</th> <th>2013</th> <th>2012</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Rendimento (M£)</td> <td>4.356</td> <td>4.103</td> <td>3.816</td> </tr> <tr> <td>Lucro antes de impostos ajustado (M£)</td> <td>1.339</td> <td>1.183</td> <td>1.161</td> </tr> <tr> <td>RoE Ajustado (%)</td> <td>16,0</td> <td>15,5</td> <td>18,0</td> </tr> <tr> <td>Taxa de perda para empréstimo (pb)</td> <td>308</td> <td>332</td> <td>328</td> </tr> <tr> <td>Empréstimos e adiantamentos a clientes (mM£)</td> <td>36,6</td> <td>31,5</td> <td>26,8</td> </tr> <tr> <td>Depósitos do cliente (mM£)</td> <td>7,3</td> <td>5,1</td> <td>2,7</td> </tr> </tbody> </table>		2014	2013	2012	Rendimento (M£)	4.356	4.103	3.816	Lucro antes de impostos ajustado (M£)	1.339	1.183	1.161	RoE Ajustado (%)	16,0	15,5	18,0	Taxa de perda para empréstimo (pb)	308	332	328	Empréstimos e adiantamentos a clientes (mM£)	36,6	31,5	26,8	Depósitos do cliente (mM£)	7,3	5,1	2,7
	2014	2013	2012																											
Rendimento (M£)	4.356	4.103	3.816																											
Lucro antes de impostos ajustado (M£)	1.339	1.183	1.161																											
RoE Ajustado (%)	16,0	15,5	18,0																											
Taxa de perda para empréstimo (pb)	308	332	328																											
Empréstimos e adiantamentos a clientes (mM£)	36,6	31,5	26,8																											
Depósitos do cliente (mM£)	7,3	5,1	2,7																											

### Contribuição para a receita total do Grupo



4,356M£

O rendimento total cresceu 6% no ano anterior, impulsionado pelo crescimento dos ativos em todas as áreas geográficas.



O Barclaycard é um negócio líder no setor de pagamentos do consumidor que oferece uma ampla gama de produtos e serviços aos consumidores e comerciantes.

### O que fazemos

O Barclaycard fornece soluções que permitem aos consumidores comprar e pagar na forma que desejarem e às empresas vender e aceitar pagamentos na forma que desejarem, ligando os dois de forma a acrescentar valor para ambos. Operando em diferentes geografias e canais de distribuição, somos uma das poucas empresas de pagamentos de consumidores capazes de servir tanto a compradores como a vendedores. O nosso diversificado modelo de negócios permite entregar retornos consistentes ao longo do ciclo económico.

Considerando que consumidores e empresas adotam soluções digitais e online mais seguras, continuamos a inovar – uma área onde o Barclaycard entrega acima da sua herança de líder. Os exemplos incluem:

- A nossa colaboração com a Transport for London (TfL) que, em setembro de 2014, permitiu à TfL aceitar todos os cartões ou dispositivos sem contacto para pagamento em toda a rede de transportes de Londres.
- O lançamento da nossa banda BPay, um instrumento de pagamento de "mercado aberto" que pode ser ligado a qualquer cartão de crédito ou débito do Reino Unido e utilizado em mais de 300 mil terminais de pagamento sem contacto no Reino Unido.
- O Barclaycard Anywhere – uma aplicação ligada a um terminal móvel de aceitação de cartões que utiliza a tecnologia smartphone para permitir às PME e grandes Empresas com forças de trabalho distribuídas aceitar remotamente pagamentos com cartão

Além disso, centramo-nos em entregar valor aos nossos titulares de cartões, oferecendo produtos líderes do setor à nossa base de clientes globais, incluindo:

- O Barclaycard Arrival, o nosso produto de recompensas de deslocação premiado no E.U.A. com mais de 250 mil clientes ativos e mais de 825 M\$ em empréstimos apenas 21 meses após o lançamento
- Liderando as tabelas "melhor comprador" para transferências de saldo no Reino Unido para todo o ano de 2014, oferecendo diariamente a melhor oferta no mercado aos consumidores

Fornecendo soluções simples que oferecem valor claro, trabalhando de forma fiável e criando um compromisso emocional podemos tornar-nos o banco "Go-To" para pagamentos de consumidores.

### Risco de mercado e ambiente

O Barclaycard opera em várias áreas geográficas e, portanto, está exposto aos riscos e benefícios de cada uma. As mudanças no ambiente destes mercados pode causar ventos desfavoráveis como resultado de flutuações nas taxas de juro e nas taxas de câmbio, ou devido à atividade da concorrência na nossa oferta de produtos diferentes ou na geografia. Estes ventos desfavoráveis poderiam aumentar a imparidade nos nossos registos ou resultar na redução do rendimento e afetar o nosso apetite pelo risco de mercado e de crédito. Garantimos que mantemos o nosso apetite de risco a um nível adequado em cada uma das categorias de risco, enquanto refletimos o ambiente atual. Por exemplo, podemos continuar a conceder empréstimos de forma responsável e apenas para aqueles a quem o crédito é adequado.

Enquanto os nossos planos de crescimento para o futuro podem comportar alguns riscos de execução à medida que expandimos e entregamos a nossa estratégia, o nosso modelo de negócio diversificado limita o potencial impacto dos riscos descritos acima e pode abrir novas linhas de oportunidade.

### Análise do desempenho 2014

O lucro antes de impostos aumentou em 13% para 1.339 M£. O forte crescimento de 2014 foi produzido por um modelo de negócios de consumo e de comércio, com números crescentes de clientes para 30 M (2013 : 26 m) e um crescimento dos ativos em todas as áreas geográficas. O crescimento tem sido gerido numa base de custos bem controlada, com o negócio centrado em escala através da internalização de serviços, da consolidação de locais e digitalização, resultando numa melhoria no rácio custos-benefícios de 43%. O foco do negócio na gestão do risco reflete-se em taxas de incumprimento de 30 dias estáveis e na queda das taxas de perda com empréstimos. O modelo de negócios diversificado e escalado permitiu ao negócio a proporcionar um forte retorno na média do rendimento do capital de 16,0% (2013 : 15,5%).

O rendimento total aumentou de 6% para 4.35 M£, refletindo o crescimento do negócio do consumidor e do comerciante no Reino Unido, Alemanha e E.U.A, parcialmente compensado pela desvalorização da média do USD face à GBP.

- A margem de juro líquido diminuiu para 8,75% (8,99%) devido a uma mudança na mistura de produtos e ao impacto das ofertas promocionais, parcialmente compensada por menores custos de financiamento

- O rendimento líquido de honorários e comissões aumentou 2% para 1.286 M£ devido ao crescimento nos volumes de pagamentos

Os encargos de imparidade aumentaram 8% para 1.183 M£ devido ao crescimento dos ativos e à cobertura melhorada de diferimentos.

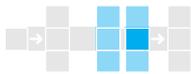
O total de despesas operacionais aumentou 1 % para 1.874 M£, impulsionado pelos custos para alcançar o programa Transformar, parcialmente compensado pela desvalorização da média do USD face à GBP, e às economias de internalização de serviços, consolidação de sítios e digitalização.

Os empréstimos e adiantamentos aumentaram 16% para 36.6 mM£, refletindo o crescimento em todas as áreas geográficas. Os RWA aumentaram 12% para 39.9 mM£ como consequência. Os depósitos de clientes aumentaram 43% para 7.3 mM£, refletindo a estratégia de financiamento de depósitos nos E.U.A.

### As nossas prioridades futuras para o Barclaycard

A intenção estratégica do Barclaycard é continuar a entregar um crescimento forte e contribuir para que o Barclays se torne no banco "Go-To". Para tal procuramos:

- Expansão seletiva onde podemos obter ganhos de eficiência e economias de escala
- Investimento para acelerar a dinâmica em setores de mercado e geografias onde já se reconheceu a sua força
- Criação de relações sustentáveis e utilização das nossas competências para apoiar as nossas comunidades
- Garantir que os nossos produtos e serviços lideram a indústria com transparência
- Continuar a ser pioneiros na indústria de pagamentos, oferecendo aos clientes e retalhistas formas inovadoras de comprar e vender



## A Banca em África

Temos um impacto positivo nas comunidades em que operamos

"A Banca em África está exclusivamente colocada para promover o desenvolvimento económico, à medida que traz competências e clientes a África, e oferece aos clientes



Maria Ramos  
Diretora Executiva, Banca em África

### Como a Banca em África contribui para o nosso Balanced Scorecard



#### Cliente

- RBB e WIMI: Relação NPS\* 4º (1º Meta para 2018)
- CIB: Taxa de crescimento anual da contribuição do franchise de clientes: 13% (Meta 11% em 2018)



#### Colaborador

- Envolvimento sustentável da classificação de colaboradores 73% (Meta 84% em 2018)
- Mulheres sénior na liderança: 29,6% (Meta 35% em 2018)
- Gestão sénior por pessoas negras (EE) na África do Sul: 32,2% (Meta 60% em 2018)



#### Cidadania

- 42.876 PME apoiadas com seminários, ferramentas e formação
- 824 estágios/formações básicas
- 10 M€ de investimentos na Comunidade e mais de 14.000 colaboradores mobilizados para oferecer o seu tempo e conhecimento



#### Conduta

- Reputação da Conduta (Sondagem YouGov) 7,4/10<sup>2</sup> (Meta 7,7/10 em 2018)



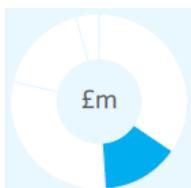
#### Companhia

Contribuição para a receita total do Grupo

	2014	2013	2012
Rendimento (M€)	3 664	4 039	4 314
Lucro antes de impostos ajustado (M€)	984	1 049	1 019
RoE Ajustado (%)	9,3	8,1	7,2
Taxa de perda para empréstimo (pb)	93	128	158
Empréstimos e adiantamentos a clientes (mM€)	35,2	34,9	41,2
Depósitos do cliente (mM€)	35	34,6	39,7

Nota:  
a Botswana, Gana, Quênia, África do Sul e Zâmbia.

### Contribuição para a receita total do Grupo



£mM 3,664

O rendimento total líquido de indemnizações de seguros diminuiu 9% no ano anterior. Considerando uma taxa de câmbio constante, aumentou 7%.

A Banca em África é um fornecedor de serviços financeiros completa e diversificada.

#### O que fazemos

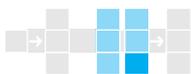
Oferecemos um conjunto integrado de produtos e serviços em toda a banca de retalho e de negócios, banca empresarial e de investimento, gestão de riqueza e seguros a quase 12 milhões de clientes em África. Com a nossa presença de longa data em 12 mercados africanos e a integração com o Grupo Barclays a nível global, oferecemos conhecimentos profundos e presença local, combinados com a experiência e apoio de um banco global. Ao ajudar os nossos clientes a atingir as suas ambições, desempenhamos um papel fundamental em potencializar e desenvolver África.

África é o segundo continente a crescer mais rapidamente, com potencial evidente para um crescimento económico forte a longo-prazo. A nossa vantagem competitiva assenta na nossa capacidade de combinar o conhecimento global do produto com conhecimento regional e uma presença local e extensa bem estabelecida. Traduzimos esta vantagem em benefícios tangíveis para os clientes e temos como objetivo tornar-nos o seu banco de eleição em África. Ao implementar a nossa estratégia, estamos focados em reorganizar as nossas operações de banca de retalho e banca de empresas, aumentar a nossa franquia empresarial em todo o continente, ampliar as nossas ofertas de riqueza, gestão de investimentos e de seguros em toda o continente africano, bem como investir e desenvolver o nosso talento. Isto irá permitir que nos tornemos 'top 3' em receitas nos nossos cinco maiores mercados africanos – África do Sul, Quênia, Gana, Botswana e Zâmbia.

#### Risco de mercado e ambiente

O crescimento económico da África do Sul retraiu-se devido a greves prolongadas no setor mineiro e das engenharias e falhas de eletricidade persistentes. Os mercados africanos fora da África do Sul permaneceram resistentes mas o crescimento abrandou em alguns mercados devido a choques específicos de cada país, a políticas monetárias mais apertadas e preços mais fracos de produtos de base.

Este ambiente em mudança coloca-nos tanto perante oportunidades como riscos. A intensificada intervenção regulamentar e governamental assegura um ambiente operacional saudável enquanto o aumento dos custos de conformidade e a complexidade de fazer negócio suporta um ambiente operativo seguro. Outros riscos resultam de ventos macroeconómicos desfavoráveis; na África do Sul, os elevados níveis de endividamento dos consumidores resultaram em condições de empréstimo mais severas e espera-se que o crescimento económico se mantenha lento. Tomámos medidas para gerir o nosso perfil de risco, monitorizando os riscos de execução cuidadosamente e acompanhando o processo de perto face às nossas iniciativas estratégicas. Enquanto a África do Sul continua a ser a principal parte do nosso negócio, as operações nas nossas outras agências africanas acrescentam diversidade e a oportunidade de um maior crescimento da nossa carteira. Já estamos a ver os benefícios nos nossos resultados de 2014.



# Banco de Investimento

## A Banca em África

### Análise do desempenho 2014

Durante 2014, fizemos grandes progressos em relação aos compromissos financeiros a que nos propusemos nos mercados para 2016. Nas nossas operações africanas, aumentámos a nossa quota de receitas fora da África do Sul para 22,5% – dentro dentro do nosso alvo de referência – e são top 3 por receitas em 2 dos nossos cinco maiores mercados. O nosso ROE aumentou para 9,3% e deverá exceder os 10%. O aumento do rácio custo para rendimento reflete os investimentos que fizemos no negócio.

Simplificámos a nossa gama de produtos e processos, continuamos a acrescentar valor através de serviços adicionais, melhorando a experiência do cliente e introduzindo várias inovações digitais através da aplicação Homeowners na África do Sul, permitindo aos candidatos acompanhar o andamento de pedidos hipotecários, para o lançamento do Barclays Mobile Banking em mercados fora da África do Sul.

Implementámos também com sucesso sistemas e infraestruturas para clientes corporativos e empresariais, tais como a Front Arena – uma plataforma de comércio eletrónico – em onze países; o BARX – a nossa plataforma de intercâmbio – em nove países; e o Barclays.net – um canal bancário online simples e cheio de funcionalidades já em funcionamento na África do Sul, Quênia e Uganda – que são todos mercados geográficos fundamentais para o nosso negócio africano. Continuamos a expandir os nossos negócios de seguros em todo o continente.

Em termos reportados, o rendimento total líquido de indemnizações de seguros diminuiu 9% para 3.664 M£ e o lucro antes de impostos diminuiu 6% para 984 M£. Com base em taxas médias, em 2014 o ZAR diminuiu 18% em relação à GBP. A deterioração foi um importante contributo para o movimento nos resultados relatados da banca em África.

A discussão sobre o desempenho dos negócios no parágrafo abaixo baseia-se nos resultados sobre uma taxa de câmbio constante, salvo indicação em contrário. O lucro antes de impostos aumentou 13%, para 984 M£, refletindo o bom crescimento no Banco de Investimento e Corporativo (CIB) e na Banca Retailista e Empresarial. O CIB registou um forte crescimento do rendimento, impulsionado pela atividade de financiamento das empresas fora da África do Sul e melhorou o desempenho comercial da banca de investimento na África. Foram feitos progressos constantes na estratégia de reforma do RBB África do Sul, com o crescimento no aumento do rendimento líquido de honorários e comissões no segundo semestre do ano, e a Gestão de Riqueza, Investimentos e Seguros alcançou um sólido crescimento fora da África do Sul devido a iniciativas de expansão.

Os empréstimos e adiantamentos a clientes aumentaram 5%, impulsionados pelo forte crescimento no CIB. Os depósitos de clientes aumentaram 5%, impulsionados pelo crescimento do RBB. O RWA aumentou 1% uma vez que o crescimento de empréstimos e adiantamentos foi parcialmente compensado por uma depreciação do ZAR face à GBP.

### As nossas prioridades futuras

Para o Barclays Africa Group Limited, ambicionamos um ROE de 18–20% e baixar o nosso rácio de eficiência para os cinquenta. Para a Banca em África pretendemos tornar-nos o top 3 através de receitas nos nossos cinco maiores mercados e aumentar a divisão da receita fora da África do Sul para 20–25%. Para vvattingir estes objetivos, o crescimento fora da África do Sul será uma prioridade para nós e iremos continuar a centrar-se em quatro áreas:

- Recuperação da nossa franquia RBB
- Expandir o nosso negócio em todo o continente
- Expandir as unidades de Riqueza, Gestão de Investimento e Seguros na África
- Desenvolver e investir na diversidade e talento

*"A partir da nossa posição com mercados locais duplos e um alcance verdadeiramente global, estamos a transformar o Banco de Investimento para que possamos continuar a ajudar os nossos clientes alvo a alcançar as suas ambições."*



Diretor Executivo, Banco de Investimento

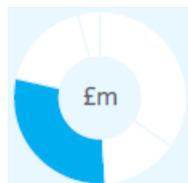
### Como a Banca de Investimento contribui para o nosso Balanced Scorecard

- Cliente**
  - Votado o melhor Banco de Investimento no Reino Unido pela **Euromoney**.
  - Classificado # 2 por Cotas de Mercado de Rendimento Fixo pelo terceiro ano consecutivo pela **Greenwich Associates**.
  - Recomendado em quatro das 10 principais fusões e aquisições globais em 2014, incluindo as duas principais
- Colaborador**
  - 400 licenciados em tempo integral e 590 estagiários contratados em 2014
  - 14% gestores sénior sendo mulheres
  - 22 Redes de diversidade com mais de 8.800 membros
- Cidadania**
  - Lançou três produtos socialmente responsáveis em 2014.: Barclays Women in Leadership Index and ETNs; Barclays Return on Disability ETNs, e Barclays/MSCI Green Bond Benchmark Indices
  - 5.9 mM£ de financiamento em tecnologias limpas em 2014, incluindo
  - 2.3 mM£ de financiamento em Obrigações Ecológicas
- Conduta**
  - A Comissão para o Risco de Reputação lançou e incorporou-se em subcomissões, centrando-se em Conflitos, Sustentabilidade, Submissões e Colaboradores
  - 6.800 colaboradores concluíram a formação em Conduta em 2014, representando mais de 99% de todos os funcionários da linha da frente)

Companhia			
Contribuição para a receita total do Grupo			
	2014	2013	2012
Rendimento (M£)	7 588	8 596	9 104
Lucro antes de impostos ajustado (M£)	1 377	2 020	2 554
RoE (%)	2,7	8,2	9,6
Custo: rácio do rendimento (%)	82	77	71
Empréstimos e adiantamentos a clientes (mM£)			
	106,3	104,5	93,2
Depósitos do cliente (mM£)			
	455,7	438,0	398,5

Nota:  
a O rendimento ajustado e o lucro antes de impostos de 2013 foram novamente declarados para excluir os ganhos de 259 M£ do segundo trimestre de 2013 relativos a ativos que ainda não foram recebidos da aquisição da americana Lehman para auxiliar à comparação.

### Contribuição para a receita total do Grupo



£M7,588

O total do rendimento diminuiu 12% no ano anterior principalmente devido a condições difíceis de criação de mercados e à continuidade de níveis baixos de atividade.



O Banco de Investimento é um fornecedor líder de consultoria, financiamento e soluções de gestão do risco para empresas, governos e instituições em todo o mundo.

#### O que fazemos

Permitimos o movimento de capital entre aqueles que precisam dele, por exemplo, para fazer crescer a sua empresa ou construir uma nova infraestrutura e para os que procuram gerar um retorno de um investimento. Ao fazê-lo, financiamos e facilitamos o crescimento económico global, ajudando milhões de pessoas a alcançar suas ambições. O nosso negócio divide-se em três áreas centrais:

- **Mercados:** Oferece serviços de execução, de corretagem e de gestão do risco em toda a gama de classes de ativos, incluindo participação e receita fixa, moeda e seleciona produtos de base.
- **Banca:** Oferece consultoria estratégica a longo-prazo sobre fusões e aquisições, finanças empresariais e soluções estratégicas de gestão do risco
- **Investigação:** Oferece a pesquisa de classe multi-ativos e macroeconómica que produz ideias práticas para ajudar os nossos clientes a tomar decisões de investimento informadas. Através desta gama de atividades comerciais, podemos dotar o Barclays com uma diversidade de rendimento e risco, e fornecer serviços de execução de mercado para clientes dentro de outras partes do Grupo.

#### Risco de mercado e ambiente

As alterações feitas após a Atualização da Estratégia reequilibram a nossa diversidade de negócios para melhorar os rendimentos, garantindo ao mesmo tempo a prestação de um serviço integral aos nossos clientes.

As carteiras do Banco de Investimento representam agora um risco de mercado mais baixo e iremos continuar a acompanhar de perto a nossa apetência de risco e de mercado à medida que o ambiente evolui.

O ambiente ainda é um desafio, com taxas de juro baixas e uma volatilidade reduzida a afetar o Banco de Investimento. A par com a mudança de regulamentação mais estrutural, incluindo novos requisitos de capital e alavancagem, isto tem colocado uma pressão crescente sobre a capacidade do Banco de Investimento em entregar retornos.

As alterações resultantes de uma regulamentação nova e iminente continuarão a afetar o nosso modelo de negócio. Em particular, adaptar o nosso enquadramento empresarial em resposta à reforma estrutural será um foco importante nos próximos anos à medida que procuramos cumprir tanto com a legislação extremamente específica do Reino Unido e da Holding Intermediária dos E.U.A.

Além disso, a empresa continua a enfrentar riscos de conduta e de litígios e estamos a reforçar ainda mais o nosso ambiente de controlo, a evoluir a nossa cultura e simplificar os nossos produtos a fim de minimizar riscos associados.

#### Análise do desempenho 2014

O lucro antes de impostos diminuiu 32% para 1.377M£. O Banco de Investimento continua a fazer progressos na sua estratégia liderada pela originação, assentando-se em posições de liderança nos mercados internos do Reino Unido e dos Estados Unidos enquanto obtém economia de custos e eficiências em RWA. A empresa está focada num conjunto de produtos mais simples nos Mercados, que lhe permitirá tirar proveito das forças existentes e adaptar-se à evolução da regulamentação. O negócio continuou a executar esta estratégia apesar das condições difíceis criação de mercados e continuidade de níveis baixos de atividade. Isto tem afetado particularmente os produtos de crédito e de taxas de juros, resultando num declínio do rendimento entre os negócios Mercados. Este declínio foi parcialmente compensado pelo melhor desempenho bancário e pelas reduções de custos significativas como resultado das poupanças no plano Transform.

O rendimento total diminuiu 12% para 7.588 M£, incluindo o impacto da depreciação da média do USD face à GBP.

- O produto bancário cresceu 2% para 2.528 M£ dado que as perdas mais baixas no justo valor em coberturas e juros mais elevados compensam rendimentos de taxas mais baixos.
- Os rendimentos de mercados diminuíram 18% para 5.040 M£
  - O crédito diminuiu 17%, impulsionado pela reduzida volatilidade e atividade do cliente
  - Os capitais próprios diminuíram 11% devido a baixos volumes de clientes
  - Os produtos macro diminuíram 24%, refletindo a atividade moderada do cliente e uma menor volatilidade nos mercados cambiais no primeiro semestre do ano

O total de despesas operacionais diminuiu 6% para 6.225 M£, refletindo uma redução nas despesas de indemnizações, reestruturação empresarial, continuado racionalização continua da plataforma tecnológica e da infraestrutura imobiliária e depreciação da média do USD face à GBP. Isto foi parcialmente compensado pelo aumento dos custos para obediência do plano Transform e por encargos com litígios e conduta.

O total de ativos aumentou 4% para 455.7 mM£ devido a um aumento nos derivativos devido a taxas de juro a prazo e um reforço do USD face às principais moedas. Os RWA reduziram 2% para 122.4 mM£ orientados principalmente pela redução de riscos na carteira de negociação.

#### As nossas prioridades futuras para o Banco de Investimento

Procuramos:

- Investir em áreas-chave de crescimento com um foco particular na originação
- Simplificar e normalizar o negócio macro, mantendo a flexibilidade para criar soluções personalizadas para os principais clientes
- Consolidar e otimizar a utilização do balanço do cliente através da equipa de Gestão de Capital do Cliente
- Simplificar e reduzir significativamente o custo da nossa infraestrutura, normalizando tecnologias e processos entre classes de ativos
- Continuar a reforçar o nosso ambiente de controlo e abordagem ao risco de conduta



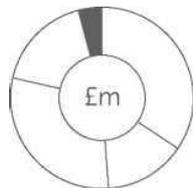
## Barclays non-core

Banco de Investimento

O Barclays Non-Core é responsável pela alienação de ativos e negócios não estratégicos do Barclays.

Empresa	2013		2014
Contribuição para o Grupo	Declarado	Declarado	Declarado
Rendimento (£M)	2.293	3.207	1.050
Lucro ajustado antes de impostos (M£)	(1.562)	220	(1.180)
RoE Ajustado (%)	(7.2)	(1.1)	(4.1)
Empréstimos e adiantamentos a clientes (£mM)	81.9	99.1	63.9
Depósitos de clientes (£mM)	29.3	31.9	21.6

Contribuição para a receita total do Grupo



1.050 M£

O rendimento total líquido de indemnizações de seguros diminuiu 54%, refletindo a saída e escoamento de certos negócios e títulos em 2014

### O que fazemos

O Barclays Non-Core (BNC) foi formado para supervisionar a alienação de ativos e negócios não estratégicos do Barclays, libertando capital para estimular o crescimento estratégico no negócio Core.

O BNC junta negócios e ativos que não se encaixam na nossa estratégia para o cliente, que permanecem na sub-escala com oportunidades de crescimento limitadas, ou que são desafiados pelo quadro de capital regulamentar. Os ativos de negócios Non-Core foram agrupados no BNC que é composto por três elementos principais: negócios principais, títulos e empréstimos e derivativos.

Vários negócios geridos dentro do BNC são rentáveis e serão atrativos para outros proprietários.

Todos os negócios do BNC serão concluídos com o decorrer do tempo, através de venda ou escoamento. Reduzir a base do capital e dos custos irá ajudar a melhorar os retornos do Grupo e entregar valor aos acionistas.

### Crítérios para o BNC

Foram utilizados dois critérios para determinar quais os negócios que devem ser colocados no BNC:

- Ajuste estratégico: Negócios não orientados para o cliente ou que operam em áreas onde não temos vantagem competitiva
- Retornos tanto da exposição de capital CRD IV e exposição à alavancagem: Negócios de capital e/ou utilização intensiva de alavancagem, improvável que atenda os nossos retornos-alvo a médio-prazo

Quase 80 % dos RWA do BNC relaciona-se com a Banca de Investimento Não Central na criação do BNC. Inclui a maioria dos nossos negócios em produtos de base e mercados emergentes, elementos de outras atividades comerciais, incluindo operações relativas a derivativos herdados e negócios não estratégicos. As principais carteiras do negócio Non-Core fora do Banco de Investimento Não Central compreendem todo o nosso negócio retalhista europeu, algumas exposições a empresas europeias e um pequeno número de carteiras Barclaycard e Riqueza.

O BNC é gerido por uma equipa de gestão dedicada a operar numa estrutura de governança clara para otimizar o valor dos acionistas e preservar o máximo valor contabilístico à medida que os negócios e ativos são alienados.

### Mercado, Risco e ambiente

Para alienar o BNC com sucesso, estamos, em parte, dependentes de fatores do mercado externo. O rendimento dos nossos negócios e ativos, o quantum de RWA associados e a apetência pelo mercado para os componentes do BNC são todos influenciados pelo ambiente de mercado. Além disso, as mudanças regulamentares no tratamento dos RWA pode afetar significativamente o nosso "stock" de RWA. Estes fatores, juntamente com as mudanças regulamentares contínuas, significam que o ambiente de mercado onde o BNC opera pode ter consequências positivas ou negativas para o nosso perfil de escoamento planeado.

O BNC mantém uma estrutura robusta de gestão do risco por forma a mitigar os riscos inerentes aos nossos negócios e ativos negociados; no entanto, poderá ser necessário tomar ações adicionais, atualmente imprevisíveis para alcançar os nossos objetivos de escoamento, o que pode incluir incorrer em custos adicionais de saída, ou uma mudança na direção da nossa estratégia planeada.

Apesar do ênfase estar na redução dos RWA, a redução dos custos no BNC é também fundamental. Seremos disciplinados ao garantir que reduzimos ambos, apesar de isto poder não acontecer simultaneamente.

### Análise do desempenho 2014

As perdas antes de impostos reduziu 24% para 1.180 M£ à medida que o BNC fez bons progressos ao sair ou reduzir certos negócios e títulos durante 2014. Isto conduziu a uma redução de 34.6 mM£ em RWA, tendo alcançado progressos visíveis face às metas de redução no BNC, como definido na Atualização da Estratégia a 8 de maio de 2014.

O rendimento total líquido de indemnizações de seguros reduziu 54% para 1.050 M£:

- O rendimento de atividades empresariais reduziu 27% para 1.101 M£ devido à venda e redução dos ativos da carteira herdada e à racionalização da oferta de produtos no âmbito do negócio de retalho europeu
- O rendimento de valores mobiliários e empréstimos reduziu 82% para 117 M£, impulsionado principalmente pelo escoamento ativo de valores mobiliários, perdas do justo valor em carteiras de empréstimos por grosso
- O rendimento de derivativos reduziu 321 M£ para uma despesa de 168 M£, refletindo os custos de financiamento da carteira de derivativos negociados herdados e a não recorrência de ganhos no justo valor no ano anterior

Os encargos por imparidade de crédito aumentaram 81% para 168 M£ devido à não recorrência de imparidade no risco associado a emitentes, e à melhoria do desempenho na Europa, devido fundamentalmente a recuperações melhoradas e menos delitos na carteira de hipotecas.

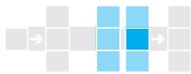
O total de despesas operacionais melhorou 29% para 2.011 M£, refletindo poupanças com o decréscimo de empregados e os resultados da reestruturação retalhista europeia anteriormente anunciada.

O total de ativos diminuiu 8% para 471.5 M£ devido ao escoamento da carteira ativos herdados, compensado por um aumento nos ativos de derivativos, com uma respetiva redução nos RWA de 34.6 mM£ para 75.3 mM£.

As nossas prioridades futuras para o Barclays Non-Core (BNC)

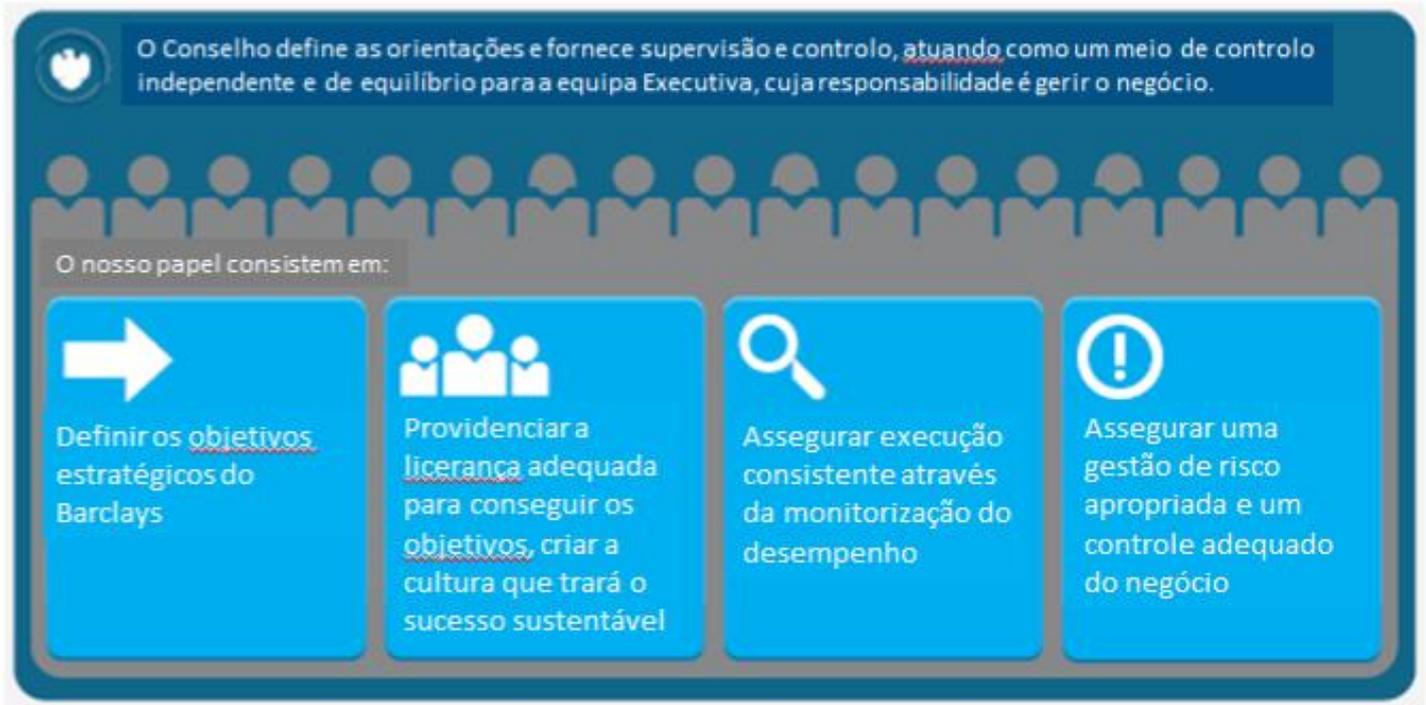
O Barclays Non-Core procura:

- Gerir o BNC em conformidade com os Propósitos e Valores do Barclays enquanto saímos de ativos e negócios Non-Core particularmente relativos aos nossos colaboradores e clientes
- Otimizar o valor do acionista em atividades empresariais e ativos negociados do BNC, e atuar de forma decisiva quando as oportunidades surgirem
- Manter sempre uma estrutura de gestão do risco robusta
- Parceria com o negócio Barclays Core para garantir uma forte coordenação relativamente a planos de saída.
- Sermos disciplinados face aos custos enquanto reduzimos o negócio do Barclays Non-Core, e garantir que os custos são eliminados do Grupo



## O Conselho estabeleceu prioridades claras

Construir um negócio que gera retorno forte e sustentável



### Uma visão geral do Presidente sobre a governança

A nossa principal prioridade enquanto Conselho é clara: criar um negócio sustentável que gera bons rendimentos a longo-prazo aos nossos acionistas. A nossa função é definir os objetivos estratégicos do Barclays; oferecer a liderança certa para alcançar esses objetivos; garantir uma execução consistente através do acompanhamento do desempenho e, acima de tudo, garantir que o risco é gerido de forma adequada e o negócio é bem controlado.

O Conselho define as orientações e fornece supervisão e controlo, atuando como um meio de controlo independente e de equilíbrio para a equipa Executiva, cuja responsabilidade é gerir o negócio. Esta relação só é eficaz se for construída com base no respeito mútuo, partilhando uma agenda comum e uma perspetiva comum sobre o pretendemos alcançar, e isso verificou-se durante 2014.

#### Definir objetivos estratégicos

O nosso objetivo de desempenho dominante, que estabelecemos a fevereiro de 2013, é a entrega de um rendimento dos capitais próprios acima do custo de capital numa base sustentável. Confrontados desde então com mudanças significativas no ambiente externo, uma importante área de atenção para o seu Conselho foi a forma como atingimos este objetivo. No início de 2014, a equipa Administrativa, liderada por Antony Jenkins, apresentou propostas ao Conselho, onde identificou questões significativas e as opções disponíveis para nós. O Conselho desafiou e testou estas propostas e perspetivas antes de aceitar a estratégia sobre a qual todos acordámos para reequilibrar o Barclays e reposicionar o negócio para retornos e crescimento consistentes, como anunciado a 8 de maio de 2014. Como Conselho de Administração, estamos unidos no nosso compromisso para com este plano.

#### Criar a cultura certa

Claramente que a forma como o fazemos é tão importante como o que fazemos. O nosso objetivo é criar um Barclays que faça negócios da forma certa, exibindo os valores corretos. O Conselho representa um papel vital na determinação do tom e dos valores – criando a cultura – que acabará por proporcionar o sucesso sustentável. Portanto, uma governança eficaz não é simplesmente ter uma estrutura ou processos em andamento: trata-se de pessoas e da forma como interagem. É vital garantir que temos as pessoas certas na liderança do Barclays e que estas são devidamente recompensadas e incentivadas. O Comité de Nomeações e Governança das Empresas do Conselho e o Comité de Remuneração controlam estas áreas importantes em nome do Conselho de Administração.

#### Acompanhamento do desempenho

Continuamos a discutir e a testar cada elemento da nossa estratégia, nem que seja devido a novas mudanças regulamentares, incluindo a Reforma Estrutural e o efeito fundamental que terá na forma como gerimos o nosso capital, liquidez e risco. No entanto, tendo refinado os nossos objetivos estratégicos, o foco do Conselho está agora na execução e no apoio à equipa Executiva



em entregar as metas acordadas. A atenção do Conselho centrou-se essencialmente no progresso que está a ser feito face às nossas metas financeiras, nas potenciais oportunidades de crescimento apresentadas pelos nossos negócios Core e em continuar a reposicionar o nosso negócio de Banco de Investimento e em reduzir a dimensão no nosso negócio Non-Core.

#### Gestão do risco e controlo

É essencial que tenhamos uma visão holística de todos os principais riscos que o Barclays enfrenta, permanecendo alerta no que respeita tanto aos riscos conhecidos como emergentes, e garantir que somos suficientemente fortes para resistir a choques exógenos. Os nossos comités de risco a nível do Conselho desempenham um papel fundamental em fornecer uma supervisão da gestão do risco e em garantir que a nossa apetência pelo risco e perfil são consistentes e apoiam a nossa estratégia para

## Enquadramento da nossa Governança Corporativa

Aquilo que o Conselho faz e como o faz sustenta a entrega de sucesso sustentável a longo-prazo. Isto cria um quadro no qual a equipa Executiva pode conduzir o negócio e entregar a estratégia acordada.

#### Liderança

O Conselho oferece desafios, supervisão e aconselhamento para garantir que estamos a agir de forma correta. O Conselho deve ainda estar atento à necessidade de cultivar futuros líderes e assegurar que existem planos de sucessão robustos.

#### Eficácia

O Conselho necessita do equilíbrio certo de conhecimento, competências, experiência e perspetivas para ser eficiente. Necessita também ter as informações certas no momento certo para que possa envolver-se profundamente na forma como o negócio está a operar, avaliar o desempenho da equipa Executiva e entender inteiramente os principais riscos e desafios que o negócio enfrenta. O desempenho do Conselho, de cada Comité do Conselho e dos Diretores é analisado anualmente na Análise da Eficiência do Conselho.

#### Controlo e gestão do risco

Compreender e gerir os nossos riscos bem como melhorar continuamente os nossos controlos é fundamental para a entrega dos nossos objetivos estratégicos. Os comités de risco do Conselho desempenham um papel ativo no sentido de garantir que nos comprometemos em atividades rentáveis sem risco, bem medidas e que apoiam o crescimento sustentável a longo-prazo.

#### Remunerações

As decisões em matéria de remunerações estão alinhadas e apoiam a obtenção da criação de valor a longo-prazo.

#### Compromisso

As nossas responsabilidades sociais mais alargadas significam que estamos atentos a um conjunto mais amplo de partes interessadas. Comprometemo-nos a manter relações mais sólidas.

proporcionar um sucesso sustentável a longo-prazo. À luz do nosso compromisso com nossos Valores, uma das áreas de foco do Comité de Auditoria do Grupo este ano foi incentivar a implantação de um novo método para avaliar a abordagem e atitudes da administração para controlo de problemas. Esta nova abordagem está a ajudar a definir um padrão mais elevado para o ambiente de controlo interno, e um desempenho menos do que satisfatório tem implicações diretas na avaliação do desempenho e na remuneração.

Sir David Walker  
Presidente

#### O seu Conselho

Sir David Walker (75) Presidente do Grupo  
Antony Jenkins (53) Diretor Executivo do Grupo; Diretor Executivo  
Mike Ashley (60) Diretor Não Executivo  
Tim Breedon (57) Diretor Não Executivo  
Crawford Gillies (58) Diretor Não Executivo  
Reuben Jeffery III (61) Diretor Não Executivo  
Wendy Lucas-Bull (61) Diretor Não Executivo  
John McFarlane (67) Diretor Não Executivo (desde 1.1.15)  
Tushar Morzaria (46) Diretor Financeiro do Grupo; Diretor Executivo  
Dambisa Moyo (46) Diretor Não Executivo  
Frits van Paasschen (53) Diretor Não Executivo  
Sir Michael Rake (67) Vice-presidente e Diretor Independente Sénior  
Diane de Saint Victor (60) Diretor Não Executivo  
Sir John Sunderland (69) Diretor Não Executivo  
Steve Thieke (68) Diretor Não Executivo

#### Diversidade do Conselho de Administração

O nosso dever primordial é manter um Conselho sólido, eficaz com uma Administração eficiente e forte. Todas as nomeações para o Conselho têm por base o mérito, tendo em conta o equilíbrio coletivo das suas competências, experiência e diversidade que o Conselho necessita. A nossa Política de Diversidade do Conselho, que está disponível em [barclays.com/corporategovernance](http://barclays.com/corporategovernance), define a nossa política e objetivos para alcançar a diversidade no Conselho. No final de 2014, havia 3 mulheres no Conselho de Administração (21%), em comparação com a nossa meta de 25% até o final de 2015.

#### Equilíbrio dos géneros

31.12.14	3 Diretoras (21%)
	11 Diretores (79%)
31.12.13	3 Diretoras (20%)
	12 Diretores (80%)
31.12.12	3 Diretoras (21%)
	11 Diretores (79%)





## Focando um financiamento sólido

Assegurar que o nosso capital, liquidez e financiamento permanecem sólidos

Esta página detalha uma série de métricas que o Grupo utilizou para acompanhar o desempenho financeiro.

### Análise da demonstração de Resultados 2014

A fim de fornecer uma base mais consistente para comparar o desempenho dos negócios entre períodos, a administração avalia o desempenho numa base tanto jurídica como ajustada. As medidas ajustadas excluem produtos considerados significativos mas não representativos do desempenho do negócio subjacente.

	2014 £M	2013 £M
<b>Lucro antes de impostos no negócio central</b>	<b>6.735</b>	6.487
<b>Perda antes de impostos no negócio não-core</b>	<b>(1.180)</b>	(1.562)
Lucro antes de impostos ajustado do Grupo crédito próprio	<b>5.555</b>	4.925
	<b>34</b>	(220)
Goodwill por imparidade	-	(79)
Provisão para PEP e compensação de cobertura de risco de taxa de juro	<b>(1.110)</b>	(2.000)
Ganhos na aquisição de ativos da americana Lehman	<b>461</b>	259
Provisão para investigação contínua e litígios relativos a Moeda Estrangeira	<b>(1.250)</b>	
Perdas na venda anunciada do negócio em Espanha	<b>(446)</b>	
Revisão da avaliação ESHLA	<b>(935)</b>	=
<b>Lucro estatutário antes de impostos</b>	<b>2.309</b>	2.885

O lucro antes de impostos ajustado aumentou 13% para 5.555 M£

- O rendimento dos negócios centrais diminuiu 4% para 24.725 M£, refletindo uma redução no Banco de Investimento e movimentos cambiais adversos na Banca em África, parcialmente compensado pelo crescimento do Barclaycard e da PCB. O rendimento no negócio *non-core* reduziu para 1.050 M£ (2013: 2.293 M£) após reduções e alienações de negócios
- Os encargos por imparidade no negócio Core diminuiu 8% para 2.000 M£, refletindo a
- melhoria no ambiente económico do Reino Unido e a imparidade reduzida no crédito hipotecário na África do Sul. Os encargos por imparidade no negócio *non-core* caiu 732 M£ para 168 M£
- O total de despesas operacionais ajustadas caiu 9% para 18.063 M£, impulsionado por poupanças do programa Transformar, incluindo uma redução líquida de 5% no número de funcionários, e movimentos cambiais

O lucro estatutário antes de impostos diminuiu para 2.309 M£ (2013: 2.885 M£)

- incluindo os seguintes produtos de ajuste material:
- Uma revisão de avaliação de 935 M£ (2013: nulo) foi reconhecida na carteira de empréstimos para Educação, Habitação Social e Autoridade Local (ESHLA) detidos pelo justo valor no Barclays Non-Core. Isto deve-se às alterações nas taxas de descontos aplicadas na metodologia de avaliação.
- Uma provisão para compensação do PPI adicional de 1.270 M£ baseada numa melhor estimativa atualizada dos custos para futuras indemnizações e custos associados, resultando numa carga anual líquida de 1.110 M£ (2013: 2.000 M£) em relação ao PPI e à cobertura de risco da taxa de juro
- Uma provisão de 1.250 M£ (2013: nulo) para investigação contínua e litígios em matéria de moeda estrangeira
- Um ganho de 461 M£ (2013: 259 M£) em ativos de aquisição da americana Lehman
- Uma perda na venda anunciada do negócio na Espanha de 446 M£ (2013: Zero), concluída a 2 de janeiro de 2015. Os prejuízos acumulados de reserva de transposição de moeda estrangeira adicionais de aproximadamente 100 M£ serão reconhecidos no primeiro trimestre de 2015.

Metas financeiras do programa Transformar

	2014 £M	2013 £M
<b>Grupo Barclays</b>		
Rácio CRD IVLCET1 > 11,0% em 2016	10,3%	9,1%
Rácio de alavancagem > 4,0% em 2016	3,7%	n/a
Rácio de pagamento de dividendos de 40-50% de lucros ajustados ao longo do tempo	38%	42%
<b>Barclays central</b>		
ROE ajustado > 12% no Barclays Core em 2016	<b>9,2%</b>	<b>11,3%</b>
Despesas operacionais ajustadas, excluindo custos para o programa Transform inferiores a 14.5 mM£ em 2016	<b>£M 15.105</b>	£M 16.377
<b>Barclays Não Central</b>		
Arraste no RoE ajustado <(3%) na divisão <i>non-core</i> em 2016	<b>4,1%</b>	7,2%

### Rácio CSBB 270 totalmente carregado

Em linha com as exigências regulamentares, desde 30 de junho de 2014 que o Barclays tem vindo a adotar as regras do CSBB 270, de janeiro de 2014, para exposição à alavancagem para derivar o índice de alavancagem relativo ao Grupo. O rácio é calculado como Tier 1 Capital totalmente carregado dividido pela exposição à alavancagem do CSBB totalmente carregado

O rácio aumentou para 3.7% (30 de junho de 2014: 3.4%), refletindo uma exposição à alavancagem de 120 mM£ para 1.233 mM£ e um aumento no Tier 1 Capital para 46.0 mM£ (30 de junho de 2014: 45.4 mM£).

### Rácio de pagamento de dividendos

O rácio de pagamento de dividendos é a percentagem de ganhos pagos aos acionistas em dividendos, e é calculado como uma proporção dos dividendos pagos em relação ao lucro por ação ajustado, conforme determinado pelo Conselho. A capacidade de pagar dividendos aos acionistas demonstra a força financeira do Grupo. Em 2014, o dividendo pago por ação de 6.5p (2013: 6.5p) resultou num rácio de pagamento de dividendos de 38% (2013:42%).

### Despesas operacionais e custos para obtenção da iniciativa Transformar

Definidas como o total de despesas operacionais ajustado excluindo aos custos para obtenção da iniciativa Transformar As despesas operacionais ajustadas excluem provisões para PPI e compensação de cobertura de risco de taxa de juro, a provisão para investigação contínua e litígios em matéria de moeda estrangeira e imparidade de goodwill.

O Barclays vê as despesas operacionais como um campo de batalha estratégico para os bancos. As despesas operacionais ajustadas excluindo os custos para obtenção da iniciativa Transformar diminuíram 10% para 16.904 M£ para o Grupo, e diminuíram 8% para 15.105 M£ para o Core.

Os compromissos financeiros de Rácio CRD IV CET1 totalmente carregado e do RoE ajustado para o Barclays Core e Non-Core estão incluídos como as medidas do Painel Equilibrado de Companhias do Grupo. Consultar a página 16 para mais informações.



Estes destaques financeiros fornecem uma visão geral do desempenho em 2014. Para mais informações sobre os resultados do Grupo, consulte a nossa análise financeira na página 136

# Relatório dos Diretores

Os Diretores apresentam o seu relatório em conjunto com a auditoria das contas para o ano findo em 31 de dezembro de 2014.

A secção 414 A da Lei das Empresas exige que os Diretores apresentem um Relatório Estratégico no Relatório Anual do Banco. As informações que satisfazem esta exigência podem ser encontradas nas páginas 1 à 27.

De acordo com a secção 414 C (11) da Lei das Empresas de 2006 e, como foi referido no presente relatório dos Diretores, o Banco optou por incluir determinados assuntos adicionais no seu Relatório Estratégico cuja divulgação seria, de outra forma, exigida no presente relatório dos Diretores. Juntamente com o Relatório Estratégico, o Relatório dos Diretores constitui o relatório de gestão para efeitos do DTR 4.1.8R. O Relatório Estratégico apresenta prováveis desenvolvimentos futuros.

Os detalhes dos eventos importantes que afetam o Banco desde o final do ano financeiro podem ser encontrados na Nota 28 de procedimentos legais, questões sobre concorrência e legislação e na Nota 45 dos ativos não correntes mantidos para alienação e passivos associados.

As outras informações relevantes para o Relatório dos Diretores e que estão inseridas mediante remissão no presente relatório, podem ser localizadas conforme se segue:

	Página
<b>S</b>	
Indicadores-chave de desempenho	137
Análise financeira	136
Gestão de risco	43
Riscos principais	47

## Lucros e dividendos

O Barclays opera através de dependências, escritórios e sucursais no Reino Unido e no estrangeiro. Os resultados do Grupo revelam um lucro bruto de 2.309M€ (2013: 2.885M€) durante o ano e lucros líquidos de 854M€ (2013: 1.308M€). O Grupo obteve ativos líquidos de 66.045M€ em 31 de dezembro de 2014 (2013: 63.220M€). O lucro atribuível ao Barclays PLC, a empresa-mãe do Banco, durante o ano de 2014, atingiu o montante de 528M€ (2013: 963M€). Os dividendos totais sobre ações ordinárias, durante 2014, são divulgadas na Nota 11 às contas. Os dividendos pagos sobre ações preferenciais, durante o ano que terminou em 31 de dezembro de 2014, atingiram o montante de 441M€ (2013: 471M€).

## Capital Social

Não houve aumentos do capital social ordinário durante este ano. O Barclays PLC detém 100% das ações ordinárias emitidas. Não existem restrições para a transferência de títulos ou acordos entre os detentores dos títulos que sejam do conhecimento do Banco, o que pode resultar em restrições na transferência de títulos ou direitos de voto. Para mais informações sobre o capital social do Barclays Bank PLC, consulte as páginas 244 a 248.

## Recuperação de ações

O Banco não efetuou a compra de nenhuma das suas ações ordinárias durante 2014 (2013: nenhuma). A 18 de junho de 2014, o Banco efetuou a compra ao Barclays PLC de 108.144 ações preferenciais em Euro de 100€ cada a um preço de 10.123,63€ por ação, 54.070 ações preferenciais em Libra esterlina de 100£ cada a um preço de 10.604,11£ por ação e 41.867 ações preferenciais em Dólar americano de 100\$ cada a um preço de 10.605,23\$ por ação. As ações compradas foram canceladas posteriormente. A 15 de dezembro de 2014, 100.000 ações preferenciais em Euro de 100€ cada tornaram-se resgatáveis por opção do Banco e toda a classe de ações foi resgatada nesta data.

## Poderes dos Diretores para emitir ou recomprar as ações da empresa

Os poderes dos Diretores são determinados pela Lei das Empresas de 2006 e pelos Estatutos da Empresa. Numa assembleia-geral realizada em junho de 2014, os acionistas autorizaram o Banco e o Barclays PLC a celebrar um acordo de opção de compra, segundo o qual o Banco pode adquirir determinadas ações suas através de uma compra fora do mercado.

## Diretores

Os Diretores do Banco estão enumerados na página 32. Os interesses dos Diretores em ações estão determinados na página 95 do Relatório sobre Remunerações no Relatório Anual do Barclays Bank PLC. A pertença ao Conselho de Administração do Barclays PLC e ao Barclays Bank PLC é idêntica.

Fulvio Conti e Simon Fraser deixaram de integrar o Conselho com efeitos a partir de 24 de abril de 2014. Steve Thieke e Crawford Gillies integraram o Conselho com efeitos a partir de 7 de janeiro de 2014 e 1 de maio de 2014, respetivamente. Não houve mais alterações na Direção em 2014. John McFarlane foi nomeado para o Conselho com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2015 e irá suceder a Sir David Walker como Presidente do Barclays com efeitos a partir da conclusão da assembleia-geral do Barclays Bank PLC em 2015.

## Indemnizações aos Diretores

A qualificação de despesas de indemnizações a terceiros (tal como é definido na secção 234 da Lei das Empresas de 2006) esteve em vigor no decurso do ano financeiro que terminou em 31 de dezembro de 2014, em benefício dos então Diretores e, à data deste relatório, estão em vigor para o benefício dos Diretores em relação a certas perdas e passivos em que possam ter incorrido (ou incorrerem), relacionadas com as suas obrigações, poderes ou mandato. Além disso, o Banco mantém um seguro de responsabilidade civil que cobre qualquer ação legal movida contra os seus diretores.

A qualificação de despesas de indemnizações com regimes de pensões (tal como é definido na secção 235 da Lei das Empresas de 2006) esteve em vigor no decurso do ano financeiro que terminou em 31 de dezembro de 2014, em benefício dos então Diretores e, à data deste relatório, estão em vigor para o benefício dos diretores do Barclays Pension Funds Trustees Limited como Empresa Fiduciária do Barclays Bank UK Retirement Fund. Os diretores do Conselho Fiduciário são indemnizados por passivos incorridos relacionados com as atividades da empresa como Empresa Fiduciária do fundo de pensões.

Da mesma forma, a qualificação de despesas de indemnizações com regimes de pensões esteve em vigor durante 2014, em benefício dos diretores do Barclays Executive Schemes Trustees Limited como Empresa Fiduciária do Barclays Bank International Zambia Staff Pension Fund (1965), do Barclays Capital International Pension Scheme (Nº 1), do Barclays Capital Funded Unapproved Retirement Benefits Scheme e do Barclays PLC Funded Unapproved Retirement Benefits Scheme. Os diretores do Conselho Fiduciário são indemnizados por passivos incorridos relacionados com as atividades da empresa como Empresa Fiduciária dos regimes referidos supra.

## Envolvimento dos Colaboradores

O Barclays mantém e promove uma «parceria» na abordagem às relações industriais, garantindo um diálogo regular e construtivo com mais de 30 sindicatos nacionais, conselhos de empresa e associações de colaboradores de todo o mundo. Os dois maiores mercados do Barclays são o Reino Unido e a África do Sul, tendo sido celebrados acordos de parceria formais. Os representantes dos colaboradores são consultados com regularidade sobre um vasto número de assuntos do seu interesse. Além disso, fóruns regionais solidamente estabelecidos na Europa e África permitem o envolvimento em questões transnacionais.

Quando a reestruturação empresarial é necessária e pode resultar em potenciais perdas de trabalho, o Barclays trabalha em estreita colaboração com representantes de colaboradores para evitar despedimentos obrigatórios, sempre que possível.

O objetivo é garantir que os colaboradores que saem do Barclays são apoiados e tratados com respeito. Nos países onde não existem organismos de representação, as ações de envolvimento ocorrem diretamente com os colaboradores. O Barclays concentrou-se em dar prioridade aos colaboradores internos e em dar apoio aos afetados pelas mudanças, de modo a garantir que, sempre que possível, o talento permanece no Barclays. Até hoje, mais de 1.000 colaboradores foram recolocados. A iniciativa «Think Barclays First» vai ser lançada de forma mais abrangente em 2015 e irá tomar-se num dos principais impulsionadores da estratégia de recrutamento, garantindo que os talentos internos são mantidos e promovidos antes de se procurar no mercado externo.

O Barclays reconhece a importância de ouvir continuamente a opinião dos seus colaboradores e a necessidade de compreender a voz coletiva da organização, em especial durante uma época de mudança. Para compreender o que os colaboradores pensam sobre trabalhar no Barclays, foi criado o primeiro Questionário de Opinião do Funcionário do Grupo em 2014. Este questionário pediu que todos os colaboradores a nível mundial apresentassem a sua perspetiva sobre diversas áreas temáticas através de um inquérito online confidencial, incluindo questões sobre desenvolvimento pessoal, liderança e gestão, inovação e cidadania. Mais de 90.000 colaboradores responderam ao inquérito, oferecendo uma visão aprofundada que irá informar e moldar a estratégia do Barclays face aos colaboradores em 2015. O envolvimento dos colaboradores foi de 72%, menos 1% em relação a 2013. Considerando todas as mudanças que estão a ocorrer na organização, não é surpreendente que tenha havido uma pequena diminuição e estamos empenhados em aumentar o envolvimento em 2015. O Barclays reviu em profundidade os resultados do inquérito com todos os gestores seniores. Aumentar o envolvimento dos colaboradores é um dos pontos principais para 2015 de modo a garantir que é criado o ambiente certo para o sucesso dos colaboradores. A empresa garante que os colaboradores têm uma consciencialização comum dos fatores económico-financeiros que afetam a performance da empresa. Tal inclui a publicação dos resultados financeiros e fóruns os colaboradores podem colocar questões aos colaboradores sénior, incluindo o Diretor Executivo.

#### Pessoas com deficiências

O Barclays está cada vez mais próximo de alcançar o seu objetivo público de ser o banco mais acessível e inclusivo. Em 2014, o Barclays Accessibility Roadshow viajou por todo o Reino Unido, passando uma semana em 45 das sucursais mais importantes para apresentar os serviços de acessibilidade que oferecemos. Foram lançados novos serviços inovadores, como o vídeo com linguagem gestual que facilita a comunicação dos utilizadores de linguagem gestual e as demonstrações da tecnologia Beacon. Esta tecnologia inovadora avisa os colaboradores sobre os requisitos de acessibilidade de um cliente quando este entra na sucursal - permitindo ao Barclays oferecer o melhor apoio e serviço aos clientes. O Barclays tem colocado a acessibilidade no cerne de um serviço orientado para o cliente e é com muito gosto que tem recebido prémios por muitos dos seus serviços de acessibilidade, tal como as caixas multibanco com voz, cartões de débito de alta visibilidade e os vídeos de formação de colaboradores sobre a acessibilidade. O Barclays também ganhou a Campanha de Marketing do Ano nos Prémios Europeus de Diversidade com o anúncio televisivo que dava a conhecer a funcionalidade de áudio das nossas caixas multibanco.

Em linha com o nosso princípio de inclusão, os processos de recrutamento do Barclays garantem que são acessíveis para candidatos com deficiências. No Reino Unido, o Barclays recebeu do governo a certificação de empregador com uma postura positiva para com pessoas com deficiências (símbolo «Dois vistos»). São efetuados ajustes razoáveis em todo o Grupo para garantir que as capacidades e competências podem ser demonstradas por potenciais colaboradores. Quando os colaboradores ficam incapacitados ou doentes, envidamos todos os esforços para garantir que continuam a trabalhar com o Grupo. Da mesma forma, o Barclays empenha-se em garantir que as oportunidades de formação, de desenvolvimento da carreira e de promoção são as mesmas para colaboradores com e sem deficiências.

O Barclays assinou o compromisso «Tempo de mudar» no Dia Mundial da Saúde Mental, prolongando a campanha de um ano para a saúde mental «Este sou eu», dirigida aos colaboradores.

O Questionário de Opinião do Funcionário identificou mais de 5.000 colaboradores (6%) com uma deficiência. Todos os interessados na temática da deficiência podem aderir à rede de colaboradores REACH, sendo lançados novos capítulos nos web sites globais este ano.

#### Ambiente

O Programa de Ação do Clima do Barclays concentra-se em abordar questões ambientais, onde acreditamos que temos o maior potencial para fazer a diferença. O Programa está focado em gerir a nossa própria pegada de carbono e reduzir as nossas emissões de carbono absoluto, desenvolver produtos e serviços para ajudar viabilizar a transição para uma economia de baixo carbono; e gerir os riscos da mudança do clima para nossas operações, clientes, e sociedade em geral. Investimos na melhoria da eficiência energética das nossas operações e compensamos as restantes emissões através da compra de créditos de carbono. Temos também um compromisso de longa data para gerir os riscos ambientais e sociais associados às práticas de empréstimo, que é incorporado nos nossos processos de risco de crédito. A estrutura de governança está instalada para facilitar o diálogo claro em toda a empresa e com os fornecedores em torno das questões do risco potencial ambiental e social.

Divulgámos as emissões globais de gases com efeito de estufa pelas quais somos responsáveis, conforme estabelecido pelos «Regulamentos de 2103 da Lei das Empresas de 2006 (Relatório Estratégico e Relatório dos Diretores)». Fornecemos informações mais completas sobre as nossas emissões de carbono no relatório GRI do Barclays que pode encontrar no web site Barclays.com/citizenship.

	Ano do exercício atual <sup>a</sup> 2014	Ano do exercício anterior <sup>b</sup> 2013	Ano de comparação <sup>c</sup> 2012
Emissões Globais de GEE <sup>d</sup>			
Total de CO2e (toneladas)	830.668	968.781	1.060.442
Âmbito 1 - Emissões de CO2e (toneladas) <sup>e</sup>	49.994	58.176	47.718
Âmbito 2 - Emissões de CO2e (toneladas)	655.426	723.993	822.486
Âmbito 3 - Emissões de CO2e (toneladas) <sup>f</sup>	125.248	186.612	190.238
Rácio de Intensidade			
Total de Colaboradores a Tempo (FTE)	132.300	139.600	139.200
Total de CO2e por FTE (toneladas)	6.28	6.94	7.62

<sup>a</sup> O Relatório Anual de 2014 cobre o T4 de 2013 e o T1, 2, 3 de 2014. O ano de relatório das emissões de dióxido de carbono não está totalmente alinhado com o ano do exercício abrangido pelo Relatório dos Diretores. Este relatório é produzido mais cedo do que os relatórios das emissões de dióxido de carbono anteriores para nos permitir elaborar o relatório dentro dos prazos estipulados para o exercício.

<sup>b</sup> O Relatório Anual de 2013 cobre o T4 de 2012 e o T1, 2, 3 de 2013.

<sup>c</sup> O Relatório Anual de 2012 refere-se ao ano civil completo (janeiro de 2012 - dezembro de 2012).

<sup>d</sup> A metodologia utilizada para calcular as emissões de CO2e é a abordagem de controlo operacional na delimitação do relatório tal como é definido pelo Protocolo de Gases com Efeito de Estufa (GEE) do Instituto Mundial de Recursos/Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (WRI / WBCSD): A Corporate Accounting and Reporting Standard, edição revista. Quando as propriedades estão abrangidas pelas demonstrações financeiras consolidadas do Barclays, mas estão alugadas a inquilinos e são faturadas como utilitários, estas emissões não são incluídas nos cálculos do GGE do Grupo.

● Âmbito 1 cobre a combustão direta de combustíveis e viaturas da empresa (apenas do Reino Unido e África do Sul, que são os países que mais contribuem materialmente).  
■ Âmbito 2 cobre as emissões de eletricidade e vapor adquiridas para usufruto próprio.  
● Âmbito 3 cobre as emissões indiretas das deslocações em serviço (voos mundiais e transporte terrestre no Reino Unido e na África do Sul. Os dados do aluguer de veículos em 2014 cobrem apenas os EUA e a Índia. Os dados sobre transporte terrestre (excluindo as viaturas da empresa do Âmbito 1) cobrem apenas os países onde este tipo de transporte é material e cujos dados estão disponíveis.

<sup>e</sup> As emissões evasivas relatadas no Âmbito 1 para 2014 e 2013 cobrem as emissões do Reino Unido, Américas, Ásia-Pacífico e África do Sul. Os dados das emissões evasivas para 2012 não estão disponíveis. As deslocações em serviço relatadas no Âmbito 1 cobrem as viaturas da empresa no Reino Unido e na África do Sul. Isto abrange a maioria dos nossos colaboradores onde temos operações a retalho com frotas automóveis.

# Relatório dos Diretores

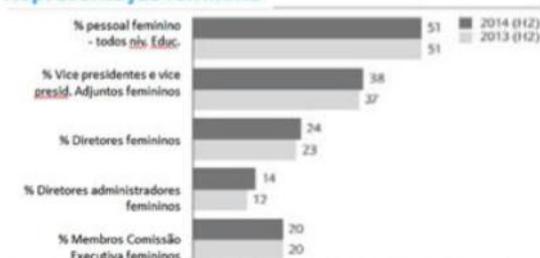
<sup>f</sup> O Âmbito 3 limita-se às emissões resultantes de deslocamentos em serviço, que abrangem voos mundiais e transporte terrestre no Reino Unido e na África do Sul. Os dados do aluguer de veículos em 2014 também cobrem apenas os EUA e a Índia. Os dados sobre transporte terrestre (excluindo as viaturas da empresa do Âmbito 1) cobrem apenas os países onde este tipo de transporte é material e cujos dados estão disponíveis.

## Género

Uma das prioridades de muitas organizações que reconhecem o verdadeiro valor da diversidade é garantir que o talento feminino possa desenvolver-se, em especial ao nível da liderança sénior. O empenho do Barclays no seu compromisso de aumentar o equilíbrio de género é evidente na Política de Diversidade que define as aspirações de género a nível do Conselho (25% dos membros do Conselho são mulheres) e na introdução de metas de género da liderança sénior no Painel de Resultados.

Estamos a fazer progressos a todos os níveis. Existem três mulheres no Conselho de Administração do Barclays e ainda mais três no Comité Executivo do Grupo. Em relação aos gestores sénior (Diretor MD), a presença de mulheres na liderança sénior era de 22% no final de 2014, o que representa um aumento de 1% anual desde 2011. Ao abrigo da Lei das Empresas de 2006, também é exigido ao Barclays que reporte sobre a divisão por sexo dos nossos colaboradores e «gestores sénior». Da nossa força de trabalho global de 132.300 colaboradores (65.200 homens e 67.100 mulheres), 732 são gestores sénior (596 homens e 136 mulheres), o que inclui Administradores do Grupo, certos subordinados diretos do Diretor Executivo, Administradores de principais unidades de negócio, determinados Administradores Executivos sénior e diretores nos quadros de subsidiárias do Grupo, excetuando os colaboradores que atuam como diretores no Conselho do Banco.

## Representação feminina



Em cima: alteração positiva da representação feminina no Barclays de 2013 (H2) a 2014 (H2)

A meta de divisão de géneros 50/50 para o recrutamento de pessoas formadas significa que o foco do Barclays na diversidade de géneros se estende ao início de carreira dos colaboradores. Tal permite ao Barclays criar uma base de talentos diversificada para o futuro. Um ambiente inclusivo é fundamental para que o talento recrutado faça carreira no Barclays. A próspera Rede de Iniciativa de Mulheres global é apenas uma das formas que promove esta filosofia.

A avaliação independente por organizações externas continua a confirmar o progresso do Barclays. Em 2014, tal incluiu ser nomeado, pelo sétimo ano consecutivo, para o Top 50 de Locais de Trabalho para Mulheres do The Times e a inclusão do Barclays na altamente conceituada categoria das 100 Melhores Empresas para Mães Trabalhadoras, nos EUA. Na Ásia, o Barclays conquistou o prémio Women in Wealth Management, parcialmente porque o júri ficou impressionado por 40% dos gestores sénior na Ásia serem mulheres.

Para implementar uma maior mudança na indústria, o Barclays lançou o Índice de Mulheres na Liderança (notas trocadas em bolsa) que segue o desempenho de empresas com Conselhos de Administração diversificados. O lançamento deste produto permitiu ao Barclays iniciar um diálogo mais frutuoso com muitos clientes investidores sobre as respetivas metas de investimento holísticas.

## Investigação e Desenvolvimento

No decurso normal de negócios, o Grupo desenvolve novos produtos e serviços em cada uma das suas divisões de negócio.

## Instrumentos Financeiros

Os objetivos e políticas de gestão de risco financeiro do Barclays, incluindo a política para cobrir cada tipo principal de transação prevista na qual é usada contabilidade de cobertura, e a exposição ao risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez são delineados nas páginas 51 a 56 e 64 a 120.

## Alteração de controlo

Não existem acordos significativos segundo os quais o Banco é uma das partes afetadas por uma alteração do controlo do Banco após uma oferta pública de aquisição. Não existem acordos entre o Banco e os seus Diretores ou colaboradores que estabelecem a compensação por perda das funções ou trabalho resultante de uma oferta pública de aquisição.

## Os Auditores

O Comité de Auditoria da Administração (BAC) analisa a nomeação dos auditores externos, bem como o seu relacionamento com o Grupo, incluindo a monitorização da utilização pelo Grupo dos auditores do Grupo para serviços de não-auditoria e o balanço de honorários de auditoria e não-auditoria pagos aos auditores. Mais informações sobre este assunto podem ser encontradas na Nota 42 às contas.

A PricewaterhouseCoopers LLP (PwC) tem sido a auditora do Grupo desde há muitos anos, embora o parceiro de auditoria principal mude a cada cinco anos. O parceiro de auditoria principal integrou a equipa de auditoria para o encerramento do ano de 2010 e retirar-se-á após o encerramento do ano de 2014. Tendo analisado a independência e a efetividade dos auditores externos, o BAC recomendou ao Conselho que os auditores existentes - a PwC - voltassem a ser nomeados. A PwC tem mostrado a sua vontade em continuar a trabalhar connosco. Resoluções ordinárias para a sua renomeação como auditora e a autorizar a Administração a definir a sua remuneração serão propostas no AGA em 2015. Não existem obrigações contratuais que restrinjam o Banco na escolha de um auditor externo.

Durante 2014, a União Europeia publicou novas regras para os concursos de auditoria. Estas regras foram publicadas num despacho da Autoridade da Concorrência e Mercados do Reino Unido que entrou em vigor no dia 1 de janeiro de 2015. As empresas do FTSE 350, como o Barclays PLC, a empresa-mãe do Banco, têm de abrir novo concurso para uma auditoria externa, pelo menos, a cada 10 anos e a empresa de auditoria tem de mudar, pelo menos, a cada 20 anos. Tendo em conta que a PwC, e as empresas predecessoras, tem sido o auditor externo do Grupo desde 1896 e que já decorreram mais de 10 anos desde o último concurso para uma auditoria externa, o BAC determinou que será aberto um concurso em 2015 para mudar a empresa de auditoria externa a partir de 2017. Consequentemente, não será pedida uma proposta à PwC.

## Divulgação de informações ao auditor

Cada Diretor confirma que, tanto quanto é do seu conhecimento, não há informações de auditoria relevantes sobre as quais os auditores do Banco não têm conhecimento e que cada um dos Diretores levou a cabo todos os passos que deveria ter levado como Diretor para tomar conhecimento de qualquer informação de auditoria relevante e para providenciar que os auditores do Banco estão ao corrente de tal informação. Para este efeito, "informação de auditoria relevante" significa a informação necessária aos auditores do Banco em relação à preparação do seu relatório.

## Preocupação atual

As atividades de negócio e a posição financeira do Grupo, os fatores que provavelmente afetarão o seu futuro desenvolvimento e desempenho, e os objetivos e políticas de gestão de riscos financeiros aos quais está exposto, bem como o seu capital, são discutidos nas secções Relatório Estratégico e Gestão de Risco.

Os Diretores avaliaram, à luz das condições económicas atuais e previstas, a capacidade do Grupo continuar, como preocupação atual. Os Diretores confirmam que estão satisfeitos pelo facto de o Banco e o Grupo possuírem recursos adequados para continuar em atividade empresarial por um futuro previsível. Por esta razão, continuam a adotar a "preocupação atual" como base para a preparação das suas contas.

#### Controlo e procedimentos de divulgação

O Diretor Executivo do Grupo, Antony Jenkins, e o Diretor Financeiro do Grupo, Tushar Morzaria, juntamente com a Gestão do Grupo, conduziram uma avaliação da eficácia do conceito e operação dos controlos e procedimentos de divulgação do Grupo, à data de 31 de dezembro de 2014, que estão definidos como os controlos e procedimentos concebidos para garantir que a informação necessária para ser divulgada em relatórios arquivados ou submetidos à Lei Americana de Bens Imobiliários e Câmbios, de 1934, é registada, processada, resumida e relatada nos períodos especificados nas regras e formulários da Comissão Americana de Bens Imobiliários e Câmbios. A partir da data da avaliação, o Diretor Executivo do Grupo e o Diretor Financeiro do Grupo concluíram que o conceito e operação destes controlos e procedimentos de divulgação eram eficazes.

#### Declaração das responsabilidades dos Diretores pelas contas

A seguinte declaração, que deve ser lida conjuntamente com o relatório dos Auditores descrito na página 159, é feita com o intuito de distinguir aos acionistas as respetivas responsabilidades dos Diretores e dos auditores em relação às contas.

De acordo com a Lei das Empresas de 2006, os Diretores são obrigados a preparar contas por cada ano financeiro, relativamente às contas do Grupo, de acordo com o Artigo 4 das Regulamentações do IAS. Os Diretores prepararam contas individuais de acordo com o IFRS, como publicado pela União Europeia. As contas são exigidas por lei e ao IFRS é exigido que apresente de uma forma justa a situação financeira do Banco e do Grupo, bem como o desempenho durante esse período. A Lei das Empresas de 2006 dita, em relação a tais contas, que as referências a contas dando uma visão verdadeira e justa sejam referências a uma apresentação justa.

Os Diretores consideram que, em preparação para as contas nas páginas 162 à 167 e a informação adicional contida nas páginas 168 à 282, o Grupo usou todas as políticas de contabilidade apropriadas, apoiadas por julgamentos e estimativas razoáveis e que todas as regras de contabilidade que consideram aplicáveis foram seguidas. Tendo em conta todas as questões consideradas pelo Conselho e dadas a conhecer ao Conselho durante o ano, os Diretores estão satisfeitos pelo facto de o relatório anual e as contas, considerados como um todo, serem justos, equilibrados e compreensíveis, e apresentarem todas as informações necessárias para que os acionistas avaliem o desempenho, negócio e modelo da empresa.

Os Diretores têm a responsabilidade de garantir que o Banco e o Grupo mantenham registos contabilísticos que revelem com razoável rigor a situação financeira do Banco e do Grupo e que lhes dê a capacidade para garantirem que as contas cumprem a Lei das Empresas de 2006.

Os Diretores têm a responsabilidade geral de seguirem os passos razoáveis à sua disposição para a salvaguarda dos ativos do Grupo e para prevenir e detetar fraudes e outras irregularidades.

Os Diretores, cujos nomes são indicados na página 26, confirmam que, tanto quanto lhes é possível saber:

- As declarações financeiras, preparadas em conformidade com o conjunto de padrões contabilísticos aplicáveis, conferem uma visão verdadeira e correta dos ativos, dos passivos, da situação financeira e do lucro ou

prejuízo do Barclays Bank PLC e dos procedimentos incluídos na consolidação considerada como um todo; e

- O relatório de gestão, que está incorporado no Relatório dos Diretores nas páginas 28 à 31, inclui uma análise correta do desenvolvimento e desempenho da atividade empresarial e da situação do Barclays Bank PLC, e dos procedimentos incluídos na consolidação considerada como um todo, juntamente com uma descrição dos principais riscos e incertezas que enfrentam.

Por ordem do Conselho de Administração



Lawrence Dickinson  
Secretário Adjunto  
2 de março de 2015

Registado no Reino Unido. Nº da sociedade 1026167

# Diretores e Administradores

## Atuais Diretores e Administradores

Sir David Walker - Presidente do Grupo

### Diretores Executivos

Antony Jenkins - Diretor Executivo do Grupo

Tushar Morzaria - Diretor Financeiro do Grupo

### Diretores Não Executivos

Mike Ashley

Tim Breedon Crawford

Gillies Reuben Jeffery

III Wendy Lucas-Bull

John McFarlane

Dambisa Moyo

Frits Van Paasschen

Sir Michael Rake - Vice-presidente

Diane De Saint Victor

Sir John Sunderland

Stephen Thieke

---

## Comité Executivo do Grupo

Nomeados para a posição

Robert Le Blanc	Diretor Executivo de Risco	2004
Maria Ramos	Diretora Executiva, Barclays Africa Group	2009
Valerie Soranno Keating	CEO, Barclaycard	2012
Ashok Vaswani	CEO, Banca Pessoal e Empresarial	2012
Bob Hoyt Group	Administrador Geral	2013
Thomas King	Diretor Executivo, Banco de Investimento	2013
Irene McDermott-Brown	Diretora dos Recursos Humanos do Grupo	2013
Mike Roemer	Diretor do Compliance do Grupo	2014
Michael Harte	Diretor de Operações e de Tecnologia	2014
Jonathan Moulds	Diretor de Operações do Grupo	2015

---

---

## Outros Administradores

Nomeados para a

Lawrence Dickinson	Secretário Adjunto	2002
Patrick Gonsalves	Secretário Adjunto	2002
Mark Merson	Vice-diretor Financeiro	2014

---

## Análise de risco

### Índice

# Análise de risco

A gestão do risco tem um papel central na execução da estratégia do Barclays, e a visão para o nível de risco nos negócios e carteiras e os riscos materiais e incertezas que o Grupo enfrenta são áreas chave do foco da gestão.

34	Riscos existentes e emergentes relevantes
43	Gestão do risco
64	Desempenho do risco
127	Supervisão e reputação

# Análise de risco

## Riscos existentes e emergentes relevantes

Riscos existentes e emergentes relevantes para o desempenho futuro

A presente secção descreve os riscos materiais em quais a gestão sénior está atualmente focada e cuja confiança poderá fazer com que os resultados operacionais, condições financeiras e perspetivas do Grupo possam divergir significativamente das expectativas atuais.

Para mais informações sobre as medidas de maior risco que estão sujeitas ao risco, consultar a informação qualitativa baseada em medidas consolidadas na coluna 3 do relatório. O resumo dessa informação também se encontra neste relatório, no capítulo da gestão do risco, nas páginas 43 a 62.

A seguinte informação descreve os riscos relevantes em quais a gestão sénior assenta atualmente o seu foco, e que poderão fazer com que os resultados futuros das operações, condição financeira e perspectivas diverja materialmente das expectativas atuais, incluindo a capacidade para cumprir as expectativas dos dividendos, a capacidade para manter níveis apropriados de capital e cumprir objetivos de rácio de capital e alavancagem, ou alcançar objetivos e compromissos definidos, da forma como estão definidos na secção Estratégia, e outros benefícios esperados. Além disso, os riscos relacionados com o Grupo que atualmente não são conhecidos, ou que atualmente são considerados como sendo imateriais, poderão ter, individualmente, ou cumulativamente, um efeito material adverso nos resultados futuros das operações, condição financeira e perspectivas do Grupo.

Os riscos relevantes e o seu impacto estão descritos abaixo em duas secções:

i) riscos relativamente aos quais a gestão acredita que poderão afetar mais de um Risco Principal; e ii) a gestão de risco acredita que irão impactar apenas um Risco Principal. Alguns riscos abaixo foram classificados como "risco emergente", sendo este um risco que poderá ter um efeito negativo significativo acrescido no desempenho do Grupo, mas, atualmente, o resultado e o horizonte de tempo para a cristalização do seu possível impacto ainda é incerto e ainda mais difícil de prever do que para outros fatores de risco que não são classificados como riscos emergentes.

Informações adicionais sobre os Riscos Principais e Chave estão apresentadas na Abordagem de Riscos de Gestão do Barclays no Relatório Barclays PLC 2014 coluna 3. Para 2015, o risco de reputação será reconhecido como um Risco Chave dentro do risco de conduta, devido à conexão estreita entre eles, e o fato de sendo Riscos Principais separados, esses riscos têm um Responsável de Riscos Principais comum.

**Riscos existentes e emergentes relevantes, que poderão impactar potencialmente mais de um Risco Principal**

**i) Condições de negócio, economia geral e questões geopolíticas** O desempenho do Grupo poderá ser afetado adversamente em mais de um Risco Principal, devido à economia global fraca ou em deterioração ou instabilidade política. Esses fatores também poderão estar focados em um ou mais países principais onde o Grupo exerce a sua atividade.

O Grupo oferece uma gama ampla de serviços a clientes de retalho e de instituições, incluindo governos, em muitos países, com a consequência que ele poderá sofrer impactos adversos relevantes, causados por situações económicas fracas ou em deterioração, incluindo deflação ou instabilidade política em um ou mais países em quais o Grupo opera ou qualquer outra economia significativa global.

A economia global continua a enfrentar um ambiente caracterizado por um baixo crescimento, e é esperado que essa situação continue durante 2015, com um crescimento lento ou recessão em algumas regiões, como por ex. na Europa, e com um crescimento esperado em outras regiões, por ex. nos Estados Unidos. A desaceleração continuada do crescimento económica na China também é esperado como tendo um impacto adverso na economia global, devido à descida na procura, que poderá ter um impacto significativo em países em regiões em vias de desenvolvimento, que são produtores de mercadorias utilizadas no desenvolvimento da infraestrutura da China.

Enquanto é esperado que a diminuição do apoio monetário dos bancos centrais, em algumas regiões, seja adaptada para uma possível recuperação nessas regiões, a diminuição do apoio monetário poderá ter um impacto adverso adicional na volatilidade dos mercados financeiros e no desempenho de partes significantes da atividade do Grupo, que poderá ter, respectivamente, um efeito adverso nos resultados futuros do Grupo.

A queda ou a continuação dos preços baixos do petróleo poderão ter um impacto adverso na economia global com efeitos abrangentes significantes nos produtores e nas nações importadoras, e colocar sob pressão as empresas de clientes em determinados setores, o que poderá conduzir a maiores exigências de imparidade.

Além disso, as consequências dos conflitos políticos e armados atuais na Ucrânia e em partes do Médio Oriente permanecem imprevisíveis e poderão ter efeitos negativos na economia global.

Uma economia global fraca ou em deterioração e a instabilidade política poderão impactar o desempenho do Grupo de várias formas, por exemplo: (i) deterioração do negócio, da confiança dos consumidores ou investidores, originando níveis reduzidos da atividade dos clientes, e em consequência disso, queda de receitas; (ii) perdas na comercialização de carteiras, devido a alterações nas taxas de crédito, cotações de ações e solvabilidade de contrapartes, e (iii) maiores níveis de taxas de incumprimento e imparidade.

**ii) Cenário político e medidas no Reino Unido (risco emergente)**

A perspectiva política no Reino Unido é incerta antes das eleições gerais em maio de 2015. O cenário de política pública no R.U. (incluindo mas não limitando a reforma regulamentar no R.U., o possível referendo na manutenção ou não na União Europeia, tributação das instituições financeiras e clientes no R.U.) poderá permanecer um desafio a curto e médio prazo, com possíveis propostas para medidas que poderão afetar clientes, mercados ou o Grupo, direta ou indiretamente.

Além das propostas para medidas específicas, a incerteza resulta particularmente relativamente ao seguinte:

- Resultado inconclusivo nas eleições gerais e um período prolongado potencial de incerteza política; e
- Dependentemente dos resultados das eleições, um possível referendo em 2017 sobre a manutenção ou não do Reino Unido na União Europeia.

O referendo sobre a manutenção do Reino Unido na União Europeia pode afetar o perfil de risco do Grupo ao introduzir novas incertezas potencialmente significantes e de instabilidade nos mercados financeiros, ambos previamente à respetiva data deste referendo e, dependendo dos resultados, após este evento. Sendo um membro da União Europeia, o Reino Unido e as organizações baseadas no Reino Unido têm acesso ao Mercado Único da UE. Devido à falta de precedentes, não é conhecido de que forma é que uma possível saída do Reino Unido da União Europeia poderá afetar o acesso do R.U. ao Mercado Único da UE e a forma como isso iria afetar o Grupo.

# Análise de risco

## Material existente e riscos emergentes

### Material existente e riscos emergentes para o desempenho futuro do

#### iii) Risco de modelo

O Grupo poderá sofrer consequências adversas, devido ao risco baseado na atividade e em decisões estratégicas, baseadas em prognósticos, resultados e relatórios incorretos ou utilizados incorretamente.

O Grupo utiliza modelos, particularmente, para avaliar e controlar as exposições de crédito e mercado do Grupo. O risco modelo poderá ocorrer a partir de inúmeras fontes, incluindo: erros de modelo fundamentais para resultados inexatos; dados incompletos, inexatos ou inapropriados para o desenvolvimento ou a operação do modelo; implementação ou utilização incorreta ou inapropriada de um modelo; ou suposições desatualizadas ou inválidas do modelo, devido ao contexto económico e legislativo externo em permanente evolução e alterações no comportamento dos clientes.

Se o Grupo utilizasse a confiança em resultados ou relatórios modelos incorretos ou utilizados incorretamente, isso poderia resultar em impactos adversos relevantes na reputação, operações, condição financeira e perspectivas do Grupo, por exemplo, devido aos relatórios inexatos das demonstrações financeiras, estimação da exigência de capital (seja numa base regulamentar ou base económica); ou medidas dos riscos financeiros tomadas pelo Grupo, como parte do seu processo normal da atividade.

Em consequência disso, a gestão do risco modelo tornou-se numa área de foco cada vez mais importante para o Grupo, os reguladores e a indústria.

#### Riscos existentes e emergentes relevantes devido ao Risco Principal

##### Risco de Crédito

A condição financeira dos clientes do Grupo, clientes e contrapartes, incluindo governos e outras instituições financeiras, poderão afetar o Grupo de forma adversa.

O Grupo pode sofrer perdas financeiras se algum dos seus clientes ou contrapartes de mercado deixarem de cumprir as suas obrigações contratuais para com o Grupo. Além disso o Grupo também poderá sofrer perdas, se o valor do investimento do Grupo nos instrumentos financeiros de uma entidade descer, em consequência da degradação da notação de crédito dessa entidade. O Grupo também poderá ter ganhos não realizados significativos ou perdas, apenas devido a alterações nos spreads de crédito do Grupo ou de terceiros, uma vez que estas alterações afetam o justo valor dos instrumentos derivativos do grupo, títulos de dívida que o Grupo mantém ou emite, ou qualquer empréstimo mantido a um justo valor.

##### i) Deterioração do cenário político ou económico

O desempenho do Grupo está em risco devido a qualquer deterioração no cenário económico que possa resultar de várias incertezas, incluindo de forma mais significativa os seguintes fatores:

##### a) Instabilidade política ou incerteza económica em mercados nos quais o Barclays opera (risco emergente)

A instabilidade política, a incerteza económica ou deflação em regiões em quais o Grupo está ativa poderão enfraquecer as perspectivas de crescimento, causando um impacto adverso na capacidade do serviço de dívida dos clientes, e dessa forma, requisitos mais elevados de imparidade para o Grupo. Estes incluem, mas não estão limitados a:

##### Zona euro

As economias na zona euro estão a mostrar pouca evidência de um crescimento sustentável com finanças governamentais endividadas, deflação, procura fraca e uma taxa elevada persistente do desemprego, evitando uma recuperação sustentável. Uma recuperação lenta poderá exercer uma pressão económica em parceiros comerciais chave dos países da zona euro, nomeadamente o Reino Unido e a China. Além disso, as preocupações mantêm-se nas reformas das estruturas bancárias na zona euro e na firmeza do setor bancário da zona euro de um modo geral. O abrandamento na economia da zona euro pode ter efeitos adversos relevantes nos

resultados do Grupo, relativamente a operações, condição financeira e perspectivas, devido, por exemplo, à exigência de aumentar os níveis de imparidade.

O Grupo está em risco em caso do incumprimento de um país existente no qual o Grupo tem operações e o impacto adverso na economia desse país de saída e o crédito malparado dos clientes e contrapartes do Grupo nesse país. Isso poderá resultar no aumento de perdas de crédito e exigências maiores de imparidade. Apesar de o risco de um ou mais países na zona euro ter diminuído, em consequência da recente formação de um governo de coligação de anti-austeridade na Grécia, esse risco e o risco de redenominação está a aparecer novamente, juntamente com a possibilidade de uma renegociação significativa dos termos do programa de resgate da Grécia.

Para mais informações, ver as Exposições dos países da Zona Euro na página 78.

##### África do Sul

A economia da África do Sul permanece sob pressão com um crescimento económico fraco fundamental, acentuado devido a greves laborais e à falta de energia elétrica. Apesar do crescimento rápido na indústria de créditos dos consumidores ter começado a desacelerar nos últimos três anos, as preocupações permanecem a nível do endividamento dos consumidores, particularmente, tendo em conta a perspectiva de aumentos adicionais das taxas de juro e inflação elevada. Uma maior taxa de desemprego e a queda nos preços imobiliários, juntamente com a relutância ou incapacidade aumentada dos clientes de cumprir as suas obrigações de dívida perante o Grupo, poderá ter um impacto adverso no desempenho do Grupo, devido a maiores encargos por imparidade.

##### Países em regiões de desenvolvimento

Uma quantidade de países que têm défices fiscais elevados e confiança num financiamento externo a curto prazo e/ou confiança material na exportação de mercadorias, têm-se tornado cada vez mais vulneráveis em resultado, por exemplo, da volatilidade do preço do petróleo, do dólar americano forte relativamente às moedas locais, e do abrandamento de políticas por alguns bancos centrais. O impacto no Grupo poderá variar, consoante as respectivas vulnerabilidades desses países, mas o impacto poderá resultar em maiores exigências de imparidade do Grupo, devido aos incumprimentos soberanos ou a incapacidade ou relutância de clientes e contrapartes do Grupo nesse país de cumprir as suas obrigações de dívida.

##### Rússia (risco emergente)

Os riscos da Rússia estão a subir, à medida que a pressão sobre a economia russa aumenta. O crescimento do PIB reduzido e a inflação alta, devido à imposição de sanções económicas por parte dos E.U.A. e da UE, a queda do preço do petróleo, a queda rápida do valor do rublo em relação a outras moedas estrangeiras e o aumento rápido e significativo da taxa de juro poderão ter um impacto adverso na economia russa. Além disso, o investimento estrangeiro na Rússia diminuiu durante o ano de 2014 e essa tendência poderá continuar em 2015.

Apesar de o Grupo não ter operações relevantes na Rússia, o Grupo participa em determinadas atividades de financiamento e comerciais com contrapartes selecionadas que conduzem negócios na Rússia, tendo como resultado que sanções adicionais ou a deterioração da economia na Rússia poderá originar a incapacidade das contrapartes, devido à falta de uma moeda largamente aceite, ou a relutância de reembolsar, refinarçar ou cumprir obrigações pendentes. Tais inadimplementos poderiam ter um efeito material adverso nos resultados do Grupo, por exemplo, devido a uma imparidade maior.

Para informação adicional, consultar a página 78.

##### b) Aumento da taxa de juros, inclusivamente como resultado do abrandamento do estímulo monetário, que poderia ter impacto no acesso à dívida por parte do cliente e à rentabilidade empresarial

Na medida em que as taxas de juro aumentam em determinados mercados desenvolvidos, é largamente esperado que esses aumentos sejam graduais e modestos em escala ao longo dos próximos 18 meses, apesar de calendários diferentes, nas moedas principais. Apesar de o aumento poderá beneficiar o rendimento do Grupo, qualquer desvio das alterações esperadas poderão causar stress na carteira de empréstimos e atividades de subscrição do Grupo, conduzindo à possibilidade de o Grupo poder incorrer a imparidades mais elevadas. A possibilidade de uma imparidade maior iria ocorrer particularmente nas carteiras protegidas e não protegidas do Grupo que, aliadas a um declínio dos valores colaterais, poderiam conduzir a uma redução na recuperabilidade e valor dos ativos do Grupo, resultando numa necessidade de aumentar os níveis de dedução por imparidade do Grupo.

#### ii) Setores específicos

O Grupo está sujeito a riscos provenientes de mudanças na qualidade de crédito e recuperação de empréstimos e adiantamentos devidos por mutuários e contrapartes de uma carteira específica, ou grandes nomes privados. Qualquer deterioração na qualidade de crédito poderia conduzir a uma reduzida capacidade de recuperação e a uma imparidade acrescida num setor específico no que respeita grandes contrapartes específicas. A seguir são apresentados exemplos de setores e incertezas relativamente à carteira do Grupo que poderão ter um impacto relevante no desempenho. No entanto, podem existir riscos adicionais, ainda desconhecidos ou atualmente irrelevantes que podem ter um impacto adverso no desempenho do Grupo.

#### a) Descida dos preços no mercado imobiliário no Reino Unido e na Itália

O Grupo está em risco de ser afetado pela descida dos preços no mercado imobiliário, tanto no setor residencial como no setor comercial no Reino Unido. Com os empréstimos domésticos do Reino Unido a representarem a mais significativa parte do total de empréstimos do Grupo, o Grupo tem grande exposição a desenvolvimentos adversos no setor imobiliário do R.U. Os preços das casas no R.U. (principalmente em Londres) aumentou durante o ano de 2014 a uma taxa mais elevada do que o rendimento, e a um nível muito mais elevado do que a média a longo prazo. Em resultado disso, a queda dos preços das casas, particularmente em Londres e sudeste do R.U. iria causar uma imparidade maior e um impacto de capital negativo, à medida que aumentariam as taxas de perdas em caso de incumprimento (LGD). Além disso, a acessibilidade reduzida de imóveis residenciais e comerciais no R.U., por exemplo, em resultado de taxas de juro mais altas ou um desemprego mais alto, também poderiam conduzir a uma imparidade mais elevada.

Além disso, uma parte significativa dos empréstimos e adiantamentos totais do Grupo na Itália são empréstimos à habitação. Em consequência disso, uma série de fatores, incluindo, por exemplo, a queda dos preços imobiliários, taxa maior de desemprego e taxas de incumprimento maiores poderão ter um impacto significativo no desempenho do Grupo, devido a maiores encargos por imparidade.

Para informação adicional, consultar a página 81.

#### b) Ativos não estratégicos

O Grupo mantém uma carteira grande de ativos não estratégicos, incluindo imobiliário comercial e empréstimos de financiamentos alavancados, que (i) permanecem ilíquidos, (ii) são avaliados mediante suposições, considerações e estimativas que poderão alterar ao longo do tempo, e (iii) estão sujeitos a deteriorações e reavaliações. Em resultado disso, o Grupo está em risco de ter perdas nessas carteiras devido, por exemplo, a uma imparidade maior, em caso de o desempenho deteriorar ou reavaliações mediante uma possível venda desses ativos.

#### c) Grandes perdas individuais

O Grupo tem grandes exposições individuais a contrapartes de nome individual. O incumprimentos de obrigações por essas contrapartes poderá ter um impacto significativo no valor contabilístico desses ativos. Além disso, onde esse risco de contraparte foi minado devido à garantia, o risco de crédito poderá

permanecer elevado, se a garantia assumida não poderá ser realizada ou se tiver de ser liquidada a preços insuficientes para cobrir o montante total do empréstimo ou da exposição derivativa. Tais inadimplementos poderiam ter um efeito material adverso nos resultados do Grupo, por exemplo, devido a maior encargos por imparidade.

#### Risco de mercado

A posição financeira do Grupo poderá ser adversamente afetada por alterações tanto no nível como na volatilidade dos preços, conduzindo a rendimentos mais baixos, e podendo incluir:

#### i) Alterações maiores nos programas de atenuação quantitativa (risco emergente)

O modelo da atividade comercial está focado na facilitação do cliente nos mercados grossistas, incluindo atividades de criação de mercados, soluções e execução da gestão de risco. A continuação prolongada dos programas de atenuação quantitativa atuais em determinadas regiões poderá causar uma mudança e uma redução na atividade de clientes, o que poderá resultar em receitas de taxas e comissões mais baixas.

O Grupo também está exposto a um abrandamento rápido dos programas de atenuação quantitativa. O movimento forte nos preços de ativos poderá afetar a liquidez do mercado e causar o excesso de volatilidade, impactando a capacidade do grupo de executar os negócios dos clientes, e poderá provocar também perdas das carteiras.

#### ii) Movimentos adversos nas taxas de juro e do câmbio de moedas estrangeiras (risco emergente)

O movimento súbito e adverso nas taxas de juro ou do câmbio de moedas estrangeiras poderá impactar negativamente os rendimentos do Grupo, devido à atividade não comercial.

O Grupo tem exposição ao risco de taxa de juros negociada que decorre da oferta de produtos de banca de retalho e por grosso (não comercializado) e de serviços. Isto inclui balanços de contas correntes e de capital que não tenham uma maturidade definida e uma taxa de juro que não se altere de acordo com as alterações base de taxa. O nível e a volatilidade das taxas de juro pode impactar a margem líquida de juros, que é o spread das taxas de juro realizada entre o emprestar e contrair de custos. O potencial da volatilidade futura e alterações marginais permanece em áreas chave, como por ex. a taxa de juro de referência do R.U., na medida que tal volatilidade e alterações marginais não sejam totalmente neutralizadas por programas de cobertura.

O Grupo também está em risco, devido a movimentos nas taxas de câmbio das moedas estrangeiras, uma vez que irão impactar o valor equivalente da libra dos ativos em moeda estrangeira na carteira bancária, e assim, expor o Grupo a um maior risco de conversão de moedas estrangeiras.

Uma vez que é difícil de prever o impacto com exatidão, a falha de gerir apropriadamente o balanço do Grupo a ter em conta, estes riscos poderão ter um efeito adverso nas perspectivas financeiras do Grupo, devido ao rendimento reduzido e volatilidade das medidas de capital regulamentares.

#### iii) Movimentos adversos no fundo de pensões

Movimentos adversos entre ativos de pensões e passivos para esquemas de benefícios de pensão definidos poderão contribuir para um défice de pensões. A taxa de desconto das obrigações é um risco chave e de acordo com os padrões dos relatos financeiros internacionais (IAS 19), e advém dos ganhos de obrigações de elevada qualidade emitidas por empresas (definidas pela notação AA) e, em consequência, inclui exposição a ganhos e spreads de crédito isentos de risco. Por isso, a avaliação de benefícios definidos do Grupo seria afetada adversamente por uma queda prolongada na taxa de desconto ou pelo cenário de taxa reduzida persistente. A inflação é outro risco chave para os fundos de pensão, uma vez que a posição líquida poderá sofrer impactos negativos pelo aumento da expectativa de inflação a longo prazo.

# Análise de risco

## Riscos existentes e emergentes

### Riscos existentes e emergentes relevantes para o desempenho futuro do Grupo

#### iv) Ativos não estratégicos

Como parte dos ativos no negócio de ativos não estratégicos, o Grupo mantém uma carteira no R.U. de empréstimos, geralmente, a prazos mais longos, concedidos a contrapartes nos setores da educação e habitação social e autoridades locais (ESHLA) que são avaliados numa base de justo valor. A avaliação dessa carteira está sujeita a incertezas substanciais, devido à natureza de longo prazo das carteiras, a falta de um mercado secundário nos empréstimos relevantes e spreads de empréstimos observáveis. Como resultado desses fatores, o Grupo poderá ser obrigado a rever os justos valores dessas carteiras para refletir, entre outros, sobre alterações nas metodologias de avaliação, devido às alterações nas práticas de avaliação da indústria, e à medida que são obtidos indícios do mercado, relativamente ao escoamento dos ativos não estratégicos e processos de saída. Em 2014, o Grupo reconheceu uma redução de 935ME no justo valor da carteira ESHLA, em resultado desses fatores. Quaisquer ajustamentos negativos adicionais ao justo valor da carteira ESHLA poderá dar origem a perdas significativas do Grupo.

Para informações adicionais, consultar a Nota 17 das demonstrações financeiras consolidadas.

#### Risco de financiamento

A capacidade do Grupo em alcançar os seus planos de negócio pode ser impactada adversamente se este não gerir eficientemente os seus rácios de capital (incluindo alavancagem) e liquidez.

O Grupo poderá não conseguir atingir os seus planos de negócio, devido a: i) incapacidade de manter rácios de capital apropriados, ii) incapacidade de cumprir as suas obrigações, à medida que vencem, iii) alterações da metodologia das agências de *rating*, e iv) alterações adversas nas taxas de câmbio estrangeiro nos rácios de capital.

#### i) Incapacidade para manter rácios de capital apropriados

Caso o Grupo seja incapaz de manter ou alcançar rácios de capital apropriados, isto pode conduzir a: uma incapacidade de suportar a atividade comercial; uma falha em cumprir as exigências regulamentares dos testes de stresse; alterações nas classificações de crédito, o que também pode resultar em custos aumentados ou numa capacidade reduzida para angariar financiamento; e/ou a necessidade de tomar medidas adicionais para fortalecer o capital ou posição de alavancagem do Grupo. Os acordos Basileia III e VRD IV aumentaram a quantidade e qualidade do capital exigido ao Grupo. Apesar de as exigências do VRD IV estarem agora em vigor no Reino Unido, ainda poderão ocorrer alterações nas exigências principais, seja em resultado de alterações adicionais pelos legisladores da UE, padrões técnicos regulamentares vinculativos desenvolvidos pela Autoridade Bancária Europeia (EBA), ou alterações na interpretação do PRA e aplicação dessas exigências pelos bancos do R.U. Tais alterações, individuais e/ou em conjunto, podem levar a exigências adicionais inesperadas em relação ao capital VRD IV do Grupo.

Também poderão surgir exigências principais adicionais, devido a outras reformas regulamentares, incluindo propostas do R.U. e da UE, como também dos E.U.A., relativamente à reforma da estrutura bancária, o atual EBA Exigência Mínima para fundos próprios e Obrigações Elegíveis (MREL), propostas sob a Diretiva de Recuperação e Resolução Bancária da UE (BRRD) e o Conselho de Estabilidade Financeira (FSB) Capacidade de Absorção Total de Perdas (TLAC) para bancos com importância sistemática globalmente (G-SIBs). Visto que as propostas ainda se encontram em fase de projeto inicial, o impacto ainda está a ser avaliado. O Barclays participa num Estudo de Impacto Quantitativo (QIS) do FSB para determinar a quantidade e composição das exigências TLAC. No entanto, é provável que essas alterações na legislação e regulamentação possam ter um impacto no Grupo, visto que o Grupo seria obrigado a efetuar alterações na sua estrutura legal, e na forma como os negócios são capitalizados e financiados. Quaisquer tais exigências de aumento de capital também pode limitar as atividades planeadas do Grupo, causar vendas forçadas de ativos e/ou reduções de balanço e pode aumentar custos, ter impacto nos rendimentos do Grupo e limitar a capacidade do Barclays em pagar dividendos. Para além disso, durante

os períodos de deslocação de mercado, ou quando existir concorrência significativa para o tipo de financiamento que o Grupo precisa, aumentar os recursos de capital do Grupo de modo a cumprir objetivos pode ser mais difícil e/ou caro.

#### ii) Incapacidade para cumprir as obrigações quando vencem

Se o grupo não for capaz de gerir suficientemente a sua liquidez e risco de financiamento, isso poderá ter como consequência, que o Grupo não disponha de recursos financeiros suficientes para cumprir as suas obrigações de pagamentos à medida que vencem, ou apesar de solvente, apenas ser capaz de cumprir essas obrigações a um custo excessivo. Isso poderá causar que o Grupo não consiga cumprir os padrões de liquidez regulamentares, não ter capacidade para suportar as atividades bancárias quotidianas, ou ser impossível assegurar a continuidade das suas atividades.

#### iii) Alterações na metodologia das agências de rating (risco emergente)

Durante 2015, é esperado que as agências de notação de crédito terminem as suas análises e revisões das suas notações de bancos por país, para abordar a percepção das agências do impacto das alterações regulamentares atuais, definidas para melhorar a resolubilidade dos bancos de modo a minimizar o risco sistémico, de forma que a probabilidade de um apoio soberano extraordinário para um banco em falência seja menos previsível, e também para abordar a finalização de capital revisto e as regras de alavancagem sob o VRD IV. Seguindo a sua análise, a Standard and Poor's degradou a notação de longo prazo do Barclays PLC em fevereiro de 2015, e colocou a notação de longo e curto prazo do banco Barclays PLC em "alerta de crédito com implicações negativas". Enquanto que o resultado geral das alterações propostas para as metodologias nas notações dos bancos, e a revisão relatada das notações para a eliminação do apoio soberano permanece incerto, existe o risco de que qualquer degradação da notação poderá impactar o desempenho do Grupo, se os custos de empréstimos e alteração de liquidez alterarem significativamente, relativamente às expectativas, ou se os spreads de crédito forem afetados negativamente.

Para informações adicionais sobre o efeito de uma degradação, consultar por favor as Notações de Crédito na secção do Desempenho de Risco de Liquidez na página 103.

#### iv) Alterações adversas nas taxas de câmbio estrangeiro nos rácios de capital

O Grupo possui recursos de capital e ativos ponderados pelo risco em moedas estrangeiras, e as alterações nas taxas de câmbio das moedas estrangeiras poderão impactar adversamente o valor equivalente em libras dos recursos de capital em moeda estrangeira e dos ativos ponderados pelo risco. Como resultado, os rácios de capital regulamentares do Grupo são sensíveis aos movimentos de câmbio externo. A falha de gerir de modo apropriado o balanço do Grupo a ter em conta relativamente a este risco, poderá ter como consequência um impacto adverso nos rácios de capital regulamentares. Uma vez que é difícil de prever o impacto com exatidão, isso poderá um efeito adverso relevante nas operações do Grupo, em consequência da incapacidade de manter rácios apropriados de capital e alavancagem.

#### Risco operacional

O perfil de risco operacional do Grupo pode mudar como resultado de fatores humanos, processos e sistemas internos inadequados e falhados e eventos externos.

O Grupo está exposto a muitos tipos de risco operacional, incluindo atividades fraudulentas e criminais (tanto interna como externamente), o risco de falhas em processos, controlos ou procedimentos (ou a sua falta de adequação relativamente ao tamanho e âmbito da atividade do Grupo) e falha ou indisponibilidade dos sistemas por um partido externo, para efetuar um serviço ou apoiar uma infraestrutura não disponível aos utilizadores pretendidos, conhecido como recusa de um ataque de serviço, e o risco de uma atividade de ciberameaça geopolítica, destabilizando ou destruindo a TI do Grupo (ou infraestrutura crítica de qual o Grupo depende mas que não a controla), no apoio de funções de atividades económicas críticas. O Grupo também está sujeito ao risco de quebra na sua atividade resultante de eventos que estão total ou parcialmente fora do seu controlo (como por exemplo desastres naturais, atos de terrorismo, epidemias e falhas de transporte ou funcionais) que podem causar perdas ou reduções no serviço

aos clientes e/ou prejuízo econômico para o Grupo. Os riscos operacionais a que o Grupo está exposto podem mudar rapidamente e não existe qualquer garantia que os processos, controles, procedimentos e sistemas do Grupo sejam suficientes para abordar, ou adaptar rapidamente, tais riscos em alteração. Todos estes riscos também são aplicáveis quando o Grupo depender de fornecedores ou vendedores externos para fornecer serviços a este e aos seus clientes.

#### i) Ciberataques (risco emergente)

A ameaça causada pelos ciberataques continua a aumentar e a indústria bancária tem sofrido ciberataques maiores durante o ano. Ativistas, nações, gangues criminosas, *insiders* e oportunistas estão entre aqueles que intencionalmente atacam sistemas informáticos. Tendo em consideração a maior sofisticação e alcance dos potenciais ciberataques, é possível que ataques futuros conduzam a quebras significativas na segurança. A ocorrência de um ou mais deste tipo de acontecimentos poderá colocar em perigo o Grupo ou as informações confidenciais dos clientes ou de contrapartes, ou outras informações que são processadas e armazenadas e transmitidas através dos sistemas informáticos e redes do Grupo, ou causar, de outra forma, interrupções ou o mau funcionamento de operações do Grupo, de clientes, contrapartes ou de terceiros, que poderão impactar a sua capacidade de efetuar transações com o Grupo, ou causar, de outra forma, perdas significativas ou prejudicar a reputação.

A falha em gerir adequadamente o risco da cibersegurança e em rever e atualizar de forma contínua os processos atuais em resposta a novas ameaças pode afetar adversamente a reputação, operações, condição financeira e perspectivas do Grupo. O âmbito dos impactos inclui o aumento de perdas causadas pela fraude, prejuízos para os clientes, penalidades e censura regulamentares, responsabilidade legal e possíveis danos de reputação.

#### ii) Resistência de infraestrutura e tecnológica

A infraestrutura tecnológica do Grupo é vital para a operação das atividades do Grupo e para o fornecimento de produtos e serviços a clientes. A interferência prolongada no acesso do cliente à sua informação de conta chave ou atrasos em pagamentos terão um impacto significativo na reputação do Grupo e também poderão conduzir a possíveis grandes custos para tanto retificar como para reembolsar perdas sofridas pelos clientes.

**iii) Capacidade de contratar e manter funcionários com qualificações apropriadas.** O Grupo depende de grande parte de indivíduos altamente competentes e qualificados. Assim, a capacidade contínua do Grupo em gerir e expandir a sua atividade, em competir de forma eficiente e em responder a um ambiente regulamentar cada vez mais complexo está dependente de atrair novos talentos e funcionários diversificados e em manter funcionários qualificados de forma apropriada.

De modo particular, o Grupo continua a implementar alterações às suas estruturas de compensação, em resposta à nova legislação, existe o risco de alguns funcionários poderem optar por sair do Grupo. Isso é particularmente evidente entre aqueles funcionários que sofrem impactos, devido à alterações nas estruturas de diferimento e novos acordos de *claw back*. Além disso, os colegas que possuem um conjunto de habilidades específicas dentro das funções de controle ou dentro de geografias específicas, têm atualmente uma elevada procura, e podem optar por sair do Grupo, uma vez que os concorrentes tentam atrair os melhores talentos para os integrar nas suas próprias organizações. Por fim, o impacto das alterações regulamentares, como por ex. a introdução do regime de obrigação de prestar contas individualmente, o que se traduzirá numa maior responsabilidade e obrigação de prestar contas, por parte de gestores sênior e não executivos dos bancos do R.U., e a reforma estrutural do setor bancário, também poderão reduzir a atratividade da indústria de serviços financeiros, por parte de candidatos altamente qualificados em geografias específicas.

A falha do Grupo em prevenir o abandono de funcionários devidamente qualificados, em manter pessoal qualificado dedicado em supervisionar e gerir padrões e expectativas regulamentares atuais e futuros, ou em substituir rápida e eficazmente tais funcionários, pode ter um impacto negativo nos resultados das operações, condição financeira e perspectivas do Grupo e no nível de envolvimento dos funcionários.

#### iv) Previsões e raciocínios contabilísticos de importância crítica

A preparação de raciocínios financeiros de acordo com o IFRS requer a utilização de previsões. Também requer a gestão para exercer raciocínios, aplicando políticas contabilísticas relevantes. As áreas chave que envolvem um maior grau de decisão ou complexidade, ou as áreas onde as suposições têm significância para as demonstrações financeiras consolidadas ou individuais, incluem os encargos por imparidade de ativos de custo amortizado, imparidade e valorização de investimentos disponíveis para venda, cálculo de impostos sobre rendimento e diferidos, justo valor de instrumentos financeiros, valorização da boa-fé e ativos incorpóreos e contabilidade de benefícios de pensão e de reforma. Existe um risco de que se a decisão exercida ou de as estimativas ou suposições usadas subsequentemente sejam incorretas, então tal possa resultar em prejuízo relevante para o Grupo, para além do antecipado ou previsto.

O desenvolvimento adicional de normas e interpretações sob a IFRS podem também ter um impacto significativo nos resultados financeiros, condição e perspectivas do Grupo. Por exemplo, a introdução dos Instrumentos Financeiros IFRS 9 terá provavelmente um impacto material na medição e imparidade dos instrumentos financeiros mantidos.

Para informações adicionais, consultar as Políticas de Contabilidade e Estimativas Críticas nas páginas 168 a 170.

#### v) Questões sobre concorrência e legislação

Disputas legais, análises regulamentares, coimas e outras sanções relacionadas com a conduta da atividade e crimes financeiros poderão afetar negativamente os resultados do Grupo, a reputação e a capacidade de conduzir a sua atividade.

O Grupo conduz diversas atividades num mercado global altamente regulado e, assim está exposto ao risco de coimas e outras sanções relacionadas com a conduta da sua atividade. Nos últimos anos tem havido uma vontade maior, por parte das autoridades, para analisar práticas antigas, perseguir vigorosamente alegadas violações e impor penalizações pesadas nas empresas de serviços financeiros, e é esperado que essa tendência continue. Relativamente ao crime financeiro, a violação da legislação aplicável e/ou regulamentações poderá resultar na acusação criminal, censura regulamentar e outras sanções do Grupo ou do seu pessoal, dentro da jurisdição em quais a operação ocorre, particularmente no Reino Unido e nos E.U.A. Onde clientes, ou outros terceiros são prejudicados pela conduta do Grupo, isso também poderá dar origem a ações judiciais, incluindo ações coletivas nos E.U.A. Outras disputas legais também poderão surgir entre o Grupo e terceiros, relativamente a questões, tais como infrações, ou coações de direitos legais, ou obrigações provenientes de contratos, estatutos ou lei geral. Resultados adversos em qualquer uma destas questões poderão resultar na responsabilização do Grupo face a terceiros que aspiram fazer danos, ou ter como consequência que os direitos do Grupo não sejam impostos da forma pretendida.

Os detalhes de questões legais, concorrenciais e regulamentares relevantes aos quais o Grupo está atualmente expostos são apresentados na Nota 28, Questões Legais, Concorrenciais e Regulamentares. Além destas questões atuais relevantes, o Grupo está empenhado em inúmeros outros processos legais em várias jurisdições provenientes do decurso habitual da atividade, e está sujeito a pedidos de informação, investigação e outras análises pelos reguladores e outras autoridades, relacionadas com as atividades em qual o Grupo se tem empenhado. Perante as incertezas relacionadas com as questões legais, concorrenciais e regulamentares, não há garantia de que o resultado de uma determinada questão ou de determinadas questões não será relevante para os resultados do Grupo, relativamente a operações e fluxo de caixa durante um determinado período, dependendo, entre outros, do montante da perda, resultante da questão ou das questões, e do montante dos rendimentos apresentados nesse período.

O resultado das questões legais, concorrenciais e regulamentares relevantes, além das questões às quais o Grupo está exposto atualmente e outras questões que se poderão colocar no futuro, é difícil de prever. No entanto, é provável que em relação a qualquer uma dessas questões, o Grupo poderá

# Análise de risco

## Riscos existentes e emergentes relevantes

### Riscos existentes e emergentes relevantes para o desempenho

incorrer a uma despesa significativa, não obstante o último resultado, e uma ou mais das questões mencionadas acima poderão expor o Grupo a um dos seguintes prejuízos monetários substanciais e/ou coimas; remediação de clientes afetados; outras penalidades e requerimento de uma injunção; litígios adicionais, perseguição criminal; a perda da proteção acordada existente contra perseguição; restrições regulamentares da atividade do Grupo, incluindo a retirada de autorizações; exigências maiores de compliance regulamentares; suspensão de operações; repreensões públicas; perda de ativos ou negócios significantes; um efeito negativo na reputação do Grupo; e/ou perda da confiança de investidores; e/ou despedimento ou demissão de indivíduos chave.

Há também o risco de o resultado de qualquer questão legal, concorrencial ou regulamentar em qual o Grupo está envolvido dar origem a alterações na lei ou regulamentos como parte de uma resposta mais abrangente por legisladores e reguladores relevantes. Uma decisão adversa em qualquer questão, tanto contra o Grupo como outra instituição financeira que enfrente ações semelhantes pode conduzir a ações adicionais contra o Grupo.

#### vi) Riscos provenientes de alterações regulamentares e controlo

A indústria de serviços financeiros continua a ser o foco de alterações e escrutínio regulamentares significantes que podem afetar adversamente a atividade, desempenho financeiro e estratégia de risco e capital do Grupo.

#### a) Alterações regulamentares

O Grupo, à semelhança de grande parte da indústria de serviços financeiros, continua a estar sujeito a níveis significantes de alteração regulamentar e escrutínio maior em muitos dos países em que opera (incluindo, em particular, o Reino Unido e os E.U.A. e à luz das suas operações bancárias de investimento significante). Isso tem levado a uma abordagem mais intensa da supervisão e inspeção, expectativas aumentadas e exigências reforçadas, incluindo o seguinte: (i) capital, exigências de liquidez e alavancagem (por exemplo proveniente do Basileia III e VRD IV); (ii) reformas estruturais e planeamento de recuperação e resolução; e (iii) reformas estruturais de mercado, tais como a compensação dos derivados do mercado de balcão. Como resultado, o risco regulamentar continuará a merecer a atenção dos quadros superiores e a consumir níveis significantes de recursos comerciais. Para além disso, esta abordagem mais intensiva e as exigências reforçadas, incerteza e extensão da coordenação regulamentar internacional como normas de supervisão reforçadas desenvolvidas e implementadas podem afetar adversamente a atividade e estratégias de gestão de capital e risco do Grupo e/ou pode resultar na decisão do Grupo em modificar a sua estrutura de entidade legal, estruturas de capital e financiamento e misturas de negócio ou abandonar certas atividades comerciais no seu total ou determinar não se expandir em áreas apesar do seu potencial atrativo.

Para informação adicional ver Desenvolvimentos Regulamentares na secção sobre Supervisão e Regulamentação.

#### b) Expectativas de supervisão PRA adicionais, incluindo alterações ao CRD IV (risco emergente)

Os resultados do Grupo e a capacidade de conduzir os seus negócios poderá ser afetado negativamente, devido a alterações ao CRD IV ou expectativas de supervisão adicionais.

Para proteger a estabilidade financeira, o Comité de Política Financeira do Banco da Inglaterra (FPC) possui poderes legais para fazer recomendações sobre a aplicação de exigências prudentes. Adicionalmente, poderá obter poderes para dirigir o PRA e FCA para ajustar exigências de capital, mediante exigências de capital setoriais (SCR). As orientações aplicar-se-iam a todos os bancos e sociedades de construção do Reino Unido, e não especificamente ao Grupo. O FPC emitiu a sua revisão do rácio de alavancagem em outubro de 2014 que contém a exigência de um rácio de alavancagem mínimo de 3%, substituindo a expectativa do PRA de uma alavancagem de 3%. Esta revisão também introduziu um rácio de alavancagem complementar

para G-SIBs a ser implementado a partir de 2016, e margens de rácio de alavancagem contracíclica que seriam implementadas ao mesmo tempo, visto que as margens contracíclicas seriam implementadas para fins de RWA.

As alterações aos requisitos do CRD IV, às interpretações dos reguladores do R.U. destes requisitos ou expectativas de supervisão adicionais, quer individualmente quer em conjunto, podem levar a exigências reforçadas inesperadas em relação aos rácios de capital, alavancagem, liquidez e financiamento do Grupo ou alterar a forma como tais rácios são calculados. Isto pode resultar numa necessidade de ações de gestão adicionais para cumprir as exigências alteradas, tal como: aumentar capital ou recursos de liquidez, reduzir ativos de alavancagem e risco ponderado, modificar a estrutura de entidade legal (incluindo relativamente à emissão e fornecimento de capital e financiamento para o Grupo) e alterar a mistura de negócios do Grupo ou abandonar outras atividades e/ou iniciar outras ações para fortalecer a posição do Grupo.

#### c) Reformas na infraestrutura de mercado

O Regulamento sobre a Infraestrutura do Mercado Europeu (RIME) introduz novas exigências para melhorar a transparência e reduzir os riscos relacionados com o mercado de derivados. Alguns destes requisitos entraram em vigor em 2013 e 2014 e os restantes irão entrar em vigor em 2015. O RIME exigirá que as entidades estabelecidas na UE que entram nalguma forma de contrato de derivados: reportem cada contrato de derivados que celebrem para um repositório de transações; implementem novas normas de gestão de riscos, incluindo processos operacionais e ajustamento das margens para todos os derivados bilaterais transacionados em mercados de balcão não compensados por uma contraparte central; e derivados transacionados em mercados de balcão por uma contraparte central sujeitos a uma obrigação de compensação obrigatória (apesar de essa obrigação de compensação apenas se aplicar a determinadas contrapartes).

O CRD IV visa complementar o RIME através da aplicação de requisitos de capital mais elevados para transações de balcão de derivativos bilaterais. Os requisitos de capital menor para transações compensadas estão disponíveis apenas se a contraparte central for reconhecida como uma 'contraparte central qualificada', autorizada ou reconhecida pelo RIME (em concordância com as normas técnicas vinculativas). Reformas adicionais mais significativas de infraestrutura de mercado serão introduzidas por via de alterações à Diretiva de Instrumentos em Mercados Financeiros da UE que deverão ser implementadas em 2016.

Nos E.U.A., a lei Dodd Frank também ordena que muitos tipos dos derivados que anteriormente eram transacionados nos mercados de balcão, deverão ser transacionados num estabelecimento de execução de troca ou permuta e deverão ser compensados centralmente, através de uma instituição de compensação regulada. Além disso, os participantes nesses mercados serão agora sujeitos à regulação e supervisão da Comissão do Comércio de Futuras Mercadorias (CFTC) e da Comissão de Valores Imobiliários (SEC).

É possível que outros regulamentos adicionais e as despesas e exigências relacionadas, venham a aumentar o custo da e restringir a participação nos mercados de derivativos, aumentando assim os custos de contratar cobertura ou outras transações, reduzindo a liquidez e a utilização dos mercados de derivativos.

As alterações no regulamento dos mercados de derivados poderá afetar adversamente a atividade do Grupo e das suas filiais nesses mercados, e poderá tornar mais difícil e dispendioso conduzir as atividades de cobertura e transações, que por seu lado, poderá reduzir a procura por comerciantes de swaps e serviços similares do Grupo e das suas filiais. Além disso, devido a esses custos acrescidos, o novo regulamento dos mercados de derivados também poderá levar o Grupo a tomar a decisão de reduzir a sua atividade nesses mercados.

#### d) Reforma estrutural e recuperação bancária e resolução

Algumas jurisdições aprovaram ou estão a ponderar uma legislação e regulamentações que poderão ter um impacto significante na estrutura, risco de negócios e gestão do Grupo e na indústria de serviços financeiros, de forma mais geral. Informações detalhadas sobre

as provisões apresentadas abaixo, encontram-se nos parágrafos dos Desenvolvimentos Regulamentais na seção da Supervisão e Regulação.

Os desenvolvimentos chave relevantes para o Grupo incluem:

- A lei dos Serviços Financeiros do R.U. (Reforma Bancária) 2013 (Banking Reform Act), concede os poderes às autoridades do R.U. de implementar recomendações chave da Comissão Independente relativamente ao Setor Bancário, incluindo a separação das atividades bancárias de retalho do R.U. e EEA dos maiores bancos do R.U., formando uma unidade separada e independente em termos legais, operacionais e económicos (o assim chamado "ring fencing"). Espera-se que os bancos terão de cumprir com as exigências do "ring fencing" a partir de janeiro de 2019.
- Propostas para reformas estruturais da Comissão Europeia de janeiro de 2014 (que ainda estão em discussão) para uma diretiva para implementar recomendações do Grupo de Revisão de Especialistas de Alto Nível da UE (a Revisão Liikanen). A diretiva teria aplicação nas instituições financeiras significantes da UE.
- Implementação da exigência para criar uma estrutura de holding intermediária (HI) americana para manter as suas filiais americanas bancárias e não bancárias, incluindo o Barclays Capital Inc., a corretora financeira nos E.U.A. do Grupo). A HI estará normalmente sujeita a supervisão e regulamentação, incluindo aos testes de esforço e capital regulamentar, pelo FRB (Federal Reserve Bank) como se fosse uma holding bancária americana de tamanho comparável. O Grupo terá de formar a sua IHC a 1 de julho de 2016. A HI estará sujeita à exigência de capital de alavancagem mínimo aplicável na generalidade nos E.U.A. (que é diferente do rácio de alavancagem internacional do Basileia III, incluindo na extensão que o rácio de alavancagem geralmente aplicável nos E.U.A. não inclui exposições fora do balanço) a começar a 1 de janeiro de 2018. O Grupo continua a avaliar as implicações das regras finais da HI do FRB (emitido em fevereiro de 2014) para o Grupo. No entanto, o Grupo acredita atualmente que, em conjunto, as regras finais (e, em particular, os requisitos de alavancagem nas regras finais que serão aplicados à HI em 2018) deverão aumentar os custos operacionais e os requisitos de capital e/ou exigir alterações à mistura de negócios das operações do Grupo E.U.A. que, em última análise, podem ter um efeito adverso nos resultados das operações globais do Grupo, e
- implementação da 'Regra Volcker' sob a lei Dodd-Frank. A Regra Volcker, uma vez plenamente em vigor, irá proibir que as entidades bancárias, incluindo o Barclays PLC, o Barclays Bank PLC e suas subsidiárias e afiliadas determinadas "atividades por conta própria", e irá limitar o patrocínio de, e o investimento em, fundos de investimentos privados e em fundos de cobertura, em cada caso amplamente definidos por tais entidades. As regras também irão exigir que o Grupo desenvolva um vasto programa de monitorização e avaliação da conformidade (dentro e fora dos E.U.A.), sujeito a vários requisitos de certificação executiva que abordem atividades por conta própria e atividades de fundo coberto, e o Grupo espera, portanto, que os custos de conformidade aumentem. As regras finais são muito complexas e o compacto total só será conhecido com certeza depois de as práticas do mercado e estruturas desenvolverem sobre essas regras. As entidades sujeitas, geralmente, são obrigadas a cumprir a proibição da negociação por conta própria e a exigência de desenvolverem um programa extenso de compliance a partir de julho de 2015 (com algumas provisões sujeitas a possíveis extensões).

Estas leis e regulamentações e a forma como são interpretadas e implementadas por reguladores podem ter várias consequências significantes, incluindo alterações à estrutura de entidade legal do Grupo, alterações a como e onde o capital e financiamento são angariados e aplicados no Grupo, aumento das exigências para a capacidade de absorção de prejuízos no Grupo e/ou

ao nível de certas entidades legais ou subgrupos no Grupo e potenciais modificações à mistura e modelo de negócio (incluindo o potencial abandono de certas atividades comerciais). Estas e outras alterações regulamentares e as ações resultantes tomadas para reagir às alterações regulamentares, poderão ter um impacto adverso na rentabilidade, flexibilidade operacional, flexibilidade no desenvolvimento de capital e financiamento, rentabilidade dos capitais próprios, capacidade para pagar dividendos e/ou a condição financeira do Grupo. Ainda não é previsível o detalhe desta legislação ou regulamentação ou as consequências definitivas para o Grupo que poderão ser relevantes.

#### e) Ação regulamentar no caso de incumprimento de um banco

A Lei do Setor Bancário do Reino Unido de 2009, tal como corrigida (a Lei do Setor Bancário) permite a um regime que permita ao Banco de Inglaterra (ou, em certas circunstâncias, a Tesouraria HM) resolver bancos em incumprimento no Reino Unido. Ao abrigo da Lei do Setor Bancário, estas autoridades recebem poderes para executar ordens de transmissão de cotas e ordens de transmissão de propriedade. No seguimento da Lei da Reforma Bancária, as autoridades também têm ao seu dispor um poder de fiança. Este poder de fiança, quando estiver disponível para a autoridade de resolução do Reino Unido, irá permitir que recapitalize uma instituição em incumprimento ao alocar prejuízos aos seus acionistas e credores sem garantia. O poder de fiança permitirá à autoridade de resolução do Reino Unido cancelar passivos ou modificar os termos de contratos para os propósitos de reduzir ou diferir os passivos do banco sob resolução e o poder de converter passivos noutra forma (ex.: ações).

Além do poder da fiança, os poderes concedidos à autoridade relevante de resolução do Reino Unido ao abrigo da Lei Bancária incluem o poder de:

(i) dirigir a venda da instituição financeira relevante na totalidade ou em parte dos seus negócios em condições comerciais sem exigir o consentimento dos acionistas ou cumprir os requisitos processuais que de outra forma se aplicariam; (ii) transferir a totalidade ou parte dos negócios da instituição financeira a um 'banco ponte' (uma entidade controlada publicamente); e (iii) transferir os ativos depreciados ou problemáticos da instituição financeira relevante para um veículo de gestão de ativos, que lhes permitam ser geridos ao longo do tempo. A Diretiva de Recuperação e Resolução de Bancos (BRRD) da UE contém provisões semelhantes ao Banking Act a nível europeu, muitas dessas provisões aumentam e reforçam os poderes que estão à disposição dos reguladores em caso de uma falência de um banco. Outros desenvolvimentos paralelos, a nível internacional, poderão resultar em riscos aumentados para os bancos, por exemplo o Conselho de Estabilidade Financeira (FSB) propõe harmonizar, globalmente, os princípios chave para o TLAC.

Se esses poderes fossem exercidos (ou há um risco aumentado de exercício) em relação ao grupo ou qualquer entidade do Grupo, esse exercício poderia resultar num efeito material adverso sobre os direitos ou interesses dos acionistas e credores, incluindo os detentores de títulos de dívida e/ou poderia ter um efeito material adverso sobre o preço das ações e outros títulos de mercado, emitidos pelo Grupo. Tais efeitos poderão incluir perdas dos direitos de posse de ações/associação, incluindo a diluição da propriedade percentual das ações de capital do Grupo, e poderá resultar na perda total ou parcial do investimento de credores, incluindo detentores de obrigações, nos valores mobiliários do Grupo que poderão ser sujeitos a tais poderes.

#### f) Planeamento de recuperação e resolução

Continua a existir um forte foco regulamentar na resolução por parte dos reguladores internacionais e do Reino Unido. O Grupo fez os seus primeiros pedidos formais de RRP (planeamento de recuperação e resolução) aos reguladores do R.U. e E.U. a meados de 2012 e tem continuado a trabalhar com as autoridades relevantes no sentido de identificar e resolver quaisquer impedimentos à capacidade de resolução.

No Reino Unido, o RRP é agora considerado parte da supervisão contínua. A remoção de barreiras à resolução será considerada parte da estratégia de supervisão da ARP para cada empresa e a ARP pode exigir às empresas para que executem alterações significantes de modo a reforçar a resolução.

# Análise de risco

## Riscos existentes e emergentes relevantes

### Riscos existentes e emergentes relevantes para o desempenho

Nos E.U.A., o Barclays é um dos vários bancos sistematicamente importantes (designados por "first wave filers" (bancos de primeira linha)) obrigado a entregar planeamentos de resolução junto da Reserva Federal do FDIC, de acordo com as disposições da lei Dodd Frank. Os reguladores apresentaram o seu feedback em agosto de 2014, relativamente aos planeamentos de resolução de 2013 entregues pelos bancos de primeira linha. O feedback exigiu que esses bancos fizessem melhoramentos significativos nos seus planeamentos a entregar em 2015, caso contrário, seriam confrontados com ações punitivas que, em casos extremos, poderia forçar a alienações ou redução das operações nos E.U.A. O Barclays está a trabalhar em conjunto com os reguladores, de forma a abordar estas questões e irá apresentar o seu planeamento revisto em junho de 2015. Não se sabe quando ou de que forma é que os reguladores nos E.U.A. irão analisar e avaliar o planeamento de resolução americano do Barclays.

Na África do Sul, a Tesouraria da África do Sul e o Banco de Reserva da África do Sul estão a considerar uma legislação e regulamentação nova relevante, de modo a permitir a adoção de uma resolução e esquema de garantia dos depositantes, em linha com os princípios do FSB. O BAGL e o banco Absa serão sujeitos a esses esquemas, visto que serão adoptados. Não está claro qual a forma que esses esquemas terão ou quando e que serão adoptados, mas as propostas atuais para um esquema de garantia de fundos depositados e para a continuação operacional poderão resultar em despesas novas relevantes para o grupo BAGL.

Enquanto o Grupo acredita que está a conseguir bons progressos na redução de impedimentos à resolução, caso as autoridades relevantes decidam finalmente que o Grupo ou qualquer filial significante não tenha resolução, o impacto de tais alterações estruturais (quer em relação com a RRP quer com outras iniciativas de reforma estrutural) pode impactar os rácios de capital, liquidez e alavancagem do Grupo, por exemplo através de custos de infraestrutura duplicados, perda de receitas de taxas cruzadas e custos de financiamento adicionais.

#### Risco de Conduta

Qualquer avaliação ou ação inapropriada tomada pelo Grupo, na execução das atividades do negócio, ou de outra forma, poderão ter um impacto adverso para o Grupo ou para os seus funcionários. Além disso, qualquer uma dessas ações poderá ter um impacto negativo nos clientes ou contrapartes do Grupo.

Tais avaliações ou ações poderão impactar negativamente o Grupo de inúmeras formas, por exemplo, uma publicidade negativa e a consequente perda de reputação, perda de rendimentos, imposição de coimas, litígios, maior controlo e/ou intervenção pelos reguladores, ação regulamentar ou legislativa, perda de negócios existentes ou potenciais com os clientes, penalizações criminais ou civis e outros danos, redução na moral de trabalho dos funcionários, e dificuldades em recrutar e manter funcionários valiosos. O Grupo poderá identificar ele próprio incidentes de avaliações inapropriadas que deverão incluir o não cumprimento das exigências regulamentares, onde os consumidores tenham sofrido um prejuízo, conduzindo à remediação dos clientes afetados.

Existe uma quantidade de áreas onde o Grupo tem suportado danos financeiros e reputacionais de períodos anteriores, e onde as consequências continuarem em 2014, e provavelmente ainda terão efeitos adversos em 2015 e talvez no futuro. Detalhes adicionais sobre o apuramento regulamentar atual são apresentados na Nota 28 (questões legais, concorrenciais e regulamentares).

Sendo uma empresa de serviços financeiros global, o Grupo está sujeito aos riscos relacionados com lavagem de dinheiro, financiamento de terrorismo, suborno e corrupção e sanções económicas, e poderá sofrer impactos adversos se não diminuir adequadamente o risco de facilitação dos seus funcionários ou terceiros, ou de os seus produtos e serviços poderem ser usados para facilitar atividades criminais financeiras.

Além disso, a marca do Grupo poderá sofrer impactos adversos de qualquer associação, ação ou inação que é sentida por interessados como sendo inapropriado ou antiético, e não estando em conformidade com os objetivos e valores definidos pelo Grupo.

A falha de gerir de forma apropriada esses riscos e o possível impacto negativo na reputação do Grupo poderá reduzir, direta ou indiretamente, a atratividade do Grupo por parte de interessados, incluindo clientes. Além disso, essa falha poderá prejudicar a integridade do mercado e resultar em desvantagens para os clientes do Grupo, contrapartes ou funcionários, conduzindo à remediação dos clientes afetados, por parte do Grupo.

# Análise de risco

## Gestão de risco

[Uma vista geral da abordagem do Barclays relativamente à gestão de risco](#)

Para uma análise mais detalhada sobre a nossa revisão de risco e conteúdos de gestão de risco, consultar por favor as páginas 63 a 126.

Informação detalhada sobre a forma como o Barclays gere estes riscos poderá ser encontrada no relatório Barclays PLC, na coluna 3.

# Análise de risco

## Gestão de risco

As seguintes páginas fornecem uma vista geral sobre a abordagem do Grupo relativamente à gestão de risco. Uma visão geral mais abrangente com mais informações específicas sobre as políticas do Grupo poderá ser encontrada no relatório Barclays PLC, na coluna 3 ou no site [barclays.com](http://barclays.com)

Não há diferenças no modo em como os riscos financeiros são geridos e avaliados entre o Grupo Barclays Bank PLC e o Grupo Barclays PLC. Assim, a vista geral abaixo para o Barclays PLC, inclui o Grupo Barclays Bank PLC.

### Introdução

Esta secção apresenta a estratégia do Grupo relativamente à gestão de risco e o modo como a cultura de risco tem sido desenvolvida para garantir a existência de um conjunto de objetivos e práticas que são partilhados no Grupo. São apresentados detalhes sobre a administração do Grupo, a estrutura da comissão e a forma como as responsabilidades estão atribuídas.

### Estratégia de Gestão de Risco

O Grupo dispõe de objetivos de gestão de risco claros e de uma estratégia bem definida para os apresentar, através de processos de gestão de risco centrais.

A nível estratégico, os objetivos de gestão de risco servem para

- identificar os riscos significantes do Grupo;
- Formular a apetência de risco do Grupo e garantir a sua consistência com o perfil e os planos empresariais;
- Otimizar as decisões de risco/rentabilidade considerando-as o mais próximo possível do negócio, estabelecendo uma análise forte e independente e estruturas de avaliação;
- Garantir que os planos de crescimento empresariais são adequadamente suportados pelas infraestruturas de risco eficazes;
- Gerir o perfil de risco para garantir que os resultados financeiros específicos se mantêm possíveis sob um conjunto de condições de negócio adversas; e
- Ajudar os executivos a melhorarem o controlo e a coordenação de riscos assumidos no negócio.

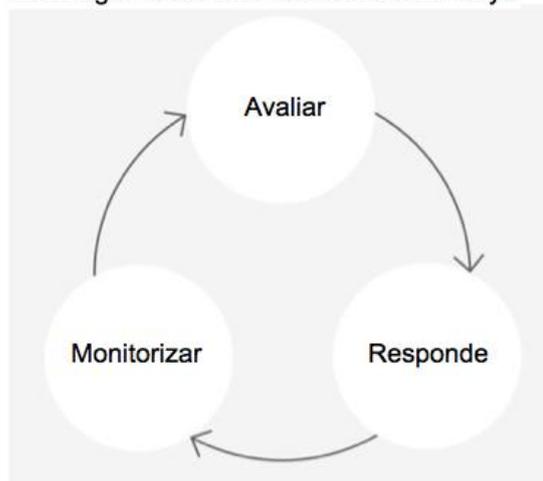
O elemento chave para definir claramente os objetivos é a Estrutura de Gestão de Risco Empresarial do Barclays (ERMF) que define as atividades, os instrumentos, as técnicas e as disposições organizacionais para que os riscos materiais face ao Grupo possam ser melhor identificados e compreendidos, e para que respostas adequadas sejam aplicadas no sentido de proteger o Barclays e evitar prejuízos aos seus consumidores, colegas ou comunidade. Isto vai ajudar o Grupo a atingir os seus objetivos, e melhorar a sua capacidade de resposta para novas oportunidades.

O objetivo do processo de gestão de risco do é apresentar um conjunto de três passos estruturados, práticos e de fácil compreensão - Avaliar, Responder e Supervisionar (o processo A-R-S) - que permite à gestão identificar e avaliar esses riscos, determinar a resposta de risco adequada, e depois supervisionar a eficácia da resposta de risco e as alterações ao perfil de risco.

- 1. Avaliar:** A avaliação de risco tem de ser levada a cabo por pessoas, equipas e departamentos que melhor se encontram posicionados para identificar e avaliar os potenciais riscos, e incluem-nos como responsáveis pela apresentação dos objetivos em análise.
- 2. Responder:** A resposta de risco adequada garante eficaz e eficientemente que os riscos são mantidos no âmbito da apetência, que é o nível de risco que o Barclays está preparado para aceitar enquanto aplica a sua estratégia da unidade de negócio. Existem três tipos de resposta: i) aceitar o risco, mas tomar as medidas de mitigação necessárias como a utilização de controlos de risco, ii) cessar a atividade existente/não iniciar a atividade proposta, ou iii) continuar a atividade, mas passar os riscos para outra entidade, por ex., as seguradoras.
- 3. Monitorizar:** Assim que os riscos sejam identificados e avaliados, e aplicados os controlos, o progresso no sentido dos objetivos tem de ser traçado.

A supervisão tem de ser contínua e pode agilizar a reavaliação dos riscos e/ou alterações nas respostas. A supervisão tem de ser levada a cabo proativamente e ser mais abrangente do que a simples "comunicação" o que inclui garantir que os riscos são mantidos no âmbito da apetência de risco e verificar que os controlos funcionam conforme pretendido e adequem-se ao objetivo.

### Estratégia de Gestão de Risco do Barclays



O processo está orientado à volta dos riscos materiais que têm impacto na apresentação dos objetivos, e é utilizado para promover uma abordagem eficiente e eficaz da gestão de risco. Este processo de três passos da gestão de risco:

- Pode ser aplicado a cada objetivo a cada nível do banco, ao nível inferior ou superior;
- Está integrado no processo de tomada de decisões ao nível empresarial;
- Orienta a resposta do Grupo para as alterações em contexto externo ou interno no qual as atividades existentes são conduzidas; e
- Envolve todo o pessoal e as três linhas de defesa (ver a página 47)

### Estrutura da Administração

O risco existe quando o resultado de tomar uma determinada decisão ou linha de ação é incerto e possa potencialmente ter impacto no modo como o Grupo pode apresentar bem ou não os seus objetivos.

O Grupo enfrenta riscos em toda a sua unidade de negócio, todos os dias, em tudo o que faz. Alguns riscos são escolhidos depois de atenta consideração, como por exemplo, emprestar dinheiro a um cliente. Há outros riscos que podem resultar de consequências não intencionais de ações internas, como por exemplo, falha no sistema informático ou más práticas de venda. Por fim, alguns riscos são o resultado de eventos fora do Grupo mas que podem impactar os seus negócios - por exemplo uma maior exposição, devido à negociação ou concessão de empréstimos a uma contraparte de mercado que mais tarde entra em falência.

Todos os funcionários devem desempenhar o seu papel na gestão de risco do Grupo, independentemente da posição, função ou localização. Exige-se que todos os funcionários estejam familiarizados com as políticas de gestão de risco que são relevantes para as suas atividades, tenham o conhecimento como dimensionar as questões de risco atuais ou potenciais, e possuem um nível apropriado de consciência do ERMF, do processo de gestão de risco e dos termos de governação.

Existem quatro Comitês principais a nível do Conselho que analisam e supervisionam o risco no Grupo. O Conselho, o Comité de Risco Alargado às Empresas do Conselho, o Comité de Risco Financeiro do Conselho e o Comité de Risco Operacional, Reputação e Conduta do Conselho.

# Análise de risco

## Gestão de risco

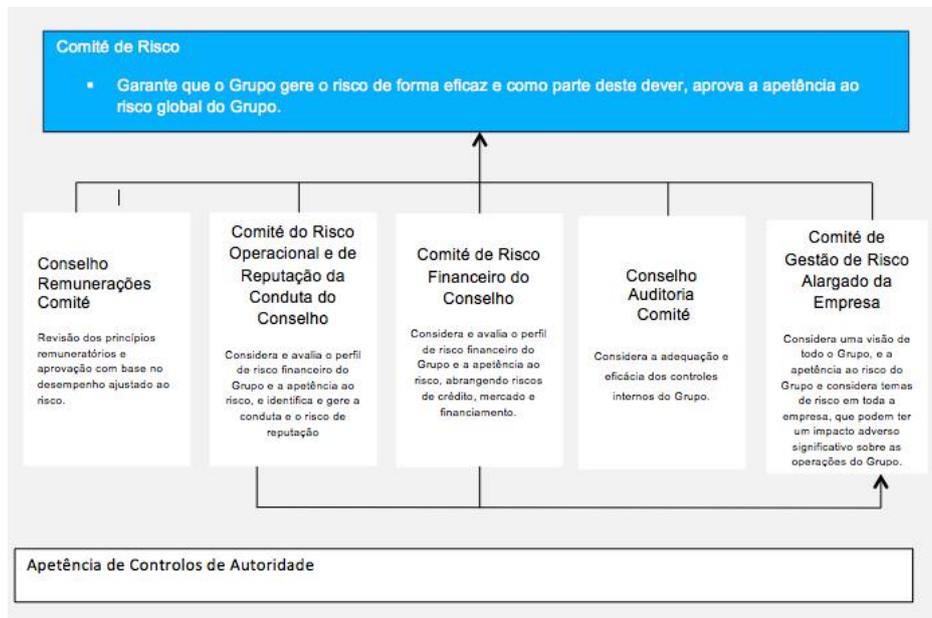
### Gestão de risco de crédito

#### O Conselho

Uma das responsabilidades do Conselho (Conselho de Administração do Barclays PLC e Barclays Bank PLC) é aprovar a apetência de risco, que é o nível de risco que o Grupo escolhe assumir para atingir os seus objetivos de negócio. O Diretor de Riscos entrega regularmente um relatório à Direção onde se resumem os desenvolvimentos no cenário de risco

e as tendências de desempenho nas carteiras chave. O Conselho também é responsável pela Estrutura de Controlo e Garantia interna (Estrutura de Controlo do Grupo). O Conselho monitoriza a gestão dos riscos mais significantes, através da análise regular de exposições ao risco e controlos chave relacionados. As responsabilidades de gestão executiva relacionadas com isto são definidas através do ERMF.

#### Visão geral do Conselho e do fluxo de informação relacionada com risco



#### Comité de Risco Alargado às Empresas do Conselho (BEWRC)

O BEWRC é um Comité do Conselho, do qual deriva a sua autoridade e ao qual apresenta regularmente os seus relatórios. O principal objetivo do Comité é analisar, em nome do Conselho, as recomendações da gestão sobre riscos, em particular:

- Considerar e recomendar ao Conselho a apetência de risco do Grupo no geral;
- Analisar, em nome do Conselho, o perfil de risco do Grupo no geral;
- Assegurar o design e integridade do ERMF do Grupo, incluindo as categorias de risco principais; e
- Considerar os temas de risco alargado chave da empresa.

Os sócios do BEWRC compreendem o Presidente do Grupo e os Presidentes do Comité de Auditorias do Conselho, o Comité de Risco Operacional e Reputacional, o Comité de Risco Financeiro do Conselho e o Comité de Remunerações do Conselho. O Diretor Executivo do Grupo (CEO), o Diretor de Risco Principal do Grupo (CRO), o Diretor Financeiro do Grupo, o Responsável pela Conformidade, o Consultor Jurídico e o Diretor de Auditorias Internas são participantes obrigatórios.

O Comité de Risco Financeiro do Conselho (BFRC). O BFRC supervisiona o perfil de risco do Grupo face à apetência financeira acordada. Sempre que o desempenho seja diferente das expectativas, as medidas tomadas pela gestão serão analisadas para assegurar que o BFRC está confortável com estas. Após cada reunião, o Presidente do BFRC prepara um relatório para a próxima reunião do Conselho. Todos os membros são Diretores não executivos. O Diretor Financeiro e o Diretor de Risco estão presentes em todas as reuniões por via de regra.

O BFRC recebe relatórios regulares e abrangentes sobre metodologias de risco e o perfil de risco do Grupo, incluindo as principais questões que afetam cada carteira de negócios e as tendências de risco futuras. O Comité também comissiona análises profundas de tópicos de riscos significantes, que são elaborados pelo CRO ou oficiais de gestão de riscos na atividade. Todos os anos o Presidente do Comité prepara uma declaração sobre a sua atividade.

O Comité de Conduta e Risco Operacional e Reputacional do Conselho (BCORR). O BCORR foi criado para reforçar a governação a nível do Conselho para questões relacionadas com o risco de conduta e reputação. Este comité analisa a eficácia dos processos com quais o Grupo identifica e gere os riscos de conduta e reputação, e observe se as decisões de negócio irão comprometer as políticas éticas ou crenças de negócio principais do Grupo. O comité também observe o relatório de apetência de risco do Grupo relativamente ao risco operacional e avalia o perfil de risco operacional e monitorização do risco operacional do Grupo.

Além disso, os Comités de Auditorias do Conselho e de Remunerações do Conselho recebem relatórios regulares sobre riscos que os ajudam no desempenho das suas funções.

#### O Comité de Auditorias do Conselho (BAC)

O BAC recebe, entre outros, relatórios trimestrais sobre questões de controlo significativas, documentos trimestrais sobre avaliações contabilísticas (incluindo imparidade), e uma revisão semestral da adequação de abatimentos por imparidade, que analisa relativamente ao risco inerente às carteiras, o contexto empresarial, as políticas e as metodologias do Grupo e as tendências de desempenho dos parceiros bancários. O Presidente do BAC também preside ao BFRC e ao BCORR.

O Comité de Remunerações do Conselho (RemCO). O RemCo recebe um relatório detalhado sobre o desempenho da gestão de risco por parte do BFRC, atualizações regulares sobre o perfil de risco e propostas para o ajustamento de risco prévio. Estes inputs são considerados na definição dos incentivos de desempenho.

Os resumos sobre a experiência relevante em matéria de negócios, profissão e de gestão de risco dos Diretores do Conselho são indicados no parágrafo relativo aos Diretores do Conselho na página 34 do Relatório Anual do Barclays PLC. Os termos de referência e detalhes adicionais das atividades de cada comité principal do Conselho estão disponíveis na secção da Governação Empresarial em: [www.barclays.com/corporategovernance](http://www.barclays.com/corporategovernance).

# Análise de risco

## Gestão de risco

### Risco de Crédito

encontram-se disponíveis na secção Governo Corporativa em: [barclays.com/corporategovernance](http://barclays.com/corporategovernance).

O CRO gere a função de Risco independente e preside ao Comité de Risco Financeiro (FRC) e ao Comité de Controlo e Risco Operacional (ORCC), que supervisiona o perfil de risco financeiro e não financeiro do Grupo relativamente à apetência de risco estabelecida.

O Tesoureiro do Grupo chefia a função de Tesouraria do Grupo e preside ao Comité de Tesouraria que gere a liquidez, a transformação de maturidade e a exposição à taxa de juro estruturante do Grupo através da definição de políticas e controlos; supervisiona a incompatibilidade da maturidade da taxa de juro e da liquidez do Grupo; supervisiona a utilização de capital regulamentar e económico; tem supervisionado a gestão do plano de capital do Grupo.

O Responsável pela Conformidade preside ao Comité de Risco Reputacional e Conduta (CRRC) que avalia a qualidade da aplicação das Estruturas de Controlo de Risco de Conduta e Reputação. Recomenda igualmente a apetência de risco, define políticas para garantir a adesão consistente a essa apetência, e analisa riscos conhecidos e emergentes relacionados com a conduta e a reputação de modo a considerar se é necessário tomar alguma medida.

O Comité de Gestão de Risco Alargado à Empresa (EWRMC) foi criado por e recebe a sua autoridade do Diretor de Gestão de Risco (CRO). Apoia o CRO na supervisão e na avaliação de sistemas e controlos a respeito da gestão de risco. Os membros do EWRMC incluem o CRO, o CEO, o Diretor Financeiro do Grupo, o Consultor Jurídico do Grupo e o Responsável pela Conformidade.

#### Administração de risco e atribuição de responsabilidades

A responsabilidade pela gestão de risco reside em todos os níveis do Grupo, desde o Conselho e o Comité Executivo, passando pela organização até cada gestor de negócio e especialista de risco. Estas responsabilidades estão distribuídas para que as decisões de risco/retorno sejam tomadas ao nível mais adequado, se encontrem o mais próximo possível do negócio e estejam sujeitas a uma análise e uma avaliação sólidas e eficazes.

As responsabilidades pela análise e a avaliação eficazes residem a todos os níveis.

O ERMF foi introduzido no âmbito do programa de Transformação e define as atividades, os instrumentos, as técnicas e as disposições organizacionais para que todos os riscos materiais sejam identificados e compreendidos, e para que respostas adequadas sejam aplicadas no sentido de proteger o Grupo e evitar prejuízos aos seus consumidores, colegas ou comunidade, permitindo que o Grupo atinja os seus objetivos, e melhore a sua capacidade para responder a novas oportunidades.

Abrange os riscos incorridos pelo Grupo que forem previsíveis, contínuos e substanciais o suficiente para merecer o estabelecimento de estruturas de controlos específicos alargadas ao Grupo. São conhecidos como Riscos Principais. Ver Riscos Principais na página 63 para mais informações.

O ERMF destina-se a ser amplamente lido com o propósito de articular uma abordagem clara, consistente, abrangente e eficaz para a gestão de todos os riscos no Grupo e criar o contexto adequado para definir padrões e estabelecer as práticas corretas em todo o Grupo. Define uma filosofia e uma abordagem aplicáveis a todo o banco, a todos os colegas e a todos os tipos de risco e define os papéis e responsabilidades de todos os colaboradores em relação à gestão do risco, incluindo o CRO e o CEO. Define igualmente os requisitos específicos para pessoas chave, incluindo o CO e o CEO, e toda a estrutura de administração que irá supervisionar a sua operação eficaz. Para mais informações consultar Cultura de Risco no Relatório do Pilar 3 do Barclays PLC.

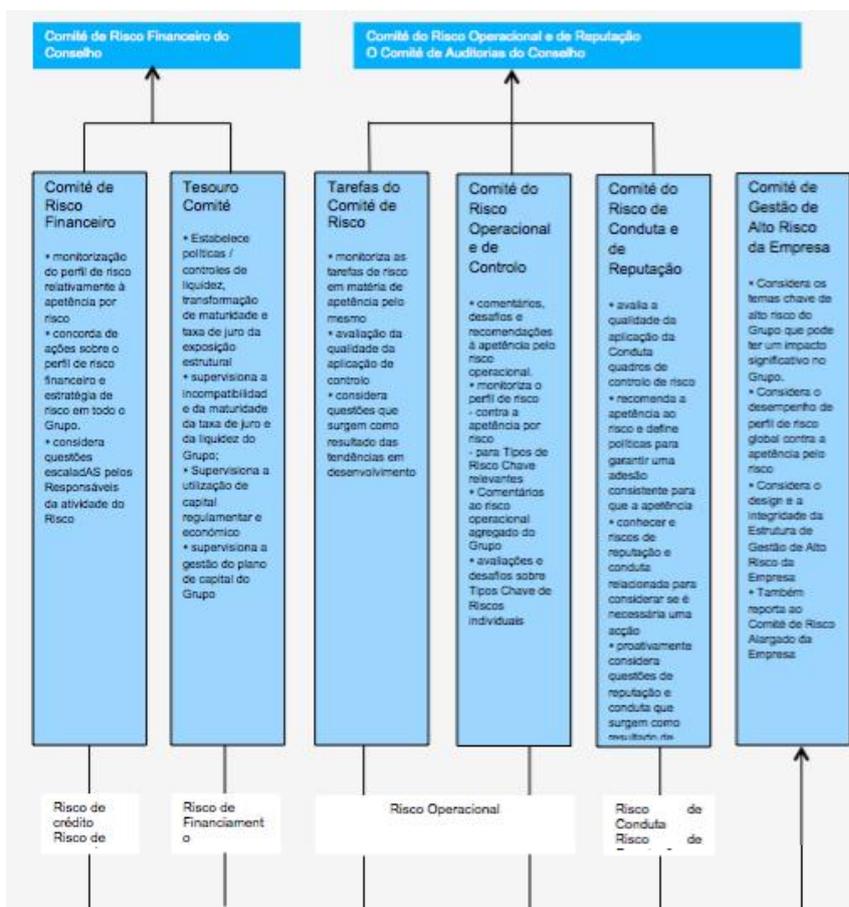
O ERMF apoia a gestão do risco e o controlo garantindo que existe uma:

- Implementação sustentável e consistente das três linhas de defesa em todos os negócios e funções;
- Estrutura para a gestão dos Riscos Principais;
- Aplicação consistente da apetência de risco do Barclays em todos os Riscos Principais; e
- Hierarquia de política clara e simples.

# Análise de risco

## Gestão de risco

### Risco de Crédito



controle de risco.

#### Três Linhas de Defesa

O processo de gestão de risco empresarial é a "defesa" e organizar as unidades de negócio e as funções em três "linhas" melhora o processo A-R-S formalizando a independência e a avaliação, enquanto se promove a colaboração e o fluxo de informações entre todas as áreas. O modelo operacional das três linhas de defesa permite que o Grupo separe as atividades de gestão de risco:

**Primeira linha:** detêm e assumem o risco, e implementam controles

As atividades de primeira linha são caracterizadas por:

- participação e responsabilidade diretas pelos retornos do Grupo ou elementos dos resultados do Barclays;
- participação das principais operações, sistemas e processos fundamentais para a operação do banco; e
- Relação direta da definição do objetivo, avaliação do desempenho e remuneração do desempenho dos lucros/perdas.

**Segunda linha:** supervisionar e avaliar a primeira linha, apresentar a atividade de gestão de risco da segunda linha e apoiar os controles

As atividades de segunda linha são caracterizadas por:

- Fiscalizar, supervisionar e avaliar as atividades de primeira linha;
- Conceber, participar ou operacionalizar as Estruturas de Controle de Risco Principal que têm impacto nas atividades da primeira linha de defesa;
- Operacionalizar certas atividades de gestão de risco da segunda linha (por ex. resolução de problemas); e
- Sem relação direta da definição do objetivo, avaliação do desempenho e remuneração para o rendimento (as medidas relacionadas com a mitigação de perdas e o equilíbrio entre o risco e a remuneração são permissíveis).

**Terceira linha:** garantir que o processo A-R-S se adequa ao objetivo, e que isso é levado a cabo conforme pretendido

As atividades de terceira linha são caracterizadas por:

- Dar garantias de modo independente e atempado ao Conselho e à Gestão Executiva sobre a eficácia da administração, a gestão e o

#### Riscos Principais

Os Riscos Principais compreendem Tipos de Risco Principais que permitem uma análise mais fragmentada do risco associado. Em 31 de dezembro de 2014 os seis Riscos Principais eram: i) Crédito; ii) Mercado; iii) Financiamento; iv) Operacionais; v) Conduta; e vi) Reputação. Para 2015, o risco reputacional será reconhecido como um Risco Principal no âmbito do Risco de Conduta, dado o alinhamento próximo entre eles e o facto de, como Riscos Principais separados, possuírem um Diretor de Risco Principal comum.

As responsabilidades de gestão de risco são estabelecidas no ERMF, que abrange as categorias de risco às quais o Grupo tem uma exposição de risco atual ou potencial mais significativa. O ERMF cria uma participação e responsabilidade claras; garante que a exposição de risco mais significativa do Grupo é compreendida e gerida de acordo com a apetência de risco acordada e tolerâncias de risco; e garante uma comunicação regular de ambas as exposições de risco e a operacionalidade da eficácia de controles.

Cada Risco Principal é participado por uma pessoa da chefia conhecida como o Diretor de Risco Principal que é responsável pelo desenvolvimento de uma declaração da apetência de risco e pela supervisão e gestão do risco em conformidade com o EMRF. Isto inclui a documentação, comunicação e manutenção de uma estrutura de controlo do risco que torna claro, em cada unidade de negócio da empresa, os requisitos de controlo mandatados na gestão da exposição a esse Risco Principal. Estes requisitos de controlo são especificados mais adiante, de acordo com a unidade de negócio ou o tipo de risco, de maneira a apresentar um sistema completo e adequado do controlo interno.

Os diretores da função da unidade de negócio são responsáveis pela obtenção de uma garantia contínua de que os controlos principais que aplicaram para gerir os riscos nos seus objetivos da unidade de negócio funcionem eficazmente

# Análise de risco

## Gestão de risco

### Risco de Crédito

Os riscos para os objetivos de negócios deles estão a operar de modo eficaz. As análises são levadas a cabo semestralmente e apoiam os requisitos regulamentares do Grupo para realizar um balanço anual sobre o seu sistema de controlos internos. Ao nível empresarial a gestão executiva conduz Reuniões Gerais de Risco Empresarial para monitorizar os Riscos Principais.

Os Diretores de Risco Principal comunicam as suas avaliações de exposição de risco e eficácia dos controlos aos Comitês de supervisão ao nível do Grupo, constituindo as suas avaliações a base dos relatórios que são entregues a:

Comité de Risco Financeiro do Conselho

- Comité de Risco Financeiro que supervisionou os Riscos de Crédito e Mercado
- Comité do Tesouro que supervisionou a Conduta do

Conselho de Risco dos Fundos, o Comité Operacional e de risco e Reputação:

- O Comité de Risco Operacional e Controlo supervisionou todos os tipos de Risco Operacional, com a exceção do Risco de Imposto, que é supervisionado principalmente pelo Comité de Risco de Imposto
- O Comité de Risco de Conduta e Reputação supervisionou os Riscos de Conduta e Reputação

Cada Diretor de Risco Principal realiza igualmente um programa anual de análises de conformidade com base no risco. A análise da conformidade é realizada por indivíduos independentes da equipa de gestão que dirigem as operações e avaliam a qualidade do teste de conformidade.

As secções seguintes fornecem uma visão geral de cada uma dos seis Riscos Principais juntamente com detalhes da estrutura e organização das funções de gestão principais e dos seus papéis e responsabilidades incluindo como o impacto do risco no Grupo pode ser minimizado.

# Análise de risco

## Gestão de risco

### Risco de Crédito

#### Risco de crédito

É o risco de sofrer perdas financeiras, no caso de qualquer um dos consumidores, clientes ou contrapartes do Grupo não cumprir as suas obrigações contratuais para com o Grupo.

#### Visão Geral

A concessão ao crédito é uma das maiores fontes de rendimento do Grupo e, por ser o risco mais significativo, o Grupo dedica recursos consideráveis ao seu controlo. O risco de crédito que o Grupo enfrenta decorre, principalmente, de empréstimos e adiantamentos grossistas e retalhistas, juntamente com o risco de crédito da contraparte decorrente de contratos de derivados celebrados com os seus clientes. Outras fontes de risco de crédito decorrem de atividades comerciais, incluindo garantias de dívida, balanços de liquidações com contrapartes de mercado, ativos disponíveis para venda e empréstimos de recompra e revenda, para venda e empréstimos de recompra e revenda.

Os objetivos da gestão de risco de crédito são:

- Manter uma estrutura de controlos para assegurar que o risco de crédito assumido se baseia em princípios estáveis de gestão de risco;

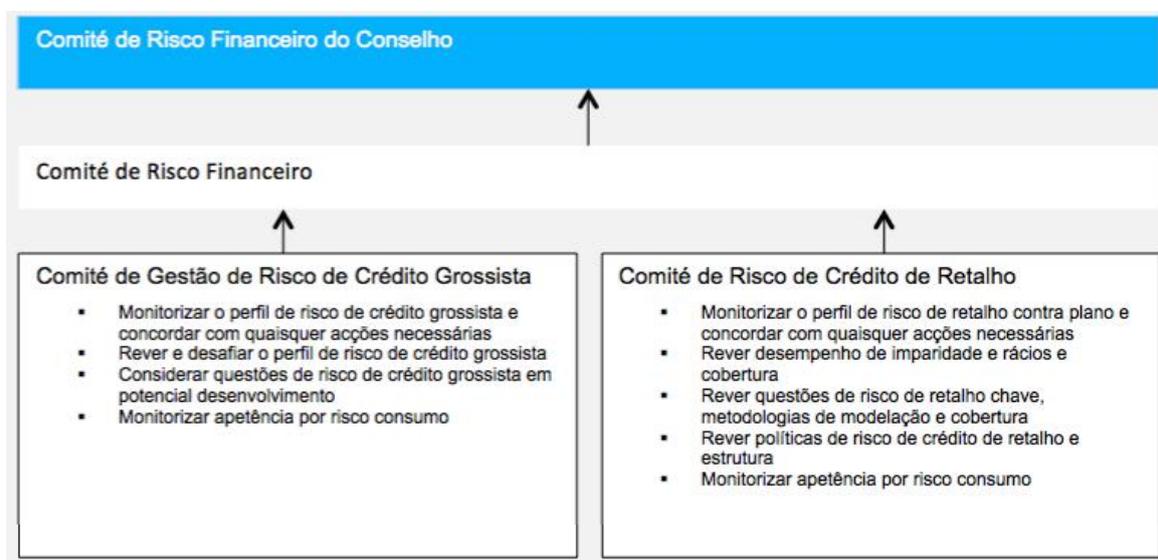
- Identificar, avaliar e medir o risco de crédito com clareza e precisão em todo o Grupo e dentro de cada unidade de negócio independente, desde o nível das facilidades individuais até à carteira total;
- Controlar e planejar a assunção do risco de crédito em conformidade com as expectativas das partes interessadas externas e evitando concentrações indesejadas;
- Supervisionar o risco de crédito e aderência de acordo com os controlos acordados; e Garantir que os objetivos de remuneração de risco são atingidos.

Pode ser encontrada mais informação sobre o relatório do risco de crédito no Relatório Pilar 3 do Barclays PLC.

#### Organização e estrutura

As carteiras retalhista e grossista são geridas separadamente para refletir a natureza distinta dos ativos; os balanços grossistas tendem a ser maiores e são geridos de modo individual enquanto os balanços retalhistas são maiores em número mas mais pequenos no valor e podem ser portanto geridos de modo homogéneo.

As responsabilidades da gestão de risco de crédito têm sido reestruturadas de maneira a que as decisões sejam tomadas tão próximo quanto possível do negócio, garantindo uma análise robusta e uma avaliação do desempenho, uma infraestrutura de risco e os planos estratégicos. As equipas de gestão do risco de crédito em cada unidade de negócio são tuteladas pelo Diretor do Risco de cada unidade que, por sua vez, reporta ao CRO.



# Análise de risco

## Gestão de risco

### Risco de Crédito

#### Funções e responsabilidades

As responsabilidades das equipas de gestão de risco de crédito nas unidades de negócio, a equipa de sanção e outros serviços partilhados incluem: sancionar novos acordos de crédito (principalmente grossistas); definir as políticas para aprovação das transações (principalmente retalhista); supervisionar o risco face os limites e outros parâmetros; manter a robustez dos processos, a recolha de dados, a qualidade, o armazenamento e os métodos de reportar para uma gestão de risco do crédito eficaz; para carteiras grossistas realizando um rotação efetiva e trabalhando cenários através de equipas dedicadas às reestruturações e recuperações; para carteiras retalhistas, manter processos/unidades de recolha e de recuperação sólidos; e analisar e validar modelos de medição do risco de crédito.

Para as carteiras grossistas, a aprovação do risco de crédito é realizada por profissionais de risco de crédito experientes que atuam dentro de uma estrutura de autoridade delegada e claramente definida, estando apenas a maioria dos responsáveis superiores pelo risco incumbida dos níveis mais altos de autoridade delegada. As maiores exposições de crédito são aprovadas pela Comissão de Crédito que é gerida pela função de risco central. Nas carteiras grossistas, os gestores de risco de crédito são organizados em equipas de sanção por localização geográfica, indústria, e/ou produto.

O papel da Função de Risco Central é providenciar ao Grupo direção, supervisão e avaliação da assunção do risco de crédito. A Função de Risco Central estabelece a Estrutura de Controlo de Risco de Crédito, que apresenta uma estrutura na qual o risco de crédito é gerido em conjunto e apoia as Políticas de Risco de Crédito.

#### Mitigação do Risco de Crédito

O Grupo emprega um conjunto de técnicas e estratégias para ativamente mitigar os riscos de crédito aos quais está exposto. Estas podem ser amplamente divididas em três tipos: compensação e reconversão, garantia e transferência de risco.

##### Compensação e reconversão

Na maioria das jurisdições em que o Grupo opera, as exposições a risco de crédito podem ser reduzidas mediante a aplicação de compensação. Em termos de exposição, esta técnica de mitigação do risco de crédito tem o maior impacto global sobre a exposição líquida de operações com derivativos, em comparação com outras técnicas de mitigação de risco.

Para transações derivadas, a prática normal do Grupo é de entrar em acordos principais de normas com as contrapartes (ex.: ISDA). Estes acordos mestre permitem compensação da exposição ao risco de crédito pela contraparte resultando de uma transação derivativa em face

das obrigações do Grupo perante a contraparte em caso de falha para produzir uma exposição ao crédito líquida inferior. Estes acordos também podem reduzir a exposição de liquidação (por ex.: para trocas de câmbio estrangeiras) ao permitir que pagamentos no mesmo dia e na mesma moeda sejam reconvertidos.

##### Garantia

O Grupo tem a capacidade de reclamar garantias no caso de incumprimento da contraparte, que incluem:

- Empréstimos de habitação: uma taxa fixa sobre propriedade residencial na forma de habitações, apartamentos e outros imóveis;
- Empréstimos grossistas: uma taxa fixa sobre a propriedade comercial e outros ativos físicos, em várias formas;
- Outros empréstimos de retalho: inclui encargos com veículos motorizados e outros ativos físicos, encargos de segundo grau com propriedades residenciais, e locação financeira de créditos sobre terceiros;
- Derivados: o Grupo também procura entrar num acordo relativo à margem (por ex. Anexo de Apoio ao Crédito (CSA)) com as contrapartes com as quais o Grupo tem acordos de compensação líquida em vigor;
- Acordos de revenda: as garantias normalmente incluem garantias altamente líquidas que foram legalmente transferidas para o Grupo sujeitas a um acordo para a sua devolução por um preço fixo; e
- Garantias financeiras e compromissos não contabilísticos semelhantes: garantias em numerário podem ser impostas a estes acordos.

##### Transferência de Risco

Um conjunto de instrumentos incluindo garantias, seguros de crédito, derivados de crédito e titularização podem ser utilizados para transferir o risco de crédito de uma contraparte para outra. Estes mitigam o risco de crédito de duas maneiras:

- Se o risco é transferido para uma contraparte que é mais fiável a nível de crédito do que a contraparte original, então o risco de crédito no geral terá de ser reduzido; e
- Sempre que o risco permanecer para a primeira contraparte, ambas as contrapartes têm de estar em incumprimento antes de se materializar uma perda. Isto será pouco provável do que o incumprimento de uma das duas partes individualmente para que o risco de crédito seja reduzido.

Políticas detalhadas encontram-se em vigor para garantir que a mitigação de risco de crédito é adequadamente reconhecida e registada e mais informação pode ser encontrada no Relatório Pilar 3 do Barclays PLC.

# Análise de risco

## Gestão de risco

### Gestão do risco de mercado

### Risco de Crédito

#### Risco de mercado

O risco de uma redução de ganhos ou capital devido à volatilidade das posições do registo de trocas ou uma incapacidade de hedging do balanço do registo bancário.

#### Visão Geral

##### Mercado Comercial de Risco

O risco de mercado comercial surge principalmente em resultado da facilitação do cliente nos mercados grossistas, envolvendo o mercado de desenvolvimento de atividades, soluções de gestão de risco e a execução de sindicâncias. Aquando de uma negociação com um cliente, o Grupo vai procurar cobrir o risco comercial numa direção contrária. As incompatibilidades entre as transações do cliente e as coberturas de risco resultam no risco de mercado devido a alterações nos preços dos ativos.

##### Risco de Mercado Não Comercial

As operações da carteira bancária geram riscos de mercado não comerciais, principalmente através do risco da taxa de juros decorrente da sensibilidade de margens líquidas de juros até às alterações nas taxas de juros. As principais unidades de negócio bancárias envolvem-se em negociações de derivados internos com o Tesouro para gerir essa taxa de juros dentro da apetência de risco definida, contudo, as unidades de negócio continuam suscetíveis a riscos de mercado de quatro fontes principais:

- Risco de pré-pagamento: O saldo das transferências pode ser mais rápido ou mais lento do que o esperado devido ao comportamento dos clientes em resposta às condições económicas gerais ou às taxas de juro. Isso pode levar a uma incompatibilidade entre o saldo efetivo dos produtos e as coberturas executadas com o Tesouro, baseadas nas expectativas iniciais;
- Risco de recrutamento: O volume das novas unidades de negócio poderá ser menor ou maior do que o esperado exigindo que a empresa liberte ou execute transações de cobertura de risco com o Tesouro a taxas diferentes do que as esperadas;
- Risco residual e compressão de margem: A unidade de negócio pode manter um pequeno elemento de risco de taxa de juros para facilitar a gestão diária da unidade de negócio do cliente. Além disso, no atual ambiente de taxas baixas, os depósitos sobre os quais o Grupo definiu as taxas de juros estão expostos à compressão de margem. Isto porque, para qualquer nova redução da taxa de base, o Grupo deve absorver um montante maior do movimento da taxa na sua margem; e

- Risco de desfasamento: O risco de ser incapaz de voltar a dar preço aos produtos imediatamente após uma mudança nas taxas de juro devido a períodos de notificação obrigatórios. Isto acontece muito em produtos de poupança a taxas variáveis (por ex.: Poupança Diária) nos quais os clientes devem ser informados por escrito de qualquer redução prevista nas suas taxas de poupança.

##### Risco de pensões

O Grupo mantém uma série de regimes de pensões definidos para empregados antigos e atuais. A capacidade do fundo de pensão para cumprir pagamento de pensão previsto é mantida principalmente através de investimentos.

O risco de pensão surge porque o valor de mercado estimado dos ativos do fundo de pensão podem diminuir; ou a sua rentabilidade de investimento pode diminuir, ou o valor estimado dos passivos de pensão poderá aumentar. O Grupo monitoriza os riscos de mercado decorrentes dos seus esquemas de pensões definidos, e trabalha com fiduciários para lidar com os défices. Nestas circunstâncias, o Grupo pode ser convidado ou optar por fazer contribuições adicionais para o fundo de pensões. O regime de pensões principal definido pelo Grupo foi fechado aos empregados novos em 2012.

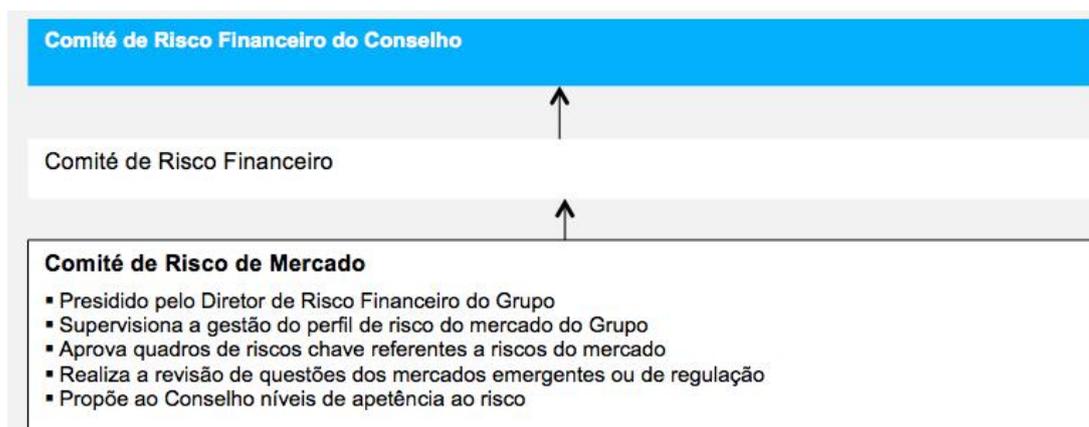
##### Risco dos seguros

O risco de seguro é apenas gerido no seio do Banco de África onde quatro categorias de risco de seguro são reconhecidas, nomeadamente risco de subscrição de seguro de curto-prazo, o risco de subscrição de seguro de vida, o risco de incompatibilidade do seguro de vida, e o risco de investimento de seguro e vida.

##### O Risco dos Seguros ocorre quando:

- Os prémios de seguro agregados recebidos dos segurados ao abrigo de uma carteira de contratos de seguros são inadequados para cobrir os custos decorrentes dessas políticas e as despesas associadas com a gestão da carteira de apólices e sinistros;
- Os prémios não são pensados para corresponder adequadamente à duração, ao tempo e à dimensão dos sinistros previstos; ou
- Flutuações inesperadas dos sinistros acontecem ou uma exposição excessiva (por ex. em exposições individuais ou agregadas) relativamente à capacidade é detetada na entidade.

As entidades seguradoras também incorrem em riscos de mercado (no investimento em prémios acumulados e capital acionista), risco de crédito (exposição da contrapartida nos investimentos e transações de novo seguro), risco de liquidez e risco operacional dos seus investimentos e operações financeiras.

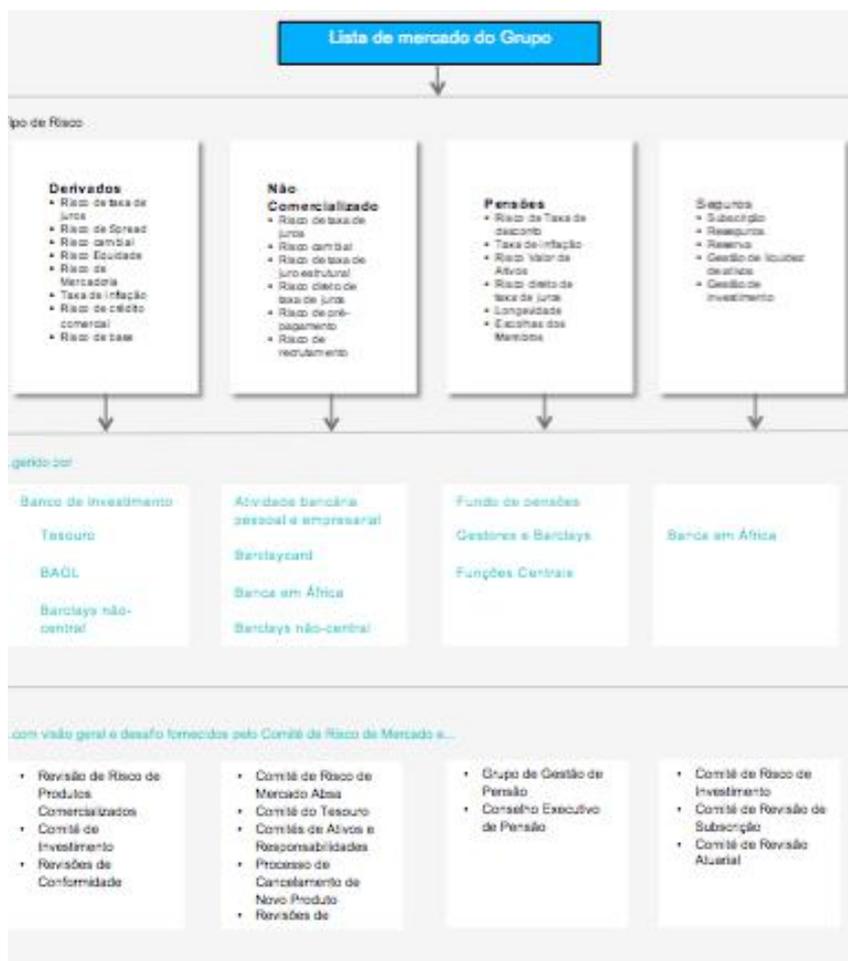


# Análise de risco

## Gestão de risco

### Risco de Crédito

Visão Geral da estrutura de controlo de risco de mercado empresarial



#### Organização e estrutura

O risco de mercado comercial nas unidades de negócio reside principalmente no Banco de Investimento, no Tesouro, no Banco Africano e no BNC. As unidades de negócio têm o mandato de incorrer em risco de mercado comercial. O risco do mercado não-comercial ocorre maioritariamente no PCB e no Barclaycard.

A avaliação e a vigilância do risco de mercado são oferecidas pelos Comités da unidade de negócio, os Comités do Grupo, incluindo o Comité de Risco de Mercado e o Risco de Mercado do Grupo. A tabela acima apresenta uma visão geral da estrutura de controlo da unidade de negócio.

#### Funções e responsabilidades

Os objetivos da gestão de risco de mercado são:

- Compreender e controlar riscos de mercado por avaliação sólida, definição de limites, comunicações e vigilância;
- Facilitar o crescimento das unidades de negócio dentro de uma estrutura de gestão de risco controlada e transparente;

- Assegurar que o risco de mercado comercial nas unidades de negócio reside principalmente em certas áreas, e que é controlado de acordo com a apetência alocada;
- Controlar o risco do mercado não-comercial em consonância com a apetência aprovada; Controlar o risco de seguro em consonância com a apetência aprovada; e
- Apoiar a estratégia não-nuclear do Barclays de redução de ativos assegurando que permanece dentro da apetência acordada.

Para garantir que os objetivos acima sejam cumpridos, há uma estrutura de administração bem estabelecida em vigor, segundo a qual os riscos são identificados, avaliados, controlados e comunicados em toda a organização.

Mais informação acerca da gestão de risco comercial pode ser encontrada no Relatório Pilar 3 do Barclays PLC.

# Análise de risco

## Gestão de risco

### Risco de Crédito

#### Risco de financiamento

A capacidade do Grupo em alcançar os seus planos de negócio pode ser impactada adversamente se este não gerir eficientemente os seus rácios de capital, (incluindo alavancagem) e os seus rácios de liquidez.

O Tesouro do Grupo gere o risco de financiamento numa base diária com o Comité do Tesouro do Grupo atuando como órgão de gestão principal.

Em 2014, para assegurar uma visão global eficiente e uma separação de responsabilidades e em consonância com o ERMF, os deveres e as responsabilidades de conformidade do Diretor de Risco Principal foram transferidas do Tesouro para o Risco.

Uma visão global sobre como o capital e a liquidez são geridos é apresentada abaixo:

#### Comité de Risco Financeiro do Conselho

#### Comité do Tesouro do Grupo

- Presidido pelo Tesoureiro do Grupo
- Supervisiona a gestão do plano de capital do Grupo
- Estabelece políticas / controles de liquidez, transformação de maturidade e taxa de juro da exposição estrutural
- Supervisiona a incompatibilidade da maturidade da taxa de juro e da liquidez do Grupo;
- Supervisiona a utilização de capital regulamentar e económico

# Análise de risco

## Gestão de risco

### Risco de Crédito

#### Risco de Capital

O risco de capital é o risco de o Grupo não ter recursos suficientes para:

- Cumprir os mínimos requisitos reguladores no Reino Unido e noutras jurisdições, como nos Estados Unidos e na África do Sul, onde são realizadas atividades reguladoras. A autoridade do Grupo para operar como banco depende da manutenção de recursos de capitais adequados.
- Apoiar as suas notas de risco. Uma notação de risco mais frágil aumentaria os custos de fundos do Grupo; e
- Apoiar a sua notação de crédito.

#### Visão Geral

##### Organização e estrutura

A gestão do capital faz parte integrante da abordagem do Grupo para a estabilidade financeira e gestão da sustentabilidade e, portanto, é incorporada na forma como as nossas unidades de negócio e entidades jurídicas atuam. A oferta e procura de capital é ativamente gerida de forma centralizada, a nível da unidade de negócio, a nível da entidade local e regional tendo em conta o ambiente regulamentar, económico e comercial onde o Barclays atua.

##### Funções e responsabilidades

A estratégia de gestão do capital do Grupo é acionada por objetivos estratégicos do Grupo e pela apetência de risco definida pelo Conselho. Os objetivos do Grupo são atingidos através de práticas de gestão de capital incorporado:

##### Planeamento de capital

As previsões de capital são geridas com base numa análise ascendente e descendente através de ciclos de planeamento financeiro de curto prazo (um ano) e de médio prazo (três anos). Os planos de capital do Barclays são desenvolvidos com o objetivo de manter o capital que é adequado em termos de quantidade e de qualidade para apoiar o perfil de risco do Grupo e as necessidades regulamentares e empresariais, incluindo os compromissos financeiros para com a iniciativa "Transformar". Em resultado, o Grupo detém uma base de capital diversificada que oferece uma forte capacidade de absorção de perda e rendimentos otimizados.

Os planos de capital do Barclays são supervisionados continuamente face aos rácios de capital de objetivo interno relevantes para garantir que continuam adequados, e consideram os riscos para o plano, incluindo possíveis e futuras alterações na regulamentação.

A gestão local assegura a conformidade com os requisitos de capital regulamentares mínimos reportando aos Comitês locais de ativos e

As Comissões de Responsabilidades com visão geral sobre o Comité de Tesouro do Grupo, como exigido.

Objetivos Principais	Práticas Centrais
Apresentar uma oferta viável e sustentável da unidade de negócio, mantendo o capital adequado para suprir as necessidades da unidade de negócio previstas e atuais do Grupo e os seus riscos associados	■ Manter um plano de capital em conformidade, a curto e médio prazo, com os objetivos estratégicos, equilibrar a geração de capital do negócio com o crescimento do negócio e a distribuição pelos acionistas.
Assegurar que o Grupo e as entidades jurídicas mantêm capital adequado para suportar o impacto dos riscos que podem surgir no âmbito das condições de esforço analisadas pelo Grupo.	■ Cumprir sempre os mínimos requisitos reguladores no Reino Unido e em todas as outras jurisdições onde o Grupo opera, como nos Estados Unidos e na África do Sul, onde são realizadas atividades reguladoras. ■ Realizar testes de esforço regulamentares internos alargados ao Grupo ■ Manter os planos de contingência de capital para os testes de esforço rigorosos (ações de gestão de stress) e
Apoiar uma forte notação de crédito	■ Manter rácios de capital em conformidade com as expectativas das agências de rating

##### Requisitos regulamentares

O planeamento de capital é definido tendo em consideração os requisitos legais mínimos em todas as jurisdições nas quais o Grupo opera. As exigências de capitais regulamentares do Barclays são determinadas pelo ARP ao abrigo do III Acordo de Basileia e das exigências do CRD IV.

Ao abrigo destas estruturas regulamentares, as exigências de capital são definidas tendo em conta a nível de risco a que a empresa está exposta o qual é medido através de ativos de risco ponderado (RWAs) e da alavancam.

O capital detido para suportar o nível de risco identificado é definido tendo em consideração os requisitos mínimos de rácio e indicadores internos. As exigências de capital são definidas para apoiar o nível de risco da empresa tanto numa base de preocupação atual como numa resolução.

##### Administração

Os planos de capital do Grupo e da entidade legal são sustentados pela Estrutura de Capital de Risco que inclui políticas de gestão do capital e práticas aprovadas pelo Comité de Tesouro. Estes planos são implementados de forma consistente com vista a alcançar os objetivos do Grupo.

A Direção aprova o plano do capital do Grupo, os testes de esforço e o plano de recuperação. O Comité de Tesouro do Grupo gere a conformidade com os objetivos de gestão do capital do Grupo. O Comité analisa a procura de capital prevista e atual e os recursos mensalmente. O Comité de Risco do Conselho analisa anualmente a apetência de risco e depois analisa os impactos dos cenários de esforço na previsão do capital do Grupo, a fim de compreender e gerir a adequação do capital concebido do Grupo.

##### Monitorizar e gerir o capital

O capital é monitorizado e gerido numa base corrente através de:

**Testes de esforço:** são realizados testes de esforço internos para quantificar e compreender o impacto das sensibilidades no plano capital e nos rácios do capital, decorrentes de esforços de 1 em 7 anos e de 1 em 25 anos. Os esforços atuais e recentes de instituições económicas, de mercado, e parceiras são utilizados para informar as assunções dos testes de esforço e avaliar a eficácia das estratégias de mitigação.

# Análise de risco

## Gestão de risco

### Risco de Crédito

O Grupo também realiza testes de esforço prescritos pela ARP e EBA. As entidades jurídicas realizam testes de esforço prescritos pelos seus reguladores locais. Estes testes de esforço informam sobre decisões quanto à dimensão e à qualidade dos amortecedores de capital necessários e os resultados são incorporadas no plano de capital do Grupo para garantir a adequação do capital em condições de esforço normais e severas, mas plausíveis.

**Mitigação do risco:** como parte do processo dos testes de esforço, identificamos as ações que devem ser tomadas para mitigar os riscos que possam surgir no caso de alterações adversas materiais na atual situação económica e empresarial.

Como uma camada de proteção adicional, o Plano de Recuperação do Barclays define as ações e as estratégias de implementação disponíveis para o Grupo aumentar ou preservar os seus recursos de capital no caso de eventos de esforço que sejam mais extremos do que se esperava. Para além disso, o enfoque forte da regulamentação na resolubilidade continuou em 2014, tanto dos reguladores do Reino Unido como dos internacionais. O Grupo continua a trabalhar com as autoridades no planeamento de recuperação e resolução (PRR), e nos aspetos práticos detalhados do processo de resolução, incluindo o fornecimento de informações que possam ser necessárias no caso de uma resolução, de modo a melhorar a capacidade de resolução Barclays.

**Conhecimento e Transparência da Gestão Superior:** O Tesouro trabalha em estreita colaboração com a Função de Risco Central e as entidades jurídicas para apoiar uma abordagem pró-ativa de modo a identificar fontes de volatilidade do rácio do capital que são consideradas no plano de capital do Grupo. Os riscos de capital face a indicadores específicos da empresa e de alerta macroeconómicos precoces são supervisionados e comunicados ao Comité do Tesouro, associados a claros canais escalonados para a gestão superior.

As informações sobre a gestão do capital estão sempre e imediatamente disponíveis para apoiar a tomada de decisões estratégica e diária da unidade de negócio da Gestão Executiva, se necessário.

O Grupo apresenta anualmente ao seu Conselho o documento aprovado pelo ICAAP à ARP, constituindo a base das Orientações do Capital Individual ("ICG") estabelecidas pela ARP.

**Afetações do capital:** as afetações de capital são aprovadas pelo Comité Executivo do Grupo e supervisionadas pelo Comité do Tesouro, tendo em consideração a apetência de risco, o crescimento e os objetivos estratégicos do Grupo. O Banco é a principal fonte de capital para as suas entidades jurídicas. As entidades jurídicas regulamentadas estão, no mínimo, afetadas ao capital adequado para cumprir os seus requisitos atuais e prever os requisitos regulamentares e de negócios.

**Transitabilidade do capital:** a política do Grupo é que o capital excedente mantido nas entidades do Grupo seja repartido para o Banco na forma de dividendos e/ou repatriação de capital, sujeitos a exigências regulamentares locais, controlos de câmbio e participações de impostos. Esta abordagem oferece uma excelente flexibilidade para a reimplantação do capital em entidades jurídicas. O Grupo não está ao corrente de quaisquer impedimentos materiais à imediata transferência de recursos de capital ou do pagamento de passivos no interior do Grupo quando devidos.

Mais informação acerca da gestão de risco do capital pode ser encontrada nas páginas 158 a 159 do documento Pilar 3 do Barclays PLC.

# Análise de risco

## Gestão de risco

### Risco de Crédito

#### Risco de liquidez

O risco que a empresa, embora solvente, ou não tem recursos financeiros suficientes para lhe permitir cumprir as suas obrigações, ou pode proteger tais recursos apenas a custo excessivo. Isto também resulta em incapacidade da empresa para cumprir as exigências regulamentares de liquidez. Este risco é inerente em todas as operações bancárias e pode ser afetado por uma vasta gama de eventos institucionais e que abrangem todo o mercado.

#### Visão Geral

O risco de liquidez é reconhecido como um dos principais riscos do risco de financiamento. A gestão eficiente da liquidez é essencial para o Grupo manter a confiança dos mercados financeiros e assegurar que a unidade de negócio é sustentável. O risco de liquidez é gerido através da Estrutura de Gestão do Risco de Liquidez (Estrutura de Liquidez) que é dedicada a manter os recursos de liquidez que são suficientes em quantidade e qualidade, e um perfil de financiamento apropriado para manter a confiança do mercado no nome do Grupo e ir de encontro à apetência do risco de liquidez como expresso pela Direção.

Isto é atingido através de uma combinação de formação de políticas, análises e administração, análise, testes de esforço, definição de limites e supervisão. Em conjunto, estes cumprem os requisitos de regulamentação internos.

#### Organização e estrutura

A Tesouraria do Barclays opera um processo de controlo de gestão centralizado que cobre todas as atividades de gestão do risco de liquidez do Grupo. De acordo com a Estrutura de Gestão de Risco Empresarial, o Diretor de Risco Principal do Tesouro (KRO) aprova a Estrutura de Liquidez nos termos do qual atua a Função de Tesouro. O KRO reporta ao Responsável pelo risco Financeiro (Diretor de Risco Principal) e tem uma linha de informação independente da Função de Risco. A Estrutura de Liquidez é objeto de revisão anual. A Estrutura de Liquidez descreve políticas de liquidez, sistemas e controlos que o Grupo implementou para gerir o risco de liquidez dentro da apetência de risco da liquidez.

A Direção estabelece a Apetência de Risco de Liquidez (LRA) do Grupo, que é o nível de risco que o Grupo escolhe para cumprir os seus objetivos da unidade de negócio e as suas obrigações regulamentares. O Tesouro

O Comité é responsável pela gestão do mandato definido pela Direção e inclui os seguintes subcomités:

- O Comité de Financiamento e de Risco de Liquidez é responsável pela análise, a avaliação e a recomendação da Estrutura de Liquidez do Comité do Tesouro; e
- A Comissão de Gestão da Liquidez, que é responsável pela gestão de liquidez do Grupo através de um acontecimento de liquidez.

#### Gestão de Risco de Liquidez

O Grupo tem uma abrangente Estrutura de Liquidez para gerir o risco de liquidez do Grupo. A Estrutura de Liquidez descreve políticas de liquidez e controla o que o Grupo implementou para gerir o risco de liquidez dentro da ARL. A Estrutura de Liquidez foi criada para apresentar termos e estruturas de financiamento apropriadas e consistentes com a ARL estabelecida pelo Conselho.

A liquidez é monitorizada e gerida numa base corrente através de:

**Apetência e Planeamento de Risco:** estabeleceu a LRA juntamente com os limites apropriados para a gestão do risco de liquidez. O Grupo estabeleceu o ARL sob a Estrutura de Liquidez, que é o nível de risco de liquidez que o Grupo decide tomar para cumprir os seus objetivos de negócio e as suas obrigações regulamentares.

**Limites de liquidez:** gestão dos limites numa variedade de exposições contáveis e não-contáveis e estas servem para controlar em termos globais a extensão e a composição geral do risco de liquidez assumido ao gerir a exposição para saídas de caixa.

**Preço interno e incentivos:** gestão ativa da composição e a duração do balanço financeiro e do risco de liquidez de contingência através da transferência de prémios de liquidez diretamente para as unidades de negócio.

**Indicadores de Aviso Prévio:** monitorização de uma gama de indicadores de mercado para sinais de risco de liquidez precoces no mercado ou específicos do Barclays. Estes foram pensados para identificar imediatamente a emergência do risco de liquidez acrescida para maximizar o tempo disponível para executar as ações de mitigação apropriadas.

**Plano de Financiamento de Contingência:** manutenção de um Plano de Financiamento de Contingência (CFP), que foi concebido para apresentar uma estrutura na qual o esforço de liquidez possa ser gerido eficazmente. O CFP fornece um plano de comunicação e inclui ações de gestão para responder a esforços de liquidez de gravidade variada.

**Plano de Resolução e Recuperação:** em conformidade com os requisitos do Regulamento da ARP: Recuperação & Resolução, o Barclays desenvolveu o Plano de Recuperação do Grupo. Os objetivos chave são providenciar o Grupo com uma gama de opções para garantir a viabilidade da empresa num momento de stress, definir Indicadores de Aviso Prévio consistentes e permitir ao Grupo estar bem preparado para responder a situações de stress. O Grupo continua a trabalhar de perto com a ARP no desenvolvimento do plano de resolução.



# Análise de risco

## Gestão de risco

### Risco de Crédito

#### Risco operacional

Qualquer situação em que haja um impacto potencial ou real para o Grupo resultante de processos, pessoas ou sistemas internos inadequados ou falhados, ou de acontecimentos externos. Estes impactos para o Grupo podem ser financeiros, incluindo perdas ou qualquer ganho inesperado, bem como não-financeiros como por exemplo prejuízos de clientes, consequências reputacionais ou legais.

#### Visão Geral

A gestão do risco operacional tem dois objetivos principais para:

- Minimizar o impacto das perdas sofridas, tanto no decurso normal da unidade de negócio (pequenas perdas), como nos eventos extremos (grandes perdas); e
- Melhorar a gestão eficaz do Grupo e reforçar a sua marca e reputação externa.

O Grupo está empenhado na gestão e na avaliação do risco operacional e foi-lhe concedida uma dispensa da FSA (agora a ARP) para atuar com uma Abordagem de Avaliação Avançada (AMA) para o risco operacional que teve início em janeiro de 2008. A maioria do Grupo calcula requisitos de capital regulamentares com a AMA (93% dos requisitos de capital), contudo, em áreas específicas, aplica-se a Abordagem de Indicador Básico (7%). O Grupo trabalha para comparar a sua gestão de risco operacional interno e as práticas de avaliação dos bancos com os seus pares e conduzir o desenvolvimento de técnicas avançadas.

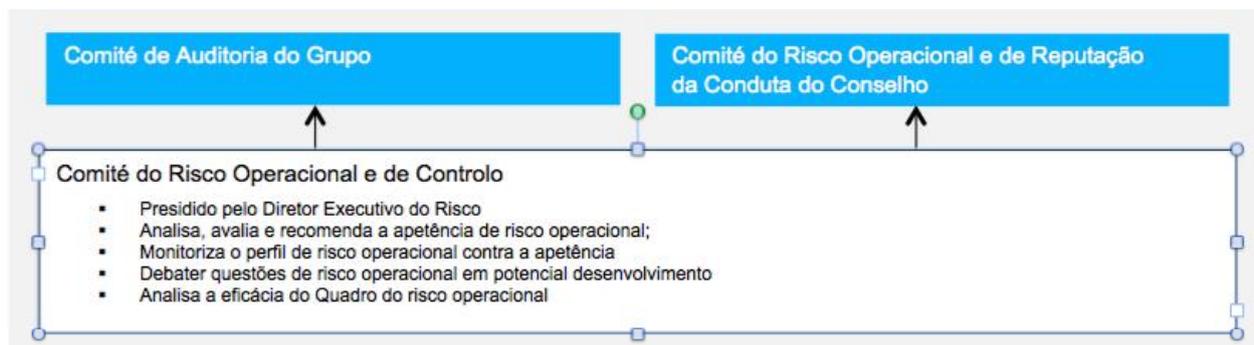
#### Organização e estrutura

O Grupo está empenhado em atuar dentro de um forte sistema de controlo interno que permite à unidade de negócio ser transacionada e assumir o risco sem se expor a potenciais perdas inaceitáveis ou a danos contra a reputação. Os elementos chave do sistema de controlo interno do Grupo, que estão em conformidade com as recomendações do Comité de Organizações de Patrocínio da Comissão Treadway, Controlo Interno - Estrutura Integrada (COSO), são fixados em estruturas de controlo dos riscos relativos a cada um dos principais riscos do Grupo e na Estrutura de Risco Operacional do Grupo.

O risco operacional engloba um número específico de Riscos Principais definido como segue.

- Segurança na Web: risco de perda ou prejuízo para o Grupo e clientes em resultado das ações cometidas ou facilitadas através da utilização de sistemas de informação em rede;
- Fornecedor externo: seleção inadequada e gestão contínua de fornecedores externos.
- Relatório financeiro: declarações erradas ou omissões no âmbito financeiro ou externo ou em relatórios regulamentares;
- Fraude: comportamento desonesto com a intenção de obter uma vantagem ou causar uma perda a outras pessoas;
- Informação: proteção inadequada das informações do Grupo de acordo com o seu valor e sensibilidade;
- Legal: falha na identificação e na gestão de riscos jurídicos; Pagamentos: falha na operação de processos de pagamento;
- Pessoas: capacidades inadequadas das pessoas e/ou desempenho/estruturas de compensação e/ou comportamentos inadequados;
- Instalações e segurança: indisponibilidade das instalações (para responder à procura da unidade de negócio) e/ou ambientes de trabalho seguros, e proteção inadequada dos ativos físicos, dos empregados e dos consumidores contra ameaças externas;
- Impostos: falha no cumprimento da legislação tributária e práticas que possam levar ao pagamento de multas, taxas ou impostos adicionais ou danos contra a reputação;
- Tecnologia: falha no desenvolvimento e na implantação de soluções tecnológicas seguras, estáveis e fiáveis; e
- Operações transacionais: falha na gestão de importantes processos de transação.

Com vista a assegurar uma cobertura completa dos potenciais impactos adversos no Grupo decorrentes do risco operacional, a taxonomia do risco operacional estendeu-se para além dos riscos chave listados acima para cobrir áreas incluídas no risco de conduta. Para mais informação sobre o risco de conduta por favor consulte as páginas 59 a 60.



# Análise de risco

## Gestão de risco

### Risco de Crédito

#### Funções e responsabilidades

A principal responsável pela gestão de risco operacional e a conformidade com as exigências de controlo assentam na unidade de negócio e na unidade funcional onde o risco surge. A função de Risco Operacional atua numa segunda frente na capacidade de defesa e fornece uma visão geral e um desafio do perfil de risco operacional da unidade de negócio, fazendo uma escala de assuntos conforme apropriado.

O Diretor de Risco Operacional é responsável pela criação, propriedade e manutenção de uma Estrutura de Risco Operacional alargada ao Grupo e pela supervisão da carteira de Risco Operacional de todo o Grupo. O Comité de Controlo e Risco Operacional (RO&CC) é o órgão executivo superior responsável pela supervisão e avaliação do Risco Operacional e o ambiente de controlo.

Dependendo da sua natureza, as saídas de RO&CC são apresentadas ao BCORR ou BAC.

Ao nível da unidade de negócio, o risco operacional é monitorizado pela gestão executiva através de reuniões específicas que abarcam a governança, o risco e o controlo. As unidades de negócio são obrigadas a comunicar os seus riscos operacionais, tanto regularmente como em situações que ocorrem. Os relatórios incluem um perfil de riscos materiais que podem ameaçar a concretização dos seus objetivos e a eficácia de controlos principais, questões de controlo de materiais, eventos de risco operacional e uma análise de cenários e de capital.

A gestão do risco operacional é representada nas reuniões de negócios e fornece elementos acerca do risco específico em assuntos de destaque e uma visão geral do perfil de risco da unidade de negócio. Assuntos de risco operacional

escalados a partir destas reuniões são considerados no RO&CC e de vez em quando é pedido às unidades de negócio que apresentem uma reflexão profunda sobre o seu risco operacional e ambiente de controlo. O Comité considera portanto questões de controlo materiais e a sua remediação eficaz. Nas questões de controlo o RO&CC apresenta-se também ao BAC.

Relatórios específicos são preparados pelas unidades de negócio, Diretores de Risco Principais e Risco Operacional numa base regular para o RO&CC, BCORR e BAC.

Autoavaliações de Risco e Controlo e indicadores chave.

O Grupo identifica e avalia todos os riscos materiais dentro de cada unidade de negócio e avalia os principais controlos em vigor para mitigar esses riscos. Os diretores das unidades de negócio utilizam técnicas de autoavaliação para identificar riscos, avaliar a eficácia dos controlos principais em vigor e avaliar se os riscos são geridos de forma eficaz dentro da apetência de risco da unidade de negócio. As unidades de negócio são então capazes de tomar decisões sobre qualquer ação que é necessária para reduzir o nível de risco para o Grupo. Essas avaliações de risco são supervisionadas regularmente para garantir que cada unidade de negócio compreende continuamente os riscos com que se depara.

Os indicadores-chave (KI) são métricas que permitem que o Grupo supervisione o seu perfil de risco operacional. Os KI incluem limites mensuráveis para refletir a apetência de risco e são avaliados para alertar a gestão quando níveis de risco ou de apetência de risco excedem valores aceitáveis e conduzem a tomada de decisões e ações oportunas.

# Análise de risco

## Gestão de risco

### Risco de Crédito

#### Risco de Conduta

O Risco de Conduta é o risco de que sejam causados prejuízos aos consumidores, clientes, contrapartes ou ao Grupo devido ao julgamento impróprio na execução das atividades comerciais do Grupo.

#### Visão Geral

O Grupo define, gere, e mitiga o risco de conduta com o propósito de fornecer bons rendimentos de cliente e de proteger a integridade do mercado. O Grupo definiu 10 rendimentos que são indicadores positivos que estão a apresentar bons rendimentos de cliente e a proteger a integridade do mercado:

- A cultura coloca os interesses do cliente no centro da nossa estratégia, planeamento, tomada de decisões e juízos;
- A estratégia consiste em desenvolver relações bancárias a longo-prazo com os clientes, fornecendo produtos e serviços que respondam às suas necessidades e não causem prejuízos;
- Não desfavorece ou explora clientes, segmentos de clientes ou mercados, e não distorce a competição do mercado;
- Identifica proactivamente os riscos de conduta e intervém antes que eles cristalizem, gerindo-os, escalando-os, e mitigando-os prontamente; Produtos, serviços e canais de distribuição são designados, monitorizados, e geridos para fornecer valor, acessibilidade, transparência, e para ir de encontro às necessidades dos clientes;
- Fornece produtos e serviços bancários que satisfaçam as expectativas dos clientes e atuem conforme o representado. As representações são precisas e compreensíveis para que os clientes entendam os produtos e serviços que estão a adquirir;
- Aborda qualquer prejuízo causado ao cliente e insatisfação de forma justa e atempada;
- Salvaguarda a privacidade dos dados pessoais;
- Não leva ou facilita o abuso de mercado; e não leva ou facilita o crime financeiro.

#### Organização e estrutura

A Comissão para o Risco de Reputação e Conduta (CRR) é uma subcomissão do BCORR. O principal objetivo da CRR é de

analisar e monitorizar a eficácia da gestão do Barclays para com o risco de Conduta e de Reputação.

O Comité de Risco de Conduta (CRC) é um órgão executivo superior responsável pela supervisão e avaliação do Risco de Conduta e o ambiente de controlo no seio do Barclays. As saídas do CRC são apresentados à CRR e ao BCORR.

Adicionalmente, os comités específicos monitorizam o risco de conduta e o ambiente de controlo ao nível da unidade de negócio.

#### Funções e responsabilidades

A Estrutura de Risco Principal do Risco de Conduta (PRF) compreende um número de elementos que permite que o Grupo faça a gestão e medição do seu perfil de risco de conduta. Esta PRF está implementada no Grupo:

- Verticalmente, através de uma estrutura organizacional que requer que todas as unidades de negócio implementem e operem a sua própria estrutura de risco de conduta que vai de encontro aos requisitos detalhados dentro do ERMF; e
- Horizontalmente, com os Diretores de Risco Principal do Grupo necessários para supervisionarem as informações pertinentes aos seus principais riscos de cada elemento do PRF de Risco de Conduta.

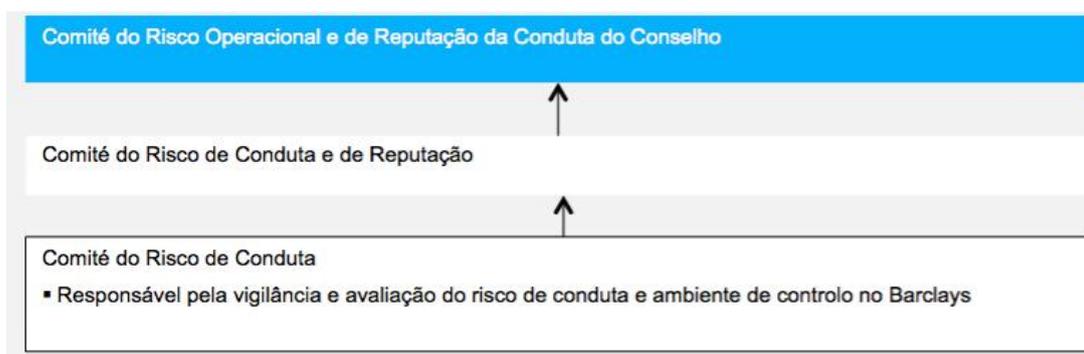
A responsabilidade principal da gestão do risco de conduta e a conformidade com os requisitos de controlo estão com a unidade de negócio onde o risco ocorre. O Executivo Contável de Conduta de Risco para cada unidade de negócio é responsável por assegurar a implementação de, e em conformidade com, a estrutura de Risco de Conduta do Grupo.

O Proprietário do Risco de Conduta é responsável por ter e manter uma PRF de Conduta de Risco alargada ao Grupo e por supervisionar a gestão do Risco de Conduta do Grupo.

As unidades de negócio são obrigadas a comunicar os seus riscos de conduta, tanto trimestralmente como em situações que ocorrem. Os relatórios trimestrais detalham os riscos de conduta inerentes no seio da estratégia da unidade de negócio e incluem uma análise de prospeção assim como indicadores baseados na experiência passada a partir de fontes internas e externas.

Os relatórios das unidades de negócio são analisados no âmbito da Conformidade. A Conformidade cria então relatórios ao nível do Grupo para consideração pela CRC, CRR e BCORR. O Grupo avalia periodicamente a sua gestão do risco de conduta através de auditorias independentes e trata os problemas identificados.

Relatórios sobre acontecimentos consistem em todo e qualquer risco ou questão que viole os limites de severidade e probabilidade. Tais riscos ou questões devem ser prontamente escalonadas para a unidade de negócio e para o KRO apropriado.



# Análise de risco

## Gestão de risco

### Risco de Crédito

#### Gestão do risco de conduta

A gestão do risco de conduta inclui os elementos seguintes:

**Avaliações do risco material de conduta:** Os executivos responsáveis devem completar uma avaliação completa de cima para baixo de seu modelo de negócios e da sua estratégia. A análise deve tomar em consideração tanto os fatores internos (por ex. estratégia comercial passada e atual e atividades bancárias) como os externos (por ex. ambiente económico e regulamentar). Isto deve identificar todos os riscos de conduta provenientes do modelo de negócio, da estratégia ou da atividade bancária e deve incluir recomendações e ações de gestão para abordar os riscos de conduta identificados. Estas avaliações devem depois ser apresentadas às Comissões de Supervisão do Risco Comercial. Essas avaliações são refletidas nos Relatórios de Risco de Conduta.

**Apetência risco de conduta:** risco de conduta é um risco não-financeiro e é intrínseco a todas as atividades bancárias do Barclays. Não há apetência para o prejuízo do cliente resultante de julgamentos inadequados na execução das suas atividades negociais. A apetência de risco de conduta está em conformidade com a Estrutura de Apetência de Risco do Grupo. BCORR considera e recomenda à Direção para aprovação, via BEWCR, a declaração de apetência de risco de conduta do Grupo.

**Relatório Risco de conduta:** Os executivos responsáveis devem produzir trimestralmente um relatório de Risco de Conduta que documente a sua abordagem comercial para compreender, acompanhar, gerir e controlar os riscos de conduta.

**Relatório dos riscos e questões:** o relatório de riscos e questões fornece uma visibilidade sénior acrescida sobre quaisquer riscos ou questões de conduta que violem certos limites de severidade e de probabilidade. Os limites têm sido definidos através do Grupo; qualquer risco ou questão que viole os mesmos devem ser reportados ao BCORR (via CRRC). Além disso, quaisquer riscos ou questões que violem limites de probabilidade mais significativos devem ser prontamente encaminhado para a unidade de negócio e para o KRO apropriado.

**Informação de gestão do desempenho da conduta da unidade de negócio:** as unidades de negócio têm de avaliar quão efetiva está a ser a gestão de riscos de conduta incluindo as métricas que alinham com as Estruturas de Risco Principais e os 10 rendimentos. O Barclays está a desenvolver uma gama de métricas e medidas ao nível das unidades de negócio e do Grupo, que irão melhorar ainda mais a sua capacidade de monitorizar e avaliar a identificação e gestão dos riscos de conduta.

# Análise de risco

## Gestão de risco

### Risco de Crédito

#### Risco de Reputação

O risco de reputação do Grupo decorre de qualquer associação, ação ou inação que seja interpretada pelas partes interessadas (por exemplo clientes, colegas, acionistas, reguladores, formadores de opinião)

#### Visão Geral

Danos à marca do Grupo e o consequente desgaste da reputação reduz a atratividade do Grupo para os acionistas e pode conduzir a publicidade negativa; perda de receita; ação regulamentar ou legislativa; perda de negócios de clientes existentes ou potenciais; moral dos funcionários reduzida; e dificuldades em recrutar talento. Em última análise, isto pode destruir o valor dos acionistas.

O risco de reputação pode ocorrer de diferentes maneiras, por exemplo:

- Falha em agir de boa-fé e em conformidade com os valores do Grupo e o seu código de conduta;
- Falha (real ou percebida) em cumprir com a lei ou regulamento, ou associação (real ou implícita) com atividade ilegal;
- Falhas na governança corporativa, na gestão e nos sistemas técnicos;
- Falha em cumprir com os padrões e políticas internas;
- Associação com setores ou clientes controversos;
- Associação com transações, projetos, países ou governos controversos;
- Associação com decisões comerciais controversas, incluindo mas não se limitando a , decisões relacionadas com: produtos (em particular novos produtos), redes de entrega, promoções/publicidade, aquisições, representação de sucursais, cadeias de relações de aprovisionamento/ fornecimento, alocação de pessoal, tratamento de operações financeiras; e
- Associação com práticas de emprego precário.

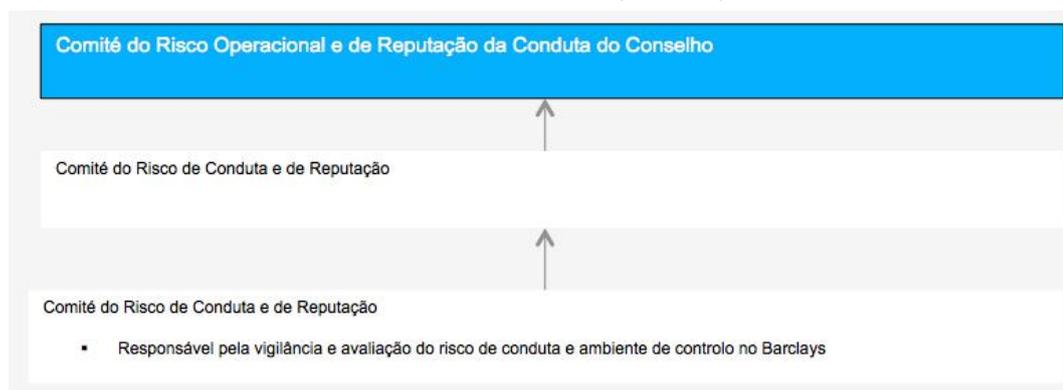
Em cada caso, o risco pode ocorrer da falha em cumprir com as normas identificadas ou esperadas, que são suscetíveis de mudar ao longo do tempo, por isso uma avaliação do risco de reputação não pode ser estática. Se não for gerido de forma eficiente, as expectativas dos acionistas de comportamento corporativo responsável não serão satisfeitas.

O Grupo designou o risco de reputação como Risco Principal e desenvolveu procedimentos e recursos, incluindo o Risco de Reputação Principal e a Estrutura de Risco Principal (a Estrutura), para apoiar as unidades de negócio e as funções a lidar com riscos reputacionais que ocorram nas suas áreas de atividade. Esta Estrutura é alinhada com o ERMF do Grupo. Em 2015, o risco de reputação tem sido redefinido como um Risco Principal sob o Risco Principal de Conduta de Risco.

A Estrutura define o que é exigido para assegurar que o risco de reputação é gerido eficientemente e consistentemente através do banco. O risco de reputação é persuasivo por natureza e pode ser difícil de quantificar, requerendo maior julgamento subjetivo do que os outros riscos. A Estrutura é definida explicitamente à luz dessa subjetividade e , juntamente com ferramentas de apoio, políticas e procedimentos, fornece uma visão holística de como o Grupo geriu o seu risco de reputação durante o ano.

As políticas, ferramentas e guia seguintes apoiam as unidades de negócio e funções do Grupo na implementação dos requisitos da Estrutura:

- O Caminho Barclays (Código de Conduta) define acima de tudo o que significa trabalhar para o Grupo e os padrões e os comportamentos esperados de todos os colegas. Dá exemplos de como os Valores do Barclays devem ser postos em prática na tomada de decisão e sublinha a responsabilidade dos indivíduos para enfrentar práticas menores sempre onde quer que elas ocorram;
- O Guia Barclays sublinha a estrutura governativa do Grupo e contém informação sobre como o Grupo organiza, gere e se governa a si próprio;
- A Apetência de Risco de Reputação é o nível de risco que o Grupo está preparado para aceitar enquanto aplica a estratégia da sua unidade de negócio, reconhecendo um conjunto de resultados possíveis, à medida que os planos da unidade de negócio são implementados; e
- O Lens do Barclays é uma ferramenta de avaliação composta por cinco perguntas simples definido para garantir que os interesses dos consumidores, clientes, acionistas e comunidades são levados em consideração nas decisões do quotidiano. O Lens é aplicado juntamente com outras ferramentas de tomada de decisão para ajudar o Grupo a mover-se para além das preocupações legais, regulamentares e de conformidade com vista a considerar impactos e oportunidades societais mais vastos.



# Análise de risco

## Gestão de risco

### Gestão do risco de Reputação

### Risco de Crédito

#### Organização e estrutura

A estrutura de governação do risco de reputação faz a ligação entre a Direção do Barclays Bank PLC, a gestão sénior e outros fóruns para criar um veículo para uma visão global do risco de reputação. O CRRC é o fórum de Riscos Principais designado para o risco de reputação.

O Comité de Reputação do Grupo é um subcomité da CRRC, do qual a sua autoridade deriva. Tem licença para investigar qualquer assunto dentro das suas responsabilidades e obter informação conforme solicitada por qualquer colaborador do Grupo, e tomar decisões para resolver questões de reputação imputadas a ele.

Cada unidade de negócio (e funções quando apropriado) tem uma estrutura claramente definida para o escalonamento de riscos reputacionais como parte do seu processo de risco global. Isto inclui o subcomité de risco de reputação (ou equivalente) do seu Comité Executivo, que tem representação por especialistas apropriados, por ex., o Diretor de Comunicações. As reuniões do Comité de Risco Global da Unidade de Negócio consideram todos os Riscos Principais, e o risco de reputação enquanto Risco Principal ao abrigo do Risco de Conduta, quando relacionados com as unidades de negócio ou a região associadas.

#### Funções e responsabilidades

A principal responsabilidade de gestão do risco de reputação é de cada unidade de negócio e função e, em primeiro lugar, dos indivíduos responsáveis pela tomada de decisão que pode ter impacto na reputação do Barclays. Haverá, no entanto, circunstâncias onde é necessário escalar a avaliação do risco de reputação

associada a decisões particulares para além de um indivíduo, unidade de negócio ou função.

As unidades de negócio e as funções do Grupo classificam as questões de risco de reputação material ao Comité de Reputação do Grupo através do seu processo global do risco, que tem métodos específicos para avaliar questões relacionadas com reputação numa base pontual à medida que ocorrem (por ex., subcomité de risco de reputação ou equivalente). As questões podem merecer escalonamento devido a: i) o grau de risco envolvido; ii) o fato da questão ter um precedente importante ou iii) o fato da questão ter impacto em mais de uma unidade de negócio do Grupo.

Cada unidade de negócio (e função/região onde apropriado) submete trimestralmente relatórios KRI à equipa de risco de reputação do Grupo, destacando os riscos e questões de reputação potenciais e atuais mais significativos e como estão a ser geridos. Os relatórios de risco de reputação assumem as seguintes formas:

- Relatório trimestral dos riscos de reputação principais através dos Comités Centrais de Riscos das Unidades de Negócio ao Comité de Reputação do Grupo e CRRC;
- Relatórios semestrais de prospeção de risco de reputação, incluindo riscos de reputação prioritários atuais ou emergentes ao BCORR; e
- Análise pontual das questões/transações/ relações identificadas como controversas em termos reputacionais pelos comités de reputação das unidades de negócio, com encaminhamento para o Comité de Reputação do Grupo, quando pedido.

# Análise de risco

## Gestão de risco

### Risco de Crédito

É essencial manter o nosso perfil de risco a um nível aceitável e apropriado para assegurar o nosso desempenho contínuo. Esta secção disponibiliza uma revisão do desempenho do Grupo em 2014 para cada um dos seis Riscos Principais, que são o crédito, o mercado, o financiamento, a conduta operacional, e os riscos de reputação.

Para informação mais detalhada sobre a nossa análise do risco e sobre os conteúdos de gestão dos Riscos por favor consulte a página 33.

Quando apropriado, as divulgações do ano anterior são novamente feitas para refletir a nova estrutura do Grupo adotada em Maio de 2014.

# Análise de risco

## Gestão de risco

### Risco de Crédito

#### Análise do risco de crédito

O risco de crédito é o risco de o Grupo sofrer uma perda financeira, no caso de qualquer um dos consumidores, clientes ou contrapartes de mercado não cumprir com as suas obrigações contratuais para com o Grupo.

Esta secção detalha o perfil de risco de crédito do Grupo e fornece informação acerca da exposição do Grupo a empréstimos e adiantamentos a clientes e bancos, exposições máximas com garantias e encargos de imparidade líquida incorridos durante o ano. Fornece informação nos balanços que são categorizados como empréstimos de risco de crédito, balanços de indulgência, bem como exposição e desempenho das métricas para carteiras e tipos de ativos específicos.

#### Métricas chave

- Os encargos de imparidade de crédito em 2014 eram inferiores 29% relativamente a 2013:

### - 0,2 mM£ Negócio Principal do Grupo

Encargos menores refletem um desempenho melhorado na maioria das unidades de negócio

### - 0,1 mM£ Negócio Retalho

Encargos menores nas carteiras chave de PCB refletem melhores condições económicas no Reino Unido e na carteira de hipotecas sul-africanas

### - 0,1 mM£ Negócio venda por grosso

Encargos menores no Banco Corporativo refletem transferências pontuais e menos incumprimentos de grandes companhias do Reino Unido

### -0,7mM£ Negócio secundário

Encargo menor reflete a não recorrência de perdas de grandes empresas em nome individual, transferências para a carteira de grossistas e recuperações melhoradas e menos delitos na carteira de hipotecas europeias.

- Os empréstimos e adiantamentos a clientes e bancos diminuíram cerca de 1% em 2014
- A taxa de perdas de crédito caiu para 46 bps

As divulgações na secção de risco de mercado do Barclays Bank PLC foram preparadas para satisfazer os requisitos legais e regulamentares. Onde existam divulgações adicionais no relatório anual do Barclays PLC, foi providenciada uma referência às páginas relevantes do Relatório Anual do Barclays PLC, que pode ser encontrado em: [group.barclays.com/about-barclays/investor-relations/annual-reports](http://group.barclays.com/about-barclays/investor-relations/annual-reports).

O risco de crédito é o risco do Grupo sofrer perda financeira se algum dos seus clientes ou contrapartes de mercado deixarem de cumprir suas as obrigações contratuais para com o Grupo.

Toda a exposição incluída nesta secção (página 65-90) não é auditada a menos que de outro modo especificado.

#### Visão Geral

O risco de crédito representa um risco significante para o Grupo e decorre, principalmente, da exposição a empréstimos e adiantamentos a grossistas e retalhistas, juntamente com o risco de crédito da contraparte decorrente de contratos de derivados celebrados com clientes, e um resumo do desempenho pode ser encontrado abaixo.

Esta secção fornece uma análise de juros particulares ou de elevado risco potencial, incluindo: i) o balanço, incluindo exposição máxima e garantias e empréstimos e adiantamentos; ii) áreas de concentrações, incluindo a zona euro; iii) exposição e desempenho das métricas para carteiras e tipos de ativos específicos, incluindo empréstimos a habitação, cartões de crédito e imobiliário comercial do Reino Unido; iv) exposição e desempenho de empréstimos em programas de concessão, incluindo indulgência; v) empréstimos problemáticos, incluindo os empréstimos de risco de crédito (CRL); e por último vi) imparidades, incluindo imparidade de stock e ajustes de gestão às saídas do modelo.

Mais detalhes sobre os temas abordados na secção podem ser encontrados na secção de risco de crédito na página 36. Por favor consulte a secção de gestão de risco nas páginas 43-62 para detalhes sobre governança, políticas e procedimentos.

#### Resumo de desempenho no período

Os encargos de imparidade dos créditos em 2014 caíram 29% para 2,2mM€, visto que o desempenho melhorou no Reino Unido e nas carteiras americanas refletindo o crescimento económico e a queda do desemprego e a baixa inflação nas duas regiões. A economia de África do Sul permanece sob pressão visto que o crescimento económico contraiu com ações de greve prolongadas nas indústrias mineiras e de engenharia e cortes de eletricidade persistentes. As economias da zona Euro também estão sob pressão com prospeções de crescimento nos países do sudeste europeu a manterem-se frágeis e suscetíveis a choques externos.

O nível de CRL reduziu 30% para 9,3 mM€ principalmente devido a uma redução nos balanços do Barclays Não- Negocial visto que os empréstimos espanhóis foram reclassificados como sendo para venda. Estes rácios d cobertura para empréstimos a habitação, carteiras retalhistas não seguras e empréstimos corporativos permanecem largamente em linha com as taxas de severidade esperadas para os limites e tipos de carteiras em causa.

Empréstimos líquidos e adiantamentos a clientes e bancos estiveram estáveis em 470 mM€ refletindo um decréscimo no balanço não nuclear contrabalançado pelo aumento entre a maioria das unidades de negócio.

Encargos menores com imparidades de empréstimos juntamente com balanços de empréstimos mais estáveis resultaram na queda da taxa de perda de empréstimos para 46bps (2013: 64bps). Isto reflete as tendências de desempenho estável ou melhorado entre a maioria das carteiras e é a taxa anual mais baixa desde 1998 e significativamente abaixo da média de longo-prazo.

A exposição máxima, colateral e outras melhorias de crédito detidas pelo Grupo

#### Base de Preparação

As tabelas seguintes apresentam uma reconciliação entre a exposição máxima do Grupo e a sua exposição líquida ao risco de crédito; refletindo os efeitos financeiros de garantias, melhoramentos de crédito e outras ações tomadas para mitigar a exposição do Grupo.

Para ativos financeiros reconhecidos no património, a exposição máxima ao risco de crédito representa o valor atual do património após abatimento por imparidade. Para garantias fora da contabilidade, a exposição máxima é a quantia máxima que o Grupo teria de pagar se as garantias fossem reclamadas. Para compromissos de empréstimo e outros compromissos relacionados com crédito que vencem irrevogavelmente as respetivas facilidades, a exposição máxima é a quantia total das facilidades comprometidas.

Esta análise e todas as análises posteriores do risco de crédito incluem só os ativos financeiros sujeitos ao risco de crédito. Excluem outros ativos financeiros não sujeitos a risco de crédito, principalmente títulos de capital retidos para troca, como disponíveis para venda ou designadas a justo valor, e comodidades transacionadas. Os ativos designados a um justo valor relativamente aos passivos associados a clientes sob contratos de investimento também não foram incluídos pois o grupo não está exposto a riscos de crédito nestes ativos. As perdas de crédito nestas carteiras, caso existissem, levariam a uma redução nos passivos associados e não resultariam numa perda para o Grupo. Para exposições extrapatrimoniais alguns passivos contingentes não são sujeitos a risco de crédito como por exemplo as garantias de desempenho são excluídas.

O Grupo mitiga o risco de crédito para o qual está exposto através de compensações, garantias e transferência de risco. É apresentado mais detalhe sobre as políticas do Grupo para cada uma destas formas de melhoramento de crédito nas páginas 66-69.

#### Visão Geral

A partir de 31 de dezembro de 2014, a exposição líquida do grupo ao risco de crédito após considerar a liquidez e compensação, garantias e transferência de risco, aumentou 4% para 746,8mM€, refletindo um aumento de 2% na exposição máxima e uma redução de 1% no nível de mitigação detido. No geral, a dimensão na qual o Grupo procede à mitigação dos seus ativos estabilizou nos 53% (2013: 53%).

Da restante exposição não mitigada, uma parte significante está relacionada com o capital retido nos bancos centrais, garantias de dívida disponíveis para vens emitidas pelos governos, garantias financeiros e balanços acordados, dos quais todos são considerados de baixo risco. As posições de passivos de carteira de transações, que de uma forma abrangente cobre os ativos mas que não são detidos especificamente para propósitos de gestão de riscos, estão excluídas da análise anterior. A qualidade do crédito de contrapartes para derivadas, ativos de empréstimos disponíveis para venda e venda a grosso é predominantemente de grau de investimento. A análise adicional acerca da qualidade de crédito de ativos é apresentada nas páginas 70-74.

Nos casos onde são obtidos garantias através de incumprimento, o Grupo, por regra, não usa ativos para as suas próprias operações e são mantidos para venda. O valor real dos ativos detidos pelo Grupo e pelo Banco a 31 de Dezembro de 2014 resultante da aplicação de garantias foi de M€161 (2013: M€234a) e M€40 (2013: M€63a).

# Análise de risco

## Desempenho de Risco

### Risco de crédito

#### Máximo de exposição e efeitos das cauções e outras melhorias de crédito (auditado)

O Grupo	Exposição máxima	Com pen sação e reconversão	Garantia Numerário	Não numerário	Trans ferência de Risco	Apu ramento de posição
A 31 de dezembro de 2014	M€	M €	M €	M €	M€	M€
<b>Rubricas patrimoniais:</b>						
Caixa e disponibilidades nos bancos centrais	39.695	-	-	-	-	39.695
Itens em fase de cobrança de outros bancos	1.210	-	-	-	-	1.210
Ativos do portfólio de negociação:						
Garantias de dívida	66.035	-	-	-	-	66.035
Produtos de Base	2.693	-	-	-	-	2.693
Ativos da carteira de negociação	68.728	-	-	-	-	68.728
Ativos financeiros designados ao justo valor:						
Empréstimos e adiantamentos	20.198	-	(48)	(6.657)	(291)	13.202
Garantias de dívida	4.448	-	-	-	-	4.448
Acordos de revenda invertida	5.236	-	-	(4.803)	-	433
Outros ativos financeiros	469	-	-	-	-	469
Ativos financeiros designados ao justo valor	30.351	-	(48)	(11.460)	(291)	18.552
Instrumentos financeiros derivados	440.076	(353.631)	(44.047)	(8.231)	(6.653)	27.514
Empréstimos e adiantamentos a bancos	42.657	(1.012)	-	(3.858)	(176)	37.611
Empréstimos e adiantamentos a clientes:						
Empréstimos para habitação	166.974	-	(274)	(164.389)	(815)	1.496
Cartões de crédito, sem garantia e outro crédito a retalho	69.022	-	(954)	(16.433)	(1.896)	49.739
Crédito a empresas	191.771	(9.162)	(620)	(40.201)	(5.122)	136.666
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes	427.767	(9.162)	(1.848)	(221.023)	(7.833)	187.901
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	131.753	-	-	(130.135)	-	1.618
Disponível para títulos de dívida de venda	85.552	-	-	(938)	(432)	84.182
Outros ativos	1.680	-	-	-	-	1.680
Total de rubricas patrimoniais:	1.269.469	(363.805)	(45.943)	(375.645)	(15.385)	468.691
<b>Rubricas extrapatrimoniais:</b>						
Passivos contingentes	21.263	-	(781)	(848)	(270)	19.364
Créditos documentários e outras transações de curto prazo	1.091	-	(6)	(8)	(3)	1.074
Acordos de revenda de início antecipado	13.856	-	-	(13.841)	-	15
Recursos de reserva, linhas de crédito e outros compromissos	276.315	-	(457)	(17.385)	(793)	257.680
Total rubricas extrapatrimoniais	312.525	-	(1.244)	(32.082)	(1.066)	278.133
<b>Total</b>	<b>1.581.994</b>	<b>(363.805)</b>	<b>(47.187)</b>	<b>(407.727)</b>	<b>(16.451)</b>	<b>746.824</b>

## Máximo de exposição e efeitos das cauções e outras melhorias de crédito

O Grupo	Exposição máxima	Compensação e reconversão	Garantia Numerário	Não numerário	Transferência de Risco	Apuramento da posição
A 31 de dezembro de 2013	ME	ME	ME	ME	ME	ME
<b>Rubricas patrimoniais:</b>						
Caixa e disponibilidades nos bancos centrais	45.687	-	-	-	-	45.687
Itens em fase de cobrança de outros bancos	1.282	-	-	-	-	1.282
<b>Ativos do portfólio de negociação:</b>						
Garantias de dívida	84.580	-	-	-	-	84.580
Produtos de Base	1.647	-	-	-	-	1.647
Ativos da carteira de negociação	86.227	-	-	-	-	86.227
<b>Ativos financeiros designados ao justo valor:</b>						
Empréstimos e adiantamentos	18.695	-	-	(6.840)	301	11.554
Garantias de dívida	842	-	-	-	-	842
Acordos de revenda invertida	5.323	-	-	(5.006)	-	(317)
Outros ativos financeiros	678	-	-	-	-	678
Ativos financeiros designados ao justo valor	25.538	-	-	(11.846)	301	13.391
Instrumentos financeiros derivados	350.460	(279.802)	(36.733)	(7.888)	(8.830)	17.207
Empréstimos e adiantamentos a bancos	39.822	(1.012)	-	(3.798)	391	34.621
<b>Empréstimos e adiantamentos a clientes:</b>						
Empréstimos para habitação	179.527	-	(239)	(176.014)	(941)	2.333
Cartões de crédito, sem garantia e outro crédito a retalho	70.378	(8)	(1.182)	(18.566)	2.243	48.379
Crédito a empresas	184.332	(9.366)	(775)	(42.079)	(7.572)	124.540
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes	434.237	(9.374)	(2.196)	(236.659)	(10.756)	175.252
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	186.779	-	-	(184.896)	-	1.883
Disponível para títulos de dívida de venda	91.298	-	-	(777)	-	90.521
Outros ativos	1.998	-	-	-	-	1.998
Total de rubricas patrimoniais:	1.263.328	(290.188)	(38.929)	(445.864)	(20.278)	468.069
<b>Rubricas extrapatrimoniais:</b>						
Passivos contingentes	19.675	-	(1.081)	(950)	(556)	17.088
Créditos documentários e outras transações de curto prazo	780	-	(3)	(35)	(4)	738
Acordos de revenda de início antecipado	19.936	-	-	(19.565)	-	371
Recursos de reserva, linhas de crédito e outros compromissos	254.855	-	(1.220)	20.159	(2.529)	230.947
Total rubricas extrapatrimoniais	295.246	-	(2.304)	(40.709)	(3.089)	249.144
<b>Total</b>	<b>1.558.574</b>	<b>(290.188)</b>	<b>(41.233)</b>	<b>(486.573)</b>	<b>(23.367)</b>	<b>717.213</b>

# Análise de risco

## Desempenho de Risco

### Risco de crédito

#### Máximo de exposição e efeitos das cauções e outras melhorias de crédito (auditado)

O Banco	Exposição máxima	Compensação e reconversão	Garantia Numerário	Garantia Não numerário	Transfêrencia de Risco	Apuuração de posição
A 31 de dezembro de 2014	M€	M€	M€	M€	M€	M€
<b>Rubricas patrimoniais:</b>						
Caixa e disponibilidades nos bancos centrais	35.469					35.469
Itens em fase de cobrança de outros bancos	801	-	-	-	-	801
Ativos do portefólio de negociação:						
Garantias de dívida	39.406	-	-	-	-	39.406
Produtos de Base	2.692	-	-	-	-	2.692
Ativos da carteira de negociação	42.098	-	-	-	-	42.098
Ativos financeiros designados ao justo valor:						
Empréstimos e adiantamentos	23.541	-	(48)	(6.579)	(103)	16.811
Garantias de dívida	13.729	(8.255)	-	-	(2.103)	3.371
Acordos de revenda invertida	3.324	-	-	(3.296)	-	28
Outros ativos financeiros	270	-	-	-	-	270
Ativos financeiros designados ao justo valor	40.864	(8.255)	(48)	(9.875)	(2.206)	20.480
Instrumentos financeiros derivados						
Empréstimos e adiantamentos a bancos	57.438	(24.107)	-	(10)	(57)	33.264
Empréstimos e adiantamentos a clientes:						
Empréstimos para habitação	150.896	-	(244)	(149.729)	(738)	185
Cartões de crédito, sem garantia e outro crédito a retalho	42.706	-	(690)	(12.040)	(1.553)	28.423
Crédito a empresas	236.212	(9.162)	(444)	(29.200)	(19.368)	178.038
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes	429.814	(9.162)	(1.378)	(190.969)	(21.659)	206.646
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	102.824	-	-	(101.953)	-	871
Disponível para títulos de dívida de venda	78.364	-	-	-	(349)	78.015
Outros ativos	15.558	-	-	-	-	15.558
Total de rubricas patrimoniais:	1.229.795	(368.680)	(45.354)	(310.970)	(30.166)	474.625
<b>Rubricas extrapatrimoniais:</b>						
Passivos contingentes	17.591	-	(755)	(728)	(270)	15.838
Créditos documentários e outras transações de curto prazo	955	-	(6)	(8)	(3)	938
Acordos de revenda de início antecipado	11.412	-	-	(11.399)	-	13
Recursos de reserva, linhas de crédito e outros compromissos	220.535	-	(457)	(13.624)	(797)	205.657
Total rubricas extrapatrimoniais	250.493	-	(1.218)	(25.759)	(1.070)	222.446
<b>Total</b>	<b>1.480.288</b>	<b>(368.680)</b>	<b>(46.572)</b>	<b>(336.729)</b>	<b>(31.236)</b>	<b>697.071</b>

## Máximo de exposição e efeitos das cauções e outras melhorias de crédito

O Banco	Exposição máxima	Compensação e reconversão	Garantia Numerário	Não numerário	Transferência de Risco	Apuramento da posição
A 31 de dezembro de 2013	M€	M€	M€	M €	M€	M€
<b>Rubricas patrimoniais:</b>						
Caixa e disponibilidades nos bancos centrais	42.139					42.139
Itens em fase de cobrança de outros bancos	992	-	-	-	-	992
Ativos do portfólio de negociação:						
Garantias de dívida	54.402	-	-	-	-	54.402
Produtos de Base	1.647	-	-	-	-	1.647
Ativos da carteira de negociação	56.049	-	-	-	-	56.049
Ativos financeiros designados ao justo valor:						
Empréstimos e adiantamentos	18.338	-	-	(6.474)	(107)	11.757
Garantias de dívida	58.059	(13.425)	-	-	(39.179)	5.455
Acordos de revenda invertida	3.709	-	-	(3.550)	-	159
Outros ativos financeiros	487	-	-	-	-	487
Ativos financeiros designados ao justo valor	80.593	(13.425)	-	(10.024)	(39.286)	17.858
Instrumentos financeiros derivados	345.434	(275.062)	(33.329)	(7.798)	(8.665)	20.580
Empréstimos e adiantamentos a bancos	51.650	(19.875)	-	-	(270)	31.505
Empréstimos e adiantamentos a clientes:						
Empréstimos para habitação	149.974	-	(212)	(148.339)	(869)	554
Cartões de crédito, sem garantia e outro crédito a retalho	34.066	-	(670)	(10.439)	(1.820)	21.137
Crédito a empresas	278.543	(9.033)	(601)	(31.357)	(34.283)	203.269
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes	462.583	(9.033)	(1.483)	(190.135)	(36.972)	224.960
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	142.695	-	-	(140.155)	-	2.540
Disponível para títulos de dívida de venda	82.052	-	-	-	-	82.052
Outros ativos	15.758	-	-	-	-	15.758
Total de rubricas patrimoniais:	1.279.945	(317.395)	(34.812)	(348.112)	(85.193)	494.433
Rubricas extrapatrimoniais:						
Passivos contingentes	19.610	-	(920)	(742)	(480)	17.468
Créditos documentários e outras transações de curto prazo	570	-	(3)	(35)	(4)	528
Acordos de revenda de início antecipado	11.048	-	-	(10.671)	-	377
Recursos de reserva, linhas de crédito e outros compromissos	206.253	-	(1.074)	(17.415)	(2.529)	185.235
Total rubricas extrapatrimoniais	237.481	-	(1.997)	(28.863)	(3.013)	203.608
<b>Total</b>	<b>1.517.426</b>	<b>(317.395)</b>	<b>(36.809)</b>	<b>(376.975)</b>	<b>(88.206)</b>	<b>698.041</b>

# Análise de risco

## Desempenho de Risco

### A abordagem do Grupo para gerir e representar a qualidade de crédito

#### Qualidade do Crédito de Ativos

Todos os empréstimos e adiantamentos são classificados como «nem vencidos nem com imparidade»; «vencidos mas não com imparidade»; ou «vencidos e com imparidade», o que inclui empréstimos reestruturados. Para efeitos de divulgação na secção de Qualidade de Crédito no Balanço (páginas 71-74):

- Um empréstimo é considerado vencido quando o devedor não efetuou um pagamento, quando exigível nos termos do contrato de empréstimo.
- A provisão por imparidade inclui provisões quanto aos ativos financeiros que a foram individualmente prejudicados e aqueles sujeitos à imparidade coletiva.
- Empréstimos nem vencidos nem com imparidade são constituídos predominantemente por empréstimos por grosso e de retalho com desempenho normal. Estes empréstimos, embora sem imparidade, podem transportar imparidade não identificada;
- Empréstimos vencidos, mas sem imparidade são constituídos predominantemente por empréstimos por grosso que estão vencidos, mas individualmente avaliados como sem imparidade. Estes empréstimos, embora individualmente avaliados como sem imparidade, podem transportar uma provisão para imparidade não identificada;
- Os empréstimos com imparidade que são avaliados individualmente consistem predominantemente em empréstimos pro grosso vencidos e para os quais foi constituída uma provisão individual.
- Empréstimos com imparidade, que são avaliados coletivamente, consistem predominantemente por empréstimos de retalho que estão em atraso um dia ou mais para os quais foi constituída uma provisão coletiva. Empréstimos por grosso que estão vencidos, avaliados individualmente como sem imparidade, mas que transportam uma provisão por imparidade não identificada, estão excluídos desta categoria.

Valores a receber referentes a créditos de habitação e cartões de crédito, que estão sujeitos a diferimento na carteira de retalho, estão incluídos na coluna de empréstimos com imparidade avaliados coletivamente, nas tabelas na secção de análise de empréstimos e adiantamentos e imparidade (página 148) no Relatório Anual do Barclays PLC). Está incluída nos empréstimos grossistas, que são designados nem vencidos nem com imparidade, uma a porção de empréstimos que foram sujeitos a diferimento ou estratégias semelhantes como parte da relação contínua do Grupo com os seus clientes. Os empréstimos terão uma notação interna que reflete o nível de risco a que o Grupo está exposto, tendo em conta as circunstâncias do diferimento, o desempenho global e as perspetivas do cliente. Os empréstimos sujeitos a planos de reestruturação, normalmente, mas nem sempre, suscitam uma taxa de risco mais elevada comparado com empréstimos semelhantes que não o estão. Uma parcela dos empréstimos por grosso em reestruturação está incluída na coluna dos vencidos mas sem imparidade, embora nem todos os empréstimos sujeitos a reestruturação apresentem, necessariamente, imparidade ou estejam vencidos. Os empréstimos por grosso em reestruturação que tenham imparidade fazem parte dos empréstimos com imparidade avaliados individualmente.

O Grupo utiliza as seguintes medidas internas para determinar a qualidade de crédito dos empréstimos com desempenho normal:

Grau de Incumprimento	Empréstimos de retalho Probabilidade de incumprimento	Empréstimo por grosso Probabilidade de incumprimento	Descrição da qualidade de crédito
1-3	0.0-0.60%	0.0-0.05%	Sólido
4-5		0,05-0,15%	
6-8		0,15-0,30%	
9-11		0,30-0,60%	
12-14	0.60-10.00%	0.60-2.15%	Satisfatório
15-19		2,15-11,35%	
20-21 elevado	10.00%+	11.35%+	Risco

Para os empréstimos com desempenho normal, estas descrições podem ser resumidas da seguinte forma:

**Sólido:** existe uma forte possibilidade de que os ativos sejam recuperados por completo.

**Satisfatório:** embora haja uma elevada probabilidade de o ativo ser recuperado e, portanto, sem motivo para preocupação para o Grupo, o ativo pode não ter garantia ou pode referir-se a linhas de financiamento de retalho, como os saldos de cartões de crédito e os empréstimos não garantidos, que foram classificados como satisfatórios, independentemente do facto de o resultado dos modelos de classificação interna poder ter indicado uma classificação mais elevada. No nível mais baixo desta classificação, há clientes que estão a ser monitorizados com mais cuidado, por exemplo, clientes empresariais, que apresentam sinais de alguma deterioração, hipotecas com empréstimo superior ao valor do ativo e empréstimos de retalho sem garantia a operar fora das diretrizes normais do produto.

**Risco elevado:** existe preocupação no que respeita a capacidade do devedor em efetuar pagamentos quando devidos. No entanto, estes ainda não se converteram em falta de pagamento real. Também podem existir dúvidas sobre o valor das garantias ou dos títulos fornecidos. No entanto, o devedor ou a contraparte continuam a efetuar pagamentos quando devidos e espera-se que todos os montantes de capital em dívida e juros sejam liquidados.

Os empréstimos vencidos são supervisionados atentamente, com constituição de provisões por imparidade, se necessário e em conformidade com as políticas de imparidade do Grupo. Estes empréstimos são todos considerados como risco elevado para os efeitos da presente análise da qualidade de crédito.

#### Garantias de dívida

Para os ativos detidos pelo justo valor, o valor a transpor para o do balanço inclui, entre outros, o risco de crédito do emissor. A maioria dos títulos cotados e alguns não cotados são avaliados por agências de notação externas. O Grupo utiliza maioritariamente as classificações de crédito externas fornecidas pela Standard & Poor's ou pela Moody's. Quando tais classificações não estão disponíveis ou atualizadas, o Grupo usará as suas próprias classificações internas para as garantias.

## Qualidade de Crédito no Balanço

As tabelas seguintes apresentam a qualidade de crédito dos ativos do Grupo expostos a risco de crédito.

### Visão Geral

A 31 de dezembro de 2014, a proporção dos ativos do Grupo classificados como sólido melhorou para 84% (2013: 83%) do total dos ativos expostos a risco de crédito.

Ativos comercializados mantiveram-se maioritariamente no grau de investimento com as seguintes proporções e sendo categorizados como sólidos; 94% (2013: 95%) do total de instrumentos financeiros derivados, 91% (2013: 95%) de garantias de dívida mantidas para comercialização e 98% (2013: 96%) de garantias de dívida mantidas disponíveis para venda. A qualidade de crédito das contrapartes para compra com acordo de revenda mantidos a custo amortizado permaneceu bastante estável em 78% (2013: 76%). O risco de crédito destes ativos é significativamente reduzido dado que os saldos se apresentam na sua grande parte com garantia.

Nas carteiras de empréstimos, 86% dos empréstimos de habitação (2013: 85%) a clientes têm a classificação de sólido. A maioria dos créditos por cartão de crédito, sem garantia e outros de retalho permaneceu satisfatória, refletindo a natureza de não-garantia de uma parte significativa do saldo, representando 71% (2013: 71%) do total.

O perfil de qualidade de crédito dos empréstimos pro grosso do Grupo melhorou com as contrapartes classificadas como sólidas para 72% (2013: 70%) principalmente devido ao aumento nos saldos com garantia geralmente classificados como sólidos no Banco de Investimento.

### Qualidade de crédito no Balanço (auditado)

A 31 de dezembro de 2014	Sólido (inclui nível de investimento) M€	Satisfatório (BB+ a B) M€	Alto Risco (B- e inferior) M€	Exposição Máxima ao risco de crédito M€	Sólido (inclui nível de investimento) %	Satisfatório (BB+ a B) %	Alto Risco (B- e inferior) %	Exposição Máxima ao risco de
<b>O Grupo</b>								
Caixa e disponibilidades nos bancos centrais	39.695	-	-	39.695	100%	0%	0%	100%
Itens em fase de cobrança de outros bancos	1.137	48	25	1.210	94%	4%	2%	100%
Ativos do portefólio de negociação:								
Garantias de dívida	60.328	5.202	505	66.035	91%	8%	1%	100%
Empréstimos negociados	446	1.935	312	2.693	16%	72%	12%	100%
Ativos da carteira de negociação	60.774	7.137	817	68.728	89%	10%	1%	100%
Ativos financeiros designados ao Valor								
Empréstimos e adiantamentos	18.545	844	809	20.198	92%	4%	4%	100%
Garantias de dívida	4.315	130	3	4.448	97%	3%	0%	100%
Acordos de revenda invertida	4.876	346	14	5.236	93%	7%	0%	100%
Outros ativos financeiros	270	167	32	469	57%	36%	7%	100%
Ativos financeiros designados ao justo	28.006	1.487	858	30.351	92%	5%	3%	100%
Instrumentos financeiros derivados	415.147	24.387	542	440.076	94%	6%	0%	100%
Empréstimos e adiantamentos a	39.999	1.651	1.007	42.657	94%	4%	2%	100%
Empréstimos e adiantamentos a Clientes								
Empréstimos para habitação	143.700	13.900	9.374	166.974	86%	8%	6%	100%
Cartões de crédito, empréstimos outros créditos de retalho	15.369	49.255	4.398	69.022	23%	71%	6%	100%
Crédito a empresas	137.102	42.483	12.186	191.771	72%	22%	6%	100%
Empréstimos e adiantamentos a clientes	296.171	105.638	25.958	427.767	69%	25%	6%	100%
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	102.609	29.142	2	131.753	78%	22%	0%	100%
Disponível para títulos de dívida	84.406	498	648	85.552	98%	1%	1%	100%
Outros ativos	1.336	282	62	1.680	79%	17%	4%	100%
<b>Total ativos</b>	<b>1.069.280</b>	<b>170.270</b>	<b>29.919</b>	<b>1.269.469</b>	<b>84%</b>	<b>13%</b>	<b>3%</b>	<b>100%</b>

# Análise de risco

## Desempenho de Risco

### Qualidade de crédito no Balanço (auditado)

A 31 de dezembro de 2013	Sólido (inclui nível de investimento) M€	Satisfatório (BB+ a B) M€	Alto Risco (B- e inferior) M€	Exposição Máxima ao risco de crédito M€	Sólido (inclui nível de investimento) %	Satisfatório (BB+ a B) %	Alto Risco (B- e inferior) %	Exposição Máxima ao risco de crédito
<b>O Grupo</b>								
Caixa e disponibilidades nos bancos centrais	45.687	-	-	45.687	100%	0%	0%	100%
Itens em fase de cobrança de outros bancos	1.218	51	13	1.282	95%	4%	1%	100%
Ativos do portfólio de negociação:								
Garantias de dívida	80.210	3.633	737	84.580	95%	4%	1%	100%
Empréstimos negociados	526	700	421	1.647	32%	42%	26%	100%
Ativos da carteira de negociação	80.736	4.333	1.158	86.227	94%	5%	1%	100%
Ativos financeiros designados ao justo valor:								
Empréstimos e adiantamentos	17.020	1.017	658	18.695	91%	5%	4%	100%
Garantias de dívida	403	36	403	842	48%	4%	48%	100%
Acordos de revenda invertida	4.492	794	37	5.323	84%	15%	1%	100%
Outros ativos financeiros	255	191	232	678	38%	28%	34%	100%
Ativos financeiros designados ao justo	22.170	2.038	1.330	25.538	87%	8%	5%	100%
Instrumentos financeiros derivados	331.701	18.042	717	350.460	95%	5%	0%	100%
Empréstimos e adiantamentos a	37.150	1.634	1.038	39.822	93%	4%	3%	100%
Empréstimos e adiantamentos a								
Empréstimos para habitação	153.299	14.373	11.855	179.527	85%	8%	7%	100%
Cartões de crédito, sem garantia e outro crédito a retalho	14.728	50.100	5.550	70.378	21%	71%	8%	100%
Crédito a empresas	128.309	46.263	9.760	184.332	70%	25%	5%	100%
Total empréstimos e adiantamentos	296.336	110.736	27.165	434.237	68%	26%	6%	100%
Clientes								
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	141.861	44.906	12	186.779	76%	24%	0%	100%
Disponível para títulos de dívida de	87.888	1.354	2.056	91.298	96%	2%	2%	100%
Outros ativos	1.598	340	60	1.998	80%	17%	3%	100%
Total ativos	1.046.345	183.434	33.549	1.263.328	83%	14%	3%	100%

## Qualidade de crédito no Balanço (auditado)

A 31 de dezembro de 2014	Sólido (inclui nível de investimento) M€	Satisfatório (BB+ a B) M€	Alto Risco (B- e inferior) M€	Exposição Máxima ao risco de crédito M€	Sólido (inclui nível de investimento) %	Satisfatório (BB+ a B) %	Alto Risco (B- e inferior) %	Exposição Máxima ao risco de crédito %
<b>O Banco</b>								
Caixa e disponibilidades nos bancos centrais	35.469	-	-	35.469	100%	0%	0%	100%
Itens em fase de cobrança de outros bancos	760	29	12	801	95%	4%	1%	100%
Ativos do portfólio de negociação:								
Garantias de dívida	34.437	4.531	438	39.406	88%	11%	1%	100%
Empréstimos negociados	446	1.934	312	2.692	16%	72%	12%	100%
Ativos da carteira de negociação	34.883	6.465	750	42.098	83%	15%	2%	100%
Ativos financeiros designados ao Valor								
Empréstimos e adiantamentos	22.084	800	657	23.541	94%	3%	3%	100%
Garantias de dívida	13.640	89	-	13.729	99%	1%	0%	100%
Acordos de revenda invertida	3.174	150	-	3.324	95%	5%	0%	100%
Outros ativos financeiros	171	67	32	270	63%	25%	12%	100%
Ativos financeiros designados ao justo	39.069	1.106	689	40.864	95%	3%	2%	100%
Instrumentos financeiros derivados	405.512	20.511	542	426.565	95%	5%	0%	100%
Empréstimos e adiantamentos a	54.483	2.104	851	57.438	95%	4%	1%	100%
Empréstimos e adiantamentos a Clientes								
Empréstimos para habitação	136.467	6.750	7.679	150.896	91%	4%	5%	100%
Cartões de crédito, empréstimos outros créditos a retalho	16.152	24.658	1.896	42.706	38%	58%	4%	100%
Crédito a empresas	194.735	31.153	10.324	236.212	83%	13%	4%	100%
Empréstimos e adiantamentos a clientes	347.354	62.561	19.899	429.814	80%	15%	5%	100%
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	84.445	18.379	-	102.824	82%	18%	0%	100%
Disponível para títulos de dívida	77.829	31	504	78.364	99%	0%	1%	100%
Outros ativos	15.457	76	25	15.558	99%	1%	0%	100%
<b>Total ativos</b>	<b>1.095.261</b>	<b>111.262</b>	<b>23.272</b>	<b>1.229.795</b>	<b>89%</b>	<b>9%</b>	<b>2%</b>	<b>100%</b>

# Análise de risco

## Desempenho de Risco

### Qualidade de crédito no Balanço (auditado)

A 31 de dezembro de 2013	Sólido (inclui nível de investimento) M€	Satisfatório (BB+ a B) M€	Alto Risco (B- e inferior) M€	Exposição Máxima ao risco de crédito M€	Sólido (inclui nível de investimento) %	Satisfatório (BB+ a B) %	Alto Risco (B- e inferior) %	Exposição Máxima ao risco de crédito %
<b>O Banco</b>								
Caixa e disponibilidades nos bancos centrais	42.139	-	-	42.139	100%	0%	0%	100%
Itens em fase de cobrança de outros bancos	903	69	20	992	91%	7%	2%	100%
Ativos do portfólio de negociação:								
Garantias de dívida	50.188	3.924	290	54.402	92%	7%	1%	100%
Empréstimos negociados	526	700	421	1.647	32%	42%	26%	100%
Ativos da carteira de negociação	50.714	4.624	711	56.049	91%	8%	1%	100%
Ativos financeiros designados ao justo valor:								
Empréstimos e adiantamentos	16.951	985	402	18.338	93%	5%	2%	100%
Garantias de dívida	58.058	1	-	58.059	100%	0%	0%	100%
Acordos de revenda invertida	3.026	677	6	3.709	81%	19%	0%	100%
Outros ativos financeiros	179	77	231	487	35%	16%	49%	100%
Ativos financeiros designados ao justo	78.214	1.740	639	80.593	97%	2%	1%	100%
Instrumentos financeiros derivados	328.721	15.996	717	345.434	95%	5%	0%	100%
Empréstimos e adiantamentos a	47.563	3.238	849	51.650	92%	6%	2%	100%
Empréstimos e adiantamentos a								
Empréstimos para habitação	134.964	5.848	9.162	149.974	90%	4%	6%	100%
Cartões de crédito, sem garantia e outro crédito a retalho	7.369	24.364	2.333	34.066	22%	71%	7%	100%
Crédito a empresas	236.982	33.422	8.139	278.543	85%	12%	3%	100%
Empréstimos e adiantamentos a clientes	379.315	63.634	19.634	462.583	82%	14%	4%	100%
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	114.553	28.130	12	142.695	80%	20%	0%	100%
Disponível para títulos de dívida de	80.215	47	1.790	82.052	98%	0%	2%	100%
Outros ativos	15.725	25	8	15.758	100%	0%	0%	100%
<b>Total ativos</b>	<b>1.138.062</b>	<b>117.503</b>	<b>24.380</b>	<b>1.279.945</b>	<b>89%</b>	<b>9%</b>	<b>2%</b>	<b>100%</b>

## Análise da concentração do risco de crédito

Existe uma concentração de risco de crédito quando várias contrapartes estão localizadas numa região geográfica, ou envolvidas em atividades semelhantes ou que tenham características económicas semelhantes que façam com que a sua capacidade de cumprir obrigações contratuais seja afetada de forma semelhante por alterações nas condições económicas ou de outro tipo. O Grupo impõe limites a concentrações de modo a mitigar o risco. As análises de concentrações de risco de crédito apresentadas abaixo são baseadas na localização da contraparte, cliente ou indústria na qual estão envolvidos. Estão dispostos mais detalhes sobre as políticas do Grupo relativamente à gestão do risco de concentração na página 65.

### Concentrações Geográficas

A de 31 de dezembro de 2014, a concentração geográfica dos ativos do Grupo continuou consistente com 2013. 38% (2013: 37%) da exposição está concentrada no Reino Unido, 22% (2013: 23%) na Europa e 31% (2013: 29%) nas Américas.

Para o ativo no Balanço, a alteração mais significativa na concentração foi no dinheiro mantido nos bancos centrais. Foi notada uma redução significativa na Europa, primariamente com o Banco Central Europeu, em resultado da alteração da composição dos fundos de liquidez com o Banco da Inglaterra e o Federal Reserve. Os saldos no Reino Unido e nos E.U.A. contribuíram conseqüentemente com uma porção mais elevada do total. Em geral, as compras com acordo de revenda decresceram devido à redução em carteira de negociação combinada e o foco em reduzir o Balanço alavancado. Isto reflete-se nos saldos nas Américas, Reino Unido e a Europa.

A análise da concentração geográfica e industrial dos empréstimos e adiantamentos retidos pelo Grupo ao custo de amortização e ao justo valor é apresentada nas páginas 149-150 no Relatório Anual do Barclays PLC. A informação sobre a exposição aos países da Zona Euro é apresentada nas páginas 78-83.

### Concentrações de risco de crédito por geografia (auditado)

	Reino Unido	Europa	Américas	África e Médio Oriente	Ásia	Total
	M€	M€	M€	M€	M€	M€
<b>A 31 de dezembro de 2014</b>						
<b>O Grupo</b>						
<b>Rubricas patrimoniais:</b>						
Caixa e disponibilidades nos bancos centrais	13.770	12.224	9.365	2.161	2.175	39.695
Itens em fase de cobrança de outros bancos	644	158	-	408	-	1.210
Ativos da carteira de negociação	12.958	15.638	31.062	2.498	6.572	68.728
Ativos financeiros designados no justo valor	21.274	1.591	3.986	2.999	501	30.351
Instrumentos financeiros derivados	133.567	147.421	129.771	2.332	26.985	440.076
Empréstimos e adiantamentos a bancos	8.018	12.793	13.227	3.250	5.369	42.657
Empréstimos e adiantamentos a clientes	241.543	60.018	76.561	39.241	10.404	427.767
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	20.551	22.655	81.368	928	6.251	131.753
Disponível para títulos de dívida de venda	22.901	33.368	22.846	4.770	1.667	85.552
Outros ativos	837	-	232	483	128	1.680
<b>Total de rubricas patrimoniais:</b>	<b>476.063</b>	<b>305.866</b>	<b>368.418</b>	<b>59.070</b>	<b>60.052</b>	<b>1.269.469</b>
<b>Rubricas extra-patrimoniais:</b>						
Passivos contingentes	10.222	2.542	5.517	2.757	225	21.263
Créditos documentários e outras transacções de curto-prazo	851	36	-	186	18	1.091
Acordos de revenda de início antecipado	4.461	5.937	701	2	2.755	13.856
Recursos de reserva, linhas de crédito e outros compromissos	108.025	34.886	116.343	14.911	2.150	276.315
<b>Total rubricas extra-patrimoniais</b>	<b>123.559</b>	<b>43.401</b>	<b>122.561</b>	<b>17.856</b>	<b>5.148</b>	<b>312.525</b>
<b>Total</b>	<b>599.622</b>	<b>349.267</b>	<b>490.979</b>	<b>76.926</b>	<b>65.200</b>	<b>1.581.994</b>

# Análise de risco

## Desempenho de Risco

A 31 de dezembro de 2013	Reino Unido M€	Europa M€	Américas M€	África e Médio M€	Ásia M€	Total M€
<b>O Grupo</b>						
Rubricas patrimoniais:						
Caixa e disponibilidades nos bancos centrais	7.307	29.983	4.320	2.111	1.966	45.687
Itens em fase de cobrança de outros bancos	756	242	-	284	-	1.282
Ativos da carteira de negociação	15.947	21.040	37.122	2.165	9.953	86.227
Ativos financeiros designados no justo valor	17.487	2.632	3.399	1.372	648	25.538
Instrumentos financeiros derivados	108.255	114.931	98.568	2.904	25.802	350.460
Empréstimos e adiantamentos a bancos	6.524	12.631	10.579	2.580	7.508	39.822
Empréstimos e adiantamentos a clientes	236.686	74.021	70.661	39.584	13.285	434.237
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	34.027	32.820	102.922	1.887	15.123	186.779
Disponível para títulos de dívida de venda	29.540	33.816	20.189	5.875	1.878	91.298
Outros ativos	917	380	260	324	117	1.998
<b>Total de rubricas patrimoniais:</b>	<b>457.446</b>	<b>322.496</b>	<b>348.020</b>	<b>59.086</b>	<b>76.280</b>	<b>1.263.328</b>
Rubricas extra-patrimoniais:						
Passivos contingentes	10.349	2.475	4.521	2.110	220	19.675
Créditos documentários e outras transações de curto-prazo	496	121	-	163	-	780
Acordos de revenda de início antecipado	5.254	3.903	4.753	4	6.022	19.936
Recursos de reserva, linhas de crédito e outros compromissos	102.456	35.612	99.240	15.584	1.963	254.855
<b>Total rubricas extra-patrimoniais</b>	<b>118.555</b>	<b>42.111</b>	<b>108.514</b>	<b>17.861</b>	<b>8.205</b>	<b>295.246</b>
<b>Total</b>	<b>576.001</b>	<b>364.607</b>	<b>456.534</b>	<b>76.947</b>	<b>84.485</b>	<b>1.558.574</b>

### Concentrações de risco de crédito por geografia (auditado)

A 31 de dezembro de 2014	Reino Unido M€	Europa M€	Américas M€	África e Médio M€	Ásia M€	Total M€
<b>O Banco</b>						
Rubricas patrimoniais:						
Caixa e disponibilidades nos bancos centrais	13,691	11,963	7,705	139	1,971	35,469
Itens em fase de cobrança de outros bancos	643	158	-	-	-	801
Ativos da carteira de negociação	12,744	15,222	10,300	218	3,614	42,098
Ativos financeiros designados pelo justo valor	35,870	1,425	2,723	331	515	40,864
Instrumentos financeiros derivados	136,156	148,931	113,084	2,401	25,993	426,565
Empréstimos e adiantamentos a bancos	6,629	14,157	29,363	2,016	5,273	57,438
Empréstimos e adiantamentos a clientes	290,318	79,476	43,685	4,734	11,601	429,814
Compra com acordo de revenda e outros empréstimos garantidos	23,295	21,996	38,297	1,301	17,935	102,824
Títulos de dívida disponíveis para venda	22,024	31,913	22,699	98	1,630	78,364
Outros ativos	13,337	1,978	-	120	123	15,558
<b>Total de rubricas patrimoniais</b>	<b>554,707</b>	<b>327,219</b>	<b>267,856</b>	<b>11,358</b>	<b>68,655</b>	<b>1,229,795</b>
Rubricas extrapatrimoniais:						
Passivos contingentes	10,157	2,425	4,528	283	198	17,591
Créditos documentários e outras transações de curto-prazo	851	36	-	50	18	955
Compra com acordo de revenda com início no futuro	4,446	5,931	429	-	606	11,412
Recursos de reserva, linhas de crédito e outros compromissos	107,745	32,712	76,502	1,433	2,143	220,535
<b>Total rubricas extrapatrimoniais</b>	<b>123,199</b>	<b>41,104</b>	<b>81,459</b>	<b>1,766</b>	<b>2,965</b>	<b>250,493</b>
<b>Total</b>	<b>677,906</b>	<b>368,323</b>	<b>349,315</b>	<b>13,124</b>	<b>71,620</b>	<b>1,480,288</b>

A 31 de dezembro de 2013	Reino Unido	Europa	Américas	África e Médio	Ásia	Total
	M€	M€	M€	M€	M€	M€
<b>O Banco</b>						
Rubricas patrimoniais:						
Caixa e disponibilidades nos bancos centrais	7.287	29.692	3.381	127	1.652	42.139
Itens em fase de cobrança de outros bancos	755	237	-	-	-	992
Ativos da carteira de negociação	15.744	20.362	13.066	345	6.532	56.049
Ativos financeiros designados no justo valor	70.882	5.993	2.640	340	738	80.593
Instrumentos financeiros derivados	113.377	115.290	89.878	1.892	24.997	345.434
Empréstimos e adiantamentos a bancos	6.296	12.451	24.578	1.860	6.465	51.650
Empréstimos e adiantamentos a clientes	336.280	68.132	42.979	4.618	10.574	462.583
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	32.594	36.419	49.308	1.365	23.009	142.695
Disponível para títulos de dívida de venda	27.638	32.144	20.139	253	1.878	82.052
Outros ativos	11.868	3.790	-	16	84	15.758
<b>Total de rubricas patrimoniais:</b>	<b>622.721</b>	<b>324.510</b>	<b>245.969</b>	<b>10.816</b>	<b>75.929</b>	<b>1.279.945</b>
Rubricas extra-patrimoniais:						
Passivos contingentes	12.357	2.235	4.509	290	219	19.610
Créditos documentários e outras transações de curto-prazo	495	14	-	61	-	570
Acordos de revenda de início antecipado	5.241	3.896	1.442	-	469	11.048
Recursos de reserva, linhas de crédito e outros compromissos	102.477	31.710	68.164	1.933	1.969	206.253
<b>Total rubricas extra-patrimoniais</b>	<b>120.570</b>	<b>37.855</b>	<b>74.111</b>	<b>2.288</b>	<b>2.657</b>	<b>237.481</b>
<b>Total</b>	<b>743.291</b>	<b>362.365</b>	<b>320.080</b>	<b>13.104</b>	<b>78.586</b>	<b>1.517.426</b>

# Análise de risco

## Desempenho de Risco

### Risco de crédito

#### Exposições aos países da Zona Euro (auditado)

##### Visão Geral

O Grupo reconhece o risco de crédito e mercado resultantes da atual volatilidade na Zona Euro e continua a monitorizar de perto os acontecimentos enquanto toma precauções coordenadas para mitigar os riscos associados com o complicado ambiente económico. Os riscos associados a uma potencial dissolução parcial da área da União Europeia (UE) incluem:

- Risco direto resultante do incumprimento soberano de um país ao sair da UE e do impacto na economia desse país e nas contrapartes do Grupo nesse país;
- Risco indireto resultante do impacto subsequente na economia de outros países da Zona Euro e nas contrapartes do Grupo nesses países; e
- Risco indireto resultante de derivados de crédito que têm como referência a dívida soberana da Zona Euro (ver página 83).

Foi iniciado o plano de contingência no início de 2012 baseado numa série de potenciais cenários que possam surgir de um agravamento da crise. Foram feitos vários testes para determinar o impacto nos clientes, sistemas, processos e pessoal no caso de ocorrerem os cenários mais plausíveis. Onde foram identificados problemas, foram aplicadas medidas corretivas que se encontram já concluídas.

Como consequência das preocupações renovadas sobre uma potencial saída da Grécia da UE, estes planos de emergência foram revistos e renovados para garantir que se mantêm eficazes. Enquanto que a exposição líquida do Grupo à Grécia é baixa, o risco de contágio a propagar-se a outros países da UE é evidente e estão a decorrer planos para tal situação.

Ao longo de 2014, as exposições líquidas com base no balanço do Grupo à Espanha, Itália, Portugal, Irlanda, Chipre e Grécia caíram em 18% para mM£43. Esta situação reflete primeiramente uma redução de 17% em exposições à Espanha, Itália e Portugal como parte da estratégia não central. Durante 2014, o desencontro de financiamento líquido diminuiu mM€1,7 para mM€9,9 em Itália e mM€1,1 para mM€1,9 em Portugal. O superavit em Espanha aumentou mM€1,2 para mM€4,3. Não é necessário financiamento para o balanço local na Irlanda pelo Grupo pois o total de passivos neste país excede o total de ativos.

A exposição líquida à Grécia foi de £27m (2013: £85m) com um financiamento líquido irrelevante requerido pelo Grupo. A exposição à Grécia com base em valores brutos foi de £1.279m (2013: £906m) consistindo em ativos de derivativos com Instituições Financeiras. A exposição é atenuada pela compensação de passivos de derivativos com garantias em numerário.

Outros riscos emergentes que são monitorizados fora da Zona Euro incluem a Rússia e a China.

- A exposição líquida à Rússia de £1.943m consiste essencialmente em empréstimos e adiantamentos a Instituições Financeiras no valor de £1.076m. A exposição bruta à Rússia foi de £3.776m consistindo em ativos de derivativos com Instituições Financeiras. A exposição bruta é atenuada pela compensação de passivos de derivativos.
- A exposição líquida à China no valor de £4.831m consiste essencialmente em empréstimos e adiantamentos (maioritariamente garantia em numerário e saldos de liquidação) a Instituições Soberanas (£1.664m) e Financeiras (£1.388m). A exposição em termos brutos à China excluindo passivos de derivativos de compensação foi de £4.999m.

##### Base de Preparação

O Grupo apresenta a exposição direta do balanço ao risco de crédito e mercado por país, sendo que os totais refletem a dedução por imparidade, compensação e garantia em numerário mantidos onde adequado.

Os saldos comerciais e de derivados estão relacionados com atividades da Banca de Investimento, principalmente como criador de mercado para posições de títulos de dívida pública. As posições são mantidas a valor justo, sendo os movimentos diários obtidos através de ganhos e perdas:

- Os ativos e passivos comerciais são apresentados por tipo de emissor, sendo as posições liquidadas na medida permitida ao abrigo das IFRS. Onde as posições de passivo excedem as posições de ativo por tipo de contraparte, as exposições são apresentadas como nulas.
- Os ativos e passivos derivados são apresentados por tipo de contraparte, sendo as posições liquidadas na medida permitida ao abrigo das IFRS. A garantia em numerário mantida é então adicionada para obter a exposição líquida ao crédito. Onde as posições de passivo e garantias excedem as posições de ativo por tipo de contraparte, as exposições serão apresentadas como nulas.
- Os ativos designados a justo valor incluem títulos de dívida e de capital, empréstimos e acordos de reavulsão invertida designados a justo valor.

Os investimentos disponíveis para venda são principalmente investimentos em títulos de dívida pública e outras garantias de dívida. Os saldos são relatados numa base de justo valor, com movimentos em justo valor entrando através de outro rendimento integral (OCI).

Os empréstimos mantidos a custo amortizado<sup>a</sup> englobam: (i) carteiras de empréstimos a retalho, predominantemente hipotecas garantidas por propriedade residencial; e (ii) carteiras de empréstimos às empresas. Os saldos de liquidação e garantias em numerário estão excluídos desta análise.

As exposições soberanas refletem as exposições diretas aos governos centrais e locais<sup>b</sup>, a maioria das quais são usadas para propósitos de cobertura de risco de taxas de juro e liquidez. A restante parte é gerida ativamente refletindo o nosso papel como importante operador nos mercados primários, criador de mercado e fornecedor de liquidez para os nossos clientes. As exposições a instituições financeiras e a empresas refletem o país de operação da contraparte ou do emissor, dependendo da classe do ativo analisado (incluindo subsidiárias estrangeiras e sem referência a garantias além-fronteiras). As exposições ao retalho refletem o país de residência de clientes de retalho e o país de operação dos clientes da banca empresarial. A exposição extra patrimonial consiste principalmente em compromissos não realizados e garantias emitidas a terceiros em nome dos nossos clientes empresariais.

##### Notas

a O Grupo também entra em acordo de reavulsão invertida e outros empréstimos com garantia semelhantes, que materialmente estão totalmente garantidos.

b Adicionalmente, o Grupo mantém capital em bancos centrais destes países, totalizando mM€ 0.2 (2013: mM€ 0.2). Outros balanços materiais com bancos centrais são classificados dentro de empréstimos a instituições financeiras.

## Resumo das Exposições do Grupo

A tabela seguinte mostra a exposição do Grupo aos países da Zona Euro, monitorizados internamente como sendo de risco mais elevado e sendo consequentemente objeto de foco particular por parte da gestão. A análise detalhada desses países encontra-se nas páginas <sup>a</sup> 79-82. A exposição líquida fornece a medida mais apropriada de risco ao crédito ao qual o Grupo está exposto. A exposição bruta é também apresentada abaixo, juntamente com os passivos contingentes e compromissos extra patrimoniais. A exposição bruta reflete o total de exposições antes dos efeitos da cobertura económica por via de passivos de carteira de negociação, passivos derivados e garantias em numerário, mas após considerar as provisões por imparidade e o registo líquido nos termos IFRS.

### Exposição líquida por país e contraparte (auditado)

	Soberano M€	Instituições financeiras M€	Corporativo M€	Hipotecas residenciais M€	Outros empréstimos de retalho M€	Total da exposição patrimonial M€	Passivos contingentes e compromissos M€	Exposição líquida total M€
Em 31 de dezembro de 2014								
Espanha	108	14.043	1.149	12	248	15.560	2.863	18.423
Itália	1.716	485	1.128	13.530	1.114	17.973	3.033	21.006
Portugal	105	7	531	2.995	1.207	4.845	1.631	6.476
Irlanda	37	3.175	1.453	43	50	4.758	2.070	6.828
Chipre	28	12	61	6	16	123	26	149
Grécia	1	11	15			27		27
A 31 de dezembro de 2013								
Espanha	184	1.029	3.203	12.537	2.292	19.245	3.253	22.498
Itália	1.556	417	1.479	15.295	1.881	20.628	3.124	23.752
Portugal	372	38	891	3.413	1.548	6.262	2.288	8.550
Irlanda	67	5.030	1.356	103	100	6.656	2.047	8.703
Chipre	-	7	106	19	43	175	66	241
Grécia	8	5	51	6	12	82	3	85

### Exposição bruta por país e contraparte (auditado)

	Soberano M€	Instituições financeiras M€	Corporativo M€	Hipotecas residenciais M€	Outros empréstimos de retalho M€	Total da exposição patrimonial M€	Passivos contingentes e compromissos M€	Exposição bruta total M€
Em 31 de dezembro de 2014								
Espanha	1.559	21.244	1.810	12	248	24.873	2.863	27.736
Itália	3.998	5.700	1.625	13.530	1.114	25.967	3.033	29.000
Portugal	227	83	538	2.995	1.207	5.050	1.631	6.681
Irlanda	412	7.124	1.816	43	50	9.445	2.071	11.516
Chipre	28	503	155	6	16	707	27	734
Grécia	17	1.242	20			1.279		1.279
A 31 de dezembro de 2013								
Espanha	1.198	6.715	3.596	12.537	2.292	26.338	3.253	29.591
Itália	4.104	4.339	1.836	15.295	1.881	27.455	3.124	30.579
Portugal	526	171	950	3.413	1.548	6.608	2.288	8.896
Irlanda	587	7.819	1.424	103	100	10.033	2.047	12.080
Chipre	-	68	126	19	43	256	66	322
Grécia	9	824	52	6	12	903	3	906

#### Notas

a Uma análise detalhada não é fornecida para a Irlanda uma vez que não há risco de redenominação devido ao financiamento local e devido a risco significativo relacionado aos ativos subjacentes residentes num país alternativo. As exposições para o Chipre e a Grécia são consideradas imateriais para o Grupo.

# Análise de risco

## Desempenho de Risco

Risco de crédito:

### Espanha (auditada)

A 31 de dezembro	Carteira de negociação			Derivativos			Designado pelo justo valor		Total	
	Ativos	Passivos	Líquido	Ativos	Passivos	Numerário Garantia	Líquido	Ativos	2014	2013
	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€
Soberano	1.442	(1.442)	-	59	(9)	-	50	33	83	140
Instituições financeiras	610	(126)	484	7.075	(5.771)	(1.304)	-	13.498	13.982	857
Corporativo	584	(417)	167	399	(244)	-	155	347	669	905

A 31 de dezembro	Custos amortizados - empréstimos e adiantamentos			Passivos contingentes e compromissos extrapatrimoniais		Justo valor através de OCI - investimentos disponíveis para venda (AFS) a				
	Bruto	Imparidade provisões	Total 2014	Total 2013	2014	2013	Custo Reserva	AFS	Total 2004	Total 2013
	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€
Soberano	-	-	-	21	-	-	22	3	25	23
Instituições financeiras	10	-	10	9	476	283	48	3	51	163
Hipotecas residenciais	12	-	12	12.537	-	7	-	-	-	-
Corporativo	526	(51)	475	2.290	2.027	1.831	5	-	5	8
Outros empréstimos de	266	(18)	248	2.292	360	1.132	-	-	-	-

A exposição líquida total à Espanha caiu 18% para £18.423m. Isso reflete primordialmente o escoamento de empresas como parte da estratégia não-central. Excluindo os ativos espanhóis detidos para venda, a exposição líquida patrimonial foi de £2.383m (2013: £22.498m).

#### Soberano

£108 (2013: £184) amplamente constituído por participações em obrigações do estado detidas a justo valor através de ganho e perda.

#### Instituições financeiras

£13,982m (2013: £857m) detidos a justo valor através de ganhos e perdas, primordialmente ativos espanhóis reclassificados para detidos para venda relacionados com a venda do negócio para o CaixaBank. Excluindo os ativos espanhóis detidos para venda, a exposição foi de £866m (2013: £857m)

£51m (2013: £163m) investimentos AFS com £3m (2013: £4m) de ganhos acumulados detidos em reserva AFS.

#### Hipotecas residenciais, créditos empresariais e outros créditos a retalho

A queda significativa nas hipotecas residenciais para £12m (2013: £12.537m), nas empresariais para £475m (2013: £2.290m) e outros créditos a retalho para £248m (2013: £2.292m) é primordialmente resultado da reclassificação dos ativos espanhóis detidos para venda para a categoria de Instituição Financeira.

#### Nota

a 'Custo' refere-se ao justo valor do ativo no seu reconhecimento, menos qualquer imparidade registada. 'reserva AFS' é o justo valor acumulado de ganho ou perda nos ativos que é mantido no capital próprio. 'Total' é o justo valor dos ativos na data de balanço.

## Itália (auditado)

A 31 de dezembro	Carteira de negociação			Derivados			Designado pelo justo valor	Total		
	Ativos	Passivos	Líquido	Ativos	Passivos	Gara ntia em	Líquido	Ativos	2014	2013
	M	M€	M€	M€	M	M€	M€	M€	M€	M€
Soberano	2.191	(2.191)	-	1.783	(91)	-	1.692	-	1.692	1.399
Instituições financeiras	246	(81)	165	5.134	(3.636)	(1.498)	-	244	409	305
Corporativo	306	(99)	207	470	(211)	(187)	72	143	422	592

A 31 de dezembro	Custos amortizados - empréstimos e adiantamentos			Passivos contingentes e compromissos extrapatrimoniais		Justo valor através de OCI - investimentos disponíveis para venda (AFS)				
	Imparidade provisões		Total 2014	Total 2013	2014	2013	Custo	AFS reserva	2014 Total	2013 Total
	Bruto	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€
Soberano	-	-	-	-	-	-	21	3	24	157
Instituições financeiras	22	(1)	21	50	200	361	52	3	55	63
Hipotecas residenciais	13.679	(149)	13.530	15.295	18	25	-	-	-	-
Corporativo	797	(123)	674	858	2.806	2.069	34	(2)	32	29
Outros empréstimos de	1.248	(134)	1.114	1.881	9	669	-	-	-	-

A exposição líquida total à Itália caiu 12% para M€21.006, refletindo primordialmente uma queda de M€1.765m em hipotecas residenciais, devido à liquidação da carteira existente e a redução de novos créditos empresariais

### Soberano

Aumento em M€160 para M€1,716 resultante do aumento das posições líquidas de derivativos.

### Hipotecas residenciais

M€13,530 (2013: M€15,295) garantidos por propriedade residencial com o saldo médio ponderado avaliado a preço de mercado LTV de 60% (2013: 60%) e cobertura CRL de 24% (2013: 24%); e

- as taxas a 90 dias de atraso e de créditos duvidosos brutos mantinham-se estáveis a 1.2% (2013: 1.1%) e as taxas de créditos duvidosos brutos melhoraram para 0.7% (2013: 0,7%) respectivamente.

### Corporativo

- M€674 (2013: M€858) de empréstimos e adiantamentos focados em grandes clientes empresariais com exposição limitada ao setor imobiliário; e
- O saldo do Sistema de Alerta Precoce (early warnin list EWL) caiu de M€400 para M€109, perante um cenário de imparidade limitada e as medidas melhoradas de boa contabilização. Os saldos EWL expressos em percentagem de empréstimos e adiantamentos foram de 13,6% (dezembro: 2013: 40%).

### Outros empréstimos de retalho

M€592 £ (2013: M€982) em créditos de adiantamentos de salário Italianos, sendo o reembolso deduzido na fonte por funcionários qualificados e o Grupo está assegurado no caso de terminação de contrato ou morte. Taxas de atrasos (30 e 90 dias) em créditos de salários melhorou para 2,0% (2013: 2,2%) e 0,8% (2013: 1.0%) respetivamente, enquanto as taxas de créditos duvidosos agravaram para 18.7% (2013: 13.8%).

M€142 (2013: M€394) de cartões de crédito e outros empréstimos não garantidos.

### Nota

a 'Custo' refere-se ao justo valor do ativo no seu reconhecimento, menos qualquer imparidade registada. 'reserva AFS' é o justo valor acumulado de ganho ou perda nos ativos que é mantido no capital próprio. 'Total' é o justo valor dos ativos na data de balanço.

# Análise de risco

## Desempenho de Risco

### Risco de crédito:

#### Portugal (auditado)

	Carteira de negociação			Derivados			Designado pelo justo valor		Total	
	Ativos	Passivos	Líquido	Ativos	Passivos	Garantia em moeda	Líquido	Ativos	2014	2013
A 31 de dezembro	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€
Soberano	126	(62)	64	60	(60)	-	-	-	64	21
Instituições financeiras	18	(14)	4	62	(62)	-	-	-	4	13
Corporativo	71	(2)	69	24	(5)	-	19	-	88	61

A 31 de dezembro	Custos amortizados - empréstimos e adiantamentos				Passivos contingentes e compromissos extrapatrimoniais através de OCI - investimento disponível para venda a				Justo valor	
	Imparidade		Total 2014	Total 2013	2014	2013	Custo Reserva AFS		Total 2014	Total 2013
	Bruto	provisões					M€	M€		
	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€
Soberano	36	(9)	27	41	-	-	13	1	14	310
Instituições financeiras	1	-	1	23	4	1	2	-	2	2
Hipotecas residenciais	3.042	(47)	2.995	3.413	4	11	-	-	-	-
Corporativo	689	(278)	411	765	646	627	32	-	32	65
Outros empréstimos de	1.354	(147)	1.207	1.548	977	1.649	-	-	-	-

Exposição líquida total a Portugal caiu 24% para M€6,476, refletindo a queda de M€1,149 em empréstimos e adiantamentos devido ao decréscimo em créditos com parte da estratégia não-central.

#### Soberano

Exposições soberanas decresceram M€105 (2013: M€372) devido à alienação de títulos do Estado AFS.

#### Hipotecas residenciais

- M€2,995 (2013: M€3,413) garantidos por propriedade residencial com o saldo médio ponderado LTV de 75% (2013: 76%) e cobertura CRL de 27% (2013: 34%); e
- As taxas para vencimentos de 90 dias e recuperações mantiveram-se estáveis a 0.5% (2013: 0,5%) e 3,6% (2013: 3,4%) respetivamente.

#### Corporativo

Empréstimos líquidos a empresas de M€411 (2013: M€765), com CRLs de M€376 (2013: M€548), provisões por imparidade de M€278 (2013: M€352) e cobertura CRL de 74% (2013: 64%).

Empréstimos líquidos à indústria de propriedade e construção de M€120 (2013: M€217) garantidos, em parte, contra ativos imobiliários, com CRLs de M€178 (2013: M€281), concessão por imparidade de M€129 (2013: M€183) e cobertura CRL de 72% (2013: 65%). Os b relativos à EWL decresceram M€330 para M€458 durante 2014 devido ao foco crescente nos balanços de recuperação.

#### Outros empréstimos de retalho

M€785 (2013: M€890) em cartões de crédito e empréstimos sem garantia. As taxas a 30 dias em carteira de cartões agravaram para 6.0% (2013: 4.9%) e as taxas de créditos duvidosos eram 10.7% (2013: 8,2%).

#### Análise de exposições indiretas

A Exposição indireta a soberanos pode surgir através de várias fontes diferentes, incluindo derivados de crédito que têm a dívida soberana como referência; garantias a fundos de poupança ou investimento que mantêm risco soberano; empréstimos a instituições financeiras que mantêm elas próprias exposição a soberanos e garantias, implícitas ou explícitas, dos soberanos às contrapartes do Grupo. A análise geográfica e industrial dos empréstimos e adiantamentos do Grupo, incluindo os créditos às contrapartes europeias por tipo, está representada nas páginas 148 e 149 do Relatório Anual do Barclays PLC.

#### Nota

a 'Custo' refere-se ao justo valor do ativo no seu reconhecimento, menos qualquer imparidade registada. 'reserva AFS' é o justo valor acumulado de ganho ou perda nos ativos que é mantido no capital próprio. 'Total' é o justo valor dos ativos na data de balanço.

#### Derivados de crédito com referência a dívida soberana

O Grupo entra em acordos de mitigação de crédito (principalmente swaps de incumprimento de crédito e swaps de rendimento total) para os quais o ativo de referência é a dívida pública. Para Espanha, Itália e Portugal, estes têm o efeito líquido de reduzir a exposição do Grupo no caso de incumprimento soberano. É apresentada abaixo uma análise dos derivados de crédito do Grupo com a dívida soberana como referência

	Espanha M€	Itália M€	Portugal M€	Irlanda M€	Chipre M€	Grécia M€
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>						
Justo valor						
- Compra	(48)	91	27	(30)	2	18
- Venda	53	(61)	(22)	25	(2)	(21)
<b>Justo Valor líquido derivados</b>	<b>5</b>	<b>30</b>	<b>5</b>	<b>(5)</b>	<b>-</b>	<b>(3)</b>
<b>Valor nocional do contrato</b>						
- Compra	(5.308)	(11.735)	(2.283)	(1.730)	(18)	(65)
- Venda	5.264	10.766	2.171	1.758	16	73
<b>Derivativo líquido valor nocional</b>	<b>(44)</b>	<b>(969)</b>	<b>(112)</b>	<b>28</b>	<b>(2)</b>	<b>8</b>
<b>Proteção líquida dos derivados de crédito em caso de incumprimento soberano (justo valor nocional)</b>						
	(39)	(939)	(107)	23	(2)	5
<b>A 31 de dezembro de 2013</b>						
<b>Proteção líquida de derivados de crédito, em caso de incumprimento soberano (justo valor nocional menor)</b>						
	(18)	(533)	(23)	62	-	-

Os justos valores e valores nominais de ativos e passivos derivados de crédito seriam mais baixos que o reportado ao abrigo do IFRS se fosse permitida a liquidação de ativos e passivos com a mesma contraparte ou para os quais mantemos ativos de capital. É apresentada abaixo uma análise dos efeitos de tal liquidação.

	Espanha M€	Itália M€	Portugal M€	Irlanda M€	Chipre M€	Grécia M€
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>						
Justo valor						
- Compra	(19)	59	19	(16)	1	17
- Venda	24	(29)	(14)	11	(1)	(20)
<b>Justo Valor líquido derivados</b>	<b>5</b>	<b>30</b>	<b>5</b>	<b>(5)</b>	<b>-</b>	<b>(3)</b>
<b>Valor nocional do contrato</b>						
- Compra	(2.317)	(5.204)	(1.038)	(688)	(15)	(62)
- Venda	2.273	4.235	926	716	13	70
<b>Derivativo líquido valor nocional</b>	<b>(44)</b>	<b>(969)</b>	<b>(112)</b>	<b>28</b>	<b>(2)</b>	<b>8</b>
<b>Proteção líquida dos derivados de crédito em caso de incumprimento soberano (justo valor nocional)</b>						
	(39)	(939)	(107)	23	(2)	5
<b>A 31 de dezembro de 2013</b>						
<b>Proteção líquida de derivados de crédito, em caso de incumprimento soberano (justo valor nocional menor)</b>						
	(18)	(533)	(23)	62	-	-

Os derivados de crédito são contratos sob os quais o risco de incumprimento de um ativo (ativo de referência) é transferido do comprador para o vendedor do contrato de derivado de crédito. Os derivados de crédito que têm como referência os ativos soberanos são comprados e vendidos para suportar as transações do cliente e para propósitos de gestão de risco. O montante nocional do contrato representa a dimensão dos contratos derivados de crédito que foram comprados ou vendidos, enquanto o justo valor representa a mudança no valor do ativo de referência. A exposição ou proteção líquida de derivados de crédito no caso da quantia de incumprimento soberano representar uma compra ou venda líquida de seguro pelo Grupo. Este seguro reduz ou aumenta a exposição total do Grupo e deve ser considerado juntamente com as exposições diretas divulgadas nas páginas anteriores.

# Análise de risco

## Desempenho de Risco

### Risco de crédito:

#### Concentrações Industriais

A de 31 de dezembro de 2014, a concentração industrial dos ativos do Grupo continuou consistente ano após ano. 49% (2013: 49%) do total de ativos estava concentrado para os bancos e outras instituições financeiras, com predominância nos instrumentos financeiros derivados, que aumentaram durante o ano. A proporção do balanço geral concentrado nos Estados e bancos centrais manteve-se estável em 11% (2013: 12%) e nos créditos de habitação em 12% (2013: 13%).

#### Concentrações de risco de crédito por indústria (auditado)

A 31 de dezembro 2014	Bancos M€	Outras Instituições financeiras M€	Manufaturaçã M€	Construção e imobiliários M€	Estado e banco central M€	Energia e água M€	Grosso e retalho e lazer M€	Comércio e outros serviços M€	Crédito de habitação M€	Cartões, créditos não garantidos e outros créditos pessoais M€	Outros M€	Total M€
<b>O Grupo</b>												
<b>Rubricas patrimoniais:</b>												
Caixa e disponibilidades nos bancos centrais	-	-	-	-	39.695	-	-	-	-	-	-	39.695
Itens em fase de cobrança de outros bancos	1.210	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.210
Ativos da carteira de negociação	2.932	17.718	1.466	593	39.201	2.745	385	2.751	-	-	937	68.728
Ativos financeiros designados pelo justo valor	5.113	1.548	70	9.358	10.378	73	207	3.127	393	-	84	30.351
Instrumentos financeiros derivados	257.630	149.050	2.519	3.454	7.691	7.794	1.510	6.227	-	-	4.201	440.076
Empréstimos e adiantamentos a bancos	40.811	-	-	-	1.846	-	-	-	-	-	-	42.657
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	103.388	11.647	22.842	7.115	8.536	13.339	22.372	166.974	58.914	12.640	427.767
Compra com acordo de revenda e outros empréstimos garantidos similares	38.946	86.588	-	4.845	739	-	24	611	-	-	-	131.753
Títulos de dívida disponíveis para venda	11.135	8.365	68	45	61.341	194	27	4.084	-	-	293	85.552
Outros ativos	634	996	-	14	24	-	-	12	-	-	-	1.680
<b>Total de rubricas patrimoniais</b>	<b>358.411</b>	<b>367.653</b>	<b>15.770</b>	<b>41.151</b>	<b>168.030</b>	<b>19.342</b>	<b>15.492</b>	<b>39.184</b>	<b>167.367</b>	<b>58.914</b>	<b>18.155</b>	<b>1.269.469</b>
<b>Rubricas extra-patrimoniais:</b>												
Passivos contingentes	1.159	5.177	2.709	698	-	2.757	1.157	6.496	45	191	874	21.263
Créditos documentários e outras transações de curto-prazo relacionadas com comércio	470	12	197	14	-	1	218	62	55	28	34	1.091
Compra com acordo de revenda com início antecipado	2.128	11.724	-	-	4	-	-	-	-	-	-	13.856
Recursos de reserva, linhas de crédito e outros compromissos	2.643	29.645	28.589	11.449	2.400	24.830	12.771	24.534	16.119	110.091	13.244	276.315
<b>Total rubricas extrapatrimoniais</b>	<b>6.400</b>	<b>46.558</b>	<b>31.495</b>	<b>12.161</b>	<b>2.404</b>	<b>27.588</b>	<b>14.146</b>	<b>31.092</b>	<b>16.219</b>	<b>110.310</b>	<b>14.152</b>	<b>312.525</b>
<b>Total</b>	<b>364.811</b>	<b>414.211</b>	<b>47.265</b>	<b>53.312</b>	<b>170.434</b>	<b>46.930</b>	<b>29.638</b>	<b>70.276</b>	<b>183.586</b>	<b>169.224</b>	<b>32.307</b>	<b>1.581.994</b>

Concentrações de risco de crédito por indústria (auditado)

A 31 de dezembro 2013	Bancos	Outras instituições financeiras	Manuf atuação	Construç ão e imobiliári os	Estado e banco centr al	Energia e água	Grosso e retalho e lazer	Comércio e outros serviços	Crédito de habitação	Cartões, créditos não garantido s e outros créditos pessoais	Outro s	Total
	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€
Rubricas patrimoniais:												
Caixa e disponibilidades nos bancos centrais	-	-	-	-	45,687	-	-	-	-	-	-	45,687
Itens em fase de cobrança de outros bancos	1,174	-	-	-	108	-	-	-	-	-	-	1,282
Ativos da carteira de negociação	6,970	18,069	1,379	655	50,964	3,265	545	3,312	-	-	1,068	86,227
Ativos financeiros designados pelo justo valor	4,720	2,835	164	8,589	5,613	162	327	3,038	-	-	90	25,538
Instrumentos financeiros derivados	219,505	103,690	1,783	2,621	6,630	8,334	1,692	3,733	-	17	2,455	350,460
Empréstimos e adiantamentos a bancos	37,788	-	-	-	2,034	-	-	-	-	-	-	39,822
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	103,170	10,343	23,951	4,992	7,452	12,864	20,069	179,527	52,715	19,154	434,237
Compra com acordo de revenda e outros empréstimos garantidos similares	62,180	116,148	-	1,083	6,019	-	23	1,326	-	-	-	186,779
Titulos de dívida disponíveis para venda	15,625	12,817	25	97	56,780	-	21	5,435	-	-	498	91,298
Outros ativos	470	1,295	-	17	82	-	-	134	-	-	-	1,998
<b>Total de rubricas patrimoniais</b>	<b>348,432</b>	<b>358,024</b>	<b>13,694</b>	<b>37,013</b>	<b>178,909</b>	<b>19,213</b>	<b>15,472</b>	<b>37,047</b>	<b>179,527</b>	<b>52,732</b>	<b>23,265</b>	<b>1,263,328</b>
Rubricas extra-patrimoniais:												
Passivos contingentes	1.620	4.783	2.243	882	302	2.275	1.391	4.709	9	295	1.166	19.675
Créditos documentários e outras transações de curto-prazo relacionadas com comércio	270	4	51	10	-	9	181	171	-	82	2	780
Compra com acordo de revenda com início antecipado	13.884	5.650	-	-	2	-	-	400	-	-	-	19.936
Recursos de reserva, linhas de crédito e outros compromissos	1.886	29.348	24.381	8.935	2.839	23.765	13.221	17.474	18.751	102.088	12.167	254.855
<b>Total extrapatrimonial</b>	<b>17.660</b>	<b>39.785</b>	<b>26.675</b>	<b>9.827</b>	<b>3.143</b>	<b>26.049</b>	<b>14.793</b>	<b>22.754</b>	<b>18.760</b>	<b>102.465</b>	<b>13.335</b>	<b>295.246</b>
<b>Total</b>	<b>366.092</b>	<b>397.809</b>	<b>40.369</b>	<b>46.840</b>	<b>182.052</b>	<b>45.262</b>	<b>30.265</b>	<b>59.801</b>	<b>198.287</b>	<b>155.197</b>	<b>36.600</b>	<b>1.558.574</b>

# Análise de risco

## Desempenho de Risco

### Risco de crédito:

#### Concentrações de risco de crédito por indústria (auditado)

A 31 de dezembro  
2014

	Bancos M€	Outras Instituições financeiras M€	Manuf aturação M€	Construç ão e imobiliári os M€	Estado M€	Energia e água M€	Grosso e retalho e lazer M€	Comércio e outros serviços M€	Crédito de habitação M€	Cartões, créditos não garantido s e outros créditos pessoais M€	Outro s M€	Total M€
<b>O Banco</b>												
Rubricas patrimoniais:												
Caixa e disponibilidades nos bancos centrais	-	-	-	-	35.469	-	-	-	-	-	-	35.469
Itens em fase de cobrança de outros bancos	801	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	801
Ativos da carteira de negociação	1.982	8.214	1.108	451	25.036	2.347	314	1.814	-	-	832	42.098
Ativos financeiros designados pelo justo valor	3.108	15.649	35	9.104	9.416	55	134	2.975	383	-	5	40.864
Instrumentos financeiros derivados	255.744	137.763	2.532	3.453	7.690	7.792	1.508	5.895	-	-	4.188	426.565
Empréstimos e adiantamentos a bancos	56.008	-	-	-	1.430	-	-	-	-	-	-	57.438
Empréstimos e adiantamentos a clientes	204	161.978	9.693	20.408	6.866	8.055	11.561	17.002	150.896	33.234	9.917	429.814
Compra com acordo de revenda e outros empréstimos garantidos similares	21.471	80.264	-	164	607	-	23	295	-	-	-	102.824
Títulos de dívida disponíveis para venda	10.793	7.402	6	3	55.918	-	9	4.057	-	-	176	78.364
Outros ativos	62	15.044	-	5	21	-	5	308	-	113	-	15.558
<b>Total de rubricas patrimoniais</b>	<b>350.173</b>	<b>426.314</b>	<b>13.374</b>	<b>33.588</b>	<b>142.453</b>	<b>18.249</b>	<b>13.554</b>	<b>32.346</b>	<b>151.279</b>	<b>33.347</b>	<b>15.118</b>	<b>1.229.795</b>
Rubricas extra-patrimoniais:												
Passivos contingentes	977	4.169	2.665	654	-	2.737	1.062	4.274	45	190	818	17.591
Créditos documentários e outras atividades de curto-prazo relacionadas com	465	12	155	12	-	-	193	35	55	28	-	955
Compra com acordo de revenda com início antecipado	444	10.964	-	-	4	-	-	-	-	-	-	11.412
Recursos de reserva, linhas de crédito e outros compromissos	1.813	33.775	27.162	10.088	2.400	24.229	12.052	21.773	16.107	58.685	12.451	220.535
<b>Total rubricas extrapatrimoniais</b>	<b>3.699</b>	<b>48.920</b>	<b>29.982</b>	<b>10.754</b>	<b>2.404</b>	<b>26.966</b>	<b>13.307</b>	<b>26.082</b>	<b>16.207</b>	<b>58.903</b>	<b>13.269</b>	<b>250.493</b>
<b>Total</b>	<b>353.872</b>	<b>475.234</b>	<b>43.356</b>	<b>44.342</b>	<b>144.857</b>	<b>45.215</b>	<b>26.861</b>	<b>58.428</b>	<b>167.486</b>	<b>92.250</b>	<b>28.387</b>	<b>1.480.288</b>

## Concentrações de risco de crédito por indústria (auditado)

A 31 de dezembro  
2013

	Bancos M€	Outras Instituições financeiras M€	Manufaturaçã M€	Construção e imobiliários M€	Estado e banco central M€	Energia e água M€	retalho e lazer Grosso e M€	Comércio e outros serviços M€	Crédito de habitação M€	Cartões, créditos não garantidos e outros créditos pessoais M€	Outros M€	Total M€
<b>O Banco</b>												
<b>Rubricas patrimoniais:</b>												
Caixa e disponibilidades nos bancos centrais	-	-	-	-	42,139	-	-	-	-	-	-	42,139
Itens em fase de cobrança de outros bancos	992	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	992
Ativos da carteira de negociação	6,418	6,779	650	524	35,432	2,749	311	2,455	-	-	731	56,049
Ativos financeiros designados pelo justo valor	2,947	60,375	163	8,506	5,290	134	194	2,971	-	-	13	80,593
Instrumentos financeiros derivados	218,809	99,435	1,835	2,621	6,631	8,325	1,678	3,762	-	3	2,335	345,434
Empréstimos e adiantamentos a bancos	50,067	-	-	-	1,583	-	-	-	-	-	-	51,650
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	192,787	8,900	20,122	4,651	6,519	11,481	24,822	149,974	32,969	10,358	462,583
Compra com acordo de revenda e outros empréstimos garantidos similares	37,560	100,504	-	59	3,597	-	-	975	-	-	-	142,695
Títulos de dívida disponíveis para venda	12,810	11,870	25	65	52,032	-	13	4,740	-	-	497	82,052
Outros ativos	43	15,523	-	5	70	-	-	117	-	-	-	15,758
<b>Total de rubricas patrimoniais</b>	<b>329,646</b>	<b>487,273</b>	<b>11,573</b>	<b>31,902</b>	<b>151,425</b>	<b>17,727</b>	<b>13,677</b>	<b>39,842</b>	<b>149,974</b>	<b>32,972</b>	<b>13,934</b>	<b>1,279,945</b>
<b>Rubricas extra-patrimoniais:</b>												
Passivos contingentes	1.428	5.066	2.060	751	33	2.278	1.247	4.870	-	275	1.602	19.610
Créditos documentários e outras transações de curto-prazo	270	-	42	-	-	-	134	42	-	82	-	570
relacionadas com a compra com acordo de revenda com início antecipado	10.331	315	-	-	2	-	-	400	-	-	-	11.048
Recursos de reserva, linhas de crédito e outros compromissos	2.672	30.606	22.733	8.536	2.832	23.173	10.855	17.229	16.053	59.870	11.694	206.253
<b>Total rubricas extrapatrimoniais</b>	<b>14.701</b>	<b>35.987</b>	<b>24.835</b>	<b>9.287</b>	<b>2.867</b>	<b>25.451</b>	<b>12.236</b>	<b>22.541</b>	<b>16.053</b>	<b>60.227</b>	<b>13.296</b>	<b>237.481</b>
<b>Total</b>	<b>344.348</b>	<b>523.260</b>	<b>36.408</b>	<b>41.189</b>	<b>154.292</b>	<b>43.178</b>	<b>25.913</b>	<b>62.383</b>	<b>166.027</b>	<b>93.199</b>	<b>27.230</b>	<b>1.517.426</b>

# Análise de risco

## Desempenho de Risco

### Risco de crédito:

#### Análise de empréstimos em situação problemática

Vencido

#### Análise da antiguidade de empréstimos e adiantamentos vencidos (auditado)

As seguintes tabelas apresentam uma análise de antiguidade de empréstimos e adiantamentos vencidos mas não em imparidade e empréstimos que estão avaliados como em imparidade. Estes empréstimos são refletidos nas tabelas de qualidade de crédito do balanço nas páginas 71 a 74 como sendo de Alto Risco.

#### Empréstimos e adiantamentos vencidos mas sem imparidade (auditado)

Em 31 de dezembro de 2014	Vencido até 1 mês	Vencido a 1-2 meses	Vencido a 2-3 meses	Vencido a 3-6 meses e meses	Vencidos	Total
	M€	M€	M€	M€	M€	M€
<b>O Grupo</b>						
Empréstimos e adiantamentos designados pelo justo	594	48	1	-	33	676
Crédito de habitação	46	6	17	135	230	434
Cartões de crédito, créditos sem garantia e outros	64	29	14	139	194	440
Crédito a empresas	7.204	630	874	190	387	9.285
<b>Total</b>	<b>7.908</b>	<b>713</b>	<b>906</b>	<b>464</b>	<b>844</b>	<b>10.835</b>
<b>O Banco</b>						
Empréstimos e adiantamentos designados pelo justo	479	48	1	-	26	554
Crédito de habitação	23	6	12	72	204	317
Cartões de crédito, créditos sem garantia e outros	56	28	6	81	174	345
Crédito a empresas	5.705	592	883	123	463	7.766
<b>Total</b>	<b>6.263</b>	<b>674</b>	<b>902</b>	<b>276</b>	<b>867</b>	<b>8.982</b>

#### Empréstimos e adiantamentos vencidos mas sem imparidade (auditado)

A 31 de dezembro de 2013	Vencido até 1 mês	Vencido a 1-2 meses	Vencido a 2-3 meses	Vencido a 3-6 meses e mais	Vencido a 6 meses e mais	Total
	M€	M€	M€	M€	M€	M€
<b>O Grupo</b>						
Empréstimos e adiantamentos designados pelo	113	45	9	10	170	347
Crédito de habitação	36	5	19	76	51	187
Cartões de crédito, créditos sem garantia e outros	103	37	16	56	109	321
Crédito a empresas	4.210	407	308	248	407	5.580
<b>Total</b>	<b>4.462</b>	<b>494</b>	<b>352</b>	<b>390</b>	<b>737</b>	<b>6.435</b>
<b>O Banco</b>						
Empréstimos e adiantamentos designados pelo	113	26	-	-	71	210
Crédito de habitação	22	5	14	38	18	97
Cartões de crédito, créditos sem garantia e outros	60	3	7	21	92	183
Crédito a empresas	3.364	308	214	185	322	4.393
<b>Total</b>	<b>3.559</b>	<b>342</b>	<b>235</b>	<b>244</b>	<b>503</b>	<b>4.883</b>

### Análise de empréstimos e adiantamentos avaliados com imparidade (auditado)

As seguintes tabelas apresentam uma análise da antiguidade dos empréstimos e adiantamentos com imparidade coletiva, empréstimos com imparidade individual total, e provisão de imparidade total.

#### Empréstimos e adiantamentos avaliados com imparidade

	Vencido até 1 mês	Vencido a 1-2 meses	Vencido a 2-3 meses	Vencido a 3-6 meses	Vencidos 6 meses e mais	Total	Individual mente Imparidade	Total
	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>								
<b>O Grupo</b>								
Crédito de habitação	5.155	1.424	335	470	1.050	8.434	455	8.889
Cartões de crédito, créditos sem garantia e outros créditos de retalho	1.196	738	299	532	2.225	4.990	800	5.790
Crédito a empresas	284	30	24	25	148	511	2.679	3.190
<b>Total</b>	<b>6.635</b>	<b>2.192</b>	<b>658</b>	<b>1.027</b>	<b>3.423</b>	<b>13.935</b>	<b>3.934</b>	<b>17.869</b>
<b>O Banco</b>								
Crédito de habitação	4.444	1.320	274	406	591	7.035	412	7.447
Cartões de crédito, créditos sem garantia e outros créditos de retalho	571	541	161	314	1.750	3.337	265	3.602
Crédito a empresas	278	27	23	25	113	466	2.123	2.589
<b>Total</b>	<b>5.293</b>	<b>1.888</b>	<b>458</b>	<b>745</b>	<b>2.454</b>	<b>10.838</b>	<b>2.800</b>	<b>13.638</b>

#### Empréstimos e adiantamentos avaliados com imparidade

	Vencido até 1 mês	Vencido a 1-2 meses	Vencido a 2-3 meses	Vencido a 3-6 meses	Vencido a 6 meses e mais	Total	Individualmen te avaliado para	Total
	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€
<b>A 31 de dezembro de 2013</b>								
<b>O Grupo</b>								
Crédito de habitação	5.726	2.161	667	728	1.818	11.100	510	11.610
Cartões de crédito, créditos sem garantia e outros créditos de retalho	1.589	1.029	411	632	2.866	6.527	1.548	8.075
Crédito a empresas	1.047	40	35	59	400	1.581	3.892	5.473
<b>Total</b>	<b>8.362</b>	<b>3.230</b>	<b>1.113</b>	<b>1.419</b>	<b>5.084</b>	<b>19.208</b>	<b>5.950</b>	<b>25.158</b>
<b>O Banco</b>								
Crédito de habitação	5.285	1.553	444	583	731	8.596	467	9.063
Cartões de crédito, créditos sem garantia e outros créditos de retalho	853	591	177	326	2.061	4.008	178	4.186
Crédito a empresas	1.033	33	22	39	140	1.267	2.510	3.777
<b>Total</b>	<b>7.171</b>	<b>2.177</b>	<b>643</b>	<b>948</b>	<b>2.932</b>	<b>13.871</b>	<b>3.155</b>	<b>17.026</b>

Para uma análise mais profunda de empréstimos e adiantamentos com diferentes análises de gestão, consulte o Relatório Anual do Barclays PLC:

- Análise da carteira de empréstimo por gross e de retalho nas páginas 157 a 165
- Análise por indústria e geografia nas páginas 148 a 149
- Análise por negócio nas páginas 229 a 244
- Análise por classe de ativo nas páginas 164 a 165
- Empréstimos de potencial risco de crédito na página 172
- Diferimento páginas 167 a 171

# Análise de risco

## Desempenho de Risco

### Imparidade

Provisões por imparidade (auditado)

As provisões por imparidade caíram 25% para M£5.455, primordialmente nos créditos empresariais, como resultado da reclassificação dos empréstimos espanhóis, agora detidos para venda, e o abate da exposição de titular único no BNC.

#### Movimentos na provisão para imparidade por classe de ativo (auditado)

	No início do ano	Aquisições e alienações	Efeito do desconto	Câmbio e outros ajustes	Montantes anulados	Recuperações	Montantes imputados à declaração de rendimentos	Saldo em 31 dez
	M£	M£	M£	M£	M	M£	M£	M£
<b>2014</b>								
<b>O Grupo</b>								
Crédito de habitação	788	-	(23)	(200)	(191)	17	156	547
Cartões de crédito, créditos sem garantia e outros créditos de retalho	3.603	13	(116)	(307)	(1.679)	126	1.705	3.345
Crédito a empresas	2.867	-	(14)	(540)	(1.167)	78	339	1.563
<b>Total provisão imparidade</b>	<b>7.258</b>	<b>13</b>	<b>(153)</b>	<b>(1.047)</b>	<b>(3.037)</b>	<b>221</b>	<b>2.200</b>	<b>5.455</b>
<b>O Banco</b>								
Crédito de habitação	355	-	(7)	(15)	(40)	3	98	394
Cartões de crédito, créditos sem garantia e outros créditos de retalho	2.355	16	(99)	(37)	(1.091)	92	1.033	2.269
Crédito a empresas	1.863	-	(5)	(48)	(840)	72	159	1.201
<b>Total provisão imparidade</b>	<b>4.573</b>	<b>16</b>	<b>(111)</b>	<b>(100)</b>	<b>(1.971)</b>	<b>167</b>	<b>1.290</b>	<b>3.864</b>

#### Movimentos na provisão por imparidade por classe de ativo (auditado)

	No início do ano	Aquisições e alienações	Efeito do desconto	Câmbio e outros ajustes	Montantes anulados	Recuperações	Montantes imputados à declaração de rendimentos	Saldo em 31 dez
	M£	M£	M£	M£	M	M£	M£	M£
<b>2013</b>								
<b>O Grupo</b>								
Crédito de habitação	855	-	(38)	(147)	(199)	30	287	788
Cartões de crédito, créditos sem garantia e outros créditos de retalho	3.780	(5)	(132)	50	(2.050)	123	1.837	3.603
Crédito a empresas	3.164	-	(9)	(163)	(1.094)	48	921	2.867
<b>Total provisão imparidade</b>	<b>7.799</b>	<b>(5)</b>	<b>(179)</b>	<b>(260)</b>	<b>(3.343)</b>	<b>201</b>	<b>3.045</b>	<b>7.258</b>
<b>O Banco</b>								
Crédito de habitação	295	-	(8)	(5)	(52)	3	122	355
Cartões de crédito, créditos sem garantia e outros créditos de retalho	2.717	-	(106)	189	(1.626)	75	1.106	2.355
Crédito a empresas	3.830	-	(3)	(366)	(2.652)	37	1.017	1.863
<b>Total provisão imparidade</b>	<b>6.842</b>	<b>-</b>	<b>(117)</b>	<b>(182)</b>	<b>(4.330)</b>	<b>115</b>	<b>2.245</b>	<b>4.573</b>

# Análise de risco

## Desempenho de risco

### Risco de mercado

#### Análise do risco de mercado

O risco de mercado consiste no risco de uma redução de lucros ou capital devido à volatilidade das posições da carteira de negociações, ou à incapacidade de cobrir o balanço da carteira bancária.

Esta secção contém informações fundamentais que descrevem o perfil de risco de mercado do Grupo, destacando as medidas regulamentares, bem como as de gestão.

#### Principais indicadores

As medidas de risco do mercado de transações, tais como o Valor em Risco, registaram um decréscimo devido à baixa volatilidade e à redução de risco nos negócios do BNC

Registámos um rendimento inferior devido a uma menor atividade e uma redução em medidas de risco associadas

**98%**

dos dias geraram receitas de transações positivas

**-24%**

de redução do valor de gestão em risco

**-22%**

de redução da receita diária média

Medidas de risco de mercado não referentes a transações sugerem uma elevada sensibilidade a uma alteração das taxas de juros, com uma exposição cambial estrutural estável

**55%**

de aumento do impacto positivo no resultados de juros líquidos antes de impostos de um aumento de 100bps na taxa de juro

# Análise de risco

## Desempenho de risco

### Risco de mercado

As informações na secção de risco de mercado do Barclays Bank PLC foram elaboradas para satisfazer requisitos legais e regulamentares. Onde existirem informações adicionais no Relatório Anual do Barclays PLC, é facultada uma referência às páginas relevantes do Relatório Anual do Barclays PLC, disponível em: [Grupo.barclays.com/about-barclays/investor-relations/annual-reports](http://Grupo.barclays.com/about-barclays/investor-relations/annual-reports).

O risco de mercado consiste no risco de uma redução de lucros ou capital devido à volatilidade das posições da carteira de negociações, ou à impossibilidade de cobrir o balanço da carteira bancária.

Salvo indicação em contrário, todas as informações nesta secção (páginas 91-97) não se encontram auditadas.

#### Resumo do desempenho no período

O Grupo registou uma diminuição do risco de mercado, devido à menor volatilidade em certos mercados financeiros e à redução do risco em atividades secundárias.

Medidas de risco de mercado comercial, tais como o Valor em Risco, registaram um decréscimo durante o ano devido à baixa volatilidade e à redução de risco nos negócios do BNC:

Esta situação traduziu-se numa menor volatilidade nas receitas de negociação diárias, conforme se encontra refletido no histograma de receitas de negociação disponível na página 93, não obstante um rendimento diário médio inferior comparativamente a 2013;

Os ativos ponderados pelo risco do risco de mercado baixaram em relação a 2013 como resultado de uma menor volatilidade e da redução dos ativos do BNC;

Os Ganhos Anuais em Risco (AEaR) referentes a choques decorrentes da taxa de juros, uma medida fundamental de risco de taxa de juros na carteira bancária (IRRBB), aumentaram em

em 2014, devido ao aumento dos saldos em contas correntes e uma melhoria na integralidade do modelo; e

Outros riscos de mercado, tais como riscos de pensão e de seguro, são apresentados na página 51.

#### Análise de risco de mercado de transações

Análise das medidas de gestão

As seguintes informações fornecem detalhes sobre medidas de gestão do risco de mercado. Para mais informações sobre medidas de gestão e as diferenças quando comparadas com medidas regulamentares, consulte as páginas 139 a 144 do Relatório do Barclays PLC (Pilar 3).

O quadro abaixo apresenta o VaR de gestão total do Grupo por classe de ativos, (ver página 139 do relatório do Barclays PLC (Pilar 3) relativamente a definições), assim como o impacto da diversificação. A maioria do VaR resulta do Banco de Investimento. São realizadas transações bancárias limitadas adicionais no Africa Banking em nome dos clientes. O VaR ocorre igualmente em Tesouraria no que se refere a determinados produtos (principalmente para fins de cobertura e liquidez). Por fim, certas posições históricas no BNC atraem VaR.

São aplicados limites para cada VaR de classe de ativos, bem como para o valor total dos ativos em risco, que podem ser consequentemente encadeados pelos gestores de risco a cada negócio.

Os valores de VaR de gestão no quadro abaixo incluem acréscimos, para melhor representarem o risco de mercado onde o modelo de VaR possa não representar totalmente alguns factores de risco. Para obter uma descrição de riscos não constantes em VaR (RNIVs), ver a página 144 do Relatório Barclays PLC (Pilar 3).

#### Os valores diários médios, máximos e mínimos de VaR de gestão

Para o exercício findo em 31 de dezembro

	2014			2013		
	Médio	Alto <sup>a</sup>	Baixo <sup>a</sup>	Médio	Alto <sup>a</sup>	Baixo <sup>a</sup>
	M€	M€	M€	M€	M€	M€
<b>VaR de Gestão (95%)</b>						
Risco de crédito	11	15	9	18	25	12
Risco de taxa de juro	11	17	6	13	24	6
Risco acionista	10	16	6	11	21	5
Risco de base	4	8	2	11	17	7
Risco de spread	4	8	3	11	21	5
Risco cambial	4	23	1	4	7	2
Risco de mercadorias	2	8	1	5	8	2
Risco de inflação	2	4	2	3	8	2
	(26)	n/a	n/a			
Efeito de diversificação				(47)	n/a	n/a
<b>VaR de gestão total</b>	<b>22</b>	<b>36</b>	<b>17</b>	<b>29</b>	<b>39</b>	<b>21</b>

Nota

a) Os efeitos de diversificação reconhecem que os prejuízos previstos de diferentes ativos ou negócios não deverão ocorrer simultaneamente, daí que a perda agregada prevista seja inferior à soma das perdas previstas em cada área. Para efeitos de avaliação, são tomadas em consideração as correlações históricas entre prejuízos. Os valores altos e baixos de VaR reportados para cada categoria não ocorreram necessariamente no mesmo dia, uma vez que o VaR alto e baixo é reportado no seu conjunto. Consequentemente, o equilíbrio do efeito de diversificação para os valores altos e baixos de VaR não seriam significativos, e, por isso, foram omitidos do quadro acima.

# Análise de risco

## Desempenho de risco

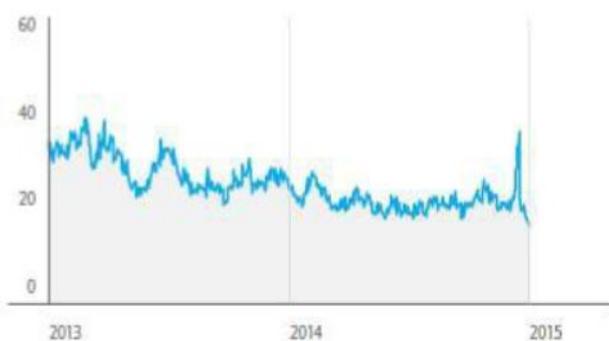
### Risco de mercado

O VaR de gestão médio para o Grupo diminuiu em 24% para 22M£, com todos os componentes do tipo de risco individual a sofrerem uma redução, sobretudo os riscos de crédito, de spread e de base. Os três principais responsáveis pelo VaR de Gestão médio foram o risco de crédito, o risco de taxa de juro, e o risco de capital.

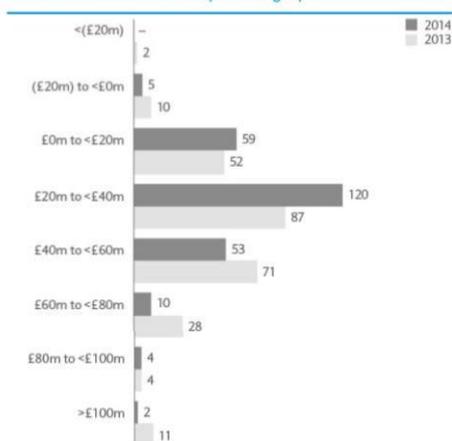
O VaR de risco de crédito médio diminuiu 39% para 11M£ refletindo a baixa volatilidade assente em baixos spreads de crédito. Os riscos de spread e o VaR de risco de base diminuíram em parte devido ao contexto de taxas de juro mais baixas. O VaR médio de mercadorias diminuiu em 60% para 2M£ principalmente em resultado de uma redução de risco em atividades secundárias. O VaR de Capital Médio manteve-se geralmente estável em relação ao ano anterior, tendo igualmente registado uma baixa volatilidade durante a maior parte do ano. O VaR Cambial Médio manteve-se geralmente estável durante o ano, contudo registou um pico de 23M£ em finais de dezembro de 2014 devido a um aumento nas posições mantidas por um curto espaço de tempo. O VaR Cambial caiu antes do final do ano quando as posições foram liquidadas. Consulte também o gráfico abaixo de VaR de gestão do Grupo.

O negócio manteve-se dentro dos limites de VaR de Gestão que foram reportados ao Comité de Risco Financeiro do Conselho (BFRC) em 2014, tanto para o VaR da classe de ativos como para o VaR total.

VaR de gestão do grupo



Receita diária das transações do grupo



O gráfico acima apresenta a distribuição da receita diária em 2014 e 2013. Relativamente a 2014, estão incluídas as receitas diárias de transações realizadas no Banco de Investimento (exceto para o Capital Privado e Principais Investimentos, Tesouraria, Africa Banking e BNC, conforme abordado nas páginas 148 a 155. Os negócios do BNC não abrangem transações para além das utilizações estratégicas. Para mais informações sobre o desempenho financeiro do BNC em 2014, ver a página 154.

As receitas diárias de transações incluem o ajuste de ganhos e perdas, realizados e não realizados, de transações intradiárias, comissões e taxas de consultoria. A medida de VaR acima não é concebida para ser reconciliada com a medida do conjunto de receitas provenientes das transações. O VaR apresenta a volatilidade de uma medida hipotética que reflete as alterações não realizadas de correções em posições, no pressuposto de que serão mantidas ao longo de um dia. O VaR permite aos gestores de risco conhecerem as implicações de risco das decisões atuais sobre a carteira de negócios.

A receita média diária diminuiu 22% para 32M£; no entanto, verificaram-se mais dias de receita positivos em 2014 do que em 2013, com 98% (2013: 97%) dos dias a gerar transações positivas. O gráfico apresenta uma variabilidade mais baixa dos níveis de receita diária, que se afigura coerente com a descida do VaR de gestão médio e volatilidade de mercado mais baixa.

O gráfico de VaR diário ilustra uma tendência decrescente em 2014. O aumento em finais de dezembro de 2014 está associado ao aumento das posições num mercado específico mantidas durante um breve período de tempo. O VaR diminuiu quando as posições foram liquidadas. Para mais informações sobre o VaR por classe de ativo, ver a página anterior.

# Análise de risco

## Desempenho de risco

### Risco de mercado

O quadro abaixo apresenta uma visão geral dos ativos e passivos das principais carteiras de negociação e VaR de gestão autónoma associado. O quadro apresenta ainda os ativos e passivos das principais carteiras de negociação no Banco de Investimento que são mais sensíveis ao risco de mercado. Estes incluem investimentos disponíveis para venda, títulos de dívida em emissão, instrumentos financeiros derivados e posições com outras instituições financeiras ao justo valor, acordos de recompra e ativos/passivos da carteira de negociação.

A reestruturação do negócio em Core (Principal) e BNC em 2014 alterou a estrutura da carteira. O VaR de gestão é apresentado para o quarto trimestre, o primeiro período completo desde a reestrutura.

#### Principais saldos ativos e passivos sujeitos ao risco de mercado

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014

	Descrição do negócio	Ativos (M€)	Passivos (M€)	Média no T4 de 2014 VaR de Gestão (M€)	Principal linha de item no balanço	Principal exposição de risco de mercado
<b>Carteira</b>						
Gestão do Capital do Cliente	A função gere essencialmente as exposições de risco de contraparte decorrentes de contratos de derivados.	102.610	99.821	11	Instrumentos financeiros derivados e acordos de recompra.	Cobertura do crédito da empresa, incluindo a exposição de risco de contrapartes em derivados.
Capitais	Permite a criação do mercado de capitais e serviços de gestão de risco para os clientes.	66.395	55.274	10	Ativos/passivos da carteira de negociação e instrumentos financeiros derivados e acordos de recompra.	Fornecer soluções derivadas aos clientes. O negócio apoia também a transação de títulos de capital, emissão em mercado primário e transações em bloco.
Crédito	Permite exposições do mercado a crédito específicas.	38.993	23.222	10	Instrumentos financeiros derivados e ativos/passivos de carteira de negociação e acordos de recompra.	A exposição ao risco aplica-se essencialmente a mercados de crédito
Tesouraria <sup>a</sup>	Fornecer financiamento e serviços de liquidez	31.715	34.219	9	Disponível para investimentos financeiros de vendas e títulos de dívida em emissão.	O principal serviço é a execução de transações de liquidez e financiamento.
Macro	Criador de mercado em mercados cambiais, de taxas, de mercadorias e locais.	118.791	119.302	8	Instrumentos financeiros derivados e ativos/passivos de carteira de negociação e acordos de recompra.	A exposição ao risco de mercado decorre da negociação de crédito incluindo a sindicância de obrigações, taxas de juros, criação e negociação de mercados cambiais e de mercadorias. A negociação é bastante diversificada pelo que representa um baixo risco.
Secundária	Gere ativos de operações secundárias.	351.247	328.859	4	Instrumentos financeiros derivados e acordos de recompra e ativos/passivos da carteira de negociação.	Exposições que o negócio tem conseguido reduzir
Outras sujeitas a VaR de gestão	Fornecer principalmente soluções financeiras	551	11.256	n/a	Títulos de dívida em emissão/dívidas emitidas.	A exposição ao risco é essencialmente a mercados de capital de dívida.
Outra, incluindo efeitos de diversificação	-	-	-	(30)	-	-
<b>Total sujeito a VaR de gestão</b>	-	<b>710.302</b>	<b>671.953</b>	<b>22</b>	-	-
Outro Banco de Investimento, Secundária e Sede	-	265.866	237.213	-	-	-
<b>Total Banco de Investimento, Secundária e Sede</b>	-	<b>976.168</b>	<b>909.166</b>	-	-	-

Nota

a) Os valores de Tesouraria contêm as posições da carteira bancária que serão tratadas no âmbito do risco de mercado não-transacionável em 2015

# Análise de risco

## Desempenho de risco

### Risco de mercado

De modo a fornecer uma estimativa da escala dos instrumentos do balanço que geram risco de mercado, conforme definido pelo Grupo para fins de gestão de risco, os ativos e passivos que se espera que venham a gerar risco de mercado foram agregados de acordo com as principais linhas de negócio. Salienta-se que devido a diferenças nos conjuntos de dados relativos ao risco de mercado e IFRS, foi possível incluir a informação sobre alguns ativos que não geram risco de mercado. O item 'Outros ativos' contém (i) linhas de negócio que são essencialmente definidas como carteira bancária, e (ii) itens de linha que não devem gerar risco de mercado.

O VaR de gestão é apresentado no percentil 95 para o quarto trimestre. Os riscos de mercado decorrentes das carteiras individuais acima apresentadas diversificam para fornecer o VaR de gestão total para o Banco de Investimento, BNC e Sede. Algumas funções como a Tesouraria e a Gestão de Capital do Cliente apresentam exposição como resultado do serviço que fornecem ao cliente em franchise, tais como a gestão de exposição da empresa ao incumprimento da contraparte, ou concedendo financiamento para realizar negócios.

#### Simulação de Esforço em Cenários de Negócios

Como parte do enquadramento de gestão de risco do Grupo, o desempenho das operações de negociação em cenários hipotéticos caracterizados por condições macroeconómicas graves é avaliado regularmente através da criação de seis cenários globais, que simulam, por exemplo, uma deterioração acentuada na liquidez, um abrandamento na economia global, ataques terroristas, uma recessão global e uma crise da dívida soberana periférica.

Tal como sucedeu em 2013, durante 2014 a análise do cenário mostrou que o maior impacto relacionado com o risco de mercado seria devido a uma deterioração acentuada na liquidez e um rápido abrandamento na economia global.

Para mais análises sobre as medidas regulamentares de VaR, SVaR, IRC e APR, consulte a página 179 do Relatório Anual do Barclays PLC.

#### Risco de mercado não transacionável

##### Sensibilidade dos resultados de juros líquidos

O quadro seguinte apresenta uma análise de sensibilidade dos resultados de juros líquidos antes de impostos para ativos financeiros e passivos financeiros não transacionáveis. A sensibilidade foi medida utilizando a metodologia de Resultados Anuais em Risco (AEaR) conforme descrito na página 145 do relatório do Barclays PLC (Pilar 3). A taxa de juro de referência para cada moeda é fixada em 31 de dezembro do mesmo ano. O efeito da cobertura estrutural é tido em conta. Os quadros abaixo mostram que caso ocorresse um aumento das taxas, os resultados de juros líquidos aumentariam; no entanto, esta análise não inclui os potenciais impactos nos encargos por imparidade devido ao efeito das taxas de juro na disponibilidade. Este efeito dependeria de um contexto económico mais vasto e tem o efeito oposto no lucro total.

As exposições da carteira bancária detidas ou emitidas pelo Banco de Investimento estão excluídas dos quadros de sensibilidade de taxa de juros uma vez que são medidas e administradas utilizando o VaR.

##### Sensibilidade de Resultados de juros líquidos (AEaR) por moeda

	31 de dezembro de 2014		31 de dezembro de 2013	
	+100 pontos	-100 pontos	+100 pontos	-100 pontos
	base	base	base	base
	M€	M€	M€	M€
<b>O Grupo</b>				
GBP	126	(373)	92	(199)
USD	25	(19)	9	(21)
EUR	(9)	24	(18)	(7)
ZAR	11	(8)	10	(9)
Outras	17	(8)	17	(7)
<b>Total</b>	<b>170</b>	<b>(384)</b>	<b>110</b>	<b>(243)</b>
Como percentagem do resultado de juros líquidos	1,40%	(3,16)%	0,94%	(2,09)%

##### Sensibilidade de Resultados de juros líquidos (AEaR) por moeda

	31 de dezembro de 2014		31 de dezembro de 2013	
	+100 pontos	-100 pontos	+100 pontos	-100 pontos
	base	base	base	base
	M€	M€	M€	M€
<b>O Banco</b>				
GBP	115	(294)	79	(180)
USD	10	(7)	3	(6)
EUR	(6)	16	(4)	(1)
ZAR	-	-	-	-
Outras	9	(4)	8	(4)
<b>Total</b>	<b>128</b>	<b>(289)</b>	<b>86</b>	<b>(191)</b>
Como percentagem do resultado de juros líquidos	1,46%	(3,30)%	0,94%	(2,10)%

Relativamente à sensibilidade de resultados de juros líquidos por unidade de negócios e análise de risco de mercado não transacionável utilizando capital económico, consulte a página 181 do Relatório Anual do Barclays PLC.

# Análise de risco

## Desempenho de risco

### Risco de mercado

#### Análise de sensibilidade de capital

O quadro abaixo mede o impacto global de um movimento de +/- 100bps em taxas de juro em reservas disponíveis para venda e fluxo de caixa de cobertura. Estes dados são capturados utilizando o PV01 (Valor Presente de 1bp) que é um indicador da mudança no valor de ativo para uma mudança de 1 ponto de base na curva de rendimentos. De notar que em 2014 a metodologia utilizada para estimar o impacto do movimento negativo aplicava uma base de 0% às taxas de juro.

Análise da sensibilidade de capital	31 de dezembro de 2014		31 de dezembro de 2013	
	+100 pontos	-100 pontos	+100 pontos	-100 pontos
	base	base	base	base
O Grupo	M€	M€	M€	M€
Resultados de juros líquidos	170	(384)	110	(243)
Impacto de tributação no item acima	(41)	92	(27)	61
Impacto no lucro para o ano	129	(292)	83	(182)
Percentagem do resultado líquido após impostos	15,13%	(34,19)%	6,31%	(13,91)%
Efeito no lucro para o ano (conforme acima)	129	(292)	83	(182)
Reserva disponível para venda	(698)	845	(861)	861
Reserva para cobertura de fluxo de caixa	(3.058)	2.048	(2.831)	2.808
Impacto da tributação no item acima	901	(694)	923	(917)
Impacto no capital	(2.726)	1.907	(2.686)	2.570
Percentagem de capital	(4,13)%	2,89%	(4,25)%	4,07%

Conforme discutido relativamente ao quadro de sensibilidade de resultados de juros líquidos na página 95, o impacto de um movimento de 100bps nas taxas deve-se em grande parte ao PCB. O movimento na reserva AFS apresenta uma sensibilidade inferior em 2014 devido à venda de grandes posições de títulos de dívida na Tesouraria. Note que o movimento na reserva AFS teria impacto no Capital CET1, mas não seria de esperar que o movimento na reserva de cobertura de fluxo de caixa tivesse impacto no Capital CET1.

Análise da sensibilidade de capital	31 de Dezembro de 2014		31 de Dezembro de 2013	
	+100 pontos	-100 pontos	+100 pontos	-100 pontos
	base	base	base	base
O Banco	M€	M€	M€	M€
Resultados de juros líquidos	128	(289)	86	(191)
Impacto de tributação no item acima	(31)	69	(22)	48
Impacto no lucro para o ano	97	(220)	64	(143)
Percentagem do resultado líquido após impostos	6,52%	(14,78)%	(1,88)%	4,18%
Efeito no lucro para o ano (conforme acima)	97	(220)	64	(143)
Reserva disponível para venda	(658)	805	(855)	855
Reserva para cobertura de fluxo de caixa	(2.936)	1.926	(2.831)	2.808
Impacto da tributação no item acima	863	(655)	922	(916)
Impacto no capital	(2.634)	1.856	(2.700)	2.604
Percentagem de capital	(4,64)%	3,27%	(5,10)%	4,91%

Para mais informações sobre análises de margens e balanços de juros líquidos, consulte a página 244 do Relatório Anual do Barclays PLC.

# Análise de risco

## Desempenho de risco

### Risco cambial

O Grupo está exposto a duas fontes de risco cambial.

#### i) Exposição a divisas estrangeiras de transação

As exposições cambiais de transação representam a exposição de ativos e passivos bancários, denominados em divisas para além da divisa funcional da entidade de transação.

As políticas de gestão de risco do Grupo evitam a retenção de posições abertas significativas em divisas fora da carteira de negociação administrada pelo Investment Bank, que é monitorizada através do DVaR.

O risco cambial de transação da carteira bancária fora do Investment Bank é monitorizado diariamente pelas funções de risco de mercado e minimizado pelos negócios.

#### ii) Exposição a divisas estrangeiras translacionais

Os investimentos do Grupo em subsidiárias e filiais estrangeiras criam recursos de capital denominados em divisas, sobretudo o Dólar Americano, o Euro e o Rand Sul-Africano. As alterações no valor do PIB dos investimentos líquidos devido a movimentos de divisas são capturados na reserva de conversão cambial, resultando num movimento em capital de Common Equity Tier 1.

A estratégia do Grupo é minimizar a volatilidade dos rácios do capital causados pelos movimentos de divisas, utilizando os movimentos de capital CET1 para corresponder, em geral, à reavaliação das exposições RWA de divisas do Grupo.

As coberturas económicas representam essencialmente as ações preferenciais denominadas em Dólar Americano e Euro e os instrumentos Adicionais Tier 1 que são mantidos como capital, contabilizados a custo histórico de acordo com o IFRS e não são consideradas como coberturas para fins de contabilidade.

<u>Moeda funcional das transações (auditadas)</u>	Investimentos líquidos em moeda estrangeira	Empréstimos que cobrem investimentos líquidos	Derivados que cobrem investimentos líquidos	Coberturas pré-económicas exposições cambiais estruturais	Coberturas económicas	Restantes exposições cambiais estruturais
	M€	M€	M€	M€	M€	M€
em 31 de dezembro de 2014						
Dólar EUA	23.728	5.270	1.012	17.446	6.655	10.791
Euro	3.056	328	238	2.490	1.871	619
Rand	3.863	-	103	3.760	-	3.760
Yen Japonês	364	164	208	(8)	-	(8)
Outra	2.739	-	1.198	1.541	-	1.541
<b>Total</b>	<b>33.750</b>	<b>5.762</b>	<b>2.759</b>	<b>25.229</b>	<b>8.526</b>	<b>16.703</b>
Em 31 de dezembro de 2013						
Dólar EUA	34.220	5.555	12.558	16.107	5.812	10.295
Euro	9.336	538	5.570	3.228	2.833	395
Rand	3.835	-	114	3.721	-	3.721
Yen Japonês	454	89	352	13	-	13
Outra	2.850	-	1.101	1.749	-	1.749
<b>Total</b>	<b>50.695</b>	<b>6.182</b>	<b>19.695</b>	<b>24.818</b>	<b>8.645</b>	<b>16.173</b>

Em 2014, a exposição estrutural cambial total líquida de instrumentos de cobertura permaneceu estável a 16.7mM€ (2013: 16.2mM€), correspondendo, em geral, ao perfil de moeda RWA global. Os investimentos líquidos em moeda estrangeira diminuíram 16.9mM€ to 33.8mM€ (2013: 50.7mM€) predominantemente determinados pela reestruturação das subsidiárias do Grupo. As coberturas associadas a estes investimentos sofreram um decréscimo de 16.9mM€ para 2.8mM€ (2013: 19.7mM€).

Para mais informações sobre a exposição do Grupo ao risco de pensões e risco de seguro, consulte as páginas 182 a 183 do Relatório Anual do Barclays PLC.

# Análise de risco

## Desempenho de risco

### Análise do risco de capital

O risco de capital consiste no risco que o Grupo incorre caso não disponha de recursos de capital suficientes, que podem resultar em (i) não cumprimento dos requisitos regulamentares; (ii) alteração da notação de risco; ou (iii) incapacidade de apoiar a atividade empresarial e o seu desenvolvimento.

Esta secção apresenta informações detalhadas sobre a composição do capital do Barclays Bank PLC, fornecendo informação sobre os recursos de capital e requisitos de capital de acordo com a diretiva CRD IV.

### Principais indicadores

## Rácio de capital Common Equity Tier 1 totalmente carregado, de 10.3%

Capital CET 1 totalmente carregado aumentou para 41.5mM£ refletindo um aumento das reservas de qualificação e deduções regulamentares mais baixas.

Os ativos RWA diminuíram para 402mM£ devido à redução de atividades secundárias, refletindo a alienação de negócios, a degradação e abandono de títulos e empréstimos; e redução de riscos derivados.

Risco de capital consiste no risco que o Grupo incorre caso não disponha de recursos de capital suficientes para:

- Cumprir os requisitos regulamentares mínimos no Reino Unido e em outras jurisdições, tais como os EUA e a África do Sul, onde são realizadas atividades reguladas. Para que possa continuar a operar como banco, o Grupo tem de garantir a existência de recursos financeiros adequados;

- Apoiar a sua notação de crédito. Uma notação de crédito mais fraca aumentará o custo de financiamento do Grupo; e

- Apoiar o seu desenvolvimento e opções estratégicas.

- Para mais informações sobre a monitorização e gestão do risco de capital, consulte a secção Gestão de Risco, na página 53.

Todas as informações nesta secção (páginas 98-101) não foram auditadas

## Visão geral

Esta secção fornece um resumo dos recursos financeiros do Barclays Bank PLC. A posição de capital do Barclays Bank PLC é grosso modo equivalente à do Barclays PLC, cujos detalhes constam da secção sobre a análise de risco de capital do Relatório Anual do Barclays PLC.

### Rádios de capital

O atual objetivo principal é o de atingir um rácio CET1 totalmente Carregado de 9% até 2019, e ainda um complemento Pillar 2A. Estes 9% incluem o rácio CET1 mínimo obrigatório de 4.5% e, progressivamente a partir de 2016, um Requisito Combinado de Buffer composto por um Buffer de Conservação de Capital (CCB) de 2.5% e um buffer previsto de 2% referente a Instituição Global Sistemicamente Importante (G-SII).

Nos termos das atuais orientações PRA, ao complemento Pillar 2A deverá corresponder um CET1 de 56% a partir de 2015, o que significa aproximadamente 1,6%<sup>a</sup> de RWAs. O complemento Pillar 2A deverá variar ao longo do tempo de acordo com as orientações da PRA sobre capital individual.

Além disso, o Banco de Inglaterra poderá exigir um Buffer Contracíclico (CCCB) e/ou Requisitos Setoriais de Capital (SCR) adicionais como medida de proteção contra eventuais situações que possam ameaçar a estabilidade financeira. A diretiva CRD IV também contempla um eventual Buffer de Risco Sistémico (SRB). Estes buffers podem ser implementados a nível do Grupo, ou a nível de entidade jurídica, sub-consolidada, ou a nível de carteira. À data, o Banco de Inglaterra ainda não determinou a implementação do CCCB, SCR ou do SRB.

Nota

a) Com base numa avaliação Pontual realizada pela PRA, no mínimo uma vez por ano. A PRA publicou os requisitos em maio de 2014. A EBA emitiu orientações sobre o processo de Revisão e Avaliação pelo Supervisor (SREP) e sobre o capital - Pilar 2 que vão entrar em vigor a partir de 2016, suscetíveis de afetar a forma como a PRA irá abordar a questão do Pilar 2 daí em diante.

### Recursos de capital

A PRA anunciou a aceleração das disposições transitórias relativas às deduções e filtros CET1. Deste modo, os requisitos totalmente carregados são aplicáveis a partir de 1 janeiro de 2014, à exceção dos ganhos não realizados sobre passivos e capital disponível para venda. Como resultado, os rádios de capital transitórios encontram-se agora estreitamente alinhados com os rádios totalmente carregados.

A aplicação da cláusula de anterioridade aos limites de instrumentos de capital, anteriormente considerados como Tier 1 e Tier 2, permanecem inalterados ao abrigo das disposições transitórias PRA

### Rácio de alavancagem

Além da estrutura de capital do Grupo, os rádios-alvo também foram definidos no que respeita tanto ao requisito de rácio de alavancagem PRA de 3% e as recomendações finais sobre o rácio de alavancagem proposta pela revisão do FPC foram publicados em 31 de outubro de 2014.

A revisão recomenda um rácio de alavancagem mínimo, um buffer do rácio de alavancagem suplementar aplicável a bancos sistemicamente importantes, e ainda um buffer de alavancagem contra-cíclico. Estas recomendações proporcionarão um rácio de alavancagem totalmente faseado de 3,7% para o Barclays (com base no GSIFI atual e nos pressupostos do Buffer Contra-Cíclico) a ser implementado até 2018.

## Resumo do desempenho no período

O Barclays continua a ultrapassar os rádios mínimos de capital CRD IV, tanto a título provisório como a título de rádios totalmente carregados.

Em 31 de dezembro de 2014, o Barclays PLC ultrapassou o rácio-alvo CET1 totalmente carregado de 7% de acordo com a PRA. A título transitório, a PRA determinou um rácio CET 1 mínimo de 4%, um rácio Tier 1 de 5.5%, e um rácio de capital total de 8%.

O rácio CRDIV CET 1 totalmente carregado aumentou para 10,3% (2013: 9,1%) devido a uma redução de £40.6bn dos ativos ponderados pelo risco para 401.9mM£ e um aumento no capital CRD IV Cet 1 totalmente carregado de 1.1mM£ para 41.5mM£.

O aumento de capital, após a absorção de itens de ajuste no valor de 3.3mM£, foi impulsionado pelo aumento de 1.6mM£ relativo a outras reservas de qualificação e pelo aumento de 0,6mM£ devido a correções regulatórias mais baixas e deduções. Isto foi em parte compensado pelo montante de 1.2mM£ de dividendos reconhecidos.

A redução de RWA surge em consequências de uma redução de 35mM£ relativa a atividades secundárias para 75mM£, refletindo a alienação de negócios, a degradação e abandono de títulos e empréstimos, e redução de riscos derivados.

# Análise de risco

## Desempenho de risco

### Capital CRD IV

O Regulamento de Requisitos de Capital e a Diretiva de Requisitos de Capital constituem a transposição europeia do Basileia III (conjuntamente designadas como CRD IV) em 1 de janeiro de 2014. Esta regulamentação é completada por Normas Técnicas Regulamentares e pelo manual PRA, incluindo a implementação de regras transitórias. Contudo, as regras e orientações Ainda estão sujeitos a alterações, uma vez que alguns aspetos do CRD IV dependem de normas e clarificações técnica finais que deverão ser emitidas pela EBA e adotadas pela Comissão Europeia e pela PRA. Todos os cálculos de capital, RWA e alavancagem refletem a interpretação do Barclays das atuais regras.

### Composição do capital

A composição do capital do Barclays Bank Plc Grupo grosso modo corresponde à do Barclays Plc Grupo, cujos detalhes constam dos quadros dos principais rácios de capital e recursos de capital.

	Barclays PLC Grupo 2014 M€	Barclays Bank Plc Grupo 2014 M€
Common Equity Tier 1 Totalmente Carregado	41.453	41.513
PRA Common Equity Tier 1 Transitório	40.870	40.914
PRA Tier 1 Transitório	52.062	52.197
PRA Recursos de Capitais Totais Transitórios	66.343	66.773

<b>Quadro com os principais rácios de capital:</b>		
	2014	2013
Common Equity Tier 1 Totalmente Carregado	10,3%	9,1%
PRA Common Equity Tier 1 Transitório <sup>a,b</sup>	10,2%	9,1%
PRA Tier 1 Transitório <sup>b,c</sup>	13,0%	11,3%
PRA Total Capital <sup>b,c</sup> Transitório	16,5%	15,0%

<b>Recursos de capital (auditados)</b>		
	2014	2013
	£m	£m
<b>Em 31 de dezembro</b>		
Capitais próprios (excluindo interesses que não controlam) por balanço	59.567	55.385
- Menos: Outros instrumentos de capital (reconhecidos como capital AT1)	(4.322)	(2.063)
Ajuste a lucros acumulados por dividendos previsíveis	(615)	(640)
Interesses minoritários (montante permitido no CET 1 consolidado)	1.227	1.238
Outras correções regulamentares e deduções		
Correções de valor suplementares (PVA)	(2.199)	(2.479)
Goodwill e ativos intangíveis	(8.127)	(7.618)
Ativos por impostos diferidos que dependem de futura rendibilidade, excluindo diferenças temporárias	(1.080)	(1.045)
Reservas de justo valor relacionadas com ganhos e perdas em coberturas de fluxos de caixa	(1.814)	(270)
Excesso de perdas por imparidade	(1.772)	(2.106)
Perdas ou ganhos em passivos pelo justo valor resultantes de créditos próprios	658	600
Outras correções regulamentares	(45)	(119)
Participações diretas e indiretas de uma instituição em instrumentos próprios de CET1	(25)	(496)
Common Equity Tier 1 Totalmente Carregado	41.453	40.387
Correções regulamentares relativas a ganhos não realizados	(583)	(180)
PRA Common Equity Tier 1 Transitório	40.870	40.207
Capital suplementar Tier 1 (AT1)		
Instrumentos de capital e respetivas contas de prémios de emissão	4.322	2.063
Capital AT1 considerado (incluindo interesses minoritários) emitidos pelas subsidiárias	6.870	9.726
Menos os instrumentos emitidos pelas subsidiárias sujeitos a eliminação faseada	-	(1.849)
Transitional Additional Tier 1 capital	11.192	9.940
PRA Capital Tier 1 Transitório	52.062	50.147
Capital Tier 2 (T2)		
Instrumentos de capital e respetivas contas de prémios de emissão	800	-
Capital T2 considerado (incluindo interesses minoritários) emitidos pelas subsidiárias	13.529	16.834
Menos os instrumentos emitidos pelas subsidiárias sujeitos a eliminação faseada	-	(522)
Outras correções regulamentares e deduções	(48)	(12)
PRA capital regulamentar total transitório	66.343	66.447
<b>Ativos ponderados pelo risco</b>	<b>401.900</b>	<b>442.471</b>

Para mais comentários a explicar a movimentação do capital Common Equity Tier 1 do Barclays PLC, consulte as páginas 186-187 do Relatório Anual do Barclays PLC.

Para mais informações sobre RWA CRD IV por tipo de risco e negócio, consulte a página 188 do Relatório Anual do Barclays PLC.

Os pormenores sobre o rácio de alavancagem BCBS 270 e posições subjacentes do Barclays PLC estão disponíveis na página 189 do Relatório Anual do Barclays PLC.

#### Notas

a O rácio CRD IV CET 1 (Declaração transitória FSA de outubro de 2012) aplicável ao Capital Contingente Tier 2 do Barclays foi de 12,3%, baseado em 49.6mM€ de capital transitório CRD IV CET 1 e 402mM€ de RWA.

b O capital transitório PRA baseia-se nas orientações fornecidas na declaração de política PS7/13 sobre o reforço das normas sobre do capital publicado em dezembro de 2013.

c Em 31 de dezembro de 2014, o capital Tier 1 totalmente carregado do Barclays era de 46.020M€, e o rácio Tier 1 totalmente carregado era de 11,5%. O capital regulamentar total, totalmente carregado, era de 61.763M€ e o rácio de capital total, totalmente carregado, era de 15,4%. O capital Tier 1 totalmente carregado e as medidas de capital totais são calculadas sem Aplicar as disposições transitórias constantes do CRD IV, e depois de avaliar a conformidade dos instrumentos AT1 e T2 com os critérios relevantes do CRD IV.

# Análise de risco

## Desempenho de risco

### Risco de financiamento - Liquidez

#### Análise do risco de liquidez

O risco de liquidez consiste no risco que uma empresa, apesar de solvente, corre se não possuir recursos financeiros suficientes disponíveis para cumprir as suas obrigações à medida que se vencem, ou se puder apenas assegurar tais recursos a custos excessivos.

Esta secção contém informações detalhadas sobre o perfil de risco de liquidez do Grupo e fornece informações sobre como o Grupo gere esse risco.

#### Principais indicadores

## 124% LCR

O Grupo reforçou a sua posição de Liquidez durante o ano, aumentando o seu excedente para fazer face aos requisitos internos e regulamentares

## 15 mM£ Emissões a prazo

O Grupo mantém o acesso a fontes estáveis e diversificadas de financiamento através de depósitos de clientes e dívida por grosso.

As informações divulgadas na secção relativa ao risco e à liquidez de financiamento do Barclays Bank PLC são materialmente semelhantes às divulgadas no Relatório Anual do Barclays PLC, páginas 191 a 209, disponíveis em: [Grupo.barclays.com/about-barclays/investor-relations/annual-reports](http://Grupo.barclays.com/about-barclays/investor-relations/annual-reports).

O risco de liquidez consiste no risco que uma empresa, apesar de solvente, corre se não possuir recursos financeiros suficientes disponíveis para cumprir as suas obrigações à medida que se vencem, ou se puder apenas assegurar tais recursos a custos excessivos. Também resulta na incapacidade da empresa de cumprir os requisitos regulamentares de liquidez. Este risco é inerente a todas as operações bancárias e pode ser afetado por uma série de eventos específicos do Grupo e do mercado.

Salvo indicação em contrário, todas as informações nesta secção (páginas 102-120) não se encontram auditadas.

## Visão geral

O Grupo dispõe de um abrangente Sistema de Controlo de Risco aplicável ao Risco de Liquidez (O Sistema de Liquidez) que gere o risco de liquidez do Grupo. O Sistema de Liquidez cumpre as normas da PRA e foi concebido para assegurar que o Grupo dispõe de recursos de liquidez suficientes em termos de montante e qualidade, e de um perfil de financiamento adequado para satisfazer a apetência pelo risco de liquidez. O Sistema de Liquidez é disponibilizado através de um conjunto de políticas de formação, revisão e governança, análise, testes de esforço, fixação de limites e monitorização.

O risco de liquidez é gerido separadamente no Barclays Africa Group Limited (BAGL) devido a exigências locais de moeda e de financiamento. Salvo indicação em contrário, todas as informações nesta secção excluem o BAGL e são reportadas numa base autónoma. As correções relativas aos requisitos locais do risco de liquidez do BAGL são feitas regularmente no Grupo.

Esta secção apresenta uma análise relativa aos seguintes aspetos do Grupo: i) testes de esforço de risco de liquidez, ii) testes de esforço internos e regulamentares, iii) *pool* de liquidez, iv) estrutura de financiamento e relações de financiamento, v) financiamento por grosso, vi) financiamentos a prazo, vii) encargos, viii) acordos de recompra, ix) notações de crédito, x) gestão de liquidez no BAGL, e xi) maturidade contratual de ativos e passivos.

Para mais informações sobre governança e sistema de risco de liquidez, consulte a página 56.

## Resumo do desempenho no período

Em 2014, o Grupo reforçou a sua posição de liquidez, criando um excedente para fazer face à Apetência pelo Risco de Liquidez. Isto permitiu-lhe preparar-se bem para fazer face a possíveis alterações de notação de crédito realizadas pelas agências da especialidade na avaliação do apoio soberano concedido ao Barclays Bank PLC. Isto resultou num aumento do *pool* de liquidez do Grupo para 149mM£ (2013: 127mM£). O rácio de Cobertura de Liquidez CRD IV estimado (LCR) aumentou para 124% (2013: 96%), o que equivale a um excedente de 30mM£ (2013: um défice de 6mM£).

O perfil de financiamento do Grupo permanece estável e bem diversificado. O valor do financiamento por grosso em dívida (excluindo os contratos de recompra) foi de 171mM£ (2013: 186mM£). O Grupo manteve-se ativo nos mercados de capitais por grosso não garantidos, garantidos e de dívida, tendo amortizado antecipadamente um valor líquido de 15mM£ (2013: 1mM£).

## Teste de esforço de risco de liquidez

No âmbito do Sistema de Liquidez, o Grupo criou uma Apetência pelo Risco de Liquidez (LRA), tendo também estabelecido os limites apropriados para gerir o risco de liquidez. Este é o nível de risco de liquidez que o Grupo adotou na prossecução dos seus objetivos de negócio e para cumprir as suas obrigações regulamentares. A expressão essencial do risco de liquidez é obtida por meio de testes de esforço internos. É medida com referência ao *pool* de liquidez comparando-o com as saídas líquidas contratuais, previstas e contingentes, sob esforço para cada um dos três cenários de esforço.

### Apetência pelo Risco de Liquidez

Como parte do LRA, o Grupo executa três cenários de testes de esforço básicos, de acordo com os esforços definidos pela PRA:

- Um evento de esforço a nível de mercado ao longo de 90 dias;
- Um evento de esforço específico do Barclays ao longo de 30 dias; e
- A combinação de um evento de esforço a nível do mercado e específico do Barclays ao longo de 30 dias.

Em condições de mercado normais, a gestão do *pool* de liquidez é feita de modo a se atingir, no mínimo, 100% de saídas previstas em cada cenário de esforço. O cenário de evento específico do Barclays ao longo de 30 dias produz saídas líquidas mais superiores em cada teste de esforço de liquidez. As saídas relativas ao cenário combinado, acima referido, coadunam-se com um teste de esforço específico para uma empresa durante as primeiras duas semanas do período de esforço, seguido de saídas relativamente mais baixas compatível com um esforço a nível do mercado para o restante período do esforço.

# Análise de risco

## Desempenho de risco

### Risco de financiamento - Liquidez

Os principais pressupostos LRA incluem:

Motivador do risco de liquidez	Esforço específico do Barclays
Financiamento por grosso não garantido	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Prorrogação zero dos depósitos por grosso, dívida principal não garantida e papel comercial Conduit</li> <li>- Corretagem de primeira linha: levantamento de 100% de excedentes de clientes não-segregados (cash e montantes isolados)</li> </ul>
Financiamento por grosso garantido	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Prorrogação zero de transações garantidas por garantias de menor liquidez</li> <li>- Prorrogação de transações garantidas por garantias de elevada liquidez, sujeitos a um alargamento do <i>haircut</i></li> </ul>
Saídas de depósitos	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Saídas de depósitos substanciais em PCB e Barclaycard, visto que o Grupo é considerado como tendo maior risco de crédito do que a concorrência</li> </ul>
Concentração de financiamento	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Saídas suplementares reconhecidas em função da concentração de prestadores de financiamento por grosso garantido</li> </ul>
Liquidez intradiária	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Previsão de liquidez necessária para apoiar os requisitos intradiários dos sistemas de pagamento e liquidação</li> </ul>
Intra-Grupo	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Previsão de liquidez necessária para apoiar as subsidiárias relevantes, com base em testes de esforço isolados.</li> <li>- Excedente de liquidez em determinadas subsidiárias e não disponível para o Grupo em geral.</li> </ul>
Elementos extrapatrimoniais	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Levantamento de linhas de crédito disponíveis com base no tipo de linha de crédito, tipo de contraparte e credibilidade da contraparte</li> <li>- Saída de todas as garantias devidas às contrapartes, mas ainda não executadas</li> <li>- Saídas de garantias subordinadas a uma descida na notação de crédito de vários escalões do Barclays Bank PLC</li> <li>- Requisito de registo da margem de variação relativa a derivados com garantia</li> <li>- Aumento do requisito de margem inicial do Grupo em todas as transações principais</li> </ul>
Viabilidade de franchise	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Liquidez necessária para satisfazer as saídas não contratuais, mas necessária para apoiar o franchise do Grupo (por ex., atividades de criação de mercado)</li> </ul>
Risco de divisas cruzadas	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fluxos de liquidez líquidos na data de vencimento para futuros FX e operações de swap cambial a taxas FX atuais</li> <li>- <i>Haircuts</i> aplicados a entradas em mercados de FX não G10 para limitar o recurso</li> </ul>
Ações de mitigação	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Monetização de ativos livres de encargos cujo valor de liquidez é do conhecimento da empresa, mas detido fora do <i>pool</i> de liquidez (sujeito a ajustes por <i>haircuts</i>/valorização)</li> </ul>

#### Regulamentação da liquidez

O Grupo apresentou a sua posição de liquidez de acordo com as orientações do Guia individual de Liquidez (ILG) fornecido pela PRA. Esta define tanto os ativos do *pool* de liquidez elegíveis como as saídas por esforço face aos saldos reportados.

O Grupo também monitoriza a sua posição face ao Rácio de Cobertura de Liquidez CRD IV (LCR) e ao Rácio de Financiamento Estável Líquido Basileia III (NSFR). O LCR destina-se a promover a resistência de curto prazo do perfil de risco de liquidez de um banco, assegurando que este dispõe de recursos líquidos de elevada qualidade suficientes para ultrapassar um cenário de esforço grave com duração de 30 dias. O horizonte temporal do NSFR é de, no mínimo, seis meses e destina-se a promover uma estrutura de maturidade sustentável de ativos e passivos.

Em outubro de 2014, a Comissão Europeia publicou um Ato Delegado final relativo ao LCR no âmbito do regime CRD IV europeu. O CRD IV exige um cumprimento faseado da norma LCR a partir de 1 de Outubro de 2015, no mínimo de 60%, aumentando para 100% até janeiro de 2018. A metodologia para calcular o LCR tem por base o Ato Delegado final, que passa a vigorar como lei na EU em outubro de 2015. A PRA publicou um documento de consulta em novembro de 2014, que estabelece o novo regime proposto, que exige um cumprimento de 80% com a norma LCR a partir de 1 de outubro de 2015.

Em outubro de 2014, o BCBS publicou uma norma final relativa ao NSFR, que apresenta o requisito mínimo que deverá ser introduzido em janeiro de 2018 a 100%. A metodologia para calcular o NSFR tem por base uma interpretação das normas de Basileia publicadas em outubro de 2014, e inclui uma série de pressupostos que estão sujeitos a alterações antes de serem adotadas pela Comissão Europeia através do CRD IV.

Com base nas normas CRD IV e Basileia III, respetivamente, em 31 dezembro de 2014 o Grupo detinha um excedente em ambos os indicadores, com um valor de CRD IV LCR estimado de 124% (2013: 96%) e um valor de Basileia III NSFR estimado de 102% (2013: 94%).

#### Comparação entre testes de esforço internos e regulamentares

Os cenários de testes de esforço LRA, o PRA ILG e o CRD IV LCR são em grande parte cenários de esforço de curto prazo, nos quais a adequação dos recursos de liquidez definidos é avaliada face às saídas por esforço contratuais e contingentes. Os testes de esforço PRA ILG e CRD IV LCR fornecem uma avaliação independente do perfil de risco de liquidez do Grupo.

Teste de Esforço	Barclays LRA	PRA ILG	CRD IV LCR	Basileia III NSFR
Horizonte temporal	30 - 90 dias	3 meses	30 dias	6+ meses
Cálculo	Ativos líquidos para saídas de caixa líquidos	Ativos líquidos para saídas de caixa líquidos	Ativos líquidos para saídas de caixa líquidos	Recursos de financiamento estáveis para requisitos de financiamento estáveis

Em 31 de dezembro de 2014, o Grupo detinha ativos líquidos elegíveis superiores ao total dos requisitos de esforço aplicáveis a todos os três cenários de LRA e ao requisito de CRD IV LCR.

#### Cumprimento dos testes de esforço internos e regulamentares

	Barclays' LRA (requisito específico do Barclays de um mês) <sup>a</sup> mM€	CRD IV LCR estimado mM€
Em 31 de dezembro de 2014		
<b>Pool de liquidez total disponível</b>	<b>149</b>	<b>153</b>
Entradas de ativos	7	20
Saídas por esforço		
Saídas de depósitos comerciais e relativos ao retalho	(49)	(71)
Financiamento por grosso	(26)	(17)
Financiamento garantido líquido	(12)	(6)
Derivados	(7)	(10)
Exposição a descida de notação de crédito contratual	(13)	(13)
Levantamento de linhas de crédito disponíveis	(8)	(26)
Intradiário	(12)	-
<b>Total de fluxos de caixa líquidos por esforço</b>	<b>(120)</b>	<b>(123)</b>
<b>Excedente</b>	<b>29</b>	<b>30</b>
<b>Pool de liquidez como percentagem de fluxos de caixa líquidos esperados</b>	<b>124%</b>	<b>124%</b>
Em 31 de dezembro de 2013	104%	96%

Em 2014, o Grupo reforçou a sua posição de liquidez, criando um excedente para fazer face requisitos internos e regulamentares. Isto permitiu-lhe preparar-se bem para fazer face a possíveis alterações de notação de crédito realizadas pelas agências da especialidade na avaliação do apoio soberano concedido ao Barclays Bank PLC. O Grupo pretende manter o seu excedente em termos de requisitos de esforço internos e regulamentares a num nível eficiente, tendo em atenção os riscos relativos às condições de financiamento de mercado e à sua posição de liquidez. A reavaliação contínua destes riscos pode eventualmente conduzir a medidas apropriadas destinadas a redimensionar o *pool* de liquidez.

#### Nota:

a) Dos três cenários monitorizados no âmbito do LRA, o cenário específico do Barclays, de 30 dias, apresenta o rácio mais baixo - 124% (2013: 104%). Em Comparação, o cenário referente ao mercado - 90 dias - apresenta um rácio de 135% (2013: 127%), enquanto o cenário combinado - 30 dias - apresenta um rácio de 127% (2013: 112%).

# Análise de risco

## Desempenho de risco

### Risco de financiamento - Liquidez

#### Pool de liquidez

O *pool* de liquidez do Grupo em 31 de dezembro de 2014 foi de 149mM€ (2013: 127 mM€). Em 2014, o *pool* de liquidez no encerramento do mês variou entre 134mM€ e 156mM€ (2013: 127mM€ e 157mM€), e o saldo médio no encerramento do mês foi de 145mM€ (2013: 144mM€). O *pool* de liquidez é detido em encargos e não é utilizados para pagamentos nem requisitos de liquidação. Estes requisitos são tratados como parte integrante do negócio de financiamento do nosso banco. O *pool* de liquidez destina-se a compensar saídas por esforço e inclui os seguintes ativos isentos de encargos e numerário.

#### Composição do *pool* de liquidez do Grupo em 31 de dezembro de 2014

	Pool de liquidez mM€	Pool de liquidez, em que o CRD IV LCR é elegível <sup>b</sup>			2013 Pool de liquidez
		Pool de liquidez, em que a PRA é elegível <sup>a</sup>		Nível 2A mM€	
		Nível 1 mM€	Nível 2A mM€		
Caixa e disponibilidades em bancos centrais <sup>c</sup>	37	36	34	2	43
Obrigações do Estado <sup>d</sup>					
Notação AAA	73	72	73	-	52
Notação AA+ a AA-	12	11	12	-	9
Outras obrigações do Estado	-	-	-	-	1
<b>Total obrigações do Estado</b>	<b>85</b>	<b>83</b>	<b>85</b>	<b>-</b>	<b>62</b>
Outros					
Obrigações supranacionais e bancos multilaterais de desenvolvimento	9	3	9	-	3
Agências e créditos hipotecários das agências	11	-	5	5	10
Obrigações cobertas (notação AA- e superior)	3	-	3	-	6
Outros	4	-	-	-	3
<b>Total Outros</b>	<b>27</b>	<b>3</b>	<b>17</b>	<b>5</b>	<b>22</b>
<b>Total em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>149</b>	<b>122</b>	<b>136</b>	<b>7</b>	
<b>Total em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>127</b>	<b>104</b>	<b>109</b>	<b>11</b>	

O *pool* de liquidez do Grupo é bastante diversificado em termos de principais moedas; o grupo monitoriza os cenários de esforço LRA para as principais moedas.

#### Pool de liquidez por moeda

	USD mM€	EUR mM€	GBP mM€	Outra mM€	Total mM€
Pool de liquidez em 31 de dezembro de 2014	46	27	54	22	149
Pool de liquidez em 31 de dezembro de 2013	31	32	38	26	127

#### Gestão do Pool de liquidez do Grupo

A composição do Pool de liquidez do Grupo é administrada de forma eficiente. A manutenção do *pool* de liquidez aumenta os custos do Grupo uma vez que os custos de juros pagos em passivos utilizados para financiar o *pool* de liquidez é superior ao resultado de juros recebidos dos ativos do *pool* de liquidez. Este custo pode ser reduzido investindo uma proporção maior do Pool de liquidez do Grupo em ativos altamente líquidos para além de numerário e depósitos em bancos centrais. Estes ativos compreendem essencialmente obrigações do Estado com uma notação elevada, e a sua inclusão *pool* de liquidez não compreende a posição de liquidez do Grupo.

A composição do *pool* de liquidez encontra-se sujeito aos limites estabelecidos pelo Conselho, Comité de Tesouraria e pelas funções de risco de crédito e risco de mercado independentes. Em complemento, o investimento do *pool* de liquidez é monitorizado pelo risco de concentração pelo emissor, moeda, tipo de ativo e país. Considerando os retornos complementares gerados por estes ativos altamente líquidos, o risco e o perfil de remuneração encontram-se continuamente administrados.

O Grupo gere o *pool* de liquidez numa base centralizada. A 31 de dezembro de 2014, 92% do *pool* de liquidez encontrava-se no Banco (2013: 90%) e é responsável para satisfazer as necessidades de liquidez no Grupo. O *pool* de liquidez residual é mantido predominantemente no Barclays Capital Inc. (BCI). A porção do *pool* de liquidez fora do Banco é mantido contra saídas sob esforço para entidades específicas e requisitos regulamentares. Na medida em que a utilização desta porção do *pool* de liquidez está limitado a requisitos regulamentares, presume-se que estão indisponíveis para o resto do Grupo.

#### Notas

a 122mM€ do the *pool* de liquidez é elegível para PRA conforme BIPRU 12.7. Em complemento, existem 12mM€ de ativos do Nível 2 disponíveis, conforme comunicação da PRA em agosto de 2013 de que determinados ativos especificados pela PRA uma vez que os ativos Nível 2 podem ser utilizados numa base transaccional.

b Os ativos elegíveis para LCR apresentados neste quadro representam apenas os ativos que são também elegíveis para o Pool de liquidez do Grupo e não incluem quaisquer ativos Nível 2B conforme definidos pelo CRD IV.

c Dos quais mais de 95% (2013: mais de 95%) foram colocados junto do Banco de Inglaterra, Reserva Federal Americana, Banco Central Europeu, Banco do Japão e Banco Nacional Suíço. d dos quais mais de 95% (2013: mais de 85%) são compostos por títulos do Reino Unido, EUA, Japão, França, Alemanha, Dinamarca, Suíça e Países Baixos.

## Liquidez de contingente

Em complemento com o Pool de liquidez do Grupo, o Grupo tem acesso a outros ativos livres de encargos que facultam uma fonte de liquidez de contingente. Enquanto estes não se baseiam na LRA do Grupo, uma porção destes ativos não pode ser quantificada monetariamente numa situação de pressão para gerar liquidez através da utilização como garantia para financiamento garantido ou através de venda direta.

Seja numa pressão de liquidez específica do Barclays ou do mercado a nível geral, a liquidez disponível através de fontes de mercado pode ser gravemente interrompida. Em circunstâncias em que a liquidez do mercado esteja indisponível ou disponível apenas a preços com grande desconto, o Grupo podia gerar liquidez através de recursos do banco central. O Grupo mantém uma quantidade suficiente de garantias pré-posicionadas em bancos centrais e disponíveis para angariar fundos.

## Estrutura de financiamento e relações de financiamento

A base para a gestão sólida de risco de liquidez é uma estrutura de financiamento sólida que reduz a probabilidade de uma pressão de liquidez que conduza a satisfazer obrigações de financiamento à medida que se vencem. A estratégia global de financiamento do Grupo é o desenvolvimento de uma base de financiamento diversificado (em termos geográficos e por tipo) e manter o acesso a uma variedade de fontes de financiamento alternativas para facultar proteção contra flutuações inesperadas, enquanto se minimiza o custo do financiamento.

Neste âmbito, o Grupo pretende alinhar as fontes e utilizações do financiamento. Como tal, os empréstimos a clientes comerciais e retalhistas e pagamentos antecipados são grandemente financiados pelos depósitos de clientes, com o excedente a financiar o *pool de liquidez*. Outros ativos, juntamente com outros empréstimos e pagamentos antecipados e ativos livres são financiados por capital e dívida por grosso a longo prazo.

A maioria dos acordos de recompra reversa corresponde a acordos de recompra. O *pool de liquidez* é predominantemente financiado através de mercados grossistas. Estas relações de financiamento são sumariadas a seguir:

### Relações de financiamento

	2014	2013		2014	2013
Ativos <sup>a</sup>	mM€	mM€	Passivos <sup>a</sup>	mM€	mM€
Empréstimos e adiantamentos a clientes	346	358	Contas de clientes <sup>b</sup>	366	368
Pool de liquidez do Grupo	149	127	Financiamento por grosso < 1 Ano	75	82
Outros ativos	153	170	Financiamento por grosso > 1 Ano	96	103
			Capital e outros passivos	112	106
Acordos de recompra reversa e outros empréstimos seguros similares <sup>c</sup>	271	340	Acordos de recompra e outros empréstimos seguros similares <sup>c</sup>	271	340
Instrumentos financeiros derivados	439	349	Instrumentos financeiros derivados	438	345
<b>Total de ativos</b>	<b>1.358</b>	<b>1.344</b>	<b>Total de passivos e capital</b>	<b>1.358</b>	<b>1.344</b>

### Financiamento de depósitos (incluindo BAGL) (auditado)

	2014		2013	
	Empréstimos e adiantamentos a clientes	Depósitos de clientes	Empréstimos relativamente a depósitos	Empréstimos relativamente a depósitos
	mM€	mM€	rácio	rácio
			%	%
Em 31 de dezembro de 2014				
Contas bancárias pessoais e empresárias	217	299		
Barclaycard	37	7		
Transações bancárias em África	35	35		
Retalho secundário	20	8		
<b>Total de Financiamento de Retalho</b>	<b>309</b>	<b>349</b>	<b>89</b>	<b>91</b>
Banco de Investimento, por grosso secundário e outros	119	79		
<b>Total</b>	<b>428</b>	<b>428</b>	<b>100</b>	<b>101</b>

#### Notas

a Os saldos do Grupo BAGL além de empréstimos e adiantamentos a clientes de 35mM€ e depósitos de clientes de 35mM€ são incluídos noutros ativos passivos. b Excluindo as garantias em dinheiro e saldos de liquidação.

c Composto por acordos de recompra reversa que facultam financiamento a clientes com garantias por títulos líquidos a curto prazo ou são utilizados para liquidar posições de inventário a curto prazo; financiamento de reporte de ativos de carteira de negociação e garantias em dinheiro e saldos de liquidação correspondentes.

# Análise de risco

## Desempenho de risco

### Risco de financiamento - Liquidez

PCB, Barclaycard, atividades secundárias (Retail) e bancárias em África são largamente financiadas com os depósitos dos clientes. Em 31 de dezembro de 2014, o rácio de empréstimos para depósitos para estes negócios era de 89% (2013: 91%). O rácio de empréstimos para depósitos do Grupo em 31 de dezembro de 2014 era 100% (2013: 101%).

O excesso de empréstimos e adiantamentos do Banco de Investimento sobre os depósitos de clientes é financiado com dívida e capital a longo prazo. O Banco de Investimento não depende do financiamento de depósitos de clientes do PCB.

Em 31 de dezembro de 2014, 128mM£ (2013: 122mM£) de depósitos de clientes no total foram assegurados através do Esquema de Compensação de Serviços Financeiros do Reino Unido (FSCS) e outros esquemas similares. Em complemento a estes depósitos de clientes, existiam 4mM£ (2013: 3mM£) de outros ativos assegurados pelos governos.

Embora, contratualmente, as contas correntes sejam reembolsáveis mediante pedido e as contas-poupança a curto prazo, a ampla base de clientes do Grupo - numericamente e por tipo de depositante - ajuda a proteger contra flutuações inesperadas em saldos. Essas contas formam uma base de financiamento estável para as operações e necessidades de liquidez do Grupo. O Grupo modela o comportamento de ativos e passivos para avaliar as lacunas de financiamento em balanços. A abordagem de modelação comportamental reflete a perspectiva macroeconómica orientada para o futuro e captura o comportamento *roll-over* e opcionalidade do cliente num determinado produto ativo ou passivo. Estas maturidades comportamentais são utilizadas para determinar taxas de juro de preço de transferência de fundos pelos quais os negócios são retribuídos e cobrados por fontes e utilizações de fundos.

#### Perfil de Maturidade Comportamental (incluindo BAGL)

	Empréstimos E adiantamentos A clientes	Depósitos De clientes	Excedente financi- clienfês/ (deficit)	Saída/(entradas) de caixa de perfil de maturidade comportamental			Total
				Não superior A um ano	Superior a um Ano mas Inferior a cinco	Mais de cinco anos	
A 31 de Dezembro de 2014	mM£	mM£	£bn	mM£	mM£	mM£	mM£
Contas bancárias pessoais e empresariais	217	299	82	19	3	60	82
Barclaycard	37	7	(30)	(10)	(10)	(10)	(30)
Atividades financeiras em África	35	35	-	2	(2)	-	-
Secundário (Retail)	20	8	(12)	-	(2)	(10)	(12)
<b>Total</b>	<b>309</b>	<b>349</b>	<b>40</b>	<b>11</b>	<b>(11)</b>	<b>40</b>	<b>40</b>
A 31 de Dezembro de 2013							
Contas bancárias pessoais e empresariais	213	296	83	28	(10)	65	83
Barclaycard	32	5	(27)	(8)	(8)	(11)	(27)
Atividades financeiras em África	31	28	(3)	(1)	(2)	-	(3)
Secundário (Retail)	42	17	(25)	1	(9)	(17)	(25)
<b>Total</b>	<b>318</b>	<b>346</b>	<b>28</b>	<b>20</b>	<b>(29)</b>	<b>37</b>	<b>28</b>

Cada produto tem um perfil de comportamento associado, utilizado em preço de transferência de fundos. Estes perfis de comportamento representam a nossa expectativa orientada para o futuro do perfil *run-off* de um determinado produto com base na experiência histórica, e as projeções macroeconómicas. A saída de caixa relativamente baixa durante um ano demonstra que o financiamento de clientes permanece amplamente conjugado de uma perspectiva comportamental.

## Financiamento por grosso

As relações de financiamento por grosso são sumariadas a seguir:

### Ativos

	2014	2013
	mM€	mM€
Ativos de carteira de negociação	37	63
Acordos de recompra reversos	87	133
Acordos de recompra reversos	45	53
Instrumentos financeiros derivados	440	350
<i>Pool de liquidez</i>	109	96
Outros ativos <sup>a</sup>	122	146

### Passivos

	2014	2013
	mM€	mM€
Acordos de recompra	124	196
Passivos de carteira de negociação	45	53
Instrumentos financeiros derivados	439	347
Dívida por grosso a menos de 1 ano	75	82
Dívida por grosso e capital a mais de 1 ano	157	164

Os acordos de recompra financiam os acordos de recompra invertidos e os ativos de carteira de negociação. Os passivos da carteira de negociação são saldados pelo remanescente dos acordos de recompra invertidos (ver nota 18 'ativos e passivos financeiros de compensação' para mais detalhes sobre liquidez).

Os passivos e ativos derivados são grandemente equiparados. Uma proporção substancial das posições de derivados do balanço qualificam-se para liquidez de contrapartes e as porções restantes são grandemente compensadas quando realizadas com garantias em numerário recebido e pago.

A dívida por grosso, juntamente com o excedente de depósitos e adiantamentos a clientes, são utilizados para financiar o *pool de liquidez*. A dívida por grosso a prazo e o capital financiam em grande parte outros ativos.

### Composição do financiamento por grosso

O Grupo mantém acesso a uma variedade de fontes de financiamento por grosso nas moedas principais, incluindo as disponíveis por parte de investidores a prazo numa série de canais de distribuição e geografias, mercados financeiros e mercados de operações de reporte. O Grupo tem acesso direto a mercados dos EUA, europeus e asiáticos através das suas operações bancárias de investimento global e a investidores a longo prazo através dos seus clientes de todo o mundo, e é um participante ativo nos mercados de capitais. Como resultado, o financiamento por grosso é bem diversificado por produto, maturidade, geografia e principais moedas.

A 31 de dezembro de 2014, o valor total do financiamento por grosso em dívida (excluindo os acordos de recompra) era de 171mM€ (2013: 186mM€). 75mM€ (2013: 82mM€) do valor do financiamento por grosso em dívida vence-se a um prazo inferior a um ano, dos quais 22mM€ (2013: 23mM€)<sup>a</sup> relacionados com o financiamento a prazo. 96mM€ (2013: 104mM€) do valor de financiamento por grosso tinha um vencimento residual de mais de um ano.

A 31 de dezembro de 2014, o valor do financiamento em dívida compreendia 33mM€ (2013: 35mM€) de financiamento com garantia e 138mM€ (2013: 151mM€) de financiamento sem garantia.

Na preparação para um modelo de resolução para um Ponto Único de Entrada, o Grupo começou a emitir capital de dívida e financiamento de dívida principal não garantida a prazo do Barclays PLC, a empresa holding. O Grupo espera refinar a grande parte do capital em dívida e a dívida principal não garantida a prazo do Barclays PLC ao longo do tempo.

Nota  
a Predominantemente disponível para investimentos de vendas, ativos de carteira de negociação, ativos financeiros designados a valor justo e empréstimos e adiantamentos a bancos financiados por dívida por grosso a mais de um ano e capital.

# Análise de risco

## Desempenho de risco

### Risco de financiamento - Liquidez

Perfil de maturidade de financiamento por											
grosso <sup>b</sup>											
	Superior a um mês, mas inferior a três meses		Superior a três meses mas inferior a seis meses		Superior a seis meses mas inferior a nove meses		Superior a nove meses mas inferior a um ano		Superior a dois anos, mas não mais de cinco anos		Total
	Não superior a um mês	Superior a um mês, mas inferior a três meses	Superior a três meses mas inferior a seis meses	Superior a seis meses mas inferior a nove meses	Superior a nove meses mas inferior a um ano	Superior a um ano mas inferior a dois anos	Superior a dois anos, mas não mais de cinco anos	Superior a cinco anos	Superior a cinco anos		
	mM€	mM€	mM€	mM€	mM€	mM€	mM€	mM€	mM€	mM€	mM€
<b>Barclays PLC</b>											
Dívida princ. não garantida (Ref <sup>a</sup> pública)	-	-	-	-	-	-	-	-	1,3	0,8	2,1
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,8	0,8
<b>Barclays Bank PLC</b>											
Recursos de instituições de Certificados de depósitos e papel comercial	9,2	5,7	0,9	0,5	0,3	16,6	0,2	0,1	0,2	17,1	17,1
Títulos garantidos por ativos	0,8	5,6	7,8	6,0	4,0	24,2	0,6	2,0	0,6	27,4	27,4
Dívida principal não garantida (referência pública)	1,0	4,4	0,2	-	-	5,6	-	-	-	5,6	5,6
Dívida principal não garantida (privada) <sup>c</sup>	-	2,0	0,7	1,1	-	3,8	2,7	7,9	5,1	19,5	19,5
Obrigações cobertas/ABS	0,6	1,8	3,3	3,8	2,0	11,5	7,2	13,3	12,6	44,6	44,6
Passivos subordinados	2,7	2,0	0,7	1,6	0,2	7,2	2,2	7,5	6,0	22,9	22,9
Outros <sup>d</sup>	-	0,1	-	-	-	0,1	-	2,9	16,7	19,7	19,7
	2,5	1,6	0,8	0,5	1,0	6,4	1,1	1,6	2,6	11,7	11,7
<b>Total a 31 de dezembro de 2014</b>	<b>16,8</b>	<b>23,2</b>	<b>14,4</b>	<b>13,5</b>	<b>7,5</b>	<b>75,4</b>	<b>14,0</b>	<b>36,6</b>	<b>45,4</b>	<b>171,4</b>	<b>171,4</b>
Dos quais garantidos	5,3	7,8	1,7	1,9	0,3	17,0	2,7	7,6	6,0	33,3	33,3
Dos quais não garantidos	11,5	15,4	12,7	11,6	7,2	58,4	11,3	29,0	39,4	138,1	138,1
<b>Total a 31 de dezembro de 2013</b>	<b>20,3</b>	<b>24,0</b>	<b>15,5</b>	<b>15,9</b>	<b>6,3</b>	<b>82,0</b>	<b>27,1</b>	<b>33,8</b>	<b>42,6</b>	<b>185,5</b>	<b>185,5</b>
Dos quais garantidos	4,6	3,7	1,4	3,5	0,7	13,9	7,3	6,5	7,2	34,9	34,9
Dos quais não garantidos	15,7	20,3	14,1	12,4	5,6	68,1	19,8	27,3	35,4	150,6	150,6

O valor do financiamento por grosso em dívida inclui 45mM€ (2013: 50mM€) de obrigações de dívida principal não garantida colocadas de forma privada em emissão. Estas obrigações são emitidas através de uma variedade de canais de distribuição incluindo intermediários e bancos privados. Embora não se trate de um requisito, o *pool de liquidez* excedeu o financiamento por grosso com vencimento em menos de um ano em 74mM€ (2013: 45mM€).

A maturidade média do financiamento líquido por grosso do *pool de liquidez* era, pelo menos, 105 meses (2013: 69 meses).

#### Notas

a Os vencimentos do financiamento a prazo compreendem referência pública e obrigações sem garantia colocadas de forma privada, obrigações cobertas/títulos garantidos por ativos (ABS) e dívida subordinada onde a maturidade original do instrumento era superior a um ano.

b A composição de fundos por grosso compreende os Depósitos de Bancos reportados em balanço, Passivos financeiros a Valor Justo, Títulos de Dívida e Passivos Subordinados, excluindo garantia em numerário e acertos de liquidação. Não inclui swaps de garantia, incluindo participação no Financiamento do Banco de Inglaterra para Esquema de Empréstimo. Incluído nos depósitos do banco encontram-se 1mM€ de passivos sacados no LTRO de 3 anos do Banco Central Europeu.

c Inclui obrigações estruturadas de 35mM€, 9mM€ com maturidade no prazo de um ano.

d Composto essencialmente de depósitos de valor justo (5mM€) e financiamento com garantia de ouro físico (5mM€).

## Composição atual da dívida por grosso

Em 31 de dezembro de 2014, a proporção de financiamento por grosso por principais moedas foi a seguinte:

### Composição atual do financiamento por grosso

	USD	EUR	GBP	Outra
	%	%	%	%
Recursos de instituições de crédito	20	28	46	6
Certificados de depósitos e papel comercial	45	44	10	1
Títulos garantidos por ativos	89	8	3	-
Dívida principal não garantida	39	30	12	19
Obrigações cobertas/ABS	26	47	27	-
Passivos subordinados	40	19	41	-
<b>Total em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>35</b>	<b>32</b>	<b>25</b>	<b>8</b>
<b>Total em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>35</b>	<b>36</b>	<b>19</b>	<b>10</b>

Para gerir risco de refinanciamento de divisas cruzadas, o Grupo gere para limites de fluxo de divisas, que limitam o risco a vencimentos específicos. No financiamento por grosso, a composição do financiamento por grosso permanece-se materialmente inalterada.

### Financiamento a prazo

O Grupo emitiu 15mM£ (2013: 1mM£) de financiamento líquido a prazo de amortizações antecipadas em 2014. Para além disso, o Grupo conseguiu 6mM£ através da participação no Financiamento para Esquema de Empréstimo do Banco de Inglaterra. O Grupo tem 23mM£ de dívida a prazo com vencimento em 2015 e 13mM£ com vencimento em 2016<sup>a</sup>.

O Grupo espera continuar a emitir dívida por grosso pública em 2015, no sentido de manter um base de financiamento estável e diversa por tipo, moeda e canal de distribuição.

### Gestão de liquidez no BAGL Group (auditado)

O risco de liquidez é gerido separadamente no grupo BAGL devido a exigências locais de moeda e de financiamento.

Além do *pool* de liquidez do Grupo, em 31 de dezembro de 2014, o Grupo BAGL detinha 7mM£ (2013: 4mM£) de ativos do *pool* de liquidez face às saídas por esforço previstas específicas do BAGL. O *pool* de liquidez é composto por obrigações do Estado da África do Sul e por títulos do Tesouro.

O rácio empréstimos/depósitos do BAGL em 31 de dezembro de 2014 foi de 102% (2013: 103%).

Em 31 de dezembro de 2014, o BAGL detinha 9mM£ de valor de financiamento por grosso em dívida (2013: 9mM£), dos quais 5mM£ vence num prazo inferior a 12 meses (2013: 6mM£).

Para mais informações sobre gestão de liquidez no BAGL, consulte o Relatório Anual do Barclays Africa Group.

### Maturidade contratual de ativos e passivos financeiros (auditado)

O quadro abaixo faculta detalhes sobre o vencimento contratual de todos os instrumentos financeiros e outros ativos e passivos. Os derivados (para além dos designados numa relação de cobertura) e os ativos e passivos da carteira de negociação estão incluídos na coluna 'a pedido' ao seu valor justo. O risco de liquidez nesses itens não é gerido na base da maturidade contratual desde porque não são mantidos para liquidação de acordo com esse vencimento e frequentemente serão liquidados antes do vencimento contratual a um valor justo. Os derivados designados numa relação de cobertura estão incluídos de acordo com a sua maturidade contratual.

Os ativos financeiros considerados a valor justo relacionados com passivos ligados a clientes sob contratos de investimento foram incluídos noutros ativos e outros passivos uma vez que o Grupo não está exposto a risco de liquidez decorrente deles, quaisquer pedidos para financiamento por parte de credores serão satisfeitos simultaneamente através de liquidação ou transferência de investimento relacionado.

#### Nota

a Inclui 1mM£ de financiamento garantido bilateral em 2015 e 1mM£ em 2016.

# Análise de risco

## Desempenho de

### Risco de financiamento – Liquidez

#### Maturidade contratual de ativos e passivos financeiros (incluindo BAGL) (auditado)

A 31 de dezembro 2014	A pedido	Não mais de três meses	Mais de três meses mas não mais de seis meses	Mais de seis meses mas não mais de nove meses	Mais de nove meses mas não mais de um ano	Mais de um ano mas não mais do que dois anos	Mais de dois anos mas não mais de três anos	de três a cinco anos	Mais de cinco anos mas não mais de dez anos	Mais de dez anos	Total
O Grupo	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€
<b>Ativos</b>											
Caixa e saldos em bancos centrais	39.466	229	-	-	-	-	-	-	-	-	39.695
Produtos em fase de cobrança de outros bancos	828	382	-	-	-	-	-	-	-	-	1.210
Ativos da carteira de Ativos financeiros designados pelo valor justo	114.755	-	-	-	-	-	-	-	-	-	114.755
Ativo financeiro derivado	5.732	3.139	1.540	797	602	2.696	1.322	1.253	1.038	18.538	36.657
Instrumentos	438.437	26	6	8	7	204	274	443	439	232	440.076
Empréstimos e bancos	5.909	31.635	3.236	225	944	370	233	20	36	49	42.657
Empréstimos e Clientes	24.607	99.208	9.225	6.900	9.241	35.477	24.653	48.486	54.168	115.802	427.767
Compra com acordo de e outros empréstimos similares	144	117.977	9.857	2.013	941	28	116	109	22	546	131.753
Disponível para venda investimentos financeiros	513	1.324	2.045	3.576	844	10.804	16.705	10.107	23.722	16.465	86.105
Outros ativos	-	1.500	-	-	-	180	-	-	-	-	1.680
<b>Outros ativos</b>	630.391	255.420	25.909	13.519	12.579	49.759	43.303	60.418	79.425	151.632	1.322.355
<b>Outros ativos<sup>a</sup></b>											36.338
<b>Total ativos</b>											1.358.693
<b>Passivos</b>											
Depósitos de bancos	7.978	48.155	1.041	504	298	187	95	69	57	6	58.390
Produtos em fase de cobrança devida a outros bancos	1.177	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.177
Contas de clientes	317.598	86.626	7.284	5.442	3.245	4.208	494	1.228	719	1.024	427.868
Acordos de recompra e outros empréstimos similares garantidos	40	111.766	7.175	2.847	1.989	119	116	-	427	-	124.479
empréstimo											
Carteira de negociação de negociação	45.124	-	-	-	-	-	-	-	-	-	45.124
Passivos financeiros designados pelo valor justo	665	6.554	3.493	4.056	3.244	7.015	5.524	9.573	6.174	8.851	55.149
Ativo financeiro derivado	438.623	29	7	12	5	62	69	78	268	167	439.320
Instrumentos											
Títulos de dívida em	10	19.075	11.146	9.712	4.791	7.568	10.560	10.350	11.376	1.511	86.099
Passivos subordinados	-	236	48	15	-	37	1.259	1.947	11.469	6.674	21.685
Outros passivos	-	3.060	-	-	-	815	-	-	-	-	3.875
<b>Total de passivos</b>	811.215	275.501	30.194	22.588	13.572	20.011	18.117	23.245	30.490	18.233	1.263.166
<b>Outros passivos</b>											29.482
<b>Total dos passivos</b>											1.292.648
<b>Desvio de liquidez cumulativo</b>	(180.824)	(200.905)	(205.190)	(214.259)	(215.252)	(185.504)	(160.318)	(123.145)	(74.210)	59.189	66.045

Nota:

a Outros ativos incluem saldos de M€15.574 e outros passivos incluem saldos de M€13.115 referidos a montantes devidos para venda sobretudo respeitante ao negócio em Espanha. Consultar a nota 45 para mais informações.

**Maturidade contratual de ativos e passivos financeiros (auditado)**

A 31 de dezembro de 2013	A pedido	Mais de três meses, mas não mais de seis	Mais de seis meses, mas não mais de nove	Mais de nove meses, mas não mais de um ano	Mais de um ano, mas não mais de dois anos	Mais de dois anos, mas não mais de três anos	Mais de três anos, mas não mais de cinco anos	Mais de cinco anos, mas não mais de dez anos	Mais de 10 anos	Total	
O Grupo	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	
<b>Ativos</b>											
Caixa e disponibilidades nos bancos centrais	38.602	7.085	-	-	-	-	-	-	-	45.687	
Itens em fase de cobrança de outros bancos	894	388	-	-	-	-	-	-	-	1.282	
Ativos da carteira de negociação	133.089	-	-	-	-	-	-	-	-	133.089	
Ativos financeiros designados no justo valor	1.029	12.743	654	853	415	2.270	673	1.410	1.035	16.280	
Instrumentos financeiros derivados											
Empréstimos e adiantamentos a bancos	347.715	368	163	88	32	283	480	294	545	492	
Empréstimos e adiantamentos a clientes	6.558	29.667	973	538	588	295	370	109	63	661	
Compra c/revenda acordos e outros empréstimos garantidos similares	30.422	95.977	7.058	7.459	8.450	30.144	27.201	45.699	60.537	121.290	
Investimentos financeiros disponíveis para venda	21	172.401	9.119	2.335	2.583	107	-	130	-	83	
Outros ativos financeiros	-	1.693	-	-	-	305	-	-	-	-	
<b>Total ativos</b>	<b>558.962</b>	<b>322.955</b>	<b>21.153</b>	<b>13.388</b>	<b>17.790</b>	<b>43.159</b>	<b>43.122</b>	<b>62.409</b>	<b>86.613</b>	<b>152.953</b>	<b>1.322.504</b>
<b>Outros ativos financeiros</b>											<b>21.697</b>
<b>Total ativos</b>											<b>1.344.201</b>
<b>Passivos</b>											
Depósitos de bancos	7.005	41.412	738	1.112	426	4.658	111	137	-	16	55.615
Produtos em fase de cobrança devida a outros bancos	1.037	322	-	-	-	-	-	-	-	-	1.359
Contas de clientes	293.708	107.003	8.708	5.928	6.308	3.436	1.587	2.237	1.869	1.248	432.032
Acordos de recompra e outros empréstimos similares garantidos	76	189.401	4.371	556	914	1.378	17	35	-	-	196.748
empréstimo											
Carteira de negociação de negociação	53.464	-	-	-	-	-	-	-	-	-	53.464
Passivos financeiros designados pelo valor justo	636	8.215	5.257	4.712	3.425	11.107	6.527	10.138	6.678	6.396	63.091
Ativo financeiro derivado	345.845	11	11	13	6	48	157	208	583	236	347.118
Instrumentos											
Títulos de dívida em circulação	72	22.233	10.553	10.812	3.486	11.786	6.705	8.350	10.657	2.039	86.693
Passivos subordinados	-	327	20	117	-	281	6	3.225	11.135	7.078	22.249
Outros passivos financeiros	-	4.210	-	-	-	1.478	-	-	-	-	5.688
<b>Total de passivos</b>	<b>701.843</b>	<b>373.134</b>	<b>29.658</b>	<b>23.310</b>	<b>14.565</b>	<b>34.172</b>	<b>15.110</b>	<b>24.330</b>	<b>30.922</b>	<b>17.013</b>	<b>1.264.057</b>
<b>Outros passivos</b>											<b>16.924</b>
<b>Total dos passivos</b>											<b>1.280.981</b>
<b>Desvio de liquidez cumulativo</b>	<b>(14.881)</b>	<b>(193.060)</b>	<b>(201.565)</b>	<b>(211.487)</b>	<b>(208.262)</b>	<b>(199.275)</b>	<b>(171.263)</b>	<b>(133.184)</b>	<b>(77.493)</b>	<b>58.447</b>	<b>63.219</b>

e outros empréstimo com garantia

# Análise de risco

## Desempenho de Risco

### Maturidade contratual de ativos e passivos financeiros (auditado)

A 31 de dezembro de 2014 A pedido	Não mais de três meses	Mais de três meses, mas não mais que seis meses	Mais de seis meses, mas não mais que nove meses	Mais de nove meses, mas não mais que um ano	Mais de um ano, mas não mais que dois anos	Mais de um ano, mas não mais que dois anos	Mais de três anos, mas não mais que cinco anos	Mais de cinco anos, mas não mais que dez anos	Mais de dez anos	Total
O Banco	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€
<b>Ativos</b>										
Caixa e saldos em bancos centrais	35.240	229	-	-	-	-	-	-	-	35.469
Produtos em fase de cobrança de outros bancos	801	-	-	-	-	-	-	-	-	801
Ativos da carteira de negociação	49.076	-	-	-	-	-	-	-	-	49.076
Ativos financeiros designados pelo valor justo	138	4.995	1.378	745	956	6.372	2.208	2.351	3.071	18.653
Ativo financeiro derivado	424.979	37	7	7	3	193	279	431	430	199
<b>Instrumentos</b>										
Empréstimos e bancos	5.219	29.435	5.369	3.017	2.899	4.197	3.380	3.831	69	22
Empréstimos e Clientes	40.675	112.588	10.395	7.915	9.703	23.913	19.552	51.546	43.794	109.733
Compra com acordo de e outros empréstimos similares	7.037	82.912	8.230	1.745	1.265	14	387	473	215	546
Disponível para venda	16	1.007	1.089	3.341	599	10.395	15.733	9.327	22.102	14.981
investimentos financeiros	-	729	-	-	-	10	-	-	-	-
Outros ativos financeiros	-	729	-	-	-	10	-	-	-	-
<b>Outros ativos</b>	563.181	231.932	26.468	16.770	15.425	45.094	41.539	67.959	69.681	144.134
<b>Outros ativos</b>										43.573
<b>Total ativos</b>										1.265.756
<b>Passivos</b>										
Depósitos de bancos	21.639	45.818	1.404	763	342	83	95	146	52	-
Produtos em fase de cobrança devida a outros bancos	911	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contas de clientes	279.296	91.559	7.007	7.051	4.130	9.219	9.478	9.678	1.723	5.993
Acordos de recompra e outros empréstimos com garantia	5.482	78.510	6.112	1.746	2.854	48	194	-	427	-
Carteira de negociação de negociação	25.910	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros designados pelo valor justo	551	6.624	3.769	4.361	3.643	11.066	6.127	9.632	7.590	9.353
Ativo financeiro derivado	419.048	24	-	11	4	50	43	61	226	138
<b>Instrumentos</b>										
Títulos de dívida em negociação	6	10.068	9.085	8.022	3.995	5.942	8.786	7.339	9.308	1.220
Passivos subordinados	-	98	49	-	-	-	1.099	1.722	11.415	6.468
Outros passivos financeiros	-	16.950	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total de passivos</b>	752.843	249.651	27.426	21.954	14.968	26.408	25.578	28.579	30.741	23.172
<b>Outros passivos</b>										7.481
<b>Total dos passivos</b>										1.209.044
<b>Desvio de liquidez cumulativo</b>	(189.662)	(207.381)	(208.339)	(215.523)	(213.066)	(194.380)	(178.663)	(139.282)	(100.3425)	20.620

## Maturidade contratual de ativos e passivos financeiros (auditado)

A 31 de dezembro de 2013 O Banco	A pedido	Mais de										Total
		Mais de três meses mas não mais de seis meses	Mais de seis meses mas não mais de nove meses	Mais de nove meses mas não mais de um ano	Mais de um ano mas não mais de dois anos	Mais de dois anos mas não mais de três anos	Mais de três anos mas não mais de cinco anos	Mais de cinco anos mas não mais de dez anos				
	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M	M€
<b>Ativos</b>												
Caixa e disponibilidades nos bancos centrais	35,209	6,930	-	-	-	-	-	-	-	-	-	42,139
Itens em fase de cobrança de outros bancos	782	210	-	-	-	-	-	-	-	-	-	992
Ativos da carteira de negociação	66,212	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	66,212
Ativos financeiros designados a justo valor	430	42.794	2.343	2.692	1.629	3.256	4.396	3.218	3.464	16.399	-	80.621
Instrumentos financeiros derivados	342.879	367	159	80	24	252	438	283	536	416	-	345.434
Empréstimos e adiantamentos a bancos	5.679	27.902	2.053	3.838	2.321	3.323	2.446	3.277	133	678	-	51.650
Empréstimos e adiantamentos a clientes	41.863	154.629	7.340	7.442	14.858	21.840	22.177	39.477	47.689	105.268	-	462.583
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	306	132.418	6.070	2.102	1.418	168	-	130	-	83	-	142.695
Investimentos financeiros disponíveis para venda	13	1.439	2.028	681	5.421	9.068	13.993	13.699	22.935	12.995	-	82.272
Outros ativos financeiros	-	791	-	-	-	111	(319)	4.161	1.927	8.449	-	15.758
<b>Outros ativos financeiros</b>	<b>493.373</b>	<b>367.480</b>	<b>19.993</b>	<b>16.835</b>	<b>25.671</b>	<b>38.018</b>	<b>43.769</b>	<b>64.245</b>	<b>76.684</b>	<b>144.288</b>	<b>1.290.356</b>	<b>1.290.356</b>
<b>ativos financeiros</b>												<b>24.833</b>
<b>ativos financeiros</b>												<b>1.315.189</b>
<b>Outros ativos</b>												
	23.138	37.308	640	1.320	339	1.551	75	120	176	-	-	64.667
Depósitos de bancos	913	255	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.168
Itens em fase de cobrança devidos a outros bancos	265.661	175.260	7.555	5.948	6.835	8.885	4.883	11.623	7.233	3.376	-	497.259
venda com acordo de recompra de contas de clientes e outros e empréstimos similares com garantia	482	143.736	1.644	406	775	1.439	28	35	-	-	-	148.545
Passivos de portfólio de negociação	28.990	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	28.990
Passivos financeiros designados a justo valor	254	8.206	6.811	6.384	4.520	12.416	10.930	11.973	9.542	6.890	-	77.926
Instrumentos financeiros derivados	334.090	9	11	13	6	29	128	177	558	201	-	335.222
Títulos de dívida em emissão	8	11.806	8.902	8.993	2.157	7.756	5.223	7.121	9.631	1.215	-	62.812
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	145	-	2.863	11.103	6.871	-	20.982
Outros passivos	-	16.812	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16.812
<b>Outros passivos</b>	<b>653.536</b>	<b>393.392</b>	<b>25.563</b>	<b>23.064</b>	<b>14.632</b>	<b>32.221</b>	<b>21.267</b>	<b>33.912</b>	<b>38.243</b>	<b>18.553</b>	<b>1.254.383</b>	<b>1.254.383</b>
<b>passivos financeiros</b>												<b>7.828</b>
<b>passivos financeiros</b>												<b>1.262.211</b>
<b>Passivo financeiro Total</b>	<b>(160.163)</b>	<b>(186.075)</b>	<b>(191.645)</b>	<b>(197.874)</b>	<b>(186.835)</b>	<b>(181.038)</b>	<b>(158.536)</b>	<b>(128,203)</b>	<b>(89.762)</b>	<b>35.973</b>	<b>52.978</b>	<b>52.978</b>
<b>Outros passivos</b>												
<b>Total passivos</b>												
<b>Desvio de liquidez cumulativo</b>												

As datas de maturidade esperadas não diferem significativamente das datas dos contratos, à exceção de:

- Ativos e passivos da carteira de negociação e instrumentos financeiros derivados, que poderão não ser detidos até à maturidade, como parte das estratégias de negociação do grupo.
- Os depósitos de retalho, que estão incluídos nas contas de clientes, são pagáveis a pedido ou com aviso a curto prazo com base contratual. Na prática, estes instrumentos constituem uma base estável para as operações do Grupo e para as necessidades de liquidez, devido à ampla base de clientes, quer em número, quer em tipo de depositante (ver perfil da maturidade comportamental na página 108); e

Ativos financeiros designados a justo valor detidos pelos passivos ligados, que são geridos com os passivos associados.

# Análise de risco

## Desempenho de Risco

Maturidade contratual de passivos financeiros numa base não atualizada (auditada)

A tabela abaixo apresenta os fluxos de caixa pagáveis pelo Grupo de passivos financeiros por maturidades contratuais remanescentes à data do balanço. As quantias apresentadas na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados de todos os passivos financeiros (ou seja, valores nominais).

Os balanços na tabela abaixo não concordam diretamente com os balanços no balanço consolidado pois a tabela incorpora todos os fluxos de caixa, numa base sem desconto, relacionados tanto com todos os pagamentos de cupão futuros principais como com os associados.

Os instrumentos financeiros derivados detidos para negociação e os passivos da carteira de negociação estão incluídos na coluna “a pedido” pelo seu justo valor.

Os passivos financeiros designados a justo valor em relação ao passivo ligado por contratos de investimento foram excluídos desta análise, uma vez que o Grupo não está exposto aos riscos de liquidez deles resultantes.

### Maturidade contratual de passivos financeiros numa base não atualizada (auditada)

	A pedido	Não mais de três meses	Mais de três meses, mas não mais de seis meses	Mais de seis meses mas não mais de um ano	Mais de um ano mas não mais de três anos	Mais de três anos, mas não mais que cinco anos	Mais de cinco anos, mas não mais que dez anos	Mais de dez anos	Total
	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€
<b>A 31 de dezembro de 2014</b>									
<b>O Grupo</b>									
Depósitos de bancos	7.978	48.155	1.042	804	287	75	62	29	58.432
Produtos em fase de cobrança devido a outros bancos	1.177	-	-	-	-	-	-	-	1.177
Contas de clientes	317.598	86.660	7.364	8.854	4.851	1.408	1.052	2.218	430.005
Acordos de revenda outro empréstimo garantido semelhante	40	111.769	7.178	4.837	236	-	428	-	124.488
Passivo de carteiras de negociação	45.124	-	-	-	-	-	-	-	45.124
Passivos financeiros designados pelo valor justo valor	665	6.561	3.508	7.378	12.854	10.285	7.170	14.273	62.694
Instrumentos financeiros derivados	438.623	30	7	17	137	85	314	341	439.554
Títulos de dívida em circulação	10	19.481	11.406	14.952	19.416	11.352	12.075	2.760	91.452
Passivos subordinados	-	363	324	153	1.333	4.269	10.762	6.683	23.887
Outros passivos financeiros	-	3.060	-	-	815	-	-	-	3.785
<b>Total de passivos financeiros</b>	<b>811.215</b>	<b>276.079</b>	<b>30.829</b>	<b>36.995</b>	<b>39.929</b>	<b>27.474</b>	<b>31.863</b>	<b>26.304</b>	<b>1.280.688</b>
<b>O Banco</b>									
Depósitos de bancos	21.639	45.819	1.405	1.108	183	153	52	-	70.359
Produtos em fase de cobrança devido a outros bancos	911	-	-	-	-	-	-	-	911
Contas de clientes	279.296	91.563	7.012	11.203	18.739	11.229	1.831	6.488	427.361
Acordos de revenda outro empréstimo garantido semelhante	5.482	78.514	6.115	4.601	243	-	427	-	95.382
Passivo de carteiras de negociação	25.910	-	-	-	-	-	-	-	25.910
Passivos financeiros designados pelo valor justo valor	551	6.632	3.780	8.078	17.588	10.323	8.607	14.619	70.178
Instrumentos financeiros derivados	419.048	24	-	15	94	61	237	194	419.673
Títulos de dívida em circulação	6	10.457	9.286	12.372	15.640	8.068	9.522	1.454	66.805
Passivos subordinados	-	223	326	137	1.098	3.987	10.545	6.468	22.784
Outros passivos financeiros	-	16.950	-	-	-	-	-	-	16.950
<b>Total de passivos financeiros</b>	<b>752.843</b>	<b>250.182</b>	<b>27.924</b>	<b>37.514</b>	<b>53.585</b>	<b>33.821</b>	<b>31.221</b>	<b>29.223</b>	<b>1.216.313</b>

Maturidade contratual de passivos financeiros numa base não atualizada (auditada)

	Não mais	Mais de três meses mas	Mais de seis mas não mais de um ano	mas mais de três anos	Durante um ano, mas não mais	Mais do que três anos, mas não mais	Mais do que cinco anos, mas não mais de dez anos	Mais de dez anos	Total
A pedido	mais de três meses	mas não mais de seis meses	mas não mais de um ano	mas de três anos	mais de cinco anos	mais de dez anos	mais de dez anos		
M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€
<b>A 31 de dezembro de 2013</b>									
<b>O Grupo</b>									
Depósitos de bancos	7.005	41.966	739	999	4.832	124	-	70	55.735
Itens em fase de cobrança devidos a outros bancos	1.037	333	-	-	-	-	-	-	1.370
Contas de clientes	293.708	107.090	8.747	12.316	5.317	2.858	2.574	2.503	435.113
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	76	189.401	4.375	1.470	1.395	36	-	-	196.753
Passivos de portfólio de negociação	53.464	-	-	-	-	-	-	-	53.464
Passivos financeiros designados a justo valor	636	8.259	5.115	8.285	18.128	10.909	7.978	12.799	72.109
Instrumentos financeiros derivados	345.845	12	13	20	219	231	716	530	347.586
Titulos de dívida em circulação	72	22.741	10.793	14.799	19.562	9.630	11.638	3.175	92.410
Passivos subordinados	-	631	404	433	2.154	4.928	12.528	7.143	28.221
Outros passivos financeiros	-	4.210	-	-	1.478	-	-	-	5.688
<b>Total de passivos financeiros</b>	<b>701.843</b>	<b>374.643</b>	<b>30.186</b>	<b>38.322</b>	<b>53.085</b>	<b>28.716</b>	<b>35.434</b>	<b>26.220</b>	<b>1.288.449</b>
<b>O Banco</b>									
Depósitos de bancos	23.138	37.310	640	1.659	1.626	148	212	-	64.733
Produtos em fase de cobrança devido a outros bancos	913	255	-	-	-	-	-	-	1.168
Contas de clientes	265.661	178.733	7.928	12.895	17.337	8.141	8.625	3.377	502.697
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	482	143.750	1.644	1.181	1.468	36	-	-	148.561
Passivos de portfólio de negociação	28.990	-	-	-	-	-	-	-	28.990
Passivos financeiros designados a justo valor	254	8.247	6.811	11.140	23.833	12.930	11.374	13.681	88.270
Instrumentos financeiros derivados	334.090	12	13	19	164	189	669	367	335.523
Titulos de dívida em circulação	8	12.294	9.108	11.576	13.743	8.209	10.068	1.537	66.543
Passivos subordinados	-	-	-	248	-	4.439	13.096	8.927	26.710
Outros passivos financeiros	-	16.812	-	-	-	-	-	-	16.812
<b>Total de passivos financeiros</b>	<b>653.536</b>	<b>397.413</b>	<b>26.144</b>	<b>38.718</b>	<b>58.171</b>	<b>34.092</b>	<b>44.044</b>	<b>27.889</b>	<b>1.280.007</b>

# Análise de risco

## Desempenho de Risco

Maturidade de compromissos extra-patrimoniais recebidos e concedidos (auditados) a

A tabela em baixo apresenta a divisão da maturidade dos compromissos extra-patrimoniais do Grupo, recebidos e concedidos à data do balanço. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos financeiros sem desconto (ou seja, valores nominais) com base na primeira oportunidade em que estão disponíveis.

### Análise da maturidade de compromissos extrapatrimoniais recebidos

O Grupo (incluindo BAGL)	Mais de três meses mas		Mais de seis meses mas não mais de um ano		Mais de nove meses mas não mais de dois anos		Mais de um ano mas não mais de três anos		Mais de dois anos mas não mais de cinco anos		Mais de três anos, mas não mais de dez anos		Total
	A pedido	Não mais	mas não mais de seis meses	mas não mais de nove meses	mas não mais de um ano	mas não mais de dois anos	mas não mais de três anos	mas não mais de cinco anos	mas não mais de dez anos	Mais de dez anos			
	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€
Em 31 de dezembro de 2014													
Garantias, cartas de crédito e seguros de crédito	6.571	60	37	38	39	152	138	203	65	-	-	-	7.303
Acordo de recompra	-	10.778	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.778
Total de compromissos extrapatrimoniais	6.571	10.838	37	38	39	152	138	203	65	-	-	-	18.081
A 31 de dezembro de 2013													
Garantias, cartas de crédito e seguros de crédito	10.114	46	46	45	45	174	168	302	154	-	-	-	11.094
Acordo de recompra	-	14.334	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14.334
Total de compromissos extra-	10.114	14.380	46	45	45	174	168	302	154	-	-	-	25.428

Análise da maturidade de compromissos extrapatrimoniais oferecidos (incluindo o BAGL) (auditados)

O Grupo	À ordem	Mas não mais três meses	Mais três meses	Mais seis meses	Mais nove meses	Mais 1 ano	Mais um ano	Mais dois anos	Mais três anos	Mais quatro anos	Mais cinco anos	Mais seis anos	Mais sete anos	Mais oito anos	Mais nove anos	Mais dez anos	Total
	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>																	
Passivos contingentes	17.303	1.770	352	162	102	410	55	83	1.037	49	21.323						
Créditos documentários e outras transações de curto-prazo relacionadas com comércio	869	75	13	-	19	115	-	-	-	-	1.091						
Acordo de revenda c/início no futuro	-	13.735	-	121	-	-	-	-	-	-	13.856						
<b>Total de compromissos extra-</b>	<b>262.539</b>	<b>4.045</b>	<b>1.722</b>	<b>844</b>	<b>646</b>	<b>3.638</b>	<b>877</b>	<b>1.846</b>	<b>137</b>	<b>20</b>	<b>276.314</b>						
<b>Total de compromissos extra-</b>	<b>280.711</b>	<b>19.625</b>	<b>2.087</b>	<b>1.127</b>	<b>767</b>	<b>4.163</b>	<b>932</b>	<b>1.929</b>	<b>1.174</b>	<b>69</b>	<b>312.584</b>						
<b>A 31 de dezembro 2013</b>																	
Passivos contingentes	17.873	630	437	233	283	558	478	138	208	346	21.184						
Os créditos documentários e outros a curto prazo relacionados com o comércio transações	504	84	62	7	35	88	-	-	-	-	780						
Acordo de revenda com início no futuro	-	19.936	-	-	-	-	-	-	-	-	19.936						
Recursos de reserva, linhas de e outros	247.045	1.922	203	620	1.100	1.332	777	1.405	397	54	254.855						
<b>Total rubricas extrapatrimoniais compromissos concedidos</b>	<b>265.422</b>	<b>22.572</b>	<b>702</b>	<b>860</b>	<b>1.418</b>	<b>1.978</b>	<b>1.255</b>	<b>1.543</b>	<b>605</b>	<b>400</b>	<b>296.755</b>						

# Análise de risco

## Desempenho de Risco

### Análise da maturidade de compromissos extra-patrimoniais recebidos<sup>a</sup>

	ordem	Mais de três meses, mas não mais		Mais de seis meses, mas não mais	Mais de um ano mas não mais do que três anos		Mais de dois anos mas não mais do que cinco anos		Mais de cinco anos		Total
		Em mais de três meses	Não mais	um ano	anos	anos	anos	anos	Mais de dez anos		
O Banco	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€
Em 31 de dezembro de 2014											
Garantias, cartas de crédito e seguros de crédito	15.512	42	35	70	266	186	58	-	-	-	16.169
Acordos de recompra c/início no futuro	-	10.087	-	-	-	-	-	-	-	-	10.087
<b>Total de compromissos extra-patrimoniais</b>	<b>15.512</b>	<b>10.129</b>	<b>35</b>	<b>70</b>	<b>266</b>	<b>186</b>	<b>58</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>26.256</b>
A 31 de dezembro de 2013											
Garantias, cartas de crédito e seguros de crédito	67.646	46	46	90	342	302	154	-	-	-	68.626
Acordos de recompra	-	11.268	-	-	-	-	-	-	-	-	11.268
<b>Total de compromissos extra-patrimoniais</b>	<b>67.646</b>	<b>11.314</b>	<b>46</b>	<b>90</b>	<b>342</b>	<b>302</b>	<b>154</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>79.894</b>

### Análise da maturidade de compromissos extra-patrimoniais concedidos (auditados)<sup>a</sup>

	ordem	Mais de três meses, mas não mais		Mais de seis meses, mas não mais	Mais de um ano mas não mais do que três anos		Mais de dois anos mas não mais do que cinco anos		Mais de cinco anos		Total
		Em mais de três meses	Não mais	um ano	anos	anos	anos	anos	Mais de dez anos		
O Banco	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€
Em 31 de dezembro de 2014											
Passivos contingentes	20.149	1.457	265	209	422	79	65	28	-	-	22.674
Acordos de revenda de início no futuro	772	61	6	-	115	-	-	-	-	-	954
Créditos documentários e outras atividades de relacionamento com comércio	-	11.291	-	121	-	-	-	-	-	-	11.412
Facilidades de crédito "standby", linhas de crédito e compromissos	213.108	2.510	830	933	1.669	1.384	86	15	-	-	220.535
<b>Total de compromissos extra-patrimoniais dados</b>	<b>234.029</b>	<b>15.319</b>	<b>1.101</b>	<b>1.263</b>	<b>2.206</b>	<b>1.463</b>	<b>151</b>	<b>43</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>255.575</b>
A 31 de dezembro de 2013											
Passivos contingentes	18.176	504	307	418	954	129	204	68	-	-	20.760
Créditos documentários e outras atividades de relacionamento com comércio	393	38	34	23	82	-	-	-	-	-	570
Acordos de revenda de início no futuro	-	11.048	-	-	-	-	-	-	-	-	11.048
Facilidades de crédito "standby", linhas de crédito e compromissos	200.551	1.788	109	799	1.718	1.001	238	49	-	-	206.253
<b>Total de compromissos extra-patrimoniais dados</b>	<b>219.120</b>	<b>13.378</b>	<b>450</b>	<b>1.240</b>	<b>2.754</b>	<b>1.130</b>	<b>442</b>	<b>117</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>238.631</b>

Nota:

a A apresentação das tabelas de compromissos extra-patrimoniais recebidos e dados foi melhorada em linha com as recomendações da Enhanced Disclosure Taskforce.

# Análise de risco

## Desempenho de risco

### Risco operacional

#### Análise do risco operacional

O risco operacional constitui o risco de impactos diretos ou indiretos que resultam de fatores humanos, processos e sistemas internos inadequados ou falhados ou eventos externos.

Esta secção apresenta uma análise do perfil de risco operacional do Grupo, incluindo eventos que exerceram um impacto significativo em 2014

#### Melhorias apesar de substanciais questões de litígio históricas

**1270 M€**

---

de encargos para provisões para Seguro de Proteção de Pagamento (comumente abreviado como PPI)

**1250 M€**

---

de encargos para as investigações e litígios correntes relacionados com a taxa de câmbio

**85%**

---

dos eventos de risco operacional relatáveis líquidos do Grupo registaram uma perda de 50.000 £ ou menos

**75%**

---

dos eventos devem-se a fraudes externas

Redução no número de incidentes registados que tiveram lugar durante o período.

Para efeitos de comunicação de riscos, provisões para reparação do risco de conduta foram incluídas nesta secção sobre o risco operacional.

O risco de conduta é um risco principal separado que é descrito em maior pormenor nas páginas 129 e 130.

# Análise de risco

## Desempenho de risco

### Risco operacional

O risco operacional é definido como qualquer situação em que existe um impacto potencial ou real para o Grupo resultante de processos internos inadequados ou falhados, pessoas, sistemas ou eventos externos. Os impactos para o Grupo podem ser financeiros, incluindo perdas ou um ganho financeiro inesperado, bem como não financeiros, como danos causados ao cliente e consequências para a reputação ou a nível regulamentar.

Todas as divulgações contidas nesta secção (páginas 121-122) não foram auditadas salvo indicação em contrário

#### Resumo

Os riscos operacionais são inerentes a todas as atividades empresariais do Grupo e são habituais em todas as grandes empresas. Tentar eliminar todos os riscos operacionais não é uma solução económica e, de qualquer forma, não seria possível fazê-lo. Está prevista a ocorrência de pequenas perdas decorrentes de riscos operacionais e estas são aceites como parte do decurso normal das atividades da empresa. Perdas mais importantes são menos frequentes e o Grupo procura reduzir a probabilidade da sua ocorrência em conformidade com a sua apetência pelo risco.

O Risco Operacional Principal envolve os seguintes Riscos-Chave: risco de cibersegurança, fornecedores externos, relatórios financeiros, fraude, informação, jurídico, pagamentos, pessoas, instalações e segurança, tributação, tecnologia e operações de transação. Para obter definições destes riscos-chave, consulte a página 57. A fim de assegurar uma cobertura completa dos potenciais impactos adversos sobre o Grupo decorrentes do risco operacional, a taxonomia do risco operacional vai além dos riscos-chave operacionais atrás enumerados vindo a abranger áreas incluídas no âmbito do risco de conduta.

Esta secção apresenta uma análise do perfil de risco operacional do Grupo, incluindo eventos que exerceram um impacto significativo em 2014.

#### Resumo do desempenho durante o período

Ao longo de 2014<sup>a</sup>, verificou-se uma redução no total de perdas do risco operacional. O número total de incidentes registados caiu devido a uma redução do número de eventos de perda significativos por fraude externa e entrega, execução e gestão do processo.

As perdas do risco operacional em 2014 foram substancialmente compostas por provisões suplementares para PPI (1270 M€) e uma provisão para investigações e litígios correntes relacionados com a Taxa de Câmbio (1250 M€).

#### Eventos de risco operacional por categoria de risco % do total de eventos de risco por número



#### Perfil do risco operacional

Dentro do risco operacional, uma elevada proporção de eventos de risco apresenta um baixo custo financeiro associado e uma proporção muito pequena de eventos de risco operacional terá um impacto significativo nos resultados financeiros do Grupo. Em 2014, 85,3% dos eventos de risco operacional relatáveis líquidos do Grupo registaram um valor de perda de 50.000 £ ou menos (2013: 81,8%) e representaram apenas 1,6% (2013: 1,8%) do impacto total das perdas líquidas do Grupo.

A análise que se segue apresenta os eventos de risco operacional do Grupo por categoria:

- A proporção de perdas por montante na categoria de clientes, produtos e práticas empresariais permanece o catalisador do perfil de risco operacional, situada em 95,1% (2013: 85,2%) e é fortemente afetada pelas provisões para PPI e pelas investigações e litígios correntes na Taxa de Câmbio. Os impactos da execução, entrega e gestão do processo foram reduzidos para 2,9% em 2014 (2013: 10,3%). Estes eventos são comuns no setor da banca em geral, onde elevados volumes de transações são processados diariamente. Em geral, estas são total ou parcialmente recuperadas, o que resulta em perdas líquidas de baixo valor. A fraude externa (75,0%) é a categoria com a maior frequência de eventos em que eventos de alto volume e de baixo valor são também coerentes com a experiência do setor, caracterizada por fraudes com cartões de débito e de crédito. A proporção de eventos deste tipo aumentou embora o volume real tenha, na verdade, decrescido; tal deve-se a uma maior redução no volume de eventos de execução, entrega e gestão do processo.

O perfil de risco operacional do Grupo é informado por avaliações de risco da base para o topo realizadas por cada unidade de negócio e por análise qualitativa do topo para a base da Comissão de Risco Operacional e Controlo. A fraude externa e a tecnologia são destacadas como importantes exposições ao risco operacional. A fraude externa aumentou, impulsionada pelo maior número de eventos de fraude, em especial em carteiras de cartão de crédito, e pelo crescimento empresarial, ao passo que no que respeita à tecnologia existe um programa de trabalho em curso para melhorar os controlos, através da eficiência e da automatização, e uma concentração na resiliência da infraestrutura. O risco de cibersegurança continua a ser uma área de preocupação em vista da crescente sofisticação e do alcance de potenciais ciberataques. Os riscos para a tecnologia e a cibersegurança mudam rapidamente e exigem uma concentração continuada e investimento.

Para mais informações, consulte a secção de Gestão do Risco (página 58)

#### Eventos de risco operacional por categoria de risco % do total de eventos de risco por valor



#### Nota

a Ao longo de 2014 o Grupo alterou o seu relato de eventos de risco operacional para o alinhar com o impacto financeiro do evento em lugar de se basear na data de aprovação no sistema de registos. Os valores de 2013 foram reformulados com base nesta alteração e devido a diferenças temporais entre a data do impacto financeiro e o registo de eventos. Prevê-se algum movimento de eventos de anos anteriores.

# Análise de Risco

## Deesempenho de Risco

Risco de conduta e de reputação

### Análise dos riscos de conduta e de reputação

O Risco de Conduta constitui o risco de que sejam causados danos aos nossos clientes, contrapartes ou ao Barclays devido a julgamentos impróprios no decurso da execução das nossas atividades comerciais.

O Risco de Reputação constitui o risco de prejudicar a marca Barclays decorrente de qualquer associação, ação ou inação que seja entendida pelas partes interessadas como inapropriada ou antiética

Esta secção detalha o perfil do risco de conduta e de reputação do Barclays e oferece informações sobre os principais eventos de risco de 2014 e as medidas de mitigação do risco tomadas pelo Barclays.

Estes riscos foram considerados Riscos Principais em 2013 para aumentar a concentração da gestão e reforçar a governação.

### Principais métricas

## 5,3/10 na Medida do Balanced Scorecard da Conduta e Reputação

Impulsionado por:

- Concentração na conduta e na reputação a fim de assegurar que fornecemos produtos e serviços adequados aos clientes
- Integração do risco de conduta nos nossos processos de definição da estratégia e de tomada de decisões
- Melhoria da nossa concentração nos resultados do cliente e colocação dos clientes e da integridade do mercado no núcleo da nossa atividade
- Aprendizagem com as lições do passado e tentativa de melhorar a gestão do risco de conduta no futuro

# Análise de risco

## Desempenho do risco

### Risco de conduta

O Risco de Conduta constitui o risco de que sejam causados danos aos nossos clientes, contrapartes ou ao Barclays devido a julgamentos impróprios no decurso da execução das nossas atividades comerciais.

Todas as divulgações contidas nesta secção (página 124) não foram auditadas salvo indicação em contrário

#### Risco de conduta

Fazer a coisa certa da maneira certa e fornecer produtos e serviços adequados aos clientes é fundamental para a estratégia mais vasta do Barclays de ser o banco "Onde Ir". O Barclays está empenhado em implementar medidas ao nível do Grupo nas práticas empresariais, governação e tipo de mentalidade e comportamentos para que os bons resultados dos clientes e a proteção da integridade do mercado sejam fundamentais na forma de trabalhar do Barclays.

Enquanto parte das iniciativas "Transform", o Programa de Risco de Conduta tem liderado esta mudança em todo o Grupo. O Risco de Conduta foi reclassificado como um Risco Principal em 2013 e é apoiado por sete Quadros-Chave de Risco (QCR) lançados ao longo de 2014. Os QCR apresentam expectativas para alcançar bons resultados do cliente e proteger a integridade do mercado.

#### Resumo do desempenho durante o período

A gestão do risco de conduta continua a evoluir à medida que as empresas adotam crescentemente práticas de ponderação de potenciais riscos de conduta nos seus modelos de negócio existentes e enquanto parte do desenvolvimento da estratégia. Ao longo de 2014, foram levantados riscos de conduta por empresas para consideração do Comité para o Risco de Conduta, de Reputação e Operacional do Conselho.

Estes incluem riscos de conduta associados a estratégias de crescimento empresarial, à expansão de propostas digitais, ao crescente cibercrime e à reestruturação do banco, incluindo abandonar mercados e migrar clientes. O Comité para o Risco de Conduta, de Reputação e Operacional do Conselho analisou os riscos levantados e se as ações de gestão propostas são apropriadas para assegurar que os riscos de conduta eram geridos com eficácia. O Comité analisou também a natureza e o âmbito da formação sobre Risco de Conduta ministrada aos colaboradores e a sua adequação para apoiar a mudança cultural que o Barclays está a atravessar.

Em 2014, todas as empresas conduziram análises de risco para determinar de que forma a estratégia e os modelos de negócio poderiam gerar riscos de conduta para os clientes e os mercados e para identificar ações que deveriam ser implementadas.

Aumentar a consciencialização de todos os colaboradores para a importância de bons resultados do cliente e da proteção da integridade do mercado tem sido uma prioridade. Ao longo de 2014, mais de 95% dos colaboradores do Barclays concluíram com sucesso cursos de e-Learning e tiveram lugar vários eventos de formação e consciencialização especificamente orientados para a atividade empresarial.

Como resultado de uma maior consciencialização e da consideração precoce do risco de conduta na empresa, foi implementada uma série de ações para melhorar os resultados do cliente, incluindo as seguintes:

- Os resultados dos clientes afetados pela criação do Barclays Non-Core;
- Os encargos por descoberto nas contas correntes no Reino Unido foram revistos, com uma maior clareza das condições e dos preços, concedendo aos clientes um maior controlo sobre os seus empréstimos e uma redução das receitas do Barclays decorrentes de empréstimos não autorizados;

- Um novo produto hipotecário no Reino Unido não foi lançado devido a potenciais riscos de conduta; e
  - Um produto de crédito de taxa fixa foi criado para os clientes do segmento das PME; tratava-se de um produto simplificado com riscos e benefícios transparentes e um preço justo, incluindo controlos apropriados sobre o marketing e as vendas;

As ações atrás referidas procuram reduzir os níveis futuros de risco de conduta quando apropriado, mas o Barclays procura também corrigir a situação no que se refere às suas transações históricas com os clientes. Ao longo de 2014, o Barclays lançou programas de reparação para clientes, incluindo os seguintes:

- Ações de correção para clientes cuja papelada não estava correta ao abrigo da Lei do Crédito ao Consumidor;
- O Barclays irá desculpar-se e efetuará reembolsos a alguns clientes empresariais aos quais foi cobrada uma taxa de juro fixa para além do período de taxa fixa definido, quando esta taxa fixa excedia a taxa variável que poderia ter sido cobrada aos clientes; e
- Um acordo de reparação com a Affinion International Ltd e 11 bancos e emittentes de cartões, incluindo o Barclays, para compensar os clientes por questões identificadas com a forma como uma característica do produto de segurança do cartão foi vendida aos clientes. As notificações aos clientes afetados tiveram início em janeiro de 2015.

O Grupo continuou a incorrer em custos significativos relacionados com questões de conduta e foram reconhecidos encargos adicionais de 1513 M€ para reparação de clientes, incluindo 1270 M€ para custos de reparação de PPI. O Barclays continua a ser parte em ações de litígio e regulamentares que envolvem requerentes que consideram que a conduta inapropriada do Grupo causou danos. Permanecem em curso investigações relativas a várias questões de conduta relacionadas com a taxa de câmbio e ações coletivas relacionadas foram instauradas em tribunais americanos. À data de 31 de dezembro de 2014, uma provisão de 1250 M€ foi reconhecida para certos aspetos de investigações em curso envolvendo determinadas autoridades e litígios relacionados com a Taxa de Câmbio. Informações relativas ao estado dessas investigações e questões relacionadas com litígios estão incluídas na nota sobre Questões Jurídicas, de Concorrência e Regulamentares, na página 229.

A resolução destas questões mantém-se uma parte necessária e importante para a execução da estratégia do Grupo, mas verificam-se os primeiros sinais de que estamos a conseguir melhores resultados para os clientes com base numa consideração mais cuidada das necessidades dos nossos clientes.

#### Medida de Reputação da Conduta

Para ajudar a monitorizar os progressos na gestão da conduta, foi incluída uma medida de "Reputação da Conduta" no Balanced Scorecard. A medida de conduta é desenvolvida através de um inquérito de conduta e reputação, realizado pela YouGov, que abrange uma vasta gama de inquiridos, incluindo partes interessadas dos setores empresarial e político, comunicação social, ONG, instituições de solidariedade social e outros formadores de opinião nas principais regiões (Reino Unido, Europa, África, EUA e Ásia). O resultado médio do Barclays em 2014 manteve-se estável em 5,3 (2013: 5,2), com ligeiras melhorias no total das cinco componentes do Índice (a saber, oferecer uma boa relação qualidade-preço aos clientes, ser considerado de confiança, tratar bem os colaboradores em todos os níveis da empresa, contar com produtos e serviços de alta qualidade e funcionar de forma aberta e transparente).

Os progressos realizados com vista a alcançar a meta para 2018, que é de 6,5, mostram-se mais lentos do que o pretendido, já que o impacto de questões legadas funciona como um travão ao benefício das ações destinadas a melhorar a gestão da conduta.

# Análise de risco

## Desempenho do risco

### Risco de reputação

O risco de reputação é definido como danos causados à marca Barclays de correntes de qualquer associação, ação ou inação que seja percebida pelas partes interessadas como inapropriada ou antiética.

Todas as divulgações contidas nesta seção (páginas 125-126)

#### Risco de reputação

Através da iniciativa “Transform”, o Barclays desenvolveu uma governação formal e normas para o risco de reputação a fim de assegurar que o Grupo esteja apto a gerir e mitigar riscos relacionados de forma pró-ativa e informada.

O Quadro-Chave de Risco de Reputação descreve os processos e ações exigidos pela empresa. Tal inclui análises regulares e prospetivas de riscos de reputação correntes e emergentes para que seja possível manter um perfil de risco de reputação corrente e abrangente da organização. O ambiente de reputação externo é monitorizado através da “exploração do horizonte” e validado através do diálogo com as partes interessadas e conduzido junto de um vasto leque de formadores de opinião. Este processo identifica temas prioritários e questões que as partes interessadas consideram que estão a exercer impacto, ou que têm probabilidades de vir a exercer impacto, na reputação do Barclays e dos nossos pares.

Resumo do desempenho durante o período

Os seguintes temas-chave foram identificados de forma consistente durante a “exploração do horizonte” e diálogo com as partes interessadas de 2014 e foram comunicados ao Comité de Reputação do Grupo.

Os litígios, as investigações e a cultura mudam  
*Preocupações correntes sobre ocorrências de investigações passadas sobre conduta, cultura empresarial, litígios e regulamentação no setor bancário*

O incumprimento das regras e regulamentações exerce um impacto negativo cumulativo na reputação e licença para operar do Barclays e do setor bancário. A marca Barclays continua a ser negativamente afetada por investigações novas e correntes de instâncias da conduta passada. Estas reforçam as percepções negativas das partes interessadas e prejudicam a capacidade de reconstruir a confiança do Banco. Também diminuem o impacto positivo alcançado pelo trabalho transformativo em todo o banco no sentido de concretizar a mudança cultural e comportamental.

Viver os valores do Barclays está no coração desta transformação. É fundamental para o sucesso do plano “Transform” que as partes interessadas estejam confiantes em como o Barclays age com honestidade e integridade. Quando se verificam infrações da parte das pessoas, os valores exigem que se tomem medidas reparadoras de forma rápida e decisiva e, quando se verifica um caso cuja resposta envolva os reguladores, responsabilidade e sanções são aceites e lições são aprendidas.

Ao longo de 2014, tiveram lugar as seguintes investigações:

- O Grupo foi multado pela Autoridade de Serviços Financeiros do Reino Unido (comumente abreviada como FCA) por infrações às suas regras no que respeita a determinados sistemas e controlos relacionados com o Fixing do Ouro;
- O Barclays foi multado por infringir regras que regem a proteção de ativos sob custódia do cliente; e
- Vários bancos chegaram a acordo com a FCA e a US Commodity Futures Trading Commission (CFTC) no que respeita a transações cambiais. O Grupo continua a manter conversações com os reguladores e as autoridades com o objetivo de alcançar uma resolução em tempo útil.

#### Transparência

*Exigência de uma maior transparência e abertura na tomada de decisões do banco em geral*

Funcionar de forma aberta e transparente é amplamente reconhecido como um dos mais importantes catalisadores da reputação da atividade empresarial. O Grupo está empenhado em ser uma organização aberta e transparente e continua a trabalhar com vista a alcançar o seu objetivo de longo prazo. Os seguintes exemplos ilustram medidas tomadas em 2014.

- A abordagem do Balanced Scorecard teve um efeito em cascata em toda a organização. É essencial para a forma como o desempenho individual e empresarial é avaliado e recompensado e o Grupo faz relatórios anuais sobre os progressos alcançados para que as partes interessadas possam pedir contas ao banco.
- O Barclays publicou um Relatório de Resumo de País como resposta ao requisito da DRFP IV à escala europeia que exige a divulgação do volume de negócios e do número de colaboradores em 2013 em todos os países onde atua. O Barclays adotou também precocemente os requisitos adicionais de publicar dados sobre resultados, impostos pagos e subsídios recebidos em cada país, em conjunto com uma breve explicação sobre as atividades realizadas.
- Para contribuir para a transparência do envolvimento do Grupo com os legisladores, as respostas às consultas com o governo e tomadas de posição associadas estão agora publicadas no Web site do Grupo.
- O Barclays implementou plenamente as 32 recomendações da Enhanced Disclosure Task Force (EDTF) destinadas a melhorar as divulgações de risco da banca.
- O Barclays recebeu o prémio inaugural Building Public Trust Award por governação empresarial. Os prémios Building Public Trust Award foram criados pela PwC e os jurados consideraram que os relatórios do Grupo aliavam a excelência técnica a um nível incomum de profundidade e que descreviam abertamente de que forma a governação está a ser aplicada a áreas previamente problemáticas.

#### Remuneração

*Preocupações correntes quanto à remuneração dos executivos*

Os níveis de remuneração permaneceram uma fonte de risco de reputação em 2014 com base nas perspetivas do setor bancário em geral e também do Barclays. O Grupo está empenhado em pagar ao nível exigido para atrair e reter pessoas de talento, mas não pagando mais do que julgamos ser o necessário, e em distribuir uma percentagem maior das receitas geradas aos acionistas.

#### Alterações climáticas

*Preocupações em como o setor financeiro deveria considerar em maior grau os impactos das alterações climáticas (positivos e negativos) nas decisões de investimento e de empréstimo*

O impacto das alterações climáticas constitui uma importante questão ambiental e social a longo prazo que suscita preocupações públicas, políticas e empresariais generalizadas. Constitui uma fonte de risco, incluindo de risco de reputação, comprovado pelo interesse de um leque de grupos de partes interessadas nos critérios de risco ambiental e social considerados pelos bancos quando prestam serviços financeiros a clientes e setores sensíveis às questões ambientais.

# Análise de risco

## Desempenho do risco

### Risco de reputação

Os bancos desempenham também um papel central na facilitação dos fluxos de capital em direção à mitigação das alterações climáticas e adaptação às mesmas. As obrigações ecológicas continuaram a crescer como forma de financiar projetos ambientais e ao longo de 2014 o Barclays:

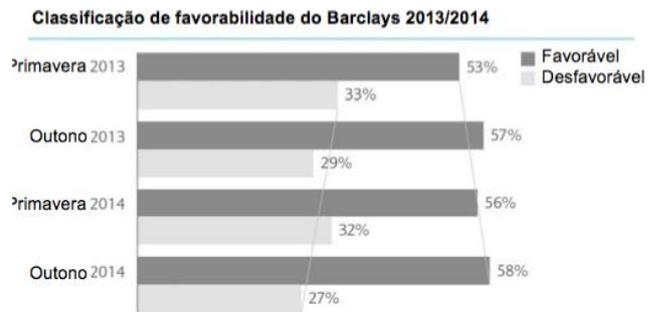
- Foi signatário dos Princípios das Obrigações Ecológicas e lançou também o Índice das Obrigações Ecológicas em parceria com a MSCI Inc;
- Foi um subscritor ativo numa série de transações com Obrigações Ecológicas para emitentes empresariais, supranacionais e municipais; e apoiou o setor comprometendo-se a investir um mínimo de 1 mM£ em Obrigações Ecológicas até novembro de 2015 para constituir parte da nossa reserva de ativos líquidos.

#### Acompanhamento da reputação

Em 2013, o Grupo encomendou à YouGov, uma agência independente de estudos de mercado, um amplo e abrangente estudo de acompanhamento da reputação empresarial global. Este estudo gera um conjunto de “medidas de painel de bordo” fundamentais para o Grupo, das quais a favorabilidade (relativa a bancos nomeados) é a medida principal.

A compreensão da reputação do Grupo é utilizada num vasto leque de aplicações, desde o apoio ao planeamento de comunicações empresariais à medição do desempenho em áreas-chave, passando pela avaliação comparativa da reputação do Grupo face aos seus pares. Os inquéritos são realizados com o contributo de formadores de opinião fundamentais (incluindo políticos, representantes da comunicação social, do mundo empresarial e de ONG) nas principais regiões (Reino Unido, Europa, África, EUA e Ásia).

Favorável em relação ao Barclays:



(Fonte: Instrumento de acompanhamento da reputação do Barclays da YouGov)



Funciona de forma aberta e transparente

# Supervisão e Regulamentação

# Análise de risco

## Supervisão e regulamentação

### Supervisão do Grupo

As operações do Grupo, incluindo as suas delegações, filiais e associadas fora do país, estão sujeitas a um conjunto significativo de regras e regulamentações que constituem uma condição para a autorização de conduzir atividades bancárias e serviços financeiros. Estas aplicam-se a operações empresariais, afetam os retornos financeiros, incluem requisitos relativos a reservas mínimas e apresentação de relatórios e controlo prudencial e regulamentações de conduta empresarial. Estes requisitos são estabelecidos pelos bancos centrais e autoridades reguladoras aplicáveis que autorizam, regulamentam e supervisionam o Grupo nas jurisdições em que este atua. Os requisitos refletem normas globais desenvolvidas por, entre outros organismos, o Comité de Basileia de Supervisão Bancária e a Organização Internacional das Comissões de Valores Mobiliários. Refletem também requisitos impostos diretamente pela legislação da UE ou decorrentes da mesma.

No Reino Unido, o Banco de Inglaterra tem a responsabilidade de monitorizar o sistema financeiro do Reino Unido no seu todo. A regulação e supervisão quotidianas do Grupo dividem-se entre a Autoridade de Regulamentação Prudencial (comumente abreviada como PRA), que foi estabelecida enquanto parte do Banco de Inglaterra, e a Autoridade de Conduta Financeira.

Além disso, o Comité de Política Financeira (comumente abreviado como FPC) do Banco de Inglaterra possui uma significativa influência sobre os requisitos prudenciais que podem ser impostos ao sistema bancário através dos poderes de direção e de recomendação. O FPC possui poderes de direção sobre os requisitos de fundos próprios setoriais que pode estabelecer em relação às exposições a setores específicos considerados como um risco para o sistema financeiro no seu todo. O governo propôs-se também tornar o FPC responsável pela reserva de fundos próprios contracíclica Basileia III, lançada na UE ao abrigo da Diretiva relativa aos Requisitos de Fundos Próprios e Regulamento (coletivamente designados por DRFP IV).

A Lei relativa aos Serviços e Mercados Financeiros de 2000 (conforme alterada), comumente abreviada como FSMA, permanece a principal legislação ao abrigo da qual as instituições financeiras são regulamentadas no Reino Unido. O Barclays Bank PLC está autorizado ao abrigo da FSMA a realizar uma gama de atividades regulamentadas no Reino Unido. Está também autorizado e sujeito a supervisão prudencial numa base individual e consolidada pela PRA e sujeito a regulamentação e supervisão da conduta pela FCA.

No seu papel de supervisor, a PRA procura manter a segurança e a solidez das instituições financeiras com o objetivo de reforçar, mas não de garantir, a proteção dos clientes e do sistema financeiro. A supervisão continuada, pela PRA, das instituições financeiras é realizada através de diversas ferramentas reguladoras, incluindo a recolha de informação através de retornos prudenciais, relatórios obtidos junto de pessoas competentes, visitas a empresas e reuniões regulares com a direção com vista a debater questões como o desempenho, a gestão do risco e a estratégia.

A regulamentação e supervisão de questões de conduta são da responsabilidade da FCA. A regulamentação da FCA aplicável ao grupo é conduzida através de uma combinação de avaliação contínua ao longo de períodos móveis de dois anos; trabalho de projeto regular e temático baseado nas avaliações do setor da FCA, que analisam as diferentes áreas do mercado e os riscos que poderão vir a surgir; e a resposta a riscos cristalizados, procurando garantir a reparação conforme apropriado.

### Desenvolvimentos globais a nível regulamentar

As alterações regulamentares geradas pela crise financeira estão a exercer, e continuarão a exercer, um impacto substancial em todas as instituições financeiras. As alterações regulamentares estão a ser implementadas a vários níveis: globalmente, de que se destaca o trabalho do G20, do Conselho de Estabilidade Financeira (CEF) e do Comité de Supervisão Bancária de Basileia (CSBB), regionalmente, através da União Europeia, e nacionalmente, em especial no Reino Unido e nos Estados Unidos. Outras alterações aos requisitos prudenciais e outras melhorias das definições de fundos próprios e de ativos líquidos podem afetar as atividades planeadas do Grupo e poderiam aumentar os custos e contribuir para impactos negativos nos resultados do Grupo.

De igual modo, requisitos acrescidos relacionados com atividades de mercados de capitais e com a conduta de mercado podem afetar

as atividades planeadas do Grupo e poderiam aumentar os custos, contribuindo assim para impactos negativos nos resultados do Grupo.

O programa de reforma do quadro regulador global que foi definido pelos Chefes de Governo do G20 em abril de 2009 continuou a ser desenvolvido ao longo de 2014.

O CEF foi designado pelo G20 como o organismo responsável por coordenar a execução do programa de reforma global relacionado com o setor de serviços financeiros. Concentrou-se particularmente nos riscos colocados por instituições financeiras sistemicamente importantes. Em 2011, os Chefes de Governo do G20 adotaram as propostas do CEF para reformar a regulamentação relativa às instituições financeiras sistemicamente importantes globais (comumente abreviadas como G-SIFI). Um elemento-chave deste programa consiste no facto de que as G-SIFI devem estar aptas a resolver crises sem recurso ao apoio dos contribuintes. O Barclays foi considerado uma G-SIFI pelo CEF. As G-SIFI estarão sujeitas a vários requisitos, incluindo capacidade adicional de absorção de perda acima da que é exigida pelas normas Basileia III (ver abaixo). As sobretaxas sobem em incrementos de 1% a 2,5% de ativos ponderados pelos riscos (com uma categoria vazia de 3,5% para instituições que aumentam a extensão do risco sistémico que representam, visando levar as instituições a não desenvolverem a sua atividade de forma a aumentar a sua natureza sistémica). Esta reserva adicional deve ser satisfeita com capital social.

Na sua lista de novembro de 2014 de G-SIFI, o CEF confirmou a posição do Barclays numa categoria que exigirá que cumpra uma sobretaxa de 2%. Os requisitos adicionais de absorção de perda aplicar-se-ão às instituições financeiras identificadas em novembro de 2014 como sendo sistemicamente importantes a nível global e serão introduzidos gradualmente a partir de janeiro de 2016, sendo alcançada a implementação total até janeiro de 2019. As G-SIFI devem também cumprir as expectativas de supervisão mais altas no que se refere a capacidades de agregação de dados até janeiro de 2016. Na UE, os requisitos relativos a uma reserva do risco sistémico serão implementados através da DRFP IV.

O CSBB publicou as diretrizes finais sobre as normas de fundos próprios e de liquidez Basileia III em junho de 2011, com revisões no risco de crédito da contraparte em julho e novembro de 2011. Foram acordadas em janeiro de 2013 revisões da liquidez regulamentar às definições de ativos líquidos de alta qualidade e fluxos de caixa líquidos para efeitos de cálculo do Rácio de Cobertura de Liquidez, bem como para estabelecer um calendário para a introdução gradual da norma a partir de janeiro de 2016. Foram publicadas alterações aos quadros do rácio de alavancagem e liquidez de Basileia III em janeiro de 2014. Os requisitos de Basileia III no seu conjunto estão sujeitos a um conjunto de provisões transitórias que se estendem até ao final de 2018. No entanto, o Grupo está principalmente sujeito à implementação, pela UE, da norma Basileia III através da DRFP IV (ver ao lado).

O CSBB mantém também um conjunto de eixos de trabalho que irão afetar o Grupo. Entre estes conta-se uma análise fundamental da carteira de negociação, com base na qual foi lançada uma segunda consulta sobre normas de fundos próprios reforçadas em outubro de 2013 e mais trabalhos sobre grandes riscos. O Comité continua também a concentrar-se na consistência da ponderação do risco dos ativos e a explicar as variações entre os bancos.

A norma final para medir e controlar grandes riscos foi publicada pelo Comité de Basileia em abril de 2014 para entrar em vigor em 2019. Também em abril de 2014, o Comité de Basileia publicou a norma final para calcular os fundos próprios regulamentares dos riscos incorridos pelos bancos face às contrapartes centrais. Em conjunto com a Organização Internacional das Comissões de Valores Mobiliários, o CSBB publicou normas reforçadas para requisitos de margem para derivados não compensados centralmente em setembro de 2013. O CSBB publicou também diretrizes sobre gestão do risco relacionadas com o combate ao branqueamento de capitais e financiamento de atividades terroristas em janeiro de 2014. Em outubro de 2014, o CSBB publicou uma consulta sobre uma abordagem normalizada revista à medição do risco operacional.

Em novembro de 2014, o CEF publicou um documento consultivo que estabelece as suas propostas para reforçar a capacidade de absorção de perda dos bancos sistemicamente importantes globais de forma a que haja capacidades suficientes de absorção de perda e de recapitalização disponíveis

na resolução de crises para implementar um sistema de resolução organizado que minimize o impacto sobre a estabilidade financeira, assegure a continuidade das funções críticas e evite expor os contribuintes a perdas. O CEF propõe-se alcançar este objetivo estabelecendo um novo requisito mínimo para a "capacidade total de absorção de perda". Um valor mínimo específico de capacidade total de absorção de perda entre 16% e 20% dos ativos ponderados pelo risco de um banco sistemicamente importante global e pelo menos o dobro do rácio de alavancagem de Nível 1 do Basileia III teriam de ser alcançados. A proposta refere que não se espera que os bancos sistemicamente importantes globais cumpram os requisitos da capacidade total de absorção de perda antes de 1 de janeiro de 2019. Os comentários sobre o documento consultivo estavam previstos para fevereiro de 2015 e espera-se que o CEF finalize a sua proposta em 2015.

Também em novembro de 2014 o Barclays aderiu a um protocolo que foi desenvolvido pela Associação Internacional de Swaps e Derivados (comumente abreviada como ISDA) em coordenação com o CEF para apoiar a resolução de crises transfronteiras e reduzir o risco sistémico. Ao aderir a este protocolo, o Barclays está apto, no Acordo-Quadro da ISDA e em acordos de apoio ao crédito relacionados celebrados com outras entidades aderentes, a participar em diferentes regimes de resolução de crises para que os direitos de incumprimento cruzado e de incumprimento direto que de outra forma surgiriam ao abrigo das condições de tais acordos permanecessem temporariamente (e em algumas circunstâncias se sobrepujassem) na resolução de crises de uma das partes.

#### Desenvolvimentos da União Europeia

A UE continua a desenvolver a sua estrutura reguladora como resposta às crises financeira e da zona euro. Na reunião de dezembro de 2012 de ministros das Finanças da UE, foi acordado estabelecer um mecanismo de supervisão único na zona euro. O Banco Central Europeu (BCE) detinha a responsabilidade pela supervisão das mais importantes instituições de crédito, sociedades gestoras de participações financeiras ou sociedades gestoras de participações financeiras mistas na zona euro desde novembro de 2014. O BCE poderá alargar a sua supervisão a instituições de relevância significativa que estabeleceram filiais em mais de um Estado-Membro participante e com significativos ativos ou passivos transfronteiras.

Não obstante as novas responsabilidades do BCE, a Autoridade Bancária Europeia (ABE), em conjunto com as outras Autoridades Europeias de Supervisão, continua a ser responsável pelo desenvolvimento de um conjunto único de regras para a UE no seu todo e pelo reforço da cooperação entre as autoridades nacionais de supervisão. A Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados (AEVMM) desempenha um papel semelhante no que se refere aos mercados de capitais e aos bancos e outras empresas que fazem investimentos e atuam no mercado de capitais. A progressiva redução do poder discricionário da parte das autoridades reguladoras nacionais no interior da UE pode conduzir à eliminação dos acordos prudenciais que foram celebrados com essas autoridades. Tal pode servir para aumentar ou diminuir a quantidade de fundos próprios e de outros recursos que o Grupo é obrigado a manter. O efeito geral não é claro e pode tornar-se evidente somente dentro de alguns anos. Tanto a ABE como a AEVMM têm o poder de atuar como mediadoras das autoridades nacionais, ou de substituí-las, em determinadas circunstâncias. A responsabilidade pela supervisão quotidiana continua a pertencer às autoridades nacionais e no que respeita aos Bancos, como o Grupo, que estão incorporados em países que não irão participar no mecanismo de supervisão único, espera-se que assim se mantenha.

O Basileia III e (a partir de 2016) a sobretaxa de capital para instituições sistémicas foram implementados na UE pela DRFP IV. As disposições da DRFP IV entraram em vigor automaticamente ou tiveram de ser implementadas pelos Estados-Membros até 1 de janeiro de 2014. Espera-se que grande parte da implementação em curso seja efetuada através de normas técnicas vinculativas em desenvolvimento pela ABE que visam assegurar uma aplicação harmonizada das regras em toda a UE, que estão ainda maioritariamente a ser desenvolvidas e adotadas.

Um contributo significativo para o quadro legislativo da UE para as instituições financeiras foi a Diretiva relativa à Recuperação e Resolução Bancária (DRRB), que estabelece um quadro para a recuperação e

resolução de crises das instituições de crédito e empresas de investimento da UE. A DRRB visa implementar muitos dos requisitos dos "Key Attributes of Effective Resolution Regimes for Financial Institutions" ("Atributos-Chave dos Regimes de Resolução Eficaz para Instituições Financeiras") do CEF. A DRRB foi formalmente transposta para a legislação da UE em abril de 2014. Todas as disposições da DRRB tiveram de ser transpostas para a legislação dos Estados-Membros da UE até 1 de janeiro de 2015, exceto as respeitantes à fiança, que terão de ser implementadas nos Estados-Membros até 1 de janeiro de 2016.

Na sequência da sua implementação, a DRRB confere às autoridades de resolução de crises poderes para intervir e resolver crises numa instituição financeira que tenha deixado de ser viável, incluindo através de alienações e, quando implementada nos Estados-Membros relevantes, recapitalização financiada pelos credores (fiança no âmbito da resolução) que atribui as perdas aos acionistas e credores sem garantia e sem seguro por ordem de antiguidade, num ponto de inviabilidade determinado pelo regulador que pode preceder a insolvência. O conceito de fiança irá afetar os direitos de credores sem garantia mais antigos sujeitos a qualquer fiança em caso de uma resolução de crise num banco em falência.

A DRRB estipula também que as empresas necessitarão de uma percentagem mínima de passivo de uma forma que lhes permita estarem sujeitas a fiança (que terá de ser coordenada com as propostas de capacidade total de absorção de perda do CEF atrás referidas). A DRRB exige também o desenvolvimento de planos de recuperação e resolução de crises ao nível do grupo e das empresas. A DRRB estabelece um conjunto harmonizado de ferramentas de resolução de crises em toda a UE, incluindo o poder para impor uma suspensão temporária sobre os direitos dos credores de rescindir, acelerar ou encerrar contratos. Existem também significativas implicações de financiamento para as instituições financeiras, que incluem o estabelecimento de fundos de resolução de crises pré-financiados de 1% dos depósitos abrangidos a construir ao longo de 10 anos, embora a proposta preveja também que sistemas de garantia de depósito nacionais possam estar aptos a cumprir esta função (ver diretamente abaixo).

A Diretiva relativa aos Sistemas de Garantia de Depósito foi reformulada e substituída por uma nova diretiva que tem estado em vigor desde julho de 2014. A diretiva determina que os sistemas nacionais de garantia de depósito devem ser pré-financiados, sendo os fundos angariados ao longo de vários anos. Tal seria uma significativa mudança para os bancos britânicos, já que atualmente as taxas são aplicadas em função do necessário após a falência. Os fundos do sistema nacional de garantia de depósito devem totalizar 0,8% dos depósitos abrangidos dos seus membros até à data 10 anos após a entrada em vigor da diretiva reformulada.

Relativamente aos fundos de resolução de crises e aos fundos exigidos pela Diretiva relativa aos Sistemas de Garantia de Depósito, poderá haver margem para que o Reino Unido utilize o Imposto Bancário para cumprir obrigações pré-financiamento, embora permaneça por esclarecer se isto irá ou não acontecer e de que forma poderá funcionar.

Em outubro de 2012, um grupo de especialistas criado pela Comissão Europeia para refletir sobre uma possível reforma da estrutura do setor bancário da UE apresentou o seu relatório. Entre outros aspetos, o grupo recomendou a separação obrigatória das transações por conta própria e outras atividades comerciais de alto risco de outras atividades bancárias. A Comissão Europeia emitiu propostas para implementar estas recomendações em janeiro de 2014. Estas propostas aplicar-se-iam às

# Análise de risco

## Supervisão e regulamentação

G-SIFI e visam, entre outros aspetos: i) proibir as transações por conta própria em instrumentos financeiros e mercadorias; ii) conferir aos supervisores o poder e, em determinadas circunstâncias, a obrigação de exigir a transferência de outras atividades comerciais consideradas de "alto risco" para separar entidades comerciais jurídicas no interior do grupo; e iii) instituir regras sobre as ligações económicas, jurídicas, de governação e operacionais entre a entidade comercial separada e o resto do grupo bancário.

Simultaneamente, a Comissão Europeia também adotou propostas que reforçam a transparência do sistema bancário "sombra", em especial no que se refere às operações de financiamento de valores mobiliários. Estas propostas ainda terão de ser formalmente ponderadas pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho. O seu impacto, caso sejam adotadas, mantém-se por determinar.

O Regulamento da Infraestrutura do Mercado Europeu (RIME) introduziu novos requisitos para melhorar a transparência e reduzir os riscos associados ao mercado de derivados. Estes requisitos entraram em vigor progressivamente ao longo de 2013 e 2014, embora alguns requisitos ainda estejam por implementar. Quando estiver plenamente em vigor, o RIME exigirá que as entidades que celebrem qualquer forma de contrato de derivados, incluindo taxas de juro, taxa de câmbio, capitais próprios, crédito e derivados sobre mercadorias, comuniquem os pormenores especificados de qualquer contrato de derivados que celebrem a um repositório de transações; implementem novas normas de gestão do risco para todos os derivados fora de bolsa bilaterais que não sejam compensados por uma contraparte central; e que compensem, através de uma contraparte central, derivados fora de bolsa que estejam sujeitos a uma obrigação de compensação forçada. O RIME possui potenciais impactos operacionais e financeiros no Grupo, incluindo requisitos colaterais. Requisitos de fundos próprios mais baixos para transações compensadas só estão disponíveis se a contraparte central através da qual a transação é compensada for reconhecida como uma "contraparte central elegível" que tenha sido autorizada ou reconhecida ao abrigo do RIME (em conformidade com normas técnicas vinculativas).

Foram definidas propostas para alterar a Diretiva relativa aos Mercados de Instrumentos Financeiros (conhecida como DMIF II) em janeiro de 2014. Estas alterações assumem a forma de uma diretiva e um regulamento e irão afetar muitos dos mercados de investimento em que o Grupo atua e os instrumentos em que transaciona, bem como a forma como negocia com contrapartes do mercado e outros clientes. As alterações ao regime do DMIF incluem a introdução de um novo tipo de plataforma de negociação (o sistema de negociação organizado) para capturar a negociação de títulos não representativos de capital que não são abrangidos pelo regime atual. As proteções do investidor foram reforçadas e novas restrições foram impostas à negociação de alta frequência e de mercadorias. A transparência pré e pós-transação aumentou e foi introduzido um novo regime para empresas de países terceiros. As alterações incluem também novos requisitos para o acesso não discriminatório às plataformas de negociação, contrapartes centrais e valores de referência, bem como poderes de supervisão e sanções harmonizados em toda a UE. A implementação está prevista só para o final de 2016 e muitas das disposições da DMIF II e do regulamento que a acompanha serão implementadas através de normas técnicas a elaborar pela AEVMM. Alguns dos impactos sobre o Grupo não serão claros até que estas normas técnicas sejam adotadas.

### Reforma estrutural dos grupos bancários

Além de prever o poder de estabilização da fiança atrás referido, a Lei da Reforma Bancária exige, entre outros aspetos: i) a separação das atividades de retalho e de aceitação de depósitos de PME nos bancos britânicos no Reino Unido e nas agências de bancos britânicos no Espaço Económico Europeu (EEE) numa entidade juridicamente distinta, operacionalmente separada e economicamente independente, que não será autorizada a realizar determinadas atividades (a chamada proteção); ii) o aumento da capacidade de absorção de perda de bancos protegidos e bancos sistemicamente importantes globais com sede no Reino Unido para níveis superiores ao exigido pela DRFP IV e iii) a preferência por depósitos protegidos pelo Sistema de Compensação de Serviços Financeiros caso um banco entre em insolvência.

A Lei da Reforma Bancária também implementa recomendações-chave da Comissão Parlamentar das Normas Bancárias.

Entre as recomendações que foram implementadas contam-se as seguintes: i) o estabelecimento de uma energia de reserva para a PRA impor uma separação total dos bancos britânicos em determinadas circunstâncias; ii) a criação de um regime de "gestores de topo" para que as pessoas situadas no topo dos setores da banca e da banca de investimento assegurem uma melhor prestação de contas pelas decisões tomadas; iii) o estabelecimento de uma infração penal por causar a falência de uma instituição financeira; e iv) o estabelecimento de uma entidade reguladora para os sistemas de pagamento.

A Lei da Reforma Bancária é essencialmente um estatuto habilitador que confere ao Tesouro do Reino Unido os poderes necessários para implementar a política que subjaz à legislação através de legislação secundária.

Acaba de ser promulgada legislação secundária relacionada com a proteção dos bancos. Algumas partes da legislação secundária entraram em vigor no dia 1 de janeiro de 2015 e o restante entrará em vigor no dia 1 de janeiro de 2019, data na qual os bancos britânicos serão obrigados a cumprir os requisitos da reforma estrutural.

### A regulamentação no Reino Unido

Os desenvolvimentos recentes nas leis e regulamentações relativas aos bancos no Reino Unido têm sido dominados por legislação concebida para proteger as atividades de retalho e de aceitação de depósitos de PME dos grandes bancos. Os conteúdos e o impacto desta legislação foram descritos anteriormente. A Lei da Reforma Bancária estabeleceu um quadro para esta legislação de proteção e secundária promulgada em 2014 elaborada com base no funcionamento e aplicação das medidas de proteção. Espera-se que sejam consultadas e elaboradas regras pela PRA e FCA ao longo de 2015 e de 2016 que determinem melhor de que forma os bancos protegidos estarão autorizados a funcionar.

Para além de, e complementando um exercício de teste de esforço à escala da UE conduzido numa amostra de bancos da UE pela Autoridade Bancária Europeia, e como resposta às recomendações do FCP, o Banco de Inglaterra realizou uma variante do teste de esforço à escala da UE em 2014. O teste "variante do Reino Unido" explorou em especial as vulnerabilidades macroeconómicas britânicas que o sistema bancário do Reino Unido enfrenta. Os principais parâmetros do teste, incluindo a conceção dos elementos britânicos do cenário de esforço, foram concebidos pelo Banco de Inglaterra e aprovados pelo FPC e pela PRA. Também como resposta a uma recomendação do FPC, o Banco de Inglaterra e a PRA desenvolveram uma abordagem para realizar anualmente um teste de esforço anual ao sistema bancário britânico e às instituições individuais do mesmo. O primeiro exercício do género teve lugar em 2014.

Tanto a PRA como a FCA continuaram a desenvolver e a aplicar uma abordagem mais assertiva à supervisão e aplicação das normas existentes. Tal pode incluir a aplicação de normas que antecipam ou que ultrapassam os requisitos estabelecidos pelas normas globais ou da UE, quer se refiram aos fundos próprios, à alavancagem e liquidez ou à resolução e resolução de questões de conduta. Em dezembro de 2013, a PRA publicou os seus requisitos para implementar o novo regime europeu de fundos próprios, esclarecendo questões-chave da política que afetam o nível mínimo de Fundos Próprios Ordinários de Nível 1 que os bancos devem manter. A PRA exigiu que os bancos cumprissem um requisito de Nível 1 do Pilar 1 de 4,5% desde 1 de janeiro de 2015, face a 4% em 2014. De igual modo, o rácio de fundos próprios de Nível 1 do Pilar 1 exigido tem sido de 6% desde 1 de janeiro de 2015, o que representa um aumento face ao nível anterior de 5,5%. A PRA exigiu também que os bancos britânicos harmonizassem o Nível 1 com a definição de ponto final a partir de 1 de janeiro de 2014 ao invés de beneficiarem de acordos transitórios. Além disso, a PRA esperava que oito grandes bancos e empresas de crédito imobiliário do Reino Unido, incluindo o Barclays, cumprissem um rácio de fundos próprios de Nível 1 de 7% e um rácio de alavancagem de Nível 1 de 3% (depois de considerar ajustamentos nos ativos ponderados pelo risco e fundos próprios de Nível 1 considerados necessários pela PRA) desde 1 de janeiro de 2014, exceto quando, como no caso do Barclays, a PRA tenha definido um plano com a empresa no sentido de cumprir as normas ao longo de um período de tempo mais longo. O Barclays definiu com a PRA que iria cumprir este requisito no final de junho de 2014, no máximo, e atualmente já cumpre este requisito.

A FCA manteve uma abordagem à aplicação baseada na dissuasão credível que continuou a registar um crescimento significativo na dimensão das multas regulamentares. A FCA concentrou-se fortemente no risco de conduta e nos resultados do cliente e continuará a fazê-lo. Tal incluiu uma atenção à conceção e operação dos produtos, ao comportamento dos clientes e ao funcionamento dos mercados. Este aspeto pode exercer impacto tanto na incidência dos custos de conduta como no aumento do custo de reparação. No dia 1 de abril de 2014, a FCA transpôs a regulamentação sobre o crédito ao consumo para o Reino Unido. É provável que este desenvolvimento resulte num regime regulador do crédito ao consumo consideravelmente mais intensivo e intrusivo do que acontecia quando o crédito ao consumo era regulamentado pelo Office of Fair Trading, a entidade responsável pela proteção do consumidor no Reino Unido.

Em junho de 2014, o Ministro das Finanças criou a Análise Justa e Eficaz dos Mercados. O objetivo desta análise será o de realizar uma avaliação prospetiva da forma como os mercados financeiros grossistas funcionam e propor soluções a fim de restaurar a confiança nesses mercados, devido a vários abusos de alta visibilidade, e influenciar o debate internacional sobre práticas de negociação. Associada à análise, foi lançada uma consulta em outubro de 2014 para determinar o que deve ser feito para reforçar a confiança na justiça e eficácia dos mercados de Títulos de Rendimento Fixo, de Divisas e de Mercadorias. Representantes da PRA, do Banco de Inglaterra, da FCA e do Tesouro do Reino Unido estão a participar na análise e as recomendações finais deverão ser apresentadas em junho de 2015.

Em julho de 2014, a FCA realizou uma consulta sobre novos mecanismos de prestação de contas para pessoas que trabalham em bancos, incluindo a introdução de um novo "Regime para Gestores de Topo" (dirigido a um número limitado de pessoas com responsabilidades na gestão de topo de uma empresa) e de um "Regime de Certificação" (visando avaliar e monitorizar a conveniência e idoneidade de um leque mais vasto de funcionários que poderiam representar um risco significativamente forte para a empresa ou qualquer um dos seus clientes). Tal representa a implementação de recomendações efetuadas pela Comissão Parlamentar das Normas Bancárias nesta área.

#### Resolução de crises em grupos bancários do Reino Unido

A Lei Bancária de 2009 (a Lei Bancária) prevê um regime que permite que o Banco de Inglaterra (ou, em determinadas circunstâncias, o Tesouro do Reino Unido) resolva as crises de bancos em falência no Reino Unido, em consulta com a PRA e o Tesouro do Reino Unido, conforme apropriado. Ao abrigo da Lei Bancária, o Banco de Inglaterra recebe poderes para: i) elaborar instrumentos de transferência de ações mediante os quais a totalidade ou parte dos títulos emitidos por um banco britânico podem ser transferidos para um adquirente comercial; e ii) o poder de transferir a totalidade ou parte da propriedade, dos direitos e dos passivos de um banco britânico a um adquirente comercial ou um "banco de transição", que constitua uma empresa detida na totalidade pelo Banco de Inglaterra. Além disso, ao abrigo da Lei Bancária, o Tesouro do Reino Unido terá o poder de passar um banco para propriedade pública temporária efetuando uma ou mais ordens de transferência de ações em que o cessionário seja um mandatário do Tesouro do Reino Unido ou uma empresa detida na totalidade pelo Tesouro do Reino Unido. Um instrumento de transferência de ações ou uma ordem de transferência de ações pode alargar-se a um vasto leque de títulos, incluindo ações e obrigações emitidas por um banco britânico (incluindo o Barclays Bank PLC) ou pela sua sociedade gestora de participações (Barclays PLC) e warrants sobre essas ações e obrigações. Alguns destes poderes alargam-se também a empresas pertencentes ao mesmo grupo, como um banco britânico.

A Lei Bancária também confere às autoridades poderes para se sobrepor a casos de incumprimento ou direitos de rescisão que de outro modo poderiam ser invocados como resultado do exercício dos poderes de resolução de crises. Os poderes da Lei Bancária aplicam-se independentemente de quaisquer restrições contratuais e compensações cujo pagamento seja devido no contexto tanto das ordens de transferência de ações como da apropriação de propriedades.

Os poderes de resolução de crises atrás descritos foram recentemente complementados por um poder de "fiança" introduzido ao abrigo da Lei de Reforma Bancária. Este poder permite o cancelamento ou alteração de um ou mais passivos (à exceção dos "passivos

excluídos"). Os passivos excluídos incluem (entre outros aspetos): depósitos protegidos ao abrigo de um sistema de seguro de depósitos, passivos cobertos por garantias (na medida em que estejam efetivamente cobertos por garantias), ativos de clientes e ativos com um prazo de vencimento inicial inferior a sete dias que sejam devidos a uma instituição de crédito ou firma de investimento. Os novos poderes de fiança do Banco de Inglaterra entraram em vigor a 1 de janeiro de 2015. Medidas que especificam o montante mínimo de passivos elegíveis para fiança que um banco deve deter entrarão em vigor em 2016. A partir de 20 de fevereiro de 2015, os bancos britânicos e respetivas empresas-mãe terão de incluir instrumentos de dívida, emitidos pelos mesmos ao abrigo das leis de um país não pertencente ao EEE, sob cujas condições o credor em causa reconhece que o passivo está sujeito ao exercício dos poderes de fiança do Banco de Inglaterra. Serão exigidas condições semelhantes em contratos que regem outros passivos de bancos britânicos e respetivas empresas-mãe se esses passivos forem regidos pelas leis de um país não pertencente ao EEE, não constituírem passivos excluídos ao abrigo da Lei Bancária de 2009 e tiverem sido emitidos, assumidos ou surgido após a data de 31 de dezembro de 2015.

A Lei Bancária confere também ao Banco de Inglaterra o poder de se sobrepor a, alterar ou impor obrigações contratuais entre um banco britânico, a sua sociedade gestora de participações sociais e as empresas do seu grupo, de forma a permitir que qualquer cessionário ou banco sucessor funcione eficazmente após a aplicação de qualquer um dos instrumentos de resolução de crises. Também o Tesouro do Reino Unido possui poderes para alterar a lei (excluindo as disposições estabelecidas pela Lei Bancária ou aplicáveis ao abrigo da mesma) a fim de lhe permitir utilizar os poderes do regime de forma eficaz, potencialmente com efeitos retroativos.

A Lei dos Serviços Financeiros de 2010 exige, entre outros aspetos, que os reguladores britânicos elaborem regras sobre a remuneração e que exijam que as firmas regulamentadas cumpram uma política de remunerações coerente com uma gestão do risco eficaz. A Lei Bancária alterou também a FSMA a fim de permitir que a FCA elaborasse regras exigindo que as empresas colocassem em prática um sistema coletivo de compensação do consumidor para lidar com casos de incapacidade generalizada, por parte das empresas regulamentadas, de cumprirem requisitos regulamentares que possam ter criado danos para o consumidor.

A PRA estabeleceu regras que exigem que as empresas autorizadas elaborem planos de recuperação e pacotes de resolução de crises. Os planos de recuperação foram concebidos para descrever ações de recuperação credíveis que as empresas autorizadas poderiam implementar em caso de esforço considerável a fim de devolver às suas atividades condições estáveis e sustentáveis. O pacote de resolução de crises contém informações pormenorizadas sobre a empresa autorizada em questão que serão utilizadas para desenvolver estratégias de resolução de crises para essa empresa, avaliar o seu nível corrente de resoluibilidade face à estratégia e informar o trabalho relativo à identificação de barreiras à implementação de planos operacionais de resolução de crises.

Além de estabelecer o FPC, a PRA e a FCA, a Lei dos Serviços Financeiros de 2012, entre outros aspetos, clarifica responsabilidades entre o Tesouro do Reino Unido e o Banco de Inglaterra no caso de surgir uma crise financeira, conferindo ao Ministro das Finanças poderes para dirigir o Banco de Inglaterra quando os fundos públicos estão em risco e existe uma séria ameaça à estabilidade financeira. A Lei dos Serviços Financeiros de 2012 estabelece também os objetivos e as responsabilidades do FPC, da PRA e da FCA; altera as condições que necessitam de ser cumpridas por uma empresa antes de receber autorização; concede ao FPC, PRA e FCA poderes adicionais, incluindo poderes de direção sobre empresas-mãe não regulamentadas (como o Barclays PLC) quando tal é necessário para assegurar uma supervisão consolidada e eficaz do Grupo; e poderes à FCA para introduzir regras temporárias de intervenção no produto durante um período máximo de seis meses, se necessário sem consulta. A Lei dos Serviços Financeiros de 2013 criou também uma nova infração penal relacionada com a apresentação de uma declaração falsa ou enganosa, ou com a criação de uma impressão falsa ou enganosa, relacionada com o estabelecimento de um valor de referência.

#### Sistemas de compensação

Os bancos, companhias de seguros e outras instituições financeiras no Reino Unido estão sujeitos a um sistema de compensação único (o

# Análise de risco

## Supervisão e regulamentação

Sistema de Compensação de Serviços Financeiros) que entra em vigor quando uma empresa autorizada não está apta ou tem probabilidades de não estar apta a satisfazer reclamações efetuadas contra si pelos seus clientes devido à sua situação financeira. A maioria dos depósitos efetuados em agências do Barclays Bank PLC no interior do EEE é abrangida pelo Sistema de Compensação de Serviços Financeiros. A maioria das reclamações efetuadas contra a atividade de investimento serão também consideradas reclamações protegidas caso a transação tenha sido efetuada a partir do Reino Unido ou de uma agência do banco ou empresa de investimento noutro Estado-Membro do EEE. O Sistema de Compensação de Serviços Financeiros é financiado por taxas aplicadas a empresas britânicas autorizadas como o Barclays Bank PLC. Caso o Sistema de Compensação de Serviços Financeiros angarie aqueles fundos com mais frequência ou aumente significativamente as taxas a pagar pelas empresas, os custos associados ao Grupo poderão exercer um impacto importante sobre os resultados do Grupo.

### A influência da legislação europeia

A regulamentação financeira no Reino Unido é em grande parte moldada e influenciada pela legislação da UE. É ela que cria a estrutura do Mercado Único Europeu, que tem como uma das principais características o quadro para a regulamentação das empresas autorizadas. Este quadro foi concebido para permitir que uma instituição de crédito ou empresa de investimento autorizada num Estado-Membro da UE realize atividades bancárias ou de investimento através do estabelecimento de agências ou da prestação de serviços transfronteiras noutros Estados-Membros sem necessidade de autorização local. As operações do Barclays na Europa são autorizadas e regulamentadas por uma combinação de reguladores nacionais e do país anfitrião.

### A regulamentação em África

As operações do Barclays na África do Sul, incluindo o Barclays Africa Group Limited, são supervisionadas e regulamentadas principalmente pelo South African Reserve Bank (SARB), o Financial Services Board (SAFSB) e o Ministério do Comércio e da Indústria (comumente abreviado como DTI). O SARB supervisiona o setor bancário e aplica uma abordagem baseada no risco à supervisão, ao passo que o SAFSB supervisiona serviços financeiros como os seguros e as atividades de investimento e concentra-se em reforçar a proteção do consumidor e regulamentar a conduta de mercado. O DTI regula o crédito ao consumo através da Lei Nacional do Crédito de 2005, bem como outros aspetos da proteção do consumidor não regulamentados sob a jurisdição do SAFSB através da Lei de Proteção do Consumidor de 2008. Pretende-se que as responsabilidades regulamentares na África do Sul sejam no futuro divididas entre o SARB, que será responsável pela regulamentação prudencial, e o SAFSB, que será responsável por questões relacionadas com a conduta de mercado. A transição para a regulamentação "twin peaks" terá início em 2015. As operações do Barclays noutros países africanos são principalmente supervisionadas e regulamentadas pelos bancos centrais das jurisdições onde o Barclays atua. Em alguns países africanos, a conduta das operações e das atividades não bancárias do Barclays são também regulamentadas por autoridades do mercado financeiro.

### A regulamentação nos Estados Unidos

Nos Estados Unidos, o Barclays PLC, o Barclays Bank PLC e as suas filiais norte-americanas estão sujeitos a um abrangente quadro regulamentar que envolve diversos estatutos, regras e regulamentações, incluindo a Lei Bancária Internacional de 1978, a Lei das Sociedades Bancárias de 1956, a Lei USA PATRIOT de 2001 e a Lei Dodd-Frank de Reforma de Wall Street e de Proteção do Consumidor de 2010. Esta legislação regula as atividades do Barclays, incluindo as suas filiais bancárias norte-americanas e as agências norte-americanas do Barclays Bank PLC, além de impor restrições prudenciais, como limites sobre as extensões de crédito pelas agências norte-americanas e filiais norte-americanas do Barclays Bank PLC a um único mutuário e afiliadas. As agências de Nova Iorque e da Flórida do Barclays Bank PLC estão sujeitas a uma extensa supervisão e regulamentação federal e estadual pelo Conselho de Governadores do Sistema da Reserva Federal e, conforme aplicável, pelo Departamento de Serviços Financeiros do Estado de Nova Iorque e pelo Gabinete de Regulamentação Financeira da Flórida. O Barclays Bank Delaware, um banco comercial autorizado no Delaware, está sujeito à supervisão e regulamentação da Federal Deposit Insurance Corporation (FDIC), do Gabinete de Delaware do Comissário do Banco Estadual e do Gabinete de Proteção Financeira do

Consumidor. Os depósitos do Barclays Bank Delaware são segurados pela FDIC. O Barclays Wealth Trustees (US) NA é uma companhia fiduciária não depositária e não segurada autorizada e supervisionada pelo Office of the Comptroller of the Currency. A autoridade licenciadora de cada agência norte-americana do Barclays Bank PLC possui a autoridade, em determinadas circunstâncias, de tomar posse da atividade e da propriedade do Barclays Bank PLC localizada no estado do gabinete que licencia ou de revogar ou suspender tal licença. Tais circunstâncias geralmente incluem infrações da lei, práticas empresariais não seguras e insolvência.

O Barclays PLC e o Barclays Bank PLC são sociedades bancárias registadas no Conselho de Governadores do Sistema da Reserva Federal, que exerce a autoridade de supervisão comum sobre as operações norte-americanas do Barclays. O Barclays tem de implementar, até julho de 2016, uma sociedade intermediária de gestão de participações sociais que irá deter substancialmente a totalidade dos ativos e filiais do Barclays nos EUA (incluindo o Barclays Capital Inc. e o Barclays Bank Delaware, além das agências norte-americanas e alguns outros ativos e filiais do Barclays). Esta sociedade intermediária de gestão de participações sociais será também uma sociedade bancária norte-americana e será, em geral, regulamentada como tal pela Lei das Sociedades Bancárias. Enquanto parte desta supervisão, a sociedade intermediária de gestão de participações sociais estará também sujeita, de uma forma geral, aos requisitos da supervisão prudencial reforçada da Lei Dodd-Frank de Reforma de Wall Street e de Proteção do Consumidor tal como as sociedades bancárias norte-americanas de dimensão semelhante, incluindo os requisitos de fundos próprios e alavancagem, teste de esforço da liquidez e gestão do risco baseados na regulamentação dos EUA baseada no Basileia III. O Barclays PLC e o Barclays Bank PLC candidataram-se a serem tratados como sociedades gestoras de participações financeiras ao abrigo da Lei das Sociedades Bancárias. As sociedades gestoras de participações financeiras podem, em geral, envolver-se numa gama mais vasta de atividades financeiras e relacionadas, incluindo a subscrição e negociação de todos os tipos de títulos, do que as que são permitidas a sociedades bancárias registadas que não possuem o estatuto de sociedade gestora de participações financeiras. As sociedades gestoras de participações financeiras como o Barclays PLC e o Barclays Bank PLC devem cumprir ou exceder determinados rácios de fundos próprios e serem consideradas "bem geridas" e o Barclays Bank Delaware e o Barclays Wealth Trustees (US) NA devem cumprir determinados requisitos relacionados com fundos próprios e serem considerados "bem geridos". Além disso, o Barclays Bank Delaware deve possuir pelo menos uma notação "satisfatória" ao abrigo da Lei de Reinvestimento Comunitário de 1977. As entidades que deixem de cumprir qualquer um destes requisitos têm direito a um período de tempo durante o qual devem restaurar os níveis de fundos próprios ou a gestão ou a notação da Lei de Reinvestimento Comunitário. Caso o Barclays PLC ou o Barclays Bank PLC não cumpram os requisitos atrás referidos, durante o período de tempo atribuído podem ser proibidos de iniciar novos tipos de atividades financeiras ou de efetuar determinados tipos de aquisições nos EUA. Se o nível de fundos próprios ou da notação não for restaurado, o Grupo poderá, em última análise, ser obrigado pelo Conselho de Governadores do Sistema da Reserva Federal a cessar determinadas atividades nos Estados Unidos. Em termos mais gerais, as atividades e operações do Barclays nos EUA podem estar sujeitas a outros requisitos e restrições estipulados pelo Conselho de Governadores do Sistema da Reserva Federal em conformidade com a sua autoridade de supervisão, incluindo no que respeita à segurança e solidez.

Ao abrigo da Lei Federal de Seguro de Depósitos, conforme alterada pela Lei Dodd-Frank de Reforma de Wall Street e de Proteção do Consumidor, o Barclays deve agir como fonte de força financeira para o Barclays Bank Delaware. Esta obrigação pode, entre outros aspetos, exigir que o Barclays injete capital no Barclays Bank Delaware caso este não cumpra os requisitos de fundos próprios regulamentares aplicáveis.

Uma grande preocupação da política do governo dos Estados Unidos relacionada com instituições financeiras nos últimos anos tem sido o combate ao branqueamento de capitais e financiamento de atividades terroristas, além de fazer cumprir as sanções económicas dos EUA. As regulamentações aplicáveis às operações norte-americanas do Barclays Bank PLC e das suas filiais impõem obrigações de manutenção de políticas, procedimentos e controlos apropriados para detetar, prevenir e comunicar atos de branqueamento de capitais e de financiamento de atividades terroristas e de garantia do cumprimento das sanções económicas dos EUA contra países e cidadãos estrangeiros e outros que tenham sido designados. Caso uma instituição financeira não mantenha nem implemente programas adequados de combate ao branqueamento de capitais e financiamento de atividades terroristas ou não assegure o cumprimento das sanções económicas, poderá sofrer graves consequências jurídicas e ao nível da sua reputação.

As operações de corretagem/intermediação de títulos, de consultoria em matéria de investimentos e de banca de investimento do Barclays nos EUA estão também sujeitas à supervisão e regulamentação constantes da Securities and Exchange Commission (SEC), da Financial Industry Regulatory Authority (FINRA) e de outras agências governamentais e organizações autorreguladoras enquanto parte de um sistema abrangente de regulamentação de todos os aspectos da atividade de negociação de títulos e de mercadorias ao abrigo das leis de valores mobiliários federais e estaduais dos EUA. De igual modo, os futuros sobre mercadorias e operações relacionadas com opções do Barclays nos EUA estão sujeitos à supervisão e regulamentação constantes da Commodity Futures Trading Commission (CFTC), da National Futures Association e de outras organizações autorreguladoras.

As atividades de cartões de crédito do Grupo nos EUA estão sujeitas à Lei de Prestação de Contas, Responsabilidade e Divulgação de Cartões de Crédito de 2009, que proíbe determinadas práticas de fixação de preços e de marketing para contas de cartões de crédito do consumidor.

A Lei Dodd-Frank de Reforma de Wall Street e de Proteção do Consumidor entrou em vigor em julho de 2010. Embora muitas das regras desta lei tenham sido adotadas e implementadas, um conjunto de regras ainda não foi adotado ou foi adotado mas ainda não foi plenamente implementado. Além disso, as regras que foram adotadas e implementadas só recentemente, na sua maioria, se tornaram efetivas e ainda não é possível, em muitos casos, avaliar cabalmente o seu impacto. Por conseguinte, a escala total do impacto da Lei Dodd-Frank de Reforma de Wall Street e de Proteção do Consumidor sobre o Grupo permanece pouco claro. Além disso, as práticas e estruturas de mercado podem alterar-se como resposta aos requisitos desta lei de formas difíceis de prever mas que poderiam exercer impacto na atividade do Barclays. No entanto, algumas disposições da Lei Dodd-Frank de Reforma de Wall Street e de Proteção do Consumidor têm especial probabilidade de exercer um efeito significativo no Grupo, incluindo os seguintes:

- **Reforma estrutural:** No dia 18 de fevereiro de 2014, o Conselho de Governadores do Sistema da Reserva Federal emitiu uma regra final que implementava determinadas normas prudenciais reforçadas da Secção 165 da Lei Dodd-Frank de Reforma de Wall Street e de Proteção do Consumidor para certas organizações bancárias estrangeiras, como o Barclays.
- Os requisitos específicos da Regra dependem do valor dos ativos da organização bancária estrangeira tanto no interior como no exterior dos Estados Unidos, sendo os requisitos mais rigorosos impostos às organizações bancárias estrangeiras com mais de 50 mM\$ em ativos não relacionados com agências nos EUA. O Barclays está sujeito aos requisitos mais rigorosos da regra, incluindo o requisito de criar uma sociedade intermediária de gestão de participações sociais norte-americana que detenha as suas filiais bancárias e não bancárias nos EUA. A sociedade intermediária de gestão de participações sociais estará sujeita à supervisão e regulamentação do Conselho de Governadores do Sistema da Reserva Federal como se fosse uma sociedade bancária norte-americana de dimensão comparável. As agências norte-americanas do Barclays Bank PLC ficarão sujeitas a determinados requisitos separados, incluindo no que se refere à liquidez.
- A sociedade intermediária de gestão de participações sociais consolidada ficará sujeita a um conjunto de requisitos prudenciais e de supervisão adicionais, incluindo i) limites a requisitos de fundos próprios regulamentares e de alavancagem do Conselho de Governadores do Sistema da Reserva Federal; ii) teste de esforço obrigatório dos níveis de fundos próprios pelo Conselho de Governadores do Sistema da Reserva Federal e apresentação de um plano de fundos próprios a este organismo; iii) aprovação de supervisão da distribuição de capitais, e limitações à mesma, pela sociedade intermediária de gestão de participações sociais ao Barclays Bank PLC; iv) importantes requisitos adicionais de liquidez, incluindo requisitos para realizar testes de esforço da liquidez internos mensais para a sociedade intermediária de gestão de participações sociais (e também, em separado, para a rede de agências norte-americanas do Barclays Bank PLC), e manter durante 30 dias uma reserva de ativos altamente líquidos; v) outros requisitos de gestão do risco de liquidez, incluindo o cumprimento das normas de gestão do risco de liquidez estabelecidas pelo Conselho de Governadores do Sistema da Reserva Federal e manutenção de uma função independente para analisar e avaliar regularmente a adequação e eficácia das práticas de gestão do risco de liquidez do conjunto das operações norte-americanas do Barclays; e vi) requisitos gerais de gestão do risco, incluindo um comité do risco norte-americano e um Diretor de Riscos norte-americano.

- **Restrições às transações por conta própria e atividades relacionadas com fundos:** Em dezembro de 2013, as agências reguladoras relevantes dos EUA, incluindo o Conselho de Governadores do Sistema da Reserva Federal, a FDIC, a SEC e a CFTC, finalizaram a regra que implementa os requisitos da Secção 619 da Lei Dodd-Frank de Reforma de Wall Street e de Proteção do Consumidor – a chamada “Regra Volcker”. A Regra Volcker, assim que estiver plenamente em vigor, proibirá as entidades bancárias, incluindo o Barclays PLC, o Barclays Bank PLC e as suas diversas filiais e afiliadas, de realizarem certas atividades de “transações por conta própria” (mas permitirá atividades como a subscrição, a criação de mercado e a cobertura da mitigação do risco) e limitará o patrocínio de fundos de capital de risco, e o investimento nos mesmos (incluindo fundos imobiliários não conformes e de crédito) e fundos de cobertura (“*hedge funds*”), em cada caso definidos no sentido lato, por essas entidades. Estas restrições estão sujeitas a determinadas exceções e isenções, incluindo as atrás referidas, bem como a isenções aplicáveis a transações e investimentos que ocorram exclusivamente fora dos Estados Unidos. A regra irá também exigir que o Barclays desenvolva um extenso programa de conformidade e monitorização (tanto dentro como fora dos Estados Unidos, sujeito a vários requisitos de declaração do responsável executivo, abordando as atividades de transações por conta própria e fundos cobertos, pelo que é de prever que os custos relacionados com a conformidade venham a aumentar. A regra final é altamente complexa e o seu impacto total não será conhecido com exatidão até que as práticas e a estrutura do mercado se desenvolvam com base nela. As entidades sujeitas são geralmente obrigadas a cumprir a proibição de realizar transações por conta própria e o requisito de desenvolver um extenso programa de conformidade até julho de 2015 (estando certas disposições sujeitas a possíveis alargamentos). Mais especificamente, em dezembro de 2014, o Conselho de Governadores do Sistema da Reserva Federal alargou o período de cumprimento até julho de 2016 para investimentos em fundos cobertos, e relações com os mesmos, que estivessem em vigor antes de 31 de dezembro de 2013 e indicou que tenciona alargar ainda mais o período de cumprimento até julho de 2017.
- **Planos de resolução de crises:** A Lei Dodd-Frank de Reforma de Wall Street e de Proteção do Consumidor exige que as sociedades bancárias com um total de ativos consolidados de 50 mM\$ ou mais apresentem ao Conselho de Governadores do Sistema da Reserva Federal e à FDIC, e que o atualizem regularmente, um plano para a utilização de um sistema de resolução de crises “rápido e organizado” se a sociedade bancária ou qualquer uma das suas filiais de relevo sofrerem uma grave crise financeira ou falência. As organizações bancárias que não sejam norte-americanas e que são tratadas como sociedades bancárias de acordo com a lei dos EUA, como o Barclays, devem apresentar tais planos relativos às suas operações norte-americanas se possuírem mais de 50 mM\$ em ativos não bancários nos EUA. Conforme exigido, o Barclays apresentou o seu plano norte-americano de resolução de crises mais recente aos reguladores dos EUA no dia 1 de julho de 2014.
- **Regulamentação de mercados de derivados:** Entre as alterações mandatadas pela Lei Dodd-Frank de Reforma de Wall Street e de Proteção do Consumidor encontra-se um requisito que obriga muitos tipos de derivados que costumavam ser transacionados em mercados fora de bolsa a serem transacionados numa plataforma de execução cambial ou de swaps e compensados centralmente através de uma câmara de compensação regulamentada. Além disso, muitos participantes nestes mercados são obrigados a registarem-se na CFTC como “negociadores de swaps” ou “participantes em swaps importantes” e/ou na SEC como “negociadores de swaps baseados em títulos” ou “participantes em swaps importantes baseados em títulos” e a estarem sujeitos à regulamentação e supervisão da CFTC e da SEC. O Barclays Bank PLC registou-se como negociador de swaps. As entidades obrigadas a registarem-se estão sujeitas a requisitos de conduta empresarial, manutenção de registos e apresentação de relatórios e ficarão sujeitas a requisitos em matéria de fundos próprios e de margens. Além disso, a CFTC, ao abrigo da Lei Dodd-Frank de Reforma de Wall Street e de Proteção do Consumidor, propôs regras sobre limites da posição em derivados ou mercadorias físicas. Assim que forem adotadas e implementadas, estas regras irão limitar a dimensão das posições que podem ser detidas por uma entidade, ou um grupo de entidades sob propriedade ou controlo comum, em futuros e derivados fora de bolsa, sujeito a determinadas isenções. Estas regras poderiam restringir a atividade de negociação, reduzindo as oportunidades de negociação e a liquidez do mercado e potencialmente aumentando o custo das transações de cobertura e a volatilidade dos mercados relevantes. É também possível que o registo,

# Análise de risco

## Supervisão e regulamentação

a execução, a compensação e os requisitos de conformidade, bem como outras regulamentações adicionais (algumas das quais ainda não são finais), além dos requisitos e despesas relacionados, aumentem o custo e restrinjam a participação nos mercados de derivativos, aumentando assim os custos de participação em transações de cobertura ou outras e reduzindo a liquidez e a utilização dos mercados de derivativos. O Barclays Bank PLC e as suas filiais e afiliadas poderão ficar expostas a estes efeitos quer estas filiais sejam ou não obrigadas a registarem-se conforme descrito. A nova regulamentação relativa aos mercados de derivativos poderia afetar negativamente as atividades do Barclays Bank PLC e suas afiliadas nestes mercados e tornar mais difícil e dispendiosa a realização de atividades de cobertura e de negociação.

- **Requisitos de retenção do risco para operações de titularização:** As agências bancárias federais dos EUA foram obrigadas pela Lei Dodd-Frank de Reforma de Wall Street e de Proteção do Consumidor a desenvolver regras mediante as quais, sujeito a determinadas exceções, qualquer patrocinador de uma transação com instrumentos de dívida titularizados deve reter, de uma maneira geral, não menos do que 5% do risco de crédito de qualquer ativo que o patrocinador, através da emissão de instrumentos de dívida titularizados, transfira, venda ou ceda a um terceiro. A regra foi adotada em outubro de 2014 e entra em vigor um ano após a publicação no registo federal para títulos garantidos por hipotecas residenciais e dois anos após a publicação para todos os outros tipos de títulos. Em grande parte, está em linha com as expectativas, mas terá algum impacto na participação das operações norte-americanas do Grupo em tais transações.
- **Gabinete de Proteção Financeira do Consumidor:** A missão do Gabinete de Proteção Financeira do Consumidor consiste em proteger os consumidores dos produtos financeiros, incluindo clientes de cartões de crédito e de depósitos bancários. O Gabinete possui a autoridade de examinar e adotar medidas coercivas contra qualquer banco norte-americano com um total de ativos superior a 10 mMM\$, tal como o Barclays Bank Delaware, no que respeita ao seu cumprimento das leis e regulamentações federais relativas à prestação de serviços financeiros ao consumidor e a “ações e práticas injustas, enganadoras ou abusivas”. O Gabinete instaurou várias ações públicas de alta visibilidade contra empresas financeiras, incluindo grandes emitentes de cartões de crédito. As regularizações dessas ações incluíram sanções pecuniárias, requisitos de reparação do cliente e compromissos para alterar as práticas empresariais.
- **Rácio de cobertura de liquidez nos EUA:** Ao longo de 2014, as agências reguladoras dos bancos federais dos EUA, incluindo o Conselho de Governadores do Sistema da Reserva Federal, publicaram regras finais que implementam o Rácio de Cobertura de Liquidez dos EUA que estão, de uma forma geral, em linha com o quadro do Comité de Basileia, mas com algumas alterações, que incluem disposições transitórias aceleradas e requisitos mais rigorosos relacionados tanto com a gama de ativos que se qualificam como ativos líquidos de alta qualidade como com os pressupostos esperados sobre o fluxo de caixa para certos tipos de financiamento. O Rácio de Cobertura de Liquidez dos EUA não se aplica atualmente ao Barclays ou à sociedade intermediária de gestão de participações sociais, mas o Conselho de Governadores do Sistema da Reserva Federal indicou que está a ponderar aplicar o Rácio de Cobertura de Liquidez dos EUA à sociedade intermediária de gestão de participações sociais no futuro.

Página deixada em branco para fins de paginação

# Análise Financeira

Uma análise do desempenho do Grupo Barclays Bank, incluindo os indicadores-chave de desempenho e o contributo das nossas empresas para o desempenho global do Grupo.

137 Indicadores-chave de desempenho

139 Comentário da demonstração de rendimentos 140 Comentário sobre o balanço

141 Análise de resultados pela atividade empresarial

# Análise financeira

## Indicadores-chave de

### ICDs Financeiros

Os ICDs financeiros descritos, em seguida, definem a forma pela qual o desempenho do Grupo Barclays Bank foi medido durante 2014.

Definição	Como foi o nosso desempenho e a sua importância	Índice de desempenho
<p><b>Rendimento total</b> Definido como o rendimento total líquido de indemnizações de seguros.</p> <p>O rendimento ajustado exclui a gestão do Barclays, movimentos no crédito próprio, os ganhos sobre os ativos de aquisição da US Lehman e da da Educação, Habitação Social e Autoridade</p>	<p>O rendimento total é um indicador-chave do desempenho financeiro para muitos dos acionistas do Barclays e o crescimento do rendimento é uma prioridade-chave a ser executada pela gestão do Barclays.</p> <p>O rendimento total ajustado diminuiu 8% devido revisão de valorização às condições económicas difíceis e o Local (ESHLA) de 25.775 M€. ao ambiente constante de baixa taxa de juros.</p>	<p><b>Ajustado</b> 2014 - 25.775 M€ 2013 - 27.915 M€</p> <p><b>Regulamentado</b> 2014 - 25.335 M€ 2013 - 27.954M€</p>
<p><b>Despesas operacionais</b> Definidas como total de despesas operacionais.</p> <p>As despesas operacionais ajustadas excluem provisões para a compensação do PPI e da cobertura do risco de taxa de juro, provisões para investigações e litígios em curso relacionados com o Câmbio Estrangeiro e a imparidade ao goodwill.</p>	<p>O Barclays considera as despesas operacionais como um campo de batalha estratégico para os bancos, na próxima década. Quem gerir os custos ativamente e os controlar de forma eficaz ganhará uma forte vantagem competitiva.</p> <p>As despesas operacionais ajustadas diminuíram 9% para 18.063 M€, incluindo custos para a obtenção da iniciativa "Transformar" de 1.165 M€ (2013: 1.209 M€), custos com litígios e encargos de conduta de 449 M€ (2013: 441 M€) e o imposto bancário do Reino Unido de 462 M€ (2013: 504 M€).</p>	<p><b>Ajustado</b> 2014 - 18.063 M€ 2013 - 19.895 M€</p> <p><b>Regulamentado</b> 2014 - 20.423 M€ 2013 - 21.974 M€</p>
<p><b>Lucro antes de impostos</b> O lucro bruto e o lucro ajustado bruto são as duas medidas de rendimento principais utilizadas pela gestão para avaliar o desempenho. O lucro bruto é declarado de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro e representa o rendimento total deduzido de custos de imparidade e de despesas operacionais.</p> <p>O lucro ajustado bruto exclui movimentos para crédito próprio, ganhos dos ativos de aquisição da US Lehman, provisões para a compensação do PPI e da cobertura do risco de taxa de juro, imparidade ao goodwill, provisões relacionadas com Câmbio Estrangeiro, a perda na venda anunciada da empresa espanhola e a revisão de valorização ESHLA.</p>	<p>O lucro bruto é um indicador-chave do desempenho financeiro para muitos dos nossos acionistas. O lucro ajustado bruto é apresentado a fim de fornecer uma base consistente para se comparar o desempenho da empresa entre períodos.</p> <p>O lucro ajustado antes de impostos aumentou 13% para 5.555 M€</p>	<p><b>Ajustado</b> 2014 - 5.555 M€ 2013 - 4.925 M€</p> <p><b>Regulamentado</b> 2014 - 2.309 M€ 2013 - 2.885 M€</p>

# Análise financeira

## Indicadores-chave de desempenho

Definição	Como foi o nosso desempenho e a sua importância	Índice de desempenho
<p><b>Custo: rácio do rendimento</b></p> <p>O custo: o rácio do rendimento é calculado com base nas despesas operacionais divididas pelo rendimento líquido total de indemnizações de seguros.</p> <p>O custo ajustado: o rácio de rendimento exclui movimentos para crédito próprio, de como podemos gerir a atividade empresarial de modo a assegurar que os custos ganhos dos ativos de aquisição da US Lehman, provisões aumentem a uma taxa mais lenta que os rendimentos. para a compensação do PPI e da cobertura do risco de taxa de juro, imparidade ao goodwill, provisões relacionadas com Câmbio Estrangeiro e a revisão de valorização ESHLA.</p>	<p>Esta é uma medida de gestão para avaliar a produtividade das operações do negócio. A reestruturação da base de custos é uma prioridade-chave da gestão a ser executada e inclui uma análise de todas as categorias de despesas discricionárias e uma análise</p> <p>O custo ajustado ao rácio dos rendimentos diminuiu para os 70%(2013: 71%)</p>	<p><b>Ajustado</b></p> <p>2014 - 70%</p> <p>2013 - 71%</p> <p><b>Regulamentado</b></p> <p>2014 - 81%</p> <p>2013 - 79%</p>
<p><b>Taxa de perdas de empréstimo</b></p> <p>A taxa de perdas de empréstimo é indicada em pontos base (pb) e representa o encargo da imparidade total de crédito dividido pelos créditos brutos e adiantamentos aos clientes e bancos detidos ao custo amortizado à data do balanço.</p>	<p>A concessão de crédito é uma das maiores fontes de rendimento do Barclays, embora seja, simultaneamente, um dos seus riscos mais significativos. A taxa de perdas de empréstimo é um indicador do custo da concessão de crédito.</p> <p>A taxa de perdas de empréstimo diminuiu para 46 pb (2013: 64 pb) refletindo uma redução de 29% nos encargos de imparidade de crédito para 2.168 M€, com uma redução não central de 732 M€ para 168 M€ e uma redução de 8% no negócio central para 2.000 M€.</p>	<p>2014 - 46 pb</p> <p>2013 - 64 pb</p>

# Análise financeira

## Comentário da demonstração

### 2014 comparado com 2013

O lucro regulamentado antes de impostos diminuiu para 2.309 M£ (2013: 2.885 M£). O lucro ajustado bruto aumentou 13% para 5555 M£.

O rendimento líquido total de indemnizações de seguros diminuiu 9% para 25.335 M£, incluindo o ajuste de produtos para o ganho de crédito próprio de 34 M£ (2013: perda de 220 M£), um ganho de 461 M£ (2013: 259 M£) nos ativos de aquisição da US Lehman e uma revisão de valorização de 935 M£ (2013: 0 £) relacionada com alterações na taxa de desconto aplicada na metodologia de avaliação na carteira de empréstimo ESHLA mantida a justo valor. O rendimento total líquido ajustado de indemnizações de seguros diminuiu 8% para 25.775 M£, refletindo uma redução de 54% no BNC no seguimento da redução de ativos e securities, e alienações; uma redução de 12% no Banco de Investimento, motivada por uma diminuição no negócio de Mercado, em particular Macro; e uma redução de 9% no Africa Banking devido a movimentos adversos da moeda, parcialmente compensada pelo crescimento no Barclaycard e no PCB.

O rendimento líquido de juros aumentou 4% para 12.138 M£, com um maior rendimento líquido de juros no PCB, no Banco de Investimento e no Barclaycard, parcialmente compensado por reduções no Africa Banking, na sede e no BNC. O rendimento líquido de juros para o PCB, o Barclaycard e o Africa Banking aumentou 4% para 11.435 M£, motivado pelo forte crescimento do rendimento das poupanças no PCB e pelo crescimento do volume no Barclaycard, parcialmente compensado por uma redução no Africa Bankig devido a movimentos da moeda.

Os encargos por imparidade dos créditos melhoraram 29% para 2168 M£, com uma taxa de perdas de crédito de 46 pb (2013: 64 pb). Isto refletiu a não recorrência de imparidades sobre riscos de titular único, lançamentos de imparidades sobre a carteira grossista e um melhor desempenho na Europa dentro do BNC. No âmbito do negócio central houve imparidades mais baixas no PCB devido ao melhoramento do clima económico do Reino Unido, causando um impacto particular na Banca Empresarial que beneficiou de lançamentos únicos e defaults mais baixos de grandes clientes empresariais no Reino Unido e de imparidades reduzidas na carteira de hipotecas da África do Sul do Africa Banking.

Consequentemente, o rendimento operacional líquido regulamentado para o Grupo diminuiu 7% para 23.167 M£. O rendimento operacional líquido ajustado, excluindo

movimentos no crédito próprio, os ganhos sobre ativos de aquisição da US Lehman e a revisão de valorização ESHLA, diminuiu 5% para 23.607 M£.

As despesas operacionais regulamentadas diminuíram 7% para 20.423 M£. Isto inclui o ajuste de produtos para uma provisão de compensação adicional do PPI de 1.270 M£, resultando numa despesa total anual líquida de 1.110 M£ (2013: 2.000 M£) em relação à compensação do PPI e à cobertura do risco de taxa de juro, uma provisão de 1.250 M£ (2013: 0 £) para investigações e litígios em curso relacionados com Câmbio Estrangeiro e a imparidade do goodwill de 0 £ (2013: 79 M£). As despesas operacionais ajustadas diminuíram 9% para 18.063 M£ devido às poupanças dos programas da iniciativa "Transformar", incluindo uma redução de 5% nos movimentos monetários e de pessoal. O total de despesas de indemnizações diminuiu 8% para 8.891, com o Banco de Investimento a fazer uma redução de 9% para 3.620 M£, refletindo a redução de pessoal e encargos diferidos de prémios mais baixos no presente ano. Os custos para a obtenção da iniciativa "Tranformar" foram de 1.165 M£ (2013: 1.209 M£) e o imposto bancário do Reino Unido foi de 462 M£ (2013: 504 M£).

O custo regulamentado: o rácio do rendimento aumentou para 81% (2013: 79%) O custo ajustado: o rácio do rendimento, excluindo movimentos no crédito próprio, os ganhos sobre os ativos de aquisição da US Lehman, provisões para a compensação do PPI e da cobertura do risco de taxa de juro, a provisão para investigações e litígios em curso relacionados com o Câmbio Estrangeiro, a revisão de valorização ESHLA e a imparidade do goodwill, diminuiu para 70% (2013: 71%)

Outras despesas líquidas regulamentadas aumentaram para 435 M£ (2013: 24 M£), incluindo um item de ajuste para uma perda na venda anunciada da empresa espanhola de 446 M£ e que ficou concluído a 2 de janeiro de 2015. Ademais, as perdas cumulativas das reservas de conversão de moeda, de aproximadamente 100 M£, serão reconhecidas aquando da conclusão em Q115.

A carga fiscal foi de 1.455 M£ (2013: 1.577 M£) sobre o resultado operacional bruto de 2.309 M£ (2013: 2.885 M£), representando uma taxa de imposto efetiva de 63,0% (2013: 54,7%) A taxa de imposto efetiva sobre o lucro ajustado bruto diminuiu para 30,9% (2013: 40,0%) O ano de 2013 incluiu uma despesa de 440 M£ relativa ao ajuste dos ativos por impostos diferidos em Espanha.

# Análise financeira

## Comentário sobre o balanço

### Ativos totais

O total de activos aumentou 14 mM£ para 1,359 mM£.

O numerário e os balanços em bancos centrais e os produtos em fase de cobrança a outros bancos diminuíram 6 mM£ para 41 mM£, dado que a contribuição em numerário para o fundo de liquidez do Grupo foi reduzida.

Os ativos da carteira de negociação diminuíram 18 mM£ para 115 mM£ devido a uma redução nos títulos de dívida e em outros títulos elegíveis, já que foi abandonada a atividade comercial no Banco de Investimento e foram reduzidas as posições no BNC. Isto foi parcialmente compensado por um aumento dos títulos de capital e pela transação de empréstimos.

Os ativos financeiros designados a justo valor diminuíram 1 mM£ para 38 mM£, refletindo reduções nos títulos de capital, parcialmente compensado pelos aumentos nos empréstimos e nos adiantamentos a justo valor devido aos movimentos a justo valor e ao aumento dos títulos de dívida relacionados com aquisições.

Os ativos de instrumentos financeiros derivados aumentaram 90 mM£ para 440 mM£, o que é consistente com o movimento dos passivos de instrumentos financeiros derivados que aumentaram 92 mM£ para 439 mM£, motivado por um aumento de 78 mM£ nos derivados de taxa de juro, refletindo uma redução nas importantes taxas de juro futuras e um aumento de 14 mM£ nos derivados cambiais devido ao fortalecimento do dólar americano (USD) face às principais moedas.

Os investimentos disponíveis para venda diminuíram 6 mM£ para 86 mM£ devido, essencialmente, ao abandono de posições no BNC.

O total de empréstimos e adiantamentos diminuiu 4 mM£ para 470 mM£ devido ao aumento de 7 mM£ no PCB e ao aumento de 5 mM£ no Barclaycard, compensado pela reclassificação de 13 mM£ de empréstimos e de outros ativos relacionados com a empresa espanhola mantida para venda e uma diminuição de 4 mM£ no BNC devido à redução dos ativos no setor retalhista europeu.

Os acordos de reacquirição invertida e outros empréstimos garantidos semelhantes diminuíram 55 mM£ para 132 mM£ devido, essencialmente, a uma carteira de negociação combinada mais baixa causada por uma desalavancagem do balanço financeiro.

### Total dos passivos

O total dos passivos aumentou 12 mM£ para 1293 mM£.

Os depósitos de bancos aumentaram 3 mM£ para 60 mM£ devido, essencialmente, ao aumento de 8 mM£ das garantias em numerário causado por um maior valor de mercado de derivados, compensado por uma diminuição de 5 mM£ resultante da reclassificação da empresa espanhola para outros passivos.

As contas de clientes diminuíram 4 mM£ para 428 mM£ como resultado dos 8 mM£ relacionados com a reclassificação da empresa espanhola para outros passivos e da redução nos saldos de liquidação de 9 mM£. Estas diminuições foram parcialmente compensadas por um aumento de 9 mM£ nos saldos de garantias de caixa devido a um saldo derivado superior e um crescimento de 5 mM£ dentro do PCB e do Barclaycard.

Os passivos da carteira de negociação diminuíram 8 mM£ para 45 mM£ devido, essencialmente, às reduções nos títulos de dívida e em outros títulos elegíveis no seguimento da redução de ativos e securities, e de alienações. As subseqüentes reduções nos títulos de tesouro dos EUA e nas posições de obrigação europeias foram impulsionadas pelas necessidades dos clientes. Estas reduções foram parcialmente compensadas pelo aumento nos títulos de capital.

Os passivos financeiros designados ao justo valor diminuíram 8 mM£ para 57 mM£, refletindo, sobretudo, maturidades comerciais, recompras e dissolução de obrigações existentes devido às reduzidas necessidades de financiamento.

Os passivos de instrumentos financeiros derivados aumentaram 92 mM£ para 439 mM£ em conformidade com o aumento dos ativos de instrumentos financeiros derivados.

Os títulos de dívida em circulação diminuíram 1 mM£ para 86 mM£ devido à não renovação de papel comercial, parcialmente compensado pelo aumento na emissão de certificados de depósito.

Os passivos subordinados diminuíram 1 mM£ para 22 mM£ devido a resgates de obrigações subordinadas de taxa fixa ou variável, Instrumentos de Capital Reservado e Obrigações de Tier 1, parcialmente compensado pela emissão de obrigações subordinadas e pelos movimentos de cobertura ao justo valor.

Os acordos de recompra e outros empréstimos de seguro semelhantes diminuíram 72 mM£ para 124 mM£ impulsionado, essencialmente, por uma carteira de negociação combinada mais baixa devido à desalavancagem do balanço financeiro e às mais baixas necessidades de financiamento resultante de uma diminuição nas posições longas.

### Capital próprio dos acionistas

O total do capital próprio aumentou 2,8 mM£ para 66,0 mM£.

O capital social e o prémio de emissão mantiveram-se estáveis em 14,5 mM£ (2013: 14,5 mM£). Outros instrumentos de capital próprio aumentaram 2,3 mM£ para 4,4 mM£ devido à emissão de títulos Adicionais Tier 1 (AT1) contabilizados no capital próprio para os investidores em troca do cancelamento de ações preferenciais e de instrumentos de dívida subordinada.

A reserva disponível para venda aumentou 0,4 mM£ para 0,6 mM£ impulsionado pelos ganhos de 5,3 mM£ resultantes das alterações no justo de valor dos títulos de governo detidos no fundo de liquidez, parcialmente compensado pelas perdas relacionadas com a cobertura no valor de 4,1 mM£ e dos 0,6 mM£ de ganhos líquidos transferidos para lucros líquidos.

A reserva de compensação do fluxo de caixa aumentou 1,5 mM£ para 1,8 mM£ impulsionada pelos 2,7 mM£ de ganhos no justo valor dos swaps da taxa de juros detidos para efeitos de cobertura de riscos, à medida que as taxas de juro futuras diminuíram, parcialmente compensado pelos 0,7 mM£ em ganhos fiscais transferidos para lucros líquidos e os 0,4 mM£ em impostos.

A reserva de conversão de moeda aumentou para um saldo devedor de 0,6 mM£, em grande parte devido ao fortalecimento do dólar americano face à libra esterlina.

Os juros não controladores aumentaram marginalmente para 2,3 mM£ (2013: 2,2 mM£) devido ao lucro após impostos de 0,2 mM£, compensado pelos pagos no montante de 0,2 mM£.

# Análise financeira

## Análise de resultados pela

### Análise por segmento (auditada)

#### Análise dos resultados ajustados por atividade empresarial

	Atividade							Resultados do Grupo
	Bancária Particular	Barclaycard	África Particular	Banco de Invest	Sede Central	Barclays	Barclays Não Central	
	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€
Para o ano findo a 31 de dezembro de 2014								
Rendimento total líquido de indemnizações de	8.828	4.356	3.664	7.581	296	24.725	1.050	25.775
Encargos de depreciação e outras provisões	(482)	(1.183)	(349)	14	-	(2.000)	(168)	(2.168)
Rendimento operacional líquido	8.346	3.173	3.315	7.595	296	22.725	882	23.607
Despesas operacionais	(5.005)	(1.727)	(2.246)	(5.633)	(117)	(14.728)	(1.708)	(16.436)
Imposto bancário do Reino Unido	(70)	(29)	(45)	(218)	(9)	(371)	(91)	(462)
Custos para a obtenção da iniciativa "Transformar"	(400)	(118)	(51)	(374)	(10)	(953)	(212)	(1.165)
Outros rendimentos/(perdas)a	14	40	11	-	(3)	62	(51)	11
<b>Lucro/perda antes de impostos com base em</b>	<b>2.885</b>	<b>1.339</b>	<b>984</b>	<b>1.370</b>	<b>157</b>	<b>6.735</b>	<b>(1.180)</b>	<b>5.555</b>
<b>Ativos totais (mM€)</b>	<b>285,0</b>	<b>41,3</b>	<b>55,5</b>	<b>455,7</b>	<b>49,8</b>	<b>887,3</b>	<b>471,5</b>	<b>1.358,7</b>
Para o ano findo a terça-feira, 31 de Dezembro de 2013								
Encargos de depreciação e outras provisões	(621)	(1.096)	(479)	22	3	(2.171)	(900)	(3.071)
Rendimento operacional líquido	8.102	3.007	3.560	8.634	148	23.451	1.393	24.844
Despesas operacionais	(5.460)	(1.786)	(2.451)	(6.172)	(115)	(15.984)	(2.198)	(18.182)
Imposto bancário do Reino Unido	(66)	(22)	(42)	(236)	(29)	(395)	(109)	(504)
Custos para a obtenção da iniciativa "Transformar"	(384)	(49)	(26)	(190)	(22)	(671)	(538)	(1.209)
Outros rendimentos/(perdas)a	41	33	8	-	4	86	(110)	(24)
<b>Lucro/perda antes de impostos com base em</b>	<b>2.233</b>	<b>1.183</b>	<b>1.049</b>	<b>2.036</b>	<b>(14)</b>	<b>6.487</b>	<b>(1.562)</b>	<b>4.925</b>
<b>Ativos totais (mM€)</b>	<b>278,5</b>	<b>34,4</b>	<b>54,9</b>	<b>438,0</b>	<b>27,2</b>	<b>833,0</b>	<b>511,2</b>	<b>1.344,2</b>

#### Reconciliação dos resultados ajustados

	Resultados ajustados do Grupo		Resultados regulamentados do Grupo		Resultados ajustados do Grupo		Resultados regulamentados do Grupo	
	31 de Dezembro de 2014	de ajuste	31 de dezembro de 2013	de ajuste	31 de dezembro de 2013	de ajuste	31 de dezembro de 2013	
Para o ano findo a								
Rendimento total líquido de indemnizações de seguros	25.775	(440)	25.335	-	27.915	39	27.954	
Encargos de depreciação e outras provisões	(2.168)	-	(2.168)	-	(3.071)	-	(3.071)	
Rendimento operacional líquido	23.607	(440)	23.167	-	24.844	39	2.883	
Despesas operacionais	(16.436)	(2.360)	(18.796)	-	(18.182)	(2.079)	(20.261)	
Imposto bancário do Reino Unido	(462)	-	(462)	-	(504)	-	(504)	
Custos para a obtenção da iniciativa "Transformar"	(1.165)	-	(1.165)	-	(1.209)	-	(1.209)	
<b>Outros rendimentos/(perdas)a</b>	<b>11</b>	<b>(446)</b>	<b>(435)</b>	<b>(10)</b>	<b>(24)</b>	<b>(10)</b>	<b>(24)</b>	
<b>Lucro/perda antes de impostos com base em operações contínuas</b>	<b>5.555</b>	<b>(3.246)</b>	<b>2.309</b>	<b>(10)</b>	<b>4.925</b>	<b>(2.040)</b>	<b>2.885</b>	

#### Reconciliação de lucro ajustado

	2014	2013
	M€	M€
Lucro ajustado bruto	5.555	4.925
Crédito próprio	34	(220)
Imparidade do goodwill	-	(79)
Provisões para a compensação do PPI e da cobertura do risco de taxa de juro	(1.110)	(2.000)
Ganhos sobre os ativos de aquisição da US Lehman	461	259
Provisões para investigações e litígios em curso relacionados com o Câmbio Estrangeiro	(1.250)	-
Perdas na venda anunciada da empresa espanhola	(446)	-
Revisão de valorização ESHLA	(935)	-
<b>Lucro regulamentado antes de impostos</b>	<b>2.309</b>	<b>2.885</b>

#### Notas

a Outros rendimentos/(perdas) representam a parte de resultados após impostos de associadas e joint ventures, lucros ou (perdas) na alienação de subsidiárias, associadas e joint ventures, e lucros com aquisições.

b O rendimento ajustado e o lucro bruto de 2013 foram novamente declarados para excluir o ganho Q213 de 259 M€ relacionado com ativos ainda não recebidos da aquisição da US Lehman para ajudar a comparabilidade, dada a sua natureza material no ano corrente. Os ativos e os ativos de risco ponderado (RWAs) da aquisição da US Lehman de dezembro de 2013 de 1,6 mM€ foram novamente declarados para a reclassificação destes ativos do Banco de Investimento para a Sede, por forma a refletir com mais precisão a responsabilidade na resolução desta matéria.

# Análise financeira

## Análise de resultados pela

### Rendimento por região geográfica (auditado)

	Ajustado		Regulamentado	
	2014	2013	2014	2013
	M€	M€	M€	M€
Operações contínuas				
Reino Unido a	12.404	11.700	11.503	11.480
Europa	2.896	4.019	2.896	4.019
Américas b	5.547	6.775	6.008	7.034
África e Médio Oriente	4.152	4.137	4.152	4.137
Ásia	776	1.284	776	1.284
<b>Total</b>	<b>25.775</b>	<b>27.915</b>	<b>25.335</b>	<b>27.954</b>

### Rendimento regulamentado de países individuais que representam mais do que 5% do rendimento total (auditado)c

	2014	2013
	M€	M€
Operações contínuas		
Reino Unido	11.503	11.480
EUA	5.866	6.760
África do Sul	2.915	2.884

#### Notas

a O rendimento ajustado do Reino Unido exclui o impacto de um ganho de crédito próprio de 34 M€ (2013: 220 M€ de perda) e a revisão de valorização ESHLA de 935 M€ (2013: 0 £).

b O rendimento ajustado das Américas exclui os ganhos sobre os ativos da aquisição da US Lehman de 461 M€ (2013: 259 M€) e os ganhos sobre a alienação do investimento no BlackRock, Inc. de 0 £ (2013: 0 £).

c O rendimento total líquido de indemnizações de seguros baseado na localização da contraparte. O rendimento de cada cliente singular externo não atinge ou ultrapassa os 10% do rendimento total líquido de indemnizações de seguros do Grupo.

## Central do Barclays

As atividades do Grupo foram reconfiguradas em unidades de negócio Centrais e Não centrais como parte da estratégia de atualização do Grupo anunciada em maio de 2014. O negócio Central é o futuro do Barclays e consiste das cinco áreas empresariais seguintes.

- A Atividade Bancária Pessoal e Empresarial (PCB) inclui atividade bancária pessoal, hipotecas, gestão de fortunas e investimentos e atividade bancária empresarial. Através destas empresas respondemos às necessidades dos nossos clientes, dos clientes no Reino Unido e nos mercados internacionais selecionados. A gestão conjunta destas empresas ajuda a conduzir produtos, capacidades de segmento de cliente e sinergias de custo através da integração de plataformas e da experiência em alavancagem, particularmente dentro dos canais digitais.
- O Barclaycard é um prestador de serviços de pagamento internacional para o consumidor e clientes empresariais que inclui cartões de crédito e empréstimos ao consumidor.
- O negócio da Africa Banking é gerido por três principais atividades empresariais: Banca Retailista e Empresarial (RBB); Gestão de Riqueza e Investimento e Seguradora (WIMI); Banca Empresarial e de Investimento (CIB); e uma função de Sede em África.
- O Banco de Investimento consiste atualmente em mercados focados em retornos e procedência e atividades bancárias.

A Sede compreende as funções de apoio centrais e da sede, as empresas em transição e os ajustamentos de consolidação.

	2014	2013
	M€	M€
<b>Informações da demonstração de rendimentos</b>		
Rendimento total líquido de indemnizações de seguros	24.725	25.622
Encargos de depreciação e outras provisões	(2.000)	(2.171)
Rendimento operacional líquido	22.725	23.451
Despesas operacionais	(14.728)	(15.984)
Imposto bancário do Reino Unido	(371)	(395)
Custos para a obtenção da iniciativa "Transformar"	(953)	(671)
Total de despesas operacionais	(16.052)	(17.050)
Outros rendimentos líquidos	62	86
Lucro antes de impostos	6.735	6.487
<b>Factos principais</b>		
Número de colaboradores (o equivalente a tempo inteiro)	123.400	129.700
<b>Medidas de desempenho</b>		
Custo: rácio do rendimento	65%	67%
Taxa de perda para empréstimo (pontos base)	49	55

# Análise financeira

## Análise de resultados pela

### Atividade Bancária Pessoal e Empresarial

**8.828 M€**  
rendimento total

**2.885 M€**  
lucro antes de imposto

#### 2014 comparado com 2013

O lucro antes de impostos aumentou 29% para 2885 M€ impulsionado por um crescimento de 3% no rendimento Pessoal, uma imparidade mais baixa devido ao melhoramento do clima económico no Reino Unido e uma redução contínua das despesas operacionais devido ao progresso estratégico da iniciativa "Transformar". Isto resultou num aumento de 2,2% da média do rendimento do capital para os 11,9%. Na atividade bancária Pessoal houve um aumento no rendimento de 119 M€, juntamente com significativas reduções de custo, com o encerramento de 72 dependências como parte da contínua otimização da rede de dependências e com o investimento na experiência do cliente em vários canais. Na atividade Empresarial verificou-se um aumento nos empréstimos e nos depósitos e a Riqueza sofreu uma reorganização substancial para reduzir o número de mercados alvo, simplificando, ao mesmo tempo, as operações.

O rendimento total aumentou 1% para 8828 M€. O rendimento pessoal aumentou 3% para 4159 M€ devido a um equilíbrio crescente e a melhores margens de poupança, compensado parcialmente pelas receitas mais baixas provenientes de taxas. O rendimento Empresarial de 3592 M€ manteve-se praticamente constante (2013: 3620 M€), com um equilíbrio crescente no que se refere aos empréstimos e aos depósitos, compensado por compressões de margem. O rendimento da Riqueza de 1077 M€ manteve-se praticamente constante (2013: 1063 M€) impulsionado pelo crescimento empresarial

no Reino Unido, compensado pela saída de clientes e de mercados como parte da reorganização nas empresas nos EUA e na Europa e pelas receitas mais baixas provenientes de taxas.

O rendimento líquido de juros aumentou 7% para 6298 M€ impulsionado pelo crescimento dos empréstimos e dos depósitos pelas melhores margens. A margem líquida de juros melhorou 9 pb para 3,00% devido, essencialmente, ao lançamento de uma proposta revista de descobertos bancários que reconhece a maioria do rendimento procedente desses descobertos bancários como rendimento líquido de juros em vez de receitas provenientes de taxas, e ainda devido a margens de poupança mais elevadas dentro da Riqueza e da atividade bancária Pessoal. Estes fatores foram parcialmente compensados pelas margens baixas dos depósitos Empresariais.

O rendimento líquido de honorários e comissões desceu 10% para 2443 M€ devido ao lançamento de uma proposta revista de descobertos bancários e à receita transacional mais baixa na Riqueza.

Os encargos de depreciação aumentaram 22% para 482 M€ e a taxa de perda de empréstimo baixou 7 pb para os 21 pb devido melhoramento do clima económico no Reino Unido, influenciando particularmente a atividade bancária Empresarial que beneficiou de lançamentos únicos e defaults mais baixos da parte de grandes clientes Empresariais do Reino Unido.

O total de despesas operacionais diminuiu 7% para 5475 M€, refletindo as poupanças realizadas com os programas da iniciativa "Transformar" relacionados com a reestruturação da rede de dependências e com as melhorias tecnológicas para aumentar a automatização.

Os empréstimos e os adiantamentos a clientes aumentaram 2% para 217,0 mM€ devido ao crescimento hipotecário e de empréstimos Empresariais.

Os ativos totais aumentaram 2% para 285,0 mM€ impulsionados pelo aumento nos empréstimos e adiantamentos aos clientes.

Os depósitos de clientes aumentaram para 299,2 mM€ (2013: 295,9 mM€).

	2014	2013
	M€	M€
<b>Informações da demonstração de rendimentos</b>		
Rendimento líquido dos juros	6.298	5.893
Rendimento líquido de honorários e comissões	2.443	2.723
Outras	87	107
<b>Rendimento total</b>	<b>8.828</b>	<b>8.723</b>
Encargos de depreciação e outras provisões	(482)	(621)
<b>Rendimento operacional líquido</b>	<b>8.346</b>	<b>8.102</b>
Despesas operacionais	(5.005)	(5.460)
Imposto bancário do	(70)	(66)
	(400)	(384)
<b>Total de despesas operacionais</b>	<b>(5.475)</b>	<b>(5.910)</b>
Outros rendimentos líquidos	14	41
<b>Lucro antes de impostos</b>	<b>2.885</b>	<b>2.233</b>
<b>Informações sobre o balanço financeiro</b>		
Empréstimos e adiantamentos a clientes a custo amortizado	217,0 mME	212,2 mME
Ativos totais	285,0 mME	278,5 mME
Depósitos de clientes	299,2 mME	295,9 mME
<b>Factos principais</b>		
<b>Média do LTV do empréstimo hipotecário a</b>	<b>52%</b>	<b>56%</b>
<b>Média do LTV do novo empréstimo</b>	<b>65%</b>	<b>64%</b>
	1.488	1.560
	45.600	50.100
<b>Medidas de desempenho</b>		
Custo: rácio do rendimento	62%	68%
Taxa	21	28

Nota

a A LTV média da carteira hipotecária e os novos empréstimos hipotecários são calculados com base no saldo ponderado.

# Análise financeira

## Análise de resultados pela

### Barclaycard

**4.356 M€**  
rendimento total

**1.339 M€**  
lucro antes de impostos

#### 2014 comparado com 2013

O lucro antes de impostos aumentou 13% para 1339 M€. O forte crescimento em 2014 foi obtido através de um modelo de negócio de consumidores e comerciantes diversificado, com um aumento no número de clientes de 30 M (2013: 26 M) e um crescimento de ativos em todas as zonas geográficas, gerando um aumento de 6% nas receitas. O crescimento foi gerido numa base de custos bem controlada, com o negócio a focar-se à escala através da internalização de serviços, da consolidação de websites e da digitalização, resultando numa melhoria do custo ao rácio de rendimentos de 43% (2013: 45%) O foco de negócio sobre a gestão de risco reflete-se na estabilidade das taxas de incumprimento de 30 dias e na queda das taxas de perda de empréstimo. O modelo de negócio diversificado e à escala permitiu que o negócio gerasse uma boa média do rendimento do capital de 16,0% (2013: 15,5%)

O rendimento total aumentou 6% para 4356 M€, refletindo um crescimento nos consumidores e comerciantes do Reino Unido, nas empresas da Alemanha e dos EUA, compensado parcialmente pela depreciação do valor médio do dólar americano em relação à libra esterlina.

O rendimento líquido dos juros aumentou 8% para 3044 M€ impulsionado pelo crescimento do volume. A margem de juro líquido diminuiu para 8,75% (2013: 8,99%) devido a uma mudança no conjunto de produtos e ao impacto de ofertas promocionais, em particular nos EUA, compensado parcialmente por custos de financiamento mais baixos.

O rendimento líquido de honorários e comissões desceu 2% para 1286 M€ devido ao crescimento no volume de pagamentos.

Os encargos de depreciação aumentaram 8% para 1183 M€ devido ao crescimento dos ativos e à cobertura otimizada para o estado de tolerância. As taxas de incumprimento mantiveram-se globalmente estáveis e a taxa de perda de empréstimo diminuiu 24 pb para 308 pb.

As despesas operacionais totais aumentaram 1% para 1874 M€ impulsionadas por custos mais elevados para a obtenção da iniciativa "Transformar" de 118 M€ (2013: 49 M€), compensadas parcialmente pela depreciação do valor médio do dólar americano em relação à libra esterlina, pelos reembolsos VAT e as poupanças dos programas da iniciativa "Transformar", incluindo a internalização de serviços, a consolidação de websites e a digitalização.

Os empréstimos e os adiantamentos a clientes aumentaram 16% para 36,6 mM€, refletindo um crescimento em todas as zonas geográficas, incluindo o impacto das ofertas promocionais e a aquisição de carteiras nos EUA.

Os ativos totais aumentaram 20% para 41,3 mM€ devido ao aumento nos empréstimos e adiantamentos aos clientes.

Os depósitos de clientes aumentaram 43% para 7,3 mM€ impulsionados pela estratégia de financiamento de depósitos nos EUA.

	2014	2013
	M€	M€
<b>Informações da Demonstração de Rendimentos</b>		
Rendimento líquido dos juros	3.044	2.829
Rendimento líquido de honorários e comissões	1.286	1.256
Outras	26	18
<b>Rendimento total</b>	<b>4.356</b>	<b>4.103</b>
Encargos de depreciação e outras provisões	(1.183)	(1.096)
<b>Rendimento operacional líquido</b>	<b>3.173</b>	<b>3.007</b>
Despesas operacionais	(1.727)	(1.786)
Imposto bancário do	(29)	(22)
	(118)	(49)
<b>Total de despesas operacionais</b>	<b>(1.874)</b>	<b>(1.857)</b>
Outros rendimentos líquidos	40	33
<b>Lucro antes de impostos</b>	<b>1.339</b>	<b>1.183</b>
<b>Informações sobre o balanço financeiro</b>		
Empréstimos e adiantamentos a clientes a custo amortizado	36,6 mM€	31,5 mM€
Ativos totais	41,3 mM€	34,4 mM€
Depósitos de clientes	7,3 mM€	5,1 mM€
<b>Factos principais</b>		
Taxas de juro de mora de 30 dias - cartões do Reino Unido	2,5%	2,4%
	2,1%	2,1%
Taxas de juro de mora de 30	12.200	11.000
<b>Medidas de desempenho</b>		
Custo: rácio do rendimento	43%	45%
Taxa	308	332

# Análise financeira

## Análise de resultados pela

### Africa Banking

**3.664 M£**

rendimento total líquido de indemnizações de seguros

**984 M£**

lucro antes de impostos

#### 2014 comparado com 2013

Em termos reportados a, o rendimento total líquido de indemnizações de seguros diminuiu 9% para 3.664 M£ e o lucro antes de impostos diminuiu 6% para 984 M£.

Com base nas taxas médias, houve uma depreciação de 18% do rand sul-africano (ZAR) em relação à libra esterlina em 2014. A deterioração foi um fator de contribuição significativo para o movimento nos resultados reportados do Africa Banking. A análise que se segue sobre o desempenho dos negócios baseia-se em resultados numa taxa de câmbio constante b, salvo indicação em contrário.

O lucro antes de impostos aumentou 13% para 984 M£, refletindo um bom crescimento na Atividade Bancária Empresarial e de Investimento (CIB) e na Atividade Bancária Empresarial e de Retalho (RBB). A CIB observou um forte crescimento do rendimento, impulsionado pelo negócio bancário empresarial fora da África do Sul e pela melhoria no desempenho do comércio bancário de investimento por toda a África. Verificou-se um progresso contínuo no que se refere à estratégia de resposta da RBB da África do Sul, com um aumento do rendimento líquido de honorários e comissões na segunda metade do ano. A Gestão de Riqueza e Investimento e Seguradora (WIMI) gerou um forte crescimento fora da África do Sul devido a iniciativas de expansão.

O rendimento total líquido de indemnizações de seguros aumentou 7% para 3.664 M£.

O rendimento líquido dos juros aumentou 9% para 2.093 M£, impulsionado, essencialmente, por uma média mais elevada de empréstimos e adiantamentos a clientes na CIB e um por um crescimento nos depósitos de clientes na RBB na África do Sul. Em termos reportados, a margem líquida de juros aumentou 14 pb para 5,95% no seguimento do aumento da taxa de juro de referência da África do Sul e do impacto favorável das margens de depósitos mais elevadas, compensada parcialmente pelas taxas mais baixas fora da África do Sul.

O rendimento líquido de honorários e comissões aumentou 2% para 1.086 M£, refletindo principalmente um aumento nas transações da RBB na África do Sul.

Os encargos de depreciação diminuiram 14% para 349 M£ e, em termos reportados, a taxa de perda de empréstimo cresceu 35 pb para 93 pb, impulsionada por imparidades reduzidas na carteira de hipotecas da África do Sul e no comércio bancário, compensada parcialmente por imparidades mais elevadas na carteira de cartões.

As despesas operacionais totais aumentaram 8% para 2.342 M£, refletindo amplamente os aumentos inflacionários, resultando em custos superiores com o pessoal e um investimento mais elevado gasto em iniciativas-chave, incluindo custos mais elevados para a obtenção da iniciativa "Transformar" de 51 M£ (2013: 23 M£), compensadas parcialmente pelas poupanças dos programas da iniciativa "Transformar".

Os empréstimos e adiantamentos a clientes aumentaram 5% para 35,2 mM£, impulsionados principalmente por um forte crescimento da atividade bancária empresarial por toda a África na CIB e um crescimento limitado na RBB devido, essencialmente, a uma ligeira redução na carteira de hipotecas da África do Sul.

Os ativos totais aumentaram 5% para 55,5 mM£ devido ao aumento nos empréstimos e adiantamentos aos clientes.

Os depósitos de clientes aumentaram 5% para 35,0 mM£, refletindo um forte crescimento no negócio da RBB da África do Sul.

#### Nota

a Os termos reportados representam os resultados em libras esterlinas, usando taxas de câmbio reais.

b Os resultados da taxa de câmbio são calculados através da conversão do rand sul-africano em libra esterlina, usando a taxa de câmbio média de 2014 para a demonstração de rendimentos e a taxa de câmbio de fecho de 2014 para o balanço financeiro para eliminar o impacto de movimentos na taxa de câmbio entre os dois períodos.

	Taxa de câmbio a			
	2014 M€	2013 M€	2014 M€	2013 M€
<b>Informações da demonstração de rendimentos</b>				
Rendimento líquido dos juros	2.093	2.245	2.093	1.912
Rendimento líquido de honorários e comissões	1.086	1.254	1.086	1.067
Rendimentos de atividade comercial líquidos	250	260	250	219
	337	374	337	316
	68	91	68	78
<b>Rendimento total</b>	<b>3.834</b>	<b>4.224</b>	<b>3.834</b>	<b>3.592</b>
Ativos líquidos e benefícios derivados de contratos de seguros	(170)	(185)	(170)	(157)
<b>Rendimento total líquido de indemnizações de seguros</b>	<b>3.664</b>	<b>4.039</b>	<b>3.664</b>	<b>3.435</b>
<b>Encargos de depreciação e outras provisões</b>	<b>(349)</b>	<b>(479)</b>	<b>(349)</b>	<b>(406)</b>
<b>Rendimento operacional líquido</b>	<b>3.315</b>	<b>3.560</b>	<b>3.315</b>	<b>3.029</b>
Despesas operacionais	(2.246)	(2.451)	(2.246)	(2.098)
Imposto bancário do	(45)	(42)	(45)	(42)
	(51)	(26)	(51)	(23)
<b>Total de despesas operacionais</b>	<b>(2.342)</b>	<b>(2.519)</b>	<b>(2.342)</b>	<b>(2.163)</b>
Outros rendimentos líquidos	11	8	11	7
<b>Lucro antes de impostos</b>	<b>984</b>	<b>1.049</b>	<b>984</b>	<b>873</b>
<b>Informações sobre o balanço financeiro</b>				
Empréstimos e adiantamentos a clientes a custo amortizado	35,2 mM€	34,9 mM€	35,2 mM€	33,6 mM€
Ativos totais	55,5 mM€	54,9 mM€	55,5 mM€	52,8 mM€
Depósitos de clientes	35,0 mM€	34,6 mM€	35,0 mM€	33,3 mM€
<b>Factos principais</b>				
Média do LTV da carteira de hipotecas	59,9%	62,3%		
b Média do LTV do novo empréstimo hipotecário	74,8%	74,9%		
b Número de pontos de	1.349	1.396		
	45.000	45.900		
	18,03	17,37		
	17,84	15,10		
<b>Medidas de desempenho</b>				
Custo: rácio do rendimento	64%	62%		
Taxa	93	128		

Nota

a Os resultados da taxa de câmbio são calculados através da conversão do rand sul-africano (ZAR) em libra esterlina, usando a taxa de câmbio média de 2014 para a demonstração de rendimentos e a taxa de câmbio de fecho de 2014 para o balanço financeiro para eliminar o impacto de movimentos na taxa de câmbio entre os dois períodos.

b A LTV média da carteira hipotecária e dos novos empréstimos hipotecários calculada com base no saldo ponderado para a África do Sul.

# Análise financeira

## Análise de resultados pela

### Banco de Investimento

**7.581 M€**  
rendimento total

**1.370 M€**  
lucro antes de impostos

#### 2014 comparado com 2013

O lucro antes de impostos diminuiu 33% para 1370 M€. O Banco de Investimento continua a fazer progressos com a sua estratégia de foco de procedência, desenvolvendo posições de liderança nos seus mercados locais no Reino Unido e nos EUA, enquanto incentiva poupanças de custos e eficiências RWA. O negócio está focado num conjunto mais simples de produtos nos Mercados que permitirá que desenvolva pontos fortes já existentes e se adapte a desenvolvimentos reguladores. O negócio continuou a executar esta estratégia independentemente das difíceis condições de criação de mercado e dos níveis contínuos de baixa atividade. Isto teve um impacto particular sobre os produtos de crédito e de taxas de juro, resultando num decréscimo dos rendimentos em todos os negócios do Mercado. Este decréscimo foi compensado parcialmente por uma melhoria no desempenho bancário e por reduções significativas de custo resultantes de poupanças dos programas da iniciativa "Transformar".

O rendimento total diminuiu 12% para 7581 M€, incluindo o impacto da depreciação do valor médio do dólar americano em relação à libra esterlina. O rendimento bancário aumentou 1% para 2542 M€. O rendimento da taxa da Banca de Investimento diminuiu 3% para 2125 M€ impulsionado por taxas de subscrição de dívida mais baixas, compensado parcialmente por taxas de assessoria financeira e de subscrição de títulos mais elevadas. O rendimento de empréstimos aumentou para 417 M€ (2013: 325 M€) devido a perdas mais baixas de justo valor em coberturas, um rendimento líquido de juros superior e a uma receita proveniente de taxas mais elevada.

O rendimento de Mercados diminuiu 18% para 5019 M€. O crédito diminuiu 17% para 1044 M€ impulsionado pela reduzida volatilidade e atividade de clientes, com um rendimento mais baixo nos créditos em dificuldade, produtos norte-americanos de alta qualidade e elevado

rendimento. Os títulos de capital diminuíram 12% para 2025 M€ devido a um decréscimo nos títulos e derivados de capital próprio, refletindo volumes mais baixos de clientes, parcialmente compensados por um rendimento mais elevado no financiamento de capitais. O Macro diminuiu 24% para 1950 M€, refletindo uma moderada atividade de clientes em taxas e uma volatilidade mais baixa nos mercados monetários na primeira metade do ano.

O lançamento da imparidade de crédito líquida de 14 M€ (2013: 22 M€) resultou de um conjunto de riscos de titular único.

As despesas operacionais totais diminuíram 6% para 6225 M€, refletindo uma redução de 9% em despesas de indemnização para 3620 M€, poupanças de programas da iniciativa "Transformar", incluindo a reestruturação empresarial, a contínua racionalização da plataforma tecnológica e da infraestrutura imobiliária, e a depreciação do valor médio do dólar americano em relação à libra esterlina. Isto foi compensado parcialmente pelos custos aumentados para a obtenção da iniciativa "Transformar" de 374 M€ (2013: 190 M€), pelos custos com litígios e pelos encargos de conduta.

Os empréstimos e adiantamentos a clientes e bancos aumentaram 2% para 106,3 mM€ impulsionados por um aumento das garantias em numerário e de empréstimo, compensados parcialmente por uma redução nos saldos de liquidação devido à atividade reduzida.

Os ativos e passivos de instrumentos financeiros derivados aumentaram 40% para 152,6 mM€ e 38% para 160,6 mM€, respetivamente, impulsionados pelos decréscimos nas taxas de juro futuras, predominantemente, da libra esterlina, do dólar americano e do euro, e pelo fortalecimento do dólar americano em relação às principais moedas.

Os acordos de reaversão invertida e outros empréstimos garantidos semelhantes diminuíram 18% para 64,3 mM€ devido a uma carteira de negociação combinada mais baixa e às reduzidas necessidades de financiamento.

Os ativos totais aumentaram 4% para 455,7 mM€ devido a um aumento nos ativos de instrumentos financeiros derivados, parcialmente compensados por uma redução nos acordos de reaversão invertida e outros empréstimos garantidos semelhantes e pelos ativos financeiros a justo valor.

	2014	2013 <sup>a</sup>
	M€	M€
<b>Informações da demonstração de rendimentos</b>		
Rendimento líquido dos juros	647	393
Rendimento líquido de honorários e comissões	3.101	3.253
Rendimento líquido de atividades comerciais	3.714	4.964
Rendimento líquido de investimentos	119	2
<b>Rendimento total</b>	<b>7.581</b>	<b>8.612</b>
Encargos de depreciação e outras provisões	14	22
<b>Rendimento operacional líquido</b>	<b>7.595</b>	<b>8.634</b>
Despesas operacionais	(5.633)	(6.172)
Imposto bancário do Reino Unido	(218)	(236)
Custos para a obtenção da iniciativa "Transformar"	(374)	(190)
<b>Total de despesas operacionais</b>	<b>(6.225)</b>	<b>(6.598)</b>
<b>Lucro antes de impostos</b>	<b>1.370</b>	<b>2.036</b>
<b>Informações sobre o balanço financeiro</b>		
Empréstimos e adiantamentos a bancos e a clientes a custo amortizado b	106,3 mM€	104,5 mM€
Ativos da carteira de negociação	94,8 mM€	96,6 mM€
Ativos de instrumentos financeiros derivados	152,6 mM€	108,7 mM€
Passivos de instrumentos financeiros derivados	160,6 mM€	116,6 mM€
Acordos de revenda invertida e outros empréstimos garantidos similares	64,3 mM€	72,2 mM€
<b>Total dos ativos a</b>	<b>455,7 mM€</b>	<b>438,0 mM€</b>
<b>Factos principais</b>		
<b>Número de colaboradores (o equivalente a tempo inteiro)</b>	<b>20.500</b>	<b>22.600</b>
<b>Medidas de desempenho</b>		
<b>Custo: rácio do rendimento</b>	<b>82%</b>	<b>77%</b>
<b>Análise do rendimento total</b>		
Taxas da banca de investimento	2.125	2.181
Empréstimo	417	325
Atividade bancária	2.542	2.506
Crédito	1.044	1.257
Títulos de capital	2.025	2.292
Macro	1.950	2.580
Mercados	5.019	6.129
Banca e Mercados	7.561	8.635
Outros a	20	(23)
<b>Rendimento total</b>	<b>7.581</b>	<b>8.612</b>

#### Notas

a O rendimento ajustado e o lucro antes de impostos de 2013 foram novamente declarados para excluir o ganho Q213 de 259 M€ relacionado com os ativos ainda não recebidos da aquisição da US Lehman para ajudar a comparabilidade, dada a sua natureza material no ano presente. Ademais, os ativos da aquisição e os ativos de risco ponderado (RWA) da US Lehman de dezembro de 2013 de 1,6 mM€ foram novamente declarados para a reclassificação destes ativos do Banco de Investimento para a Sede para refletir, de forma mais precisa, a responsabilidade para a resolução desta matéria.

b A 31 de dezembro de 2014 os empréstimos e adiantamentos incluíam 86,4 mM€ (2013: 84,1 mM€) dos empréstimos e adiantamentos a clientes (incluindo saldos de liquidação de 25,8 mM€ (2013: 33,2 mM€ e garantias em numerário de 32,2 mM€ (2013: 25,6 mM€)) e empréstimos e adiantamentos a bancos de 19,9 mM€ (2013: 20,4 mM€) (incluindo saldos de liquidação de 2,7 mM€ (2013: 4,4 mM€) e garantias em numerário de 6,9 mM€ (2013: 6,4 mM€)).

# Análise financeira

## Análise de resultados pela

### Sede

#### 2014 comparado com 2013

O lucro antes de impostos de 157 M£ melhorou a partir de uma perda de 14 M£ em 2013.

O rendimento operacional líquido aumentou para 296 M£ (2013: 148 M£) devido, predominantemente, a ganhos líquidos de 88 M£ da reciclagem de câmbio estrangeiro decorrente da reestruturação de subsidiárias do grupo.

As despesas operacionais totais diminuíram 30 M£ para 136 M£ devido, principalmente, a uma redução no imposto bancário do Reino Unido para 9 M£ (2013: 29 M£), a não recorrência de custos associados à Revisão de Salz e a criação do programa "Transformar" no ano anterior, compensado parcialmente pelos encargos de conduta e de litígios mais elevados.

Os ativos totais aumentaram 22,6 mM£ para 49,8 mM£, refletindo um aumento nos ativos do fundo de liquidez do Grupo.

	2014	2013 <sup>a</sup>
	M£	M£
<b>Informações da demonstração de rendimentos</b>		
Rendimento total	296	145
Encargos de depreciação e outras provisões	-	3
Rendimento operacional líquido	296	148
Despesas operacionais	(117)	(115)
Imposto bancário do Reino Unido	(9)	(29)
Custos para a obtenção da iniciativa "Transformar"	(10)	(22)
Total de despesas operacionais	(136)	(166)
Outros (despesas)/rendimentos líquidos	(3)	4
Lucro/(perda) antes de impostos	157	(14)
<b>Informações sobre o balanço financeiro</b>		
Ativos totais a	49,8 mM£	27,2 mM£
<b>Factos principais</b>		
Número de colaboradores (o equivalente a tempo inteiro)	100	100

#### Nota

a Os ativos e os ativos de risco ponderado (RWAs) da aquisição da US Lehman de dezembro de 2013 de 1,6 mM£ foram novamente declarados para a reclassificação destes ativos do Banco de Investimento para a Sede para refletir, com mais precisão, a responsabilidade na resolução desta matéria.

[Esta página foi deixada em branco para fins de paginação]

# Análise financeira

## Análise de resultados pela

### Barclays Não Central

**1.360 M€**  
rendimento total

**1.180 M€**  
perdas antes de impostos

O Barclays Não central (BNC) agrupa empresas e ativos que já não são estrategicamente atrativos para o Barclays e são geridos sob três grandes categorias:

- Empresas, incluindo todo o Retalho europeu;
- Títulos e Empréstimos, incorporando os ativos da carteira do Banco de Investimento e a carteira empresarial do reino Unido de empréstimos de taxa fixa de longa data; e
- Derivados, incluindo a carteira de derivados de património de negociação.

#### 2014 comparado com 2013

A perda antes de impostos diminuiu 24% para 1180 M€, na medida em que o Barclays Não Central (BNC) fez bons progressos em sair e escoar certas empresas e títulos em 2014. Isto levou a uma redução nos ativos de risco ponderado (RWAs) de 34,6 mM€, provocando um progresso substancial em direção às reduções almejadas pelo BNC, como ficou descrito na atualização estratégica do Grupo a 8 de maio de 2014.

O rendimento total líquido de indemnizações de seguros diminuiu 54% para 1050 M€. O rendimento empresarial diminuiu 27% para 1101 M€ devido à venda e ao escoamento de ativos da carteira de património e a racionalização de ofertas de produto dentro do comércio retalhista europeu. O rendimento de Títulos e Empréstimos diminuiu 82% para 117 M€ impulsionado, principalmente, pelo escoamento ativo de títulos, pelas perdas de valor justo em carteiras de empréstimo grossista e pela não recorrência dos movimentos de mercado favoráveis do ano anterior em certos produtos titularizados, compensado parcialmente por um ganho de 119 M€ com a venda da carteira da banca de retalho dos Emiratos Árabes Unidos. O rendimento de derivados diminuiu 321 M€ para uma despesa de 168 M€, refletindo os custos de financiamento da carteira de derivados patrimoniais de negociação e a não recorrência de ganhos a valor justo no ano anterior.

Os encargos de depreciação subiram 81% para 168 M€ devido à não recorrência de imparidades sobre riscos de titular único, lançamentos de imparidades sobre a carteira grossista, como resultado da confirmação dos subsídios do governo espanhol no setor energético, e um melhor desempenho na Europa devido, principalmente, à melhoria nas recuperações e nos incumprimentos na carteira de hipotecas.

As despesas operacionais totais melhoraram 29% para 2011 M€, refletindo as poupanças dos programas da iniciativa "Transformar", incluindo a redução no pessoal e os resultados da reestruturação retalhista europeia anteriormente anunciada. Ademais, os custos para a obtenção da iniciativa "Transformar" baixaram 61% para 212 M€.

Os empréstimos e adiantamentos a bancos e clientes baixaram 22% para 63,9 mM€ devido a uma reclassificação de 12,9 mM€ de empréstimos relacionados com a empresa espanhola que foi mantida para venda e a uma redução no retalho europeu impulsionado por um escoamento de ativos.

Os ativos da carteira de negociação diminuíram 48% para 15,9 mM€ devido à venda e ao escoamento de ativos da carteira de património.

Os ativos e passivos de instrumentos financeiros derivados aumentaram 19% para 285 mM€ e 21% para 277,1 mM€, respetivamente, impulsionados pelas quedas nas principais taxas de juro futuras.

Os ativos totais baixaram 8% para 471,5 mM€ com uma redução nos acordos de reacquirição invertida e outros empréstimos garantidos semelhantes e nos ativos da carteira de negociação devido ao escoamento de ativos da carteira de património, compensados por um aumento nos ativos de instrumentos financeiros derivados. A exposição de alavancagem BCBS 270 diminuiu para 277 mM€.

	2014	2013
	M€	M€
<b>Informações da demonstração de rendimentos</b>		
Rendimento líquido dos juros	214	307
Rendimento líquido de honorários e comissões	466	383
Rendimento líquido de atividades comerciais	120	1.327
Rendimento líquido de investimentos	164	302
Prémios líquidos de contratos de seguros	290	306
Outros rendimentos/(despesas)	106	(8)
<b>Rendimento total</b>	<b>1.360</b>	<b>2.617</b>
Ativos líquidos e benefícios derivados de contratos de seguros	(310)	(324)
<b>Rendimento total líquido de indemnizações de seguros</b>	<b>1.050</b>	<b>2.293</b>
Encargos de depreciação e outras provisões	(168)	(900)
<b>Rendimento operacional líquido</b>	<b>882</b>	<b>1.393</b>
Despesas operacionais	(1.708)	(2.198)
Imposto bancário do Reino Unido	(91)	(109)
Custos para a obtenção da iniciativa "Transformar"	(212)	(538)
<b>Total de despesas operacionais</b>	<b>(2.011)</b>	<b>(2.845)</b>
<b>Outros (despesas)/rendimentos líquidos</b>	<b>(51)</b>	<b>(110)</b>
<b>(Perda)/lucro antes de impostos</b>	<b>(1.180)</b>	<b>(1.562)</b>
<b>Informações sobre o balanço financeiro</b>		
Empréstimos e adiantamentos a bancos e a clientes a custo amortizado a	63,9 mM€	81,9 mM€
Empréstimos e adiantamentos a clientes a justo valor	18,7 mM€	17,6 mM€
Ativos da carteira de negociação	15,9 mM€	30,7 mM€
Ativos de instrumentos financeiros derivados	285,4 mM€	239,3 mM€
Passivos de instrumentos financeiros derivados	277,1 mM€	228,3 mM€
Acordos de revenda invertida e outros empréstimos garantidos similares	49,3 mM€	104,7 mM€
Ativos totais	471,5 mM€	511,2 mM€
Depósitos de clientes	21,6 mM€	29,3 mM€
<b>Factos principais</b>		
Número de colaboradores (o equivalente a tempo inteiro)	8.900	9.900
<b>Medidas de desempenho</b>		
Taxa de perda para empréstimo (pontos base)	31	107
<b>Análise do rendimento total</b>		
Empresas	1.101	1.498
Títulos e Empréstimos	117	642
Derivados	(168)	153
<b>Rendimento total</b>	<b>1.050</b>	<b>2.293</b>

Nota  
a A 31 de dezembro de 2014 os empréstimos e adiantamentos incluíam 51,6 mM€ (2013: 70,8 mM€) dos empréstimos e adiantamentos a clientes (incluindo saldos de liquidação de 1,6 mM€ (2013: 2,6 mM€) e garantias em numerário de 22,1 mM€ (2013: 14,5 mM€)) e empréstimos e adiantamentos a bancos de 12,3 mM€ (2013: 11,1 mM€) (incluindo saldos de liquidação de 0,3 mM€ (2013: 0,8 mM€) e garantias em numerário de 11,3 mM€ (2013: 9,5 mM€)).

# Demonstrações financeiras

## Índice

### Demonstrações

# Financeiras

Análise detalhada das nossas contas oficiais, auditadas de forma independente e facultando uma divulgação aprofundada do desempenho financeiro do Grupo.

157 Apresentação da Informação  
159 Relatório dos Auditores Independentes  
161 Relatório de uma Firma Independente de Técnicos Oficiais de Contas  
162 Demonstração consolidada de rendimentos  
163 Demonstração consolidada de rendimentos integrais  
164 Balanço financeiro consolidado  
165 Demonstração consolidada de alterações no capital próprio  
167 Demonstração do fluxo de caixa consolidado  
171 Notas às demonstrações financeiras  
168 Políticas contabilísticas significativas

#### Desempenho / retornos

2 Relato por segmentos  
3 Rendimento líquido dos juros  
4 Rendimento líquido de honorários e comissões e Prémios de seguros  
5 Rendimento líquido de atividades comerciais  
6 Rendimento líquido de investimentos  
7 Encargos de depreciação e outras provisões  
8 Despesas operacionais e de Administração  
9 Perda sobre a alienação de subsidiárias, associadas e joint ventures  
10 Imposto  
11 Dividendos de ações ordinárias

Ativos e passivos detidos a justo valor  
12 Carteira de negociação  
13 Ativos financeiros designados pelo valor justo  
14 Instrumentos financeiros derivados  
15 Investimentos financeiros disponíveis para venda  
16 Passivos financeiros designados pelo valor justo  
17 Valor justo dos instrumentos financeiros  
18 Compensação de ativos e passivos financeiros

Instrumentos financeiros detidos a custo amortizado  
19 Empréstimos e adiantamentos a bancos e clientes  
20 20 Locações financeiras  
21 Acordos de recompra e revenda incluindo outros créditos e empréstimos similares

Ativos não correntes e outros investimentos  
22 Propriedade, instalação e equipamento  
23 Goodwill e ativos intangíveis  
24 Locações operacionais

Acréscimos, suprimentos, passivos contingentes e procedimentos legais  
25 Acréscimos, rendimento diferido e outros passivos  
26 Provisões  
27 Passivos contingentes e compromissos  
28 Matérias legais, regulamentares e de concorrência

Instrumentos de capital, capital próprio e reservas  
29 Passivos subordinados  
30 Ações ordinárias, prémio de emissão e outro capital próprio  
31 Reservas  
32 Interesses não controladores

Benefícios dos colaboradores  
33 Custos de pessoal  
34 Pagamentos com base em ações  
35 Obrigações de benefício de reforma

#### Âmbito de consolidação

36 Principais subsidiárias  
37 Entidades estruturadas  
38 Investimentos em associadas e joint ventures  
39 Titularizações  
40 Ativos penhorados

#### Outros assuntos de divulgação

41 Transações de parte relacionada e remunerações dos diretores  
42 Remuneração de auditores  
43 Riscos financeiros, liquidez e gestão de capital  
44 Notas de transição - Alterações em políticas contabilísticas, comparabilidade e outros ajustes  
45 Ativos não correntes detidos para venda e passivos associados

# Apresentação da informação

O Barclays Bank PLC é uma sociedade anónima registada em Inglaterra, com o n.º do registo comercial 1026167. O Banco foi incorporado no dia 7 de Agosto de 1925 ao abrigo da Lei Bancária Colonial de 1925, e em 4 de Outubro de 1971 foi registado como sociedade por ações de responsabilidade limitada ao abrigo da Lei das Empresas de 1948 a 1967. De acordo com a Lei do Barclays Bank de 1984, no dia 1 de Janeiro de 1985, o Banco foi registado como sociedade anónima e o seu nome foi alterado de Barclays Bank International Limited para Barclays Bank PLC.

Todo o capital social constituído por ações ordinárias emitido pelo Barclays Bank PLC é propriedade do Barclays PLC.

## Abordagem do Barclays às divulgações

O Grupo tenciona melhorar continuamente as suas divulgações e a sua utilidade para os leitores dos mapas da situação financeira, à luz da prática de um mercado em constante evolução e áreas de foco. Em consequência, as divulgações do Barclays vão para além do padrão mínimo exigido pelas normas contabilísticas e outros requisitos reguladores.

O Barclays continua a apoiar as recomendações e orientações feitas pela Enhanced Disclosure Taskforce (EDTF). A EDTF foi formada pelo Conselho de Estabilidade Financeira com a responsabilidade de alargar e aprofundar as divulgações de risco dos bancos globais em várias áreas, incluindo a liquidez e o financiamento, o risco de crédito e o risco de mercado. A Barclays adotou na totalidade as recomendações no Relatório Anual e no relatório Pilar 3.

Em linha com a orientação do Conselho de Informação Financeira no relatório Clear and Concise, a 2014 Barclays focou-se em comunicar sobre os itens de material e procurou reorganizar a informação para facilitar a compreensão dos utilizadores.

É a visão do Barclays de que a excelência das divulgações continuará a evoluir à luz do envolvimento contínuo do mercado e dos acionistas com o setor bancário. A Barclays compromete-se a engajar com o Código para a Divulgação de Informação Financeira (Código). O Código estabelece cinco princípios de divulgação com orientação de apoio que indica que os bancos do Reino Unido:

- fornecem divulgação de alta qualidade, preponderante e útil à tomada de decisão;
- revêm e melhoram a divulgação sobre os seus instrumentos financeiros para áreas chave de interesse;
- avaliam a aplicabilidade e relevância das recomendações sobre as boas práticas nas suas divulgações reconhecendo a importância dessas instruções;
- procuram melhorar a comparabilidade das divulgações de mapas financeiros em todo o sector bancário do Reino Unido; e
- distinguem claramente nos seus relatórios anuais entre a informação auditada e a informação que não auditada.

## Código para a Divulgação de Informação Financeira da Associação de Banqueiros Britânica (BBA)

A Barclays adotou o Código para a Divulgação de Informação Financeira da ABB e preparou o Relatório e Contas Anual em conformidade com o Código.

## Contas Oficiais

As contas consolidadas do Barclays Bank PLC e das suas filiais estão estabelecidas nas páginas 162 a 167 juntamente com as contas do Barclays Bank PLC nas páginas 162 a 167. As políticas de contabilidade nas páginas 168 até 170 e as notas começadas na página 171 aplicam-se a ambos os conjuntos de contas de forma igual, salvo afirmação em contrário.

## Diferenças entre o Barclays Bank PLC e a Empresa Mãe – Barclays PLC

Barclays Bank PLC é uma filial integralmente detida por Barclays PLC, a qual é a derradeira Casa-mãe da empresa. As atividades de negócio do Barclays Bank PLC Group e Barclays PLC Group são fundamentalmente as mesmas já que a única diferença é a holding, Barclays PLC. A comunicação das diferenças entre o Barclays Bank PLC e o Barclays PLC é impulsionada pela holding e resultando nas diferenças nas estruturas de financiamento. As diferenças significativas são abaixo descritas.

Tipo de instrumento	Barclays PLC £m	Barclays Bank PLC £m	Motivo principal da diferença
Ações preferenciais	-	5.846	Ações preferenciais e capital notes emitidas pela Barclays Bank PLC está incluído no capital de ações no Barclays Bank PLC, e apresentado como interesse que não controla no financeiro do Barclays PLC Group.
Outra equity dos acionistas	-	485	
Interesses não controlados (NCI)	6.391	2.251	
Ações do tesouro	(84)	-	As ações detidas do Barclays PLC para fins de regimes de ações de empregados e para comercialização são reconhecidas como disponíveis para investimentos de venda e ativos da carteira de comercialização respetivamente no Barclays Bank PLC. O Barclays PLC deduz estas ações do tesouro do capital próprio.
Resgate do capital de reserva (CRR)	394	24	Resultante do resgate ou permuta das ações do Barclays PLC ou Barclays Bank PLC respetivamente.

# Apresentação da informação

Barclays Bank PLC Preference Share Exchange and Repurchase Durante o Q2 2014 as ações preferências do Barclays Bank PLC com um valor contabilístico de £1,5bn foram readquiridas pelo Barclays Bank PLC como parte de uma permuta geral dessas ações preferenciais (juntamente com os instrumentos de dívida subordinados com um valor nominal de £0,6 bn), para três emissões de Títulos Convertíveis Contingentes Subordinadas Perpétuas a Taxa Fixa do Barclays PLC, com montantes principais de \$1,2bn, €1,1 bn e £0,7bn. Mediante a conclusão do exercício, a Barclays Bank PLC readquiriu as ações preferenciais por numerário, financiado a partir de lucros retidos, a um valor justo de £1,7bn. De acordo com as regras de manutenção de capital da Lei Companies de 2006, o Resgate do capital de reserva (CRR) de £16m igual ao nominal de capital de ação preferencial à taxa de câmbio atual foi estabelecido pelo Barclays Bank PLC. Como as ações preferenciais são apresentadas como NCI nos relatórios financeiros do Barclays PLC, a permuta resultou na redução do NCI para o Barclays PLC.

Resgate da ação preferencial do Barclays Bank PLC Durante o Q4 2014 as ações preferenciais do Barclays Bank PLC com um valor contabilístico total de £0,7bn foram resgatadas na primeira data de solicitação. O resgate numerário das ações preferenciais pelo Barclays Bank PLC a um valor justo de £0,8bn foi financiado por lucros retidos. De acordo com as regras de manutenção de capital da Lei Companies de 2006, o Resgate do capital de reserva (CRR) de £8m igual ao nominal de capital de ação preferencial à taxa de câmbio atual foi estabelecido pelo Barclays Bank PLC. Como as ações preferenciais são apresentadas como NCI nos relatórios financeiros do Barclays PLC, a permuta resultou na redução do NCI para o Barclays PLC.

Títulos financeiros contingentes (CCN) do Barclays Bank PLC O grupo emitiu duas séries de Títulos financeiros contingentes (CCN). Estes foram ambos emitidos pelo Barclays Bank PLC e pagaram juros e capital ao detentor a não ser que o rácio CRD IV CET 1 (relatório de transição de FSA outubro 2012) do Barclays PLC caísse abaixo dos 7%, caso em que são cancelados da perspectiva de consolidação. O cupão pagável sobre os CCN é superior à taxa de juro de mercado para um título sem este risco.

A contabilidade destes instrumentos é distinta nos relatórios financeiros consolidados do Barclays PLC e Barclays Bank PLC da seguinte forma:

- No caso da emissão CCN de 7,675%, o cancelamento é efetuado por meio de uma transferência automática legal do detentor para o Barclays PLC. Nestas circunstâncias, o Barclays Bank PLC mantém-se em obrigação para com Barclays PLC. O Barclays Bank PLC não beneficia do cancelamento apesar de pagar uma taxa mais elevada que a de mercado para títulos similares, e portanto o justo valor inicial do título reconhecido era mais elevado que o par. A diferença entre justo valor e o par é amortizado para a demonstração dos resultados com o passar do tempo.
- No caso da emissão de CCN de 7,75%, o cancelamento tem efeito direto no Barclays Bank PLC. Para o Barclays Bank PLC, o cancelamento é avaliado separadamente do passivo original (consultar a política contabilística na Nota 14 na página 182) como derivativo integrado com alterações no justo valor relatadas na demonstração de resultados. O justo valor inicial do passivo original foi mais elevado que o par pelo montante do justo valor inicial do derivativo, sendo a diferença amortizada para a demonstração de resultados ao passar do tempo.

# Relatórios dos Auditores Independentes

## Relatório dos Auditores Independentes aos membros do Barclays Bank PLC

### Relatório sobre as demonstrações financeiras

#### A nossa opinião

Na nossa opinião:

- As demonstrações financeiras do Grupo Barclays Bank PLC e as da empresa-mãe (as «demonstrações financeiras») oferecem uma visão real e justa do estado dos negócios do Grupo e da Empresa-Mãe à data de 31 de dezembro de 2014 e dos lucros do Grupo e do fluxo de caixa do Grupo e da Empresa-Mãe referentes ao ano que terminou nessa data;
- As demonstrações financeiras do Grupo foram adequadamente preparadas de acordo com as IFRS (International Financial Reporting Standards - Normas Internacionais de Relato Financeiro), tal como adotado pela União Europeia;
- As demonstrações financeiras da Empresa-Mãe foram preparadas adequadamente em conformidade com as IFRS, tal como adotado pela União Europeia, e tal como aplicado em conformidade com o disposto na Lei das Sociedades Comerciais de 2006; e
- As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com os requisitos da Lei das Sociedades Comerciais de 2006 e, no que se refere às demonstrações financeiras do Grupo, foram preparadas em conformidade com o Artigo 4 das IAS (International Accounting Standards Regulation - Regulamentação das Normas Internacionais de Contabilidade).

#### O que foi auditado

As demonstrações financeiras do Barclays Bank PLC compreendem:

- Os balanços financeiros e consolidados da Empresa-Mãe à data de 31 de dezembro de 2014;
- A demonstração de resultados consolidada e a demonstração consolidada de rendimentos globais do ano que terminou nessa data; A demonstração dos fluxos de caixa da Empresa-Mãe do ano que terminou nessa data;
- As demonstrações de alteração de capital consolidadas e da Empresa-Mãe para o ano que terminou nessa data; e
- As notas às demonstrações financeiras, as quais incluem o resumo das políticas de contabilidade essenciais e outras informações explicativas.

Certas divulgações requeridas foram apresentadas algures no Relatório Anual, em vez de serem apresentadas nas notas às demonstrações financeiras. Foram comparadas a partir das demonstrações financeiras e foram identificadas como auditadas.

A estrutura das demonstrações financeiras aplicada à preparação das mesmas é a lei aplicável e as IFRS, tal como adotado pela União Europeia e, no que se refere às demonstrações financeiras da Empresa-Mãe, tal como aplicado de acordo com o disposto na Lei das Sociedades Comerciais de 2006.

Na aplicação da estrutura das demonstrações financeiras, os diretores fizeram uma série de avaliações subjetivas, como por exemplo no que respeita a estimativas contabilísticas significativas. Ao terem feito essas estimativas, fizeram suposições e consideraram eventos futuros.

#### Opinião sobre outras matérias determinadas pela Lei das Sociedades Comerciais de 2006.

Na nossa opinião, as informações que constam no Relatório Estratégico e no Relatório dos Diretores referentes ao ano financeiro a que as demonstrações financeiras dizem respeito, são consistentes com as demonstrações financeiras.

#### Outras matérias sobre as quais temos a obrigação de relatar excecionalmente

Adequação dos registos contabilísticos e informações e explicações recebidas

A Lei das Sociedades Comerciais de 2006 obriga a relatar se, na nossa opinião:

- Não recebemos todas as informações e explicações requeridas para a realização da nossa auditoria, ou
- Não foram mantidos registos contabilísticos adequados pela Empresa Mãe, ou não foram recebidos resultados adequados à nossa auditoria provenientes de sucursais que não foram visitadas por nós; ou
- As demonstrações financeiras da Empresa-Mãe não estão em conformidade com os registos e resultados contabilísticos.

Não existem exceções a reportar resultantes desta

responsabilidade. Remuneração dos Diretores

A Lei das Sociedades Comerciais de 2006 obriga a relatar se, na nossa opinião, certas divulgações sobre a remuneração dos diretores especificadas na lei não são efetuadas. Não existem exceções a reportar resultantes desta responsabilidade.

#### Responsabilidades pelas demonstrações financeiras e a auditoria

As nossas responsabilidades e as dos diretores

Tal como explicado mais pormenorizadamente na Declaração das Responsabilidades dos Diretores sobre as contas expostas na página 31, os diretores são responsáveis pela preparação das demonstrações financeiras, garantindo que estas refletem uma visão verdadeira e justa.

A nossa responsabilidade é a de auditar e dar uma opinião sobre as demonstrações financeiras de acordo com a lei aplicável e as ISA (International Standards on Auditing - Normas Internacionais sobre Auditoria) (Reino Unido e Irlanda). Tais normas requerem o cumprimento das Normas de Ética do Conselho de Práticas de Auditoria para Auditores.

Este relatório, incluindo as opiniões, foi preparado para utilização exclusiva dos membros da empresa enquanto organismo e de acordo com o Capítulo 3 da Parte 16 da Lei das Sociedades Comerciais de 2006, e para nenhum outro fim. Ao fornecer estas opiniões, não aceitamos ou assumimos responsabilidade para qualquer outro fim, ou por qualquer pessoa a quem este relatório for mostrado ou a quem possa ser mostrado ou enviado, salvo se expressamente autorizado previamente, por escrito.

# Relatórios dos Auditores Independentes

## O que envolve a auditoria das demonstrações financeiras

Realizamos a nossa auditoria de acordo com as ISA (Reino Unido e Irlanda). Uma auditoria envolve a obtenção de provas das importâncias e a divulgação dessas importâncias nas demonstrações financeiras suficientes como garantia razoável de que estas não contêm qualquer exposição material inexata, quer seja causada por fraude ou erro. Isto inclui uma avaliação dos seguintes aspetos:

- se as políticas de contabilidade são apropriadas para as circunstâncias do Grupo e da Empresa-Mãe e se foram aplicadas de forma consistente e devidamente divulgadas;
- a razoabilidade das estimativas contabilísticas significativas feitas pelos diretores;
- e a apresentação geral das demonstrações financeiras.

Inicialmente concentramos o nosso trabalho nestas áreas avaliando os pareceres dos diretores face a provas disponíveis, formando os nossos próprios pareceres, e avaliando as divulgações nas demonstrações financeiras.

Testamos e examinamos informações, utilizando amostragens e outras técnicas de auditoria, na medida em que consideramos necessário estabelecer uma base razoável para que possamos tirar as nossas conclusões. Obtemos provas de auditoria testando a eficácia de controlos e os procedimentos substanciais ou ambos.

Para além disso, lemos todas as informações financeiras e não financeiras constantes no Relatório Anual a fim de identificar inconsistências materiais com as demonstrações financeiras auditadas ou qualquer informação que aparentemente esteja materialmente incorreta baseada em, ou materialmente inconsistente com o conhecimento por nós adquirido no decurso da execução da auditoria. No caso de reconhecermos qualquer demonstração aparentemente e materialmente incorreta, consideramos as suas implicações no nosso relatório.

Andrew Ratcliffe (Técnico Oficial de Contas)  
para e em nome de PricewaterhouseCoopers LLP  
Chartered Accountants and Statutory Auditors  
London  
2 de março de 2015

## Notas

- a A manutenção e a integridade do sítio web do Barclays é da responsabilidade dos Diretores; o trabalho realizado pelos auditores não envolve a consideração de tais assuntos, e sendo assim, os auditores não aceitam quaisquer responsabilidades por qualquer alteração que possa ocorrer nas demonstrações financeiras desde que foram inicialmente apresentadas no sítio web.
- b A legislação do Reino Unido que rege a preparação e a disseminação das demonstrações financeiras pode diferir da legislação de outras jurisdições.

# Relatório da Firma Independente de Técnicos Oficiais de Contas

## Relatório da Firma Independente de Técnicos Oficiais de Contas

Para o Conselho de Administração e Acionistas do Barclays Bank PLC

Na nossa opinião, as peças que acompanham o relatório, nomeadamente os balanços consolidados e as respetivas demonstrações de resultados consolidadas, as demonstrações de resultados integrais consolidadas, as demonstrações de alterações no capital próprio consolidadas e as demonstrações de fluxo de caixa consolidadas apresentam de forma justa, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Barclays Bank PLC (o «Banco») e suas subsidiárias às datas de 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, e os resultados das suas operações e dos seus fluxos de caixa para cada um dos três anos compreendidos no período findo a 31 de dezembro de 2014 em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como decretadas pelo IASB (International Accounting Standards Board - Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade). Estas demonstrações financeiras são da responsabilidade da gestão do Banco. A nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre estas demonstrações financeiras baseada nas nossas auditorias. Conduzimos as nossas auditorias destas demonstrações de acordo com as normas do Public Company Accounting Oversight Board (Estados Unidos). Estas normas requerem o planeamento e a realização da nossa auditoria com o objetivo de obter uma garantia razoável em como as demonstrações financeiras estão isentas de inexatidão material. Uma auditoria inclui examinar, com base em testes, provas que apoiem montantes e as divulgações constantes nas demonstrações financeiras, avaliando os princípios de contabilidade utilizados e as estimativas significativas feitas pela gestão e a avaliação da apresentação geral da demonstração financeira. Acreditamos que as nossas auditorias fornecem uma base razoável à nossa opinião.

Como analisado nas Notas 1 e 44 sobre as demonstrações financeiras consolidadas, o Banco alterou a forma como compensa certos instrumentos financeiros em 2014.

PricewaterhouseCoopers LLP  
Londres, Reino Unido, 2  
de março de 2015

# Demonstrações financeiras consolidadas

		2014	2013
	Notas	M€	ME
<b>Ano findo em 31 de dezembro</b>			
<b>Operações contínuas</b>			
Juros credores	3	17.369	18.315
Despesas de juros	3	(5.231)	(6.662)
<b>Rendimento líquido dos juros</b>		<b>12.138</b>	<b>11.653</b>
Honorários e comissões	4	9.850	10.500
Gastos de honorários e comissões	4	(1.662)	(1.748)
<b>Rendimento líquido de honorários e comissões</b>		<b>8.188</b>	<b>8.752</b>
Juros de exploração líquidos	5	3.310	6.548
Rendimento líquido de capital	6	1.328	680
Prémios líquidos de contratos de seguros		669	732
Outros rendimentos		182	98
<b>Rendimento total</b>		<b>25.815</b>	<b>28.463</b>
Ativos líquidos e benefícios derivados de contratos de seguros		(480)	(509)
<b>Rendimento total líquido de indemnizações de seguros</b>		<b>25.335</b>	<b>27.954</b>
Encargos de depreciação e outras concessões de crédito	7	(2.168)	(3.071)
<b>Rendimento operacional líquido</b>		<b>23.167</b>	<b>24.883</b>
Custos de pessoal	33	(11.005)	(12.155)
Custos de infraestruturas	8	(3.443)	(3.531)
Administração e despesas gerais	8	(3.615)	(4.288)
Provisão para compensação do PPI	26	(1.270)	(1.350)
Disposição para cobertura de risco de taxa de juro produtos reparação	26	160	(650)
Provisões relacionadas com moeda estrangeira	26	(1.250)	-
<b>Despesas operacionais</b>		<b>(20.423)</b>	<b>(21.974)</b>
Participação de rendimento integral de associadas e empreendimentos conjuntos		36	(56)
(Perdas)/lucros sobre a alienação de subsidiárias, associadas e joint ventures	9	(471)	6
Ganho sobre aquisições		-	26
<b>Lucro antes de impostos</b>		<b>2.309</b>	<b>2.885</b>
Imposto	10	(1.455)	(1.577)
<b>Lucros após impostos</b>		<b>854</b>	<b>1.308</b>
<b>Atribuível a:</b>			
Detentores do capital próprio original		528	963
Interesses não controladores	32	326	345
<b>Lucros após impostos</b>		<b>854</b>	<b>1.308</b>

O Conselho de Administração aprovou as demonstrações financeiras expostas nas páginas 162 a 282 no dia 2 de Março de 2015.

Nota

Como permitido pela secção 408(3) da Lei das Empresas de 2006, não foi apresentada um mapa de rendimento da entidade-mãe.

# Mapa financeiro consolidado

## Mapa consolidado de rendimentos integrais

Ano findo em 31 de dezembro	O Grupo	
	2014	2013
	M€	M€
<b>Lucros após impostos</b>	<b>854</b>	<b>1.308</b>
Outro rendimento integral/(perda) das operações contínuas:		
Reserva de transposição de moeda		
Diferenças de transposição de moeda estrangeira	486	(1.767)
Disponível para venda de reserva		
Ganhos/(Perdas) líquidos devido a alterações no justo valor	5.346	(2.730)
Ganhos líquidos transferidos para lucros líquidos na alienação	(619)	(145)
(Ganhos)/perdas líquidas transferidas para lucros líquidos por imparidade	(31)	(7)
(Ganhos)/perdas líquidos transferidos para lucros líquidos devidos a cobertura de justo valor	(4.074)	2.376
Mudanças nas responsabilidades de seguros	(94)	28
Imposto	(102)	100
Reserva de cobertura do fluxo de caixa		
Ganhos/(Perdas) líquidos devido a alterações no justo valor	2.687	(1.914)
Ganhos líquidos transferidos para lucros líquidos	(767)	(547)
Imposto	(380)	571
		-
Outros	(19)	(37)
<b>Total de rendimento integral/(perdas) que poderá ser reciclada para lucros e perdas</b>	<b>2.433</b>	<b>(4.072)</b>
Outro rendimento integral/(perdas) não reciclado para lucros e perdas:		
Mensurações de benefícios de reforma	268	(512)
Impostos diferidos	(63)	(3)
Outro rendimento integral/(perda) para o ano	2.638	(4.587)
<b>Total de rendimento integral/(perda) para o ano</b>	<b>3.492</b>	<b>(3.279)</b>
Atribuível a:		
Detentores do capital próprio original	3.245	(2.979)
Interesses não controladores	247	(300)
	<b>3.492</b>	<b>(3.279)</b>

# Mapa financeiro consolidado

## Balanço consolidado

A	Notas	O Grupo			O Banco		
		31 dezembro 2014	31 dezembro 2013 <sup>a</sup>	1 janeiro 2013 <sup>a</sup>	31 dezembro 2014	31 dezembro 2013 <sup>a</sup>	1 janeiro 2013 <sup>a</sup>
		M€	M€	M€	M€	M€	M€
<b>Ativos</b>							
Caixa e disponibilidades nos bancos centrais		39.695	45.687	86.191	35.469	42.139	81.996
Itens em fase de cobrança de outros bancos		1.210	1.282	1.473	801	992	1.076
Ativos da carteira de negociação	12	114.755	133.089	146.352	49.076	66.212	74.719
Ativos financeiros designados no justo valor	13	38.300	38.968	46.629	40.867	80.621	82.237
Instrumentos financeiros derivados	14	440.076	350.460	485.140	426.565	345.434	485.186
Investimentos disponíveis para venda	15	86.105	91.788	75.133	78.590	82.272	61.753
Empréstimos e adiantamentos a bancos	19	42.657	39.822	42.208	57.438	51.650	52.512
Empréstimos e adiantamentos a clientes	19	427.767	434.237	430.601	429.814	462.583	477.488
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	21	131.753	186.779	176.522	102.824	142.695	138.580
Pagamentos antecipados, receitas acrescidas e outros activos		3.604	3.919	4.077	16.529	16.685	12.020
Investimentos em entidades associadas e joint ventures	38	711	653	633	193	182	174
Investimentos em subsidiárias		-	-	-	18.345	14.374	14.718
Propriedade, planta e equipamento	22	3.786	4.216	5.754	1.601	1.724	1.906
Goodwill e activos intangíveis	23	8.180	7.685	7.915	4.945	4.806	4.564
Ativos por impostos correntes	10	334	181	252	-	84	119
Ativos por impostos diferidos	10	4.130	4.807	3.559	2.079	2.736	1.654
Ativos de benefícios de reforma	35	56	133	53	-	-	-
Ativos não correntes classificados como detidos para alienação	45	15.574	495	285	620	-	-
<b>Total ativos</b>		<b>1.358.693</b>	<b>1.344.201</b>	<b>1.512.777</b>	<b>1.265.756</b>	<b>1.315.189</b>	<b>1.490.702</b>
<b>Passivos</b>							
Depósitos de bancos		58.390	55.615	77.345	70.342	64.667	84.073
Itens em fase de cobrança devidos a outros bancos		1.177	1.359	1.587	911	1.168	1.231
Contas de clientes		427.868	432.032	390.917	425.134	497.259	484.408
Acordos de recompra e empréstimos garantidos similares	21	124.479	196.748	217.178	95.373	148.545	151.444
Passivo de carteiras de negociação	12	45.124	53.464	44.794	25.910	28.990	30.105
Passivos financeiros designados pelo valor justo	16	56.972	64.796	78.561	62.716	77.926	91.376
Instrumentos financeiros derivados	14	439.320	347.118	480.987	419.605	335.223	475.866
Títulos de dívida em circulação		86.099	86.693	119.525	63.771	62.812	85.172
Passivos subordinados	29	21.685	22.249	24.422	20.851	20.982	22.941
Acréscimos, rendimentos diferidos e outras dívidas passivas	25	11.432	13.673	12.532	18.649	19.042	14.997
Provisões	26	4.135	3.886	2.766	3.790	3.313	2.405
Passivo de imposto corrente	10	1.023	1.042	617	395	520	304
Passivos por impostos diferidos	10	255	348	341	13	176	69
Passivos de pensão de reforma	35	1.574	1.958	1.282	1.309	1.588	1.011
Passivo incluído em grupos de alienação classificados como detido	45	13.115	-	-	275	-	-
<b>Total dos passivos</b>		<b>1.292.648</b>	<b>1.280.981</b>	<b>1.452.854</b>	<b>1.209.044</b>	<b>1.262.211</b>	<b>1.445.402</b>
<b>Total de investimentos de capital</b>							
Chamada de aumento de capital social e prémios de emissão	30	14.472	14.494	14.494	14.472	14.494	14.494
Outros instrumentos de capital próprio	30	4.350	2.078	-	4.350	2.078	-
Outras reservas	31	2.322	(233)	3.329	2.372	79	2.653
Lucros líquidos acumulados		42.650	44.670	39.244	35.518	36.327	28.153
<b>Total capital próprio excluindo interesses minoritários <sup>a</sup></b>		<b>63.794</b>	<b>61.009</b>	<b>57.067</b>	<b>56.712</b>	<b>52.978</b>	<b>45.300</b>
Interesses não controladores	32	2.251	2.211	2.856	-	-	-
<b>Total de investimentos de capital</b>		<b>66.045</b>	<b>63.220</b>	<b>59.923</b>	<b>56.712</b>	<b>52.978</b>	<b>45.300</b>
<b>Total passivos e títulos de capital próprio</b>		<b>1.358.693</b>	<b>1.344.201</b>	<b>1.512.777</b>	<b>1.265.756</b>	<b>1.315.189</b>	<b>1.490.702</b>

O Conselho de Administração aprovou as demonstrações financeiras nas páginas 162 a 282 no dia 2 de Março de 2015.

Sir David Walker  
Presidente do Grupo

Antony Jenkins  
Diretor Executivo do Grupo

Tushar Morzaria  
Diretor Financeiro do Grupo

Nota

<sup>a</sup> Reafirmou-se que o ano anterior reflete a adoção da norma IAS 32 (revista)

<sup>b</sup> Tal como é permitido pela secção 408 do Companies Act 2006 (Lei das Sociedades), a demonstração de resultados para a empresa mãe ainda não foi apresentada. Está incluído no património líquido dos acionistas que exclui interesses minoritários para O Banco um lucro após impostos para o ano findo a 31 de dezembro 2014 no montante de M€1,488 (2013: M€3,407).

# Mapa financeiro consolidado

## Demonstração de alteração de capital próprio

O Grupo	Capital social liberado e prêmio de emissão <sup>a</sup> M€	Outros instrumentos de capital próprio <sup>a</sup> M€	Disponível para venda de reserva <sup>b</sup> M€	Reserva de cobertura do fluxo de caixa <sup>b</sup> M€	Reserva de conversão de moeda <sup>b</sup> M€	Outras reservas e outros capitais próprios <sup>b</sup> M€	Lucros acumulados M€	Total M€	Interesses minoritários M€	Total capital próprio M€
Saldo no dia 1 de janeiro de 2014	14.494	2.078	151	273	(1.142)	485	44.670	61.009	2.211	63.220
Lucros após impostos	-	250	-	-	-	-	278	528	326	854
Movimentos de conversão cambial	-	-	-	-	560	-	-	560	(74)	486
Investimentos disponíveis para venda	-	-	427	-	-	-	-	427	(1)	426
Cobertura do fluxo de fundos	-	-	-	1.544	-	-	-	1.544	(4)	1.540
Novas mensurações de Pensões	-	-	-	-	-	-	205	205	-	205
Outros	-	-	-	-	-	-	(19)	(19)	-	(19)
<b>Total de rendimento integral para o ano</b>	-	250	427	1.544	560	-	464	3.245	247	3.492
Recompra e emissão de instrumentos	(15)	2.272	-	-	-	16	(1.683)	590	-	590
Resgate de ações Preferenciais	(7)	-	-	-	-	8	(792)	(791)	-	(791)
Outros instrumentos de capital próprio	-	(250)	-	-	-	-	54	(196)	-	(196)
Esquemas de ações liquidadas de capital	-	-	-	-	-	-	693	693	-	693
Investimento de ações Barclays PLC ao esquemas de pagamento com base em	-	-	-	-	-	-	(866)	(866)	-	(866)
Dividendos de ações ordinárias	-	-	-	-	-	-	(821)	(821)	(190)	(1.011)
Dividendos de ações preferenciais e outros capitais próprios	-	-	-	-	-	-	(441)	(441)	-	(441)
Contribuição em capital do Barclays	-	-	-	-	-	-	1.412	1.412	-	1.412
Outras variações de reserva	-	-	-	-	-	-	(40)	(40)	(17)	(57)
<b>Saldo no dia 31 de dezembro de 2014</b>	<b>14.472</b>	<b>4.350</b>	<b>578</b>	<b>1.817</b>	<b>(582)</b>	<b>509</b>	<b>42.650</b>	<b>63.794</b>	<b>2.251</b>	<b>66.045</b>
Saldo a 1 de janeiro de 2013	14,494	-	526	2,099	59	645	39,244	57,067	2,856	59,923
Lucros após impostos	-	-	-	-	-	-	963	963	345	1,308
Movimentos de conversão cambial	-	-	-	-	(1,201)	-	-	(1,201)	(566)	(1,767)
Investimentos disponíveis para venda	-	-	(375)	-	-	-	-	(375)	(3)	(378)
Cobertura do fluxo de fundos	-	-	-	(1,826)	-	-	-	(1,826)	(64)	(1,890)
Nova mensuração de Pensões	-	-	-	-	-	-	(503)	(503)	(12)	(515)
Outros	-	-	-	-	-	-	(37)	(37)	-	(37)
<b>Total da (perda)/rendimento integrais para o ano</b>	-	-	(375)	(1,826)	(1,201)	-	423	(2,979)	(300)	(3,279)
Emissão de outros instrumentos de	-	2,078	-	-	-	-	-	2,078	-	2,078
Esquemas de ações liquidadas de capital	-	-	-	-	-	-	689	689	-	689
Investimento de ações Barclays PLC ao esquemas de pagamento com base em ações	-	-	-	-	-	-	(1,047)	(1,047)	-	(1,047)
Dividendos de ações ordinárias	-	-	-	-	-	-	(734)	(734)	(342)	(1,076)
Dividendos de ações preferenciais e outros capitais próprios	-	-	-	-	-	-	(471)	(471)	-	(471)
Resgate de instrumentos de capital	-	-	-	-	-	(100)	-	(100)	-	(100)
Contribuição em capital do Barclays PLC	-	-	-	-	-	-	6,553	6,553	-	6,553
Outras variações de reserva	-	-	-	-	-	(60)	13	(47)	(3)	(50)
<b>Saldo no dia 31 de dezembro de 2013</b>	<b>14,494</b>	<b>2,078</b>	<b>151</b>	<b>273</b>	<b>(1,142)</b>	<b>485</b>	<b>44,670</b>	<b>61,009</b>	<b>2,211</b>	<b>63,220</b>

### Notas

a Para mais informações, por favor consulte a Nota 30 b Para mais informações, por favor consulte a Nota 31.

# Mapa financeiro consolidado

## Demonstração de alteração de capital próprio

### O Banco

	Capital social liberado e prêmio de emissão <sup>a</sup>	Outros instrumentos de capital próprio <sup>a</sup>	Disponível para venda de reserva <sup>b</sup>	Reserva de cobertura do fluxo de caixa <sup>b</sup>	Reserva de conversão de moeda <sup>b</sup>	Outras reservas e outros capitais próprios de acionistas <sup>c</sup>	Lucros acumulados	Total
	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€
Saldo no dia 1 de janeiro de 2014	14.494	2.078	(12)	254	(712)	549	36.327	52.978
Lucros após impostos	-	250	-	-	-	-	1.238	1.488
Movimentos de conversão cambial	-	-	-	-	342	-	-	342
Investimentos disponíveis para venda	-	-	374	-	-	-	-	374
Cobertura do fluxo de fundos	-	-	-	1.553	-	-	-	1.553
Nova mensuração de Pensões	-	-	-	-	-	-	239	239
Outros	-	-	-	-	-	-	7	7
<b>Total de rendimento integral para o ano</b>	<b>-</b>	<b>250</b>	<b>374</b>	<b>1.553</b>	<b>342</b>	<b>-</b>	<b>1.484</b>	<b>4.003</b>
Emissão de outros instrumentos de instrumentos	(15)	2.272	-	-	-	16	(1.683)	590
Resgate de ações Preferenciais	(7)	-	-	-	-	8	(792)	(791)
Outros instrumentos de capital próprio	-	(250)	-	-	-	-	54	(196)
Esquemas de ações liquidadas de capital próprio	-	-	-	-	-	-	117	117
Investimento de ações Barclays PLC ao esquemas de pagamento com base em	-	-	-	-	-	-	(128)	(128)
Dividendos de ações ordinárias	-	-	-	-	-	-	(821)	(821)
Dividendos de ações preferenciais e Patrimônio líquido dos acionistas	-	-	-	-	-	-	(443)	(443)
Contribuição em capital do Barclays PLC	-	-	-	-	-	-	1.412	1.412
Outras variações de reserva	-	-	-	-	-	-	(9)	(9)
<b>Saldo no dia 31 de dezembro de 2014</b>	<b>14.472</b>	<b>4.350</b>	<b>362</b>	<b>1.807</b>	<b>(370)</b>	<b>573</b>	<b>35.518</b>	<b>56.712</b>
Saldo a 1 de janeiro de 2013	14.494	-	474	2.008	(539)	710	28.153	45.300
Lucros após impostos	-	-	-	-	-	-	3.407	3.407
Movimentos de conversão cambial	-	-	-	-	(173)	-	-	(173)
Investimentos disponíveis para venda	-	-	(486)	-	-	-	-	(486)
Coberturas de fluxos de caixa	-	-	-	(1.754)	-	-	-	(1.754)
Nova mensuração de Pensões	-	-	-	-	-	-	(698)	(698)
Outros	-	-	-	-	-	-	(45)	(45)
<b>Total da (perda)/rendimento integrais para este ano</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(486)</b>	<b>(1.754)</b>	<b>(173)</b>	<b>-</b>	<b>2.664</b>	<b>251</b>
Emissão de outros instrumentos de capital próprio	-	-	2.078	-	-	-	-	-
Esquemas de ações liquidadas de capital próprio	-	-	-	-	-	-	117	117
Investimento de ações Barclays PLC	-	-	-	-	-	-	(91)	(91)
Dividendos pagos	-	-	-	-	-	-	(1.242)	(1.242)
Contribuição em capital do Barclays PLC	-	-	-	-	-	-	6.553	6.553
Resgate de instrumentos de capital	-	-	-	-	-	(100)	-	(100)
Outras variações de reserva	-	-	-	-	-	(61)	173	112
<b>Saldo no dia 31 de dezembro de 2013</b>	<b>14.494</b>	<b>2.078</b>	<b>(12)</b>	<b>254</b>	<b>(712)</b>	<b>549</b>	<b>36.327</b>	<b>52.978</b>

#### Notas

a Para mais informações, por favor consulte a Nota 30 b Para mais informações, por favor consulte a Nota 31.

# Mapa financeiro consolidado

## Demonstração consolidada de fluxo de caixa

Ano findo em 31 de dezembro				
Operações contínuas				
Reconciliação do lucro líquido com fluxo de caixa líquido das atividades				
Lucro antes de impostos	2.309	2.885	1.557	3.291
Ajustes para artigos não monetários:				
Dedução por imparidade	2.168	3.071	1.220	2.405
Depreciação, amortização e perda de ativos fixos tangíveis e intangíveis	1.279	1.276	646	647
Outras provisões, incluindo pensões	3.600	3.673	3.240	3.072
Lucro líquido pela alienação de investimentos e ativos fixos tangíveis	(620)	(145)	-	(93)
Outros movimentos não monetários	(1.699)	(2.162)	(829)	(2.798)
Alterações em Ativos e Passivos Operacionais				
Redução/(aumento) líquido em empréstimos e adiantamentos a bancos e clientes	3.538	(3.906)	26.680	10.930
Decréscimo/(aumento) líquido em compra com acordo de revenda e outros créditos	55.021	(10.264)	39.871	(4.115)
(Decréscimo) líquido nos depósitos e títulos de dívida em emissão	(1.983)	(13.447)	(65.491)	(28.915)
(Decréscimo) líquido venda com acordo de recompra e outros empréstimos similares	(72.269)	(20.430)	(53.172)	(2.899)
Redução/(aumento) líquido em instrumentos financeiros derivados	2.586	811	3.251	(890)
Decréscimo líquido em ativos de negociação	18.350	13.423	17.152	8.359
Aumento/(decréscimo) líquido em passivos para negociação	(8.340)	8.670	(3.080)	(1.115)
Aumento/(redução) líquida em investimentos financeiros	(7.156)	(6.114)	24.544	(11.535)
(Aumento)/decréscimo líquido em outros ativos	(14.694)	125	(273)	(4.582)
Aumento/(decréscimo) líquido em outros passivos	7.409	(1.190)	(3.096)	1.883
Imposto pago sobre o rendimento	(1.590)	(1.558)	(82)	(1)
<b>Numerário líquido proveniente de atividades de exploração</b>	<b>(12.091)</b>	<b>(25.282)</b>	<b>(7.862)</b>	<b>(26.356)</b>
Compra de investimentos para venda disponíveis	(108.639)	(92.024)	(102.210)	(88.204)
Produto da cessão ou resgate de investimentos disponíveis para venda	120.843	69.474	110.437	64.333
Compra de propriedade, fábrica ou equipamento	(657)	(737)	(310)	(365)
(Aumento)/decréscimo líquido em investimentos em subsidiárias	-	-	(3.409)	144
Outros movimentos de caixa associados a atividades de investimento	(886)	632	(442)	(322)
<b>Numerário líquido proveniente de atividades de investimento</b>	<b>10.661</b>	<b>(22.655)</b>	<b>4.066</b>	<b>(24.424)</b>
Dividendos pagos	(1.452)	(1.547)	(1.264)	(1.242)
Procedimentos de empréstimos e emissão de dívida subordinada	826	700	773	652
Restituição de empréstimos contraídos e reembolso de títulos de dívida.	(1.100)	(1.424)	(833)	(1.291)
Emissão líquida de ações e outros instrumentos de capital próprio	(1.100)	2.078	(1.100)	2.078
Contribuição em capital do Barclays PLC	1.412	6.553	1.412	6.553
Reembolso líquido de ações emitidas a interesses minoritários	-	(100)	-	-
Resgate líquido de outros instrumentos de capital próprio	-	-	-	(100)
<b>Numerário líquido proveniente de atividades financeiras</b>	<b>(1.414)</b>	<b>6.260</b>	<b>(1.012)</b>	<b>6.650</b>
Efeito da taxa de câmbio na caixa e nos equivalentes	(431)	198	(819)	1.484
<b>(Decréscimo) líquido em caixa e equivalentes</b>	<b>(3.275)</b>	<b>(41.479)</b>	<b>(5.627)</b>	<b>(42.646)</b>
Caixa e equivalentes no início do ano	81.754	123.233	66.355	109.001
Caixa e equivalentes no fim do ano	78.479	81.754	60.728	66.355
O numerário e os ativos de elevada liquidez são compostos por:				
Caixa e disponibilidades nos bancos centrais	39.695	45.687	35.469	42.139
Empréstimos e adiantamentos a bancos com maturidade original de menos de três meses	36.282	35.259	24.543	23.749
Tesouraria e outras contas elegíveis com maturidade original com menos de três meses, meses	2.322	644	536	303
Ativos de carteira de negociação com maturidade original de menos de três meses	180	164	180	164
	78.479	81.754	60.728	66.355

Os juros recebidos pelo Grupo foram M£22.384 (2013: M£23.387) e os juros pagos pelo Grupo foram M£9.251 (2013: M£10.656). Juros recebidos pelo Banco foram M£15.299 (2013: M£18.982) e juros pagos pelo Banco foram M£6.387 (2013: M£9.534).

O Grupo é obrigado a manter balanços com os bancos centrais e outras autoridades reguladoras e estes totalizaram M£4.448 a 31 de dezembro 2014 (2013: M£4.772). O Banco é obrigado a manter depósitos em bancos centrais e outras entidades reguladoras no valor de M£680 (2013: M£192).

Para efeitos de elaboração do mapa de fluxo de caixa, o numerário abrange dinheiro na mão e depósitos à ordem, e equivalentes de caixa abrangem investimentos de alta liquidez que são convertíveis em numerário com um risco insignificante de mudanças de valor com vencimentos originais de três meses ou inferior. Acordos de recompra e revenda não são considerados como parte dos equivalentes de caixa.

# Notas às demonstrações financeiras

## Do ano findo em 31 de Dezembro de

Esta secção descreve as regras contabilísticas significativas do Barclays e as estimativas contabilísticas críticas associadas às demonstrações financeiras e às notas como um todo. Se uma regra contabilística ou uma estimativa contabilística crítica está associada a uma nota específica, a regra contabilística aplicável e/ou estimativa contabilística crítica está incluída dentro da nota relevante.

### 1 Regras contabilísticas significativas

#### 1. Entidade de relatório

Estes mapas da situação financeira foram preparados para o Grupo Barclays Bank PLC e suas subsidiárias (o Grupo Barclays Bank PLC ou o Grupo) ao abrigo da Secção 399 da Lei das Sociedades Comerciais de 2006. O Grupo é o maior prestador de serviços financeiros mundial que se ocupa dos serviços comerciais e de revenda da banca, de cartões de crédito, investimento bancário, e serviços de gestão de enriquecimento e gestão de investimento.

Barclays Bank PLC é uma sociedade anónima, incorporada e domiciliada na Inglaterra e o País de Gales, com sede legal em Inglaterra e é a empresa subsidiária do Grupo.

#### 2. Conformidade com a Norma Internacional de Relato Financeiro

Os mapas da situação financeira consolidados do Grupo, e os mapas da situação financeira individuais do Barclays Bank PLC, foram preparados de acordo com as Normas Internacionais de Informação Financeira (IFRS) e as interpretações publicadas pelo Comité de Interpretação das Normas Internacionais de Informação Financeira (IFRIC), tal como publicado pelo Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade (IASB). Estão ainda em conformidade com as interpretações da IFRS e IFRIC, tal como adotado pela União Europeia. As regras contabilísticas principais aplicadas na preparação dos mapas da situação financeira consolidados e individuais estão definidas em baixo. Estas regras foram aplicadas consistentemente.

#### 3. Base de Preparação

Os mapas da situação financeira consolidados e individuais foram preparados de acordo com a convenção modificada do histórico dos custos de modo a incluir a avaliação justa da propriedade de investimento e instrumentos de investimento particular, na medida necessária ou permitida, ao abrigo das normas IFRS e tal como definido nas regras contabilísticas relevantes. São apresentadas em milhões de libras esterlinas (M£), a moeda do país em que o Barclays Bank PLC está incorporado.

#### 4. Regras contabilísticas

No Barclays, os relatórios financeiros são elaborados de acordo com as IFRS. As regras contabilísticas significativas do Grupo relacionadas com elementos específicos das demonstrações financeiras, estão inseridos nas respetivas notas, juntamente com uma descrição das estimativas contabilísticas e pareceres que foram fundamentais na sua preparação. As regras contabilísticas que impactam nas demonstrações financeiras em geral estão inseridas em baixo.

##### (i) Consolidação

O Barclays aplica a IFRS 10 *Demonstrações financeiras consolidadas*.

O mapa financeiro consolidado agrega as demonstrações financeiras do Barclays Bank PLC e todas as suas subsidiárias. Subsidiárias são entidades controladas pelo Barclays Bank PLC. O Grupo detém o controlo de outra entidade quando possui a totalidade dos seguintes:

- 1) poder sobre as atividades relevantes do investido, por exemplo, através do direito de voto ou outros direitos;
- 2) exposição ou direitos a retornos variáveis do seu envolvimento com o investido; e
- 3) a capacidade para afetar esses retornos através do seu poder sobre o investido.

A avaliação do controlo baseia-se na consideração de todos os factos e circunstâncias. O Grupo reavalia se controla ou não o investido caso os factos e as circunstâncias indiquem que há alterações a um ou mais dos três elementos de controlo.

As transações e balanços intra-grupo são eliminados na consolidação e são utilizadas as regras de contabilidade consistentes em todo o Grupo para fins de consolidação.

Alterações nos interesses dos proprietários de filiais são tidas como transações de capital próprio, caso incorram após o controlo ter sido obtido e se não resultarem na perda de controlo.

Os detalhes das principais filiais são apresentados na Nota 36.

##### (ii) Conversão de moeda estrangeira

O Grupo aplica a IAS 21 *Efeitos das Alterações de Taxas de Câmbio de Moedas Estrangeiras*. As transações e os saldos em moeda estrangeira são convertidos para Libras à taxa vigente na data da transação. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para Libras à taxa de conversão à data do fim do período. Os ganhos e prejuízos cambiais de tais balanços são colocados na demonstração financeira.

As atividades do Grupo no estrangeiro (incluindo subsidiárias, empreendimentos comuns, associados e filiais) principalmente sediadas fora do Reino Unido poderão ter uma moeda funcional diferente. A moeda funcional de uma operação é a moeda da principal da economia à qual o Grupo está exposto.

Antes da consolidação (ou contabilização de capital próprio), os ativos e os passivos das operações da Libra Não Esterlina são convertidos à taxa do fim de dia e os itens dos rendimentos, despesas e outros rendimentos integrais são convertidos em Libra Esterlina à taxa da data das transações. As diferenças cambiais resultantes da tradução das operações externas estão incluídas na conversão de moedas estrangeiras dentro das ações. Estas são transferidas para a demonstração dos resultados quando o Grupo perde o controlo, o controlo conjunto ou influência significativa sobre a operação externa ou sobre transferência parcial da operação.

Uma vez que os mapas consolidados da situação financeira incluem as parcerias em que um membro do Grupo é um parceiro, foi tirada vantagem da isenção ao abrigo da Regulamentação 7 da Partnerships (Accounts) Regulations 2008 no que se refere à preparação e preenchimento dos mapas individuais da situação financeira das parcerias.

### *(iii) Ativos e passivos financeiros*

O Grupo aplica a IAS 39, *Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração* para o reconhecimento, classificação e medição e não reconhecimento de ativos e passivos financeiros para a perda de ativos financeiros e para a contabilidade de cobertura.

#### *Reconhecimento*

O Grupo reconhece ativos e passivos financeiros quando se tornam uma parte dos termos do contrato e que é a data de negociação ou a data de vencimento.

#### *Classificação e medição*

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo justo valor e podem ser detidos a justo valor ou a custo amortizado dependendo da intenção do Grupo relativamente aos ativos e à natureza dos ativos e dos passivos, especialmente determinados pelos seus termos contratuais.

A regra contabilística para cada tipo de ativo ou passivo financeiro está incluída na nota relevante para o item. As políticas do Grupo para determinação dos justos valores dos ativos e dos passivos estão definidas na Nota 17.

#### *Não reconhecimento*

O Grupo não reconhece um ativo financeiro, ou parte de um ativo financeiro da sua folha de balanços quando os direitos contratuais desse ativo já caducaram ou foram transferidos, normalmente por venda e com ele substancialmente todos os riscos e recompensas do ativo juntamente com a capacidade incondicional de vender ou empenhar o ativo.

Os passivos financeiros não são reconhecidos quando liquidados, caducados ou extintos. A troca de um passivo financeiro existente por um novo passivo com o mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes - geralmente uma diferença de 10% no valor atual dos fluxos de caixa ou uma correção qualitativa substancial - é contabilizada como uma extinção do passivo financeiro original e o reconhecimento de um novo passivo financeiro.

#### *Previsões e raciocínios contabilísticos de importância crítica*

As transações nas quais o Grupo transfere ações e passivos, partes dos mesmos ou riscos financeiros a si associados podem ser complexas e pode não ser óbvio que substancialmente todos os riscos e recompensas foram transferidos. Muitas vezes, é necessário realizar uma análise quantitativa.

Essa análise compara a exposição do Grupo à variabilidade dos fluxos de fundos de ativos antes da transferência com a respetiva exposição retida depois da transferência.

Uma análise do fluxo de caixa desta natureza pode necessitar de fundamentação. Em particular, é necessário fazer uma estimativa dos fluxos de caixa futuros esperados assim como a potencial variabilidade em torno desta expectativa. O método de cálculo dos fluxos de caixa futuros esperados depende da natureza do ativo, com dados de mercado e implícitos no mercado utilizados na maior medida do possível. A potencial variabilidade em torno desta expectativa é tipicamente determinada pelos parâmetros de esforço subjacentes para criar cenários positivos e negativos alternativos razoáveis. As probabilidades são depois atribuídas a cada cenário. Os parâmetros de esforço podem incluir taxas de incumprimento ou taxas de pré-pagamento.

### *(iv) Instrumentos de dívida e capital próprio emitidos*

O Grupo aplica a IAS 32, *Instrumentos Financeiros: Apresentação*, para determinar se o financiamento é um passivo financeiro (dívida) ou património.

Os instrumentos financeiros emitidos ou os seus componentes são classificados como passivos quando as disposições contratuais resultam numa obrigação atual por parte do Grupo de entregar numerário ou outro ativo financeiro ou um número variável de capital próprio ao detentor do instrumento. Se não for este o caso, o instrumento é geralmente um instrumento de capital próprio e as receitas são incluídas no capital, deduzidos os custos de transação. Os dividendos e outros reembolsos aos detentores do capital são reconhecidos quando pagos ou declarados pelos membros na AGA e tratados como uma dedução do capital próprio.

Quando os instrumentos financeiros emitidos contêm tanto componentes passivos como de capital próprio, esses são contabilizados separadamente. O justo valor da dívida é calculado primeiro e o balanço das receitas é incluído no capital próprio.

## **5. Normas e interpretações novas e corrigidas**

As regras contabilísticas adotadas são consistentes com as do ano financeiro anterior, exceto no caso em que as novas normas e correções ao IFRS em vigor a partir de 1 de janeiro de 2014 tenham resultado em alterações às regras de contabilidade. A única norma alterada que causou um impacto material nas regras contabilísticas do Barclays foi a IAS 32 *Compensação de Ativos Financeiros e Passivos Financeiros* que explicou as circunstâncias nas quais é permitida a compensação executável, particularmente, aquilo que constitui um direito de compensação, que é atualmente legalmente executável, e as circunstâncias nas quais os sistemas de liquidação bruta podem ser considerados equivalentes à liquidação líquida.

O efeito da adoção destas novas normas ou correções na posição financeira, no desempenho e fluxos de caixa do Grupo e do Banco, é informado na página 276. Foram revistas todas as comparações relevantes que refletem estas alterações.

## **6. Desenvolvimentos contabilísticos futuros**

Tem havido, e é esperada, uma série de alterações significativas ao relato financeiro do Grupo a partir de 2014 como resultado das novas normas ou correções emitidas pelo IASB. As mais significativas são as seguintes:

# Notas às demonstrações financeiras

## Do ano findo em 31 de Dezembro de

Em 2014, o IASB emitiu a IFRS 9, *Instrumentos Financeiros*, que irá substituir a IAS 39 *Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração*. Irá introduzir mudanças significativas na contabilização dos instrumentos financeiros. As principais mudanças relacionam-se com:

- Ativos financeiros: Os ativos financeiros irão ser detidos pelo seu justo valor ou custo amortizado, exceto para investimentos de capital próprio não detidos para negócio e determinados instrumentos de dívida, que podem ser detidos pelo justo valor através de capital próprio;
- Passivos financeiros: Os ganhos e perdas resultantes das mudanças de crédito próprio que surjam de passivos financeiros designados pelo justo valor através de lucro ou perda serão excluídos do mapa de resultados do exercício e ao invés serão incluídos em Outro Rendimento Integral;
- Imparidade: As perdas expectáveis na data de balanço (em vez de perdas incorridas) serão refletidas em provisões de imparidade para ativos financeiros que não são classificados como justo valor através de ganhos ou perdas; e
- Contabilização de cobertura: A contabilidade de cobertura será mais proximamente alinhada com a gestão de risco financeiro.

A adoção não é obrigatória até aos períodos contabilísticos a ou após 1 de janeiro de 2018. A norma não foi adotada pela UE. Nesta fase, não é possível determinar os potenciais impactos financeiros ao Grupo que advenham da adoção.

Em 2014, a IASB emitiu a IFRS 15 *Receitas provenientes de Contratos com Clientes*, que irá substituir a IAS 18 *Receitas* e a IAS 11 *Contratos de Construção*. Esta aplica-se a todos os contratos com clientes, exceto arrendamentos, instrumentos financeiros e contratos de seguro. A norma irá estabelecer uma abordagem mais sistemática no âmbito do reconhecimento e medição de receitas. A adoção não é obrigatória até aos períodos contabilísticos a ou após 1 de janeiro de 2017. A norma não foi adotada pela UE. Não se espera que a adoção da norma cause um impacto significativo.

Adicionalmente, a IASB indicou que irá emitir uma nova norma sobre contabilizações de arrendamentos. Sob as propostas, os locatários necessitarão de reconhecer no balanço ativos e passivos que surjam tanto de locações de operação como financeiras. A IASB também planeia emitir uma nova norma sobre contratos de seguro. O Grupo irá considerar os impactos financeiros destas novas normas aquando da sua finalização.

### Previsões e raciocínios contabilísticos de importância crítica

A preparação dos mapas da situação financeira de acordo com as IFRS requer a utilização de determinadas previsões. Requer ainda a que a gestão administrativa dê a sua opinião no processo de aplicação das regras de contabilidade. As áreas-chave que envolvem um alto grau de opinião ou complexidade, ou áreas onde pressupostos são significativos aos consolidados e os mapas da situação financeira individuais são realçadas na nota relevante. As previsões e raciocínios contabilísticos de importância crítica são divulgados:

	Página		Página
Encargos de depreciação e outras concessões de	173	Instrumentos financeiros de justo valor	189
Impostos sobre os rendimentos	176	Provisões	226
Ativos disponíveis para venda	188	Obrigações de benefício de reforma	253

### 7 Outras divulgações

Para melhorar a transferência e a facilidade de referência, concentrando informações relativas num local, e para reduzir a duplicação, determinadas divulgações exigidas nos termos da IFRS foram incluídas na secção Gestão de Riscos conforme descrito abaixo:

- Relatório segmentado nas páginas 141 à 152
- Crédito de risco, das páginas 49 à 50, incluindo exposições dos países selecionados;
- Risco de mercado, da página 51 à 52;
- Risco de financiamento - recursos de capital, e página 54 à 55; e
- Risco de financiamento – liquidez, na página 56.

# Notas às demonstrações financeiras

## Desempenho

As notas incluídas nesta secção concentram a atenção nos resultados e no desempenho do Grupo. A informação acerca dos rendimentos gerados, encargos incorridos, desempenho segmentado, impostos e dividendos é incluída aqui.

### 2 Relato por segmentos

#### Apresentação do relato por segmentos

O relato financeiro por segmento do Grupo está em conformidade com a IFRS 8 Segmentos Operacionais. Os segmentos operacionais são relatados de forma consistente com o relato interno fornecido ao Comité Executivo, responsável por atribuir recursos e avaliar o desempenho dos segmentos operacionais e que foi identificado como principal decisor operacional. Todas as transações entre segmentos de negócio são levadas a cabo numa base comercial independente, com receitas e os custos intra-segmento a ser eliminados na sede. Rendimento e despesas diretamente associados a cada segmento são incluídos na avaliação do desempenho do segmento de negócios.

No âmbito da atualização estratégica anunciada em maio de 2014, as atividades do Grupo foram segmentadas em unidades de negócios Centrais e Não Centrais. As comparações também foram atualizadas. A unidade de negócios Central é constituída pela Banca Pessoal e Empresarial (PCB), Barclaycard, Africa Banking, Banco de Investimento e Sede. A unidade de negócios Não Central (BNC) do Barclays agrupa negócios e ativos que já são estrategicamente apelativos para o Barclays.

A análise do desempenho do Grupo por segmento de negócio e do rendimento por segmento geográfico são incluídos nas páginas 141 e 142. São disponibilizadas mais informações sobre o novo segmento nas páginas 143 à 152.

### 3 Juros credores líquidos

#### Contabilização de juros credores e juros pagos

O Grupo aplica a IAS 39, Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Os juros credores em empréstimos e adiantamentos a custo de amortização, investimentos de dívida disponíveis para venda e juros pagos de passivos financeiros detidos como custos amortizados são calculados utilizando o método do juro real, que aloca juros e custos e taxas diretos e marginais sobre a vida esperada dos ativos e dos passivos.

O método do juro real exige que o Grupo preveja fluxos de caixa futuros, em alguns casos com base na sua experiência do comportamento dos clientes,

tendo em conta todos os termos contratuais do instrumento financeiro bem como a vida estimada dos ativos e dos passivos. Devido ao número significativo de produtos e tipos (tanto ativos como passivos), não existem cálculos individuais que sejam materiais para os resultados ou

	2014	2013
	M€	M€
Caixa e saldos de bancos centrais	193	219
Investimentos disponíveis para venda	1.615	1.804
Empréstimos e adiantamentos a bancos	452	468
Empréstimos e adiantamentos a clientes	14.677	15.613
Outros	432	211
<b>Juros credores</b>	<b>17.369</b>	<b>18.315</b>
Depósitos de bancos	(204)	(201)
Contas de clientes	(1.434)	(2.602)
Títulos de dívida em circulação	(1.915)	(2.177)
Passivos subordinados	(1.611)	(1.572)
Outros	(67)	(110)
<b>Despesas de juros</b>	<b>(5.231)</b>	<b>(6.662)</b>
<b>Rendimento líquido de juros</b>	<b>12.138</b>	<b>11.653</b>

Os juros credores incluem 153 M€ (2013: 179 M€) adicionado a empréstimos em imparidade.

Os outros juros credores incluem principalmente juros credores relativos a acordos de revenda e atividade de cobertura. Da mesma forma, as outras despesas de juros incluem principalmente despesas de juros relativas a acordos de recompra e atividade de cobertura. Incluído no rendimento líquido de juros está a ineficácia de cobertura como detalhada na Nota 180 do Relatório Anual do Barclays PLC.

Os juros credores líquidos aumentaram em 4% para 12.138 M€ m em resultado das melhorias nas margens de poupança do aumento de volume no Barclaycard, parcialmente compensados por uma redução no Africa Banking devido aos movimentos cambiais e à venda e redução de ativos no BNC. Os juros credores diminuíram 5% para 17.369 M€ impelido por uma redução no rendimento de empréstimos e adiantamentos a clientes, que diminuiu 6% para 14.677 M€. As despesas de juros diminuíram 21% para 5.231 M€, impelido por uma redução nos juros de contas de clientes, que se encontra entre 1.168 M€ e 1.454 M€.

# Notas às demonstrações financeiras

## 4 Rendimento líquido de honorários e comissões

### Contabilização do rendimento líquido de honorários e comissões

O Grupo aplica a IAS 18 Receitas. As taxas e as comissões cobradas por serviços prestados ou recebidas pelo Grupo são reconhecidas à medida que os serviços são prestados, por exemplo na conclusão da transação subjacente.

	2014	2013
	M€	M€
Honorários, gestão de investimentos e comissões relacionadas com crédito e atividades bancárias.	9.695	10.332
Comissão de câmbio de moeda estrangeira	155	168
Honorários e comissões	9.850	10.500
Gastos de honorários e comissões	(1.662)	1.748
<b>Rendimento líquido de honorários e comissões</b>	<b>8.188</b>	<b>8.752</b>

O rendimento líquido de honorários e comissões subiu 564 M€ para 8.188 M€. Isto deveu-se à diminuição dos honorários devido à redução das taxas de subscrição da dívida e a quedas nas comissões em dinheiro, refletindo um menor volume de clientes no Banco de Investimento. Registaram-se diminuições posteriores causadas pelo lançamento da revisão da proposta de linha de crédito da PCB, que reconhece a maior parte do rendimento de crédito como rendimento líquido de juros e não como receitas, e pelos movimentos cambiais adversos no Africa Banking. Estes movimentos foram parcialmente compensados por aumentos no Barclaycard devido ao crescimento dos volumes de pagamento.

## 5 Rendimento de atividade comercial líquido

### Contabilização de rendimentos de atividade comercial líquido

De acordo com a IAS 39, as posições de exploração são mantidas num justo valor e os ganhos e perdas resultantes são incluídos na demonstração financeira, juntamente com os juros e dividendos que surgem de custos de posição longa e curta e de custos de financiamento relacionados com as atividades de exploração.

O rendimento surge das margens conseguidas através de operadores independentes e de clientes profissionais e através de alterações no valor de mercado provocadas por movimentos de juros e taxas de câmbio, preços de capital próprio e outras variáveis de mercado.

Os prejuízos/ganhos de crédito próprio resultam da avaliação justa de passivos financeiros designados pelo justo valor através do lucro ou prejuízo. Consultar a Nota 16 Passivos financeiros designados pelo justo valor.

	2014	2013
	M€	M€
Rendimento de atividade comercial	3.276	6.768
Ganho de crédito próprio/(perdas)	34	(220)
<b>Juros de exploração líquidos</b>	<b>3.310</b>	<b>6.548</b>

Incluído dentro do rendimento de atividade comercial líquido estão prejuízos de 1.051 M€ (2013: 914 M€ de prejuízo) designados a justo valor e ganhos de 65 M€ (2013: 684 M€ de prejuízo) em passivos financeiros designados pelo justo valor.

Os rendimentos de atividade comercial líquidos diminuíram 49% para 3.310 M€, refletindo principalmente uma redução de 2.557 M€ nos juros de exploração na medida em que uma menor volatilidade e atividade comercial moderada, em conjunto com diferenciais mais rígidos reduziram o rendimento em diversos negócios. As alienações e o escoamento de determinados negócios Não Centrais e a redução de 935 M€ no justo valor na carteira ESHLA (consultar Nota 17 para mais informações) também contribuíram para a diminuição do rendimento. Isto foi compensado parcialmente por uma variação favorável de 254 M€ nos ganhos/perdas de capital próprio.

## 6 Rendimentos de investimento líquidos

### Contabilização de rendimentos de investimento líquidos

Os dividendos são reconhecidos quando é estabelecido o direito de receber pagamento. As outras políticas contabilísticas relativas ao rendimento do capital líquido estão especificadas na Nota 15 Investimentos disponíveis para venda e na Nota 13 Ativos financeiros designados pelo justo valor.

	2014	2013
	M€	M€
Ganhos líquidos da alienação de ativos disponíveis para venda	620	145
Rendimento de dividendos	9	14
Ganho líquido de instrumentos financeiros designados pelo justo valor	233	203
Outros rendimentos de investimento	466	318
<b>Rendimento líquido de capital</b>	<b>1.328</b>	<b>680</b>

O rendimento de investimento líquido aumentou 648 M€ para 1.328 M€. Isto deve-se em grande parte um aumento na cessão de investimentos disponíveis para venda devido às condições de mercado favoráveis e à subida de outros rendimentos de investimentos, em resultado de uma maior certeza relativamente à capacidade de recuperação de determinados ativos não ainda recebidos da aquisição da Lehman US em 2008 (2014: ganhos de 461 M€; 2013: ganhos de 259 M€).

## 7 Encargos de imparidade do crédito e outras provisões

### Contabilização de imparidades de ativos financeiros

#### Empréstimos e outros ativos detidos como custos amortizados

De acordo com a IAS 39, o Grupo avalia à data de cada balanço se existem evidências objetivas de que os ativos de empréstimos ou os investimentos financeiros (dívidas ou investimentos de capital) disponíveis para venda não serão recuperados na íntegra e, quando necessário, reconhece as perdas por imparidade na demonstração financeira.

As perdas por imparidade são incursas se existirem evidências objetivas de não aumento do capital fixo como resultado de eventos de perda que tenham ocorrido e que tiveram um impacto nos fluxos de fundos futuros estimados dos ativos. Estes eventos incluem:

- A consciencialização para as dificuldades financeiras significativas do emissor ou devedor;
- Uma violação do contrato, como uma falha por incumprimento ou delito de juros ou reembolsos de capital;
- O Grupo, por razões económicas e legais relacionadas com as dificuldades financeiras do devedor concede ao devedor um desconto que de outra forma não concederia.
- Verificar-se a probabilidade de o devedor entrar em falência ou outra reorganização financeira;
- O desaparecimento de um mercado ativo para esse ativo financeiro devido a dificuldades financeiras; e
- Dados observáveis ao nível do portfólio indicadores de uma redução mensurável nos fluxos de fundos futuros estimados apesar de a redução não poder ainda ser imputada aos ativos financeiros individuais no portfólio, tais como alterações desfavoráveis no estado do pagamento do devedor no portfólio ou condições económicas nacionais ou locais que se correlacionam com incumprimentos nos ativos do portfólio.

As avaliações das imparidades para ativos significativos são conduzidas individualmente e abrangem todos os empréstimos por grosso de clientes e empréstimos de atividades a retalho maiores, tais como riscos setoriais ou do país. Para fins da avaliação, os empréstimos com características de risco semelhantes são agrupados em conjunto - geralmente com base no tipo do produto, no setor industrial, na localização geográfica, no tipo de garantia, no estado da data de pagamento excedida e outros fatores relevantes para a avaliação de fluxos de caixa futuros esperados.

A avaliação da imparidade inclui o cálculo de fluxos de caixa futuros esperados do ativo ou dos ativos do Grupo que são depois atualizados utilizando a taxa de juro efetiva original calculada para o ativo. Se isto for inferior ao valor contabilístico do ativo ou do portfólio é levantada uma perda por imparidade.

Se, num período subsequente, a importância da perda por imparidade for reduzida e a redução puder ser objetivamente relacionada com um evento que ocorre depois de a imparidade ser reconhecida, a perda por imparidade reconhecida anteriormente é estornada ajustando-se a conta de provisões. A importância do estorno é reconhecida na demonstração financeira.

Seguido da imparidade, os juros credores continuam a ser reconhecidos à taxa de juro real sobre o valor contabilístico declarado, representando o efeito do desconto dos fluxos de fundos esperados, incluindo o capital devido em empréstimos.

Os empréstimos incobráveis são amortizados em oposição ao subsídio relacionado para imparidade do empréstimo após conclusão dos processos internos do Grupo e todos os montantes recuperáveis terem sido recolhidos. Recuperações subsequentes de importâncias previamente amortizadas são creditadas na demonstração financeira.

#### Ativos financeiros disponíveis para venda

##### *Imparidade de instrumentos de dívida disponíveis para venda*

Os instrumentos de dívida são avaliados relativamente à imparidade da mesma maneira que os empréstimos. Se a imparidade for considerada vencida, a queda cumulativa no justo valor do instrumento que foi anteriormente reconhecida na reserva AFS é removida das reservas e reconhecida na demonstração financeira. Isto poderá inverter-se caso existam evidências de que as circunstâncias do emissor melhoraram.

##### *Imparidade de instrumentos de capital próprio disponíveis para venda*

Quando tenha havido um declínio significativo ou prolongado do justo valor de um instrumento de capital próprio abaixo do seu custo de aquisição, considera-se a sua redução. A perda líquida cumulativa que foi previamente reconhecida diretamente na reserva AFS é removida das reservas e reconhecida na demonstração financeira.

Os aumentos no justo valor dos instrumentos de capital próprio são reconhecidos diretamente em outros rendimentos integrais. As quedas posteriores no justo valor dos instrumentos de capital próprio são reconhecidas na demonstração financeira.

# Notas às demonstrações financeiras

## Desempenho

### Estimativas e raciocínios contábilísticos de importância crítica

O cálculo da imparidade envolve o uso de fundamentações baseadas na experiência do Grupo em gerir o risco de crédito.

Nas carteiras de pequenas empresas e retalhistas, que compreendem um grande número de pequenos ativos homogêneos com características de risco similar em que as técnicas de classificação de crédito são utilizadas no geral, as técnicas estatísticas são utilizadas para calcular abatimentos por imparidade com base numa carteira, em taxas de recuperação históricas e períodos de emergência assumidos. Estas análises estatísticas utilizam principalmente dados para averiguar até que ponto é que as contas da carteira estão em atraso e informações históricas sobre eventuais perdas encontradas a partir dessas carteiras delinquentes. Há muitos modelos como estes a serem utilizados, cada um adaptado a um produto, um ramo de atividade empresarial ou uma categoria de cliente. O raciocínio e conhecimento são necessários na seleção dos métodos estatísticos a utilizar quando os modelos são desenvolvidos ou analisados. O abatimento por imparidade que se reflete nas demonstrações financeiras para estas carteiras é considerado ser razoável e suportável. O encargo da imparidade que se reflete na demonstração financeira para estas carteiras retalhistas é de 1.892 M£ (2013: 2.161 M£) e totaliza 86% (2013: 71%) do encargo da imparidade total sobre empréstimos e adiantamentos.

Para ativos individualmente significativos, os abatimentos por imparidade são calculados individualmente e todas as considerações relevantes que se sustentem em fluxos de caixa futuros esperados são tidas em conta, por exemplo, as prospeções empresariais para o cliente, o valor realizável colateral, a posição relativa do Grupo em relação a outros requerentes, a fiabilidade das informações do cliente e o custo e a duração prováveis do sistema de resolução de problemas. O nível das provisões por imparidade é a diferença entre o valor dos fluxos de caixa futuros esperados (descontados na taxa de juros real original do empréstimo), e o seu valor contábilístico. Os raciocínios subjetivos são feitos no cálculo de fluxos de caixa futuros. Além disso, os raciocínios mudam com o tempo à medida que novas informações são disponibilizadas ou que as estratégias de resolução de problema evoluem, resultando em revisões frequentes do abatimento por imparidade à medida que são tomadas decisões individuais. As alterações nestas estimativas poderiam resultar em alterações nas provisões e ter um impacto direto no encargo da imparidade. O encargo da imparidade que se reflete nas demonstrações financeiras em relação a todas as carteiras de venda é de 312 M£ (2013: 901 M£) e totaliza 14% (2013: 29%) do encargo da imparidade total sobre empréstimos e adiantamentos. São indicadas mais informações sobre provisões por imparidade e informações relativas a crédito na revisão de gestão de risco de crédito.

	2014	2013
	M£	M£
Provisões por imparidade novos ou aumentados	3.230	3.929
Transferências	(809)	(683)
Recuperações	(221)	(201)
Encargos com imparidades em empréstimos e adiantamentos	2.200	3.045
Encargos/(transferências) respeitantes a provisões por facilidades e garantias contratuais não utilizadas	(4)	17
Imparidade de empréstimos	2.204	3.062
Investimento disponível para venda	(31)	1
Acordos de revenda invertida	(5)	8
Encargos de depreciação e outras concessões de crédito	2.168	3.071

São disponibilizadas mais informações sobre a avaliação da imparidade e a medição de perdas de crédito nas páginas 115 a 118 no relatório do Pilar 3 do Barclays PLC de 2014.

A imparidade de empréstimos caiu 28% para 2.204 M£, refletindo a redução da imparidade no BNC, PCB e Africa Banking, parcialmente compensada pelos encargos mais elevados no Barclaycard.

## 8 Despesas operacionais

### Contabilização de despesas com pessoal

O Grupo aplica os benefícios dos colaboradores IAS 19 na sua contabilidade para a maioria dos componentes das despesas com pessoal.

Benefícios a curto prazo dos colaboradores - salários, os custos acumulados de desempenho e segurança social são reconhecidos ao longo do período em que os colaboradores fornecem os serviços a que os pagamentos se referem.

*Despesas de desempenho* - reconhecidas na medida em que o Grupo tem uma obrigação presente aos seus colaboradores que pode ser medida de forma fidedigna e são reconhecidas durante o período de serviço que os colaboradores são obrigados a trabalhar para se qualificarem para os serviços.

Os prémios diferidos de bónus em numerário e os prémios diferidos de bónus em ações são dados aos colaboradores para incentivar o desempenho ao longo do período de vínculo. Para receber o pagamento de um prémio, os colaboradores devem prestar serviço durante o período de vínculo, tipicamente três anos da data da concessão.

O período durante o qual é reconhecida a despesa para o pagamento diferido em numerário e bonificação em ações baseia-se no entendimento comum entre o empregado e o Grupo e nos termos e condições da atribuição. O Grupo considera que é conveniente reconhecer os prémios durante o período a partir da data de concessão até à data em que os prémios são outorgados visto que é o período durante o qual os colaboradores entendem que devem prestar um serviço para receber prémios. A tabela na página 85 do Relatório Anual do Barclays PLC detalha as datas relevantes do prémio, datas de pagamento e o período em que o encargo demonstração financeira é considerado para os bónus.

Não foi reconhecida nenhuma despesa em 2014 para os bónus diferidos que serão concedidos em março de 2015, visto que dependem de um desempenho futuro e não do desempenho durante 2014.

	2014	2013
	M€	M€
Custos de infraestruturas		
Propriedade e equipamento	1.570	1.610
Depreciação de propriedade, planta e equipamento	585	647
Loações operacionais	594	645
Amortização de imobilizações incorpóreas	522	480
Imparidade de imóveis, equipamento e ativos incorpóreos	172	149
<b>Total custos de infraestruturas</b>	<b>3.443</b>	<b>3.531</b>
Administração e despesas gerais		
Honorários de consultadoria, jurídicos e profissionais	1.104	1.260
Subscrições, publicações, papelaria e comunicações	842	869
Marketing, publicidade e patrocínio	558	583
Deslocações e alojamento	213	(307)
Imposto bancário do Reino Unido	462	504
Goodwill por imparidade	-	79
Outras despesas de administração e gerais	436	686
<b>Total administração e despesas gerais</b>	<b>3.615</b>	<b>4.288</b>
Custos de pessoal	11.005	12.155
Provisão para PEP e compensação de cobertura de risco de taxa de juro	1.110	2.000
Provisão para investigação contínua e litígios em matéria de moeda estrangeira	1.250	-
<b>Despesas operacionais</b>	<b>20.423</b>	<b>21.974</b>

As despesas operacionais diminuíram 7% para 20.423 M€, orientado principalmente por poupanças nos programas Transform, incluindo uma redução de 5% nos efetivos e movimentos cambiais, custos mais baixos de SPP e cobertura de taxas de juro, gastos em TI e infraestruturas e não ocorrência de várias provisões constituídas no ano anterior. Isto foi parcialmente compensado pelo encargo de 1.250 M€ (2013: 0 £) com investigação contínua e litígios em matéria de moeda estrangeira.

O impacto dos programas de redução de custos Transform causou poupanças nas despesas administrativas e com infraestruturas. Os custos de pessoal diminuíram 9% para 11.005 M€, refletindo uma redução real de 5% nos efetivos e a diminuição no número de prémios de incentivo atribuídos.

Para mais informações sobre os custos de pessoal, consultar a Nota 33.

# Notas às demonstrações financeiras

## Desempenho

### 9 Lucro/(prejuízo) sobre a alienação de subsidiárias, associadas e empreendimentos comuns

Durante o ano, o prejuízo na alienação de subsidiárias, entidades associadas e empreendimentos comuns foi de 471 M£ (2013: ganho de 6 M£), principalmente referente à anunciada alienação de entidades espanholas. Consultar a Nota 45 Ativos imobilizados detidos para venda e passivos associados

### 10 Imposto

#### Contabilização de impostos sobre os rendimentos

O Barclays aplica a IAS 12 *Impostos sobre os rendimentos* para contabilização de impostos sobre os rendimentos. O imposto sobre o rendimento a pagamento ou lucros passíveis de pagar imposto é reconhecido como uma despesa no período em que os lucros surjam. As retenções na fonte também são tratadas como impostos sobre rendimento. Os impostos sobre rendimento recuperáveis em prejuízos fiscais são reconhecidos como um ativo de imposto atual apenas na medida em que é tido como recuperável através de compensação relativamente aos lucros taxáveis resultantes no período atual ou no período anterior.

A taxa corrente é medida utilizando as taxas e a legislação do imposto que foram decretadas ou substancialmente decretadas à data do balanço.

Os impostos diferidos são fornecidos na totalidade, utilizando o método do passivo, com diferenças temporárias que surgem das diferenças entre as bases do ativo e do passivo do imposto e respetivas quantias de transporte nos mapas consolidados da situação financeira.

O imposto sobre o rendimento diferido é determinado usando as taxas e legislação do imposto decretada ou substancialmente decretada à data de balanço que são expectáveis a ser aplicadas quando o ativo de imposto diferido é realizado ou o passivo por imposto diferido for liquidado. Os ativos e passivos do imposto diferido são apenas compensatórios quando existe tanto um direito legal de compensação e uma intenção de os liquidar numa base líquida.

	2014 M£	2013 M£
<b>Carga fiscal corrente</b>		
Ano corrente	1.448	2.031
Ajustamento para anos anteriores	(19)	156
	<b>1.429</b>	<b>2.187</b>
<b>Cobrança de impostos diferidos/(crédito)</b>		
Ano corrente	92	(96)
Ajustamento para anos anteriores	(66)	(514)
	<b>26</b>	<b>(610)</b>
<b>Carga fiscal</b>	<b>1.455</b>	<b>1.577</b>

O imposto relativo a cada componente de outros rendimentos integrais pode ser encontrado no mapa consolidado do rendimento integral, que inclui adicionalmente em Outros, um encargo fiscal de 19 M£ (2013: 37 M£ em crédito), essencialmente relativo aos pagamentos com base em ações em 2014 e à alteração nas taxas de imposto em 2013.

A tabela abaixo mostra a reconciliação entre a carga fiscal atual e a carga fiscal que iria resultar da aplicação da taxa normal de imposto sobre as sociedades no Reino Unido aos lucros do Grupo antes de impostos.

	2014 M£	2013 M£
<b>Lucro antes de impostos de operações contínuas</b>	<b>2.309</b>	<b>2.885</b>
Carga fiscal à taxa normal de imposto sobre as sociedades no Reino Unido de 21,5% (2013%: 23,25%)	496	671
Efeito sobre lucros/prejuízos às taxas legais vigentes diferentes da taxa de imposto Reino Unido fora do Reino Unido	171	267
Impostos não-creditáveis	329	559
Ganhos e rendimentos não tributáveis	(282)	(234)
Pagamentos com base em ações	21	(13)
Alterações no reconhecimento e mensuração dos ativos por impostos diferidos	(183)	409
Alteração nas taxas de imposto	8	(155)
Encargos com imparidades, perdas em alienações e impostos bancários do Reino Unidos não dedutíveis	333	118
Outros itens incluindo despesas não dedutíveis	647	313
Ajustamento para anos anteriores	(85)	(358)
<b>Carga fiscal</b>	<b>1.455</b>	<b>1.577</b>
<b>Taxa de imposto efetiva</b>	<b>63,0%</b>	<b>54,7%</b>

#### Ativos e passivos financeiros correntes

Os movimentos dos ativos e passivos correntes foram os seguintes:

	O Grupo		O Banco	
	2014 M€	2013 M€	2014 M€	2013 M€
Ativos	181	252	84	119
Passivos	(1.042)	(617)	(520)	(304)
A 1 de janeiro	(861)	(365)	(436)	(185)
Demonstração financeira	(1.429)	(2.187)	(6)	(220)
Outros rendimentos integrais	(1)	(5)	(4)	(33)
Imposto pago sobre o rendimento	1.590	1.558	82	1
Outros movimentos	12	138	(31)	1
	(689)	(861)	(395)	(436)
Ativos	334	181	-	84
Passivos	(1.023)	(1.042)	(395)	(520)
A 31 de dezembro	(689)	(861)	(395)	(436)

#### Ativos e passivos por impostos diferidos

Os valores de impostos diferidos no balanço foram os seguintes:

	O Grupo		O Banco	
	2014 M€	2013 M€	2014 M€	2013 M€
Grupo fiscal Barclays Group US Inc. (BGUS)	1.588	1.449	-	-
Sucursal do Barclays Bank PLC nos E.U. (Sucursal dos E.U.)	1.591	1.362	1.591	1.362
Grupo Fiscal do Reino Unido	461	1.171	243	1.151
Grupo Fiscal Espanhol	54	353	54	66
Outros	436	472	191	157
Ativos por impostos diferidos	4.130	4.807	2.079	2.736
Passivo por imposto diferido	(255)	(348)	(13)	(176)
Impostos diferidos líquidos	3.875	4.459	2.066	2.560

#### Ativos por impostos diferidos nos E.U. no BGUS e na Sucursal dos E.U.

Os ativos por impostos diferidos no BGUS de 1.588 M€ (2013: 1.449 M€) inclui 348 M€ (2013: 156 M€) referentes a prejuízos fiscais e os ativos por impostos diferidos na Sucursal dos E.U. de 1.591 M€ (2013: 1.362 M€) incluem 479 M€ (2013: 408 M€) referentes a prejuízos fiscais. De acordo com as regras de taxação dos E.U., as perdas podem ser prolongadas e compensadas com lucros por um período de 20 anos. O prejuízo ocorreu pela primeira vez em 2007 e, deste modo, quaisquer quantias não usadas podem começar a expirar em 2028. Os saldos remanescentes estão principalmente associados a diferenças temporárias para as quais não existe um limite temporal para recuperação. Os ativos por impostos diferidos da Sucursal dos E.U. são declarados líquidos à luz de uma medição do imposto do Reino Unido, já que o Barclays Bank PLC está sujeito ao imposto do Reino Unido no que toca aos lucros das suas sucursais fora do Reino Unido.

Prevê-se que os prejuízos fiscais no BGUS estejam integralmente utilizados em 2016 e os prejuízos na Sucursal dos E.U. em 2018. Uma redução de 20% nos lucros previstos, tanto no BGUS como na Sucursal dos E.U., não prolongaria o período de recuperação.

#### Ativos por impostos diferidos do Grupo Fiscal do Reino Unido

Os ativos por imposto diferido no grupo fiscal do Reino Unido de 461 M€ (2013: 1.171 M€) incluem 245 M€ (2013: 499 M€) referente a prejuízos e créditos fiscais. Os prejuízos e créditos fiscais podem ser transportados indefinidamente no Reino Unido. O saldo restante relaciona-se com outras diferenças temporárias. Com base em previsões de lucro, é provável que existam lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais as diferenças, prejuízos e créditos fiscais temporários sejam usados.

#### Ativos por impostos diferidos do Grupo Fiscal Espanhol

A redução de 54 M€ (2013: 353 M€) reflete uma reclassificação dos ativos por impostos diferidos referentes ao negócio espanhol detido para venda. Os ativos por impostos diferidos remanescentes referem-se a negócios detidos e não dependem da rentabilidade futura.

#### Outros ativos por imposto diferido

Os ativos por impostos diferidos de 436 M€ (2013: 472 M€) em outras entidades no Grupo incluem 243 M€ (2013: 172 M€) relativos a prejuízos fiscais transportados.

# Notas às demonstrações financeiras

## Desempenho

Dos ativos por imposto diferido de 436 M€ (2013: 472 M€), o valor de 140 M€ (2013: 114 M€) é respeitante a entidades que sofreram uma perda no ano corrente ou no ano anterior. O reconhecimento baseia-se na previsão dos lucros que indicam que é provável que as entidades competentes terão lucro tributável contra o qual as diferenças temporárias podem ser utilizadas.

A tabela abaixo mostra os movimentos nos passivos e ativos por impostos diferidos durante o ano. Os montantes diferem dos divulgados na folha de balanço conforme apresentados antes dos balanços de ativos e passivos de compensação onde existe o direito legal de compensação e a intenção de os liquidar numa base líquida.

O Grupo	Diferenças de duração de ativos fixos	Investimentos disponíveis para venda	Coberturas de fluxo de caixa	Ativos de benefícios de reforma	Provisões por imparidade de empréstimos	Outros	Prejuízo fiscal transposto	Pagamentos com base em ações e compensação		Total
	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	deferida	Outros	
Ativos	1.525	53	5	490	376	360	1.235	762	1.103	5.909
Passivos	(761)	(61)	(87)	(9)	-	-	-	-	(532)	(1.450)
A 1 de janeiro de 2014	764	(8)	(82)	481	376	360	1.235	762	571	4.459
Demonstração financeira	172	84	(1)	(54)	70	(87)	(4)	(40)	(174)	(26)
Outros rendimentos integrais	-	(104)	(380)	(63)	-	-	-	(10)	(6)	(563)
Outros movimentos	51	11	(4)	(43)	(270)	(40)	76	17	199	5
	987	(17)	(459)	321	176	233	1.315	729	590	3.875
Ativos	1.542	18	5	321	176	233	1.315	729	951	5.290
Passivos	(555)	(35)	(464)	-	-	-	-	-	(361)	(1.415)
A 31 de dezembro de 2014	987	(17)	(459)	321	176	233	1.315	729	590	3.875
Ativos	158	61	53	542	457	105	1.636	858	1.186	5.056
Passivos	(225)	(67)	(714)	(1)	-	-	-	-	(831)	(1.838)
A 1 de janeiro de 2013	(67)	(6)	(661)	541	457	105	1.636	858	355	3.218
Demonstração financeira	904	(12)	-	(66)	(74)	270	(400)	(45)	33	610
Outros rendimentos integrais	-	(17)	571	(5)	-	-	122	(33)	(1)	637
Outros movimentos	(73)	27	8	11	(7)	(15)	(123)	(18)	184	(6)
	764	(8)	(82)	481	376	360	1.235	762	571	4.459
Ativos	1.525	53	5	490	376	360	1.235	762	1.103	5.909
Passivos	(761)	(61)	(87)	(9)	-	-	-	-	(532)	(1.450)
A 31 de dezembro de 2013	764	(8)	(82)	481	376	360	1.235	762	571	4.459

O Banco	Diferenças de duração de ativos fixos	Investimentos disponíveis para venda	Coberturas de fluxo de caixa	Ativos de benefícios de reforma	Provisões por imparidade de empréstimos	Outros	Prejuízo fiscal transportado	Pagamentos com base em ações e compensação		Total
								deferida	Outros	
	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	
Ativos	1.462	8	5	412	162	45	973	64	346	3.477
Passivos	(665)	(22)	(72)	(12)	-	-	-	-	(146)	(917)
A 1 de janeiro de 2014	797	(14)	(67)	400	162	45	973	64	200	2.560
Demonstração financeira	81	101	-	(45)	(33)	15	(172)	14	(17)	(56)
Outros rendimentos integrais	-	(93)	(382)	(98)	-	-	-	(1)	(6)	(580)
Outros movimentos	44	-	(2)	(1)	(10)	2	34	(1)	76	142
	922	(6)	(451)	256	119	62	835	76	253	2.066
Ativos	1.259	1	5	256	119	62	835	76	521	3.134
Passivos	(337)	(7)	(456)	-	-	-	-	-	(268)	(1.068)
A 31 de dezembro de 2014	922	(6)	(451)	256	119	62	835	76	253	2.066
Ativos	89	11	54	416	216	22	1.355	105	305	2.573
Passivos	(64)	(28)	(644)	-	-	-	-	-	(252)	(988)
A 1 de janeiro de 2013	25	(17)	(590)	416	216	22	1.355	105	53	1.585
Demonstração financeira	844	2	-	(46)	(51)	13	(245)	(31)	(151)	335
Outros rendimentos integrais	-	-	523	31	-	-	122	(6)	(4)	666
Outros movimentos	(72)	1	-	(1)	(3)	10	(259)	(4)	302	(26)
	797	(14)	(67)	400	162	45	973	64	200	2.560
Ativos	1.462	8	5	412	162	45	973	64	346	3.477
Passivos	(665)	(22)	(72)	(12)	-	-	-	-	(146)	(917)
A 31 de dezembro de 2013	797	(14)	(67)	400	162	45	973	64	200	2.560

Outros movimentos incluem montantes por impostos diferidos relativos a aquisições, alienações, ganhos cambiais e prejuízos.

O montante do passivo por impostos diferidos que deverá ser liquidado após mais de 12 meses é de 1.123 M€ (2013: 916 M€) para o Grupo e para o Banco é de 649 M€ (2013: 776 M€). O montante do passivo por impostos diferidos que deverá ser liquidado após mais de 12 meses é de 4.845 M€ (2013: 4.943 M€) para o Grupo e para o Banco é de 2.859 M€ (2013: 3.024 M€). Estes montantes são antes balanços de ativos e passivos de compensação onde existe o direito legal de compensação e uma intenção de os liquidar numa base líquida.

#### Impostos diferidos não reconhecidos

Os ativos por impostos diferidos não foram reconhecidos pelo Grupo relativamente a diferenças temporárias dedutíveis brutas de 2.332 M€ (2013: 1.096 M€), e prejuízos fiscais brutos de 9.764 M€ (2013: 10.897 M€), o que inclui perdas de capital de 3.522 M€ (2013: 3.465 M€) e créditos fiscais não utilizados de 405 M€ (2013: 245 M€). Os prejuízos fiscais de 341 M€ (2013: 245 M€) expiram dentro de 5 anos, 18 M€ (2013: 93 M€) expiram dentro de 6 a 10 anos, 812 M€ (2013: 1.043 M€) expiram dentro de 11 a 20 anos e 8.593 M€ (2013: 9.516 M€) podem ser transportados indefinidamente. Os ativos por impostos diferidos não foram reconhecidos a respeito destes itens porque não é provável que os ganhos e os prejuízos tributáveis futuros sejam avaliados através de benefícios que podem ser utilizados pelo Grupo.

Os ativos por impostos diferidos não foram reconhecidos pelo Grupo relativamente a diferenças temporárias dedutíveis brutas de 2.091 M€ (2013: 483 £) e prejuízos fiscais brutos de 4.557 M€ (2013: 4.231 M€), o que inclui prejuízos de capital de 3.521 M€ (2013: 3.144 M€) e créditos fiscais não utilizados de 402 M€ (2013: 211 M€). As perdas fiscais de 231 M€ (2013: 111 £) expiram dentro de 5 anos, 7 M€ (2013: zero £) expiram dentro de 6 a 10 anos, 798 M€ (2013: 940 M€) expiram dentro de 11 a 20 anos e 3.521 M€ (2013: 3.179 M€) podem ser transportados indefinidamente. Os ativos por impostos diferidos não foram reconhecidos a respeito destes itens porque não é provável que os ganhos e os prejuízos tributáveis futuros sejam avaliados através de benefícios que podem ser utilizados pelo Grupo.

O imposto diferido não é reconhecido relativamente aos investimentos do Grupo em subsidiárias, filiais e entidades associadas onde o Grupo consegue controlar a duração do estorno de diferenças temporárias dedutíveis e é provável que estas diferenças não sejam revertidas num futuro previsível. Não é possível determinar o valor de impostos sobre os rendimentos que seriam pagos no caso de estorno destas diferenças temporárias.

# Notas às demonstrações financeiras

## Desempenho

### Previsões e raciocínios contabilísticos de importância crítica

O Grupo está sujeito a impostos sobre os rendimentos em várias jurisdições e os cálculos da carga fiscal do Grupo e as provisões mundiais para impostos sobre rendimentos envolvem necessariamente um nível de estimativa e fundamentação. Há muitas transações e cálculos para os quais o tratamento fiscal recente é incerto e não pode ser determinado até ter sido alcançada uma resolução com a autoridade fiscal relevante. O Grupo tem uma série de retornos fiscais em aberto com várias autoridades tributárias com as quais estamos em conversação ativa. O passivo relacionado com estas questões em aberto e sujeitas a decisão baseia-se em estimativas se impostos adicionais serão devidos após se ter em conta o aconselhamento externo contabilístico sempre que apropriado. Quando os resultados de impostos finais destas questões forem diferentes dos montantes que foram inicialmente registados, essas diferenças terão impacto nos ativos e passivos por impostos diferidos e atuais no período dentro do qual essa determinação é feita. Estes riscos são geridos de acordo com a Estrutura de Riscos Principais Fiscais do Grupo.

Os ativos por impostos diferidos foram reconhecidos com base em previsões de lucro empresarial. São disponibilizadas mais informações sobre os ativos por imposto diferido nas páginas 177-179, na secção de ativos e passivos por impostos diferidos desta nota tributária.

### 11 Dividendos de ações ordinárias

Os dividendos ordinários foram pagos para permitir ao Barclays PLC financiar os dividendos aos seus acionistas.

As demonstrações financeiras de 2014 incluem 821 M€ (2013: 734 M€) de dividendos pagos. Isto inclui o dividendo final declarado relativamente a 2013 de 512 M€ (2013: 373 M€) e os dividendos intercalares de 309 M€ (2013: 361 M€), resultando em dividendos intercalares de 13p (2013: 15p) por ação ordinária e um dividendo total para o ano de 35p (2013: 31p) por ação ordinária pago durante o ano.

Os dividendos pagos pelas ações preferenciais a 100 € 4,75% totalizaram 394,46 £ por ação (2013: 412,32 £). Os dividendos pagos pelas ações preferenciais a 100 € 4,875% totalizaram 385,81 £ por ação (2013: 410,72 £). Os dividendos pagos pelas ações preferenciais a 100 £ 6,0% totalizaram 600,00 £ por ação (2013: 600,00 £). Os dividendos pagos pelas ações preferenciais a 100 \$ 6,278% totalizaram 383,45 £ por ação (2013: 391,96 £). Os dividendos pagos pelas ações preferenciais a 0,25 \$ 6,625% totalizaram 1,02 £ por ação (2013: 1,06 £). Os dividendos pagos pelas ações preferenciais a 0,25 \$ 7,1% totalizaram 1,09 £ por ação (2013: 1,13 £). Os dividendos pagos pelas ações preferenciais a 0,25 \$ 7,75% totalizaram 1,19 £ por ação (2013: 1,24 £). Os dividendos pagos pelas ações preferenciais a 0,25 \$ 8,125% totalizaram 1,25 £ por ação (2013: 1,30 £).

Os dividendos pagos pelas ações preferenciais totalizaram 441 M€ (2013: 471 M€). Os dividendos pagos por outros instrumentos de capital próprio totalizaram 252 M€ (2013: 4 M€). Para mais informações sobre outros instrumentos de capital próprio, consultar a Nota 30.

# Notas às demonstrações financeiras

## Ativos e passivos detidos pelo justo valor

As notas incluídas nesta secção centram-se nos ativos e passivos detidos pelo Grupo e reconhecidos pelo justo valor. O justo valor refere-se ao valor que seria recebido para vender um ativo ou o valor que teria de ser pago para transferir um passivo numa transação em pé de igualdade, com uma contraparte disposta, que pode ser um preço de mercado observável, ou quando não existe um preço cotado para o instrumento, pode ser estimado com base em dados de mercado disponíveis. Os detalhes relativos à abordagem do Grupo na gestão do risco de mercado podem ser encontrados nas páginas 51 a 52.

### 12 Carteira de negociação

#### Contabilização de ativos e passivos de carteiras de negociação

De acordo com a IAS 39, todos os ativos e passivos detidos para fins de exploração são mantidos num justo valor e os ganhos e perdas nas alterações do justo valor são colocados no mapa dos resultados do exercício no rendimento de atividade comercial (Nota 5).

	O Grupo		O Banco	
	2014	2013	2014	2013
	ME	ME	ME	ME
Títulos de dívida e outras contas admissíveis	66.035	84.580	39.406	54.402
Títulos de capital próprio	44.576	42.659	5.640	6.077
Empréstimos negociados	2.693	1.647	2.692	1.647
Produtos de Base	1.451	4.203	1.338	4.086
<b>Ativos da carteira de negociação</b>	<b>114.755</b>	<b>133.089</b>	<b>49.076</b>	<b>66.212</b>
Títulos de dívida e outras contas admissíveis	(28.739)	(40.445)	(17.028)	(26.084)
Títulos de capital próprio	(16.022)	(12.947)	(8.522)	(2.837)
Produtos de Base	(363)	(72)	(360)	(69)
<b>Passivo de carteiras de negociação</b>	<b>(45.124)</b>	<b>(53.464)</b>	<b>(25.910)</b>	<b>(28.990)</b>

### 13 Ativos financeiros designados pelo justo valor

#### Contabilização de ativos financeiros designados pelo justo valor

De acordo com a IAS 39, os passivos financeiros podem ser designados pelo justo valor, com os ganhos e prejuízos colocados nos juros de demonstração líquidos na demonstração financeira (Nota 5) e nos rendimentos de capital líquido (Nota 6). O Grupo tem a capacidade de efetuar a designação de justo valor quando a detenção de instrumentos pelo justo valor reduz uma disparidade contabilística (causada por um passivo ou ativo de compensação mantido pelo justo valor), ou é gerido pelo Grupo na base do seu justo valor ou inclui termos que apresentam características derivativas substanciais (Nota 14

Os detalhes sobre como é calculado o montante do justo valor para ativos financeiros designados no justo valor são descritos em Justo valor de ativos e passivos. (Nota 17).

Empréstimos e adiantamentos	20.198	18.695	23.541	18.338
Garantias de dívida	4.448	842	13.729	58.059
Títulos de capital próprio	6.306	11.824	3	28
Acordos de revenda invertida	5.236	5.323	3.324	3.709
Ativos do cliente detidos nos termos de contratos de investimento	1.643	1.606	-	-
Outros ativos financeiros	469	678	270	487
<b>Ativos financeiros designados pelo justo valor</b>	<b>38.300</b>	<b>38.968</b>	<b>40.867</b>	<b>80.621</b>

# Notas às demonstrações financeiras

## Ativos e passivos detidos pelo justo

### Risco de crédito de empréstimos e adiantamentos detidos pelo justo valor e derivados de crédito relacionados.

A tabela seguinte mostra a exposição máxima ao risco de crédito, as alterações no justo valor devidas ao risco de crédito e as alterações cumulativas no justo valor desde o reconhecimento inicial, juntamente com o valor pelo qual os derivados de crédito atenuaram este risco:

	O Grupo						O Banco					
	Exposição máxima a 31 de Dezembro		no justo valor durante o ano		Alterações cumulativas no justo valor desde o início		Exposição máxima a 31 de Dezembro		Alterações cumulativas no justo valor durante o ano		Alterações cumulativas no justo valor desde o início	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€
Empréstimos e adiantamentos designados pelo justo valor atribuíveis ao risco de crédito	20.198	18.695	(112)	158	(828)	(511)	23.541	18.338	(109)	84	(811)	(384)
	359	268	-	(14)	18	131	359	268	-	(14)	18	131

#### Nota

4 Os saldos de 2013 foram revistos para melhor refletir as divulgações de risco de crédito referentes a empréstimos e adiantamentos designados pelo justo valor e derivados de crédito.

### 14 Instrumentos Financeiros Derivados

#### Contabilização de derivativos

Os instrumentos financeiros derivados são contratos cujo valor deriva de um ou mais instrumentos ou índices financeiros subjacentes definidos no contrato. Estes incluem swaps, acordos de taxas futuras, operações a prazo, opções e combinações destes instrumentos e afetam essencialmente o rendimento líquido dos juros, o rendimento líquido de honorários e comissões e os ativos e passivos do Grupo. Os montantes nominais dos contratos não são registados na folha de balanço.

O Grupo aplica a IAS 39. Todos os instrumentos derivados são detidos pelo valor justo através dos lucros e perdas. Os derivativos são classificados como ativos quando o respetivo justo valor é positivo ou como passivos quando o respetivo justo valor é negativo. Isto inclui os termos incluídos num contrato ou outro ativo ou passivo financeiro (o original) que, sendo um contrato autónomo, estaria em conformidade com a definição de um derivado. Estes são separados do original e contabilizados da mesma forma como um derivado.

#### Contabilização de cobertura.

O Grupo aplica a contabilização de cobertura para representar, ao máximo possível permitido nos termos das normas de contabilidade, os efeitos económicos das estratégias de gestão de risco de moedas e juros. Os derivativos são utilizados como cobertura a exposições da taxa de juro, taxa de câmbio, mercadorias, e capital próprio e a exposições a determinados índices, como os índices de preço nacionais e os índices dos preços de retalho relacionados com as posições não exploratórias. Quando os derivativos são mantidos para fins de gestão de risco, e quando as transações vão ao encontro dos critérios necessários, o Grupo aplica a contabilidade de cobertura do valor justo, a contabilidade de cobertura do fluxo de fundos ou a cobertura de um investimento líquido numa operação cambial, conforme apropriado para os riscos que estão a ser cobertos.

#### Contabilização da cobertura do justo valor

As alterações no justo valor dos derivativos que são qualificados e designados como cobertura pelo justo valor são registados na demonstração financeira, juntamente com as alterações no justo valor do ativo ou passivo coberto atribuível ao risco coberto. As alterações no justo valor ajustam o valor contabilístico do ativo ou do passivo coberto detidos como custos amortizados.

Se o relacionamento de cobertura deixar de estar em conformidade com os critérios de uma contabilização de cobertura, ele é descontinuado. Para as coberturas de valor justo do risco da taxa de juros, o ajustamento do valor justo ao item coberto é amortizado na demonstração financeira ao longo do período até ao vencimento do relacionamento de cobertura designado previamente utilizando método do juro real. Se o item coberto for vendido ou reembolsado, o ajustamento do justo valor não amortizado é reconhecido imediatamente na demonstração financeira.

#### Contabilização de cobertura de fluxos de caixa

Para qualificar as coberturas de fluxos de caixa, o justo valor de lucros ou prejuízos associados à porção efetiva de coberturas de fluxos de caixa são reconhecidos inicialmente no capital próprio dos acionistas, e reciclado na demonstração financeira em períodos em que o item coberto vai afetar o lucro ou prejuízo. Qualquer porção ineficaz de lucros ou prejuízos no instrumento coberto é reconhecido imediatamente na demonstração financeira.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando uma cobertura deixa de estar em conformidade com os critérios de contabilização de cobertura, qualquer ganho ou prejuízo cumulativo existente no capital próprio nessa altura permanece no capital próprio e é reconhecido quando o item de cobertura é efetivamente reconhecido na demonstração financeira. Quando já não se espera que ocorra uma transação prevista, o ganho ou prejuízo cumulativo que foi reconhecido no capital próprio é imediatamente transferido para a demonstração financeira.

### Coberturas de investimentos líquidos

Os investimentos líquidos do Grupo em operações externas, incluindo itens monetários contabilizados como parte do investimento líquido, são cobertos para riscos de moeda estrangeira utilizando os derivativos e empréstimos da moeda estrangeira. A cobertura de investimentos líquidos é contabilizada para coberturas de fluxo de caixa semelhantes; a porção efetiva de ganhos ou prejuízos no instrumento coberto é reconhecida diretamente noutros rendimentos integrais e a porção ineficaz é imediatamente reconhecida na demonstração financeira. Os ganhos ou prejuízos cumulativos reconhecidos noutros rendimentos integrais são reconhecidos na demonstração financeira na alienação ou alienação parcial de uma operação estrangeira, ou outras reduções no investimento do Grupo na operação.

### Derivativos de produtos de base

Os principais contratos derivativos do Grupo relacionados com produtos de base são swaps, opções, contratos a prazo e futuros. Os principais produtos de base são metais base, metais preciosos, petróleo e derivativos de petróleo, energia e gás natural.

A posição total dos ativos e passivos derivativos do Grupo tal como reportada no balanço é a seguinte:

	O Grupo			O Banco		
	Valor	Justo valor		Valor	Justo valor	
	do contrato	Ativos	Passivos	do contrato	Ativos	Passivos
	nocional	nocional	nocional	nocional	nocional	nocional
	M€	M€	M€	M€	M€	M€
Ano findo a 31 de dezembro de 2014						
Total de ativos/(passivos) derivativos detidos para negociação	32.624.342	438.437	(438.623)	29.212.188	424.979	(419.048)
Total de ativos/(passivos) derivativos detidos para gestão de risco	268.448	1.639	(697)	269.235	1.586	(557)
<b>Ativos/(passivos) derivativos</b>	<b>32.892.790</b>	<b>440.076</b>	<b>(439.320)</b>	<b>29.481.423</b>	<b>426.565</b>	<b>(419.605)</b>
Ano findo a 31 de dezembro de 2013						
Total de ativos/(passivos) derivativos detidos para negociação	41.983.266	347.715	(345.845)	39.019.755	342.879	(334.090)
Total de ativos/(passivos) derivativos detidos para gestão de risco	303.645	2.745	(1.273)	277.202	2.555	(1.133)
<b>Ativos/(passivos) derivativos</b>	<b>42.286.911</b>	<b>350.460</b>	<b>(347.118)</b>	<b>39.296.957</b>	<b>345.434</b>	<b>(335.223)</b>

O justo valor dos ativos de derivativo aumentaram 26% para 440 mM€ em resultado do aumento nos derivativos de taxas de juro de 78 mM€, refletindo uma redução nas curvas ascendentes das principais taxas de juros e um aumento nos derivativos de moeda estrangeira de 14 mM€ devido ao fortalecimento do USD face às moedas principais. Mais informações sobre a liquidez de instrumentos financeiros derivativos na Nota 18 Compensação de Ativos Financeiros e Passivos Financeiros.

Os objetivos e políticas do Grupo acerca da gestão de riscos que decorrem conjuntamente com os derivativos, incluindo as políticas de coberturas, estão discutidos no Pilar 3 do Barclays PLC, na página 135. Os derivativos de atividades comerciais são geridos dentro das políticas de gestão de risco de mercado do Grupo, que estão descritas nas páginas 51 a 52.

# Notas às demonstrações financeiras

## Ativos e passivos detidos pelo justo

Os justos valores e montantes nominais dos instrumentos derivativos detidos para negociação são apresentados na tabela seguinte:

Derivativos detidos para negociação	O Grupo			O Banco		
	Montante nominal contratual	Justo valor		Montante nominal contratual	Justo valor	
		Ativos	Passivos		Ativos	Passivos
	M€	M€	M€	M€	M€	M€
Ano findo a 31 de dezembro de 2014						
Derivativos cambiais						
Contratos a prazo de divisas	1.684.832	31.883	(34.611)	1.662.324	31.678	(34.412)
Swaps de divisas	1.109.795	32.209	(33.919)	1.099.070	31.885	(33.675)
Opções OTC compradas e vendidas	895.226	10.267	(10.665)	894.788	10.250	(10.664)
Derivativos OTC						
Derivativos cambiais compensados pela central central	11.382	56	(70)	11.382	56	(70)
Futuros negociáveis e opções – comprados e vendidos	57.623	18	(16)	45.667	2	-
Derivativos cambiais	3.758.858	74.433	(79.281)	3.713.231	73.871	(78.821)
Derivativos de taxas de juros						
Swaps de taxa de juros	5.779.015	209.962	(200.096)	4.388.455	201.146	(193.068)
Acordos de taxa futura	467.812	794	(722)	297.929	534	(456)
Opções OTC compradas e vendidas	3.083.200	67.039	(67.575)	3.081.637	67.037	(67.684)
Derivativos OTC						
Derivados de taxa de juros apuradas pela contraparte central	15.030.090	30.166	(31.152)	11.843.506	2.177	(3.177)
Futuros negociáveis e opções – comprados e vendidos	2.210.602	382	(336)	1.042.157	10	(8)
Derivativos de taxas de juros	26.570.719	308.343	(299.881)	20.653.684	270.904	(264.393)
Derivativos de crédito						
Swaps OTC	896.386	19.031	(17.825)	822.644	17.864	(16.684)
Derivativos de crédito compensados pela contraparte	287.577	4.643	(4.542)	211.721	3.479	(3.483)
Derivativos de crédito	1.183.963	23.674	(22.367)	1.034.365	21.343	(20.167)
Derivativos de ações e índices de ações						
Opções OTC compradas e vendidas	67.151	6.461	(9.517)	66.374	6.444	(9.387)
Swaps e futuros sobre ações	102.663	1.823	(3.532)	92.341	1.449	(2.355)
Derivativos OTC						
Futuros negociáveis e opções – comprados e vendidos	490.960	6.560	(6.542)	131.477	707	(1.000)
Derivativos de ações e índices de ações	660.774	14.844	(19.591)	290.192	8.600	(12.742)
Derivativos de produtos de base						
Opções OTC compradas e vendidas	38.196	1.592	(1.227)	38.165	1.591	(1.227)
Swaps e futuros sobre mercadorias	61.639	7.985	(8.175)	61.542	7.971	(8.173)
Derivativos OTC						
Futuros negociáveis e opções – comprados e vendidos	350.193	7.566	(8.101)	149.780	4.066	(4.286)
Derivativos de produtos de base	450.028	17.143	(17.503)	249.487	13.628	(13.686)
Derivativos com filiais	-	-	-	3.271.229	36.633	(29.239)
Ativos/(passivos) derivativos detidos para	32.624.342	438.437	(438.623)	29.212.188	424.979	(419.048)
Total derivativos OTC detidos para negociação						
Total de derivados apurados pela contraparte central para negociação	15.329.049	34.865	(35.764)	12.066.609	5.712	(6.730)
Total de derivados cambiais negociados para negociação	3.109.378	14.526	(14.995)	1.369.081	4.785	(5.294)
Derivativos com filiais detidas para negociação	-	-	-	3.271.229	36.633	(29.239)
Ativos/(passivos) derivativos detidos para	32.624.342	438.437	(438.623)	29.212.188	424.979	(419.048)

Derivativos detidos para negociação	Montante nocial contratual	O Grupo		Montante nocial contratual	O Banco	
		Justo valor			Justo valor	
		Ativos	Passivos		Ativos	Passivos
	€m	€m	€m	€m	€m	€m
Ano findo a 31 de dezembro de 2013						
Derivados cambiais						
Cambiais a prazo	2.482.144	25.504	(29.825)	2.478.116	25.467	(29.709)
Swaps de divisas	1.287.911	27.138	(27.855)	1.275.932	26.973	(27.659)
Opções OTC compradas e vendidas	815.742	6.858	(6.977)	813.707	6.826	(6.946)
Derivativos OTC	4.585.797	59.500	(64.657)	4.567.755	59.266	(64.314)
Derivativos cambiais compensados pela contraparte central	3.368	35	(33)	3.368	-	-
Futuros negociáveis e opções – comprados e vendidos	47.863	70	(75)	43.792	58	(59)
Derivados cambiais	4.637.028	59.0605	(64.765)	4.614.915	59.324	(64.373)
Derivativos de taxas de juros						
Swaps de taxa de juros	7.497.699	168.480	(155.883)	6.051.311	163.118	(149.749)
Acordos de taxa futura	601.123	750	(719)	454.890	550	(516)
Opções OTC compradas e vendidas	3.909.340	49.827	(50.087)	3.907.163	49.807	(50.083)
Derivativos OTC	12.008.162	219.057	(206.689)	10.413.364	213.475	(200.348)
Derivados de taxa de juros apuradas pela contraparte central	21.377.621	9.608	(9.178)	19.048.223	977	(899)
Futuros negociáveis e opções – comprados e vendidos	1.320.840	1.462	(1.459)	930.630	1.109	(1.154)
Derivativos de taxas de juros	34.706.623	230.127	(217.326)	30.392.217	215.561	(202.401)
Derivativos de crédito						
Swaps OTC	1.270.020	22.907	(22.890)	1.206.143	21.822	(21.386)
Derivativos de crédito compensados pela contraparte	306.164	4.603	(4.178)	231.418	2.883	(3.026)
Derivativos de crédito	1.576.184	27.510	(27.068)	1.437.561	24.705	(24.412)
Derivativos de ações e índices de ações						
Opções OTC compradas e vendidas	76.145	7.880	(11.227)	73.212	7.867	(11.027)
Swaps e futuros sobre ações	86.497	3.925	(5.271)	75.161	1.777	(2.339)
Derivativos OTC	162.642	11.805	(16.498)	148.373	9.644	(13.366)
Futuros negociáveis e opções – comprados e vendidos	335.773	4.481	(5.532)	113.980	162	(406)
Derivativos de ações e índices de ações	498.415	16.286	(22.030)	262.353	9.806	(13.772)
Derivativos de produtos de base						
Opções OTC compradas e vendidas	62.564	1.527	(1.369)	62.234	1.519	(1.366)
Swaps e futuros sobre mercadorias	141.287	8.570	(8.813)	141.199	8.567	(8.803)
Derivativos OTC	203.851	10.097	(10.182)	203.433	10.086	(10.169)
Futuros negociáveis e opções – comprados e vendidos	361.165	4.090	(4.474)	237.871	2.989	(3.127)
Derivativos de produtos de base	565.016	14.187	(14.656)	441.304	13.075	(13.296)
Derivativos com filiais	-	-	-	1.871.405	20.408	(15.836)
Ativos/(passivos) derivativos detidos para negociação	41.983.266	347.715	(345.845)	39.019.755	342.879	(334.090)
Total derivativos OTC detidos para negociação						
Total derivativos compensados pela contraparte central detidos para negociação	21.687.153	14.246	(13.389)	19.283.009	3.860	(3.925)
Total de derivados cambiais negociados para negociação	2.065.641	10.103	(11.540)	1.326.273	4.318	(4.746)
Derivativos com filiais detidas para negociação	-	-	-	1.871.405	20.408	(15.836)
Ativos/(passivos) derivativos detidos para negociação	41.983.266	347.715	(345.845)	39.019.755	342.879	(334.090)

# Notas às demonstrações financeiras

## Ativos e passivos detidos pelo justo valor

Os justos valores e os valores nominais dos instrumentos derivativos detidos para gestão de risco são apresentados na tabela seguinte:

Derivativos detidos para a gestão de risco	O Grupo			O Banco		
	Montante nominal contratual	Justo valor		Montant e montante	Justo valor	
		Ativos contratual	Passivo		Ativos	Passivos
	£m	£m	£m	£m	£m	£m
Ano findo a 31 de dezembro de 2014						
Derivativos designados de coberturas de fluxos de						
Swaps de taxa de juros	19.218	223	(60)	10.783	145	(34)
Cambiais a prazo	930	17	-	930	17	-
Derivados de taxa de juros apuradas pela contraparte	82.550	-	-	82.550	-	-
<b>Derivativos designados de coberturas de fluxos de</b>	<b>102.698</b>	<b>240</b>	<b>(60)</b>	<b>94.263</b>	<b>162</b>	<b>(34)</b>
Derivativos designados como coberturas de justo valor						
Swaps de taxa de juros	27.345	1.379	(590)	24.024	1.314	(476)
Derivados de taxa de juros apuradas pela contraparte	135.553	-	-	135.553	-	-
<b>Derivativos designados como coberturas de justo valor</b>	<b>162.898</b>	<b>1.379</b>	<b>(590)</b>	<b>159.577</b>	<b>1.314</b>	<b>(476)</b>
Derivativos designados como coberturas de investimentos líquidos	2.852	20	(47)	2.852	20	(47)
Derivativos designados como coberturas de	2.852	20	(47)	2.852	20	(47)
Derivativos com filiais	-	-	-	12.543	90	-
<b>Ativos/(passivos) derivativos detidos para gestão de</b>	<b>268.448</b>	<b>1.639</b>	<b>(697)</b>	<b>269.235</b>	<b>1.586</b>	<b>(557)</b>
Total de derivados OTC detidos para a gestão de risco	50.345	1.639	(697)	38.589	1.496	(557)
Total de derivativos compensados pela contraparte central gestão de risco	218.103	-	-	218.103	-	-
Derivados com filiais detidas para gestão de risco	-	-	-	12.543	90	-
<b>Ativos/(passivos) derivativos detidos para gestão de</b>	<b>268.448</b>	<b>1.639</b>	<b>(697)</b>	<b>269.235</b>	<b>1.586</b>	<b>(557)</b>
Ano findo a 31 de dezembro de 2013						
Derivativos designados de coberturas de fluxos de caixa						
Swaps de taxa de juros	74.854	844	(484)	56.909	754	(455)
Cambiais a prazo	851	55	(16)	851	55	(16)
Derivados de taxa de juros apuradas pela contraparte	85.104	-	-	85.104	-	-
<b>Derivativos designados de coberturas de fluxos de caixa</b>	<b>160.809</b>	<b>899</b>	<b>(500)</b>	<b>142.864</b>	<b>809</b>	<b>(471)</b>
Derivativos designados como coberturas de justo valor						
Swaps de taxa de juros	39.964	1.278	(752)	31.466	1.178	(641)
Derivados de taxa de juros apuradas pela contraparte	83.495	-	-	83.495	-	-
<b>Derivativos designados como coberturas de justo valor</b>	<b>123.459</b>	<b>1.278</b>	<b>(752)</b>	<b>114.961</b>	<b>1.178</b>	<b>(641)</b>
Derivativos designados como coberturas de						
Cambiais a prazo	19.377	568	(21)	19.377	568	(21)
Derivativos designados como coberturas de	19.377	568	(21)	19.377	568	(21)
<b>Ativos/(passivos) derivativos detidos para gestão de</b>	<b>303.645</b>	<b>2.745</b>	<b>(1.273)</b>	<b>277.202</b>	<b>2.555</b>	<b>(1.133)</b>
Total de derivados OTC detidos para a gestão de risco	135.046	2.745	(1.273)	108.603	2.555	(1.133)
Total de derivativos compensados pela contraparte central detidos para gestão de risco	168.599	-	-	168.599	-	-
<b>Ativos/(passivos) derivativos detidos para gestão de</b>	<b>303.645</b>	<b>2.745</b>	<b>(1.273)</b>	<b>277.202</b>	<b>2.555</b>	<b>(1.133)</b>

O Grupo cobriu a seguinte previsão dos fluxos de caixa que variam principalmente com as taxas de juro. Espera-se que estes fluxos de caixa tenham impacto na demonstração de resultados, nos períodos seguintes, excluindo quaisquer ajustamentos de cobertura que possam ser aplicados:

	Total £m	Até um ano £m	Entre um a dois anos £m	Entre dois a três anos £m	Entre três a quatro anos £m	Entre quatro a cinco anos £m	Mais de cinco anos £m
<b>2014</b>							
<b>O Grupo</b>							
Previsão de fluxos de caixa a receber	4.277	308	491	695	729	651	1.403
Previsão de fluxos de caixa a pagar	972	178	770	10	7	(4)	3
<b>O Banco</b>							
Previsão de fluxos de caixa a receber	4.197	252	476	689	727	650	1.403
Previsão de fluxos de caixa a pagar	926	165	761	-	-	-	-
<b>2013</b>							
<b>O Grupo</b>							
Previsão de fluxos de caixa a receber	6.438	367	500	904	1.126	1.135	2.406
Previsão de fluxos de caixa a pagar	1.095	231	128	701	12	14	9
<b>O Banco</b>							
Previsão de fluxos de caixa a receber	6.294	268	487	880	1.122	1.134	2.403
Previsão de fluxos de caixa a pagar	1.028	221	111	696	-	-	-

<b>Montantes reconhecidos no rendimento líquido</b>	<b>O Grupo</b> £m	<b>O Banco</b> £m
<b>Ano findo a 31 de dezembro de 2014</b>		
Ganhos em itens cobertos atribuíveis ao risco coberto	2.610	2.666
Perdas em instrumentos de cobertura	(2.797)	(2.824)
Ineficácia do justo valor	(187)	(158)
Ineficácia da cobertura do fluxo de fundos	41	50
<b>Ano findo a 31 de dezembro de 2013</b>		
Perdas em itens cobertos atribuíveis ao risco coberto	(591)	(512)
Ganhos em instrumentos cobertos	773	662
Ineficácia do justo valor	182	150
Ineficácia da cobertura do fluxo de fundos	(76)	(62)

Todos os ganhos ou perdas de derivativos destinados à cobertura de transações previstas, que já não são expectáveis, têm sido reciclados para a demonstração de resultados.

Ganhos e perdas transferidas da reserva de cobertura do fluxo de caixa do Grupo para a demonstração de resultados incluía um ganho de M£52 (2013: M£66m de ganhos) transferido para rendimento de juros; um ganho de M£778 (2013: M£554 de ganhos) para rendimento de juros; uma perda de M£15 (2013: M£44 de perdas) para resultado comercial líquido; zero (2013: M£5 de perdas) para despesas administrativas e gerais; e uma perda de M£78 (2013: M£62m de perdas) para impostos; e para O Banco para a demonstração de resultados incluía £0 (2013: £0) transferidos para rendimento de juros; um ganho de M£775 (2013: M£553 de ganho) para despesas de juros; uma perda de M£11 (2013: M£44 de perdas) para resultados líquidos comerciais; £0 (2013: £0) para despesas administrativas e gerais; e £0 (2013: £0) para impostos.

# Notas às demonstrações financeiras

## Ativos e passivos detidos ao justo valor

### 15 Ativos financeiros disponíveis para venda

#### Contabilização de ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são detidos ao justo valor, sendo os ganhos e perdas incluídos em outros rendimentos abrangentes. O Grupo usa esta classificação para ativos que não sejam derivados nem sejam detidos com o propósito de serem negociados ou que sejam contabilizados pelo justo valor através de resultados, ou a custo amortizado. Os dividendos e juros (calculados de acordo com o método de juros efetivos) são reconhecidos na demonstração de resultados como resultados financeiros líquidos (Nota 3) ou como rendimento líquido de investimentos (Nota 6). Na alienação, o ganho ou perda cumulativos reconhecidos noutros rendimentos abrangentes são igualmente incluídos no rendimento líquido de investimentos.

	Grupo		Banco	
	2014	2013	2014	2013
	ME	ME	ME	ME
Títulos de dívida e outros títulos elegíveis	85 552	91 298	78 364	82 052
Títulos de capital próprio	553	490	226	220
<b>Investimentos disponíveis para venda</b>	<b>86 105</b>	<b>91 788</b>	<b>78 590</b>	<b>82 272</b>

#### Principais estimativas e critérios contabilísticos

Aproximadamente 1,7mM\$ (1,1mM€) dos ativos adquiridos como parte da aquisição, em 2008, do negócio Norte-Americano do Lehman Brothers não tinham sido recebidos a 31 de dezembro de 2014. Aproximadamente 0,8mM\$ (0,5mM€) deste montante foram reconhecidos como ativo disponível para venda. Como se referiu na Nota 28, o direito do Barclays a estes ativos está sujeito aos processos jurídicos entre o administrador fiduciário SIPA do Lehman Brothers Inc. e o Barclays. Como tal, continua a existir uma subjetividade significativa na valorização deste ativo e incerteza relacionada com o resultado de recursos permanentes. O Grupo é da opinião de que a provisão real de 0,9mM\$ (0,6mM€) refletida na sua estimativa do justo valor é adequada. A valorização deste ativo será mantida permanentemente revista, à medida que os processos jurídicos avançarem.

### 16 Passivos financeiros determinados pelo justo valor

#### Contabilização de passivos designados pelo justo valor através de resultados

Em conformidade com a IAS 39, os passivos financeiros podem ser designados ao justo valor, com os ganhos e perdas levados à demonstração de resultados como rendimento líquido de negociação (Nota 5) e rendimento líquido de investimentos (Nota 6). O Grupo tem a capacidade de realizar a designação ao justo valor quando a detenção dos instrumentos ao justo valor reduzir um desfazamento contabilístico (causado pela compensação de um passivo ou ativo detido ao justo valor), ou quando é gerido pelo Grupo com base no seu justo valor, ou quando inclui termos que contém características derivadas significativas (Nota 14).

Os detalhes relativos ao modo como os montantes ao justo valor são calculados para os ativos financeiros designados ao justo valor descrevem-se no justo valor de ativos e passivos (Nota 17).

	Grupo		Banco		Grupo		Banco	
	2014		2014		2013		2013	
	Justo Valor	Montrante contratual devido no vencimento	Justo Valor	Montrante contratual devido no vencimento	Justo Valor	Montrante contratual devido no vencimento	Justo Valor	Montrante contratual devido no vencimento
	ME	ME	ME	ME	ME	ME	ME	ME
Títulos de dívida	42 395	44 910	51 338	54 518	49 244	52 306	65 949	70 557
Depósitos	7 206	7 301	6 502	6 610	8 071	9 161	6 987	8 000
Passivos perante clientes relativos a contratos de investimento	1 823	-	-	-	1 705	-	-	-
Contratos de recompra pelo justo valor	5 423	5 433	4 867	4 875	5 306	5 331	4 979	5 003
Outros passivos financeiros	125	125	9	9	470	470	11	11
<b>Passivos financeiros determinados pelo justo valor</b>	<b>56 972</b>	<b>57 769</b>	<b>62 716</b>	<b>66 012</b>	<b>64 796</b>	<b>67 268</b>	<b>77 926</b>	<b>83 571</b>

As perdas líquidas de crédito próprio cumulativas e reconhecidas são de 716M€ (2013: 800M€<sup>a</sup>).

#### Notas

a Os saldos cumulativos de crédito próprio de 2013 foram revistos, para melhor refletirem os ganhos/perdas cumulativos de crédito próprio.

## 17 Justo valor dos instrumentos

### Contabilização de ativos e passivos financeiros - ao justo valor

O Grupo aplica a IAS 39. Todos os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo justo valor à data do reconhecimento inicial e, dependendo da classificação do ativo ou do passivo, podem continuar a ser detidos pelo justo valor, quer através dos resultados ou de outro rendimento integral. O justo valor de um instrumento financeiro é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo numa transação normal entre participantes do mercado, à data da medição.

Sempre que possível, o justo valor é determinado por referência a um preço cotado no mercado para esse instrumento. Para muitos dos ativos e passivos financeiros do Grupo, particularmente para os derivados, não estão disponíveis cotações, e são usados modelos de valorização para estimar o justo valor. Os modelos calculam os fluxos de caixa previsionais de acordo com os termos de cada contrato específico, e descontam seguidamente estes valores para calcular um valor presente. Estes modelos usam, na sua base, parâmetros de mercado de origens independentes, por exemplo, curvas de rentabilidade de taxa de juro, preços de títulos e de mercadorias, volatilidades de opções e taxas de câmbio.

Para os passivos financeiros mensurados pelo justo valor, o valor contabilístico reflete o efeito sobre o justo valor das alterações nos spreads de crédito derivadas da informação de mercado observável, tais como os spreads sobre as obrigações emitidas pelo Barclays ou sobre swaps de crédito vencido. A maior parte dos parâmetros de mercado ou são diretamente observáveis ou estão implícitos nos preços dos instrumentos. O modelo pode avançar com procedimentos numéricos para a determinação de preços, tais como a interpolação, quando os valores de entrada não corresponderem diretamente aos parâmetros de mercado mais negociados.

No reconhecimento inicial, presume-se que o preço da transação é o justo valor, a menos que exista informação observável e disponível num mercado ativo em contrário. Normalmente, o melhor comprovativo do justo valor de um instrumento no reconhecimento inicial é o preço da transação. Contudo, se o justo valor puder ser comprovado comparativamente a outras transações de mercado atuais e observáveis para o mesmo instrumento, ou se for baseado numa técnica de valorização cujos parâmetros de entrada incluam apenas dados de mercados observáveis, então o instrumento deverá ser reconhecido ao justo valor derivado de tais dados observáveis no mercado.

Para valorizações que tenham utilizado parâmetros de entrada não observáveis, a diferença entre a valorização pelo modelo e o preço inicial da transação ("lucro do Primeiro Dia") é reconhecido como lucro ou perda por um dos seguintes modos: pelo método linear ao longo do prazo da transação; ou ao longo do período decorrido até que todos os parâmetros de entrada do modelo se tomem apropriadamente observáveis; ou por inteiro quando os parâmetros de entrada anteriormente não observáveis se tomem observáveis.

A disponibilidade dos parâmetros de entrada observáveis é influenciada por vários fatores e estes podem variar de produto para produto e ao longo do tempo. Os fatores incluem a profundidade da atividade no mercado relevante, o tipo de produto, se o produto é novo e não é amplamente negociado no mercado, a maturidade da modelização de mercado e a natureza da transação (personalizada ou genérica). Na medida em que a valorização se basear em modelos ou parâmetros de entrada não observáveis no mercado, a determinação do justo valor pode ser mais subjetiva, dependendo da significância dos parâmetros não observáveis para a valorização global. Os parâmetros de entrada não observáveis são determinados com base na melhor informação disponível, por exemplo relativamente a ativos similares, a maturidades similares ou outras técnicas analíticas.

A sensibilidade das valorizações usadas nas demonstrações financeiras a alterações razoavelmente possíveis nos parâmetros de entrada significativos e não observáveis é apresentada na página 203.

### Principais estimativas e critérios contabilísticos

A valorização de instrumentos financeiros implica frequentemente um grau significativo de apreciação e complexidade, especialmente quando os modelos de valorização utilizam parâmetros de entrada não observáveis (ativos e passivos de Nível 3). Esta nota fornece informação sobre esses instrumentos, incluindo os respetivos ganhos e perdas não realizados e reconhecidos no período, uma descrição das técnicas de valorização significativas e dos parâmetros de entrada não observáveis, e uma análise de sensibilidade.

### Valorização

A IFRS 13 Mensuração do Justo Valor requer a classificação dos ativos e passivos de uma entidade de acordo com uma hierarquia que reflita a observabilidade de parâmetros de mercado significativos. Os três níveis da hierarquia do justo valor definem-se seguidamente:

#### Cotações de mercado - Nível 1

Os ativos e passivos são classificados com Nível 1 se o seu valor for observável num mercado ativo. Estes instrumentos são valorizados por referência às cotações não ajustadas para ativos ou passivos idênticos em mercados ativos, onde a cotação esteja prontamente disponível, e o preço represente as transações de mercado correntes e de ocorrência regular. Um mercado ativo é aquele em que as transações ocorrem com volume e frequência suficientes para fornecer informação de preços numa base contínua.

#### Técnica de valorização baseada em parâmetros de entrada observáveis - Nível 2

Os ativos e os passivos classificados com Nível 2 foram valorizados por modelos cujas informações são observáveis num mercado ativo. As valorizações baseadas nos parâmetros de entrada observáveis incluem ativos e passivos tais como swaps e forwards, que são valorizados usando técnicas padronizadas de precificação de mercado, e opções que são comumente negociadas em mercados onde todos os parâmetros de entrada para os modelos padronizados de precificação de mercado sejam observáveis.

# Notas às demonstrações financeiras

## Ativos e passivos detidos ao justo valor

### Técnica de valorização baseada em parâmetros de entrada significativos e não observáveis - Nível 3

Os ativos e passivos são classificados com Nível 3 se a sua valorização incorporar parâmetros de entrada significativos que não sejam baseados em informações observáveis de mercado (parâmetros de entrada não observáveis). Um parâmetro de entrada é considerado observável se puder ser diretamente observado a partir das transações num mercado ativo, ou se existirem provas externas convincentes que demonstrem um preço de saída executável. Os níveis dos parâmetros de entrada não observáveis são normalmente determinados por referência aos parâmetros observáveis, a observações passadas ou usando outras técnicas analíticas.

As tabelas seguintes mostram os ativos e passivos do Grupo que são detidos pelo justo valor, repartidos por técnica de valorização (hierarquia do justo valor) e por classe do balanço:

#### Ativos e passivos detidos ao justo valor

#### Técnica de valorização baseada em

Grupo	Cotações de mercado (Nível 1)	Parâmetros de entrada observáveis (Nível 2)	Parâmetros de entrada significativos não observáveis (Nível 3)	Total
	M€	M€	M€	M€
<b>A 31 de dezembro de 2014</b>				
Ativos negociáveis em carteira	48 962	59 466	6 327	114 755
Ativos financeiros determinados pelo justo valor	9 934	8 461	19 905	38 300
Ativos financeiros derivados	9 863	425 468	4 745	440 076
Investimentos disponíveis para venda	44 234	40 558	1 313	86 105
Outro(s)	33	198	15 550	15 781
<b>Ativos totais</b>	<b>113 026</b>	<b>534 151</b>	<b>47 840</b>	<b>695 017</b>
Passivos negociáveis em carteira	(26 840)	(17 935)	(349)	(45 124)
Passivos financeiros determinados pelo justo valor	(15)	(55 141)	(1 816)	(56 972)
Passivos financeiros derivados	(10 313)	(424 687)	(4 320)	(439 320)
Outro(s)	-	-	(13 115)	(13 115)
<b>Passivos totais</b>	<b>(37 168)</b>	<b>(497 763)</b>	<b>(19 600)</b>	<b>(554 531)</b>
<b>A 31 de dezembro de 2013</b>				
Ativos negociáveis em carteira	54 363	72 305	6 421	133 089
Ativos financeiros determinados pelo justo valor	11 188	9 010	18 770	38 968
Ativos financeiros derivados	4 824	340 623	5 013	350 460
Investimentos disponíveis para venda	36 082	53 561	2 145	91 788
Outro(s)	134	218	594	946
<b>Ativos totais</b>	<b>106 591</b>	<b>475 717</b>	<b>32 943</b>	<b>615 251</b>
Passivos negociáveis em carteira	(29 450)	(24 014)	-	(53 464)
Passivos financeiros determinados pelo justo valor	(98)	(63 058)	(1 640)	(64 796)
Passivos financeiros derivados	(5 627)	(337 172)	(4 319)	(347 118)
<b>Passivos totais</b>	<b>(35 175)</b>	<b>(424 244)</b>	<b>(5 959)</b>	<b>(465 378)</b>

Foi incluída nos ativos financeiros determinados pelo justo valor a carteira Não Central de empréstimos à Educação, Habitação Social e Autoridade Local (ESHLA) no valor de 17.4mM€ (2013: 15.6mM€). Esta carteira é principalmente constituída por empréstimos de longo prazo e taxa fixa alargados a contrapartes nos setores da Educação, Habitação Social e Autoridade Local do Reino Unido. Os empréstimos foram classificados como de Nível 3 na hierarquia do justo valor desde 2013, devido à sua natureza ilíquida e ao significado, para a valorização, de spreads não observáveis de empréstimos. A incerteza na valorização decorre da natureza de longo prazo da carteira, da falta de um mercado secundário para os empréstimos, e da falta de spreads observáveis de empréstimos.

Foi adotada uma metodologia de valorização revista a 31 de dezembro de 2014, que inclui um componente adicional aos spreads de empréstimos, usado no desconto dos fluxos de caixa previsionais da carteira, incorporando informação sobre partes externas e os fatores que estas possam considerar para a valorização desses ativos. A abordagem anterior consistia em descontar os fluxos de caixa usando uma taxa LIBOR ajustada ao crédito. O componente de spread que foi adicionado a esta taxa de desconto incorpora taxas de financiamento, o nível de ativos comparáveis, tais como ofertas (tanto atuais como recentes), e outros fatores. A mudança também é consistente com as recentes movimentações no setor para uma valorização dos produtos derivados afastada do desconto baseado na LIBOR. Serão aplicados aperfeiçoamentos a esta abordagem na medida em que forem obtidas mais evidências de mercado.

O impacto da alteração representou um encargo na demonstração de resultados e uma correspondente redução de 935M€ no justo valor da carteira de empréstimos. A alteração não teve impacto sobre o capital CET 1, que se baseia numa valorização prudencial do CRR e reflete um custo de financiamento mais conservador.

## Ativos e passivos detidos ao justo valor

Técnica de valorização baseada em

Banco	Cotações de mercado (Nível 1)	Parâmetros de entrada observáveis (Nível 2)	Parâmetros de entrada significativos não observáveis (Nível 3)	Total
	M€	M€	M€	M€
<b>A 31 de dezembro de 2014</b>				
Ativos negociáveis em carteira	11 338	31 906	5 832	49 076
Ativos financeiros determinados pelo justo valor	3 101	18 984	18 782	40 867
Ativos financeiros derivados	2 122	419 750	4 693	426 565
Investimentos disponíveis para venda	40 611	37 126	853	78 590
Outros <sup>a</sup>	33	198	405	636
<b>Ativos totais</b>	<b>57 205</b>	<b>507 964</b>	<b>30 565</b>	<b>595 734</b>
Passivos negociáveis em carteira	(12 387)	(13 177)	(346)	(25 910)
Passivos financeiros determinados pelo justo valor	-	(61 796)	(920)	(62 716)
Passivos financeiros derivados	(2 420)	(412 914)	(4 271)	(419 605)
Outros <sup>a</sup>	-	-	(275)	(275)
<b>Passivos totais</b>	<b>(14 807)</b>	<b>(487 887)</b>	<b>(5 812)</b>	<b>(508 506)</b>
<b>A 31 de dezembro de 2013</b>				
Ativos negociáveis em carteira	16 165	44 721	5 326	66 212
Ativos financeiros determinados pelo justo valor	30	63 727	16 864	80 621
Ativos financeiros derivados	9	340 480	4 945	345 434
Investimentos disponíveis para venda	34 577	45 874	1 821	82 272
Outros <sup>a</sup>		42	68	110
<b>Ativos totais</b>	<b>50 781</b>	<b>494 844</b>	<b>29 024</b>	<b>574 649</b>
Passivos negociáveis em carteira	(11 938)	(17 052)	-	(28 990)
Passivos financeiros determinados pelo justo valor	(96)	(76 669)	(1 161)	(77 926)
Passivos financeiros derivados	(26)	(330 951)	(4 246)	(335 223)
<b>Passivos totais</b>	<b>(12 060)</b>	<b>(424 672)</b>	<b>(5 407)</b>	<b>(442 139)</b>

## Nota

a Para o Grupo, a rubrica Outros inclui ativos e passivos não correntes detidos para venda no valor de 15.574M€ (2013: 495M€) e de 13.115M€ (2013: 0) respetivamente, que são mensurados ao justo valor numa base não-recorrente. Consulte a Nota 45 para mais informações sobre ativos não-correntes detidos para venda. Também inclui investimento em imobiliário no valor de 207M€ (2013: 451M€). Para o Banco, a rubrica Outros inclui ativos e passivos não correntes detidos para venda no valor de 620M€ (2013: 42M€) e 275M€ (2013: 0) respetivamente, e investimento em imobiliário no valor de 16M€ (2013: 68M€).

# Notas às demonstrações financeiras

## Ativos e passivos detidos ao justo valor

As tabelas seguintes mostram os ativos e passivos do Grupo que são detidos pelo justo valor, repartidos por técnica de valorização (hierarquia do justo valor) e por tipo de produto:

### Ativos e passivos detidos ao justo valor por tipo de produto

Grupo	Ativos			Passivos		
	Técnica de valorização baseada em			Técnica de valorização baseada em		
	Cotações de mercado (Nível 1)	Parâmetros de entrada observáveis (Nível 2)	Parâmetros de entrada não observáveis (Nível 3)	Cotações de mercado (Nível 1)	Parâmetros de entrada observáveis (Nível 2)	Parâmetros de entrada não observáveis (Nível 3)
M£	M£	M£	M£	M£	M£	M£
<b>A 31 de dezembro de 2014</b>						
Derivados de taxa de juro	-	308 706	1 239	(5)	(299 181)	(1 344)
Derivados cambiais	4	74 358	108	(3)	(79 188)	(138)
Derivados de Crédito <sup>a</sup>	-	21 708	1 966	-	(21 958)	(409)
Derivados de capital	3 847	9 750	1 247	(3 719)	(13 780)	(2 092)
Derivados de mercadorias	6 012	10 946	185	(6 586)	(10 580)	(337)
Dívida pública e publicamente patrocinada	62 577	48 373	1 014	(11 563)	(14 002)	(346)
Dívida corporativa	151	22 036	3 061	-	(3 572)	(13)
Certificados de depósito, títulos comerciais e outros instrumentos do mercado monetário	78	921	-	(4)	(6 276)	(665)
Acordos de recompra e de revenda	-	5 236	-	-	(5 423)	-
Empréstimos não garantidos por ativos	1	2 462	17 744	-	-	-
Títulos garantidos por ativos	30	16 211	1 631	-	(67)	-
Créditos hipotecários comerciais	-	-	1 180	-	-	-
Dívida emitida	-	-	-	(10)	(40 592)	(749)
Produtos de capital próprio	40 252	7 823	171	(15 276)	(699)	-
Produtos de fundos e ligados a fundos	-	2 644	631	-	(2 060)	(210)
Mercadorias Físicas	4	1 447	-	-	(363)	-
Outros <sup>b</sup>	70	1 530	17 663	(2)	(22)	(13 297)
<b>Total</b>	<b>113 026</b>	<b>534 151</b>	<b>47 840</b>	<b>(37 168)</b>	<b>(497 763)</b>	<b>(19 600)</b>
<b>A 31 de dezembro de 2013</b>						
Derivados de taxa de juro	-	231 218	1 031	-	(217 517)	(1 046)
Derivados cambiais	-	60 111	117	-	(64 715)	(86)
Derivados de crédito <sup>a</sup>	-	25 310	2 200	(26)	(26 262)	(780)
Derivados de capital próprio	3 353	11 665	1 266	(3 926)	(16 237)	(1 867)
Derivados de mercadorias	1 471	12 319	399	(1 675)	(12 441)	(540)
Dívida pública e publicamente patrocinada	53 518	63 647	220	(17 833)	(17 758)	-
Dívida corporativa	1 005	34 247	3 040	(63)	(5 247)	(12)
Certificados de depósito, papel comercial e outros instrumentos do mercado monetário	-	1 493	-	(96)	(5 303)	(409)
Acordos de recompra e de revenda	-	5 323	-	-	(5 306)	-
Empréstimos não garantidos por ativos	-	2 493	16 132	-	-	-
Títulos garantidos por ativos	-	15 141	2 112	-	(105)	-
Empréstimos hipotecários comerciais	-	-	1 198	-	-	-
Dívida emitida	-	54	1	-	(48 734)	(1 164)
Produtos de capital próprio	45 547	397	168	(11 554)	(704)	-
Fundos e produtos ligados a fundos	-	8 509	550	-	(3 369)	(54)
Mercadorias Físicas	1 155	3 048	-	-	(72)	-
Outros <sup>b</sup>	510	742	4 509	(2)	(474)	(1)
<b>Total</b>	<b>106 559</b>	<b>475 717</b>	<b>32 943</b>	<b>(35 175)</b>	<b>(424 244)</b>	<b>(5 959)</b>

### Ativos e passivos reclassificados entre o Nível 1 e o Nível 2

Não existiram transferências entre o Nível 1 e o Nível 2 durante o ano (2013: 34M£).

### Análise de movimentos no Nível 3

A tabela seguinte resume os movimentos dos saldos de Nível 3 durante o ano. A tabela apresenta os ganhos e perdas e inclui os montantes de todos os ativos e passivos transferidos de e para o Nível 3 durante o ano. As transferências foram registadas como se tivessem ocorrido no início do ano.

#### Notas

a Os derivados de crédito incluem a exposição dos derivados a seguradoras monorramo.

b Outros incluem ativos e passivos não correntes detidos para venda, investimentos em capital, empréstimos garantidos por ativos, ativos adquiridos ao US Lehman e investimento em imobiliário.

Análise de movimentos de ativos e passivos de Nível 3

Grupo	A 1 de janeiro de 2014	Compras	Vendas	Emissões	Liquidações	Ganhos e perdas totais no período reconhecidos na demonstração de resultados		Transferências		A 31 de dezembro de 2014	
						Rendimento de Negociação	Outro Rendimento	Ganhos ou Perdas Totais reconhecidos em OIC	Entradas		Saídas
	ME	ME	ME	ME	ME	ME	ME	ME	ME	ME	
Dívida pública e publicamente patrocinada	161	96	(198)	-	(46)	5	-	-	676	(9)	685
Dívida corporativa	3 039	177	(332)	-	(370)	484	-	-	39	(11)	3 026
Títulos garantidos por ativos	2 111	1 037	(1 552)	-	(141)	178	-	-	8	(31)	1 610
Empréstimos não garantidos por ativos	176	250	(30)	-	(49)	2	-	-	13	(89)	273
Fundos e produtos ligados a fundos	494	-	(92)	-	-	(17)	-	-	204	-	589
Outros	440	8	(369)	-	54	22	-	-	-	(11)	144
Ativos negociáveis em carteira	6 421	1 568	(2 573)	-	(552)	674	-	-	940	(151)	6 327
Empréstimos hipotecários comerciais	1 198	2 919	(2 678)	-	(334)	76	(2)	-	-	-	1 179
Empréstimos não garantidos por ativos	15 956	2	(177)	-	(81)	1 830	9	-	-	(68)	17 471
Empréstimos garantidos por ativos	375	855	(777)	-	(4)	19	-	-	1	(76)	393
Investimentos em capital privado	1 168	173	(500)	-	(11)	4	82	-	-	(215)	701
Outros	73	75	(1)	-	(35)	9	32	-	2	6	161
Ativos financeiros designados pelo justo valor	18 770	4 024	(4 133)	-	(465)	1 938	121	-	3	(353)	19 905
Títulos garantidos por ativos	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Dívida pública e publicamente patrocinada	59	281	(12)	-	(1)	-	-	-	-	-	327
Outros	2 085	37	(78)	-	(1 694)	1	586	74	4	(30)	985
Investimentos disponíveis para venda	2 145	318	(90)	-	(1 695)	1	586	74	4	(30)	1 313
Outros <sup>a</sup>	451	47	(238)	-	-	-	5	-	-	(58)	207
Passivos negociáveis em carteira	-	-	-	-	-	(3)	-	-	(346)	-	(349)
Certificados de depósito, papel comercial e outros instrumentos do mercado monetário	(409)	-	-	(254)	12	2	88	-	(108)	3	(666)
Dívida emitida	(1 164)	-	-	(16)	293	88	-	-	(48)	99	(748)
Outros	(67)	-	-	(341)	10	6	30	-	(40)	-	(402)
Passivos financeiros designados pelo justo valor	(1 640)	-	-	(611)	315	96	118	-	(196)	102	(1 816)
Derivados de taxa de juro	(15)	5	45	(5)	7	(358)	-	-	103	113	(105)
Derivados de crédito	1 420	11	-	-	42	121	-	-	(81)	44	1 557
Derivados de capital próprio	(601)	86	(12)	(305)	113	(278)	-	-	(14)	166	(845)
Derivados de mercadorias	(141)	-	-	(3)	(10)	4	-	-	(11)	9	(152)
Derivados cambiais	31	-	(12)	(4)	(71)	(6)	-	-	29	3	(30)
Instrumentos financeiros derivados líquidos <sup>b</sup>	694	102	21	(317)	81	(517)	-	-	26	335	425
Total	26 841	6 059	(7 013)	(928)	(2 316)	2 189	830	74	431	(155)	26 012

# Notas às demonstrações financeiras

## Ativos e passivos detidos ao justo valor

### Análise de movimentos de ativos e passivos de Nível 3

Grupo	A 1 de janeiro de 2014	Compras	Vendas	Emissões	Liquidações	Ganhos e perdas totais no período reconhecidos na demonstração de resultados		Ganhos ou Perdas Totais reconhecidos em OIC	Transferências		A 31 de dezembro de 2014	
						Rendimento de Negociação	Outro Rendimento		Entradas	Saídas		
	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	
Dívida pública e publicamente patrocinada		321	135	(199)	82	(23)	(3)	(11)	-	-	(141)	161
Dívida corporativa		3 136	84	(83)	-	-	(46)	-	-	-	(52)	3 039
Títulos garantidos por ativos		3 614	2 773	(4 729)	-	(389)	831	-	50	(39)	-	2 111
Empréstimos não garantidos por ativos		344	91	(281)	35	(37)	16	-	8	-	-	176
Fundos e ligados a fundos												
produtos		685	-	(64)	-	-	(95)	-	-	-	(32)	494
Outros		414	46	(42)	-	(44)	44	-	34	(12)	-	440
Ativos de carteira de negociação		8 514	3 129	(5 398)	117	(493)	747	(11)	92	(276)	-	6 421
Empréstimos hipotecários comerciais		1 798	1 542	(1 717)	-	(526)	156	2	2	(59)	-	1 198
Empréstimos não garantidos por ativos		2 021	390	(1)	-	(208)	(1 441)	(107)	15 317	(15)	-	15 956
Empréstimos garantidos por ativos		564	595	(748)	-	(23)	106	-	-	(119)	-	375
Investimentos em capital privado		1 350	161	(134)	-	(87)	50	(139)	18	(51)	-	1 168
Outros		353	11	(237)	-	(28)	(36)	(1)	105	(94)	-	73
Ativos financeiros designados ao justo valor		6 086	2 699	(2 837)	-	(872)	(1 165)	(245)	15 442	(338)	-	18 770
Títulos garantidos por ativos		492	-	(521)	-	(29)	(1)	30	30	-	-	1
Dívida pública e publicamente patrocinada		46	13	-	-	(1)	-	1	-	-	-	59
Outros		2 342	25	(77)	-	(471)	1	255	2	36	(28)	2 085
Investimentos disponíveis para venda		2 880	38	(598)	-	(501)	-	286	32	36	(28)	2 145
Outros <sup>a</sup>		1,686	151	(1,210)	-	-	17	(31)	-	-	(162)	451
<b>Passivos de carteira de negociação</b>	<b>(2)</b>	<b>(1)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Certificados de depósito, títulos comerciais e outros instrumentos do mercado monetário	(760)	-	-	-	7	204	93	-	-	47	-	(409)
Dívida emitida	(1,439)	-	9	(67)	319	60	6	-	(205)	153	-	(1 164)
Outros	(156)	(2)	1	-	(2)	(3)	3	-	-	92	-	(67)
Passivos financeiros designados pelo justo valor	(2 355)	(2)	10	(67)	324	261	102	-	(205)	292	-	(1 640)
Derivados de taxa de juro	149	(26)	(1)	-	31	262	2	-	(26)	(406)	-	(15)
Derivados de crédito	1,776	95	(66)	(2)	54	(488)	(81)	-	(74)	206	-	1 420
Derivados de capital	(608)	301	(1)	(394)	(48)	151	2	-	(85)	81	-	(601)
Derivados de mercadorias	117	(57)	-	(44)	42	66	1	-	(146)	(120)	-	(141)
Derivados cambiais	(40)	-	-	-	145	(44)	1	-	(10)	(21)	-	31
Outros	(164)	-	-	-	-	-	-	-	-	164	-	-
Instrumentos financeiros derivados líquidos <sup>b</sup>	1 230	313	(68)	(440)	224	(53)	(75)	-	(341)	(96)	-	694
<b>Total</b>	<b>18,039</b>	<b>6,327</b>	<b>(10,101)</b>	<b>(390)</b>	<b>(1,318)</b>	<b>(192)</b>	<b>26</b>	<b>32</b>	<b>15,024</b>	<b>(606)</b>	<b>26,841</b>	

#### Notas

a Outros inclui investimento imobiliário.. Ativos não correntes detidos para venda no valor de 15.574M€ (2013: 495M€) e passivos num grupo para alienação classificado como o detido para venda de 13.115M€ (2013: 0) não foram incluídos já que são mensurados pelo justo valor numa base não recorrente. (58)M€ de transferências saídas a 31 de dezembro de 2014 refere-se ao investimento imobiliário transferido para o grupo para alienação classificado como detido para venda.

b Os instrumentos financeiros derivados são apresentados pelo seu valor líquido. O valor bruto dos ativos financeiros derivados a 31 de dezembro de 2014 totalizava 4.745M€ (2013: 5.013M€) e os passivos financeiros derivados totalizavam 4.320M€ (2013: 4.319M€).

As transferências de ativos e passivos entre o Nível 2 e o Nível 3 são principalmente devidas a (i) um aumento ou diminuição na atividade observável do mercado relativamente a um parâmetro de entrada; ou (ii) uma alteração na significância do parâmetro de entrada não-observável, sendo os ativos e passivos classificados como Nível 3 se um parâmetro de entrada não observável for considerado significativo.

Durante o ano de 2014, as transferências para o Nível 3 totalizaram 431M£ (2013: 15.024M£). Isto foi principalmente devido a:

- 676M£ de dívida pública e publicamente patrocinada, detida como ativos de carteira de negociação, após um decréscimo da atividade de mercado observável para strips de obrigações do tesouro do Reino Unido;
- 204M£ em fundos e produtos ligados a fundos detidos como ativos de carteira de negociação;
- (346)M£ de dívida pública e publicamente patrocinada detida como passivos de carteira de negociação; e
- (108)M£ em certificados de depósito, papel comercial e outros instrumentos do mercado monetário designados pelo justo valor através de resultados.

As transferências que saíram do Nível 3 totalizaram 155M£ (2013: 606M£), Isto foi principalmente devido a:

- 215M£ de investimentos em capital privado detidos como ativos financeiros designados pelo justo valor através de resultados; 89M£
- de empréstimos não garantidos por ativos detidos como ativos de carteira de negociação; e
- (166)M£ de derivados de capital resultantes de mais parâmetros de entrada observáveis para valorização.

# Notas às demonstrações financeiras

## Ativos e passivos detidos ao justo valor

### Análise de movimentos de ativos e passivos de Nível 3

Banco	A 1 de janeiro de 2014	Compras	Vendas	Emissões	Liquidações	Ganhos e perdas totais no período reconhecidos na demonstração de resultados		Transferências		A 31 de dezembro de 2014	
						Rendimento de Negociação	Outro Rendimento	Ganhos ou Perdas Totais reconhecidos em OIC	Entradas		Saídas
	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	
Ativos negociáveis em carteira	5 326	550	(850)	-	(521)	515	-	-	927	(115)	5 832
Ativos financeiros designados ao justo valor	16 864	3 778	(3 362)	-	(350)	1 948	32	-	2	(130)	18 782
Investimentos disponíveis para venda	1 821	241	(55)	-	(1 708)	-	570	11	3	(30)	853
Passivos negociáveis em carteira	(1 161)	-	-	(187)	290	89	(1)	-	(49)	99	(920)
Passivos financeiros designados ao justo valor	68	-	(51)	-	-	-	(1)	-	-	-	16
Outro(s) Instrumentos financeiros derivados líquidos <sup>b</sup>	699	98	35	(417)	78	(424)	-	-	13	340	422
<b>Total</b>	<b>23 617</b>	<b>4 667</b>	<b>(4 283)</b>	<b>(604)</b>	<b>(2 211)</b>	<b>2 128</b>	<b>600</b>	<b>11</b>	<b>550</b>	<b>164</b>	<b>24 639</b>

### Análise de movimentos de ativos e passivos de Nível 3

Banco	A 1 de janeiro de 2014	Compras	Vendas	Emissões	Liquidações	Ganhos e perdas totais no período reconhecidos na demonstração de resultados		Transferências		A 31 de dezembro de 2014	
						Rendimento de Negociação	Outro Rendimento	Ganhos ou Perdas Totais reconhecidos em OIC	Entradas		Saídas
	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	
Ativos negociáveis em carteira	6,111	396	(886)	117	(329)	247	-	-	79	(409)	5,326
Ativos financeiros designados pelo justo valor	3,596	2,468	(2,437)	-	(716)	(1,324)	3	-	15,291	(17)	16,864
Disponíveis para venda investimentos	2,094	16	(19)	-	(486)	3	213	(6)	8	(2)	1,821
Passivos negociáveis em carteira	(2)	(1)	-	-	-	2	-	-	(1)	2	-
Passivos financeiros designados pelo justo valor	(1,606)	-	8	(64)	251	201	-	-	(187)	236	(1,161)
Outros <sup>a</sup>	-	68	-	-	-	-	-	-	-	-	68
Instrumentos financeiros derivados líquidos	1,307	312	(66)	(442)	221	(64)	(80)	-	(326)	(163)	699
<b>Total</b>	<b>11,500</b>	<b>3,259</b>	<b>(3,400)</b>	<b>(389)</b>	<b>(1,059)</b>	<b>(935)</b>	<b>136</b>	<b>(6)</b>	<b>14,864</b>	<b>(353)</b>	<b>23,617</b>

#### Notas

a Outros inclui investimento imobiliário.

b Os instrumentos financeiros derivados são apresentados pelo seu valor líquido. O valor bruto dos ativos financeiros derivados a 31 de dezembro de 2014 totalizava 4.693M€ (2013: 4.945M€) e os passivos financeiros derivados totalizavam 4.271M€ (2013: 4.246M€).

### Ganhos e perdas não realizados relativos a ativos e passivos financeiros de Nível 3

A tabela seguinte apresenta os ganhos e perdas não realizados reconhecidos no ano e decorrentes dos ativos e passivos financeiros de Nível 3 detidos no final do ano.

#### Ganhos e perdas não realizados reconhecidos durante o período relativos a ativos e passivos financeiros de Nível 3 detidos no fim do período A 31 de dezembro

Grupo	2014			Total	2013			Total
	Demonstração de	Outro	Total		Demonstração de	Outro	Total	
	Resultados	rendimento abrangente			Resultados	rendimento abrangente		
M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	
Ativos negociáveis em carteira	466	-	-	466	222	-	-	222
Ativos financeiros determinados pelo justo valor	1 849	(9)	-	1 840	(1 276)	10	-	(1 266)
Ativos disponíveis para venda	-	572	80	652	-	(5)	27	22
Passivos negociáveis em carteira	(3)	-	-	(3)	-	-	-	-
Passivos financeiros designados pelo justo valor	98	118	-	216	74	-	-	74
Outros	-	5	-	5	(27)	(31)	-	(58)
Valor líquido dos instrumentos financeiros derivados	(238)	-	-	(238)	(411)	(75)	-	(486)
<b>Total</b>	<b>2 172</b>	<b>686</b>	<b>80</b>	<b>2 938</b>	<b>(1 418)</b>	<b>(101)</b>	<b>27</b>	<b>(1 492)</b>

#### Ganhos e perdas não realizados reconhecidos durante o período relativos a ativos e passivos financeiros de Nível 3 detidos no fim do período A 31 de dezembro

Banco	2014			Total	2013			Total
	Demonstração de	Outro	Total		Demonstração de	Outro	Total	
	Resultados	rendimento abrangente			Resultados	rendimento abrangente		
M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	
Ativos negociáveis em carteira	444	-	-	444	209	-	-	209
Ativos financeiros determinados pelo justo valor	1 864	7	-	1 871	(1 377)	3	-	(1 374)
Ativos disponíveis para venda	-	500	11	511	-	-	1	1
Passivos negociáveis em carteira	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros designados pelo justo valor	97	(1)	-	96	75	-	-	75
Valor líquido dos instrumentos financeiros derivados	(241)	-	-	(241)	(424)	(75)	-	(499)
<b>Total</b>	<b>2 164</b>	<b>506</b>	<b>11</b>	<b>2 681</b>	<b>(1 517)</b>	<b>(72)</b>	<b>1</b>	<b>(1 588)</b>

O rendimento de negociação de 1.849M€ relativo a ativos financeiros designados pelo justo valor foi principalmente devido aos ganhos na carteira ESHLA de empréstimos de taxa fixa como resultado de uma diminuição nas curvas de taxas de juro a termo, compensados pela redução no justo valor de 935M€ decorrente da alteração de metodologia de valorização descrita na página 191. Os ganhos relacionados com as curvas de taxas de juro são compensados por um prejuízo de negociação reconhecido sobre os instrumentos derivados do Nível 2 que cobrem o risco de taxa de juro da carteira ESHLA de empréstimos.

O rendimento de negociação de 466M€ sobre os ativos de negociação em carteira e o valor líquido de (238)M€ de instrumentos financeiros derivados foi determinado pelos efeitos da diminuição nas curvas de taxas de juro a termo, com os ativos e passivos de Nível 3 a aumentar durante o período.

O rendimento restante de 572M€ relativo a ativos disponíveis para venda foi determinado por flutuações cambiais e por um ganho de valorização de 461M€ dos ativos adquiridos ao US Lehman.

Nota  
a Outros inclui investimento imobiliário..

# Notas às demonstrações financeiras

## Ativos e passivos detidos ao justo valor

### Técnicas de valorização e análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade é aplicada aos produtos com parâmetros de entrada significativos e não observáveis (Nível 3) para produzir uma gama de valorizações alternativas razoavelmente possíveis. As metodologias de sensibilidade aplicadas consideram a natureza das técnicas de valorização usadas, bem como a disponibilidade e a fiabilidade de dados históricos e indicativos observáveis e o impacto da utilização de modelos alternativos.

As sensibilidades são calculadas dinamicamente e com uma periodicidade mensal. O cálculo baseia-se em conjuntos ou séries de dados provenientes de uma fonte de referência fiável ou num cenário baseado numa análise de mercado relevante conjuntamente com o impacto de usar modelos alternativos. O cálculo das sensibilidades não reflete o impacto de qualquer diversificação na carteira.

As técnicas de valorização usadas para os materiais nos Níveis 2 e 3 e para a observabilidade e análise de sensibilidade para os materiais no Nível 3 são descritas seguidamente.

#### Derivados de taxa de juro

**Descrição:** Estes instrumentos derivados são indexados a taxas de juro ou a índices de inflação. Esta categoria inclui futuros, swaps de taxa de juro e de inflação, swaptions, caps, floors, opções sobre inflação, swaps garantidos por saldo e outros derivados de taxa de juro exóticos.

**Valorização:** Os fluxos de caixa dos derivados de taxa de juro são valorizados usando curvas de taxa de juro a termo em que os dados observados no mercado são usados para construir a estrutura temporal das taxas a termo. Estes são seguidamente usados para projetar e descontar fluxos de caixa futuros, com base nos parâmetros da transação. Os instrumentos com opcionalidade são valorizados usando as volatilidades implícitas nos parâmetros de mercado observáveis. Os derivados de taxa de juro exóticos são valorizados usando modelos genéricos e personalizados do setor, baseados em parâmetros de mercado observáveis e não observáveis. Quando não forem observáveis, será definido um parâmetro por referência a um indicador observável. As curvas de inflação a termo e as curvas de taxa de juro a termo são extrapoladas para além dos teores observáveis.

Os swaps garantidos por saldos são valorizados usando modelos de cash flow que calculam o justo valor com base em previsões de perdas, pagamentos antecipados, recuperação e taxas de desconto. Estes parâmetros são determinados por referência ao desempenho de um ativo subjacente, a pesquisa independente, índices ABX, cotações de corretoras, transações observáveis em títulos similares, e outras fontes de preços. O pagamento antecipado é projetado com base na observação das taxas históricas de pagamentos antecipados.

**Observabilidade:** Em geral, os parâmetros de mercado são considerados observáveis até ao vencimento líquido, que é determinado separadamente para cada parâmetro e subjacente. Certas correlações, convexidades, posições a termo longas e exposições à volatilidade não são observáveis para além do vencimento líquido. Os parâmetros não-observáveis são definidos por referência a instrumentos com liquidez no mercado e aplicando técnicas de extrapolação para corresponder ao perfil de risco adequado.

**Sensibilidade de Nível 3:** A sensibilidade relacionada com os parâmetros de entrada de valorização não observáveis é baseada na dispersão de serviços de dados consensuais quando disponíveis, caso contrário usam-se cenários de esforço ou dados históricos.

#### Derivados cambiais

**Descrição:** Estes instrumentos derivados são indexados ao mercado cambial (FX). Esta categoria inclui contratos FX a termo, swaps FX e opções FX. A grande maioria é negociada como derivados OTC.

**Valorização:** Os instrumentos derivados exóticos e não exóticos são valorizados usando modelos genéricos e personalizados do setor. Os parâmetros de entrada incluem taxas FX, taxas de juro, volatilidades FX, volatilidades de taxas de juro, correlações entre taxas de juro e FX e outros, conforme apropriado. Os parâmetros não-observáveis são definidos por referência a instrumentos com liquidez no mercado e aplicando técnicas de extrapolação para corresponder ao perfil de risco adequado.

**Observabilidade:** Certas correlações, posições a termo longas e volatilidades não são observáveis para além do vencimento líquido.

**Sensibilidade de Nível 3:** A sensibilidade relacionada com os parâmetros de entrada de valorização não-observáveis é principalmente baseada na dispersão de serviços de dados consensuais.

#### Derivados de crédito

**Descrição:** Estes são instrumentos derivados indexados ao spread de crédito de uma entidade referenciada, um índice ou um cabaz de entidades referenciadas ou um conjunto de ativos referenciados por securitização. Esta categoria inclui Swaps de Crédito (CDS) de uma única entidade e índices de swaps de crédito, CDS garantidos por ativos, Obrigações de Dívida Colateralizada (CDO) sintéticas, e swaps de cabazes do tipo "Nth-to-default" (n-ésimo incumprimento).

**Valorização:** Os CDS são valorizados usando um modelo de mercado padrão que considera como principal parâmetro de entrada a curva de crédito. Os spreads de crédito são observados diretamente a partir da informação de corretoras e de fornecedores externos ou com base em indicadores. Quando os spreads de crédito não forem observáveis, serão determinados por referência a transações recentes ou estimados a partir dos spreads de obrigações em transações observáveis do mesmo emissor ou de outras entidades semelhantes. As CDO sintéticas são valorizadas usando um modelo que calcula o justo valor com base nos spreads de crédito, nas taxas de recuperação, em correlações e taxas de juro, e que é calibrado para a parte correspondente do índice de mercado.

*Observabilidade:* Os contratos CDS referentes a entidades que não sejam transacionadas ativamente são considerados não observáveis. A contribuição da correlação para a valorização de CDO sintéticas é considerada não observável por ser estimada a partir da parte correspondente observável do índice de mercado. Quando um derivado de crédito garantido por ativos não tem um preço de mercado observável e a valorização é determinada usando um modelo, o instrumento é considerado não observável.

*Sensibilidade de Nível 3:* A sensibilidade das valorizações da carteira ilíquida de CDS determina-se aplicando um deslocamento a cada curva de spread. O deslocamento é baseado na gama média de preços observados no mercado para CDS semelhantes.

A sensibilidade das CDO sintéticas é calculada usando níveis de correlação derivados de vários contribuidores de um serviço específico e consensual.

#### *Derivados de mercadorias*

*Descrição:* Estes produtos são instrumentos derivados negociados e OTC baseados em mercadorias subjacentes, como metais, produtos petrolíferos brutos e refinados, produtos agrícolas e gás natural.

*Valorização:* As valorizações dos swaps e opções de mercadorias são determinadas usando modelos que incorporam o desconto de fluxos de caixa e outras técnicas de modelização do setor. Os parâmetros de entrada para a valorização incluem curvas futuras, volatilidades implícitas nos parâmetros de entrada observáveis e correlações. Os parâmetros de entrada não observáveis são definidos por referência a produtos observáveis semelhantes ou aplicando técnicas de extrapolação ao mercado observável.

*Observabilidade:* Certas correlações, curvas futuras e volatilidades para exposições de maiores prazos não são observáveis.

*Sensibilidade de Nível 3:* A sensibilidade é principalmente determinada pela mensuração da variabilidade histórica durante dois anos. Quando não estiverem disponíveis dados históricos ou existir incerteza devido ao risco volumétrico, a sensibilidade será medida aplicando cenários apropriados de esforço ou usando aproximações aos níveis de compra/venda de spreads.

#### *Derivados de capital próprio*

*Descrição:* Estes instrumentos derivados relacionam-se com índices de capital e entidades individuais. Esta categoria inclui os derivados de capital negociados em bolsa e OTC, incluindo opções não exóticas (vanilla) e exóticas.

*Valorização:* As valorizações dos derivados de capital próprio são determinadas usando modelos padrão no setor. Os parâmetros de entrada incluem cotações, dividendos e volatilidades das ações, taxas de juro, curvas de recompra de capital e, para produtos multiativos, correlações. Os parâmetros não-observáveis são definidos por referência a instrumentos com liquidez no mercado e aplicando técnicas de extrapolação para corresponder ao perfil de risco adequado.

*Observabilidade:* Geralmente, os parâmetros de mercado são considerados observáveis até ao vencimento líquido, que é determinado separadamente para cada parâmetro e subjacente.

*Sensibilidade de Nível 3:* A sensibilidade é estimada com base na dispersão de serviços de dados consensuais, diretamente ou através de estimativas.

#### *Exposição de derivados a seguradoras monorramo*

*Descrição:* Estes produtos são instrumentos derivados através dos quais foi adquirida proteção de crédito para instrumentos estruturados de dívida (principalmente obrigações de empréstimos colateralizados, ou CLO) de seguradoras monorramo.

*Valorização:* Dada a natureza personalizada do CDS, o principal parâmetro de entrada para a valorização é o preço do instrumento que está a ser coberto.

*Observabilidade:* Embora o valor de mercado do instrumento subjacente ao contrato de CDS possa ser observável, o seu uso na valorização do CDS é considerado não observável devido à natureza personalizada dos contratos CDS monorramo.

*Sensibilidade de Nível 3:* Devido ao elevado grau de incerteza, a sensibilidade reflete o impacto de contabilizar o elemento de proteção de crédito ao justo valor de zero.

#### *Dívida pública e publicamente patrocinada*

*Descrição:* Inclui obrigações soberanas, obrigações suprasoberanas e obrigações de agências.

*Valorização:* As obrigações soberanas líquidas negociadas ativamente em bolsa ou em câmara de compensação são marcadas aos níveis de fecho observados nesses mercados. As obrigações menos líquidas são valorizadas usando preços de mercado observáveis recolhidos em cotações de corretoras, preços inter-dealer ou outros serviços de precificação fiáveis. Quando não existirem preços de mercado observáveis, o justo valor determina-se por referência quer a emissões ou a spreads de CDS do mesmo emissor como estimativas para obter montantes de cash flow descontados.

*Observabilidade:* Quando não estiver disponível um preço de mercado observável, a obrigação é considerada como Nível 3.

# Notas às demonstrações financeiras

## Ativos e passivos detidos ao justo valor

*Sensibilidade de Nível 3:* A sensibilidade é calculada usando a gama de preços indicativos observáveis.

### **Dívida corporativa**

*Descrição:* Inclui principalmente obrigações societárias.

*Valorização:* As obrigações societárias são valorizadas usando preços de mercado observáveis recolhidos em cotações de corretoras, preços inter-dealer ou outros serviços de precificação fiáveis. Quando não existirem preços de mercado observáveis, o justo valor é determinado por referência quer a emissões ou a spreads de CDS do mesmo emissor como estimativas para obter montantes de cash flow descontados. Na ausência de spreads de obrigações ou CDS observáveis para o emissor respetivo, aplicam-se como estimativa ativos de referência semelhantes ou médias do setor (a adequação das estimativas será avaliada com base no emissor, cupão, vencimento e setor).

*Observabilidade:* Quando não estiver disponível um preço de mercado observável, o título é considerado como Nível 3.

*Sensibilidade de Nível 3:* A sensibilidade para a carteira de obrigações societárias é determinada por aplicação de um deslocamento a cada posição subjacente, condicionado pelas variações médias dos níveis externos verificados no mercado para títulos semelhantes.

### **Empréstimos não garantidos por ativos**

*Descrição:* Esta categoria é principalmente constituída por empréstimos a taxa fixa, como a carteira ESHLA, que são valorizados usando modelos que descontam os fluxos de caixa futuros esperados.

*Valorização:* Os empréstimos a taxa fixa são valorizados usando modelos que calculam o justo valor com base nas taxas de juro observáveis e os spreads de empréstimos não observáveis. Os spreads de empréstimos não observáveis são modelizados de acordo com a qualidade de crédito do emissor e os custos de financiamento, o nível de ativos comparáveis como ofertas e outros fatores.

*Observabilidade:* Para esta população, o parâmetro de entrada não observável é o spread do empréstimo.

*Sensibilidade de Nível 3:* A sensibilidade para empréstimos de taxa fixa é calculada aplicando um deslocamento aos spreads de empréstimo.

### **Títulos garantidos por ativos**

*Descrição:* Estes títulos são indexados aos fluxos de caixa de um conjunto de ativos referenciados através de operação de securitização. Esta categoria inclui títulos garantidos por hipotecas, títulos garantidos por créditos comerciais, CDO, CLO e outros títulos garantidos por ativos.

*Valorização:* Quando disponíveis, as valorizações baseiam-se em preços de mercado observáveis recolhidos em cotações de corretores e preços inter-dealer. Caso contrário, as valorizações são determinadas usando uma análise padrão de fluxos de caixa descontados que calcula o justo valor com base em parâmetros de valorização tais como taxas de incumprimento, taxas de pagamento antecipado, perdas dependentes do incumprimento e rendimento. Estes parâmetros de entrada são determinados por referência a uma série de fontes, incluindo estimativas baseadas em transações observadas, índices de mercado ou pesquisa de mercado, e por avaliação do desempenho das garantias subjacentes.

As estimativas baseadas nas transações observadas, em índices ou em pesquisa obrigam a uma avaliação e comparação dos atributos subjacentes dos títulos relevantes, incluindo garantias, tranches, antiguidade, composição dos ativos subjacentes (histórico de perdas, características do tomador, e atributos do empréstimo como o rácio loan-to-value e a concentração geográfica) e classificações de crédito (original e atual).

*Observabilidade:* Quando um produto garantido por ativos não tem um preço de mercado observável e a valorização é determinada usando uma análise de fluxos de caixa descontados, o instrumento é considerado não observável.

*Sensibilidade de Nível 3:* A análise de sensibilidade para produtos garantidos por ativos é baseada em preços dispersos e recolhidos externamente, definidos ao nível da posição.

### **Empréstimos hipotecários comerciais**

*Descrição:* Esta carteira inclui empréstimos garantidos por vários tipos de propriedade comercial, incluindo lojas, hotéis, escritórios, propriedades multifamiliares e industriais.

*Valorização:* Os empréstimos em situação normal são valorizados usando uma análise de fluxos de caixa descontados, que considera as características do empréstimo tais como o tipo de propriedade, a localização geográfica, a qualidade do crédito e as revisões do desempenho da propriedade, por forma a determinar um spread apropriado de crédito. Quando existe incerteza significativa relativamente ao desempenho do empréstimo, a valorização é baseada em avaliações independentes de terceiros ou em ofertas para as propriedades subjacentes. As avaliações independentes de terceiros são determinadas por análise de fluxos de caixa descontados. Os principais parâmetros de entrada para a valorização são o rendimento e as perdas em caso de incumprimento.

*Observabilidade:* Dado que cada empréstimo hipotecário comercial é por natureza único e que o mercado secundário de empréstimos é relativamente ilíquido, os parâmetros de entrada da valorização são normalmente considerados não observáveis.

*Sensibilidade de Nível 3:* Para empréstimos em situação normal, a sensibilidade é determinada aplicando pressão sobre o spread de crédito em cada empréstimo. Para empréstimos que tenham incerteza significativa quanto ao seu cumprimento, a sensibilidade é determinada ou por uma série de ofertas ou por aplicação de pressão aos parâmetros de entrada correspondente a avaliações independentes de terceiros.

#### *Dívida emitida*

*Descrição:* Esta categoria contém os títulos emitidos pelo Barclays.

*Valorização:* Os títulos emitidos pelo Barclays, ao justo valor, são valorizados usando técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos padrão do setor que incorporam vários parâmetros de entrada observáveis, dependendo dos termos do instrumento.

*Observabilidade:* Os títulos emitidos pelo Barclays são geralmente observáveis. Os títulos estruturados são instrumentos de dívida que contém derivados embutidos. Quando um parâmetro de entrada de um derivado embutido ou o instrumento de dívida for considerado não observável e significativo para a valorização global do título, o título estruturado é classificado como de Nível 3.

*Sensibilidade de Nível 3:* A sensibilidade ao parâmetro de entrada não observável do derivado embutido é calculada em linha com o método usado para o instrumento derivado em causa e incorporada nas rubricas do derivado.

#### *Investimentos em capital privado*

*Descrição:* Esta categoria inclui os investimentos em capital privado

*Valorização:* Os investimentos em capital privado são valorizados de acordo com as "International Private Equity and Venture Capital Valuation Guidelines" (NdT: Diretrizes Internacionais para Valorização do Capital Privado e do Capital de Risco). Isto requer a utilização de uma série de comparações individuais de preço, tais como preços de transações recentes na mesma entidade ou em entidades semelhantes, análise de fluxos de caixa descontados, e comparação com os ganhos múltiplos de empresas comparáveis cotadas. As valorizações integrais são normalmente efetuadas pelo menos semestralmente, devendo as posições ser periodicamente revistas para eventos materiais que possam impactar o justo valor. A valorização de instrumentos de capital não cotados é, por natureza, subjetiva. Contudo, as metodologias relevantes são comumente aplicadas por outros participantes no mercado e têm sido consistentemente aplicadas ao longo do tempo.

*Observabilidade:* Os parâmetros de entrada não observáveis incluem estimativas de ganhos, múltiplos de empresas comparáveis, descontos comerciais e taxas de desconto.

*Sensibilidade de Nível 3:* Cada modelo de valorização relevante é sensível a uma série de pressupostos-chave, tais como ganhos futuros previstos, múltiplos de comparação, descontos comerciais e taxas de desconto. A sensibilidade da valorização é estimada por uma adaptação desses pressupostos a níveis alternativos e razoáveis e pela determinação do impacto sobre a valorização daí resultante.

#### *Outros*

*Descrição:* Os ativos adquiridos ao US Lehman estão incluídos em Outros. Para mais detalhes, consultar a Nota 28. Outros também inclui investimento imobiliário e ativos não correntes detidos para venda. Ver abaixo para mais detalhes.

*Sensibilidade de Nível 3:* Não foi aplicada pressão às contas a receber relativas à aquisição do Lehman (Nota 28). A sensibilidade inerente à mensuração das contas a receber é comparável a uma provisão para contencioso. Devido a este facto, não pode ser aplicado uma pressão ascendente ou descendente numa base comparável aos outros ativos.

#### *Investimento imobiliário*

*Descrição:* O investimento imobiliário consiste de propriedade imobiliária comercial que inclui a maior parte dos principais tipos de propriedade: lojas, escritórios, propriedades industriais e multifamiliares.

*Valorização:* O investimento imobiliário é valorizado a partir de ofertas competitivas no mercado e específicas para o ativo. Em caso de indisponibilidade de ofertas, as valorizações são determinadas por avaliadores terceiros e independentes através de uma análise de fluxos de caixa descontados. Os principais parâmetros de entrada para a valorização de fluxos de caixa descontados são as taxas de capitalização, as rendibilidades, a taxa de crescimento, e as perdas em caso de incumprimento.

*Observabilidade:* Dado que cada investimento imobiliário é por natureza único e que o mercado comercial de imobiliário é ilíquido, os parâmetros de entrada da valorização são principalmente não observáveis.

#### *Ativos não correntes detidos para venda*

*Descrição:* Os ativos não correntes detidos para venda consistem materialmente no negócio Espanhol, que inclui todos os ativos e passivos do Barclays Bank S.A.U. e das suas filiais postos à venda.

*Valorização:* Os ativos não correntes detidos para venda são valorizados pelo menor entre o valor contabilístico e o justo valor menos o custo da venda. O negócio Espanhol foi reconhecido ao preço acordado menos os custos de venda.

# Notas às demonstrações financeiras

## Ativos e passivos detidos ao justo valor

*Observabilidade:* Não existe um mercado líquido para estas transações pelo que os parâmetros de entrada da valorização são principalmente não observáveis.

*Sensibilidade de Nível 3:* O negócio Espanhol foi valorizado ao preço acordado menos os custos de venda, e não se espera que apresente uma sensibilidade significativa.

### *Instrumentos derivados complexos*

As estimativas de valorização realizadas por contrapartes e relativas a instrumentos derivados complexos, com o objetivo de determinar o montante de garantias a depositar, são frequentemente divergentes, e por vezes de modo significativo, das próprias estimativas do Barclays. Em quase todos os casos, o Barclays tem sido capaz de resolver essas diferenças de modo adequado ou, em alternativa, de conseguir um ajuste relativamente aos níveis de depósito de garantias, incluindo em alguns casos a celebração de acordos de garantia. Devido à natureza contínua das execuções de garantias, o Barclays estará frequentemente envolvido em discussões com uma ou mais contrapartes relativamente a tais diferenças num dado momento. As estimativas de valorização realizadas pelas contrapartes para efeitos de garantia são, como qualquer outra valorização de terceiros, consideradas aquando da estimativa do justo valor feita pelo Barclays.

Análise de sensibilidade de valorizações usando parâmetros de entrada não observáveis

	Justo valor		Alterações favoráveis		Alterações desfavoráveis	
	Total ativos	Total passivos	Demonstração resultados	Capital	Demonstração resultados	Capital
	ME	ME	ME	ME	ME	ME
A 31 de dezembro de 2014						
Derivados de taxa de juro	1 239	(1 344)	70	-	(71)	-
Derivados cambiais Derivados de	108	(138)	36	-	(36)	-
Crédito	1 966	(409)	81	-	(229)	-
Derivados de capital	1 247	(2 092)	220	-	(220)	-
Derivados de mercadorias	185	(337)	46	-	(46)	-
Dívida pública e publicamente patrocinada Dívida	1 014	(346)	-	-	(2)	-
corporativa	3 061	(13)	26	(1)	(9)	(4)
Certificados de depósito, títulos comerciais e outros monetário	-	(665)	3	-	3	-
instrumentos de mercado	-	(665)	3	-	3	-
Empréstimos não garantidos por	17 744	-	1 164	-	(820)	-
ativos Títulos garantidos por	1 631	-	46	1	(72)	(1)
ativos Créditos hipotecários	1 180	-	20	-	(19)	-
comerciais Dívida emitida	-	(749)	-	-	-	-
Produtos de capital próprio	171	-	-	11	-	(11)
Fundos e produtos ligados a fundos	631	(210)	14	-	(14)	-
Outros <sup>b</sup>	17 663	(13 297)	180	82	(156)	(55)
<b>Total</b>	<b>47 840</b>	<b>(19 600)</b>	<b>1 906</b>	<b>93</b>	<b>(1 691)</b>	<b>(71)</b>

Análise de sensibilidade de valorizações usando parâmetros de entrada não observáveis

	Justo valor		Alterações favoráveis		Alterações desfavoráveis	
	Ativos totais	Passivos totais	Demonstração de resultados	Capital	Demonstração de resultados	Capital
	ME	ME	ME	ME	ME	ME
A 31 de dezembro de 2013						
Derivados de taxa de juro	1 031	(1 046)	246	-	(251)	-
Derivados cambiais	117	(86)	32	-	(32)	-
Derivados de crédito <sup>a</sup>	2 200	(780)	145	-	(287)	-
Derivados de capital próprio	1 266	(1 867)	234	-	(234)	-
Derivados de mercadorias	399	(540)	41	-	(41)	-
Dívida pública e publicamente patrocinada	220	-	1	-	(1)	-
Dívida corporativa	3 040	(12)	10	-	(4)	-
Certificados de depósito, títulos comerciais e outros monetário	-	(409)	-	-	-	-
instrumentos de mercado	-	(409)	-	-	-	-
Empréstimos não garantidos por ativos	16 132	-	151	-	(1 177)	-
Títulos garantidos por ativos	2 112	-	104	1	(74)	(1)
Empréstimos hipotecários comerciais	1 198	-	61	-	(29)	-
Dívida emitida	1	(1 164)	-	-	-	-
Produtos de capital próprio	168	-	-	12	-	(12)
Fundos e produtos ligados a fundos	550	(54)	25	-	(25)	-
Outros <sup>b</sup>	4 509	(1)	208	58	(203)	(47)
<b>Total</b>	<b>32 943</b>	<b>(5 959)</b>	<b>1 258</b>	<b>71</b>	<b>(2 358)</b>	<b>(60)</b>

Notas

a Os derivadas de crédito incluem a exposição dos derivadas a seguradoras monorramo.

b Outros incluem ativos e passivos não correntes detidos para venda, mensurados pelo justo valor numa base não recorrente, investimentos em capital, empréstimos garantidos por ativos, ativos adquiridos ao US Lehman e investimento em imobiliário.

# Notas às demonstrações financeiras

## Ativos e passivos detidos ao justo valor

O efeito de aplicar pressão sobre parâmetros de entrada não observáveis para uma gama de alternativas razoavelmente possíveis, além de considerar o impacto da utilização de modelos alternativos, seria um acréscimo dos justos valores de até 1,9mM£ (2013: 1,3mM£) ou um decréscimo dos justos valores de até 1,7mM£ (2013: 2,4mM£) com a maior parte do efeito potencial a ter impacto sobre a demonstração de resultados em vez de ter impacto direto sobre o capital. O acréscimo de alterações favoráveis e o correspondente decréscimo de alterações desfavoráveis para empréstimos não garantidos por ativos entre 2014 e 2013 resultou da alteração de metodologia do justo valor descrita na página 191, que moveu a justa valorização da carteira ESHLA para o meio do intervalo dos resultados possíveis.

### Parâmetros de entrada significativos e não observáveis

A tabela seguinte apresenta as técnicas de valorização e os parâmetros de entrada significativos e não observáveis para ativos e passivos reconhecidos ao justo valor e classificados com o Nível 3, juntamente com os intervalos de valores usados para esses parâmetros de entrada significativos e não observáveis:

	Total ativos	Total passivos	Valorização técnica(s)	Significativos não observáveis Parâmetros de entrada	2014 Intervalo		2013 Intervalo		
	ME	ME Unidades <sup>a</sup>			Min	Max	Min	Max	
<b>Instrumentos derivados financeiros<sup>b</sup></b>									
Derivados de taxa de juro	1 239	(1 344)	Fluxos de caixa descontados Modelo opções	Forwards de inflação	(0.5)	11	(0.1)	4	%
				Volatilidade da inflação	0.4	3	1	2	%
				Correlação IR - IR	(88)	100	(34)	100	%
				Correlação FX - IR	14	90	14	90	%
				Volatilidade da taxa de juro	-	97	8	52	%
Derivados de crédito	1 966	(409)	Fluxos de caixa descontados Modelo de correlação Precificação comparável	Spread de crédito	116	2,40	138	1,530	bps
				Correlação de crédito	36	90	22	81	%
				Spread de crédito	6	5 898	206	934	bps
				Preço	64	100	-	100	pontos
Derivados de capital próprio	1 247	(2 092)		Volatilidade do capital	1	97	13	97	%
				Correlação Capital - capital	(55)	99	25	96	%
				Correlação Capital - FX	(80)	55	(91)	55	%
<b>Instrumentos financeiros não derivados</b>									
Divida corporativa	3 061	(13)	Fluxos de caixa descontados Preços comparáveis	Spread de crédito	140	900	138	540	bps
				Preço	-	104	-	120	pontos
Títulos garantidos por ativos	1 631	-	Fluxos de caixa descontados Preços comparáveis	Taxa de pagamento antecipado condicional	-	5	-	54	%
				Taxa constante de Incumprimento	-	9	-	15	%
				Perdas em caso de incumprimento	45	100	-	100	%
				Rendimento	3	11	-	52	%
				Spread de crédito	74	2 688	13	5,305	bps
				Preço	-	100	-	201	pontos
Hipotecários comerciais empréstimos	1 180	-	Fluxos de caixa descontados	Perdas em caso de incumprimento	-	100	-	100	%
				Rendimento	4	8	2	26	%
				Spread de crédito	124	675	134	294	bps
Empréstimos não garantidos por ativos	17 744	-	Fluxos de caixa descontados	Spread de empréstimo	39	1000	-	1,124	bps
Outros <sup>c</sup>	2 320	(182)	Fluxos de caixa descontados Preços comparáveis Valor de ativo líquido <sup>d</sup>	Incumprimento constante taxa	-	-	2	10	%
				Perdas em caso de incumprimento	-	-	33	95	%
				Rendimento	8	9	3	35	%
				Preço	-	133	-	102	pontos
				Valor de ativo líquido					

#### Notas

a As unidades usadas para divulgar os intervalos de parâmetros significativos e não-observáveis são percentagens, pontos e pontos base (bps). Os pontos são uma percentagem da referência (par); por exemplo, 100 pontos equivalem a 100% do par. Um ponto base equivale a 1/100 de 1%; por exemplo, 150 pontos base equivalem a 1,5%

b Alguns instrumentos derivados são classificados como Nível 3 devido a parâmetros de entrada do spread de crédito significativos e não observáveis usados no cálculo do Ajuste de Valorização de Crédito (CVA) para os instrumentos. O intervalo dos spreads de crédito significativos e não observáveis está entre 53 e 825 bps.

c Outros incluem investimentos em capital privado, empréstimos garantidos por ativos, ativos adquiridos ao US Lehman e investimento imobiliário.

d Não foi fornecido um intervalo para o valor líquido dos ativos, já que seria um intervalo muito amplo, refletindo a natureza diversa das posições.

# Notas às demonstrações financeiras

## Ativos e passivos detidos ao justo valor

### 17 Justo valor dos instrumentos financeiros continuação

A secção seguinte descreve os parâmetros de entrada significativos e não observáveis na tabela acima, e a sensibilidade da mensuração do justo valor dos instrumentos categorizados como ativos ou passivos de Nível 3 a aumentos nos parâmetros de entrada significativos e não observáveis. Quando forem descritas as sensibilidades, a relação inversa também será geralmente aplicável.

Se puderem ser identificadas inter-relações fiáveis entre parâmetros de entrada significativos e não observáveis usados na mensuração do justo valor, inclui-se abaixo uma descrição dessas inter-relações.

#### *Preço comparável*

Os preços de instrumentos comparáveis são usados na valorização calculando um rendimento implícito (ou um spread sobre um termo de comparação líquido) a partir do preço de uma obrigação observável e comparável, e seguidamente ajustando esse rendimento (ou spread) para chegar a um valor para a obrigação não observável. O ajuste ao rendimento (ou spread) deverá explicar diferenças relevantes nas obrigações, tais como vencimentos ou qualidade de crédito. Em alternativa, pode assumir-se uma base preço-a-preço entre o instrumento comparável e a obrigação a valorizar, de modo a estabelecer o valor da obrigação.

Em geral, um aumento significativo do preço comparável considerado isoladamente resultará numa alteração do justo valor que será favorável para o detentor de um instrumento de caixa.

Para um instrumento derivado, um aumento significativo de um parâmetro de entrada derivado de um preço comparável considerado isoladamente poderá resultar numa alteração do justo valor que será favorável ou desfavorável consoante os termos específicos do instrumento.

#### *Taxa de pagamento antecipado condicional*

A taxa de pagamento antecipado condicional é a proporção dos pagamentos voluntários e não calendarizados efetuados por um mutuário relativamente ao capital em dívida. As taxas de pagamento antecipado afetam a vida média ponderada das garantias, ao alterarem a componente temporal dos fluxos de caixa futuros previstos.

Um aumento significativo de uma taxa de pagamento antecipado condicional considerada isoladamente poderá resultar numa alteração do justo valor que será favorável ou desfavorável consoante os termos específicos do instrumento.

As taxas de pagamento antecipado condicional apresentam normalmente uma correlação inversa com o spread de crédito, ou seja, as garantias com maior spread de crédito no mutuário apresentam normalmente taxas de pagamento antecipado mais baixas, e também tendem a apresentar taxas de incumprimento mais elevadas.

#### *Taxa de incumprimento constante*

A taxa de incumprimento constante corresponde à taxa de incumprimento anualizada do capital em dívida pelo mutuário.

Um aumento significativo na taxa de incumprimento constante considerada isoladamente poderá resultar numa alteração do justo valor que será favorável ou desfavorável consoante os termos específicos do instrumento.

A taxa de incumprimento constante e as taxas de pagamento antecipado condicional são normalmente inversamente correlacionadas: menos empréstimos em incumprimento significarão normalmente uma maior qualidade de crédito e, conseqüentemente, mais pagamentos antecipados.

#### *Correlação*

A correlação é uma medida do relacionamento entre os movimentos de duas variáveis (ou seja, como a alteração de uma variável influencia uma alteração na outra variável). A correlação é um dos principais parâmetros de entrada para a valorização de contratos derivados com mais do que um instrumento subjacente. Por exemplo, quando um contrato de opções é subscrito num cabaz de nomes subjacentes, a volatilidade do cabaz, e conseqüentemente o justo valor da opção, dependerá da correlação entre os componentes do cabaz. A correlação de crédito refere-se normalmente à correlação entre processos de incumprimentos para os vários nomes que constituem o conjunto de referência para uma estrutura colateralizada de obrigações de dívida.

Um aumento significativo na correlação considerada isoladamente poderá resultar numa alteração do justo valor que será favorável ou desfavorável consoante os termos específicos do instrumento.

#### *Spread de crédito*

Os spreads de crédito representam normalmente a diferença de rentabilidade entre um instrumento e um título de referência ou uma taxa de referência. Os spreads de crédito refletem a rentabilidade adicional exigida por um participante no mercado para se expor ao risco de crédito de um instrumento, e formam parte da rentabilidade usada num cálculo de fluxos de caixa descontados.

Em geral, um aumento significativo do spread de crédito considerado isoladamente resultará numa alteração do justo valor que será favorável para o detentor de um ativo de caixa.

Para um instrumento derivado, um aumento significativo no spread de crédito considerado isoladamente poderá resultar numa alteração do justo valor que será favorável ou desfavorável consoante os termos específicos do instrumento.

#### Spread de empréstimo

Os spreads de empréstimo representam normalmente a diferença de rentabilidade entre um instrumento e um título de referência ou uma taxa de referência. Os spreads de empréstimo refletem normalmente os custos de financiamento, a qualidade do crédito, o nível de ativos comparáveis como ofertas ou outros fatores, e formam parte da rentabilidade usada no cálculo de fluxos de caixa descontados.

Em geral, um aumento significativo dos spreads de empréstimo considerado isoladamente resultará numa alteração do justo valor que será desfavorável para o detentor de um empréstimo.

#### Forwards

Um preço ou taxa aplicável a uma transação financeira que ocorrerá no futuro. Um forward é normalmente baseado no preço ou taxa spot, ajustado pelo custo de transferência, e define o preço ou taxa a usar para entregar um instrumento cambial, obrigacionista, de mercadorias ou qualquer outro instrumento subjacente num momento futuro. Um forward também pode referir-se à taxa fixada para uma obrigação financeira futura, tal como a taxa de juro de reembolso de um empréstimo. Em geral, um aumento significativo de um forward considerado isoladamente resultará numa alteração do justo valor que será favorável para o recetor contratado do ativo subjacente (cambial, obrigacionista, de mercadorias, etc.), mas a sensibilidade depende dos termos específicos do instrumento.

#### Perdas em caso de incumprimento (LGD)

As perdas em caso de incumprimento representam as perdas esperadas após execução da garantia, em percentagem do saldo em dívida.

Em geral, um aumento significativo das LGD considerado isoladamente traduzir-se-á numa menor recuperação e em menores fluxos de caixa projetados para pagamento da securitização, resultando numa alteração do justo valor que será desfavorável para o detentor do produto securitizado.

#### Valor Líquido Patrimonial

O valor líquido patrimonial representa o valor total dos ativos e passivos de um fundo.

Em geral, um aumento significativo do valor líquido patrimonial considerado isoladamente resultará numa alteração do justo valor que será favorável para um empréstimo.

#### Volatilidade

A volatilidade é um parâmetro de entrada principal para a valorização de produtos derivados que contenham opicionalidades. A volatilidade é uma medida da variabilidade ou incerteza relativamente aos lucros de um dado derivado subjacente. Representa uma estimativa de quanto um instrumento, parâmetro, ou índice subjacente específico alterará o seu valor ao longo do tempo. Em geral, as volatilidades serão deduzidas a partir dos preços observados para as opções. Para opções não observáveis a volatilidade implícita poderá refletir pressupostos adicionais sobre a natureza do risco subjacente, bem como refletir o perfil específico de preço de exercício/vencimento de um contrato de opções específico.

Em geral um aumento significativo na volatilidade considerado isoladamente poderá resultar numa alteração do justo valor que será favorável para o detentor de uma opção simples, mas a sensibilidade dependerá dos termos específicos do instrumento.

Poderão existir inter-relações entre volatilidades não observáveis e outros parâmetros de entrada não-observáveis que podem ser deduzidas da observação (por ex. quando os preços das ações descem, as volatilidades implícitas das ações normalmente sobem), mas serão específicas para determinados mercados e poderão variar ao longo do tempo.

#### Rendibilidade

A taxa usada em fluxos de caixa descontados previsionais numa análise de fluxos de caixa descontados futuros.

Em geral, um aumento significativo da rendibilidade considerado isoladamente resultará numa alteração do justo valor que será desfavorável para o detentor de um instrumento de caixa.

#### Ajustes ao justo valor

Os principais ajustes à valorização do balanço quantificam-se segundamente:

	2014	2013
	M€	M€
Ajustes de valorização por compra e venda	(396)	(406)
Outros ajustes de saída	(169)	(208)
Financiamento de derivados não colateralizado	(100)	(67)
Ajustes a crédito à valorização de derivados:		
- Monorramos	(24)	(62)
- Outros ajustes a crédito à valorização de derivados:	(394)	(322)
Ajustes a débito à valorização de derivados:	177	310

#### Ajustes de valorização por compra e venda

O Grupo usa os preços médios de mercado onde for um agente de mercado e tiver capacidade para transacionar ao preço médio ou a um melhor preço (caso de certos mercados de títulos, obrigações e derivados simples/vanilla). Para outros ativos e passivos financeiros, os ajustes por compra e venda são registados para refletirem o preço da estratégia de compensação prevista. A metodologia para determinar o ajuste por compra e venda para uma carteira de derivados envolve o cálculo da exposição líquida ao risco, compensando posições longas e curtas por preço de exercício e vencimento, em conformidade com a estratégia de gestão e cobertura de riscos. Os níveis de compra e venda derivam de fontes do mercado, tais como dados de corretoras.

# Notas às demonstrações financeiras

## Ativos e passivos detidos ao justo valor

### Outros ajustes de saída

Os parâmetros de entrada para derivativos exóticos podem não apresentar um spread de compra e venda diretamente observável. Nesses casos, é aplicado um ajuste de saída como estimativa do ajuste de compra e venda. Um exemplo adequado é o risco de correlação quando é aplicado um ajuste, para refletir a gama possível de valores aplicada pelos participantes do mercado. O ajuste de saída pode ser determinado por calibração aos preços dos derivativos, ou por análise de cenários ou por análise de dados históricos. Os outros ajustes de saída diminuíram 39M£ para 169M£ respetivamente como resultado de movimentos no mercado dos spreads de compra e venda.

### Abordagens para desconto de instrumentos derivativos Colateralizados

De acordo com a prática do mercado, a metodologia para descontar derivativos colateralizados considera a natureza e a moeda da garantia que seja constituída no Anexo de Apoio a Crédito (CSA) relevante. A abordagem de desconto sensível ao CSA reconhece a opção menos dispendiosa que reflita a capacidade da parte que constitui a garantia em alterar a moeda da garantia.

### Não colateralizados

Foi aplicado um ajuste ao justo valor de 100M£ para fazer face ao impacto da consideração do custo do financiamento na valorização de carteiras de derivativos não colateralizados e de derivativos colateralizados em que as condições do acordo não permitam uma nova hipoteca sobre a garantia recebida. Este ajuste é referido como "ajuste de financiamento do justo valor" (FFVA). O FFVA aumentou 33M£ para 100M£, devido principalmente a uma diminuição das taxas de juro, e ocasionando o aumento das exposições não colateralizadas.

O FFVA é determinado pelo cálculo da exposição líquida prevista ao nível da contraparte e pela aplicação de uma taxa de financiamento a essa exposição que reflita o custo de financiamento do mercado. Como parâmetro de entrada para o cálculo usam-se as taxas internas para cedência de recursos da Tesouraria do Barclays. A abordagem considera a probabilidade de incumprimento de cada contraparte, bem como cláusulas de suspensão obrigatória.

O FFVA incorpora um fator de escala que serve como estimativa da extensão com que o custo de financiamento é incorporado nos níveis de negociação observados. A calibração do fator de escala depende do pressuposto que os Ajustes de Valorização a Crédito (CVA) e os Ajustes de Valorização a Débito (DVA) são retidos como componentes de valorização incorporados nesses níveis. O efeito de incorporar este fator de escala a 31 de dezembro de 2014 foi a redução do FFVA em 300M£ (2013: 200M£).

A atividade de negociação de derivativos não colateralizados é usada para determinar este fator de escala. O histórico de negociação analisado inclui novas transações, cancelamentos, reestruturações de negociações e novações. O saldo e movimento do FFVA dependem do spread sobre a LIBOR relativo ao custo do financiamento próprio do Barclays, das probabilidades de incumprimento e taxa de recuperação da contraparte, bem como do valor de mercado dos derivativos subjacentes. As variações no valor de mercado da carteira em que o FFVA se baseia são principalmente motivadas por taxas de juro, taxas de inflação e níveis cambiais.

O Barclays continua a monitorizar as práticas e a atividade de mercado para garantir que a abordagem à valorização dos derivativos não colateralizados permanece adequada. A abordagem acima tem sido usada desde 2012 sem mudanças significativas.

### Ajustes a débito e a crédito à valorização de derivativos

Os ajustes de valorização a crédito (CVA) e os ajustes de valorização a débito (DVA) são incorporados nas valorizações de derivativos para, respetivamente, refletirem o impacto sobre o justo valor do risco de crédito da contraparte e da própria qualidade de crédito do Barclays. Estes ajustes são modelizados para derivativos OTC em todas as classes de ativos. Os cálculos são obtidos através de estimativas da exposição ao incumprimento, da probabilidade de incumprimento e das taxas de recuperação, por contraparte. As contrapartes incluem (mas não estão limitadas a) empresas, monorramos, soberanos e agências soberanas, supranacionais e veículos de propósito especial.

A exposição ao incumprimento para os CVA e DVA é normalmente baseada na exposição esperada, estimada pela simulação de fatores de risco subjacentes. Para alguns produtos complexos, em que esta abordagem não é possível, são considerados pressupostos simplificadores, quer através de estimativas com uma estrutura mais simples, ou usando preços de mercado reais ou baseados em cenários como estimativa da exposição futura. Onde existir um acordo forte de colateralização como atenuante do risco da contraparte, a exposição é ajustada para zero.

A informação da probabilidade de incumprimento e da taxa de recuperação é normalmente recolhida junto dos mercados CDS. Para contrapartes em que esta informação não esteja disponível, ou seja considerada pouco fiável devido à natureza da exposição, são adotadas abordagens alternativas e baseadas no mapeamento das classificações internas da contraparte sobre informação histórica ou de mercado relativa a incumprimento e recuperação. Em especial, isto aplica-se às entidades soberanas e relacionadas, onde o efeito de usar os pressupostos de recuperação implicados nos níveis CDS implicaria um aumento de 120M£ (2013: 105M£) em CVA.

A correlação entre o crédito da contraparte e os fatores de risco derivado subjacente pode levar a um enviesamento sistemático na valorização do risco de crédito da contraparte, apelidado de risco de "correlação desfavorável" ou de "correlação favorável". Isto não está incorporado no cálculo dos CVA, mas o risco de exposição de correlação desfavorável é controlado na fase de iniciação da transação.

Os ajustes a crédito à valorização de derivados aumentaram em 34M£ para 418M£ principalmente devido a um aumento na exposição provocado por taxas de juro mais baixas, parcialmente compensadas por uma redução na exposição monorramo. Os ajustes a débito à valorização de derivados diminuíram em 133M£ para 177M£ principalmente como resultado de melhorias no crédito do Barclays.

#### Isenções de carteira

O Grupo usa a isenção de carteira prevista na IFRS 13 Mensuração do Justo Valor para mensurar o justo valor de grupos de ativos e passivos financeiros. Os instrumentos são mensurados, usando o preço que seria recebido pela venda de uma posição longa líquida (ou seja, de um ativo) para uma exposição a um risco específico, ou pela transferência de uma posição curta líquida (ou seja, de um passivo) para uma exposição a um risco específico numa transação normal entre participantes no mercado à data do balanço e na situação atual do mercado. Do mesmo modo, o Grupo mensura o justo valor do grupo de ativos e passivos financeiros de forma consistente com o modo como os participantes no mercado precificariam a exposição líquida ao risco, à data da mensuração.

#### Ganhos não reconhecidos como resultado do uso de modelos de valorização usando parâmetros de entrada não observáveis.

O montante que deverá ainda ser reconhecido no rendimento, relativo à diferença entre o preço da transação (o justo valor no reconhecimento inicial) e o montante que teria decorrido caso os modelos de valorização que usam parâmetros de entrada não observáveis tivessem sido usados no reconhecimento inicial, menos os montantes posteriormente reconhecidos, é de 96M£ (2013: 137M£) para o Grupo. Não existem acréscimos (2013: 53M£) e 41M£ (2013: 64M£) de amortizações e disponibilizações.

Para o Banco, o montante de ganhos não realizados é de 81M£ (2013: 117M£). Existem (6)M£ (2013: 47M£) de acréscimos e 29M£ (2013: 22M£) de amortizações e disponibilizações.

A reserva detida para ganhos não reconhecidas é principalmente relativa a instrumentos financeiros derivados.

#### Melhorias do risco de crédito de terceiros

Os certificados de depósito estruturados e intermediados, emitidos pelo Grupo Barclays, estão segurados até ao montante de 250.000\$ por depositante, pela Federal Deposit Insurance Corporation (FDIC) dos Estados Unidos. A FDIC é financiada pelos prémios pagos pelo Barclays e por outros bancos para cobertura do seguro de depósitos. O valor contabilístico destes certificados de depósito emitidos e classificados sob a opção de justo valor da IAS 39 inclui esta melhoria de risco de crédito de terceiros. O valor patrimonial destes certificados de depósito intermediados ascende a 3.650M (2013: 3.136M£).

#### Modelo de controlo de valorização

O modelo de controlo de valorização cobre posições ao justo valor e é um controlo essencial para assegurar a exatidão relevante das valorizações.

A função Financeira de controlo de valorização é responsável pela verificação independente de preços, pela supervisão dos ajustes prudenciais e ao justo valor e pela intensificação das questões relativas à valorização.

A governação do processo de valorização é da responsabilidade da Comissão de Valorização, sendo esse o fórum de governação para o qual são dirigidas as questões relativas à valorização.

A Comissão de Valorização reúne mensalmente e é responsável por supervisionar a política e prática da valorização no seio do Grupo. Fornece relatórios à Comissão de Auditoria do Conselho, que analisa os pareceres relativos a valorizações e divulgações relacionadas.

A verificação de preços usa dados produzidos independentemente que sejam considerados mais representativos do mercado. As características relativamente às quais uma fonte de dados é avaliada são a independência, a fiabilidade, a consistência com outras fontes e a evidência de que os dados representam um preço possível. São usados os dados do balanço disponíveis mais recentes. Quando são detetadas variações significativas pelo processo independente de verificação de preços, são feitos ajustes ao justo valor. Podem ser feitos ajustes adicionais ao justo valor para refletir fatores como spreads de compra e venda, incerteza nos dados de mercado, limitações do modelo e risco da contraparte - são revelados mais detalhes sobre estes ajustes ao justo valor na página 207.

# Notas às demonstrações financeiras

## Ativos e passivos detidos ao justo valor

### Comparação de valores contabilísticos e justos valores para ativos e passivos não detidos ao justo valor

As tabelas seguintes resumem o justo valor dos ativos e passivos financeiros mensurados a custo amortizado no balanço patrimonial do Grupo e do Banco:

Grupo	Valor	Justo Valor	Cotações de mercado	Parâmetros de	Parâmetros de
	contabilístico		(Nível 1)	Entrada Observáveis	Entrada Significativos
	ME	ME	ME	ME	ME
<b>A 31 de dezembro de 2014</b>					
<b>Ativos financeiros</b>					
Empréstimos e adiantamentos a bancos	42 657	42 634	2 693	39 302	639
Empréstimos e adiantamentos a clientes:					
- Empréstimos à habitação	166 974	159 602	-	-	159 602
- Cartões de crédito, créditos não garantidos e outros créditos de retalho	63 583	63 759	1 214	488	62 057
- Contas a receber de locação financeira	5 439	5 340	-	-	-
- Créditos corporativos	191 771	188 805	233	138 817	49 755
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos de forma similar	131 753	131 753	2	131 751	-
<b>Passivos financeiros</b>					
Depósitos de bancos	(58 390)	(58 388)	(4 257)	(54 117)	(14)
Contas de clientes:					
- Contas correntes e à ordem	(143 057)	(143 085)	(126 732)	(16 183)	(170)
- Contas-poupança	(131 163)	(131 287)	(116 172)	(15 086)	(29)
- Outros depósitos a prazo	(153 648)	(153 755)	(43 655)	(101 899)	(8 201)
Títulos de dívida emitidos	(86 099)	(87 518)	(188)	(87 330)	-
Acordos de recompra e outros empréstimos garantidos de forma similar	(124 479)	(124 479)	(423)	(124 056)	-
<b>Passivos subordinados</b>	<b>(21 685)</b>	<b>(23 276)</b>	<b>-</b>	<b>(23 259)</b>	<b>(17)</b>

Grupo	Valor	Justo Valor	Cotações de mercado	Parâmetros de	Parâmetros de
	contabilístico		(Nível 1)	Entrada Observáveis	Entrada Significativos
	ME	ME	ME	ME	ME
<b>A 31 de dezembro de 2013</b>					
<b>Ativos financeiros</b>					
Empréstimos e adiantamentos a bancos	39 822	39 808	3 849	31 972	3 987
Empréstimos e adiantamentos a clientes:					
- Empréstimos à habitação	179 527	170 793	-	-	170 793
- Cartões de crédito, créditos não garantidos e outros créditos de retalho	64 551	63 944	2 790	1 659	59 495
- Contas a receber de locação financeira	5 827	5 759	-	-	-
- Créditos corporativos	184 332	180 499	635	119 749	60 115
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos de forma similar	186 779	186 756	-	186 756	-
<b>Passivos financeiros</b>					
Depósitos de bancos	(55 615)	(55 646)	(4 886)	(50 478)	(282)
Contas de clientes:					
- Contas correntes e à ordem	(134 849)	(134 849)	(129 369)	(3 254)	(2 226)
- Contas-poupança	(123 824)	(123 886)	(106 964)	(15 876)	(1 046)
- Outros depósitos a prazo	(173 359)	(173 089)	(41 815)	(120 106)	(11 168)
Títulos de dívida emitidos	(86 693)	(87 022)	(872)	(85 471)	(679)
Acordos de recompra e outros empréstimos garantidos de forma similar	(196 748)	(196 748)	-	(196 748)	-
<b>Passivos subordinados</b>	<b>(22 249)</b>	<b>(22 746)</b>	<b>-</b>	<b>(22 711)</b>	<b>(35)</b>

Banco	Valor contabilístico	Justo Valor	Cotações de mercado (Nível 1)	Parâmetros de Entrada Observáveis (Nível 2)	Parâmetros de Entrada Significativos não observáveis (Nível 3)
A 31 de dezembro de 2014	ME	ME	ME	ME	ME
<b>Ativos financeiros</b>					
Empréstimos e adiantamentos a bancos	57 438	57 431	3 017	53 981	433
Empréstimos e adiantamentos a					
- Empréstimos à habitação	150 896	143 521	-	-	143 521
- Cartões de crédito, créditos não garantidos e outros créditos de retalho	42 368	42 445	777	37	41 631
- Contas a receber de locação financeira	338	332			
- Créditos corporativos	236 212	233 021	2 269	169 903	60 849
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos de forma similar	102 824	102 824	-	102 085	739
<b>Passivos financeiros</b>					
Depósitos de bancos	(70 342)	(70 341)	(5 729)	(64 526)	(86)
Contas de clientes:					
- Contas correntes e à ordem	(221 849)	(221 876)	(115 018)	(99 652)	(7 206)
- Contas-poupança	(116 128)	(116 251)	(105 933)	(10 300)	(18)
- Outros depósitos a prazo	(87 157)	(87 206)	(41 670)	(37 442)	(8 094)
Títulos de dívida emitidos	(63 771)	(65 145)	(87)	(65 058)	-
Acordos de recompra e outros empréstimos garantidos de forma similar	(95 373)	(95 373)	(399)	(94 974)	-
Passivos subordinados	(20 851)	(23 441)	(39)	(23 402)	-

Banco	Valor contabilístico	Justo Valor	Cotações de mercado (Nível 1)	Parâmetros de Entrada Observáveis (Nível 2)	Parâmetros de Entrada Significativos não observáveis (Nível 3)
A 31 de dezembro de 2013	ME	ME	ME	ME	ME
<b>Ativos financeiros</b>					
Empréstimos e adiantamentos a bancos	51 650	51 542	176	47 581	3 785
Empréstimos e adiantamentos a clientes:					
- Empréstimos à habitação	149 974	142 702	-	-	142 702
- Cartões de crédito, créditos não garantidos e outros créditos de retalho	33 705	33 674	1 114	210	32 350
- Contas a receber de locação financeira	361	333			
- Créditos corporativos	278 543	275 173	40	222 486	52 647
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos de forma similar	142 695	142 719	-	142 719	-
<b>Passivos financeiros</b>					
Depósitos de bancos	(64 667)	(64 646)	(4 255)	(60 360)	(31)
Contas de clientes:					
- Contas correntes e à ordem	(107 720)	(107 716)	(101 184)	(6 513)	(19)
- Contas-poupança	(110 377)	(110 366)	(99 895)	(10 454)	(17)
- Outros depósitos a prazo	(279 162)	(279 206)	(35 212)	(232 870)	(11 124)
Títulos de dívida emitidos	(62 812)	(62 640)	-	(62 640)	-
Acordos de recompra e outros empréstimos garantidos de forma similar	(148 545)	(148 541)	-	(148 541)	-
Passivos subordinados	(20 982)	(21 792)	-	(21 792)	-

O justo valor é uma estimativa do preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo numa transação normal entre participantes do mercado, à data da medição. Dado que está disponível uma grande gama de técnicas de valorização, poderá não ser apropriado comparar diretamente esta informação do justo valor com outras instituições financeiras ou independentes no mercado. Diferentes metodologias e pressupostos de valorização podem ter um impacto significativo sobre os justos valores baseados em parâmetros de entrada não observáveis.

# Notas às demonstrações financeiras

## Ativos e passivos detidos ao justo valor

### *Ativos financeiros*

O valor contabilístico dos ativos financeiros detidos ao custo amortizado (incluindo empréstimos e adiantamentos a bancos e clientes, e outros créditos como acordos de revenda e garantias líquidas sobre títulos tomados de empréstimo) é determinado em conformidade com a política contabilística relevante referida nas páginas 219 e 240.

#### *Empréstimos e adiantamentos a bancos*

O valor justo dos empréstimos e adiantamentos, para efeitos desta divulgação, deriva do desconto dos fluxos de caixa esperados num modo que reflete o preço atual de mercado para o crédito a emissores com qualidade de crédito semelhante. Quando não estiverem disponíveis dados de mercado ou informação de crédito para os mutuários em causa, emprega-se uma série de técnicas de estimativa/extrapolação para determinar as taxas de desconto adequadas.

Existem diferenças mínimas entre o justo valor e o valor contabilístico dada a natureza de curto prazo do financiamento (predominantemente depósitos overnight) e à elevada qualidade de crédito das contrapartes.

#### *Empréstimos e adiantamentos a clientes*

O valor justo dos empréstimos e adiantamentos a clientes, para efeitos desta divulgação, deriva do desconto dos fluxos de caixa esperados num modo que reflete o preço atual de mercado para o crédito a emissores com qualidade de crédito semelhante.

Para o crédito a retalho (por exemplo, crédito à Habitação e catões de Crédito) são usados modelos personalizados de desconto de fluxos de caixa para estimar o justo valor dos vários tipos de produto. Por exemplo, para crédito à Habitação são usados modelos diferentes para estimar os justos valores de produtos hipotecários de taxa variável, compensada ou fixa. Os parâmetros de entrada para estes modelos incluem os diferenciais entre as margens históricas e atuais dos produtos e as taxas estimadas de pagamento antecipado.

O desconto do justo valor para o montante contabilizado em empréstimos à habitação para o Grupo diminuiu para 4,4% (2013: 4,9%) e para o Banco aumentou para 4,9% (2013: 4,8%), ambos são devidos a alterações na combinação de produtos na carteira de crédito e a movimentações nas margens dos produtos.

O justo valor dos créditos Corporativos é calculado pela utilização de técnicas de desconto de fluxos de caixa, em que os valores emprestados brutos são descontados à taxa da diferença entre as margens contratuais e as taxas ou spreads limite em que o Barclays cobra uma margem sobre a LIBOR dependendo da qualidade do crédito e das perdas devidas a incumprimento e ao número de anos até ao vencimento. O desconto entre o valor contabilístico e o justo valor para o Grupo diminuiu para 1,5% (2013: 2,1%) e para o Banco aumentou para 1,4% (2013: 1,2%).

#### *Acordos de revenda*

O justo valor dos acordos de revenda aproxima-se do valor contabilístico, dado que estes saldos são geralmente de curto prazo e completamente colateralizados.

### *Passivos financeiros*

O valor contabilístico dos passivos financeiros detidos ao custo amortizado (incluindo contas de clientes e outros depósitos, tais como acordos de recompra e garantias em numerário de títulos emprestados, títulos de dívida emitidos e passivos subordinados) determina-se de acordo com a política contabilística referida na página 240.

#### *Depósitos de bancos e contas de clientes:*

Em muitos casos, o justo valor divulgado aproxima-se do valor contabilístico porque os instrumentos têm uma natureza de curto prazo ou têm taxas de juro frequentemente sujeitas a redefinição, como as contas de clientes e outros depósitos ou títulos de dívida de curto prazo.

O justo valor para depósitos com maiores maturidades, tais como depósitos a prazo, é estimado usando fluxos de caixa descontados, aplicando taxas de mercado ou taxas correntes para os depósitos de outras maturidades semelhantes. Consequentemente, o desconto pelo justo valor é mínimo.

#### *Títulos de dívida emitidos*

Os justos valores para outros títulos de dívida emitidos baseiam-se nas cotações se estas estiverem disponíveis ou, quando os instrumentos forem de curto prazo, o valor contabilístico aproximar-se-á do justo valor. A diferença no justo valor para o Grupo aumentou para 1,6% (2013: 0,4%) e para o Banco aumentou para 2,2% (2013: 0,3%).

#### *Acordos de recompra*

O justo valor dos acordos de recompra aproxima-se do valor contabilístico, dado que estes saldos são geralmente de curto prazo.

#### *Passivos subordinados*

Os justos valores para os empréstimos de capital datados e não datados, convertíveis e não convertíveis, baseiam-se nas taxas verificadas de mercado para a emissão em causa ou para emissões com termos e condições semelhantes.

## 18 Compensação de ativos financeiros e de passivos financeiros

Em conformidade com a IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação, o Grupo divulga os ativos financeiros e passivos financeiros pelo seu valor líquido no balanço apenas se existir o direito legalmente executável de compensar os montantes reconhecidos e não existir intenção de liquidação pelo valor líquido, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo em simultâneo. A tabela seguinte mostra o impacto dos acordos de compensação sobre:

- todos os ativos e passivos financeiros reportados pelo valor líquido no balanço; e
- todos os instrumentos financeiros derivados e acordos de revenda e de recompra e outros acordos semelhantes de concessão e contração de crédito que estejam sujeitos a acordos mestre de compensação ou a acordos semelhantes, mas que não preencham as condições necessárias para a compensação no balanço.

A tabela identifica os montantes compensados no balanço e também os montantes cobertos por acordos de compensação obrigatórios (acordos de compensação e garantias financeiras) mas que não preenchem as condições necessárias para a compensação segundo os requisitos da IAS 32 descritos acima.

Os "montantes líquidos" apresentados a seguir não pretendem representar a exposição atual do Grupo ao risco de crédito, já que são utilizadas várias estratégias de mitigação de crédito para além dos acordos de compensação e de garantias.

### Grupo

	Montantes sujeitos a acordos de compensação obrigatórios						Montantes não sujeitos a acordos de compensação <sup>d</sup>	Total do balanço <sup>e</sup>
	Efeitos da compensação no balanço			Montantes relacionados não compensados <sup>c</sup>				
	Montantes brutos	Montantes compensados <sup>a</sup>	Montantes líquidos relatados no balanço <sup>b</sup>	Instrumentos Financeiros	Financeiro garantia	Montante líquido		
ME	ME	ME	ME	ME	ME	ME	ME	
<b>A 31 de dezembro de 2014</b>								
Ativos financeiros derivados	617 981	(182 274)	435 707	(353 631)	(52 278)	29 798	4 369	440 076
Acordos de revenda e outros garantidos semelhantes créditos	204 895	(97 254)	107 641	-	(106 436)	1 205	24 112	131 753
<b>Ativos totais</b>	<b>822 876</b>	<b>(279 528)</b>	<b>543 348</b>	<b>(353 631)</b>	<b>(158 714)</b>	<b>31 003</b>	<b>28 481</b>	<b>571 829</b>
Passivos financeiros derivados	(617 161)	184 496	(432 665)	353 631	54 311	(24 723)	(6 655)	(439 320)
Acordos de recompra e outros créditos garantidos semelhantes	(202 218)	97 254	(104 964)	-	104 023	(941)	(19 515)	(124 479)
<b>Passivos totais</b>	<b>(819 379)</b>	<b>281 750</b>	<b>(537 629)</b>	<b>353 631</b>	<b>158 334</b>	<b>(25 664)</b>	<b>(26 170)</b>	<b>(563 799)</b>
<b>A 31 de dezembro de 2013</b>								
Ativos financeiros derivados	603 684	(264 816)	338 868	(279 802)	(44 621)	14 445	11 592	350 460
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos de forma similar	246 281	(93 508)	152 773	-	(151 833)	940	34 006	186 779
<b>Ativos totais</b>	<b>849 965</b>	<b>(358 324)</b>	<b>491 641</b>	<b>(279 802)</b>	<b>(196 454)</b>	<b>15 385</b>	<b>45 598</b>	<b>537 239</b>
Passivos financeiros derivados	(598 472)	264 681	(333 791)	279 802	40 484	(13 505)	(13 327)	(347 118)
Acordos de recompra e outros empréstimos garantidos de forma similar	(253 966)	93 508	(160 458)	-	159 686	(772)	(36 290)	(196 748)
<b>Passivos totais</b>	<b>(852 438)</b>	<b>358 189</b>	<b>(494 249)</b>	<b>279 802</b>	<b>200 170</b>	<b>(14 277)</b>	<b>(49 617)</b>	<b>(543 866)</b>

#### Notas

a Os montantes compensados para ativos financeiros Derivados incluem garantias em numerário líquidas no valor de 1.052M€ (2013: 329M€). Os montantes compensados para passivos financeiros Derivados incluem garantias em numerário líquidas no valor de 3.274M€ (2013: 194M€). Os ativos e passivos de liquidações compensados atingiram 13.258M€ (2013: 6.699M€). Não foram compensados no balanço outros ativos e passivos financeiros significativos e reconhecidos. Portanto, as únicas categorias do balanço de inclusão necessária na tabela são as apresentadas acima.

b A tabela exclui os acordos de revenda designados ao justo valor que estão sujeitos a acordos mestres de compensação obrigatórios no valor de 4m€ (2013: 2m€). c As garantias financeiras são refletidas ao seu justo valor, mas foram limitadas à exposição líquida do balanço para não incluir qualquer sobrecolateralização.

d Esta coluna inclui os direitos contratuais de compensação sujeitos a incerteza segundo as leis da jurisdição relevante.

e O total do balanço é a soma dos "Montantes líquidos reportados no balanço" sujeitos a acordos de compensação obrigatórios e dos "montantes não sujeitos a acordos de compensação obrigatórios".

# Notas às demonstrações financeiras

## Ativos e passivos detidos ao justo valor

### Banco

	Montantes sujeitos a acordos de compensação obrigatórios						Montantes não sujeitos a acordos de compensação obrigatórios	Total do balanço*
	Efeitos da compensação no balanço			Montantes relacionados não compensados*				
	Montantes brutos	Montantes compensados*	Montantes líquidos relatados no balanço*	Instrumentos Financeiros	Financeiro garantia	Montante líquido		
	ME	ME	ME	ME	ME	ME	ME	ME
<b>A 31 de dezembro de 2014</b>								
Ativos financeiros derivados	589 971	(182 274)	407 697	(327 156)	(52 091)	28 450	18 868	426 565
Acordos de revenda e outros garantidos semelhantes créditos	197 951	(103 703)	94 248	-	(93 468)	780	8 576	102 824
<b>Ativos totais</b>	<b>787 922</b>	<b>(285 977)</b>	<b>501 945</b>	<b>(327 156)</b>	<b>(145 559)</b>	<b>29 230</b>	<b>27 444</b>	<b>529 389</b>
Passivos financeiros derivados	(583 017)	184 496	(398 521)	327 156	53 382	(17 983)	(21 084)	(419 605)
Acordos de recompra e outros créditos garantidos semelhantes	(189 924)	103 703	(86 221)	-	85 177	(1 044)	(9 152)	(95 373)
<b>Passivos totais</b>	<b>(772 941)</b>	<b>288 199</b>	<b>(484 742)</b>	<b>327 156</b>	<b>138 559</b>	<b>(19 027)</b>	<b>(30 236)</b>	<b>(514 978)</b>
<b>A 31 de dezembro de 2013</b>								
Ativos financeiros derivados	605 587	(264 816)	340 771	(275 062)	(41 127)	24 582	4 663	345 434
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos de forma similar	233 488	(101 577)	131 911	-	(130 769)	1 142	10 784	142 695
<b>Ativos totais</b>	<b>839 075</b>	<b>(366 393)</b>	<b>472 682</b>	<b>(275 062)</b>	<b>(171 896)</b>	<b>25 724</b>	<b>15 447</b>	<b>488 129</b>
Passivos financeiros derivados	(596 092)	264 666	(331 426)	275 062	36 764	(19 600)	(3 796)	(335 223)
Acordos de recompra e outros empréstimos garantidos de forma similar	(241 348)	101 577	(139 771)	-	138 888	(883)	(8 774)	(148 545)
<b>Passivos totais</b>	<b>(837 440)</b>	<b>366 243</b>	<b>(471 197)</b>	<b>275 062</b>	<b>175 652</b>	<b>(20 483)</b>	<b>(12 570)</b>	<b>(483 767)</b>

Montantes relacionados não compensados

Ativos e passivos derivados

A coluna de "Instrumentos Financeiros" identifica os ativos e passivos financeiros sujeitos a acordos de compensação, tais como o ISDA Master Agreement ou a acordos de troca de derivados ou de compensação com contrapartes, em que todas as transações pendentes com a mesma contraparte podem ser compensadas e pode ser aplicada a compensação com vencimento antecipado a todas as transações pendentes cobertas pelos acordos, caso ocorram incumprimentos ou outros eventos predeterminados.

A garantia financeira é relativa à garantia monetária ou não monetária obtida, normalmente com periodicidade diária ou semanal, para cobertura da exposição líquida entre as contrapartes, ao permitir a execução da garantia caso ocorram incumprimentos ou outros eventos predeterminados.

### Notas

a Os montantes compensados para ativos financeiros Derivados incluem garantias em numerário líquidas no valor de 1.052M€ (2013: 329M€). Os montantes compensados para passivos financeiros Derivados incluem garantias em numerário líquidas no valor de 3.274M€ (2013: 179M€). Não foram compensados no balanço outros ativos e passivos financeiros significativos e reconhecidos. Portanto, as únicas categorias do balanço de inclusão necessária na tabela são as apresentadas acima.

b A tabela exclui os acordos de revenda designados ao justo valor que estão sujeitos a acordos mestres de compensação obrigatórios no valor de 2m€ (2013: 1m€). c As garantias financeiras são refletidas ao seu justo valor, mas foram limitadas à exposição líquida do balanço para não incluir qualquer sobrecolateralização.

d Esta coluna inclui os direitos contratuais de compensação sujeitos a incerteza segundo as leis da jurisdição relevante.

e O total do balanço é a soma dos "Montantes líquidos reportados no balanço" sujeitos a acordos de compensação obrigatórios e dos "montantes não sujeitos a acordos de compensação obrigatórios":

Acordos de recompra e revenda e outros créditos concedidos ou contratados e garantidos de forma similar

A coluna de "Instrumentos Financeiros" identifica os ativos e passivos financeiros sujeitos a acordos de compensação, tais como acordos mestres de recompra globais e acordos mestres de financiamento de títulos, em que todas as transações pendentes com a mesma contraparte podem ser compensadas e pode ser aplicada a compensação com vencimento antecipado a todas as transações pendentes cobertas pelos acordos, caso ocorram incumprimentos ou outros eventos predeterminados.

As garantias financeiras normalmente incluem garantias altamente líquidas que são transferidas legalmente e podem ser liquidadas em caso de incumprimento da contraparte.

Estes acordos de compensação e de garantias e outras estratégias de mitigação do risco de crédito usadas pelo Grupo são explicadas em detalhe na secção de mitigação do risco de Crédito nas páginas 49 e 50

# Notas às demonstrações financeiras

## Instrumentos financeiros detidos ao custo

As notas incluídas nesta secção centram-se nos ativos detidos a custo amortizado que resultam dos créditos retalhista e grossista do Grupo, e que incluem empréstimos e adiantamentos, locações financeiras, acordos de recompra e revenda e crédito segurado similar. Os detalhes respeitantes à posição de capital e liquidez do Grupo encontram-se nas páginas 98 a 120.

### 19 Empréstimos e adiantamentos a bancos e clientes

#### Contabilidade dos instrumentos financeiros detidos ao custo amortizado

Empréstimos e adiantamentos a bancos e clientes, contas de clientes, títulos de dívida e a maioria dos passivos financeiros, são detidos ao custo amortizado. Isto é, o valor justo inicial (geralmente o montante adiantado ou emprestado) é ajustado para reembolsos e amortização de cupão, honorários e despesas, de modo a representar a taxa de juro efetiva do ativo ou do passivo.

De acordo com a IAS 39, se o Grupo já não tenciona negociar em ativos financeiros, pode transferi-los para fora da classificação de detido para negociação e mensurá-los pelo custo amortizado, caso satisfaçam a definição de um empréstimo. O valor inicial utilizado com a intenção de estabelecer um custo amortizado é um valor justo à data da transferência.

	O Grupo		O Banco	
	2014	2013	2014	2013
Em 31 de Dezembro	M€	M€	M€	M€
Empréstimos e adiantamentos brutos a bancos	42.657	39.832	57.438	51.660
Menos: provisão		(10)		(10)
<b>Empréstimos e adiantamentos a bancos</b>	<b>42.657</b>	<b>39.822</b>	<b>57.438</b>	<b>51.650</b>
Empréstimos e adiantamentos brutos a clientes	433.222	441.485	433.677	467.146
Menos: provisão para	(5.455)	(7.248)	(3.863)	(4.563)
<b>Empréstimos e adiantamentos a clientes</b>	<b>427.767</b>	<b>434.237</b>	<b>429.814</b>	<b>462.583</b>

São incluídas mais análises sobre os empréstimos e adiantamentos de O Grupo a bancos e clientes e provisões para imparidade nas páginas 64 a 91.

Antes de 2010, O Grupo reclassificou certos ativos financeiros, inicialmente classificados como detidos para negociação, que foram considerados não detidos para fins comerciais, e, portanto, considerados como empréstimos e contas a adiantamentos. O valor contabilístico e valor justo dos títulos reclassificados em empréstimos e adiantamentos é 1.862 M€ (2013:2.812 M€) e 1.834 M€ (2013:2.727 M€), respetivamente.

Se as reclassificações não tivessem sido efetuadas, as demonstrações de resultados do Grupo para 2014 teriam incluído um ganho líquido nos ativos de negociação reclassificados de 57 M€ (ganho em 2013: 57 M€).

### 20 Locações financeiras

#### Contabilização de locações financeiras

O Grupo aplica a IAS 17 *Locações* na contabilidade para locações financeiras, quer se trate do locador, ou do locatário. Uma locação financeira é uma locação que confere substancialmente todos os riscos e as recompensas do ativo locado sobre o locatário. Quando O Grupo é o locador, o ativo locado não é detido no balanço financeiro, em vez disso são reconhecidas contas a receber da locação financeira que representam as contas a receber dos pagamentos de locação mínimos nos termos da locação, descontados à taxa de juros implícita na locação. Quando o Grupo é o locatário, o ativo locado é reconhecido como item do ativo fixo e é reconhecido um passivo da locação financeira, que representa os pagamentos de locação mínimos nos termos da locação, descontados à taxa de juros implícita na locação.

Os juros credores ou despesas são reconhecidos nas contas a receber ou nas contas a pagar com juros, atribuídos aos períodos contabilísticos para refletir uma taxa de retorno periódica constante.

### Valores a receber da locação financeira

As contas a receber da locação financeira incluem-se no âmbito de empréstimos e adiantamentos aos clientes. O Grupo é especialista em empréstimos de ativos e trabalha com uma ampla gama de tecnologia internacional, equipamento industrial e empresas comerciais no sentido de disponibilizar programas financeiros personalizados para assistência a fabricantes, vendedores e distribuidores de ativos.

	2014				2013			
	Investimento bruto em locação financeira a receber	Futuro Rendimento Financeiro	Valor atual de pagamentos de locação mínimos	Valores residuais Não garantidos	Investimento bruto em locação financeira a receber	Futuro Rendimento Financeiro	Valor atual de mínimos pagamentos de locação	Valores residuais Não garantidos
	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€
<b>O Grupo</b>								
Não mais de um ano	2.139	(304)	1.835	125	2.004	(286)	1.718	93
Durante um ano, mas não mais de cinco	4.159	(682)	3.477	293	4.308	(662)	3.646	268
Durante cinco anos	213	(40)	173	17	539	(76)	463	85
<b>Total</b>	<b>6.511</b>	<b>(1.026)</b>	<b>5.485</b>	<b>435</b>	<b>6.851</b>	<b>(1.024)</b>	<b>5.827</b>	<b>446</b>
<b>O Banco</b>								
Não mais de um ano	14	(9)	5	-	14	-	14	-
Durante um ano, mas não mais de cinco	333	(29)	304	-	377	(51)	326	-
Durante cinco anos	9	(3)	6	-	22	(1)	21	-
<b>Total</b>	<b>356</b>	<b>(41)</b>	<b>315</b>	<b>-</b>	<b>413</b>	<b>(52)</b>	<b>361</b>	<b>-</b>

A dedução por imparidade para contas a receber da locação financeira não coletáveis totalizou 82 M€ (2013: 129 M€).

#### Passivo da locação financeira

O Grupo aluga os produtos da propriedade, a instalação e o equipamento nos termos que cumprem com a definição de locação financeira. Os compromissos de locação financeira estão incluídos na Nota 25.

Em 31 de Dezembro de 2014, o total de pagamentos mínimos futuros nos termos de locações financeiras foi de 14 M€ (2013: 19 M€), dos quais 5 M€ (2013: 5 M€) se deveram a um ano e o total de pagamentos mínimos futuros nos termos de locações financeiras para o Banco foi nulo (2013: 0 £). O valor contabilístico de ativos detidos nos termos de locações financeiras foi de 31 M€ (2013: 16 M€).

# Notas às demonstrações financeiras

## Instrumentos financeiros detidos ao custo

### 21 Acordos de revenda e de recompra incluindo outros créditos e empréstimos similares

Os acordos de revenda (e empréstimo de ações ou transação similar) são uma forma de crédito segurado pelo qual o Grupo disponibiliza um empréstimo ou uma garantia em numerário em troca da transferência da garantia, geralmente na forma de títulos negociáveis sujeitos a um acordo para transferência dos títulos suportados a um preço fixo no futuro. Os acordos de recompra ocorrem quando o Grupo obtém esses empréstimos ou garantias em numerário, em troca da transferência da garantia.

#### Contabilização de acordos de revenda e recompra incluindo crédito e outros empréstimos similares

O Grupo compra (com um acordo de revenda) ou empresta títulos com o compromisso de os revender ou devolver. Os títulos não são incluídos no balanço, porque o Grupo não adquire os riscos e as recompensas de propriedade. A retribuição paga (ou a garantia em numerário disponibilizada) é contabilizada como um ativo de empréstimo a custo amortizado.

O Grupo também pode vender (um acordo de recompra) ou emprestar títulos sujeitos a um compromisso para os recomprar ou resgatar. Os títulos são retidos no balanço financeiro, porque o Grupo retém substancialmente os riscos e as recompensas de propriedade. A retribuição recebida (ou a garantia em numerário disponibilizada) é contabilizada como um passivo financeiro a custo amortizado.

	O Grupo		O Banco	
	2014	2013	2014	2013
	M€	M€	M€	M€
<b>Ativos</b>				
Bancos	39.528	67.889	22.051	42.616
Clientes	92.225	118.890	80.773	100.079
<b>Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares</b>	<b>131.753</b>	<b>186.779</b>	<b>102.824</b>	<b>142.695</b>
<b>Passivos</b>				
Bancos	49.940	66.896	24.131	39.466
Clientes	74.539	129.852	71.242	109.079
<b>Acordos de recompra e empréstimos garantidos similares</b>	<b>124.479</b>	<b>196.748</b>	<b>95.373</b>	<b>148.545</b>

# Notas às demonstrações financeiras

## Ativos não correntes e outros investimentos

As notas incluídas nesta secção centram-se nos ativos tangíveis e intangíveis não correntes e nos ativos fixos tangíveis do Grupo, que apresentam benefícios económicos futuros a longo prazo.

### 22 Ativos fixos tangíveis

#### Contabilização de ativos fixos tangíveis

O Grupo aplica a IAS 16 *Ativos Fixos Tangíveis* e a IAS 40 *Propriedades para*

Os ativos fixos tangíveis são avaliados ao custo, o que inclui custos de aquisição diretos e incrementais deduzidos de uma depreciação acumulada e das provisões por imparidade, se necessário. Os custos posteriores são capitalizados se estes resultarem no aumento do ativo.

A depreciação foi calculada sobre o montante depreciável de itens de ativos fixos tangíveis, linearmente, ao longo da sua vida útil económica previsível. As taxas de depreciação, os métodos e os valores residuais subjacentes ao cálculo de depreciação de produtos de propriedade, instalação e equipamento são mantidos sobre revisão para contabilizar qualquer alteração das circunstâncias. O Grupo utiliza as seguintes taxas anuais no cálculo da depreciação:

Taxas anuais no cálculo da depreciação	Taxa de depreciação
Terrenos de propriedade absoluta	Não depreciado
Edifícios de propriedade plena e propriedade de locação de longa duração (mais de 50 anos de duração), propriedade alugada durante a vida restante da locação (menos de 50 anos de duração), custos de adaptação na propriedade absoluta e na propriedade de locação	2-3,3% Durante a vida restante d locação 6-10%
Equipamentos instalados em propriedade própria e propriedade de locação	6-10%
Computadores e equipamentos similares	17-33%
Mobiliário e utensílios e outro equipamento	9-20%

Quando a propriedade arrendada tem uma vida útil restante inferior a 17 anos, os custos de adaptação e de equipamento instalado são desvalorizados ao longo da vida restante da locação.

#### Propriedade de investimento

O Grupo reconhece inicialmente a propriedade de investimento ao custo e, posteriormente, ao seu valor justo, que reflete as condições de mercado à data do relatório. Os ganhos e as perdas sobre a nova mensuração estão incluídos na demonstração financeira.

	O Grupo					O Banco			
	Propriedad e de investim M€	Propriedade M€	Equipamento M€	Ativos locado s M€	Total M€	Propriedad e de investim M€	Propriedade M€	Equipamento M€	Total M€
<b>Custo</b>									
Em 1 de Janeiro de 2014	451	3.924	4.552	10	8.937	68	2.023	2.119	4.210
Acréscimos e alienações	(160)	174	7	-	21	6	120	(26)	100
Alteração no justo valor das propriedades de investimento	(1)	-	-	-	(1)	-	-	-	-
Câmbio e outros movimentos	(83)	(44)	(209)	-	(336)	(58)	(12)	(14)	(84)
<b>Em 31 de Dezembro de 2014</b>	<b>207</b>	<b>4.054</b>	<b>4.350</b>	<b>10</b>	<b>8.621</b>	<b>16</b>	<b>2.131</b>	<b>2.079</b>	<b>4.226</b>
<b>Depreciação e imparidade acumuladas</b>									
Em 1 de Janeiro de 2014	-	(1.513)	(3.201)	(7)	(4.721)	-	(985)	(1.501)	(2.486)
Encargo da depreciação	-	(184)	(399)	(2)	(585)	-	(94)	(199)	(293)
Alienações	-	34	271	-	305	-	14	140	154
Câmbio e outros movimentos	-	(6)	172	-	166	-	(11)	11	-
<b>Em 31 de Dezembro de 2014</b>	<b>-</b>	<b>(1.669)</b>	<b>(3.157)</b>	<b>(9)</b>	<b>(4.835)</b>	<b>-</b>	<b>(1.076)</b>	<b>(1.549)</b>	<b>(2.625)</b>
<b>Valor contabilístico líquido</b>	<b>207</b>	<b>2.385</b>	<b>1.193</b>	<b>1</b>	<b>3.786</b>	<b>16</b>	<b>1.055</b>	<b>530</b>	<b>1.601</b>

# Notas às demonstrações financeiras

## Ativos não correntes e outros

	O Grupo					O Banco			
	Investimento em Propriedade	Propriedade	Equipamento	Ativos Alugados	Total	Investimento em Propriedade	Propriedade	Equipamento	Total
	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€
<b>Custo</b>									
Em 1 de Janeiro de 2013	1.686	4.030	4.794	14	10.524	-	2.136	2.214	4.350
Acréscimos e alienações	(1.052)	21	88	(4)	(947)	68	(105)	(50)	(87)
Alteração no justo valor das	41	-	-	-	41	-	-	-	-
Câmbio e outros movimentos	(224)	(127)	(330)	-	(681)	-	(8)	(45)	(53)
<b>Em 31 de Dezembro de 2013</b>	<b>451</b>	<b>3.924</b>	<b>4.552</b>	<b>10</b>	<b>8.937</b>	<b>68</b>	<b>2.023</b>	<b>2.119</b>	<b>4.210</b>
<b>Depreciação e imparidade acumuladas</b>									
Em 1 de Janeiro de 2013	-	(1.414)	(3.350)	(6)	(4.770)	-	(940)	(1.504)	(2.444)
Encargo da depreciação	-	(220)	(426)	(1)	(647)	-	(118)	(195)	(313)
Alienações	-	113	282	-	395	-	107	209	316
Câmbio e outros movimentos	-	8	293	-	301	-	(34)	(11)	(45)
<b>Em 31 de Dezembro de 2013</b>	<b>-</b>	<b>(1.513)</b>	<b>(3.201)</b>	<b>(7)</b>	<b>(4.721)</b>	<b>-</b>	<b>(985)</b>	<b>(1.501)</b>	<b>(2.486)</b>
<b>Valor contabilístico líquido</b>	<b>451</b>	<b>2.411</b>	<b>1.351</b>	<b>3</b>	<b>4.216</b>	<b>68</b>	<b>1.038</b>	<b>618</b>	<b>1.724</b>

Os arrendamentos de propriedades de 5 M€ (2013: 70 M€) e 14 M€ (2013: 38 M€) foram incluídos no rendimento líquido do investimento e noutro rendimento, respetivamente. Uma imparidade de 61 M€ (2013: 86 M€) foi imputada incluindo 38 M€ relativamente à reestruturação de instalações na Europa.

O valor justo da propriedade de investimento é determinado por referência aos atuais preços de mercado para propriedades similares, ajustado quando necessário para condição e localização, ou por referência a transações recentes atualizadas para refletir as condições económicas atuais. As técnicas de fluxo de caixa descontados podem ser utilizadas para calcular o justo valor, caso não tenha havido transações recentes, utilizando dados de mercados externos atuais, tais como rendas de mercado e taxas de juro. As avaliações são feitas pela gestão com o apoio de avaliadores independentes e adequadamente qualificados. Consultar a nota 17 Justo valor de ativos e passivos para mais detalhes.

### 23 Goodwill e ativos intangíveis

#### Contabilização do goodwill e outros ativos intangíveis

##### Goodwill

O valor contabilístico do goodwill é determinado de acordo com os padrões IFRS 3 *Combinações de Negócio* e a IAS 36

O goodwill resulta da aquisição de subsidiárias, associados e joint-ventures, e representa o excesso do justo valor da consideração da compra sobre o justo valor da participação do Grupo de ativos adquiridos e de passivos e passivos contingentes assumidos na data da aquisição.

O goodwill é analisado anualmente relativamente à imparidade, ou mais frequentemente quando há indicações de que possa ter ocorrido uma imparidade. A análise envolve a comparação do valor contabilístico do goodwill com o valor atual dos fluxos de caixa antes de impostos, descontados a uma taxa de juro que reflete os riscos inerentes da unidade geradora de caixa (CGU) com a qual o goodwill está relacionado, ou o justo valor da CGU, caso este seja mais alto.

##### Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis diferentes do goodwill são contabilizados de acordo com a

Os ativos intangíveis incluem marcas, listas de clientes, software gerado internamente, outro software, licenças e outros contratos e intangíveis de depósitos principais. Inicialmente são reconhecidos quando são separáveis ou derivam de direitos contratuais ou de outros direitos legais, o custo pode ser mensurado de modo fiável e, no caso de ativos intangíveis não adquiridos numa combinação empresarial, quando é provável que os benefícios económicos futuros atribuíveis a ativos vão decorrer da sua utilização.

Os ativos intangíveis são declarados a custo (ou seja, no caso de ativos adquiridos numa combinação empresarial, o justo valor da data da aquisição) deduzidos da amortização e provisão para imparidade, caso existam, e são amortizados ao longo das suas vidas úteis de forma a refletirem o padrão para o qual contribuem para fluxos de caixa futuros, geralmente ao longo de 4 a 25 anos.

Os ativos intangíveis são analisados relativamente à imparidade, quando houver indicações de ter ocorrido imparidade.

	Goodwill M€	Software gerado internamente M€	Outros software M€	Principais Intangíveis M€	Marcas M€	Listas de clientes M€	Licenças e outros M€	Total M€
<b>O Grupo</b>								
<b>Custo</b>								
Em 1 de Janeiro de 2014	6.346	2.411	556	194	116	1.543	437	11.603
Acréscimos e alienações	36	702	176	-	-	123	7	1.044
Câmbio e outros movimentos	(53)	127	(250)	(8)	(4)	55	3	(130)
<b>Em 31 de Dezembro de 2014</b>	<b>6.329</b>	<b>3.240</b>	<b>482</b>	<b>186</b>	<b>112</b>	<b>1.721</b>	<b>447</b>	<b>12.517</b>
<b>Amortização e imparidade acumuladas</b>								
Em 1 de Janeiro de 2014	(1.468)	(999)	(217)	(85)	(97)	(799)	(253)	(3.918)
Alienações	-	98	21	-	-	14	2	135
Encargos de amortização	-	(306)	(19)	(7)	(18)	(142)	(30)	(522)
Encargos de imparidade	-	(74)	(21)	-	-	(5)	-	(100)
Câmbio e outros movimentos	26	24	42	4	4	(30)	(2)	68
<b>Em 31 de Dezembro de 2014</b>	<b>(1.442)</b>	<b>(1.257)</b>	<b>(194)</b>	<b>(88)</b>	<b>(111)</b>	<b>(962)</b>	<b>(283)</b>	<b>(4.337)</b>
<b>Valor contabilístico líquido</b>	<b>4.887</b>	<b>1.983</b>	<b>288</b>	<b>98</b>	<b>1</b>	<b>759</b>	<b>164</b>	<b>8.180</b>
<b>O Banco</b>								
<b>Custo</b>								
Em 1 de Janeiro de 2014	4.276	1.736	238	6	-	117	122	6.495
Acréscimos e alienações	-	271	98	-	-	-	(1)	368
Câmbio e outros movimentos	(2)	22	(55)	(1)	-	(2)	(5)	(43)
<b>Em 31 de Dezembro de 2014</b>	<b>4.274</b>	<b>2.029</b>	<b>281</b>	<b>5</b>	<b>-</b>	<b>115</b>	<b>116</b>	<b>6.820</b>
<b>Amortização e imparidade acumuladas</b>								
Em 1 de Janeiro de 2014	(817)	(675)	(75)	(4)	-	(69)	(49)	(1.689)
Alienações	-	98	19	-	-	-	2	119
Encargos de amortização	-	(216)	(6)	-	-	(10)	(10)	(242)
Encargos de imparidade	-	(40)	(21)	-	-	-	-	(61)
Câmbio e outros movimentos	-	11	(16)	-	-	2	1	(2)
<b>Em 31 de Dezembro de 2014</b>	<b>(817)</b>	<b>(822)</b>	<b>(99)</b>	<b>(4)</b>	<b>-</b>	<b>(77)</b>	<b>(56)</b>	<b>(1.875)</b>
<b>Valor contabilístico líquido</b>	<b>3.457</b>	<b>1.207</b>	<b>182</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>38</b>	<b>60</b>	<b>4.945</b>

# Notas às demonstrações financeiras

## Ativos não correntes e outros

	Goodwill M€	Software Gerado internamente M€	Outros software M€	Principais Intangíveis M€	Marcas M€	Listas de clientes M€	Licenças e outros M€	Total M€
<b>O Grupo</b>								
<b>Custo</b>								
Em 1 de Janeiro de 2013	6.585	1.844	478	243	149	1.638	476	11.413
Acréscimos e alienações	-	617	79	-	-	36	6	738
Câmbio e outros movimentos	(239)	(50)	(1)	(49)	(33)	(131)	(45)	(548)
<b>Em terça-feira, 31 de Dezembro de</b>	<b>6.346</b>	<b>2.411</b>	<b>556</b>	<b>194</b>	<b>116</b>	<b>1.543</b>	<b>437</b>	<b>11.603</b>
<b>Amortização e imparidade acumuladas</b>								
Em 1 de Janeiro de 2013	(1.379)	(809)	(158)	(96)	(111)	(717)	(228)	(3.498)
Alienações	-	52	-	-	-	-	3	55
Encargos de amortização	-	(241)	(38)	(9)	(13)	(144)	(35)	(480)
Encargos de imparidade	(79)	(38)	(19)	-	-	-	(3)	(139)
Câmbio e outros movimentos	(10)	37	(2)	20	27	62	10	144
<b>Em 31 de Dezembro de 2013</b>	<b>(1.468)</b>	<b>(999)</b>	<b>(217)</b>	<b>(85)</b>	<b>(97)</b>	<b>(799)</b>	<b>(253)</b>	<b>(3.918)</b>
<b>Valor contabilístico líquido</b>	<b>4.878</b>	<b>1.412</b>	<b>339</b>	<b>109</b>	<b>19</b>	<b>744</b>	<b>184</b>	<b>7.685</b>
<b>O Banco</b>								
<b>Custo</b>								
Em 1 de Janeiro de 2013	4.276	1.373	177	6	-	107	125	6.064
Acréscimos e alienações	-	363	60	-	-	11	(4)	430
Câmbio e outros movimentos	-	-	1	-	-	(1)	1	1
<b>Em 31 de Dezembro de 2013</b>	<b>4.276</b>	<b>1.736</b>	<b>238</b>	<b>6</b>	<b>-</b>	<b>117</b>	<b>122</b>	<b>6.495</b>
<b>Amortização e imparidade acumuladas</b>								
Em 1 de Janeiro de 2013	(817)	(520)	(59)	(4)	-	(58)	(42)	(1.500)
Alienações	-	51	-	-	-	-	3	54
Encargos de amortização	-	(172)	3	-	-	(12)	(10)	(191)
Encargos de imparidade	-	(38)	(19)	-	-	-	(3)	(60)
Câmbio e outros movimentos	-	4	-	-	-	1	3	8
<b>Em 31 de Dezembro de 2013</b>	<b>(817)</b>	<b>(675)</b>	<b>(75)</b>	<b>(4)</b>	<b>-</b>	<b>(69)</b>	<b>(49)</b>	<b>(1.689)</b>
<b>Valor contabilístico líquido</b>	<b>3.459</b>	<b>1.061</b>	<b>163</b>	<b>2</b>	<b>-</b>	<b>48</b>	<b>73</b>	<b>4.806</b>

## Goodwill

O *goodwill* é atribuído às operações empresariais de acordo com segmentos de negócio do seguinte modo:

	O Grupo		O Banco	
	2014	2013	2014	2013
	M€	M€	M€	M€
Banca de Retalho e Empresarial	3.471	3.471	3.225	3.225
Africa Banking	915	948	-	-
Barclaycard	427	381	172	172
BNC	74	78	60	62
Valor contabilístico líquido total do <i>goodwill</i>	4.887	4.878	3.457	3.459

## Estimativas e Pareceres Contabilísticos Vitais

### Goodwill

Os testes de imparidade ao *goodwill* implicam uma avaliação significativa. Esta avaliação inclui a identificação de unidades independentes geradoras de caixa e a atribuição de *goodwill* a tais unidades, de acordo com aquelas que se espera venham a ser beneficiadas pela aquisição. A atribuição é analisada segundo a reorganização da atividade empresarial. As previsões de fluxo de caixa têm sempre em consideração a evolução do mercado onde uma empresa opera incluindo os níveis de crescimento, a atividade competitiva e os impactos das alterações regulamentares. Determinar os fluxos de caixa esperados antes dos impostos e a taxa de juro adaptada ao risco adequados para a unidade operacional exige o exercício de julgamento. A estimativa de fluxos de caixa antes de impostos é sensível aos períodos durante os quais previsões detalhadas estão disponíveis e aos pressupostos em relação a fluxos de caixa sustentáveis a longo prazo.

### Outros ativos intangíveis

Determinar a vida útil estimada dos ativos intangíveis (como a decorrente de relações contratuais) exige uma análise de circunstâncias e parecer. Avaliar se um ativo apresenta indicadores de imparidade, assim como o cálculo da imparidade, que exige a estimativa de futuros fluxos de caixa e justos valores deduzidos dos custos da venda, também exige a elaboração de previsões de fluxos de caixa e de justos valores para os ativos que podem não ser regularmente comprados e vendidos.

### Testes de imparidade ao *goodwill*

Durante o ano de 2014, o Grupo reconheceu uma imparidade de 0 £ (2013: 79 M€). A imparidade de 79 M€ reconhecida em 2013 e relacionada com o *goodwill* atribuível a empresas adquiridas pela Banca de Retalho e Empresarial, que não era sustentável de acordo com os cálculos de valor em utilização.

Os pressupostos fundamentais utilizados para os testes de imparidade são definidos abaixo para cada saldo significativo do *goodwill*. Outro *goodwill* de 1.126 M€ (2013: 1.091 M€) foi atribuído a várias unidades geradoras de caixa que não são consideradas individualmente significativas.

### Banca de Retalho e Empresarial (BRE)

O *goodwill* relacionado com Woolwich era 3.130 M€ (2013: 3.130 M€) do saldo total da BRE. O valor contabilístico das unidades geradoras de caixa (CGU) é determinado mediante uma distribuição dos fundos totais dos acionistas do Grupo, excluindo o *goodwill*, assente na quota de risco das unidades geradoras de caixa, antes de voltarem a ser adicionados os saldos do *goodwill*. A quantia recuperável de CGU foi determinada utilizando previsões de fluxo de caixa de acordo com orçamentos financeiros aprovados pela administração e que cobrem um período de cinco anos, com uma taxa de crescimento terminal de 2,4% (2013: 2,1%) a ser aplicado. Os fluxos de caixa previstos foram descontados a uma taxa antes de impostos de 11,0% (2013: 11,8%). De acordo com estes pressupostos, o valor recuperável excedeu o valor contabilístico, incluindo o *goodwill* de 17.260 M€ (2013: 8.628 M€). A alteração de um ponto percentual na taxa de desconto aumentaria ou reduziria o valor recuperável em 2.888 M€ (2013: 1.757 M€) enquanto que a alteração de um ponto percentual na taxa de crescimento terminal teria um impacto sobre o valor recuperável de 2.070 M€ (2013: 1.210 M€). Uma redução na previsão do fluxo de caixa de 10% ao ano reduziria o valor recuperável em 2.697 M€ (2013: 1.795 M€).

### África

O *goodwill* relacionado com as unidades geradoras de caixa do Absa Retail Bank CGU foi de 631 M€ (2013: 657 M€) do saldo total de África. O valor contabilístico das unidades geradoras de caixa foi determinado utilizando o valor dos ativos líquidos. O valor recuperável do Absa Retail Bank foi determinado utilizando previsões de fluxo de caixa assentes em orçamentos financeiros aprovados pela administração que abrangem um período de cinco anos, com uma taxa de crescimento para o valor terminal de 6% (2013: 6%) a ser aplicado. Os fluxos financeiros previstos foram descontados a uma taxa antes de impostos de 18,7% (2013: 18,8%<sup>a</sup>). O cálculo do valor recuperável assente no valor em utilização excedeu o valor contabilizado incluindo o *goodwill* por 1.623 M€ (2013: 1.424 M€). A alteração de um ponto percentual na taxa de desconto ou na taxa de crescimento para o valor terminal reduziria o valor recuperável em 329 M€ (2013: 291 M€) e 206 M€ (2013: 182 M€) respetivamente. Uma redução na previsão do fluxo financeiro de 10% por ano reduziria o valor recuperável em 440 M€ (2013: 385 M€).

### Nota

Os comparativos de 2013 foram confirmados de modo a refletir a utilização do custo do capital antes de impostos.

# Notas às demonstrações financeiras

## Ativos não correntes e outros

### 24 Locações operacionais

#### Contabilização de locações operacionais

O Grupo aplica locações a IAS 17 *Locações*, para locações operacionais. Uma locação operacional é uma locação em que manifestamente todos os riscos e benefícios dos ativos em locação permanecem com o locador. Quando o Grupo é o locador, o rendimento da locação é reconhecido linearmente durante o período da locação, salvo se for mais apropriada outra base sistemática. O Grupo detém os ativos em locação no balanço como itens do ativo fixo.

Quando o Grupo é o locatário, as rendas vincendas são reconhecidas como uma despesa na demonstração de resultados, linearmente, durante o período da locação, salvo se se considerar mais adequada outra base sistemática.

#### Valores a receber da locação operacional

O Grupo age como locador, pelo que, os produtos das instalações e equipamento são comprados e, em seguida, alugados a terceiros nos termos das operações que qualificam as locações operacionais. Os futuros pagamentos mínimos de locação esperados, nos termos das locações operacionais não resolúveis, eram de 1 M€ (2013: 3 M€).

#### Compromissos de locação operacional

O Grupo arrenda vários escritórios, filiais e outras instalações sob contratos de locações operacionais não resolúveis. Com estes acordos de locação operacional, o ativo é mantido no balanço do locador e o Grupo reporta os futuros pagamentos mínimos de locação como gastos durante o período da locação. As locações têm vários termos, agravamento e direitos renováveis. Não existem rendas contingentes a pagar.

As rendas de locação operacional de 594 M€ (2013: 645 M€) foram incluídas nas despesas gerais e administrativas.

Os futuros pagamentos mínimos de locações pelo Grupo ao abrigo de locações operacionais não resolúveis são os

seguintes:

	O Grupo				O Banco			
	2014		2013		2014		2013	
	Propriedade	Equipamento	Propriedade	Equipamento	Propriedade	Equipamento	Propriedade	Equipamento
	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€
Não mais de um ano	403	41	567	34	200	40	217	31
Durante um ano, mas não mais de cinco	1.147	106	1.220	124	618	106	641	122
Durante cinco anos	2.036	-	2.441	8	1.046	-	1.485	8
<b>Total</b>	<b>3.586</b>	<b>147</b>	<b>4.228</b>	<b>166</b>	<b>1.864</b>	<b>146</b>	<b>2.343</b>	<b>161</b>

Os futuros pagamentos mínimos de sublocação esperados a título de sublocações não resolúveis eram de 99 M€ (2013: 108 M€) par O Grupo e de 98 M€ (2013: 106 M€) para O Banco.

# Notas às demonstrações financeiras

## Acréscimos, provisões, passivos contingentes e procedimentos legais

As notas incluídas nesta secção focam-se nos acréscimos provisões e passivos contingentes do Grupo. As provisões são reconhecidas pelas obrigações presentes que surgem como consequências de eventos passados onde é provável que seja necessária uma transferência de benefícios económicos para liquidar a obrigação, e podem ser estimadas com fiabilidade. Os passivos contingentes refletem eventuais dívidas passivas que não são reconhecidas no balanço.

### 25 Acréscimos, rendimento diferido e outros passivos

#### Contabilidade para contratos de seguros

O Grupo aplica o IFRS 4 *Insurance Contracts* aos seus contratos de seguro. Um contrato de seguro é um contrato que compensa uma terceira parte contra perda devida a um risco não financeiro. Alguma gestão de património e de outros produtos, tais como contratos de seguro de vida, combinam características de investimento e seguros; estes são tratados como contratos de seguro ao pagar benefícios que sejam, pelo menos, 5% superiores ao que pagariam se o evento segurado não ocorresse.

Os passivos de atividade seguradora incluem as melhores estimativas atuais de futura liquidez contratual, tratamento de sinistros e custos administrativos relativos a sinistros. São realizados testes de adequação dos passivos a cada data de balanço para assegurar a adequação dos passivos de contrato. Quando uma deficiência é destacada pelos testes, os passivos de seguro são aumentados e qualquer deficiência será reconhecida na demonstração financeira.

A receita de prémios de seguro é reconhecida na demonstração financeira no período de ganhos, líquida de prémios de resseguro em dívida, em prémios líquidos de contratos de seguro. Aumentos e reduções de passivos de seguro são reconhecidos na demonstração financeira como posições líquidas e benefícios em contratos de seguro.

Acréscimos e rendimento diferido	4780	5179	1968	2224
Outros credores	3850	5676	16 681	16 818
Obrigações financeiras por locações (consultar a Nota 20)	36	19	-	-
Passivos de contratos de seguro incluindo passivos unit linked	2766	2799	-	-
<b>Acréscimos, rendimentos diferidos e outras dívidas passivas</b>	<b>11 432</b>	<b>13 673</b>	<b>18 649</b>	<b>19 042</b>

Os passivos de seguros estão maioritariamente relacionados com os negócios a longo-prazo do Grupo. Os passivos de contratos de seguro associados com o negócio não-vida de curto-prazo do Grupo são M£157 (2013: M£108). Os montantes máximos a pagar ao abrigo de todos os produtos de seguro do Grupo, ignorando a probabilidade da ocorrência de eventos segurados e a contribuição de investimentos que sustentam as apólices de seguro, foram de mM£82 (2013: mM£78) ou mM£70 (2013: mM£75) após o resseguro. Deste, o risco segurado de mM£69 (2013: mM£65) ou mM£66 (2013: mM£63) após os resseguros em contratos de curto-prazo em África.

O impacto na demonstração do resultado e património líquido sob uma mudança razoavelmente possível nas premissas utilizadas para calcular os passivos de seguros seria de M£8 (2013: M£7).

# Notas às demonstrações financeiras

## Acréscimos, provisões, passivos contingentes e procedimentos

### 26 Provisões

#### Contabilidade para provisões

O Grupo aplica as Provisões IAS 37, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes na contabilidade para passivos não-

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes que surjam como consequência de eventos passados onde é mais provável que uma transferência de benefícios económicos seja necessária para liquidar obrigações que possam ser previstas com segurança. São feitas provisões para o custo antecipado da reestruturação, incluindo custos de indemnizações por despedimento quando tal obrigação existir; por exemplo quando o Grupo tenha um plano formal detalhado para reestruturar um negócio e tenha criado expectativas válidas nos indivíduos afetados pela reestruturação ao anunciar as suas características principais ou ao dar início ao plano. A provisão é criada para compromissos de empréstimo não realizado caso seja provável que a

A medição de provisões envolve frequentemente julgamento significativo e portanto constitui uma das principais estimativas de contabilidade do

	Indemnização Onerosa e		Não acionado contratualm ente linhas de crédito definidas e garantias	Compensação do cliente					Total
	diversos	reestruturação		Proteção de Pagament o Seguro	Taxa de juro cobertur a produto	Outro cliente comp nsação	Legal, competição e contratos matéria	reguladores provisões	
<b>O Grupo</b>									
A 1 de janeiro de 2014	100	388	165	971	1169	388	485	220	3886
Acréscimos	152	192	76	1270	-	243	1644	103	3680
Quantias utilizadas	(39)	(209)	(9)	(1182)	(798)	(214)	(418)	(55)	(2924)
Quantias não usadas revertidas	(13)	(99)	(72)	-	(160)	(46)	(32)	(50)	(472)
Câmbio e outros movimentos	5	19	(66)	-	-	(4)	11	(8)	(35)
<b>A 31 de dezembro de 2014</b>	<b>205</b>	<b>291</b>	<b>94</b>	<b>1059</b>	<b>211</b>	<b>375</b>	<b>1690</b>	<b>210</b>	<b>4135</b>
<b>O Banco</b>									
A 1 de janeiro de 2014	57	358	96	904	1169	327	252	150	3313
Acréscimos	84	190	54	1195	-	234	1475	82	3314
Quantias utilizadas	(38)	(201)	(9)	(1089)	(798)	(199)	(110)	(29)	(2473)
Quantias não usadas revertidas	(1)	(99)	(49)	-	(160)	(11)	(20)	(44)	(384)
Câmbio e outros movimentos	-	13	(3)	-	-	(11)	22	(1)	20
<b>A 31 de dezembro de 2014</b>	<b>102</b>	<b>261</b>	<b>89</b>	<b>1010</b>	<b>211</b>	<b>340</b>	<b>1619</b>	<b>158</b>	<b>3790</b>

As provisões que se prevê que sejam recuperadas ou liquidadas num período não superior a 12 meses após 31 de dezembro de 2014 eram de M€3,464 (2013: M€3,577) e para O Banco eram M€3,179 (2013: M€3,090).

#### Contratos onerosos

As provisões de contratos onerosos compreendem uma estimativa dos custos envolvidos no cumprimento dos termos e condições de contratos onde o passivo seja mais elevado que o montante do benefício económico a ser recebido. Os acréscimos de M€152 estão maioritariamente relacionados com locações em propriedades que foram desocupadas no banco de Investimento e PCB durante o ano.

#### Despedimento e reestruturação

Estas provisões compreendem o custo estimado de reestruturação, incluindo custos de despedimento onde exista uma obrigação. Os acréscimos feitos durante o ano referem-se a planos formais de reestruturação e ou foram utilizados, ou estornados, onde se espera que os custos totais sejam agora inferiores ao montante da provisão original.

#### Linhas de crédito consolidadas disponíveis e garantias

As provisões são feitas se for provável que uma linha de crédito seja retirada e seja expectável que o ativo resultante tenha um valor de realização inferior ao do montante adiantado. O decréscimo nestas provisões deve-se, em primeira instância, ao facto de o negócio espanhol ser classificado como um grupo alienado para venda.

### Compensação do cliente

As provisões de compensação ao cliente compreendem o custo estimado dos pagamentos de compensação aos clientes, clientes e contrapartes para perdas ou danos associados com um julgamento inadequado na execução das nossas atividades comerciais. A compensação ao cliente está relacionada em grande parte ao Seguro de Proteção de Pagamento e produtos de cobertura de risco de taxa de juro, mas também inclui dentro de 'Outra compensação ao cliente', provisões menores através do negócio de retalho e corporativo que são suscetíveis de ser utilizados nos próximos 18 meses.

### Provisões diversas

Esta categoria inclui provisões que não se encaixam em nenhuma das outras categorias, tais como perdas por fraude e provisões de dilapidação.

### Estimativas e raciocínios contabilísticos de importância crítica

#### Compensação do Seguro de Proteção de Pagamentos

A 31 de dezembro de 2014 o Barclays reconheceu provisões cumulativas num total de M£5,220 contra o custo do Seguro de Proteção de Pagamentos (PPI), compensação e custos processuais associados com a utilização de M£4,161 deixando uma provisão residual de M£1,059.

Até 31 de dezembro de 2014, 1,3 M (2013: 1.0 M) clientes que participaram sinistros que foram recebidos e processados. O volume de participações de sinistros recebidas em 2014 diminuiu 14% em relação a 2013 e 62% desde o pico em Maio de 2012. Este ritmo de decréscimo foi, no entanto, mais lento do que o esperado, com níveis crescentes de sinistros de Empresas de Gestão de Sinistros, em particular.

O Barclays está comprometido em entregar os resultados corretos dos clientes e como tal, a re-rever todos os casos para garantir que todos os casos são tratados de forma consistente em linha com a política atual. Durante 2014 metade de todos os casos relevantes foram re-revistas.

Como resultado do decréscimo menor do que previsto em sinistros e resultado da atividade de re-revisão foram reconhecidas durante 2014 provisões adicionais num total de M£1,270.

A provisão é calculada usando uma série de pressupostos fundamentais que continuam a envolver um significativo juízo e modelização de gestão:

- Os volumes de sinistros participados por clientes - os sinistros recebidos e ainda não processados e uma estimativa de sinistros futuros participados por clientes onde se espera que o volume reduza com o tempo.
- Taxa de resposta pro-ativa - volume de sinistros em resposta à taxa de
- manutenção da correspondência pro-ativa - a percentagem de sinistros que são mantidos como válidos após a sua revisão
- Compensação média de sinistro - o pagamento médio aos clientes previsto para os sinistros sustentados com base no tipo e idade da política/políticas.

Estes pressupostos permanecem subjetivos, em particular devido à incerteza associada com os níveis de sinistros futuros, que incluem queixas motivadas pela atividade CMC. A provisão atual representa a melhor estimativa revista de todos os potenciais custos de compensação PPI do Barclays, no entanto, é possível que o eventual resultado final possa ser diferente da estimativa corrente. Se esta situação se materializasse, a provisão seria aumentada ou diminuída em conformidade. A previsão atual indica que a grande maioria dos custos incluídos na provisão será incorrido durante 2015 e 2016.

A tabela seguinte detalha, por pressuposto-chave, dados reais até 31 de dezembro de 2014, os pressupostos de previsão utilizados no cálculo da provisão e uma análise de sensibilidade que ilustra o impacto sobre a provisão se o pressupostos previstos provarem ser muito altos ou muito baixos.

Pressuposto	Cumulativo real		Análise de Sensibilidade aumento/decréscimo	Cumulativo real
	até 31.12.14	previsto		
Sinistros iniciados por clientes receberam e processaram	1300m	220	50m =	970
Correspondência proativa	680m	320	50m = M£14	660
Rácio de respostas à correspondência proativa	28%	23%	1% = M£6	26%
Taxa média de reclamação <sup>b</sup>	79%	87%	1% = M£5	74%
Média de compensação por reclamação válida <sup>c</sup>	£1740	£1745	£100 = M£28	£1763

#### Notas

a Total de sinistros recebidos à data excluindo aqueles para os quais não existe política de PPI e excluindo respostas a correspondência proativa. A sensibilidade para o custo de sinistros iniciados por Clientes inclui o custo associado de Financial Ombudsman Service (FOS) referências e custos operacionais.

b A taxa de manutenção média por sinistro excluindo aqueles para os quais não existe qualquer política de PPI. c Compensação média declarada numa base por política.

# Notas às demonstrações financeiras

## Acréscimos, provisões, passivos contingentes e procedimentos

### Taxa de Juro da Cobertura de Compensação de Produto

Em 2012 um número de bancos do Reino Unido, incluindo o Barclays, acordou com a FSA que iriam realizar um exercício de revisão e compensação relativamente a produtos de cobertura de taxa de juros vendidos a ou depois de 1 de dezembro de 2001 a clientes de retalho ou clientes privados categorizados nos termos do acordo como 'não-sofisticados'. O Barclays angariou provisões cumulativas num total de M£1,500 para o custo relacionado. A 31 de dezembro de 2014, M£1,129 desta provisão cumulativa tinham sido utilizados para compensação e custos administrativos e M£160 tinham sido libertados deixando uma provisão residual de M£211. Durante 2014 a utilização para compensações e custos administrativos foi de M£798. M£160 foram libertados em Q314 uma vez que a revisão está agora substancialmente completa com os resultados das compensações, aprovada pela pessoa capacitada para o efeito, e comunicada a aproximadamente todos os clientes 'não-sofisticados' abrangidos pela revisão. Aproximadamente 85% dos clientes abrangidos pela revisão receberam agora toda a compensação em dívida ou não em dívida.

O Grupo espera que a provisão de M£211 restante a 31 de dezembro de 2014 seja suficiente para cobrir o custo de conclusão da compensação. O calendário dos pagamentos restantes dependerá da aceitação dos clientes e dos tempos de resposta, mas o Grupo espera ter concluído substancialmente os pagamentos de compensação durante 2015.

Nenhuma provisão foi reconhecida em relação a sinistros de clientes categorizados como sofisticados, que não são abrangidos pelo exercício de compensação, ou incremento de prejuízos de sinistro consequencial (acima de 8% de juros simples ao ano e um subsídio para os diferenciais de taxa de impostos) de clientes categorizados como não-sofisticados. A 31 de dezembro de 2014, não há acordado qualquer incremento dos sinistros de prejuízo consequencial de clientes categorizados como não-sofisticados. Esses itens serão monitorizados e provisões futuras serão reconhecidas na medida em que seja identificada uma obrigação resultante de um provável fluxo de saída.

### Matérias de concorrência e reguladoras

O Grupo está envolvido em diversos processos judiciais, tanto no UK como em várias outras jurisdições estrangeiras, incluindo os EUA. Para mais informações em relação a processos judiciais e discussão das incertezas associadas consulte a Nota 28 Questões legais, de concorrência e reguladoras.

### 27 Passivos contingentes e compromissos

#### Contabilização de passivos contingentes

Os passivos contingentes são obrigações possíveis cuja existência será confirmada apenas por eventos futuros incertos e obrigações presentes onde a transferência de recursos económicos é incerta ou não pode ser medida de forma fiável. Os passivos contingentes não se encontram reconhecidos no balanço mas são divulgados, a menos que as saídas de caixa dos recursos económicos sejam remotas.

A tabela seguinte resume o valor principal nominal de passivos contingentes e compromissos que não estão registados no de balanço:

	O Grupo 2014 M£	2013 M£	O Banco 2014 M£	2013 M£
Garantias e cartas de crédito dadas como garantia colateral	14 547	15 226	17 125	15 442
Garantias de desempenho, aceitações e	6777	5958	5549	5318
Passivos contingentes	21 324	21 184	22 674	20 760
Créditos documentários e outras transações de curto-prazo relacionadas	1091	780	955	570
Acordos de revenda de início antecipado	13 856	19 936	11 412	11 048
Recursos de reserva, linhas de crédito e outros compromissos	276 315	254 855	220 535	206 253

### Sistema de Indemnização de Serviços Financeiros

O Esquema de Compensação Financeira (o FSCS) é o esquema de compensação apoiada pelo governo do Reino Unido para os clientes de instituições autorizadas que são incapazes de pagar sinistros. Fornece compensação aos depositantes no caso das entidades financeiras licenciadas no UK serem incapazes de fazer face aos seus sinistros. O FSCS levanta imposições sobre instituições autorizadas de angariação de depósitos do Reino Unido para cumprir tais sinistros com base na sua percentagem de depósitos do Reino Unido a 31 de Dezembro do ano anterior ao ano do esquema (compreendido entre 1 de Abril e 31 de Março).

Anteriormente, as indemnizações eram pagas por facilidades de crédito fornecidas pelo Tesouro de Sua Majestade ao FSCS suportando as obrigações do FSCS para com os depositantes de bancos declarados em situação de incumprimento. A taxa de juros cobrável sobre o empréstimo e cobrada ao setor, está sujeita a um patamar igual ao custo de empréstimo do Tesouro de Sua Majestade, com base na taxa gilt relevante (a FSCS aconselha as instituições financeiras a aplicar a taxa gilt UK 2024 publicada pelo Gabinete de Gestão da Dívida para a porção do empréstimo da Bradford & Bingley). Está previsto recuperar a maioria da facilidade de crédito, com exceção de um défice estimado de mM£1, que o FSCS está a recuperar através de cobrança ao setor em três prestações durante 2013, 2014 e 2015. Em 2014, o Conselho das Normas de Contabilidade emitiu 'Cobranças' IFRIC 21 que clarificaram que o evento obrigacionista que origina deverá ser o início do esquema anual (1 de abril) do FSCS, isto é 1 de abril de 2015 para o exercício 2015/16. Como resultado o passivo a dezembro de 2014 foi reduzido. O passivo FSCS para 2015/16 deve ser reconhecido em 2015. O Barclays reconheceu um acréscimo de M£88 a 31 de dezembro de 2014 noutros passivos (2013: M£148) relativo à porção do Barclays no total de taxas angariadas pelo FSCS.

Detalhes adicionais relativos aos passivos contingentes no que concerne questões legais, de concorrência e questões reguladoras podem ser encontrados na Nota 28.

## 28 Questões de concorrência e regulamentares

O Barclays PLC (BPLC), Barclays Bank PLC (BBPLC) e o Grupo enfrentam desafios legais, de concorrência e regulamentares, muitos dos quais estão além do nosso controle. A extensão do impacto sobre o BPLC, o BBPLC e o Grupo destas questões nem sempre pode ser previsto, mas pode ter um impacto material sobre as nossas operações, resultados financeiros, condição e perspectivas. As questões relacionadas com um conjunto de circunstâncias semelhantes podem dar origem a um passivo contingente ou a uma provisão, ou ambos, dependendo dos fatos e circunstâncias relevantes. O Grupo não divulgou uma estimativa para o potencial efeito financeiro de passivos contingentes no Grupo onde não seja atualmente praticável proceder a tal estimativa.

### Investigações a determinados acordos

A Autoridade de Conduta Financeira (ACF) alegou que o BPLC e o BBPLC infringiram as suas obrigações de divulgação relacionadas com dois serviços de consultoria celebrados pelo BBPLC. A AFC impôs uma multa de M£50. O BPLC e o BBPLC estão a contestar as conclusões. O Serious Fraud Office (SFO) do Reino Unido (UK) está também a investigar esses acordos. O Departamento de Justiça dos Estados Unidos (DOJ) e a US Securities and Exchange Commission (SEC) estão a investigar se as relações do Grupo com terceiros partes, que o ajudaram a ganhar ou reter negócio estão em conformidade com o US Foreign Corrupt Practices Act. O BBPLC tem fornecido informação a outros reguladores relativamente a algumas dessas relações.

### Informação de Histórico

A FCA investigou determinados acordos, incluindo dois acordos de serviços de consultoria celebrados entre o BBPLC e a Qatar Holding LLC (Qatar Holding) em junho e outubro de 2008 respetivamente, e se estes poderão estar relacionados com a mobilização de capital do BPLC em junho e novembro de 2008.

A FCA emitiu advertências (Advertências) contra o BPLC e o BBPLC em setembro de 2013.

A existência do acordo de serviços de assessoria celebrado em junho de 2008 foi divulgada mas a entrada em vigor do acordo de serviços de assessoria em Outubro de 2008 e às taxas a pagar ao abrigo de ambos acordos, que ascendem a um total de M£322 a pagar durante um período de cinco anos, não foram divulgadas nos anúncios ou documentos públicos relativos aos aumentos de capital em junho e novembro de 2008. Enquanto os Avisos considerarem que o BPLC e o BBPLC acreditavam na altura que deveria haver pelo menos algum valor não especificado e indeterminado para derivar de acordos, afirmam que o objetivo principal dos acordos não foi a obtenção de serviços de consultoria, mas sim fazer pagamentos adicionais, que não seriam revelados, para a participação do Quatar nos aumentos de capital.

As Advertências concluem que o BPLC e o BBPLC estavam em incumprimento de determinadas regras de divulgação de listagem e que o BPLC estava também em incumprimento do Princípio de Listagem 3 (a obrigação de agir com integridade para com os titulares potenciais titulares de ações da Empresa). Nesse sentido, o AFC considera que o BPLC e o BBPLC agiram de forma imprudente. A sanção pecuniária nas Advertências contra o Grupo é de M£50. O BPLC e o BBPLC continuam a contestar os resultados.

### Outras investigações

A FCA concordou que o processo de execução da FCA estará temporariamente suspenso e dependente do progresso na investigação do SFO aos acordos acima referidos, incluindo os acordos de serviços de consultoria, em relação aos quais o Grupo tem recebido e continua a responder a solicitações de informação adicional. O DOJ e a SEC estão a investigar esses mesmos acordos e estão também a realizar uma investigação para averiguar se as relações do Grupo com terceiros partes que ajudaram o BPLC a ganhar ou manter negócios está em conformidade com o Foreign Corrupt Practices Act dos EUA. A Reserva Federal dos EUA solicitou ser mantida ao corrente. Uma relação com uma terceira parte está também a ser investigada por outro regulador. Reguladores noutras jurisdições foram também informados das investigações relativas às relações do Grupo com terceiros partes.

### Montantes Reclamados/Impacto Financeiro

Não é atualmente possível para fornecer uma estimativa do impacto financeiro que terão no Grupo as ações descritas ou que efeito, se algum, poderão ter sobre os resultados operacionais, liquidez ou posição financeira do Grupo em qualquer período particular.

### Sistemas Alternativos de Atividade Comercial e Operações de Elevada Frequência

A SEC, o Procurador-Geral de Nova Iorque (NYAG) e os reguladores em determinadas outras jurisdições têm vindo a investigar uma série de questões associadas a sistemas de negociação alternativos (ATS), incluindo dark pools, e as atividades de operadores de alta frequência. O Grupo tem vindo a fornecer informações às autoridades reguladoras competentes, em resposta às suas solicitações. Várias partes, incluindo o Procurador -Geral de Nova Iorque, apresentaram queixas contra o Grupo e alguns dos seus atuais e antigos diretores em ligação a atividades relacionadas com ATS. O Grupo continua a defender-se contra tais ações.

### Desenvolvimentos Recentes

Foram apresentadas queixas civis no Tribunal Federal de Nova Iorque, em nome de uma suposta classe de queixosos, contra o BPLC e outros alegando geralmente que os arquidos violaram as leis federais de valores mobiliários através da participação num esquema em que foram fornecidas às empresas de negociação de alta frequência vantagens ao nível da informação, entre outras, para que pudessem manipular o mercado de valores mobiliários dos EUA em detrimento dos queixosos.

# Notas às demonstrações financeiras

## Acréscimos, provisões, passivos contingentes e procedimentos legais

Em Junho de 2014, o Procurador-Geral de Nova Iorque apresentou uma queixa (Queixa) contra o BPLC e o Barclays Capital Inc. (BCL) no Supremo Tribunal do Estado de Nova Iorque (Supremo Tribunal de Nova Iorque), alegando, entre outras coisas, que o BPLC e o BCL se envolveram em práticas fraudulentas e enganosas relacionadas com a LX Liquidity Cross, a ATS do Grupo registada na SEC. O Barclays apresentou uma moção para anular a Reclamação em julho de 2014. O Procurador-Geral de Nova Iorque apresentou uma queixa emendada (Queixa Emendada) a 3 de fevereiro de 2015, em resposta à moção de anulação do Barclays. A 13 de Fevereiro de 2015, o Supremo Tribunal de Nova Iorque deferiu em parte e negou em parte a moção de anulação do Barclays. Barclays vai apresentar uma moção para anular quaisquer sinistros restantes apresentados pelo Procurador-Geral de Nova Iorque na Reclamação Emendada. Os procedimentos nesta matéria prosseguem.

O Barclays foi também nomeado numa ação coletiva por um cliente investidor institucional ao abrigo da lei da Califórnia com base em alegações semelhantes às contidas na Queixa. Esta ação coletiva Califórnia foi consolidada com a ação coletiva apresentada no Tribunal Federal de Nova Iorque descrita acima.

Além disso, na sequência da apresentação da Queixa, o Barclays foi nomeado numa ação coletiva de acionistas titulares, juntamente com o seu atual CEO e alguns dos seus ex-CEOs e ex-CFOs com base na alegação que os investidores sofreram danos quando seus investimentos em Barclays American Depository Receipts perdeu valor como resultado das alegações contidas na Queixa. O Barclays apresentou uma moção para indeferir a reclamação.

É possível que outras queixas relativas a estas e outras questões possam no futuro ser apresentadas contra o BPLC e/ou os seus afiliados.

### *Montantes Reclamados/Impacto Financeiro*

As reclamações visam danos monetários não especificados e medidas cautelares. Não é atualmente possível fornecer uma estimativa do impacto financeiro das questões nesta secção ou o efeito, caso exista, que estes assuntos poderão ter sobre os resultados operacionais, liquidez ou posição financeira do Grupo em qualquer período particular.

### **FERC**

A Federal Energy Regulatory Commission dos EUA (FERC) apresentou uma ação civil contra o BBPLC e alguns dos seus antigos investidores no Tribunal Distrital da Califórnia no sentido de cobrar uma ordem avaliando uma penalidade civil de M\$435 e a restituição de M\$34,9 de lucros, acrescidos de juros, em ligação com as alegações de que o BBPLC manipulou os mercados de eletricidade em e em torno da Califórnia. O BBPLC e os antigos investidores entraram com uma moção indeferir a ação por motivo de local impróprio ou, em alternativa para a transferir para o Distrito Sul de Nova Iorque (SDNY), e uma moção para indeferir a queixa por falha em declarar um sinistro. O Gabinete do Procurador dos EUA no SDNY informou o BBPLC que se trata da mesma conduta em questão no caso da FERC.

### *Informação de Histórico*

In outubro 2012, a FERC emitiu uma Ordem para Demonstrar Causa e Notificação de Sanções Propostas (Ordem e Notificação) contra o BBPLC e quatro dos seus antigos investidores em relação à negociação de energia do Grupo no oeste dos Estados Unidos. Na Ordem e Notificação, a FERC afirmou que o BBPLC e os seus antigos investidores violaram a Regra Anti-Manipulação da FERC através da manipulação dos mercados da eletricidade na em torno da Califórnia de novembro de 2006 a dezembro de 2008, e propuseram a imposição de sanções civis e a restituição do lucro a ser pago pelo BBPLC.

Em Julho de 2013 a FERC emitiu uma Ordem Avaliando Sanções Civis na qual avaliaram a sanção civil de M\$435 contra o BBPLC e ordenou que o BBPLC restituisse M\$34,9 de lucros acrescidos de juros (ambos os quais são consistente com os montantes propostos na Ordem e Aviso).

Em outubro de 2013 a FERC interpôs uma ação civil contra o BBPLC e os seus antigos investidores no Tribunal Distrital dos EUA na California no sentido de cobrar a sanção e o montante de restituição. A queixa da FERC na ação civil reitera as alegações feitas anteriormente pela FERC na sua Ordem e Notificação de outubro de 2012 e na sua Ordem Avaliando Sanções Civis de julho de 2013.

Em setembro de 2013 o BBPLC foi contactado pela divisão criminal da Procuradoria-Geral dos EUA em SDNY e aconselhado que tal entidade está a averiguar a mesma conduta em questão no caso FERC.

Em dezembro de 2013 o BBPLC e os seus antigos investidores apresentaram uma moção para indeferir a ação por motivo de local impróprio ou, em alternativa, para a transferir para o SDNY, e uma moção para indeferir a queixa por falha em declarar um sinistro. Os procedimentos para indeferir a moção continuam em curso.

### *Montantes Reclamados/Impacto Financeiro*

A FERC realizou sinistros contra o Grupo, num total de M\$469,9 acrescidos de juros, sanções civis e restituição de lucro. Este montante não reflete necessariamente a potencial exposição financeira do Grupo se uma decisão fosse tomada contra si.

### *Investigações à LIBOR, outros Benchmarks, ISDAfix, Taxas de Câmbio e Metais Preciosos*

Os reguladores e as agências de aplicação da lei de vários governos têm vindo a realizar investigações relacionadas com o envolvimento do BBPLC na manipulação de benchmarks financeiros e Taxas de Câmbio. O BBPLC chegou a acordos com a agência de aplicação da lei relevante ou regulador em algumas das investigações, mas outras, incluindo as estabelecidas em mais detalhe abaixo, continuam pendentes.

### *Informação de Histórico*

A AFC, a Commodity Futures Trading Commission dos EUA (CFTC), a SEC, a Secção de Fraude (DOJ-FS) e a Antitrust Division do DOJ (DOJ-AD), a Comissão Europeia (Comissão), o SFO, a Autoridade Monetária de Singapura, a Agência de Serviços Financeiros do Japão, Gabinetes dos Promotores em Trani, Itália e vários Procuradores-Gerais dos EUA estão entre as várias autoridades que abriram investigações às observações apresentadas pelo BBPLC e outras instituições financeiras aos órgãos que estabelecem ou compilam várias referências financeiras, tais como a LIBOR e a EURIBOR e em ligação com os esforços para manipular certas taxas de câmbio de referência.

A 27 de junho de 2012, o BBPLC anunciou que havia chegado a acordo com a Autoridade de Serviços Financeiros (ASF) (enquanto antecessor do AFC), o CFTC e o DOJ-FS em relação às suas investigações relativas a determinadas taxas de juro de referência, e o BBPLC concordou em pagar sanções no total de M£290, que se refletiram nas despesas operacionais para 2012. A liquidação foi feita através da celebração de um Acordo de Liquidação com a ASF, uma Ordem de Liquidação com a CFTC (Ordem CFTC) e um Acordo de Não-Instauração de Processo Legal (NPA) com o DOJ-FS. Adicionalmente, foi concedida leniência condicional ao BBPLC pelo DOJ-AD em relação a potenciais violações da legislação anti-trust dos EUA em relação aos instrumentos financeiros que fazem referência à EURIBOR. Os resumos da Ordem do NPA e da CFTC estão descritos abaixo. O texto integral da Ordem CFTC e o NPA estão publicamente disponíveis nos websites da CFTC e do DOJ, respetivamente. Os termos do acordo de pagamento com a AFC são confidenciais, mas a Notificação Final da AFC está disponível no website da AFC.

### *Ordem CFTC*

Para além de uma sanção pecuniária civil de M\$200, a Ordem CFTC exige que o BBPLC termine e desista de futuras violações de provisões especificadas do US Commodity Exchange Act (CEA) e tome medidas especificadas para garantir a integridade e fiabilidade das suas referências de taxa básica de juros, incluindo a LIBOR e a EURIBOR, e melhore os controlos internos relacionados.

### *OOJ Acordo de Não-Instauração de Processo Legal*

Como parte do NPA, o BBPLC concordou pagar uma multa de M\$160. Adicionalmente, o Departamento de Justiça concordou não processar o BBPLC por quaisquer crimes (exceto por violações tributárias de natureza criminal, relativamente às quais o DOJ não pode e não faz qualquer acordo) relativos às submissões de taxas de juro de referência do BBPLC, incluindo a LIBOR e a EURIBOR, dependentes da conformidade do BBPLC com as obrigações previstas ao abrigo do NPA. Em particular, ao abrigo do NPA, o BBPLC acordou, para um período de dois anos a partir de 26 de junho de 2012, entre outras coisas:

- Não cometer qualquer tipo de crime nos EUA;
- Divulgar de forma verídica e completa informações não-privilegiadas no que concerne as atividades do BBPLC, seus diretores e empregados, e outras relativas a todos os assuntos questionados pelo DOJ, cuja informação pode ser utilizada para qualquer fim, exceto quando limitado no NPA ;
- Apresentar ao DOJ todas as condutas potencialmente criminosas por parte do BBPLC ou de qualquer dos seus empregados que se relacione com fraudes ou violação das leis que regem títulos e mercados de valores; e
- Apresentar ao DOJ todas as investigações criminais ou regulamentares, processos administrativos ou ações civis movidas por qualquer autoridade governamental dos EUA pelo ou contra o BBPLC ou dos seus empregados que alegue fraudes ou violação das leis que regem títulos e mercados de valores.

O BBPLC concordou também em cooperar com o DOJ e outras autoridades governamentais dos EUA, relativamente a qualquer investigação ou ação penal que resulte da conduta descrita no NPA, cujo compromisso se mantém até tais investigações e ações penais estarem concluídas. O BBPLC continua também a cooperar com outras investigações em curso.

Em antecipação do termo do período de dois anos, em junho 2014 o Barclays e DOJ-FS celebraram um acordo por carta que: (i) dá ao DOJ-FS até ao dia 27 de Junho de 2015 para determinar unicamente, ao abrigo do NPA, se alguma das atividades comerciais do Barclays no mercado de câmbio durante o período de dois anos contado a partir de 26 de junho de 2012 constituíram a comissão de um 'crime nos Estados Unidos'; e (ii) no que diz respeito à investigação em curso relativamente a essas atividades comerciais pelo DOJ-FS e pelo DOJ-AD, alarga a obrigação do Barclays de divulgar informações não-privilegiadas em resposta a inquéritos do DOJ-FS até 27 de Junho de 2015. O período de dois anos ao abrigo do NPA terá, de outra forma, expirado.

### *Investigações dos Procuradores-Gerais Estaduais dos EUA*

Após as liquidações anunciadas em junho de 2012, 31 Procuradores-Gerais Estaduais dos EUA deram início às suas próprias investigações à LIBOR, EURIBOR e à Taxa Interbancária do Mercado de Tóquio. O Procurador de Justiça do Estado de Nova Iorque, em nome desta coligação de Procuradores-Gerais, emitiu uma intimação em julho de 2012 ao BBPLC (além de intimações a uma série de outros bancos) para produzir informação abrangente e, desde então, efectuou pedidos de informação adicional ao BBPLC, tanto de documentos como de dados de transações. O BBPLC responde a estes pedidos à medida que são recebidos.

### *Investigação pelo SFO*

Adicionalmente, na sequência das liquidações anunciadas em junho de 2012, a SFO anunciou em julho de 2012, que tinha decidido investigar a questão LIBOR, em relação à qual o BBPLC recebeu e continua a responder às solicitações de informação.

# Notas às demonstrações financeiras

## Acréscimos, provisões, passivos contingentes e procedimentos legais

### *Investigações da Comissão Europeia*

A Comissão também tem conduzido investigações à manipulação, entre outros, da EURIBOR. No dia 4 de dezembro de 2013, a Comissão anunciou ter chegado a acordo com o Grupo e uma série de outros bancos relativamente a uma conduta anti-concorrencial no que concerne a EURIBOR. O Grupo havia reportado voluntariamente a conduta EURIBOR à Comissão e cooperado na íntegra com a investigação da Comissão. Em reconhecimento de tal cooperação, o Grupo recebeu imunidade total relativamente a penalizações financeiras que, caso contrário, teriam sido aplicadas.

### *Investigação ISDAfix*

Os reguladores e agências de aplicação da lei, incluindo o CFTC e o DOJ, também estão a realizar investigações separadas a práticas históricas relativas ao ISDAfix, entre outras referências. O BBPLC recebeu e continua a responder a intimações e pedidos de informação de várias autoridades, incluindo o CFTC e o DOJ.

### *Investigação de Metais Preciosos*

O BBPLC tem vindo a fornecer informações ao DOJ em ligação com a investigação do DOJ a instrumentos financeiros de metais preciosos e com base em metais preciosos.

### *Investigação de Atividade Comercial de Câmbio*

Várias autoridades reguladoras de aplicação da regulamentação, incluindo a FCA, a Comissão, a CFTC, o DOJ-FS, o DOJ-AD, o the SEC e o Departamento de Estado dos Serviços Financeiros de Nova Iorque estão a investigar uma série de questões associadas com vendas e negociação de divisas, incluindo negociação eletrónica. O DOJ-AD também está a investigar possíveis violações das legislações anti-trust dos EUA. Algumas destas investigações envolvem vários participantes de mercados em vários países. O BBPLC recebeu solicitações de algumas dessas autoridades relacionadas com as suas investigações particulares, e de outros reguladores interessados em questões de Câmbio. O Grupo está a rever a sua negociação cambial que abrange um período de vários anos e continua a cooperar com as autoridades competentes nas suas investigações.

Em novembro de 2014, a FCA e a CFTC celebraram acordos de liquidação com vários bancos a respeito da negociação Cambial. O Barclays anunciou que tinha considerado fazer parte do acordo de liquidação, mas após discussões com outros reguladores e autoridades considerou que seria no melhor interesse do grupo procurar um acordo de liquidação com uma coordenação mais geral e que continuariam os contactos com estes reguladores e autoridades, incluindo a FCA e a CFTC, com o objetivo de alcançar uma resolução na altura adequada.

Em dezembro de 2014, a Autoridade Monetária de Hong Kong (HKMA) divulgou o resultado da sua investigação sobre as operações de câmbio de 10 bancos em Hong Kong, incluindo o BBPLC. No que diz respeito ao BBPLC, a HKMA constatou que a sua investigação revelou certas deficiências de controlo em relação às quais solicitou que o Barclays aplicasse determinadas medidas corretivas, mas também observou que, nos últimos anos, o BBPLC fez melhorias em linha com as tendências internacionais.

Qualquer resolução das investigações sobre negociação cambial, assim como vendas e outras práticas relativas ao câmbio pode resultar em sanções monetárias substanciais. Adicionalmente, qualquer resolução que envolva uma confissão criminosa teria consequências que poderiam incluir restrições significativas nas atividades atuais e futuras do Grupo.

Para uma discussão dos processos judiciais decorrentes destas investigações ver 'LIBOR e outras Ações Cíveis de Referências', 'Ações Cíveis a respeito do ISDAfix', 'Ações Cíveis Relativas à Negociação Cambial' e 'Ações Cíveis a Respeito do Gold Fix' abaixo.

### Montantes Reclamados/Impacto Financeiro

Uma provisão de M£1250 foi realizada a 31 de Dezembro de 2014 (com as provisões de M£500 e M£750 reconhecidos em Q314 e Q414 respetivamente) para determinados aspetos das investigações em curso envolvendo determinadas autoridades e contencioso em relação ao Câmbio. No momento não é exequível estimar o impacto financeiro adicional das questões nesta secção (incluindo a necessidade de reconhecer disposições complementares), ou que efeito, caso exista, estes assuntos podem ter sobre os resultados operacionais do Grupo, liquidez ou posição financeira em qualquer período particular. Entre outras coisas, quaisquer violações do direito penal que tenham tido lugar após celebrar o NPA DOJ descrito acima poderia constituir uma violação desse NPA, o que poderia incorrer em sanções monetárias adicionais e substanciais e consequências adversas significativas para as operações atuais e futuras do Grupo.

### LIBOR e outras Ações Cíveis de Referência

Um número de indivíduos e empresas em diversas jurisdições têm ameaçado interpor ou interpuseram ações cíveis contra o Grupo e outros bancos em relação à manipulação da LIBOR e/ou de outras taxas de referência. Embora vários desses casos tenham sido descartados e num se tenha alcançado um acordo, sujeito a aprovação final do tribunal, outros permanecem pendentes e o seu impacto final é incerto.

### Informação de Histórico

Na sequência das liquidações das investigações acima referidas em 'As investigações sobre LIBOR, outras Referências, ISDAfix, Taxas de Câmbio e Metais Preciosos', um número de indivíduos e empresas em diversas jurisdições têm ameaçado apresentar ou apresentado ações cíveis contra o Grupo em relação à LIBOR e/ou outras referências.

### Casos LIBOR USD no Tribunal MDL

A maioria dos casos LIBOR USD, que foram apresentados em várias jurisdições dos EUA, foram consolidados para efeitos de pré-julgamento perante um único juiz no SDNY (Tribunal MDL).

As queixas são substancialmente similares e alegam, entre outras coisas, que o BBPLC e os outros bancos individual e coletivamente violaram as disposições do US Sherman Antitrust Act, o CEA, do US Racketeer Influenced and Corrupt Organizations Act (RICO) e várias leis estaduais ao manipular as taxas LIBOR USD.

As ações visam receber indemnizações não especificadas com exceção de cinco ações judiciais, nas quais os queixosos visam receber um total superior a mM\$1,25 em danos reais contra todos os arguidos, incluindo o BBPLC, para além de danos punitivos. Algumas das ações também visam a triplicação dos danos ao abrigo do US Sherman Antitrust Act e do RICO.

As ações coletivas propostas pretendem ser apresentadas em nome de (entre outros) queixosos que (i) se envolveram em negociações de balcão indexadas à USD LIBOR I (Ação OTC); (ii) compraram instrumentos financeiros indexados à USD LIBOR em bolsa (Ação Baseada na Bolsa); (iii) compraram de títulos de crédito indexados à USD LIBOR (Ação Títulos de Dívida); (iv) compraram hipotecas de taxa ajustável indexadas à USD LIBOR (Ação do Proprietário); ou (v) emitiram empréstimos indexados à USD LIBOR (Ação do Credor).

Em agosto de 2012, o Tribunal MDL suspendeu todas as propostas de ações coletivas e ações individuais recentemente apresentadas (Ações Suspensas), para que o Tribunal MDL pudesse abordar as moções pendentes em três ações coletivas principais propostas (Ações Coletivas Principais) e três ações individuais principais (Ações Individuais Principais).

Em março de 2013, o Tribunal MDL emitiu uma decisão que indefere a maioria das queixas contra o BBPLC e outros arguidos do painel de bancos nas Ações Coletivas Principais e Ações Individuais Principais.

Na sequência da decisão, os queixosos nas Ações Coletivas Principais solicitaram permissão para apresentar uma queixa emendada ou interpor um recurso relativo a um aspeto da decisão de março de 2013. Em Agosto de 2013 e Junho de 2014, o Tribunal MDL indeferiu a maioria das propostas apresentadas nas Ações Coletivas Principais. Como resultado:

- A Ação de Títulos de Crédito foi indeferida na sua totalidade;
- As alegações da Ação Baseada na Bolsa têm sido limitadas a alegações ao abrigo do CEA; e
- As alegações da Ação OTC têm-se limitado a pedidos de enriquecimento ilícito e violação do pacto implícito de boa-fé e negociação justa.

Na sequência da decisão de março de 2013 do Tribunal MDL, os queixosos nas Ações Individuais Principais deram entrada com uma nova ação num tribunal estadual da Califórnia (que entretanto já transitou para o Tribunal MDL) com base nas mesmas alegações que as ações coletivas propostas anteriormente discutidas. A Ação de Títulos de Crédito tentou interpor recurso para o indeferimento da sua ação ao Tribunal de Apelação dos EUA para o Segundo Circuito (Segundo Circuito), mas o Segundo Circuito considerou o recurso inoportuno com base em que o Tribunal MDL não tinha ainda chegado a uma decisão para a resolução de todos os sinistros nas ações consolidadas. Em janeiro de 2015, o Supremo Tribunal dos EUA reverteu a decisão do Segundo Circuito, decidindo que o Segundo Circuito deverá analisar o recurso da Ação de Títulos de Crédito. A Ação OTC e a Ação Baseada na Negociação Cambial receberam permissão para se juntar a este recurso. Algumas outras ações coletivas propostas que tinham sido anteriormente suspensas pelo Tribunal MDL também receberam permissão para se juntar ao recurso relativo ao indeferimento das suas alegações antitrust.

Em dezembro de 2014, o Tribunal MDL concedeu aprovação preliminar à liquidação dos restantes sinistros da Ação Baseada na Negociação Cambial por M\$19,98 e solicitou que os queixosos apresentassem um plano de alocação das receitas da liquidação.

# Notas às demonstrações financeiras

## Acréscimos, provisões, passivos contingentes e procedimentos

Adicionalmente, o Tribunal MDL começou a abordar os sinistros nas ações suspensas, muitos dos quais, incluindo a fraude da lei estadual e sinistros de interferência ilícita, não foram afirmados nas Ações Coletivas Principais. Como resultado, em outubro de 2014, os queixosos de ação direta (aqueles que optaram por sair das ações coletivas) apresentaram suas queixas emendadas e em novembro de 2014, os arguidos apresentaram as suas moções de indeferimento. Em novembro de 2014, os queixosos nas Ações do Proprietário e Ação do Credor apresentaram suas queixas emendadas. Em Janeiro de 2015, os arguidos apresentaram as suas moções de indeferimento.

Até que haja novas decisões, o impacto final das decisões do Tribunal MDL será incerto, embora seja possível que as decisões venham a ser interpretadas pelos tribunais como afetando outros litígios, incluindo as ações descritas abaixo, algumas das quais dizem respeito a diferentes taxas de juro de referência.

### *Caso LIBOR USD adicional no SDNY*

Uma ação individual adicional foi iniciada em fevereiro de 2013 no SDNY contra o BBPLC e outros arguidos do painel bancário. O queixoso alegou que os arguidos do painel bancário conspiraram para aumentar o LIBOR USD, o que fez com que o valor dos títulos dados como garantia para um empréstimo baixasse resultando, em última análise, na venda dos títulos num ponto baixo do mercado. Esta ação não é atribuída ao Tribunal MDL; está a decorrer num calendário diferente perante um juiz diferente no SDNY. Os arguidos do painel bancário interuseram uma moção para indeferir a ação.

### *Caso de Fraude de Títulos no SDNY*

O BPLC, o BBPLC e o BCI também foram nomeados como réus, juntamente com quatro ex-executivos e diretores do BBPLC numa ação coletiva de títulos proposta e pendente no SDNY em ligação com o papel do BBPLC como contribuidor do painel bancário para a LIBOR. A queixa afirma sinistros ao abrigo do US Securities Exchange Act de 1934, principalmente alegando que os relatórios anuais do BBPLC para os anos de 2006-2011 continham distorções e omissões relativas (entre outras coisas) ao cumprimento do BBPLC com os seus processos de gestão de risco operacional e de certas legislações e regulamentos. A queixa também alegou que as submissões diárias do BBPLC à LIBOR USD constituíam declarações falsas em violação da lei de valores mobiliários dos EUA.

A queixa foi apresentada em nome de uma ação coletiva constituída por todas as pessoas ou entidades que compraram American Depositary Receipts patrocinados pelo BPLC numa bolsa de valores dos EUA entre 10 de julho de 2007 e 27 de junho de 2012. Em maio de 2013, o tribunal distrital concedeu provimento à moção do BBPLC para indeferir a queixa na sua totalidade. Os queixosos recorreram e, em abril de 2014, o Segundo Circuito emitiu uma ordem que confirma o indeferimento de algumas das alegações dos queixosos, mas invertendo o indeferimento das alegações dos queixosos de que as submissões diárias do BBPLC à LIBOR USD constituíam declarações falsas em violação da legislação de valores mobiliários dos EUA. A ação foi remetida de volta para o tribunal distrital para procedimentos adicionais, e prevê-se que as conclusões estejam substancialmente apuradas até o final de 2015.

### *Queixa apresentada no Tribunal de Primeira Instância dos EUA para o Distrito Central da Califórnia*

In Julho 2012, uma queixa de ação coletiva no Tribunal Distrital dos EUA para o Distrito Central da Califórnia foi emendada para incluir alegações relacionadas com a USD LIBOR e constituir o BBPLC como arguido. A queixa emendada foi apresentada em nome de uma ação coletiva que inclui titulares de hipotecas de taxa ajustável indexadas à USD LIBOR. Em janeiro de 2015, o tribunal deferiu a moção do BBPLC para realização de julgamento sumário e indeferiu todas as restantes queixas contra o BBPLC. O queixoso apresentou recurso da decisão do tribunal ao Tribunal de Recursos dos EUA para o Nono Circuito, e é esperado que o recurso esteja totalmente resolvido no final do verão de 2015.

### *Caso LIBOR do Iene Japonês no SDNY*

Uma ação coletiva adicional foi iniciada em Abril de 2012 no SDNY contra o BBPLC e outros bancos do painel LIBOR Iene Japonês por um queixoso legado a derivados negociados em bolsa. A queixa apresentou também nomes de membros da Associação de Banqueiros Japoneses do painel da Tokyo Euroyen Interbank Offered Rate (Euroyen TIBOR), da qual o BBPLC não é membro. A queixa alega, entre outras coisas, a manipulação das taxas Euroyen TIBOR e Iene LIBOR e a violação do CEA e US Sherman Antitrust Act entre 2006 e 2010. Os arguidos apresentaram uma moção para indeferir e em março de 2014 o Tribunal emitiu uma decisão de diferindo em parte e indeferindo em parte essa moção. Especificamente, o tribunal indeferiu na íntegra as alegações de antitrust do queixoso, mas deferiu as alegações do queixoso relativas ao CEA. A moção dos arguidos para reconsideração da decisão relativa às alegações do CEA foi negada pelo Tribunal em Outubro de 2014. O queixoso apresentou uma moção no sentido de ser autorizado a apresentar uma terceira queixa emendada acrescentando reivindicações adicionais, incluindo uma reivindicação RICO. Toda a constatação foi suspensa até pelo menos maio de 2015.

### *Casos EURIBOR*

In fevereiro de 2013, uma ação coletiva relacionada com a Euribor foi instaurada contra o BPLC, o BBPLC, o BCI e outros bancos do painel Euribor. Os queixosos apresentam alegações de violação de antitrust, CEA, RICO e de enriquecimento ilícito. Em particular, o BBPLC é acusado de ter conspirado com outros bancos do painel Euribor para manipular a EURIBOR. A ação judicial é apresentada em nome dos compradores e vendedores de contratos futuros NYSE LIFFE EURIBOR, compradores de contratos futuros relacionados com câmbio do Euro e compradores de outros contratos de derivados (tais como swaps de taxas de juros e contratos a prazo que estão indexados à EURIBOR) durante o período entre 1 de junho de 2005 e 31 Março de 2011. Todos os procedimentos foram suspensos até pelo menos maio de 2015.

Para além disso, o BBPLC recebeu imunidade condicional da Antitrust Division do DOJ relativamente a potenciais violações da lei antitrust, relativamente a instrumentos financeiros com referência à EURIBOR. Como resultado dessa imunidade condicional, o BPLC é elegível para (i) uma limitação da responsabilidade sobre prejuízos efetivos ao invés de pelo triplo do prejuízo, caso os prejuízos tenham sido determinados por qualquer ação civil antitrust com base na conduta coberta pela imunidade condicional e (ii) isenção de potenciais responsabilidades conjuntas relativamente a tal ação civil antitrust, sujeita à satisfação pelo BPLC do DOJ-AD e o cumprimento das suas obrigações de cooperação com o tribunal que preside ao contencioso civil.

### *Casos de Referências Não-EUA*

Para além das ações nos EUA, houve a ameaça de apresentação e apresentação de procedimentos legais contra o Grupo relativamente à alegada manipulação da LIBOR e da EURIBOR em várias jurisdições. O número de tais procedimentos em jurisdições não-EUA, os valores de referência a que se referem, e as jurisdições em que podem ser apresentados têm aumentado ao longo do tempo.

#### Montantes Reclamados/Impacto Financeiro

Não é atualmente possível fornecer uma estimativa do impacto financeiro para o Grupo das ações descritas ou o efeito, caso o haja, que poderão ter sobre os resultados operacionais, liquidez ou posição financeira do Grupo em qualquer período particular.

#### Ações Cíveis a respeito do ISDAfix

Desde setembro de 2014, uma série de ações cíveis relacionadas com o ISDAfix foram apresentadas no SDNY em nome de uma ação coletiva proposta, alegando que o BBPLC, uma série de outros bancos e um corretor, violaram o US Sherman Antitrust Act e várias leis estaduais ao se envolverem numa conspiração para manipular o USD ISDAfix. Uma queixa consolidada emendada foi apresentada em meados de fevereiro de 2015. Em conformidade com o programa emitido pelo tribunal, os arguidos, incluindo o BBPLC, irão apresentar uma moção para indeferir a queixa consolidada emendada.

#### Montantes Reclamados/Impacto Financeiro

Não é atualmente possível fornecer uma estimativa do impacto financeiro para o Grupo das ações descritas ou o efeito, caso o haja, que poderão ter sobre os resultados operacionais, liquidez ou posição financeira do Grupo em qualquer período particular.

#### Ações cíveis relativas a Atividade Comercial de Câmbio

Desde novembro de 2013, foram apresentadas uma série de ações cíveis no SDNY em nome de uma ação coletiva de queixosos que alegam manipulação dos mercados de câmbio ao abrigo do US Sherman Antitrust Act e da legislação estadual do Estado de Nova Iorque, e nomeiam vários bancos internacionais como arguidos, incluindo o BBPLC. O SDNY diante do qual todos os casos estão pendentes, combinou todas as ações numa única ação consolidada de pessoas dos EUA. As duas ações coletivas de pessoas não norte-americanas foram indeferidas em 28 de Janeiro de 2015.

#### Desenvolvimentos Recentes

A moção dos arguidos para indeferir o recurso consolidado foi negada a 28 de Janeiro de 2015. O próximo passo no processo é a conclusão, que se encontra atualmente suspensa.

#### Montantes Reclamados/Impacto Financeiro

O impacto financeiro para o Grupo das ações descritas ou o efeito, caso o haja, para que poderão ter sobre os resultados operacionais do Grupo, liquidez ou posição financeira em qualquer período particular é atualmente incerto.

#### Ações Cíveis a respeito do Gold Fix

Desde março de 2014 foram apresentadas uma série de queixas cíveis em tribunais federais dos EUA, cada uma em nome de uma ação coletiva dos queixosos, alegando que as entidades Barclays e outros membros do London Gold Market Fixing Ltd. manipularam os preços do ouro e do derivado de ouro em violação do CEA, do US Sherman Antitrust Act, e das leis estaduais de defesa da concorrência e proteção dos consumidores. Todas as queixas foram transferidas para o SDNY e consolidadas para efeitos de pré-julgamento.

#### Montantes Reclamados/Impacto Financeiro

Não é atualmente possível fornecer uma estimativa do impacto financeiro da eventual exposição das ações descritas ou que efeito, caso o haja, poderão ter nos resultados operacionais, liquidez ou posição financeira do Grupo em qualquer período particular.

#### Atividades relacionadas com Hipoteca Comercial e Contencioso, Residencial e Comercial, dos EUA

As atividades do Grupo no setor das hipotecas residenciais nos EUA durante o período de 2005 a 2008

- incluíram: Patrocínio e subscrição de aproximadamente mM\$39 de operações de titularização de marca própria;
- Exposição de Subscrição Económica de aproximadamente mM\$34 para outras titularizações de
- marca própria; Vendas de aproximadamente mM\$0,2 de empréstimos a empresas patrocinadas pelo governo (GSEs);
- Vendas de aproximadamente mM\$3 de empréstimos a outros; e
- Vendas de aproximadamente mM\$19,4 de empréstimos (líquido de aproximadamente M\$500 de empréstimos vendidos durante este período e posteriormente readquiridos) que foram originados e vendidos a terceiros partes por afiliados de originadores de hipotecas de uma entidade que o Grupo adquiriu em 2007 (Subsidiária Adquirida).

Durante este período de tempo as afiliadas do Grupo envolveram-se em negociações no mercado secundário, de US residential mortgage-backed securities (RMBS) e US commercial mortgage backed securities (CMBS), actividade que continua actualmente.

Em ligação com as suas vendas de empréstimo e certas titularizações de marca própria, o Grupo forneceu determinadas representações a nível de empréstimos e garantias (R&Ws), que se violadas poderão exigir que o Grupo recompre os empréstimos relacionados. A 31 de Dezembro de 2014, o Grupo tinha pedidos de recompra não resolvidos relativos a empréstimos com um saldo de principal de aproximadamente mM\$2,6 no momento em que foram vendidos, e foram iniciadas ações cíveis por várias partes alegando que o Grupo deve recomprar um número substancial de tais empréstimos. Adicionalmente, o Grupo é parte numa série de ações judiciais movidas por compradores de RMBS afirmando reivindicações legais e/ou regulamentares. O valor nominal atual de RMBS em dívida relativo a essas questões pendentes contra o Grupo a 31 de dezembro de 2014 era de aproximadamente mM\$0,9.

# Notas às demonstrações financeiras

## Acréscimos, provisões, passivos contingentes e procedimentos

As autoridades reguladoras e governamentais iniciaram investigações sobre as práticas de mercado relativas a valores mobiliários com títulos hipotecários, e o Grupo está a cooperar em várias dessas investigações.

### RMBS Pedidos de Recompra

#### Histórico

O) Grupo tem sido o único fornecedor de vários R&Ws a nível de

- empréstimo, com respeito a: Aproximadamente mM\$5 de
- titularizações patrocinadas pelo Grupo; Aproximadamente mM\$0,2 de vendas de empréstimos às GSEs; e
- Aproximadamente mM\$3 de empréstimos vendidos a outros.

Adicionalmente, a Subsidiária Adquirida forneceu R&Ws em todos os mM\$19.4 dos empréstimos que vendeu a terceiras partes.

Os R&Ws nas restantes titularizações patrocinadas pelo Grupo foram fornecidos principalmente por originadores de terceira parte diretamente para os fundos de titularização com uma subsidiária do Grupo, tal como o depositante para a titularização, proporcionando mais R&Ws limitados. Não existem provisões declaradas de vencimento aplicáveis à maioria dos R&Ws feitos pelo Grupo, pela Subsidiária Adquirida ou essas terceiras partes.

Sob certas circunstâncias, o Grupo e/ou a Subsidiária Adquirida podem ser obrigados a recomprar os empréstimos relacionados ou fazer outros pagamentos relativos a tais empréstimos se os R&Ws forem violados.

Os pedidos de recompra não resolvidos recebida a ou antes de 31 de dezembro de 2014 associados a todos os R&Ws feitos pelo Grupo ou pela Subsidiária Adquirida em empréstimos vendidos a GSEs e outros e atividades de marca própria teve um saldo principal não pago original de aproximadamente mM\$2,6 no momento de tal venda.

Um número substancial (cerca de mM\$2,2) dos pedidos de recompra não resolvidos discutidos acima referem-se a ações civis que foram iniciadas pelos fiduciários para determinadas titularizações RMBS em que os fiduciários alegam que o Grupo e/ou a Subsidiária Adquirida devem recomprar empréstimos que violaram os R&Ws operativos. Tais fiduciários e outras partes que apresentam solicitações de recompra também alegaram que os R&Ws operativos podem ter sido violados no que diz respeito a uma maior (mas não especificada) quantidade de empréstimos do que o montante dos empréstimos anteriormente declarados em pedidos de recompra específicos feitos por tais fiduciários. Todos os litígios que envolvem pedidos de recompra permanecem em fase inicial.

### Montantes Reclamados/Impacto Financeiro

Não é atualmente possível fornecer uma estimativa do impacto financeiro para o Grupo das ações descritas ou o efeito, caso o haja, que poderão ter sobre os resultados operacionais, liquidez ou posição financeira do Grupo em qualquer período particular.

### Títulos de Sinistros RMBS

#### Histórico

Como resultado de algumas das atividades RMBS descritas acima, o Grupo é parte de uma série de ações judiciais movidas por compradores de RMBS patrocinados e/ou subscritos pelo Grupo entre 2005 e 2008. De modo geral, esses processos alegam, entre outras coisas, que os materiais RMBS oferecidos eram alegadamente suportados por tais compradores e continham declarações materialmente falsas e enganosas e/ou omissões e geralmente exigiam rescisão e recuperação da contrapartida paga pelos RMBS e recuperação de perdas monetárias decorrentes da sua titularidade.

A o valor nominal original de RMBS relacionados com as ações civis pendentes contra o Grupo totalizam aproximadamente mM\$2,4, dos quais cerca de mM\$0,9 estavam em dívida a 31 de Dezembro de 2014.

As perdas cumulativas realizadas relatadas nesses RMBS a 31 de dezembro de 2014 foram de aproximadamente mM\$0,3.

### Montantes Reclamados/Impacto Financeiro

Caso o Grupo perdesse os contenciosos pendentes, o Grupo acredita que poderia incorrer numa perda até ao montante em dívida dos RMBS no momento do julgamento (tendo em conta principais pagamentos após 31 de dezembro de 2014), além de quaisquer perdas cumulativas nos RMBS em tal momento e quaisquer juros, taxas e custos, menos o valor de mercado dos RMBS em tal momento e menos quaisquer provisões tomadas até à data.

Embora os compradores nessas ações de valores mobiliários não tenham, em geral, identificado uma quantidade específica de alegados prejuízos, o Grupo estimou que o valor total de mercado destes RMBS a 31 de Dezembro de 2014 seria de aproximadamente mM\$0,6. O Grupo poderá ter direito a indemnização por uma porção de tais perdas.

### Outras investigações relacionadas com Hipotecas

Para além dos Pedidos de RMBS de recompra e Reivindicações de Títulos RMBS, várias autoridades reguladoras e governamentais, entre elas o DOJ, SEC, Inspetor Especial Geral do Troubled Asset Relief Program dos EUA e o Procurador -Geral do Distrito de Connecticut têm vindo a investigar vários aspetos do negócio de hipoteca, incluindo as práticas de emissão e subscrição de ofertas primárias de RMBS e práticas comerciais no mercado secundário tanto para RMBS como para CMBS. O Grupo está a cooperar com estas investigações.

### Montantes Reclamados/Impacto Financeiro

Não é atualmente possível fornecer uma estimativa do impacto financeiro para o Grupo das ações descritas ou o efeito, caso o haja, que poderão ter sobre os resultados operacionais, liquidez ou posição financeira do Grupo em qualquer período particular.

### Lehman Brothers

Desde setembro de 2009, o Grupo tem estado em litígio com diversas entidades que têm procurado contestar determinados aspectos da transação nos termos da qual o BCI e outras empresas do Grupo adquiriram a maior parte dos ativos da Lehman Brothers Inc. (LBI) em setembro de 2008, tal como a ordem judicial (Ordem) que aprova a venda (venda). A Ordem foi confirmada pelos tribunais e já não está a ser contestada. A 5 de agosto de 2014, o Segundo Circuito confirmou as decisões do SDNY a favor do Grupo em determinadas alegações com respeito aos seus direitos sobre os ativos que reclama da Venda.

### Informação de Histórico

Em setembro de 2009, foram apresentadas moções no Tribunal de Falências dos Estados Unidos para o SDNY (Tribunal de Falências) pela Lehman Brothers Holdings Inc. (LBHI), o fiduciário SIPA da Lehman Brothers Inc. (Fiduciário) e pelo Comité Oficial de Credores não Assegurados da Lehman Brothers Holdings Inc. (Comité). Todos as três moções questionaram certos aspectos da venda, assim como a Ordem. Os queixosos procuraram anular a transferência de determinados bens para o BCI, solicitando que o BCI devolvesse à LBI qualquer valor excedentário que o BCI tivesse recebido, e declarando que o BCI não tem direito a certos ativos reclama em conformidade com os documentos de Venda e da Ordem (Artigo 60 Reivindicações).

Em Janeiro de 2010 o BCI apresentou a sua resposta às moções e também apresentou uma moção procurando a entrega de determinados ativos que a LBHI e a LBI não tinham entregue como exigido pelos documentos de Venda e da Ordem (juntamente com as reivindicações do Fiduciário sobre esses ativos, Reivindicações de Contrato).

Em 2011, o Tribunal de Falências rejeitou o Artigo 60 Reivindicações e decidiu algumas das Reivindicações de Contrato a favor do Fiduciário e algumas a favor do Grupo. O Grupo e o Fiduciário recorreram ambos, junto do SDNY, das decisões adversas do Tribunal de Falências relativamente às Reivindicações de Contrato. A LBHI e a Comissão não recorreram da decisão do Tribunal de Falências no Artigo 60 Reivindicações.

O SDNY emitiu uma opinião em junho de 2012, revertendo um dos pareceres do Tribunal de Insolvência relativo às Reivindicações do Contrato que tinha sido adverso ao Grupo e confirmou os restantes pareceres do Tribunal de Insolvência relativos às Reivindicações ao Contrato. Em julho de 2012, o SDNY emitiu um julgamento acordado implementando os acórdãos do parecer (Julgamento). Ao abrigo do Julgamento, o Grupo tem direito a receber:

- mM\$1,1 (mM£0,7) do Fiduciário em relação a ativos 'clearance box' (Ativos Clearance Box); e
- Propriedade detida em várias instituições em relação aos derivados negociados em bolsa contas transferidas para o BCI na Venda (Margem ETD).

### Desenvolvimentos Recentes

O Fiduciário apresentou recurso das decisões adversas do SDNY para o Segundo Circuito. A 5 de agosto de 2014, o Segundo Circuito emitiu um parecer confirmando as decisões do SDNY de que o Grupo tem direito a receber os Ativos Clearance Box e a Margem ETD.

A 1 de Outubro de 2014, o Fiduciário apresentou uma moção junto do SDNY para confirmar o escopo do acórdão do SDNY relativamente à Margem ETD que o Grupo tem direito a receber. Com essa moção, o Fiduciário contesta o direito do Barclays a aproximadamente de mM\$1,1 de ativos que o Fiduciário, afirma não constituírem a Margem ETD.

A 15 de Dezembro de 2014, o Fiduciário solicitou que o Supremo Tribunal dos EUA revise as decisões do SDNY e do Segundo Circuito relativamente à Margem ETD.

### Montantes Reclamados/Impacto Financeiro

Cerca de mM\$1,7 (mM£1,1) dos ativos a que o Grupo tem direito como parte da venda não haviam sido recebidos até 31 de Dezembro de 2014, cerca de mM\$0,8 (mM£0,5) dos quais foram reconhecidos como ativo financeiro no balanço de 31 de Dezembro de 2014. O montante não reconhecido, aproximadamente mM\$0,9 (mM£0,6) a 31 de dezembro de 2014, representa efetivamente uma provisão contra a incerteza inerente ao contencioso e potenciais procedimentos de pós-recurso e questões relacionadas com a recuperação de determinados ativos detidos por uma instituição fora dos EUA. O ativo financeiro reflete um aumento de mM\$0.7 (mM£0.5) reconhecido na conta de resultados de 30 de setembro de 2014 como resultado de maior certeza no que concerne a recuperabilidade dos ativos Clearance Box e a Margem ETD do Fiduciário, tal como reduções resultantes de um pagamento de mM\$1,1 (mM£0.7) feito pelo Fiduciário ao Grupo a 8 de outubro de 2014, cumprindo na totalidade as obrigações do Fiduciário no que concerne os ativos Clearance Box e de um pagamento de aproximadamente mM\$1,5 (mM£1) feito pelo Fiduciário ao Grupo a 10 de dezembro de 2014 relativamente a uma porção da Margem ETD.

Neste contexto, o Grupo está satisfeito com a valorização do ativo reconhecido no seu balanço e do nível resultante da provisão efetiva.

### Ações de Depósito Americano

o BPLC, o BBPLC e vários antigos e atuais membros do Conselho de Administração do BPLC foram constituídos arguidos em cinco ações coletivas de títulos propostas e consolidadas no SDNY, alegando distorções e omissões nas declarações de registo para determinadas Ações de Depósito Americano oferecidos pelo BBPLC.

### Informação de Histórico

A queixa consolidada emendada, apresentada a Fevereiro de 2010, afirmava reivindicações ao abrigo do Securities Act de 1933, alegando que as declarações do registo relacionadas com American Depositary Shares representando ações preferenciais, séries 2, 3, 4 e 5 (Ações Preferenciais ADS) oferecidas pelo BBPLC em vários momentos entre 2006 e 2008 continham distorções e omissões relativas (entre outras coisas) à carteira de títulos de hipoteca (incluindo títulos US subprime), à exposição do BBPLC a riscos de mercado de hipotecas e créditos, e à condição financeira do BBPLC. Estas queixas não identificaram especificamente os alegados danos que os queixosos procuraram recuperar em relação às suas reivindicações.

# Notas às demonstrações financeiras

## Acréscimos, provisões, passivos contingentes e procedimentos legais

### *Desenvolvimentos Recentes*

As alegações relativas às ofertas das séries 2, 3 e 4 foram indeferidas na base de que prescreveram. Embora o SDNY tenha também indeferido as alegações relativas às ofertas da série 5, o Segundo Circuito inverteu o indeferimento e decidiu que os queixosos deveriam ter sido autorizados a apresentar uma segunda queixa emendada em relação às reivindicações das ofertas da série 5. Esta oferta da série 5 tinha um valor nominal original de aproximadamente mM\$2,5.

Em Junho de 2014, o SDNY negou a moção de indeferimento dos arguidos no que diz respeito às reivindicações contidas na queixa emendada relativa à oferta da série 5. O caso está agora em processo.

### *Montantes Reclamados/Impacto Financeiro*

Não é atualmente possível fornecer uma estimativa do impacto financeiro para o Grupo das ações descritas ou o efeito, caso o haja, que poderão ter sobre os resultados operacionais, liquidez ou posição financeira do Grupo em qualquer período particular.

### *BDC Finance L.L.C.*

A BDC Finance L.L.C. (BDC) apresentou uma queixa contra o BBPLC no Supremo Tribunal de Nova Iorque relativamente à violação de uma carteira de swaps de retorno total regida por um Acordo Geral ISDA (coletivamente, o Acordo). A decisão foi tomada contra o BBPLC, mas o Tribunal de Recursos do Estado de Nova Iorque revogou efetivamente essa decisão. Partes relacionadas com a BDC também processaram o BBPLC e o BCI no Tribunal Estadual do Connecticut relativamente à conduta do BBPLC no que concerne o Acordo.

### *Informação de Histórico*

Em outubro de 2008, a BDC apresentou uma queixa no Supremo Tribunal de Nova Iorque alegando que o BBPLC violou o Acordo quando não transferiu aproximadamente M\$40 do alegado excedente colateral em resposta à reivindicação (Reivindicação) da BDC de outubro de 2008.

A BDC afirma que no âmbito do Acordo o BBPLC não tinha o direito de contestar a Exigência antes de transferir o alegado excesso de garantias e que, mesmo que o Acordo garantisse ao BBPLC o direito de contestar a Exigência antes de efetuar a transferência, o BBPLC não contestou a Exigência.

O BDC exige ser ressarcido por prejuízos, totalizando M\$298 além de honorários de advogados, despesas e juros pré-julgamento.

Em agosto de 2012, o Supremo Tribunal de NI assentiu ao julgamento parcial sumário para o BBPLC, e decidiu que o BBPLC tinha direito de contestar a Exigência antes de transferir o alegado colateral em excesso, mas determinou ser necessário realizar um julgamento efetivo para determinar se o BBPLC o teria realmente feito. Ambas as partes recorreram ao Departamento de Recursos do Supremo Tribunal de Nova Iorque (Departamento de Recursos).

Em setembro de 2011, o consultor de investimentos do BDC, BDCM Fund Adviser, L.L.C. e a sua empresa-mãe, Black Diamond Capital Holdings, L.L.C. também processaram o BBPLC e o BCI no Tribunal Estadual do Connecticut por prejuízos não especificados alegadamente resultantes da conduta do BBPLC relativamente ao Acordo, alegando violação do Connecticut Unfair Trade Practices Act e interferência ilícita nos negócios e potenciais relações comerciais. As partes acordaram a suspensão temporária do caso.

Em outubro de 2013, o Departamento de Recursos de Nova Iorque reverteu a decisão de julgamento sumário parcial do Supremo Tribunal de Nova Iorque a favor de BBPLC e deferiu a moção do BDC para o julgamento sumário parcial, entendendo que o BBPLC violara o Acordo. O Departamento de Recursos de Nova Iorque não se pronunciou sobre o montante dos prejuízos do BDC, que ainda não foram determinados pelo Supremo Tribunal de Nova Iorque.

### *Desenvolvimentos Recentes*

Em janeiro de 2014, o Departamento de Recursos de Nova Iorque concedeu licença ao BBPLC para apresentar recurso da sua decisão de outubro de 2013 no Tribunal de Recursos de Nova Iorque. O Tribunal de Recursos de Nova Iorque ouviu as alegações a 6 de Janeiro de 2015 e a 19 de fevereiro de 2015 modificou o deferimento da Divisão de Recursos de Nova Iorque de um julgamento sumário parcial à BDC, sustentando que um julgamento sumário a favor de qualquer das partes não pode ser deferido porque permanece por apurar se o BBPLC de facto violou o Acordo. O Tribunal de Recursos de Nova Iorque ordenou que o assunto seja referido ao Supremo Tribunal de Nova Iorque para procedimentos adicionais.

### *Montantes Reclamados/Impacto Financeiro*

O BDC apresentou queixas contra o Grupo num total de M\$298 além de honorários de advogados, despesas e juros pré-julgamento. Este montante não reflete necessariamente a potencial exposição financeira do Grupo no caso de uma decisão ser tomada contra si.

### *Ações Cíveis a respeito do Ato Anti-Terrorismo dos EUA*

Em novembro de 2014, uma queixa civil foi apresentada no Tribunal Federal dos Estados Unidos no Distrito Leste de Nova York por um grupo de cerca de 200 queixosos, alegando que o Grupo e diversos outros bancos se envolveram numa conspiração e violaram o US Anti-Terrorism Act (ATA), facilitando transações em dólar americano ao Governo do Irão e vários bancos Iranianos, que por sua vez financiaram ataques do Hezbollah que feriram membros das famílias dos queixosos. Os queixosos procuram ser ressarcidos pela dor, sofrimento e angústia mental em conformidade com as provisões do ATA, que permite a triplicação de quaisquer prejuízos provados.

### *Montantes Reclamados/Impacto Financeiro*

Não é atualmente possível fornecer uma estimativa do impacto financeiro das questões nesta seção ou do efeito, caso o haja, que estas questões possam ter sobre os resultados operacionais, liquidez ou posição financeira do Grupo em qualquer período particular.

#### Swap por incumprimento de crédito (CDS) Investigações Antitrust

A Comissão e o DOJ-AD iniciaram investigações no mercado CDS, em 2011 e 2009, respetivamente. Em julho de 2013, a Comissão enviou uma Declaração de Objeções ao BBPLC, 12 outros bancos, Markit Ltd. e ISDA. O caso está relacionado com a preocupação que certos bancos se envolveram numa ação coletiva para atrasar e impedir o surgimento de produtos derivados de crédito negociados em bolsa.

Caso a Comissão chegue a uma decisão nesta matéria manifestou a sua intenção de impor sanções. As sanções da Comissão poderão incluir multas. A investigação do DOJ-AD é uma investigação civil relacionada com questões similares. O Barclays está também a contestar uma proposta de ação coletiva consolidada alegando questões semelhantes que foi apresentada nos EUA. A Divulgação no caso está em processo.

#### Montantes Reclamados/Impacto Financeiro

Não é atualmente possível fornecer uma estimativa do impacto financeiro para o Grupo das ações descritas ou o efeito, caso o haja, que poderão ter sobre os resultados operacionais, liquidez ou posição financeira do Grupo em qualquer período particular.

#### Investigações de Intercâmbio

As investigações à Visa e MasterCard relativas às taxas de intercâmbio de crédito e débito pelas autoridades da concorrência na Europa continuam abertas.

O BBPLC recebe taxas de intercâmbio, enquanto emissor de cartões, dos fornecedores de serviços de aquisição de cartões a comerciantes. Os principais riscos decorrentes das investigações compreendem o potencial de multas impostas pelas autoridades da concorrência, litígios e a implementação de novos regulamentos que têm impacto nas taxas de intercâmbio.

#### Montantes Reclamados/Impacto Financeiro

Não é atualmente possível fornecer uma estimativa do impacto financeiro das questões nesta seção ou do efeito, caso o haja, que estas questões possam ter sobre os resultados operacionais, liquidez ou posição financeira do Grupo em qualquer período particular.

#### Compensação de Produtos de Cobertura da Taxa de Juro

Ver Nota 26 para uma descrição do exercício de revisão e compensação da FSA em relação aos produtos de cobertura de risco de taxa de juro e as provisões constituídas pelo Grupo em ligação aos mesmos.

#### Geral

O Grupo está envolvido em várias outras questões jurídicas, de concorrência e regulamentares tanto no Reino Unido como em várias jurisdições estrangeiras. Está sujeito a processos legais pelo e contra o Grupo, que surgem no curso normal dos negócios ao longo do tempo, incluindo (mas não limitados a) as disputas em relação a contratos, títulos, cobrança de dívidas, crédito ao consumo, fraude, participações, ativos de clientes, concorrência, proteção de dados, lavagem de dinheiro, emprego, ambiente e outras questões estatutárias e legais comuns.

O Grupo também está sujeito a consultas e exames de rigor, solicitações de informação, auditorias, investigações e procedimentos legais e outros por parte dos reguladores, órgãos públicos governamentais e outros em ligação a (mas não limitado a) medidas de defesa do consumidor, o conformidade com a legislação e regulamentação, por atividade de retalho e outras áreas da atividade bancária e de negócios em que o Group esteja ou tenha estado envolvido.

No presente momento, o Grupo não espera que a resolução final de qualquer destas outras questões tenha um efeito material adverso sobre sua posição financeira. No entanto, à luz das incertezas envolvidas em tais assuntos e matérias especificamente descritos na presente nota, não poderá haver nenhuma garantia de que o resultado de uma questão ou questões em particular não seja material para os resultados das operações do Grupo ou liquidez para um determinado período, dependendo, entre outras coisas, o montante da perda decorrente da questão(ões) e o montante dos rendimentos de outra forma relatados para o período do relatório.

# Notas para as demonstrações financeiras

## Instrumentos de capital, capital acionista e reservas

As notas incluídas nesta seção concentram-se no capital de empréstimos e capital acionistas do Grupo incluindo o capital emitido em ações, resultados transitados, outros saldos de capital e participações de acionistas minoritários das nossas entidades subsidiárias (participações não controladoras). Para obter mais informações sobre gestão de capital e sobre como o Grupo mantém suficiente capital para cumprir os requisitos regulatórios consulte as páginas 98 a 101.

### 29 Passivo subordinado

#### Contabilidade da dívida subordinada

A dívida subordinada é medida em custo amortizado utilizando o método de juros efetivos no âmbito de IAS 39.

O passivo subordinado inclui juros acumulados e abrange capital de empréstimo datado e sem data da seguinte forma:

	Grupo		Banco	
	2014	2013	2014	2013
	M€	M€	M€	M€
Passivo subordinado sem data	5,640	6,127	5,439	5,929
Passivo subordinado datado	16,045	16,122	15,412	15,053
<b>Total de passivo subordinado</b>	<b>21,685</b>	<b>22,249</b>	<b>20,851</b>	<b>20,982</b>

Nenhum capital de empréstimo do Grupo é garantido.

Passivo subordinado sem datas	Data inicial de convocação	Grupo		Banco	
		2014	2013	2014	2013
		ME	ME	ME	ME
Barclays Bank PLC Obrigações Tier One (TONs)					
6% Obrigações Perpétuas Resgatáveis Tier One	2032	16	105	16	105
6.86% Obrigações Perpétuas Resgatáveis TierOne (US\$569m)	2032	604	613	604	613
Instrumentos de Reserva de Capital (RCIs)					
5.926% Instrumentos Perpétuos Resgatáveis Atualizáveis de Reserva de Capital (US\$159m)	2016	112	368	112	368
7.434% Instrumentos Perpétuos Resgatáveis Atualizáveis de Reserva de Capital (US\$177m)	2017	85	244	85	244
6.3688% Instrumentos Perpétuos Resgatáveis Atualizáveis de Reserva de Capital	2019	39	114	39	114
14% Instrumentos Perpétuos Resgatáveis Atualizáveis de Reserva de Capital	2019	3.065	2.951	3.065	2.951
5.3304% Instrumentos Perpétuos Resgatáveis Atualizáveis de Reserva de Capital	2036	52	107	52	107
Obrigações sem data					
6.875% Obrigações subordinadas sem data	2015	140	145	140	145
6.375% Obrigações subordinadas sem data	2017	146	146	146	146
7.7% Obrigações subordinadas sem data (US\$99m)	2018	69	67	69	67
8.25% Obrigações subordinadas sem data	2018	152	151	152	151
7.125% Obrigações subordinadas sem data	2020	202	198	202	198
6.125% Obrigações subordinadas sem data	2027	249	223	249	223
Obrigações com taxa flutuante sem data (US\$109m)		70	66	130	122
Obrigações primárias junior de capital com taxa flutuante sem data Série3		145	145	145	145
Títulos					
9.25% Títulos Perpétuos Subordinados (ex-Woolwich plc)	2021	94	91	94	91
9% Títulos de Capital de Juros Permanentes	At any time	46	42	46	42
Empréstimos					
5.03% Empréstimo Subordinado em Duas Divisas Reversíveis (Yen 8,000m)	2028	39	39	39	39
5% Empréstimo Subordinado em Duas Divisas Reversíveis (Yen 12,000m)	2028	54	58	54	58
Barclays SLCSM Funding B.V. guaranteed by the Bank		261	254	-	-
<b>Total de passivo subordinado sem data</b>		<b>5.640</b>	<b>6.127</b>	<b>5.439</b>	<b>5.929</b>

#### Capital de empréstimo sem data

O capital de empréstimo sem data é emitido pelo Banco e suas subsidiárias para desenvolver e expandir o seu negócio e para alavancar as suas bases de capital. Os principais termos do capital de empréstimo sem data estão descritos no verso:

#### Subordinação

Todo o capital de empréstimo sem data está classificado após as reclamações contra depositantes do banco e outros credores insubordinados e titulares de capital de empréstimo datado pela seguinte ordem: Obrigações júnior com taxa flutuante; outras emissões de obrigações sem data, Títulos e empréstimos pari passu entre si; seguido pela classificação RCI de TON pari passu entre si.

#### Juros

Todo o capital de empréstimo sem data suporta uma taxa fixa de juros até à data da chamada inicial, com exceção dos Títulos de 9% que são fixos durante o termo da emissão, e as Obrigações Júnior e Série 3 sem data que têm taxa flutuante.

Após a data da chamada inicial, em caso de não serem resgatadas, as Obrigações sem data de 6,875%, 6,375%, 7,125%, 6,125%, os Títulos Perpétuos de 9,25% e as Obrigações Perpétuas de 6,140% suportam juros com taxas fixadas regularmente antecipadamente por períodos de cinco anos com base nas taxas de mercado. Todo o restante capital de empréstimo sem data com exceção das duas Obrigações sem data com taxas flutuantes suportam juros, e as duas Obrigações sem data com taxas flutuantes Atualmente suportam juros com taxas fixadas regularmente antecipadamente com base nas taxas interbancárias de Londres.

# Notas para as demonstrações financeiras

## Instrumentos de capital, capital acionista e reservas

### Pagamento de juros

O Banco não é obrigado a pagar juros sobre as suas Obrigações sem data, Títulos e Empréstimos excluindo as Obrigações sem data de 7,7%, Obrigações sem data de 8,25%, Títulos de 9,25% e Obrigações Perpétuas de 6,140% se, durante os anteriores seis meses, não for pago ou declarado nenhum dividendo em qualquer classe de ações do Barclays PLC ou, em determinados casos, qualquer classe de ações preferenciais do Banco. O Banco não é obrigado a pagar juros sobre os seus Títulos Subordinados Perpétuos de 9,25% se, no período anterior de 12 meses de pagamento de juros, não tiver sido pago qualquer dividendo em qualquer classe do seu capital acionista. Os juros não pagos desta forma, serão pagos em qualquer caso se for pago subsequentemente qualquer dividendo ou em determinadas circunstâncias. Durante o ano, o Banco declarou e pagou dividendos sobre as suas ações ordinárias e sobre todas as classes de ações preferenciais.

Não pode ser realizado qualquer pagamento de juros ou qualquer participação até que o Banco cumpra os requisitos de um teste específico de liquidez.

O Banco pode optar por adiar qualquer pagamento de juros sobre Obrigações sem data de 7,7% e Obrigações sem data de 8,25%. Até que quaisquer pagamentos adiados sejam totalmente pagos, nem o Banco nem Barclays PLC podem declarar ou pagar qualquer dividendo, salvo determinadas exceções, sobre qualquer das suas ações ordinárias, ações preferenciais, ou outro capital acionista ou satisfazer quaisquer pagamentos de juros ou cupões sobre outras determinadas obrigações júnior.

Barclays SLCSM Funding B.V. e o Banco podem optar por adiar qualquer pagamento de juros sobre Obrigações Perpétuas de 6,140%. No entanto, quaisquer juros adiados serão automaticamente vencidos e a pagar na primeira ocorrência das seguintes situações: (i) a data estabelecida para qualquer dividendo ou outra distribuição ou juros ou outros pagamento relativamente a quaisquer obrigações júnior ou pari passu, ou na qual são compradas obrigações júnior ou pari passu, (ii) A data de resgate ou compra das Obrigações Perpétuas de 6,140% e (iii) determinados outros eventos incluindo falência, liquidação ou dissolução de Barclays SLCSM Funding B.V. ou do Banco.

O Banco pode optar por adiar qualquer pagamento de juros sobre RCI. Qualquer entre esses pagamentos adiados tem de ser pago na primeira ocorrência das seguintes situações: (i) a data de resgate das RCI, (ii) a data de pagamento do cupão que seja mais próxima do décimo aniversário da data de adiamento desse pagamento, e (iii) Apenas em relação à substituição das RCI de 14%. Enquanto continuar o adiamento, nem o Banco ou Barclays PLC podem declarar ou pagar qualquer dividendo, salvo em determinadas exceções, sobre qualquer das suas ações ordinárias ou ações preferenciais.

O Banco pode optar por adiar qualquer pagamento de juros sobre TON se determinar que assim seja, ou se esse pagamento resultar por si em não conformidade com os requisitos de adequação de capital e requisitos de PRA. Qualquer entre esses adiamentos de pagamento de juros será apenas pagável sobre o resgate de TON. Até à data em que o Banco realize um pagamento de juros sobre TON, nem o Banco ou Barclays PLC podem (i) declarar ou pagar qualquer dividendo, salvo em determinadas exceções, sobre qualquer das suas ações ordinárias ou ações preferenciais, ou realizar pagamentos de juros relativos a Instrumentos de Reserva de Capital do Banco e (ii) determinadas restrições sobre resgate, aquisição ou redução do seu respetivo capital acionistas e também se aplica a determinadas outras garantias.

### Reembolso

Todo capital de empréstimo sem data é reembolsável, por opção do Banco normalmente totalmente e nada data de chamada inicial sobre quaisquer subsequentes cupões ou data de pagamento de juros ou em caso das Obrigações sem data de 6,875%, 6,375%, 7,125%, 6,125%, Títulos de 9,25% e as Obrigações Perpétuas de 6,140% no quinto aniversário após a data de chamada inicial. Adicionalmente, cada emissão de capital de empréstimo sem data é reembolsável, por opção do Banco, totalmente em caso de determinadas alterações do tratamento fiscal das obrigações, seja a qualquer momento, ou na data de pagamento de juros. Não existem casos de exceção predefinida de pagamento de juros principais ou obrigatórios. Quaisquer reembolsos requerem a autorização prévia da PRA.

### Outros

Todas as questões de passivos subordinados sem data não são conversíveis.

Data de passivo subordinado	Data de chamada inicial	Data de Vencimento	Grupo		Banco	
			2014 M€	2013 M€	2014 M€	2013 M€
<b>Barclays Bank PLC emitido externamente</b>						
Fixo Resgatável / brigações subordinadas com taxa fixa (€1,000m)	2014	2019	-	866	-	866
4,38% Obrigações subordinadas com taxa fixa (US\$75m)		2015	49	49	49	49
4,75% Obrigações subordinadas com taxa fixa (US\$150m)		2015	98	97	98	97
5,14% Obrigações Tier 2 mais baixas (US\$1,094m)	2015	2020	767	706	767	706
6,05% Obrigações subordinadas com taxa fixa ((US\$1,556m)		2017	1.102	1.073	1.102	1.073
Obrigações subordinadas com taxa flutuante ((€40m)		2018	31	33	31	33
6% Obrigações subordinadas com taxa fixa ((€1,750m)		2018	1.462	1.554	1.462	1.554
Obrigações subordinadas vinculadas a CMS (€100m)		2018	82	87	82	87
Obrigações subordinadas vinculadas a CMS (€135m)		2018	109	116	109	116
Obrigações subordinadas com taxa flutuante	2018	2023	565	570	565	570
7,75% Obrigações de capital de contingência (US\$1,000m)	2018	2023	823	793	823	793
Obrigações subordinadas com taxa flutuante (€50m)		2019	38	41	38	41
6% Obrigações subordinadas com taxa fixa (€1,500m)		2021	1.338	1.356	1.338	1.356
9,5% Títulos subordinados (ex-Woolwich plc)		2021	306	306	306	306
Obrigações subordinadas com taxa fixa (€100m)		2021	77	82	77	82
10% Obrigações subordinadas com taxa fixa		2021	2.362	2.265	2.361	2.265
10,179% Obrigações subordinadas com taxa fixa (US\$1,521m)		2021	1.062	991	1.062	991
Obrigações subordinadas com taxa flutuante (€50m)		2021	39	42	39	42
6,625% Obrigações subordinadas com taxa fixa (€1,000m)		2022	947	957	947	957
7,625% Obrigações de capital de contingência (US\$3,000m)		2022	2.206	2.013	2.205	2.013
Obrigações subordinadas com taxa flutuante (€50m)		2022	39	42	39	42
5,75% Obrigações subordinadas com taxa fixa		2023	828	742	828	742
5,4% Empréstimo Subordinado em Duas Divisas Reversíveis (Yen 15,000m)		2026	74	74	74	74
6,33% Obrigações subordinadas		2027	62	55	62	55
Obrigações subordinadas com taxa flutuante (€100m)		2032	78	83	78	83
Outros empréstimos de subsidiárias		2040	-	-	60	60
<b>Barclays Bank PLC emitiu entre o Grupo para Barclays PLC</b>			810	-	810	-
4,375% Obrigações subordinadas com taxa fixa (US\$1,250m) <sup>a</sup>		2024	-	102	-	-
<b>Absa Bank Limited emitiu</b>			-	228	-	-
8,8% Obrigações subordinadas Resgatáveis com taxa fixa (ZAR 1,725m)	2014	2019	-	121	-	-
6,00% Obrigações subordinadas Resgatáveis vinculadas a CPI (ZAR 3,000m)	2014	2019	114	35	-	-
8,1% Obrigações subordinadas Resgatáveis (ZAR 2,000m)	2015	2020	34	23	-	-
10,28% Obrigações subordinadas Resgatáveis (ZAR 600m)	2017	2022	22	105	-	-
Obrigações subordinadas Resgatáveis (ZAR 400m)	2017	2022	101	116	-	-
Obrigações subordinadas Resgatáveis (ZAR 1,805m)	2017	2022	112	69	-	-
Obrigações subordinadas Resgatáveis (ZAR 2,007m)	2018	2023	64	-	-	-
8,295% Obrigações subordinadas Resgatáveis (ZAR 1,188m)	2018	2023	21	-	-	-
Obrigações subordinadas Resgatáveis (ZAR 370m)	2019	2024	7	-	-	-
Obrigações subordinadas Resgatáveis (ZAR 130m)	2019	2024	109	107	-	-
5,50% Obrigações subordinadas Resgatáveis vinculadas a CPI (ZAR 1,500m)	2023	2028	107	223	-	-
Outro capital emitido pelo Barclays em África e no Japão		2014-2018				
<b>Total de passivo subordinado com prazo (data)</b>			<b>16.045</b>	<b>16.122</b>	<b>15.412</b>	<b>15.053</b>

#### Capital de empréstimo com prazo (data)

O capital de empréstimo com data é emitido pelo Banco e suas subsidiárias para desenvolver e expandir o seu negócio e para alavancar as suas bases de capital. Os principais termos do capital de empréstimo com data estão descritos no verso:

Nota  
a Consulte a Nota 46 no Relatório Anual de 2014 do Barclays PLC para obter mais pormenores sobre empréstimos internacionais emitidos entre o Grupo de Barclays Bank PLC para Barclays PLC

# Notas para as demonstrações financeiras

## Instrumentos de capital, capital acionista e reservas

### Subordinação

Todo o capital de empréstimo com data, emitido externamente e entre o Grupo para Barclays PLC, é classificado após reclamações contra o banco de depositantes e outros credores de garantias insubordinadas não garantidas, mas antes de reclamações de capital de empréstimo sem data e os detentores do seu capital próprio. O capital de empréstimo com data (prazo) emitido por subsidiárias está equivalentemente subordinado.

### Juros

Os juros sobre as Obrigações com Taxa Flutuante são previamente fixados regularmente, com base em taxas relacionadas interbancárias ou taxas do banco central local.

Os juros sobre as Obrigações de Capital Contingente de 7,75% são fixos até à data de chamada. Após a data de chamada, se não forem resgatadas, a taxa de juros será redefinida e fixa até ao vencimento e com base na taxa de mercado.

### Reembolso

Essas Obrigações com uma data de chamada são reembolsáveis por opção do emitente, em condições que regem as respetivas obrigações de dívida, algumas total ou parcialmente, e algumas na totalidade. O restante capital de empréstimo em circulação em 31 de Dezembro de 2014 é resgatável apenas no vencimento, objeto em casos especiais, a disposições que permitem o resgate antecipado em caso de determinadas alterações da legislação fiscal, a determinadas alterações da legislação ou regulamentos.

Quaisquer reembolsos antes do vencimento requerem, em caso do Banco, a aprovação prévia da PRA, ou em caso de emissões no estrangeiro, a aprovação do regulador local para essa jurisdição e, em determinados casos da PRA.

Não existem instalações comprometidas existentes à data do balanço, que permitem o refinanciamento da dívida após a data de vencimento.

O outro capital emitido pelo Barclays Quênia, Botswana e Zâmbia inclui montantes de M £6 (2013: M£14m) emitido pelo Barclays Botswana que são convertíveis. Estes são reembolsáveis antes do vencimento por opção do emitente, em condições que regem as respetivas obrigações de dívida, algumas total ou parcialmente, e algumas na totalidade.

### Outros

As Obrigações de Capital Contingente de 7,625% serão automaticamente transferidas de investidores para o Barclays PLC (ou outra entidade dentro do Grupo) sem contrapartidas se o rácio do património comum Tier 1 CRD IV (CET 1) (declaração transaccional FSA de Outubro de 2012 consolidado do Barclays PLC cair abaixo de 7,0%.

As Obrigações de Capital Contingente de 7,75% serão automaticamente desvalorizadas e os investidores perderão o seu investimento total sobre as obrigações se o rácio do património comum Tier 1 CRD IV (CET 1) (declaração transaccional FSA de Outubro de 2012 consolidado do Barclays PLC cair abaixo de 7,0%.

30 Ações ordinárias, bónus sobre emissão de ações, e outro capital

### Aumento de capital social, atribuído e totalmente liquidado

	Capital de ações ordinárias	Capital de ações Preferenciais	Bónus de emissão	Total de capital Acionistas e bónus de emissão	Outros instrumentos de capital
	M€	M€	M€	M€	M€
Em 1 de Janeiro de 2014	2.342	60	12.092	14.494	2.078
Em 1 emissão de capital próprio	-	-	-	-	2.272
Outros movimentos	-	(22)	-	(22)	-
<b>Em 31 de Dezembro de 2014</b>	<b>2.342</b>	<b>38</b>	<b>12.092</b>	<b>14.472</b>	<b>4.350</b>
Em 1 de Janeiro de 2013	2.342	60	12.092	14.494	-
Em 1 emissão de capital próprio	-	-	-	-	2.078
<b>Em 31 de Dezembro de 2013</b>	<b>2.342</b>	<b>60</b>	<b>12.092</b>	<b>14.494</b>	<b>2.078</b>

### Ações ordinárias

O capital emitido em ações ordinárias do Barclays Bank PLC, em 31 de Dezembro de 2014, incluindo 2.342 milhões de ações ordinárias com o valor unitário de £1 (2013: 2.342 milhões).

O capital de ações ordinárias constitui 60% (2013: 60%) do capital acionistas total emitido.

### Ações preferenciais

O capital emitido em ações preferenciais do Barclays Bank PLC, em 31 de Dezembro de 2014, incluindo 1.000 Ações Preferenciais em libras esterlinas com o valor unitário de £1 (2013: 1,000); 31.856 Ações Preferenciais em Euros com o valor unitário de €100 (2013: 240.000); 20.930 Ações Preferenciais em libras esterlinas com o valor unitário de £100 (2013: 75.000); 58.133 Ações Preferenciais em Dólares dos EUA com o valor unitário de \$100 (2013: 100.000); e 237 milhões de Ações Preferenciais em Dólares dos EUA com o valor unitário de \$0,25 (2013: 237 milhões).

Durante o segundo trimestre de 2014, foram reembolsadas 108.144 Ações Preferenciais em Euros com o valor unitário de €100, 54.070 Ações Preferenciais em libras esterlinas com o valor unitário de £100 e 41.867 Ações Preferenciais em Dólares dos EUA com o valor unitário de \$100 pelo Barclays Bank PLC como parte de uma prática geral de troca dessas ações preferenciais (em conjunto com determinados instrumentos de dívida subordinada do Barclays Bank PLC) para três emissões de Valores Mobiliários Convertíveis Contingentes Subordinados Redefiníveis com Taxa Fixa do Barclays PLC.

Em 15 de Dezembro de 2014, 100.000 Ações Preferenciais em Euros com o valor unitário de €100 foram resgatadas por numerário na sua primeira data de chamada. O capital acionista preferenciais constitui 40% (2013: 40%) do capital acionistas emitido.

#### *Ações Preferenciais em Libras Esterlinas E7*

1.000 Ações Preferenciais em libras esterlinas com o valor unitário de £1 (Ações Preferenciais de £1) foram emitidas em 31 de Dezembro de 2004 com bônus zero.

As ações preferenciais de £1 dão direito para os seus titulares receberem dividendos acumulativos em numerário em libras esterlinas sobre lucros distribuíveis do Barclays Bank PLC, semestralmente e a uma taxa redefinida semestralmente igual à taxa interbancária disponibilizada em libras esterlinas para depósitos a prazos de seis meses.

Barclays Bank PLC estará obrigado a pagar esses dividendos, se: (1) possuir lucros disponíveis para o fim de distribuição de acordo com a lei das Empresas de 2006 relativa à data de pagamento de todos os dividendos; e (2) possa efetuar o pagamento do dividendo na data relevante de pagamento, desde que sejam cumpridas as condições de regulamentação de capital na data de pagamento dos dividendos. Os dividendos não devem ser vencidos e pagáveis na data de pagamento dos dividendos, salvo na medida em que o Barclays Bank PLC possa realizar esses pagamentos e logo após continuar a ser solvente. Barclays Bank PLC deve ser considerado solvente em qualquer data se: (1) puder pagar as suas dívidas aos credores seniores conforme se vencem; e (2) os seus auditores terem comunicado de que nos seis meses anteriores os seus ativos excederam os seus passivos. Se o Barclays Bank PLC não pagar, ou se pagar apenas parcialmente qualquer dividendo com um atraso de 7 dias ou superior após a data de vencimento do pagamento, os titulares das Ações Preferenciais de £1 podem instaurar processos para a liquidação do Barclays Bank PLC. Os titulares de quaisquer ações preferenciais de £1 não podem interpor qualquer recurso jurídico contra o Barclays Bank PLC sobre a recuperação de montantes devidos relativos a ações preferenciais de £1, salvo os processos institucionais para a liquidação do Barclays Bank PLC e/ou disponibilização dessa liquidação.

Em liquidação ou outro reembolso de capital (salvo um resgate ou aquisição pelo Barclays Bank PLC ou qualquer de suas ações emitidas, ou uma redução do capital acionista, permitido pelos Estatutos Sociais do Barclays Bank PLC e de acordo com a legislação aplicável), os ativos do Barclays Bank PLC disponíveis para os acionistas devem ser aplicados como prioridade sobre qualquer pagamento aos titulares de ações ordinárias e qualquer outra classe de ações no capital do Barclays Bank PLC, depois da emissão da classificação júnior das £1 sobre esse retorno de capital e pari passu sobre esse retorno de capital com os titulares de qualquer outra classe de ações representativas do capital do Barclays Bank PLC, depois em emissão (salvo qualquer classe de participações no capital do Barclays Bank PLC, depois com prioridade sobre as Ações Preferenciais de £1 em qualquer liquidação ou outro retorno de capital), no pagamento aos titulares das Ações Preferenciais de £1 de uma total igual ao conjunto de: (1) um montante igual aos dividendos acrescido sobre o período de dividendos então atual (e quaisquer retroativos acumulados) até ao dia do início da liquidação ou do mesmo retorno de capital; e (2) um montante igual a £1 por cada Ação Preferencial. Após o pagamento do valor total das distribuições de liquidação a que têm direito os titulares de Ações Preferenciais de £1 não terão o direito de reclamação sobre qualquer dos restantes ativos do Barclays Bank PLC e não terão direito a qualquer outra participação sobre esse retorno de capital.

As Ações Preferenciais de £1 são resgatáveis por opção do Barclays Bank PLC, total ou parcialmente, de acordo com a Lei das Empresas de 2006 e os seus Artigos. Os titulares de Ações Preferenciais de £1 não têm direito a notificação ou participação ou direito de voto em qualquer Assembleia-Geral do Barclays Bank PLC.

#### *Ações Preferenciais em Euros*

Foram emitidas 140.000 ações preferenciais não acumulativas e resgatáveis em euros de 4,75% com o valor unitário de €100 (Ações Preferenciais de 4,75%) em 15 de Março de 2005 por um contravalor de M€1.383.3 (M£966,7), do qual o valor nominativo foi de M€14 e o saldo foi bônus de emissão. Os titulares das Ações Preferenciais de 4,75% têm o direito de receber dividendos não acumulativos em numerário em Euros dos lucros distribuíveis do Barclays Bank PLC, anualmente a uma taxa fixa de 4,75% por ano no montante de €10.000 por ação preferencial até 15 de Março de 2020, e depois trimestralmente a uma taxa fixa redefinida trimestralmente igual a 0,71% por ano superior à taxa interbancária disponibilizada em Euros para depósitos em Euros com o prazo de três meses.

As Ações Preferenciais de 4,75% são resgatáveis por opção do Barclays Bank PLC, total ou parcialmente, em 15 de Março de 2020, e em todas as datas posteriores de pagamento de dividendos a €10.000 por ação mais quaisquer dividendos acumulados para o então período atual de dividendos até à data estabelecida para o resgate.

#### *Ações Preferenciais em Libras Esterlinas*

Foram emitidas 75.000 ações preferenciais resgatáveis não acumulativas em libras esterlinas de 6,0% com o preço unitário de £100 Ações Preferenciais de 6,0%) em 22 de Junho de 2005 por um contravalor de M£743.7, do qual o valor nominal foi de M£7,5 e o saldo foi bônus de emissão. Os titulares das Ações Preferenciais de 6,0% têm o direito de receber dividendos não acumulativos em numerário em Libras esterlinas dos lucros distribuíveis do Barclays Bank PLC, anualmente a uma taxa fixa de 6,0% por ano sobre o valor de £10.000 por ação preferencial até 15 de dezembro de 2017, e depois trimestralmente a uma taxa fixa redefinida trimestralmente igual a 1,42% por ano superior à taxa interbancária disponibilizada em Euros para depósitos em Libras Esterlinas com o prazo de três meses.

As Ações Preferenciais de 6,0% são resgatáveis por opção do Barclays Bank PLC, total ou parcialmente, em 15 de Dezembro de 2017, e em todas as datas posteriores de pagamento de dividendos a £10.000 por ação mais quaisquer dividendos acumulados para o então período atual de dividendos até à data estabelecida para o resgate.

# Notes to the financial statements

## Capital instruments, equity and reserves

### *Ações Preferenciais em Dolares dos EUA*

Foram emitidos 100.000 de dólares dos EUA em ações preferenciais resgatáveis não acumulativas de 6,278% x o valor unitário de \$100 (Ações Preferenciais de 6,278%), representadas por 10.000 Ações e Depósitos Americanos, Série 1, em 8 de Junho de 2005 por um contravalor total de M\$995.4 (M£548,1), do qual o valor nominal foi de M\$10 e o saldo foi bônus de emissão. Os titulares das Ações Preferenciais de 6,278% têm o direito a receber dividendos não acumulativos em numerário em Dólares dos EUA sobre os lucros distribuíveis do Barclays Bank PLC, semestralmente e a uma taxa fixa de 6,278% por ano sobre o valor de \$10.000 por ação preferencial até 15 de Dezembro de 2034, e depois trimestralmente a uma taxa fixa redefinida trimestralmente igual a 1,55% por ano superior à taxa interbancária disponibilizada em Euros para depósitos em Dólares dos EUA com o prazo de três meses.

As Ações Preferenciais de 6,278% são resgatáveis por opção do Barclays Bank PLC, total ou parcialmente, em 15 de Dezembro de 2017, e em todas as datas posteriores de pagamento de dividendos a \$10.000 por ação mais quaisquer dividendos acumulados para o então período atual de dividendos até à data estabelecida para o resgate.

Foram emitidos 30 milhões de Dólares dos EUA em ações preferenciais resgatáveis não acumulativas de 6,625% com o valor unitário de \$0,25 (Ações Preferenciais de 6,625%), representadas por 30 milhões de Ações de Depósitos Americanos, Série 2, em 25 e 28 de Abril de 2006 por um contravalor total de M\$727 (M£406), do qual o valor nominal foi de \$7,5m e o saldo foi bônus de emissão. Os titulares das Ações Preferenciais de 6,625% têm o direito a receber dividendos não acumulativos em numerários em Dólares dos EUA sobre os lucros distribuíveis do Barclays Bank PLC, trimestralmente a uma taxa fixa de 6,625% por ano sobre o valor de \$25 por ação preferencial.

As Ações Preferenciais de 6,625% são resgatáveis por opção do Barclays Bank PLC, total ou parcialmente, em qualquer data de pagamento de dividendos a \$25 por ação mais quaisquer dividendos acumulados sobre o atual período do dividendo até à data fixa de resgate.

Foram emitidos 55 milhões de Dólares dos EUA em ações preferenciais resgatáveis não acumulativas de 7,1% com o preço unitário de \$0,25 (Ações preferenciais de 7,1%), representadas por 50 milhões de Ações de Depósitos Americanos, Série 3, em 13 de Setembro de 2007 por um contravalor total de M\$1.335 (M£657), do qual o valor nominal foi de M\$13,75 e o saldo foi bônus de emissão. Os titulares das Ações Preferenciais de 7,1% têm o direito a receber dividendos não acumulativos em numerário em Dólares dos EUA sobre os lucros distribuíveis Barclays Bank PLC, trimestralmente à taxa fixa de 7,1% por ano sobre o valor de \$25 por ação preferencial.

As Ações Preferenciais de 7,1% são resgatáveis por opção do Barclays Bank PLC, total ou parcialmente, em qualquer data de pagamento de dividendos a \$25 por ação mais quaisquer dividendos acumulados sobre o atual período do dividendo até à data fixa de resgate.

Foram emitidos 46 milhões de Dólares dos EUA em ações preferenciais resgatáveis não acumulativas de 7,75% com o preço unitário de \$0,25 (Ações Preferenciais de 7,75%), representadas por 46 milhões de Ações de Depósitos Americanos, Série 4, em 7 de Dezembro de 2007 por um contravalor total de M \$1.116 (M£550), do qual o valor nominal foi de M\$11,5 e o saldo foi bônus de emissão. Os titulares das Ações Preferenciais de 7,75% têm o direito a receber dividendos não acumulativos em numerário em Dólares dos EUA sobre os lucros distribuíveis Barclays Bank PLC, trimestralmente à taxa fixa de 7,75% por ano sobre o valor de \$25 por ação preferencial.

As Ações Preferenciais de 7,75% são resgatáveis por opção do Barclays Bank PLC, total ou parcialmente, em qualquer data de pagamento de dividendos a \$25 por ação mais quaisquer dividendos acumulados sobre o atual período do dividendo até à data fixa de resgate.

Foram emitidos 106 milhões de Dólares dos EUA em ações preferenciais resgatáveis não acumulativas de 8,125% com o preço unitário de \$0,25 (Ações Preferenciais de 8,125%), representadas por 106 milhões de Ações de Depósitos Americanos, Série 5, em 11 de Abril de 2008 e 25 de Abril de 2008 por um contravalor total de M\$2.650m (M£1.345), do qual o valor nominal foi de M \$26,5 e o saldo foi bônus de emissão. Os titulares das Ações Preferenciais de 8,125% têm o direito a receber dividendos não acumulativos em numerário em Dólares dos EUA sobre os lucros distribuíveis Barclays Bank PLC, trimestralmente à taxa fixa de 7,75% por ano sobre o valor de \$25 por ação preferencial.

As Ações Preferenciais de 8,125% são resgatáveis por opção do Barclays Bank PLC, total ou parcialmente, em qualquer data de pagamento de dividendos a \$25 por ação mais quaisquer dividendos acumulados sobre o atual período do dividendo até à data fixa de resgate.

Nenhum resgate ou aquisição de Ações Preferenciais de 4,75%, Ações Preferenciais de 6,0%, Ações Preferenciais de 6,278%, Ações Preferenciais de 6,625%, Ações Preferenciais de 7,1%, Ações Preferenciais de 7,75% e as Ações Preferenciais de 8,125% (em conjunto, as Ações Preferenciais de ) pode ser realizada pelo Barclays Bank PLC sem a aprovação prévia da PRA e esse resgate será sujeito à Lei das Empresas de 2006 e os estatutos sociais do Barclays Bank PLC.

Em caso de liquidação do Barclays Bank PLC ou outro retorno de capital (outro que não o resgate ou aquisição de ações do Barclays Bank PLC, ou uma redução do capital acionista), um titular de Ações Preferenciais classificará no pedido dos ativos do Barclays Bank PLC disponíveis para os acionistas: (1) júnior para o titular de quaisquer ações do Barclays Bank PLC com classificação de emissão em prioridade para as Ações Preferenciais; (2) igualmente em todos os aspetos com os detentores de outras ações preferenciais e quaisquer outras ações do Barclays Bank PLC em classificação de emissão pari passu com as Ações Preferenciais; e (3) com prioridade sobre os titulares de ações ordinárias e quaisquer outras ações do Barclays Bank PLC, em emissão de classificação júnior para as Ações Preferenciais.

Os titulares de Obrigações Perpétuas Resgatáveis Core Tier One de 6% e M\$681 de Obrigações Perpétuas Resgatáveis Core Tier One de 6,86% do Barclays Bank PLC (Em conjunto, TON) e os titulares de Instrumentos Perpétuos Resgatáveis Atualizáveis de Capital de Reserva de 5,3304%, os M\$533 de 5,926% Instrumentos Perpétuos Resgatáveis Atualizáveis de Capital de Reserva, os Instrumentos Perpétuos Resgatáveis Atualizáveis de Capital de Reserva de 6,3688%, os M\$347 de Instrumentos Perpétuos Resgatáveis de Capital de Reserva de 7,434% e os Instrumentos Perpétuos Resgatáveis Atualizáveis de Capital de Reserva de 14% do Barclays Bank PLC (em conjunto, RCI), para efeitos de apenas calcular os montantes a pagar relativamente a esses valores mobiliários em caso de liquidação do Barclays Bank PLC, seriam objeto de exceções limitadas e na medida em que as TON e os RCI estejam então em emissão, classificam pari passu com os titulares da maioria de classes de ações seniores ou classes de ações preferenciais em emissão no capital do Barclays Bank PLC. Por conseguinte, os titulares das ações preferenciais teriam classificação equivalente à de titulares das referidas TON e RCI sobre essa liquidação do Barclays Bank PLC (salvo se uma ou mais classes de ações do Barclays Bank PLC com classificação prioritária sobre as ações preferenciais em emissão no momento dessa liquidação e nesse caso os titulares das referidas TON e RCI classificariam igualmente com os titulares dessas ações e em prioridade sobre os titulares de ações preferenciais).

Nesse caso e sujeito a essa classificação, os titulares de ações preferenciais terão direito a receber, dos ativos do Barclays Bank PLC disponíveis para distribuição a acionistas, liquidatindistribuições de liquidação no valor de £10.000 por Ação Preferencial de 4,75%, £10.000 por Ação Preferencial de 6,0%, \$10.000 por Ação Preferencial de 6,278%, \$25 por Ação Preferencial de 6,625%, \$25 por Ação Preferencial de 7,1%, \$25 por Ação Preferencial de 7,75% e \$0,25 por Ação Preferencial de 8,125%, mais, em cada caso, um montante igual ao dividendo acumulado do então atual período o do dividendo atual até à data do início da liquidação ou outro retorno de capital. Se um dividendo não for totalmente pago sobre quaisquer ações preferenciais em qualquer data de pagamento de dividendos, deve então ser aplicada a restrição do dividendo.

Essa restrição de dividendos significará que nem o Barclays Bank PLC nem Barclays PLC podem (a) declarar ou pagar qualquer dividendo (que não seja o pagamento por Barclays PLC de um dividendo final declarado pelos seus acionistas antes da data relevante de pagamento do dividendo, ou qualquer dividendo pago pelo Barclays Bank PLC a Barclays PLC ou a uma subsidiária integral) sobre as suas respetivas ações ordinárias, outras ações preferenciais ou outro capital acionista ou (b) resgatar, comprar, reduzir ou de outra forma adquirir qualquer de seu respetivo capital acionista, que não sejam ações do Barclays Bank PLC detidas por Barclays PLC I ou uma subsidiária integral, até à ocorrência de uma das seguintes datas: (1) a seguinte data na qual o Barclays Bank PLC declara e paga totalmente um dividendo preferencial; e (2) a data na qual ou pela qual são totalmente resgatadas todas as ações preferenciais ou compradas pelo Barclays Bank PLC.

Os titulares de ações preferenciais não têm direito de notificação, participação, ou voto em qualquer assembleia geral do Barclays Bank PLC. Não é permitido ao Barclays Bank PLC criar uma classe de ações classificadas relativamente à participação nos lucros ou ativos do Barclays Bank PLC com prioridade sobre as ações preferenciais, salvo por sanção de uma resolução especial de assembleia geral extraordinária dos titulares das ações preferenciais (requerendo uma maioria mínima de três quartos dos titulares de ações preferenciais em votação em assembleia geral extraordinária) ou com o consentimento por escrito dos titulares de três quartos das ações preferenciais.

Salvo o anteriormente descrito, os titulares de ações preferenciais não têm direito a participar nas ativos excedentes do Barclays Bank PLC.

#### Outros instrumentos de capital próprio

Outros instrumentos de capital próprio de M£4.350 (2013: M£2.078) incluem Títulos Adicionais Tier 1 (AT1) emitidos pelo Barclays Bank PLC durante 2013 e 2014. Durante 2013 houve duas emissões separadas de Títulos Conversíveis Contingentes Subordinados Perpétuos Redefiníveis a Taxa Fixa, com os principais montantes de MM \$2 e MM€1. Durante 2014, houve três emissões de Títulos Conversíveis Contingentes Subordinados Perpétuos Redefiníveis a Taxa Fixa, com os principais montantes de MM\$1,21, MM€1,08 e MM£0,7bn (Títulos AT1 do Banco).

Os títulos AT1 do banco foram emitidos para Barclays PLC como parte de uma troca geral no valor de M£1.527 de ações preferenciais do Barclays Bank PLC e M£607 de instrumentos de dívida subordinada (Instrumentos de Capital de Reserva e Obrigações Tier 1) para os novos títulos AT1 emitidos por B PLC (Títulos AT1 do Grupo). Após o final do exercício, as ações subordinadas e instrumentos de dívida subordinada foram cancelados pelo Barclays Bank PLC.

A recompra em numerário das ações preferenciais pelo Barclays Bank PLC pelo valor justo de M£1,683 foi financiada a partir de lucros acumulados. Em conformidade com a normal de manutenção de capital da Lei das Empresas de 2006, foi estabelecida no Barclays Bank PLC uma Reserva de Resgate de Capital (CRR) no valor de M£16 equivalente ao capital nominal das ações preferenciais calculado a taxas de câmbio atuais.

Os títulos AT1 são títulos perpétuos sem vencimento fixo e qualificados como instrumentos AT1 no âmbito de CRD IV.

# Notes to the financial statements

## Capital instruments, equity and reserves

Outro capital próprio acionista	Grupo		Banco	
	2014	2013	2014	2013
	M€	M€	M€	M€
Em 1 de Janeiro	485	645	549	710
Resgate	-	(100)	-	(100)
Outros movimentos	-	(60)	-	(61)
Em 31 de Dezembro	485	485	549	549

As obrigações de capital estão incluídas em outro capital acionistas com juros a taxas previamente fixadas periodicamente, com base nas taxas interbancárias de Londres. Estas obrigações são totalmente reembolsáveis de qualquer forma, por opção do Banco, em qualquer data de pagamento de juros. O banco não é obrigado a realizar o pagamento de juros sobre as suas obrigações de capital, se, nos anteriores seis meses, não foi declarado ou pago qualquer dividendo sobre qualquer classe de ações do Barclays PLC. Durante 2014 não foram resgatadas quaisquer obrigações de capital sem prazo definido 2 (2013: M€100).

### 31 Reservas

#### Reserva de conversão cambial de divisas

A reserva de conversão cambial de divisas representa os lucros e prejuízos acumulativos da reconversão do investimento liquid do Grupo em operações estrangeiras, após os efeitos de cobertura de riscos.

Em 31 de Dezembro de 2014 existia um saldo negativa de M€582 (2013: M€1.142 de dívida) na reserve de conversão de divisas. A diminuição do saldo negativo de M€560 (2013: diminuição para saldo negativo de M€1,201) principalmente refletido pela subida do USD contra a GBP. TO movimento da reserve de conversão cambial relacionado com participações não controladas era dívida de M€74 (2013: M€566 de dívida) refletindo a maior depreciação do ZAR contra a GBP.

Durante o ano foi reconhecido na demonstração de resultados um lucro líquido no valor de M€91 (2013: M€5) da reciclagem da reserva de conversão cambial.

#### Reserva disponível para venda

A reserve disponível para venda representa a alteração não realizada no valor justo de investimentos disponíveis para venda desde o reconhecimento inicial.

Em 31 de Dezembro de 2014 existia um saldo positivo de M€578 na reserva disponível para venda (2013: M€151 de crédito). O aumento de M€427 (2013: diminuição de M€375) principalmente refletido por lucros de alterações no justo valor de M€5.336m em Obrigações do Governo, predominantemente realizado no conjunto de liquidez, compensado por M€4,074 de cobertura de perdas relacionadas, M€620 de ganhos líquidos transferidos para lucro líquido e M€103 de impostos.

#### Reserva de cobertura de fluxo de caixa

A reserva de cobertura de fluxo de caixa representa os ganhos e perdas acumulados em instrumentos efetivos de cobertura de fluxo de caixa será reciclada na demonstração de resultados quando as transações cobertas afetem os resultados de ganhos ou perdas.

Em 31 de Dezembro de 2014 existia um saldo positivo de M€1.817m (2013: £273 de crédito) in na reserve de cobertura do fluxo de caixa. O aumento de M€1,544 (2013: M€1,826 de diminuição) refletiu principalmente o aumento de M€2.662 increano valor justo de swaps de taxa de juros pára fins de cobertura já que a curvas das taxas de juros eram descendente, parcialmente compensado por ganhos de M€737 reciclados para a demonstração de resultados em conformidade com quando o item coberto afeta o resultado de lucro ou prejuízo, e M€381 de impostos.

### 32 Participações n

	Lucro Atribuível a Participação Não Controladora		Capital Atribuível a Participação Não Controladora		Dividendos pagos a Participação Não Controladora	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
	M€	M€	M€	M€	M€	M€
Barclays Africa Group Limited	320	343	2,247	2,204	189	342
Outras participações não controladoras	6	2	4	7	1	-
<b>Total</b>	<b>326</b>	<b>345</b>	<b>2,251</b>	<b>2,211</b>	<b>190</b>	<b>342</b>

Barclays Bank PLC detém 62.3% (2013: 62.3%) do Barclays Africa Group Limited.

### Informações financeiras resumidas do Barclays Africa Group Limited

As informações financeiras resumidas do Barclays Africa Group Limited, antes de eliminações entre empresas do grupo, são estabelecidas a seguir:

	Barclays Africa Group Limited	Barclays Africa Group Limited
	2014	2013
	M€	M€
Informações de demonstração de resultados		
Receitas líquidas de sinistros de seguros	3.530	3.356
Lucro após impostos	765	807
Lucro após impostos	(7)	(71)
Total de outras receitas abrangentes do ano, após impostos		
Total de outras receitas abrangentes do ano	758	736
Declaração de informação de fluxos de caixa		
Influxos líquidos de caixa	43	109
Informações do balanço		
Total ativos	55,378	55,616
Total passivo	50,150	50,500
Patrimônio líquido	5,228	5,116

As demonstrações financeiras completas do Barclays Africa Group Limited podem ser obtidas em [barclaysafrica.com/barclaysafrica/Investor-Relations](http://barclaysafrica.com/barclaysafrica/Investor-Relations).

### Direitos de proteção de participações não controladoras

#### Barclays Africa Group Limited

Barclays detém 62.3% do capital acionistas do Barclays Africa Group Limited. Determinadas resoluções do Barclays Africa requerem uma aprovação de 75% o que restringe os direitos do Barclays PLC de acesso aos ativos das empresas do grupo Barclays Africa e do seu grupo de empresas. Seria requerido 75% de aprovação para dispor de todos ou da maior parte dos ativos do Barclays Africa Group Limited ou para concluir a liquidação voluntária da entidade.

# Notas às demonstrações financeiras

## Benefícios a empregados

### 33 Custos com pessoal

#### Contabilização dos custos com pessoal

O Grupo aplica a IAS 19 *Benefícios de empregados* na sua contabilização da maior parte dos componentes de custos com pessoal.

*Benefícios de empregados de curto prazo* - os salários, os custos adicionais de desempenho e a segurança social são reconhecidos ao longo do período em que os empregados fornecem os serviços com os quais se relacionam os pagamentos.

*Custos de desempenho* - reconhecidos na medida em que o Grupo tem uma obrigação atual para com os seus empregados que pode ser medida com fiabilidade e que são reconhecidos durante o período de serviço que os empregados devem trabalhar, para se qualificarem para os serviços.

Os prémios monetários diferidos e os prémios de ações diferidos são concedidos aos empregados para incentivar o desempenho durante o período de aquisição de direitos. Para receber o pagamento relativo a um prémio, os empregados deverão fornecer serviços durante o período de aquisição de direitos, normalmente definido como durando três anos a partir da data da concessão. O período durante o qual a despesa para prémios monetários e de ações diferidos é conhecido com base num entendimento comum entre o empregado e o Grupo e nos termos e condições do prémio. O Grupo considera que é apropriado reconhecer os prémios durante o período que decorre entre a data da concessão e a data em que vence o direito aos prémios, já que é este o período durante o qual os empregados compreendem que devem fornecer serviços para poderem receber prémios. A tabela na página 85 do Relatório Anual do Barclays PLC detalha as datas de prémio relevantes, as datas de pagamento e o período durante o qual os bónus são registados na demonstração de resultados. Em 2014 não foram reconhecidas despesas para os bónus diferidos a conceder em março de 2015, já que estes dependem mais do desempenho futuro do que do desempenho durante 2014.

As políticas contabilísticas para os pagamentos baseados em ações e para as pensões e outros benefícios de aposentação constam da Nota 34 e da Nota 35 respetivamente.

	2014	2013
	M€	M€
Encargos com bónus diferidos	1 067	1 147
Encargos com bónus do ano corrente	885	957
Comissões, compromissos e outros incentivos	110	450
Custos de desempenho	2 062	2 554
Salários	4 998	4 981
Custos com segurança social	659	715
Benefícios de aposentação <sup>a</sup>	624	688
Subsídios e incentivos à negociação	170	211
Outros custos com compensações	378	467
Total dos custos com compensações <sup>b</sup>	8 891	9 616
Outros custos com recursos		
Terceirização	1 055	1 084
Redundância e reestruturação	358	687
Custos com pessoal temporário	530	551
Outros	171	217
Total de outros custos com recursos	2 114	2 539
Outros custos com pessoal	11 005	12 155

#### Notas

a Os encargos com benefícios de aposentação incluem 242M€ (2013: 261M€) relativos a esquemas contributivos específicos e 382M€ (2013: 427M€) relativos a esquemas de benefícios específicos.

b Adicionalmente, 250M€ (2013: 346M€) das compensações do Grupo foram capitalizados como software desenvolvido internamente.

Os custos totais com pessoal diminuíram 9% para 11.005M€, principalmente devido a um decréscimo de 19% nos custos com desempenho e um decréscimo de 48% nos encargos com redundância e reestruturação.

Os custos com desempenho diminuíram 19% para 2.062M€, devido a um decréscimo de 8% para 885M€ nos encargos com bónus monetários e de ações para o ano corrente, a um decréscimo de 7% nos encargos com bónus diferidos para 1.067M€ e um decréscimo de 76% em comissões, compromissos e outros incentivos para 110M€.

Os encargos com redundância e reestruturação diminuíram 48% para 358M€ devido a uma série de iniciativas de Transformação decorridas em 2013. O

número total médio de pessoas empregadas no Grupo atingiu 135.300 (2013: 140.300).

#### 34 Pagamentos baseados em ações

##### Contabilização de pagamentos baseados em ações

O Grupo aplica a IFRS 2 *Pagamentos baseados em ações* para a contabilização de remunerações a empregados em forma de ações.

Os incentivos a empregados incluem os prémios na forma de ações e opções sobre ações, bem como a disponibilização, aos empregados, da oportunidade de adquirirem ações em condições favoráveis. O custo dos serviços recebidos dos empregados relativamente às ações ou opções de ações concedidas é reconhecido na demonstração de resultados durante o período em que os empregados prestam os serviços, que é normalmente o período que decorre entre a data da concessão ou notificação do prémio e a data de vencimento das ações ou opções. O custo global do prémio é calculado usando o número de ações e opções de vencimento previsto e o justo valor das ações ou opções à data da concessão.

O número de ações e opções de vencimento expeável considera a probabilidade com que o desempenho e as condições de serviço incluídos nos termos dos prémios serão cumpridos. A incapacidade de cumprir a condição de não-vencimento é tratada como uma anulação, resultando numa aceleração do reconhecimento do custo dos serviços do empregado.

O justo valor das ações é o preço de mercado vigente à data de concessão, ajustado em alguns casos para refletir restrições na capacidade de transmissibilidade. O justo valor das opções concedidas é determinado usando modelos de precificação de opções para estimar os números de ações com vencimento provável. Estes consideram o preço de exercício da opção, o preço atual da ação, a taxa de juro sem risco, a volatilidade esperada do preço da ação durante o período de vida da opção e outros fatores relevantes. As condições de mercado que devem ser cumpridas para que o prémio vença são também refletidas no justo valor do prémio, tal como outras condições não associadas ao vencimento - como continuar a destinar pagamentos para um esquema de poupanças baseado em ações.

A informação constante da nota é relativa ao Grupo. O encargo para o ano decorrente de esquemas de pagamento baseados em ações foi o seguinte:

	Encargo para o ano	
	2014	2013
	M€	M€
Plano de Valorização de Ações	575	576
Outros	84	126
Capital total liquidado	659	702
Liquidação total	43	25
Total dos pagamentos baseados em ações	702	727

As condições dos principais planos atuais são as seguintes:

##### Plano de Valorização de Ações (SVP)

O SVP foi introduzido em março de 2010 e aprovado pelos acionistas (para participação do Diretor Executivo e utilização de novas ações emitidas) na AGM em abril de 2011. Os prémios SVP são concedidos aos participantes na forma de um direito condicional a receber ações do Barclays PLC ou direitos provisórios sobre ações do Barclays BLC que vencem ou são consideradas para libertação durante um período de três anos em tranches anuais iguais. Os participantes não pagam para receber um prémio ou para receber uma emissão de ações. O cedente também pode fazer aos participantes um pagamento equivalente a dividendos na emissão de um prémio SVP. Os prémios SVP também são atribuídos a determinados empregados para efeitos de recrutamento. Todos os prémios estão sujeitos a caducidade potencial no caso de alguns cenários de saída.

##### Outros esquemas

Além do SVP, o Grupo opera um conjunto de outros esquemas, incluindo esquemas que são operados e liquidados por ações de empreendimentos auxiliares, nenhum dos quais são individualmente ou coletivamente relevantes relativamente ao encargo anual ou ao efeito diluidor de opções de ações em circulação. Estão incluídos nos outros esquemas o Sharesave (no Reino Unido e no ultramar), o Plano de Incentivos de Longo Prazo do Barclays, e o Esquema de Atribuição de Ações a Executivos.

# Notas às demonstrações financeiras

## Benefícios a empregados

### Planos de opções e atribuições de ações

A média ponderada do justo valor por prémio concedido e a média ponderada do preço das ações à data do exercício/libertação de ações durante o ano foi:

	Média ponderada do justo valor por prémios concedidos no ano		Média ponderada do preço de ações em exercício/libertação durante o ano	
	2014	2013	2014	2013
	€	€	€	€
SVP <sup>a</sup>	2,33	3,04	2,31	3,04
Outros <sup>a</sup>	0,52-2,39	0,81-3,08	2,23-2,56	2,64-3,22

O SVP consiste de prémios a custo zero em que as condições de desempenho são consideravelmente verificadas à data da concessão. Consequentemente, o justo valor destes prémios baseia-se no valor de mercado a essa data.

### Movimentos de opções e prémios

O movimento no número de opções e prémios para os principais esquemas e a média ponderada do preço de exercício de opções foram

	SVP <sup>a,b</sup>		Outros <sup>a,c</sup>		Média ponderada Preço ex. (€)	
	Número (000s)		Número (000s)		2014	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Por liquidar no início de ano/data de aquisição	524 260	540 872	231 989	278 843	1,55	1,70
Concedido no ano	275 152	233 513	64 326	42 179	1,78	2,28
Ajustes por emissão de direitos	-	40 684	-	19 630	-	1,58
Exercidos/libertados no ano	(287 319)	(265 082)	(71 594)	(77 752)	1,44	2,19
Menos: perdidos no ano	(32 051)	(25 727)	(32 784)	(22 383)	1,66	1,61
Menos: expirados no ano	-	-	(6 338)	(8 528)	2,24	3,03
Por liquidar no fim do ano	480 042	524 260	185 599	231 989	1,61	1,55
Dos quais exercíveis:	44	60	20 025	20 977	1,88	2,52

Alguns dos planos de opções sobre ações do Grupo permitem a certos diretores e empregados subscreverem novas ações ordinárias do Barclays PLC.

A média ponderada da vida contratual remanescente e o número de opções e prémios por liquidar (incluindo os exercíveis) à data do balanço são os seguintes:

	2014		2013	
	Média ponderada da vida contratual remanescente e em anos	Número de opções/prémios por liquidar (000s)	Média ponderada da vida contratual remanescente e em anos	Número de opções/prémios por liquidar (000s)
SVP <sup>a,b</sup>	1	480 042	1	524 260
Outros <sup>a</sup>	0-3	185 599	0-3	231 989

Não ocorreram modificações significativas nos acordos de pagamentos baseados em ações durante 2014 e 2013.

A 31 de dezembro de 2014, o passivo total decorrente das transações de pagamentos baseados em liquidações de ações foi de 45M€ (2013: 26M€).

#### Notas

a Opções/prémios concedidos sobre ações do Barclays PLC.

b Prémios a custo zero, e portanto a média ponderada do preço de exercício é zero.

c O número de prémios em Outros no fim do ano é principalmente devido ao Sharesave (o número de prémios exercíveis no fim do ano era 7.288.943). A média ponderada do preço de exercício é relativa ao Sharesave

### Detenções de ações do Barclays PLC

Vários fundos de benefícios para empregados estabelecidos pelo Grupo detêm ações do Barclays PLC para cumprir obrigações relacionadas com os esquemas de pagamentos baseados em ações do Barclays. O número total de ações do Barclays detidas nestes fundos de benefícios de empregados a 31 de dezembro de 2014 era 5,2 milhões (2013: 3,2 milhões).

Os direitos a dividendos foram anulados para todas estas ações. O valor total de mercado das ações detidas nos fundos, com base no preço ao fim do ano de 2,43£ por ação (2013: 2,72£) era de 12,6M£ (2013: 8,7M£).

## 35 Pensões e benefícios pós-aposentação

### Contabilização de pensões e benefícios pós-aposentação

O Grupo opera uma série de esquemas de pensões, incluindo esquemas de contribuições definidas, de benefícios definidos e esquemas de benefícios pós-emprego.

*Esquemas de contribuições definidas* - o Grupo reconhece as contribuições devidas e relativas ao período contábilístico na demonstração de resultados. Quaisquer contribuições não pagas à data do balanço são incluídas no passivo.

*Esquemas de benefícios definidos* - o Grupo reconhece a sua obrigação perante os membros do esquema no fim do período, menos o justo valor dos ativos do esquema após aplicar o teste do limite máximo aos ativos. As obrigações de cada esquema são calculadas usando o método da unidade de crédito projetada sobre os pressupostos atuariais, o rendimento dos ativos do plano (excluindo os montantes incluídos no juro dos ativos) e quaisquer mudanças no efeito da restrição do limite máximo para os ativos (excluindo os montantes incluídos no juro sobre a restrição).

As alterações aos passivos e ativos do esquema de pensões (reavaliações) que não decorram do normal custo das pensões, do juro líquido sobre os passivos ou ativos dos benefícios líquidos definidos, dos custos de serviço, liquidações ou contribuições passadas para o plano, são reconhecidas como outro rendimento abrangente. As reavaliações incluem ajustes de experiência (diferenças entre pressupostos atuariais anteriores e o realmente ocorrido), os efeitos das alterações nos pressupostos atuariais, o rendimento dos ativos do plano (excluindo os montantes incluídos no juro dos ativos) e quaisquer mudanças no efeito da restrição do limite máximo para os ativos (excluindo os montantes incluídos no juro sobre a restrição).

*Benefícios pós-emprego* - o custo de fornecimento de benefícios de cuidados de saúde a empregados aposentados é adicionado como passivo nas demonstrações de resultados durante o período em que os empregados prestaram serviços ao Grupo, usando uma metodologia semelhante à usada para os esquemas de pensões de benefícios definidos.

### Esquemas de pensões

#### Fundo de Reforma do Reino Unido (UKRF)

O UKRF é o principal esquema do Grupo, representando 92% das obrigações totais de benefícios de reforma do Grupo. O UKRF foi fechado a novos entrantes em 1 de outubro de 2012, e inclui dez secções, sendo as mais significativas:

- Afterwork, que inclui um elemento de benefício contributivo definido por um saldo em numerário, e um elemento contributivo voluntário. O elemento do saldo em numerário acumula todos os anos e é revalorizado até à Idade Normal de Reforma, de acordo com o aumento do Índice de Preços no Consumidor (RPI) (até um máximo de 5% ao ano). A critério do Barclays, também pode ser adicionado um incremento decorrente de investimento no valor de 2% ao ano. Entre 1 de outubro de 2003 e 1 de outubro de 2012 a maioria dos novos empregados fora do Banco de Investimento foi elegível para adesão a esta secção. Os custos das aposentações por questões de saúde e os benefícios por morte em serviço para os membros do Afterwork são suportados pelo UKRF. Os principais riscos suportados pelo Barclays e relativos ao Afterwork são mais limitados do que nos planos de pensões tradicionais de último salário, compreendendo o risco de necessitar de contribuições adicionais se o retorno do investimento pré-aposentação não for suficiente para fornecer os benefícios. O elemento discricionário do benefício proporciona uma proteção parcial contra este risco.
- O Esquema de Pensões de 1964: a maior parte dos empregados recrutados antes de julho de 1997 acumulou benefícios neste esquema não-contributivo de benefícios definidos relativamente ao serviço até 31 de março de 2010. As pensões foram calculadas por referência ao serviço e ao salário pensionável. A partir de 1 de abril de 2010, os membros tornaram-se elegíveis para acumular benefícios futuros de serviço, quer no Afterwork ou no Plano de Investimento de Pensões (PIP), uma secção contributiva definida historicamente que se encontra atualmente fechada a contribuições futuras. Os riscos que o Barclays corre relativamente à secção de pensões 1964 são típicos dos planos de pensões de último salário: principalmente, que os retornos do investimento não correspondam às expectativas, que a inflação exceda as expectativas, e que os aposentados vivam mais do que o esperado.

#### Plano de Poupanças e Pensões Barclays (BPSP)

- A partir de 1 de outubro de 2012 foi estabelecido um novo esquema de pensões no Reino Unido, o BPSP, para cumprimento da legislação de Inscrição Automática. O BPSP é um esquema de contribuições definidas (Pensão Pessoal do Grupo) que distribui benefícios a todas as novas contratações do Barclays do Reino Unido a partir de 1 de outubro de 2012, aos empregados do Banco de Investimento do Reino Unido que se encontravam no PIP a 1 de outubro de 2012, e também a todos os empregados no Reino Unido que à data não eram membros de um esquema de pensões. Sendo um plano de contribuições definidas, o BPSP não está sujeito aos mesmos riscos de retorno de investimento, inflação ou longevidade enfrentados pelos planos de benefícios definidos. Os benefícios dos membros refletem as contribuições pagas e o nível do retorno sobre o investimento alcançado.

Para além do UKRF e do BPSP, o Barclays opera globalmente uma série de planos de pensões, de benefícios de longo prazo a empregados, e de cuidados de saúde pós-aposentação, destacando-se os esquemas de benefícios definidos dos EUA e da África do Sul. Muitos dos planos são financiados, com ativos subjacentes às obrigações detidas em veículos legais distintos, tais como fundos. Outros são operados numa base não financiada. A abordagem ao financiamento depende dos benefícios e a base jurídica dos planos reflete os seus ambientes locais.

# Notas às demonstrações financeiras

## Benefícios a empregados

### Governança

O UKRF opera de acordo com a lei fiduciária e é gerido e administrado em nome dos seus membros, de acordo com os termos do Contrato Fiduciário e das Regras do Fundo e com toda a legislação relevante. O Administrador Corporativo é a Barclays Pension Funds Trustees Limited, uma sociedade anónima que é também uma subsidiária totalmente detida pelo Barclays Bank PLC. O Administrador é o proprietário legal dos ativos do UKRF, que são detidos separadamente dos ativos do Grupo.

O Conselho de Administração inclui seis Diretores Executivos selecionados pelo Barclays, dos quais três são Diretores independentes sem qualquer relação com o Barclays ou com o UKRF, mais três Diretores Nomeados selecionados a partir dos empregados elegíveis no ativo e os membros pensionistas que se candidatam ao papel.

O BPSP é um acordo de Pensões Pessoais do Grupo que opera um conjunto de planos pessoais de pensões. Cada plano pessoal de pensão é um contrato direto entre o empregado e o fornecedor BPSP (Legal & General Assurance Society Limited, e é regulamentado pela FCA.

Aplicam-se princípios semelhantes de governança de pensões aos outros esquemas de pensões do Grupo, embora os vários esquemas no estrangeiro sejam cobertos por legislações diferentes onde, na maior parte dos casos, o Grupo tem poder para determinar a taxa de financiamento.

### Montantes reconhecidos

As tabelas seguintes incluem os montantes reconhecidos na demonstração de resultados e uma análise das obrigações de benefícios e ativos incluídos nos esquemas para todos os esquemas de benefícios definidos do Grupo. A posição líquida é reconciliada com os ativos e passivos reconhecidos no balanço. As tabelas incluem os benefícios pós-aposentação financiados e não financiados.

### Encargos na demonstração de resultados

	2014	2013
	ME	ME
Custo do serviço corrente	324	371
Custo financeiro líquido	78	55
Custo do serviço passado	(5)	4
Liquidações	(15)	(3)
<b>Total</b>	<b>382</b>	<b>427</b>

Reconciliação do balanço	2014		2013			
	Grupo		Do qual		Do qual relativo	
	£m	£m	Total Banco	Total do Grupo	Total do Banco	ao UKRF
			diz respeito ao UKRF			
	£m	£m	£m	£m	£m	£m
Obrigação de benefício no início do ano	(27,568)	(25,494)	(25 093)	(26 304)	(24 091)	(23 643)
Custo do serviço corrente	(324)	(264)	(258)	(371)	(284)	(280)
Custos financeiros dos passivos do esquema	(1,261)	(1,111)	(1 101)	(1,145)	(1 015)	(1 003)
Custo do serviço passado	5	2	2	(4)	-	-
Liquidações	83	39	-	44	19	-
Perdas de reavaliação - financeiras	(2,493)	(2,437)	(2 382)	(989)	(985)	(997)
Perdas de reavaliação - demográficas	(370)	(351)	(340)	4	-	-
Perdas de reavaliação - experiência	407	406	418	(39)	36	31
Contribuições de empregados	(35)	(3)	(2)	(39)	(2)	(1)
Benefícios pagos	999	838	825	905	811	799
Transferências e outros movimentos	165	(13)	-	370	17	1
<b>Obrigação de benefício no fim do ano</b>	<b>(30,392)</b>	<b>(28,388)</b>	<b>(27 931)</b>	<b>(27 568)</b>	<b>(25 494)</b>	<b>(25 093)</b>
Justo valor dos ativos do esquema no início do ano	25 743	23 906	23 661	25 075	23 080	22 845
Rendimento financeiro dos ativos do esquema	1 183	1 053	1 042	1 090	984	974
Contribuição do empregador	347	253	241	364	256	238
Liquidações	(68)	(27)	-	(41)	-	-
Reavaliações - rendimento dos ativos do plano maior do que a taxa de desconto	2 736	2 723	2 705	575	419	400
Contribuições de empregados	35	3	2	39	2	1
Benefícios pagos	(999)	(838)	(825)	(905)	(811)	(799)
Transferências e outros movimentos	(103)	6	1	(454)	(24)	2
<b>Justo valor dos ativos do esquema no fim do ano</b>	<b>28 874</b>	<b>27 079</b>	<b>26 827</b>	<b>25 743</b>	<b>23 096</b>	<b>23 661</b>
<b>Défice/excedente líquido</b>	<b>(1,518)</b>	<b>(1,309)</b>	<b>(1 104)</b>	<b>(1 825)</b>	<b>(1 588)</b>	<b>(1 432)</b>
Ativos dos benefícios de reforma	56	-	-	133	-	-
Passivos dos benefícios de reforma	(1,574)	(1,309)	(1 104)	(1 958)	(1 588)	(1 432)
<b>Passivos/ativos dos benefícios de reforma líquidos</b>	<b>(1,518)</b>	<b>(1,309)</b>	<b>(1 104)</b>	<b>(1 825)</b>	<b>(1 588)</b>	<b>(1 432)</b>

Incluídos na obrigação de benefício do Grupo estavam 2.272M£ (2013: 2.314M£) relativos a pensões no estrangeiro e 189M£ (2013: 161M£) relativos a outros benefícios pós-emprego. Da obrigação total para benefícios de 30.392M£ (2013: 27.568M£), 286M£ (2013: 298M£) eram completamente não-financiados. Incluídos na obrigação para benefícios do Banco estavam 359M£ (2013: 317M£) relativos a pensões no estrangeiro e 98M£ (2013: 84M£) relativos a outros benefícios pós-emprego. Das obrigações totais para benefícios do Banco, de 28.388M£ (2013: 25.494M£), 21M£ eram completamente não-financiados.

A 31 de dezembro de 2014, os ativos do esquema do UKRF apresentavam um défice relativamente às obrigações da IAS 19R no valor de 1.104M£ (2013: défice de 1.432M£). O decréscimo no défice líquido foi devido a uma subida nos valores dos ativos, tendo a subida dos passivos decorrente do decréscimo da taxa de desconto sido parcialmente compensada por um decréscimo na taxa de inflação do IPC a longo prazo.

# Notas às demonstrações financeiras

## Benefícios a empregados

### Principais estimativas e critérios contabilísticos

A variação atuarial da obrigação dos esquemas depende de uma série de pressupostos; seguidamente apresentamos um resumo dos principais pressupostos financeiros e demográficos adotados pelo UKRF.

Pressupostos financeiros KRF	2014	2013
	% p.a.	% p.a.
Taxa de desconto	3,67	4,46
Taxa de inflação	3,05	3,42
Taxa de aumentos salariais	2,55	2,92
Taxa de aumento para pensões a pagamento	2,98	3,32
Taxa de aumento para pensões em diferimento	2,98	3,32
Taxa de reavaliação pós-laboral	3,35	3,70

O pressuposto para a taxa de desconto UKRF em 2014 e 2013 decorre da taxa de desconto única equivalente implicada pelo modelo RATE Link da Towers Watson.

Os pressupostos de mortalidade pós-aposentação do UKRF baseiam-se no pressuposto de melhor estimativa derivado de uma análise realizada em 2014 à própria experiência de mortalidade pós-aposentação do Barclays, e considerando a evidência recente de inquéritos à mortalidade publicados. Foi considerado um ajustamento para melhorias futuras na mortalidade, com base no modelo de projeção de 2013 publicado pelo Continuous Mortality Investigation Bureau e sujeito a uma tendência de longo prazo de 1.25% pa, para melhorias futuras. A tabela abaixo mostra como a esperança de vida assumida aos 60 anos, para membros do UKRF, tem variado durante os últimos três anos:

Esperança de vida assumida	2014	2013	2012
Esperança de vida aos 60 anos para pensionistas atuais (anos)			
- Homens	28,3	27,9	27,8
- Mulheres	29,9	29,0	28,9
Esperança de vida aos 60 anos para futuros pensionistas atualmente com 40 anos (anos)			
- Homens	30,1	29,3	29,2
- Mulheres	31,9	30,6	30,5

### Análise de sensibilidade aos pressupostos atuariais

A análise de sensibilidade foi calculada por valorização dos passivos do UKRF e usando os pressupostos corrigidos apresentados na tabela seguinte e mantendo os pressupostos restantes iguais aos descritos na tabela anterior de pressupostos UKRF, exceto no caso da sensibilidade à inflação, em que outros pressupostos que dependem da inflação prevista foram também alterados em conformidade. A diferença entre o valor recalculado dos passivos e o valor referido na tabela anterior de reconciliação do balanço é o valor apresentado. A seleção destes movimentos para ilustrar a sensibilidade da obrigação de benefício definido aos pressupostos principais não deve ser interpretada como a manifestação de uma opinião específica do Barclays quanto à probabilidade de ocorrência de tais movimentos.

### Alterações nos pressupostos principais

	2014		2013	
	Impacto sobre os benefícios definidos no UKRF		Impacto sobre os benefícios definidos no UKRF	
	obrigação		obrigação	
	(Diminuição)/Aumento	(Diminuição)/Aumento	(Diminuição)/Aumento	(Diminuição)/Aumento
	%	mME	%	mME
aumento de 0,5% na taxa de desconto	(9,0)	(2,5)	(9,2)	(2,3)
aumento de 0,5% na taxa de inflação assumida	7,3	2,0	7,8	2,0
aumento de 1 ano na esperança de vida aos 60 anos	3,5	1,0	3,0	0,8

A duração média ponderada dos pagamentos de benefícios refletidos na obrigação de benefícios definida para o UKRF é de 19 anos.

## Ativos

Foi definida uma estratégia de longo prazo de investimento para o UKRF, com a sua distribuição de ativos contendo uma mistura de títulos, obrigações, imóveis e outros ativos apropriados. Isto reconhece que as várias classes de ativos devem originar rendimentos diferentes no longo prazo e que algumas classes de ativos podem ser mais voláteis que outras. A estratégia de investimento no longo prazo garante, para além de outros objetivos, que os investimentos são adequadamente diversificados. É permitida alguma flexibilidade aos gestores de ativos para variar a distribuição de ativos na estratégia de investimento de longo prazo dentro de intervalos de controlo acordados periodicamente com o Administrador do Fundo.

O UKRF também utiliza instrumentos derivados, quando apropriado, para alcançar uma exposição ou rendimento específicos, ou para fazer corresponder melhor os ativos com os passivos. O valor dos ativos apresentados reflete os ativos físicos detidos pelo esquema, sendo as detenções de derivados refletidas numa base de preço de mercado.

O valor dos ativos dos esquemas e a sua percentagem relativa aos ativos totais do esquema foram os seguintes:

Análise dos ativos do esquema	Total do Grupo		Total do Banco		Dos quais relacionados com o UKRF	
	valor M€	% do justo valor total do esquema ativos %	Valor M€	% do justo valor total do esquema ativos %	Valor M€	% do justo valor total do ativos do esquema %
<b>A 31 de dezembro de 2014</b>						
Títulos - cotados	6 813	23,6	5 885	21,7	5 808	21,6
Títulos - não cotados	1 549	5,4	1 542	5,7	1 537	5,7
Obrigações - soberanas, fixas <sup>a</sup>	934	3,2	649	2,4	609	2,3
Obrigações - soberanas, indexadas <sup>a</sup>	7 114	24,6	7 114	26,3	7 114	26,5
Obrigações - corporativas e outras <sup>a</sup>	5 599	19,4	5 428	20,0	5 317	19,8
Propriedade - comercial <sup>b</sup> Derivados <sup>b</sup>	2 023	7,0	1 946	7,2	1 945	7,3
Numerário	1 472	5,1	1 472	5,4	1 472	5,5
Fundos comuns <sup>c</sup>	2 897	10,0	2 665	9,8	2 644	9,9
Outros <sup>b</sup>	284	1,0	284	1,0	284	1,1
	189	0,7	94	0,5	97	0,3
<b>Justo valor dos ativos do esquema</b>	<b>28 874</b>	<b>100,0</b>	<b>27 079</b>	<b>100,0</b>	<b>26 827</b>	<b>100,0</b>
<b>A 31 de dezembro de 2013</b>						
Títulos - cotados	3 420	13,3	2 465	10,3	2 355	10
Títulos - não cotados	1 299	5,0	1 278	5,3	1 270	5,4
Obrigações - soberanas, fixas <sup>a</sup>	1 342	5,2	949	4,0	888	3,8
Obrigações - soberanas, indexadas <sup>a</sup>	6 356	24,8	6 365	26,5	6 365	26,8
Obrigações - corporativas e outras <sup>a</sup>	3 715	14,5	3 603	15,1	3 533	14,9
Obrigações - corporativas <sup>b</sup>	1 376	5,3	1 321	5,5	1 320	5,6
Derivados <sup>b</sup>	1 425	5,5	1 425	6,0	1 425	6
Numerário	4 202	16,3	3 909	16,4	3 903	16,5
Fundos comuns <sup>c</sup>	2 342	9,1	2 342	9,8	2 342	9,9
Outro <sup>b</sup>	266	1,0	249	1,0	260	1,1
<b>Justo valor dos ativos do esquema</b>	<b>25 743</b>	<b>100,0</b>	<b>23 906</b>	<b>100,0</b>	<b>23 661</b>	<b>100,0</b>

### Notas

a Os ativos detidos são predominantemente cotados.

b Os ativos detidos são predominantemente não-cotados.

c Os fundos reunidos são relativos a uma série de investimentos que são predominantemente não-cotados.

# Notas às demonstrações financeiras

## Benefícios a empregados

Incluídos no justo valor dos ativos do esquema estão: 3M£ (2013: 5M£) relativos a ações do Barclays PLC, 39M£ (2013: 31M£) relativos a obrigações emitidas pelo Grupo Barclays, 6M£ (2013: 7M£) relativos a propriedade ocupada pelas empresas do Grupo, e 14M£ (2013: 10M£) relativos a outros investimentos, incluindo depósitos junto dos bancos Barclays. O UKRF também investe em veículos de investimento que podem deter ações ou dívida emitida pelo Grupo.

Os ativos do esquema do UKRF também incluem 36,2M£ (2013: 35,9M£) relativos a investimentos em capital no Reino Unido e 1.502M£ (2013: 1.255M£) relativos a investimentos de capital no estrangeiro. Estes são divulgados acima em títulos - não cotados.

Aproximadamente um terço dos ativos do UKRF são investidos em estratégias de investimento movidas por passivos; principalmente obrigações do tesouro do RU, bem como swaps de taxa de juro e de inflação. São usados para fazer corresponder melhor os ativos aos seus passivos. Os swaps são usados para reduzir os riscos de inflação e duração do esquema relativamente aos seus passivos.

### Financiamento

A última avaliação trienal do financiamento do UKRF foi levada a cabo com data efetiva de 30 de setembro de 2013. Foi completada em 2014 e apresentou um défice de 3,6mM£ e um nível de financiamento de 87,4%. O Banco e o Administrador do Fundo acordaram um objetivo de financiamento específico para o esquema, uma declaração de princípios de financiamento, um calendário de contribuições e um plano de recuperação para eliminar o défice no Fundo. As principais diferenças entre o financiamento e os pressupostos da IAS 19 são um pressuposto de financiamento mais prudente relativamente à longevidade e uma abordagem diferente à definição da taxa de desconto.

O plano de recuperação para eliminação do défice terá como consequência o pagamento de contribuições para diminuição do défice pelo Banco ao Fundo até 2021. Serão entregues contribuições para diminuição do défice no valor de 300M£ em 2015 e em 2016. Serão vertidas contribuições suplementares para diminuição do défice no valor de 740M£ por ano, entre 2017 e 2021. Até 500M£ das contribuições para diminuição do défice em 2021 serão pagáveis em 2017, dependendo do nível de défice nesse momento. Estas contribuições para diminuição do défice são adicionais às contribuições regulares necessárias para cumprir a parte do Grupo no custo acrescido dos benefícios em cada ano.

Nos anos em que não são realizadas avaliações, o Atuário do Esquema prepara uma atualização anual da posição de financiamento. A última atualização anual foi levada a cabo a 30 de setembro de 2014 e apresentou um défice de 4,6mM£ e um nível de financiamento de 85,4%. O aumento do défice de financiamento durante o ano até 30 de setembro de 2014 pode ser atribuído em grande parte à queda nas rendibilidades dos títulos do tesouro durante o ano.

As contribuições de benefícios definidos pagas relativamente ao UKRF foram as seguintes:

Contribuições pagas	M£
2014	241
2013	238
2012	742

A contribuição esperada do Grupo para o UKRF relativamente aos esquemas de benefícios definidos em 2015 é de 622M£ (2014: 218M£). Adicionalmente, as contribuições esperadas para esquemas de contribuições definidas no Reino Unido em 2015 igualam 41M£ (2014: 46M£) para o UKRF e 107M£ (2014: 103M£) para o BPSP. Para os esquemas relevantes fora do Reino Unido, as contribuições esperadas em 2015 são de 56M£ (2014: 107M£).

# Notas às demonstrações financeiras

## Âmbito da consolidação

Esta secção apresenta informação dos investimentos do Grupo em subsidiárias, joint ventures e associadas, e os seus interesses em entidades estruturadas. São também detalhadas as transações de securitização a que o Grupo aderiu e os acordos que foram celebrados fora do balanço.

### 36 Principais subsidiárias

O Barclays aplica a IFRS 10 *Demonstrações Financeiras Consolidadas*. As demonstrações financeiras consolidadas combinam as demonstrações financeiras do Barclays Bank PLC e de todas as suas subsidiárias. As subsidiárias são entidades sobre as quais o Grupo detém controlo. De acordo com a IFRS 10 isto ocorre quando o Grupo está exposto ou tem direito a rendimentos variáveis devido ao seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de afetar esses rendimentos através do seu poder sobre a entidade.

O Grupo reavalia se controla uma entidade, se os factos e as circunstâncias indicarem que existiram alterações ao seu poder, aos seus direitos a rendimentos variáveis ou à sua capacidade de exercer o seu poder de afetar o montante dos seus rendimentos.

As transações e saldos intra-grupo são eliminados na consolidação e são usadas políticas de contabilização consistentes em todo o Grupo para os efeitos da consolidação. As alterações nos interesses de propriedade sobre as subsidiárias são contabilizadas como transações de capital, se ocorrerem depois de ter sido obtido o controlo e se não resultarem numa perda de controlo.

As apreciações significativas usadas na aplicação desta política são definidas seguidamente.

### Contabilização do investimento em subsidiárias

Nas demonstrações financeiras individuais do Barclays Bank PLC, os investimentos em subsidiárias são referidos a valor de custo deduzido de imparidades. O custo inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis ao investimento.

Os investimentos em subsidiárias, a maior parte das quais estão envolvidas em atividades bancárias, são registados no balanço ao custo histórico deduzido de quaisquer imparidades. A 31 de dezembro de 2014, o custo histórico dos investimentos em subsidiárias era de 22.623M€ (2013: 19.214M€), e as deduções reconhecidas relativamente a estes investimentos foram de 4.278M€ (2013: 4.840M€) de imparidades.

As principais subsidiárias do Grupo são referidas seguidamente. São incluídas as subsidiárias mais significativas no contexto do negócio, dos resultados ou da posição financeira do Grupo.

Nome da empresa	Principal local de negócio ou Constituição	Natureza do negócio	Percentagem de	Não-controladores	Não-controladores
			direitos de voto detidos	interesses - proporção dos interesses de propriedade	interesses - proporção dos interesses de voto
			%	%	%
Barclays Capital Securities Limited	Inglaterra	Negociação de títulos	100	-	-
Barclays Private Clients International Limited	Ilha de Man	Banca	100*	-	-
Barclays Securities Japan Limited	Japão	Negociação de títulos	100	-	-
Barclays Africa Group Limited	África do Sul	Banca	62	38	-
38					
Barclays Bank S.A.U.	Espanha	Banca	100*	-	-
Barclays Capital Inc.	Estados Unidos	Negociação de títulos	100	-	-
Barclays Bank Delaware	Estados Unidos	Emissor de Cartões de Crédito	100	-	-

O país de registo ou de constituição é também a principal área de operação de cada uma das subsidiárias anteriores. Os investimentos em subsidiárias detidos diretamente pelo Barclays Bank PLC estão marcados com \*. A informação sobre as subsidiárias do Grupo, conforme requerido pela Lei das Sociedades, será incluída no Relatório Anual a apresentar à UK Companies House.

Os interesses de propriedade são em alguns casos diferentes aos interesses de voto devido à existência de interesses de capital sem direito a voto, como ações preferenciais. Ver Nota 32 Interesses não-controladores para mais informações.

À data do balanço, estava em vigor um acordo contratual para a venda e transferência do Barclays Bank S.A.U. e das suas subsidiárias, compreendendo todos os seus ativos e passivos, a um terceiro, o Caixabank, S.A. Esta venda foi concluída em 2 de janeiro de 2015, mas o Barclays Bank S.A.U. era ainda uma subsidiária principal à data do balanço.

# Notas às demonstrações financeiras

## Âmbito da consolidação

### Critérios e pressupostos utilizados na determinação do âmbito da consolidação

A determinação do controlo de uma entidade pelo Grupo é normalmente simples e baseada na propriedade da maioria do capital com direito a voto. Contudo, em certos casos esta determinação envolve um critério significativo, especialmente no caso de entidades estruturadas onde o direito a voto não é frequentemente o fator determinante nas decisões sobre atividades relevantes. Este critério pode envolver a avaliação do objetivo e organização da entidade. Poderá também ser frequentemente necessário considerar se o Grupo, ou outra parte envolvida com poder sobre as atividades relevantes, age como parte principal de direito próprio ou como agente em representação de terceiros.

Frequentemente existe também um critério significativo envolvido na avaliação contínua do controlo sobre entidades estruturadas. A este respeito, em casos em que as condições de mercado se tenham deteriorado de tal forma que as exposições dos outros investidores aos rendimentos variáveis da estrutura tenham sido substancialmente eliminados, o Grupo poderá concluir que os gestores da entidade estruturada agem como um agente seu e procederá consequentemente à consolidação da entidade estruturada.

Um interesse no capital com direito a voto superior a 50% indicaria normalmente que o Grupo controla uma entidade. Contudo, certas entidades são excluídas da consolidação porque o Grupo não está exposto aos seus rendimentos variáveis. Estas entidades são controladas por contrapartes externas e diferentes do Grupo. Quando apropriado, os interesses relacionados com estas entidades são incluídos na Nota 37 Entidades Estruturadas.

País de registo ou incorporação	Nome da empresa	Percentagem de direitos de voto detidos (%)	Detentores de capital fundos (M€)	Lucros retidos para o ano (M€)
Reino Unido	Fitzroy Finance Limited	100	-	-
Ilhas Caimão	Palomino Limited	100	1	-

### Restrições significativas

Como é normal para um Grupo da sua dimensão e âmbito internacional, existem restrições à capacidade do Barclays PLC obter distribuições de capital, acesso a ativos ou reembolsar os passivos dos membros do seu Grupo devido aos requisitos jurídicos, regulamentares e contratuais das suas subsidiárias e devido aos direitos de proteção de interesses não-controladores. Estes são considerados seguidamente.

### Requisitos regulamentares

As principais empresas subsidiárias do Barclays detêm ativos e passivos antes de eliminações interempresa no valor de 490mM€ (2013: 474mM€) e 474mM€ (2013: 458mM€) respetivamente. Os ativos e passivos estão sujeitos à regulamentação prudencial e aos requisitos regulamentares de capital dos países que os regulam. Estes obrigam a que as entidades mantenham rácios mínimos de capital, alavancagem e exposição que restringem a capacidade destas entidades fazerem distribuições de numerário ou de outros ativos à empresa-mãe, o Barclays Bank PLC.

Por forma a cumprir os requisitos de capital, as subsidiárias poderão deter determinados instrumentos financeiros contabilizados como capital ou contabilizados como dívida e instrumentos não relacionados com ações tais como instrumentos de capital de Nível 1 e Nível 2 e outras formas de responsabilidades subordinadas. A Nota 32 interesses não-controladores e a Nota 29 responsabilidades subordinadas contém detalhes destes instrumentos. Estes instrumentos podem estar sujeitos a cláusulas de cancelamento ou a restrições de ações preferenciais que limitem a capacidade da entidade repatriar o capital de forma oportuna.

### Requisitos de liquidez

As subsidiárias reguladas do Grupo devem manter fundos de liquidez para cumprir os requisitos regulamentares locais e da Autoridade de Regulação Prudencial. As principais subsidiárias afetadas são a Barclays Capital Inc. e a Barclays Africa Group Limited que devem garantir a conformidade diária com o mínimo regulamentar.

### Requisitos jurídicos

As subsidiárias do Grupo estão sujeitas a requisitos jurídicos para não proceder a distribuições de capital e lucros não realizados e geralmente para manter a solvabilidade. Estes requisitos restringem a capacidade das subsidiárias procederem a envios de dividendos ao Barclays Bank PLC, a empresa-mãe de última instância, exceto no caso de uma redução ou liquidação legal do capital. Na maior parte dos casos as restrições regulamentares acima enunciadas excedem as restrições jurídicas.

### Requisitos contratuais

#### Oneração de ativos

O Grupo usa os seus ativos financeiros para reunir financiamento na forma de securitizações e através dos modelos de liquidez dos bancos centrais. Uma vez onerados, os ativos deixam de estar disponíveis para serem transferidos pelo Grupo. Os ativos afetados são divulgados na Nota 40 Ativos Comprometidos

#### Ativos detidos por entidades estruturadas consolidadas

379M€ (2013: 690M€) de ativos incluídos no balanço do Grupo são relativos a fundos de investimento consolidados e são detidos para remunerarem juros e capital aos detentores das unidades nesses fundos. Os ativos detidos por estes fundos não podem ser transferidos para outros membros do Grupo. O decréscimo é explicado pelo encerramento de fundos Europeus de riqueza durante o ano.

### Outras restrições

É exigido ao Grupo que mantenha saldos junto dos bancos centrais e de outras autoridades de regulação, e estes totalizaram 4.448M€ (2013: 4.722M€).

Os ativos do Barclays Africa Group Limited estão sujeitos ao regulamento de controlo de transferências determinados pelo South African Reserve Bank (SARB). Os dividendos especiais e os empréstimos por conta de dividendos não podem ser transferidos sem a aprovação do SARB.

### 37 Entidades estruturadas

Uma entidade estruturada é uma entidade em que os direitos de voto ou semelhantes não constituem o fator dominante para a definição do controlo. As entidades estruturadas são normalmente criadas para alcançar um objetivo particular e bem definido e apresentam restrições às suas atividades contínuas.

Dependendo do poder do Grupo sobre as atividades da entidade, e da sua exposição a e capacidade de influenciar os seus próprios rendimentos, a entidade poderá ser consolidada. Noutros casos, poderá patrocinar ou estar exposto a uma tal entidade, mas não proceder à sua consolidação.

#### Entidades estruturadas consolidadas

O Grupo participa em acordos contratuais que podem exigir-lhe a prestação de apoio financeiro aos seguintes tipos de entidades estruturadas consolidadas:

#### Veículos de securitização

O Grupo usa a securitização como fonte de financiamento e como meio de transferência de risco. A Nota 39 Securitizações contém um detalhe maior.

O Grupo concede facilidades de liquidez a certos veículos de securitização. A 31 de dezembro de 2014, existiam compromissos de crédito pendentes com estas entidades no total de 201M€ (2013: 195M€).

#### Papel comercial (PC) e veículos de médio prazo

O Grupo disponibilizou 9,1mM€ (2013: 8,1mM€) a facilidades contratuais não utilizadas e de regulação de liquidez, a veículos PC.

#### Entidades gestoras de fundos

O Barclays garantiu contratualmente o desempenho de certos investimentos monetários numa série de fundos de investimento geridos, o que resultou na sua consolidação. A 31 de dezembro de 2014, o valor nominal da garantia era de 585M€ (2013: 991M€). O decréscimo é explicado pelo encerramento de fundos Europeus de riqueza durante o ano.

#### Obrigações cobertas

Durante o período, o Grupo concedeu contribuições monetárias de capital no montante de 0,7mM€ (2013: 1,3mM€) à Barclays Covered Bonds Limited Liability Partnership como resultado de requisitos regulamentares de pré-financiamento de futuros resgates de obrigações cobertas. Espera-se que este requisito aumente à medida que mais obrigações cobertas forem atingindo o seu vencimento em 2015.

#### Fundos de benefícios a empregados

O Grupo concede contribuições de capital a fundos de benefícios a empregados para permitir-lhes cumprir as suas obrigações perante os empregados e decorrentes de planos de pagamento baseados em ações.

#### Entidades estruturadas não consolidadas em que o Grupo detém interesse

Um interesse numa entidade estruturada é qualquer forma contratual ou não contratual de envolvimento que crie variabilidade nos rendimentos decorrentes do desempenho da entidade para o Grupo. Estes interesses incluem dívida ou ações detidas, derivados que transferem riscos financeiros da entidade para o Grupo, empréstimos, compromissos de crédito, garantias financeiras e acordos de gestão de investimentos.

Os swaps de taxa de juro, derivados cambiais que não sejam complexos e que exponham o Grupo a um risco de crédito insignificante por estar a montante na cascata de pagamentos de uma securitização e os derivados que sejam determinados para introduzir risco ou variabilidade numa entidade estruturada não são considerados como tendo interesse numa entidade e foram excluídos das divulgações no verso.

# Notas às demonstrações financeiras

## Âmbito da consolidação

A natureza e extensão dos interesses do Grupo em entidades estruturadas é resumida seguidamente:

### Resumo de interesses em entidades estruturadas e não consolidadas

Em dezembro de 2014

	Financiamento garantido	Interesses negociados no curto prazo	Derivados negociados	Outros interesses	
	MC	MC	MC	MC	MC
<b>Ativos</b>					
Ativos negociáveis em carteira	-	14 538	-	3 668	18 206
Ativos financeiros designados ao justo valor	-	-	-	963	963
Instrumentos financeiros derivados	-	-	5 207	1 594	6 801
Investimentos disponíveis para venda	-	-	-	1 216	1 216
Empréstimos e adiantamentos a bancos	-	-	-	4 277	4 277
Empréstimos e adiantamentos a clientes	37 139	-	-	-	37 139
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos de forma similar	-	-	-	38	38
<b>Ativos totais</b>	<b>37 139</b>	<b>14 538</b>	<b>5 207</b>	<b>41 823</b>	<b>98 707</b>
<b>Passivos</b>					
Instrumentos financeiros derivados	-	-	5 222	1 514	6 736

### Resumo de interesses em entidades estruturadas e não consolidadas

Em dezembro de 2013

	Financiamento garantido	Interesses negociados no curto prazo	Derivados	Outros interesses	
	ME	ME	ME	ME	ME
<b>Ativos</b>					
<b>Resumo de interesses em entidades estruturadas e não consolidadas</b>					
Ativos negociáveis em carteira	-	12 729	-	5 111	17 840
Ativos financeiros determinados pelo justo valor	-	-	-	1 035	1 035
Instrumentos financeiros derivados	-	-	3 758	1 464	5 222
Investimentos disponíveis para venda	-	-	-	2 073	2 073
Empréstimos e adiantamentos a bancos	-	-	-	4 143	4 143
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	-	24 971	24 971
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos de forma similar	51 112	-	-	-	51 112
Outros ativos	-	-	-	35	35
<b>Ativos totais</b>	<b>51 112</b>	<b>12 729</b>	<b>3 758</b>	<b>38 832</b>	<b>106 431</b>
<b>Passivos</b>					
Instrumentos financeiros derivados	-	-	4 895	1 457	6 352

Os acordos de financiamento garantidos, interesses negociados no curto prazo e derivados negociados são normalmente geridos de acordo com a gestão do risco de mercado descrita na página 92, que inclui uma indicação da alteração das medidas de risco comparativamente ao ano passado. Por esta razão, os ativos totais destas entidades não são considerados significativos para o propósito de compreender os riscos relacionados e por isso não foram apresentados. Outros interesses relevantes incluem uma carteira Não Central que está a ser progressivamente descontinuada, veículos e empréstimos corporativos em que o juro é definido pela procura normal dos clientes.

#### *Financiamento garantido*

O Grupo celebra rotineiramente contratos de revenda, de empréstimo de títulos e acordos similares, em termos comerciais normais, em que a contraparte do acordo é uma entidade estruturada. Dada a natureza destes acordos, especialmente pela transferência de garantia e pela aplicação contínua de margens, o Grupo tem uma exposição mínima ao desempenho da contraparte da entidade estruturada. Inclui-se na Nota 21 uma descrição destas transações.

#### *Interesses negociados no curto prazo*

O Grupo compra e vende interesses em entidades estruturadas como parte das suas atividades de negociação, por exemplo, títulos garantidos por hipotecas, títulos de dívida colateralizados e interesses semelhantes. Estes interesses são normalmente detidos em nome individual ou como parte de uma carteira mais extensa por um período não superior a 90 dias. Nestes casos, o Grupo não detém normalmente outro envolvimento com a entidade estruturada para além dos títulos que detém como parte das suas atividades de negociação, e a sua exposição máxima a perdas está limitada pelo valor contabilístico do ativo.

A 31 de dezembro de 2014, 12.058M€ (2013: 11.634M€) dos 14.538M€ (2013: 12.729M€) aplicados em interesses do Grupo negociados no curto prazo constaram de títulos de dívida emitidos por veículos de securitização de ativos.

#### *Derivados negociados*

O Grupo celebra uma série de contratos derivados com entidades estruturadas que referenciam variáveis de risco de mercado tais como taxas de juro, taxas de câmbio e índices de crédito, para além de outros. Os principais tipos de derivados que são considerados interesses em entidades estruturadas incluem swaps baseados em índices e swaps de crédito vencido para entidades específicas, swaps garantidos pelo balanço, swaps de retomo total, swaps de mercadorias e swaps de capital. A Nota 14 contém detalhes que descrevem os tipos de derivados e as práticas de gestão de risco. O risco de perda pode ser atenuado através de requisitos contínuos de aplicação de margens, bem como de um direito aos fluxos de caixa da entidade estruturada que esteja a montante na cascata de pagamentos. Estes requisitos de aplicação de margens são consistentes com a prática do mercado para muitos acordos derivados e estão alinhados com as políticas normais de crédito do Grupo.

As transações de derivados requerem que a contraparte entregue numerário ou outra garantia prevista nos acordos de aplicação de margens, para mitigar o risco de crédito da contraparte. Incluem-se no total dos derivados negociados 445M€ (2013: 752M€) de ativos derivados que são baseados em acordos do tipo "derivados compensados". Estas são transações em que o Grupo celebra um contrato com uma transferência em nome de uma entidade-cliente estruturada e constitui assim uma posição oposta. O Grupo está exposto ao risco de liquidação apenas nestes derivados sendo o mesmo atenuado através da aplicação diária de margens. O total dos valores nominais atingiu 176.584M€ (2013: 163.827M€).

Exceto para swaps de crédito vencido em que a exposição máxima à perda é o montante nominal do swap, não é possível estimar a exposição máxima à perda relativa às posições derivadas, já que o justo valor dos derivados está sujeito a alterações nas taxas de juro de mercado, nas taxas de câmbio e nos índices de crédito, que são incertos por natureza. Além disso, as perdas do Grupo estariam sujeitas a ação atenuante decorrente das suas políticas de risco de mercado e de risco de crédito, que exigem à contraparte a constituição de uma garantia em numerário ou outros ativos, na maior parte dos casos com periodicidade diária.

# Notas às demonstrações financeiras

## Âmbito da consolidação

### Outros interesses em entidades estruturadas e não consolidadas

Os interesses do Grupo em entidades estruturadas que não são detidos com o objetivo de atividades de negociação de curto prazo são apresentados abaixo, resumidos pelos propósitos das entidades e limitados às categorias significativas, com base na exposição máxima a perdas.

Natureza do interesse	Carteira de crédito estruturado M€	Programas de veículos multivendedores M€	Crédito M€	Títulos garantidos por hipotecas M€	Fundos de investimento e trusts M€	Outros M€	Total M€
<b>Em dezembro de 2014</b>							
Ativos negociáveis em carteira							
- Títulos de dívida	3 590	-	-	-	-	51	3 641
- Títulos de capital	-	-	-	-	-	27	27
Ativos financeiros determinados pelo justo valor							
- Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	881	-	-	11	892
- Títulos de dívida	-	-	-	-	-	35	35
- Títulos de capital	-	-	-	-	-	36	36
Instrumentos financeiros derivados	-	-	80	-	-	1 514	1 594
Investimentos disponíveis para venda							
- Títulos de dívida	1	575	-	626	-	14	1 216
Empréstimos e adiantamentos a clientes	3 390	8 236	17 780	-	-	661	30 067
Empréstimos e adiantamentos a bancos	-	-	4 277	-	-	-	4 277
Outros ativos	-	5	9	-	21	3	38
<b>Total das exposições do balanço</b>	<b>6 981</b>	<b>8 816</b>	<b>23 027</b>	<b>626</b>	<b>21</b>	<b>2 352</b>	<b>41 823</b>
<b>Total dos montantes nocionais fora do balanço</b>	<b>1 078</b>	<b>8 075</b>	<b>6 359</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2 104</b>	<b>17 616</b>
<b>Exposição máxima às perdas</b>	<b>8 059</b>	<b>16 891</b>	<b>29 386</b>	<b>626</b>	<b>21</b>	<b>4 456</b>	<b>59 439</b>
<b>Ativos totais da entidade</b>	<b>50 279</b>	<b>97 298</b>	<b>390 522</b>	<b>147 422</b>	<b>25 556</b>	<b>5 816</b>	<b>716 893</b>

Natureza do interesse	Carteira de crédito estruturado M€	Programas de veículos multivendedores M€	Crédito M€	Títulos garantidos por hipotecas M€	Fundos de investimento e trusts M€	Outros M€	Total M€
<b>Em dezembro de 2014</b>							
Ativos negociáveis em carteira							
- Títulos de dívida	4 944	-	50	-	-	106	5 100
- Títulos de capital	-	-	-	-	-	11	11
Ativos financeiros determinados pelo justo valor							
- Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	935	-	-	34	969
- Títulos de dívida	-	-	-	-	-	32	32
- Títulos de capital	-	-	-	-	-	34	34
Instrumentos financeiros derivados	-	-	7	-	-	1 457	1 464
Investimentos disponíveis para venda							
- Títulos de dívida	1	564	2	1 476	-	30	2 073
Empréstimos e adiantamentos a clientes	3 115	7 927	13 183	-	-	746	24 971
Empréstimos e adiantamentos a bancos	-	-	4 066	-	-	77	4 143
Outros ativos	-	1	1	-	25	8	35
<b>Total das exposições do balanço</b>	<b>8 060</b>	<b>8 492</b>	<b>18 244</b>	<b>1 476</b>	<b>25</b>	<b>2 535</b>	<b>38 832</b>
<b>Total dos montantes nocionais fora do balanço</b>	<b>1 411</b>	<b>8 400</b>	<b>2 186</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>54</b>	<b>12 051</b>
<b>Exposição máxima às perdas</b>	<b>9 471</b>	<b>16 892</b>	<b>20 430</b>	<b>1 476</b>	<b>25</b>	<b>2 589</b>	<b>50 883</b>
<b>Ativos totais da entidade</b>	<b>80 565</b>	<b>138 199</b>	<b>138 980</b>	<b>246 062</b>	<b>44 679</b>	<b>11 098</b>	<b>659 583</b>

### *Exposição máxima às perdas*

Excetuando nos casos seguintes em contrário, a exposição máxima do Grupo às perdas é o total das suas posições no balanço e dos seus acordos fora do balanço, incluindo compromissos de crédito e garantias financeiras. A exposição à perda é atenuada através de garantias reais, de garantias financeiras, da disponibilidade de compensação e da proteção de crédito existente.

### *Carteira Estruturada de Crédito*

Incluem-se aqui os interesses em títulos de dívida emitidos por veículos de securitização, principalmente os Empréstimos Garantidos (CLO), as Obrigações Garantidas (CDO), as estruturas de Securitização de Hipotecas Residenciais e Comerciais (RMBS e CMBS), e as facilidades de crédito utilizadas e não utilizadas por estas entidades. Para alguns casos, os títulos são "envoltos" em proteção de crédito por uma seguradora monorramo, que transfere o crédito de risco para o monorramo. As entidades não têm a sua dívida inteiramente financiada através da emissão de tranches de títulos de dívida ou através de financiamento direto, como as facilidades de crédito concedidas pelo Grupo. À medida que os ativos subjacentes das entidades são amortizados e pagos, os títulos de dívida emitidos pelas entidades são reembolsados por ordem de antiguidade. Nos casos em que as entidades enfrentem deteriorações significativas do crédito, os títulos de dívida podem ser anulados ou cancelados por ordem inversa de antiguidade.

A 31 de dezembro de 2014, as exposições financiadas do Grupo compreendiam 3.591M£ (2013: 4.945M£) em títulos de dívida ao justo valor e 3.390M£ (2013: 3.115M£) de empréstimos e adiantamentos de custo amortizado. Dos 6.981M£ (2013: 8.060M£), 4.822M£ (2013: 6.576M£) têm categoria de investimento, enquanto o remanescente é categorizado como não investimento ou não é categorizado. O Grupo também tinha 1.078M£ (2013: 1.411M£) de exposições não financiadas na forma de compromissos de liquidez não exercidos. Dos 8.059M£ (2013: 9.471M£) de exposições financiadas e não financiadas, 7.897M£ (2013: 9.082M£) tem maior antiguidade na estrutura de capital da entidade.

Embora as exposições financiadas do Grupo tenham principalmente categoria de investimento e maior antiguidade na estrutura de capital, existem casos em que os interesses subordinados aos interesses principais e intercalares do Grupo têm valor mínimo ou nulo, devido a decréscimos do justo valor das garantias subjacentes detidas pela entidade.

O rendimento do Grupo proveniente destas entidades compreende o rendimento de negociação (maioritariamente ganhos e perdas devidos a alterações do justo valor e juros provenientes de obrigações) sobre itens classificados como detidos para negociação e o rendimento de juros sobre participações classificadas como empréstimos e contas a receber.

Durante 2014, o Grupo registou perdas no justo valor de 91M£ (2013: ganho de 639M£) em títulos de dívida. As perdas por imparidade registadas em empréstimos e adiantamentos não tiveram relevância no ano corrente nem no ano transato.

O justo valor dos interesses do Grupo em determinados CLO e CDO é influenciado pela proteção fornecida diretamente às entidades estruturadas por seguradoras monorramo, para além do valor da garantia detida pelas entidades. A proteção fornecida às entidades pelas seguradoras monorramo assume a forma de um CDS. Contudo, a capacidade de reembolso dos monorramos é incerta, o que se reflete na valorização dos interesses do Grupo nos CLO e CDO segurados por monorramo.

### *Programas de veículos multivendedor*

Os veículos dedicam-se a fornecer financiamento a vários clientes e detêm interesses parciais em fundos de contas a receber ou obrigações semelhantes. Estes instrumentos estão protegidos contra perdas através de sobrecolateralização, garantias de vendedores, ou outras vantagens de crédito fornecidas pelos veículos. A exposição fora do balanço do Grupo incluída na tabela anterior representa facilidades de liquidez concedidas aos veículos para benefício dos detentores do papel comercial emitido pelos veículos e que só serão utilizadas quando os veículos forem incapazes de aceder ao mercado de papel comercial. Se estas facilidades forem utilizadas, o Grupo está protegido contra perdas através de sobrecolateralização, garantias de vendedores, ou outras vantagens de crédito fornecidas pelos veículos. O Grupo auferir rendimentos das comissões recebidas nas facilidades de liquidez e na carta de crédito concedida aos veículos. Não existiram perdas por imparidade nestes empréstimos no ano corrente nem no ano transato.

### *Crédito*

Esta carteira inclui o crédito concedido pelo Grupo a entidades estruturadas não-consolidadas do decurso normal das suas atividades creditícias para auferir rendimentos na forma de juros e comissões de empréstimo e inclui o crédito a entidades estruturadas que é normalmente garantido por imóveis, equipamentos ou outros ativos. Todos os empréstimos são sujeitos ao processo de aprovação de crédito do Grupo. Os contratos de garantia são específicos para as circunstâncias de cada empréstimo, sendo procuradas garantias e cauções adicionais junto do promotor da entidade estruturada para certos contratos. Durante o período o Grupo incorreu numa imparidade de 31M£ (2013: 20M£) nestes créditos. Os principais tipos de crédito são 4mM£ (2013: 4mM£) de crédito de financiamento a entidades estruturadas remotas em falência, para investimento ou desenvolvimento imobiliário, 5mM£ (2013: 2mM£) de crédito a entidades estruturadas criadas por um indivíduo para deter um ou mais ativos, 2mM£ (2013: 2mM£) a entidades cujas operações estão limitadas ao financiamento da aquisição de ativos específicos como escolas, hospitais, estradas e projetos de energias renováveis de acordo com a Private Finance Initiative (PFI), e 1mM£ (2013: 1mM£) de crédito de financiamento a entidades estruturadas remotas em falência, para permitir a aquisição de bens de equipamento para as empresas-mãe, e que é suportado por garantias governamentais à exportação.

### *Títulos garantidos por hipotecas*

Esta carteira contém obrigações de taxa variável, principalmente posições de títulos garantidos por hipotecas, usadas como cobertura contabilística do risco de taxa de juro de acordo com o programa de cobertura estrutural do Grupo. Todas as obrigações são categorizadas como investimento. A carteira diminuiu devido a uma redução nos requisitos de cobertura contabilística em libras esterlinas.

# Notas às demonstrações financeiras

## Âmbito da consolidação

### Fundos de investimento e trusts

No decurso das suas atividades de gestão de fundos, o Grupo institui fundos comuns de investimento que compreendem investimentos de vários tipos, adaptados para cumprirem determinados requisitos dos investidores. O interesse do Grupo nos fundos é normalmente restrito a uma comissão de gestão do fundo, cujo valor é normalmente baseado no desempenho do fundo.

O Grupo intervém como mandatário num conjunto de trusts instituídos por ou em nome de seus clientes. O objetivo dos trusts, que cumprem a definição de entidades estruturadas, é deter ativos em nome de beneficiários. O interesse do Grupo nos trusts é normalmente restrito a comissões não pagas que, dependendo do trust, poderão ser fixas ou baseadas no valor dos ativos do trust. O Barclays não possui outra exposição nos trusts.

### Outros

Incluem 1.514ME (2013: 1.457ME) de transações de derivadas com entidades estruturadas, em que o risco de mercado é coberto de forma relevante por contratos derivados correspondentes.

### Ativos transferidos para entidades estruturadas patrocinadas e não consolidadas

Os ativos transferidos para entidades estruturadas patrocinadas e não consolidadas não tiveram relevância.

### 38 Investimentos em associadas e joint ventures

#### Contabilização de associadas e joint ventures

O Barclays aplica a IAS 28 *Investimentos em Associadas* e a IFRS 11 *Acordos Conjuntos*. As associadas são entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não o controlo, sobre as políticas operacionais e financeiras. Normalmente o Grupo detém mais de 20% mas menos de 50% dos seus direitos de voto. As joint ventures são acordos conjuntos que proporcionam o controlo conjunto e direitos aos ativos líquidos da entidade.

Os investimentos do Grupo em associadas e joint ventures são inicialmente registados pelo custo e acrescidos (ou decrescidos) anualmente pela parte do Grupo

no lucro (ou perda) posterior à aquisição. O Grupo deixa de reconhecer a sua parte nas perdas de associados contabilizados no capital quando a sua parte dos ativos líquidos e montantes devidos pela entidade tenham sido completamente amortizados, a não ser que exista uma obrigação contratual ou implícita de assumir a sua parte nas perdas. Em certos casos, os investimentos nestas entidades podem ser

O Barclays não detém investimentos individualmente significativos em joint ventures ou associadas.

	2014			2013		
	Associadas	Joint ventures	Total	Associadas	Joint ventures	Total
	ME	ME	ME	ME	ME	ME
Capital contabilizado	303	408	711	275	378	653
Detido ao justo valor após resultados	307	366	673	610	400	1 010
<b>Total</b>	<b>610</b>	<b>774</b>	<b>1 384</b>	<b>885</b>	<b>778</b>	<b>1 663</b>

A informação financeira resumida para as associadas e joint ventures contabilizadas no capital do Grupo é apresentada seguidamente. Os montantes apresentados são os rendimentos líquidos dos beneficiários do investimento, e não apenas a parte do Grupo para o ano terminado a 31 de dezembro de 2014, com a exceção de certos empreendimentos para os quais os montantes foram baseados em contas atualizadas mais de três meses antes da data do balanço.

	Associadas		Joint ventures	
	2014	2013	2014	2013
	ME	ME	ME	ME
(Perdas) ou lucros provenientes de operações contínuas	(9)	(51)	146	144
Outro rendimento	13	3	(5)	(20)
<b>Total do rendimento abrangente/(perdas)</b>	<b>4</b>	<b>(48)</b>	<b>141</b>	<b>124</b>

As partes não reconhecidas das perdas individualmente relevantes de associadas e joint ventures foram nulas (2013: 0).

As associadas e joint ventures do Grupo estão sujeitas a requisitos jurídicos tais que não podem efetuar transferências de dividendos ou reembolsar empréstimos ao Barclays PLC sem acordo prévio com as partes externas.

A parte do Grupo em compromissos e contingências das suas associadas e joint ventures incluiu linhas de crédito não utilizadas e fornecidas a clientes no valor de 1.566ME (2013: 2.156ME). Além disso, o Grupo celebrou compromissos para financiar ou conceder recursos às suas joint ventures e associadas no valor de 183ME (2013: 74ME).

### 39 Securitizações

#### Contabilização de securitizações

O Grupo usa as securitizações como origem de financiamento e como um meio de transferência de risco. Estas transações resultam normalmente na transferência de fluxos de caixa contratuais de carteiras de ativos financeiros para detentores de títulos de dívida.

As securitizações podem, dependendo de cada acordo, resultar num reconhecimento continuado dos ativos securitizados e no reconhecimento dos títulos de dívida emitidos na transação; levar ao reconhecimento continuado parcial dos ativos na medida do envolvimento continuado do Grupo nestes ativos ou à anulação do reconhecimento dos ativos e ao reconhecimento separado, como ativos ou passivos, de quaisquer direitos ou obrigações criados ou retidos na transferência. A completa anulação do reconhecimento só ocorre quando o Grupo transfere o seu direito contratual a receber fluxos de caixa provenientes dos ativos financeiros, ou quando retém os direitos contratuais para receber os fluxos de caixa, mas assume a obrigação contratual de pagar os fluxos de caixa a outra parte sem atraso ou reinvestimento relevantes, e ainda transfere substancialmente todos os riscos e recompensas da propriedade, incluindo o risco de crédito, o risco de pagamento antecipado e o risco de taxa de juro.

No decurso da sua atividade bancária normal, o Grupo realiza transferências de ativos financeiros, tanto jurídicas (em que os direitos legais aos fluxos de caixa do ativo são transferidos para a contraparte) como usufrutuárias (em que o Grupo retém os direitos aos fluxos de caixa mas assume a responsabilidade de transferi-los para a contraparte). Dependendo da natureza da transação, isto poderá resultar na anulação do reconhecimento dos ativos na sua totalidade, na anulação parcial do reconhecimento ou em nenhuma anulação do reconhecimento dos ativos sujeitos à transferência.

A completa anulação do reconhecimento só ocorre quando o Grupo transfere o seu direito contratual a receber fluxos de caixa provenientes dos ativos financeiros (ou quando retém os direitos contratuais para receber os fluxos de caixa, mas assume a obrigação contratual de pagar os fluxos de caixa a outra parte sem atraso ou reinvestimento relevantes) e substancialmente todos os riscos e recompensas da propriedade, incluindo o risco de crédito, o risco de pagamento antecipado e o risco de taxa de juro. Quando um ativo é transferido, em algumas circunstâncias, o Grupo pode manter uma participação (envolvimento continuado) que obrigue o Grupo a readquirir o ativo em certas circunstâncias por um valor diferente do justo valor a essa data.

Um resumo das principais transações, e dos ativos e passivos e riscos financeiros decorrentes destas transações, é apresentado em baixo:

#### Transferências de ativos financeiros que não resultam em anulação do reconhecimento Securitizações

O Grupo participou em transações de securitização que envolveram os seus empréstimos hipotecários à habitação, empréstimos a empresas e saldos de cartões de crédito. Além disso, o Grupo funciona como um veículo para papel comercial, pelo meio do qual adquire conjuntos estáticos de empréstimos hipotecários à habitação de outras instituições de crédito para transações de securitização.

Nestas transações, os ativos, os interesses sobre os ativos, ou os interesses benéficos nos fluxos de caixa decorrentes dos ativos, são transferidos para uma sociedade de propósito específico, que emite seguidamente títulos de dívida remunerados a investidores terceiros.

As securitizações podem, dependendo de cada acordo, resultar num reconhecimento continuado dos ativos securitizados e no reconhecimento dos títulos de dívida emitidos na transação. Também podem ocorrer o reconhecimento continuado parcial dos ativos na medida do envolvimento continuado do Grupo nestes ativos ou a anulação do reconhecimento dos ativos e ao reconhecimento separado, como ativos ou passivos, de quaisquer direitos ou obrigações criados ou retidos na transferência.

# Notas às demonstrações financeiras

## Âmbito da consolidação

TA tabela seguinte apresenta o valor contabilístico dos ativos securitizados cujo reconhecimento não foi completamente anulado, juntamente com os passivos associados, para cada categoria de ativos do balanço:

	2014				2013	
	Valor Contabilístico dos ativos	Justo Valor	Valor Contabilístico Dos passivos	Justo Valor	Valor Contabilístico dos ativos	Valor Contabilístico dos passivos
	M€	M€	M€	M€	M€	M€
<b>Grupo</b>						
Empréstimos e adiantamentos a clientes						
Empréstimos hipotecários para habitação	2 830	2 619	(2 352)	(2 360)	3 930	(3 545)
Cartões de crédito, crédito não garantido e outros empréstimos	7 060	7 162	(5 160)	(5 178)	6 563	(5 017)
Corporativos de retalho	157	154	(135)	(146)	331	(294)
<b>Total</b>	<b>10 047</b>	<b>9 935</b>	<b>(7 647)</b>	<b>(7 684)</b>	<b>10 824</b>	<b>(8 856)</b>
<b>Ativos designados ao justo valor após resultados</b>						
Juros retidos em empréstimos hipotecários à habitação	66	n/d	-	n/d	68	-
<b>Banco</b>						
Empréstimos e adiantamentos a clientes						
Empréstimos hipotecários para habitação	2 830	2 619	(2 352)	(2 360)	2 364	(1 984)
Cartões de crédito, crédito não garantido e outros empréstimos	10 758	10 858	(10 448)	(10 423)	10 198	(9 923)
Corporativos de retalho	350	316	(301)	(298)	548	(487)
<b>Total</b>	<b>13 938</b>	<b>13 793</b>	<b>(13 101)</b>	<b>(13 081)</b>	<b>13 110</b>	<b>(12 394)</b>

Os saldos incluídos em empréstimos e adiantamento a clientes representam securitizações em que todos os riscos e recompensas do ativo foram substancialmente retidos pelo Grupo.

A relação entre os ativos transferidos e os passivos associados é tal que os detentores de títulos só terão direitos sobre os fluxos de caixa dos ativos securitizados para pagamentos de capital e juros que lhes são devidos de acordo com os termos de tais títulos, embora os termos contratuais dos seus títulos possam divergir na maturidade e juros dos ativos transferidos.

Exclusivamente para o Grupo, os empréstimos hipotecários para habitação em 2014 excluem ativos securitizados Não Centrais do Barclays de 1.345M€ (2013: 1.566M€) e passivos de 1.305M€ (2013: 1.561M€), relacionados com o European Geneva que foi designado como detido para venda. Os saldos de 2013 não foram revistos.

Os interesses retidos nos empréstimos hipotecários para habitação são garantias que representam uma exposição continuada ao risco de pagamento antecipado e de crédito dos ativos subjacentes securitizados. Exclusivamente para o Grupo, o valor contabilístico dos empréstimos antes da transferência era de 120M€ (2013: 124M€). Os interesses retidos são inicialmente registados como uma atribuição do valor contabilístico original pelos justos valores relativos à porção cujo reconhecimento foi anulado e à posição que manteve o reconhecimento.

Para as transferências de ativos relativas aos acordos de recompra, ver Notas 21 e 40.

### Envolvimento continuado em ativos financeiros cujo reconhecimento tenha sido anulado

Em alguns casos, o Grupo pode transferir um ativo financeiro na sua totalidade mas continuar a ter um envolvimento continuado no ativo. Isto ocorre nas securitizações de ativos em que o reconhecimento dos empréstimos e dos títulos garantidos por ativos foi anulado como consequência do envolvimento do Grupo em CLO, CDO, RMBS e CMBS. O envolvimento continuado decorre principalmente da concessão de financiamento a estas estruturas na forma de títulos retidos, que não suportem primeiras perdas.

A tabela seguinte apresenta as potenciais implicações financeiras de tal envolvimento continuado. Não existe diferença entre os envolvimento continuados do Grupo e do Banco.

Tipo de transferência	Envolvimento continuado a 31 de dezembro de 2014			Ganho/(Perda) do envolvimento continuado	
	Valor contabilístico	Justo valor	Exposição máxima às perdas	Acumulado até 31 de dezembro de 2014	Acumulado até 31 de dezembro de 2014
	M€	M€	M€	M€	M€
CLO e outros ativos	1 370	1 354	1 370	14	(720)
Sub-prime EUA e Alt-A	208	195	208	-	(1 365)
Títulos garantidos por hipotecas comerciais	200	200	200	15	(8)
<b>Total</b>	<b>1 778</b>	<b>1 749</b>	<b>1 778</b>	<b>29</b>	<b>(2 093)</b>

Tipo de transferência	Envolvimento continuado a 31 de dezembro de 2013			Ganho/(perda) do envolvimento continuado	
	Valor contabilístico	Justo Valor	Exposição máxima às perdas	Acumulado até 31 de dezembro de 2013	Acumulado até 31 de dezembro de 2013
	M€	M€	M€	M€	M€
CLO e outros ativos	1 911	1 883	1 911	46	(712)
Sub-prime EUA e Alt-A	398	377	398	3	(1 221)
Títulos garantidos por hipotecas comerciais	241	241	241	3	(33)
<b>Total</b>	<b>2 550</b>	<b>2 501</b>	<b>2 550</b>	<b>52</b>	<b>(1 966)</b>

Os ativos que representam o envolvimento continuado do Grupo em ativos cujo reconhecimento foi anulado são registados nas seguintes rubricas:

Tipo de transferência	Empréstimos e adiantamentos	Ativos em negociação	Derivados	Investimentos disponíveis para venda	Total
	M€	M€	M€	M€	M€
A 31 de dezembro de 2014					
CLO e outros ativos	829	541	-	-	1 370
Sub-prime EUA e Alt-A	200	8	-	-	208
Títulos garantidos por hipotecas comerciais	-	200	-	-	200
<b>Total</b>	<b>1 029</b>	<b>749</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1 778</b>
A 31 de dezembro de 2013					
CLO e outros ativos	1 130	778	2	1	1 911
Sub-prime EUA e Alt-A	321	77	-	-	398
Títulos garantidos por hipotecas comerciais	-	241	-	-	241
<b>Total</b>	<b>1 451</b>	<b>1 096</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>2 550</b>

# Notas às demonstrações financeiras

## Âmbito da consolidação

### 40 Ativos comprometidos

Compromisso de ativos como garantias para assegurar passivos sujeitos a acordos de recompra, securitizações e acordos de empréstimo de ações ou como depósitos relativos a derivados. A tabela seguinte resume a natureza e o valor contabilístico dos ativos comprometidos como garantia destes passivos:

	Grupo		Banco	
	2014	2013	2014	2013
	M€	M€	M€	M€ <sup>a</sup>
Ativos negociáveis em carteira	50 782	69 886	19 988	29 730
Empréstimos e adiantamentos	62 459	62 607	56 764	58 177
Outros	17 056	9 043	10 116	12 893
<b>Ativos comprometidos</b>	<b>130 297</b>	<b>141 536</b>	<b>86 868</b>	<b>100 800</b>

O Barclays apresenta um adicional de 9mM€ (2013; 11mM€) de empréstimos e adiantamentos nos seus programas de financiamento garantido por ativos que podem ser prontamente usados para angariar financiamento adicional e disponibilizados para apoiar emissões futuras.

Outros ativos no Grupo incluem 6mM€ de empréstimos comprometidos do negócio Espanhol que foram designados como detidos para venda. Os saldos de 2013 não foram revistos.

#### Garantias detidas como caução de ativos

Em algumas transações, incluindo acordos de revenda e transações de empréstimo de ações, o Grupo pode revender ou recomprometer a garantia detida. O justo valor à data do balanço de garantias aceites e recomprometidas a outros era o seguinte:

	Grupo		Banco	
	2014	2013	2014	2013
	M€	M€	M€	M€ <sup>a</sup>
Justo valor das garantias aceites	396 480	428 276	336 895	311 450
Do qual o justo valor de garantias recomprometidas/transferidas a outros	313 354	355 991	246 441	249 987

A divulgação completa prevista na IFRS 7 foi incluída em garantias e outras melhorias de crédito (página 66).

Nota  
a 2013 foi revisto para estar conforme as Capital Requirements Regulations (CRR) Europeias

# Notas às demonstrações financeiras

## Outros assuntos de divulgação necessária

As notas incluídas nesta secção centram-se nas transações com partes relacionadas, na remuneração dos auditores e na remuneração dos diretores. As transações com partes relacionadas incluem quaisquer subsidiárias, associadas, joint ventures, entidades sob diretoria partilhada e Gerentes em Posições-Chave.

41 Transações com partes relacionadas e remuneração de Diretores

### a) Transações com partes relacionadas

As partes são consideradas relacionadas se uma parte tiver a capacidade de controlar a outra parte ou de exercer influência significativa sobre a outra parte durante a tomada de decisões financeiras ou operacionais, ou ambas forem controladas por uma ou outra parte. A definição inclui subsidiárias, associadas, joint ventures, e os esquemas de pensões do Grupo.

#### (i) Grupo

##### Empresa-mãe

A empresa-mãe, que é também a empresa-mãe de última instância, é o Barclays PLC, que detém 100% das ações ordinárias emitidas do Barclays Bank PLC.

##### Subsidiárias

As transações entre o Barclays Bank PLC e as subsidiárias também cumprem a definição de transações com partes relacionadas. Quando estas forem eliminadas na consolidação, não serão divulgadas nas demonstrações financeiras do Grupo. É apresentada uma lista das principais subsidiárias do grupo na Nota 36.

##### Associadas, joint ventures e outras entidades

O Grupo fornece serviços bancários às suas associadas, joint ventures, fundos de pensões do Grupo (especialmente o Fundo de Reformas do Reino Unido) e às entidades sob diretoria partilhada, concedendo empréstimos, descobertos autorizados, depósitos remunerados e não remunerados e contas correntes e outros serviços bancários análogos. As empresas do Grupo também fornecem serviços de gestão de investimentos e de custódia aos esquemas de pensões do Grupo. Todas estas transações são conduzidas nos mesmos termos que as transações com terceiros. A informação financeira resumida para as associadas e joint ventures do Grupo é apresentada na Nota 38.

##### Entidades sob diretoria partilhada

O Grupo participa em relacionamentos comerciais normais com entidades nas quais os membros do Conselho do Grupo funcionam também como Diretores. Os montantes incluídos nas demonstrações financeiras do Grupo relativos a tais entidades que não sejam publicamente referidos são apresentados na tabela de Entidades sob diretoria partilhada.

Os montantes agregados incluídos nas demonstrações financeiras do Grupo, por categoria e parte relacionada são os seguintes:

	Empresa-Mãe	Associadas	Joint ventures	Entidades sob diretorias comuns	Fundos de pensões, trusts e investimento fundos
	M€	M€	M€	M€	M€
Para o ano terminado a 31 de dezembro de 2014					
Resultados	(1)	(5)	9	51	4
Imparidades	-	-	(1)	-	-
Ativos totais	620	130	1 558	219	-
Passivos totais	173	264	188	36	149
Para o ano terminado a 31 de dezembro de 2013					
Resultados	14	(10)	24	1	3
Imparidades	-	(3)	(4)	-	-
Ativos totais	451	116	1 521	33	5
Passivos totais	773	278	185	73	207

As garantias, penhores ou compromissos apresentados e relativos a estas durante o ano totalizaram 911M€ (2013; 961M€), predominantemente relacionados com Joint Ventures. Não foram recebidas garantias, penhores ou compromissos durante o ano. Os derivados transacionados em nome da Unidade de Fundos de Pensões, de Trusts e de Fundos de Investimento totalizaram 587M€ (2013; 613M€).

# Notas às demonstrações financeiras

## Outros assuntos de divulgação

### (ii) Banco Subsidiárias

São apresentados detalhes das principais subsidiárias na Nota 35.

O Banco fornece certos serviços bancários e financeiros às subsidiárias bem como uma série de contas correntes normais e remuneradas aos fundos de pensões do Grupo (principalmente ao Fundo de Reformas do Reino Unido) de modo a facilitar a gestão financeira quotidiana dos fundos. As empresas do Grupo também fornecem serviços de gestão de investimentos e de custódia.

De forma agregada, os montantes incluídos nas contas são os seguintes:

	Empresa-Mãe	Subsidiárias	Associadas	Joint ventures	Entidade sob diretoria partilhada	Fundos de pensões Trusts e investimentos fundos
	M	M	M	M	M	M
Para o ano terminado a 31 de dezembro de 2014						
Ativos totais	543	230 822	130	1 558	219	-
Passivos totais	173	203 212	264	188	36	149
Para o ano terminado a 31 de dezembro de 2013						
Ativos totais	399	311 209	116	1 521	33	5
Passivos totais	773	319 138	278	185	73	207

É prática normal do Banco fornecer às suas subsidiárias apoio e assistência por meio de garantias, compensações, cartas de conforto e compromissos, conforme apropriado, com o fito de ajudá-las a cumprir as suas obrigações e a manter a sua boa reputação, incluindo compromissos de capital e de linhas de crédito. Para dividendos pagos ao Barclays PLC, ver a Nota 11.

### Gerentes em Posições-Chave

Os Gerentes em Posições-Chave do Grupo, e as pessoas a quem estão ligados, são também considerados como sendo partes relacionadas para efeitos de divulgação. Os gerentes em posições-chave definem-se como as pessoas que têm autoridade e responsabilidade para planejar, dirigir e controlar as atividades do Barclays Bank PLC (direta ou indiretamente) e compreendem os Diretores do Barclays Bank PLC e os Quadros do Grupo (enunciados na página 32), certos subordinados diretos do Diretor Executivo do Grupo e os responsáveis das principais unidades e funções de negócio.

Não ocorreram quaisquer transações relevantes com partes relacionadas com Entidades sob diretoria partilhada em que um Diretor ou um outro Gerente em Posição-Chave (ou qualquer pessoa relacionada) seja também um Diretor ou outro Gerente em Posição-Chave (ou qualquer pessoa relacionada) do Barclays.

O Grupo fornece serviços bancários a Diretores e a outros Gerentes em Posições-Chave e às pessoas com eles relacionadas. As transações durante o ano e os saldos remanescentes a 31 de dezembro eram os seguintes:

	2014	2013
	M€	M€
<b>Empréstimos em curso</b>		
A 1 de janeiro	13,5	6,2
Empréstimos contratados durante o ano	1,3	14,0
Reembolsos de empréstimos durante o ano	(3,3)	(6,7)
A 31 de dezembro	11,5	13,5

Não foram reconhecidas provisões para imparidades relativamente a empréstimos a Diretores ou a outros Gerentes em Posições-Chave (ou qualquer pessoa a eles ligada).

	2014	2013
Depósitos existentes	M€	M€
A 1 de janeiro	100,3	37,4
Depósitos recebidos durante o ano	25,7	156,5
Depósitos pagos durante o ano	(23,0)	(93,6)
<b>A 31 de dezembro</b>	<b>103,0</b>	<b>100,3</b>

#### Total de compromissos pendentes

O total de compromissos pendentes refere-se ao total de todos os montantes não utilizados em cartões de crédito/linhas de descoberto concedidas a Gestores em Posições-Chave. O total de compromissos pendentes atingiu 1.3M€ (2013: 2.6M€).

Todos os empréstimos a Diretores e a outros Gestores em Posições-Chave (e pessoas a eles ligadas), (a) foram contratados no decurso da atividade normal, (b) foram contratados substancialmente nos mesmos termos, incluindo taxas de juro e garantias, que os prevalecentes no mesmo momento em transações comparáveis com outras pessoas e (c) não envolveram um risco de cobrança diferente do normal nem apresentaram outras características desfavoráveis; com a exceção de 4.380€ (2013: 3.825€) concedidos sem juros.

O empréstimo de 4.380€ (2013: 3.825€) concedido sem juros foi atribuído a um membro não Diretivo da gestão do Barclays para adquirir bilhetes ferroviários. A responsabilidade máxima decorrente dos empréstimos durante o ano foi de 5.256€ (2013: 5.100€). São concedidos empréstimos para aquisição de bilhetes ferroviários a todos os membros do pessoal do Barclays, a pedido, nos mesmos termos.

# Notas às demonstrações financeiras

## Outros assuntos de divulgação necessária

### Remuneração de Diretores e de outros Gestores em Posições-Chave

A remuneração total paga aos Diretores e outros Gestores em Posições-Chave abaixo inclui os prêmios concedidos a indivíduos que tenham sido aprovados pelo Comitê de Remunerações do Conselho durante as últimas decisões de remuneração e que é consistente com a abordagem adotada para as divulgações apresentadas nas páginas 77 a 110 do Relatório Anual do Barclays PLC. Os custos reconhecidos na demonstração de resultados refletem os encargos contábilísticos para o ano incluídos nas despesas operacionais. A diferença entre os valores pagos e os encargos reconhecidos na demonstração de resultados deve-se principalmente ao reconhecimento dos custos diferidos dos prêmios do ano transato. São fornecidos os valores para o período em que os indivíduos respeitavam a definição de Diretores e outros Gestores em Posições-Chave

	2014	2013
	M€	M€
Salários e outros benefícios de curto prazo	28,3	22,5
Custos com pensões	0,3	0,6
Outros benefícios de longo prazo	8,1	11,5
Pagamentos baseados em ações	15,0	29,7
Encargos ou emolumentos do empregador com segurança social	5,9	6,5
Custos reconhecidos para fins de contabilização	57,6	70,8
Encargos ou emolumentos do empregador com segurança social	(5,9)	(6,5)
Prêmios baseados em ações - diferença entre prêmios concedidos e custos reconhecidos	(8,4)	(18,3)
Outros benefícios de longo prazo - diferença entre prêmios concedidos e custos reconhecidos	(4,3)	(3,9)
<b>Total de remunerações pagas</b>	<b>39,0</b>	<b>42,1</b>

### Divulgação exigida pela Lei das Sociedades de 2006

A seguinte informação relativa aos diretores é apresentada em conformidade com a Lei das Sociedades de 2006:

	2014	2013
	M€	M€
Total de emolumentos <sup>a</sup>	7,8	5,3
Ganhos obtidos pelo exercício de opções de ações	-	1,7
Montantes pagos ao abrigo de esquemas de incentivo de longo prazo <sup>b</sup>	-	0,7
	<b>7,8</b>	<b>7,7</b>

Não existiram pagamentos de contribuições para esquemas contributivos definidos em nome dos Diretores. Não existiram contribuições nocionais de pensões para esquemas contributivos definidos (2013: 0€).

A 31 de dezembro de 2014, não existiam Diretores a acumular benefícios em esquemas de benefícios definidos (2013: 0€).

#### Notas

a O total de emolumentos inclui montantes pagos para o ano 2014. Além disso, foi atribuído um prêmio de ações diferido a cada um dos Diretores Executivos que só vencerá caso sejam verificadas condições de serviço. O total dos prêmios de ações diferidos é de 1.2M€ para 2014 (0.7M€ para 2013).

b Os montantes entregues para esquemas de incentivo de longo prazo foram incluídos na tabela de remunerações de Diretores acima nos anos que as condições de desempenho e serviço foram verificadas e os prêmios foram concedidos aos participantes. Os montantes LTIP apresentados no valor total para os Diretores Executivos na tabela de remunerações de 2014 do Relatório de Remunerações dos Diretores são relativos ao prêmio LTIP de vencimento previsto em 2015 e relativos aos prêmios concedidos em 2012 (para o ciclo de desempenho de 2012-14).

Dos valores na tabela acima, os montantes atribuíveis ao Diretor com remunerações mais elevadas são os seguintes:

	2014	2013
	M€	M€
Total de emolumentos	3,0	1,6
Montantes pagos ao abrigo de esquemas de incentivo de longo prazo	-	-

Não existiram contribuições de pensões para esquemas contributivos definidos (2013: 0€), Não existiram contribuições nocionais de pensões para esquemas contributivos definidos em 2014 ou 2013.

#### Adiantamentos e crédito a Diretores e garantias em nome de Diretores

Em conformidade com a Secção 413 da Lei das Sociedades de 2006, o montante total dos adiantamentos e créditos disponibilizados em 2014 a pessoas que serviram como Diretores durante o ano foi de 0,4M€ (2013: 0,2M€). O valor total das garantias constituídas em nome de Diretores durante 2014 foi 0€ (2013: 0€).

#### 42 Remuneração dos auditores

A remuneração dos auditores foi incluída nos custos com consultoria, jurídicos e profissionais, em despesas gerais e de administração, e compreende:

	Auditoria	Relacionados com auditoria	Serviços Fiscais	Outros serviços	Total
	M€	M€	M€	M€	M€
<b>2014</b>					
Auditoria das contas anuais do Grupo	11	-	-	-	11
Outros serviços:					
Comissões a pagar às associadas da Empresa decorrentes da legislação <sup>a</sup>	24	-	-	-	24
Outros serviços fornecidos decorrentes de tal legislação <sup>b</sup>	-	4	-	-	4
Outros serviços relacionados com fiscalidade					
- serviços de compliance	-	-	1	-	1
- serviços de aconselhamento <sup>c</sup>	-	-	-	-	-
Outros	-	3	-	1	4
<b>Remuneração total dos auditores</b>	<b>35</b>	<b>7</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>44</b>
<b>2013</b>					
Auditoria das contas anuais do Grupo	10	-	-	-	10
Outros serviços:					
Comissões a pagar às associadas da Empresa decorrentes da legislação	25	-	-	-	25
Outros serviços fornecidos decorrentes de tal legislação <sup>a</sup>	-	3	-	-	3
Outros serviços relacionados com fiscalidade <sup>b</sup>					
- serviços de compliance	-	-	2	-	2
- serviços de aconselhamento <sup>c</sup>	-	-	-	-	-
Outros	-	3	-	2	5
<b>Remuneração total dos auditores</b>	<b>35</b>	<b>6</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>45</b>

Os valores apresentados na tabela anterior são relativos aos honorários pagos à PricewaterhouseCoopers LLP e suas associadas por operações continuadas de negócio. Os honorários pagos a outros auditores não associados à PricewaterhouseCoopers LLP e relativos à auditoria de subsidiárias da Empresa foram de 4M€ (2013: 5M€).

#### Notas

- a Compreende os honorários para a auditoria estatutária das subsidiárias e dos esquemas de pensões associados, tanto no Reino Unido como no exterior, e os honorários pelo trabalho desempenhado pelas associadas da PricewaterhouseCoopers LLP relativamente às demonstrações financeiras consolidadas da Empresa. Os honorários relativos à auditoria dos esquemas de pensões associados foram de 0,2M€ (2013: 0,2M€).
- b Compreende serviços relativos a apresentações estatutárias e regulamentares. Incluem serviços de auditoria para a revisão da informação financeira intercalar de acordo com as Listing Rules da autoridade financeira do Reino Unido.
- c Inclui consultas sobre assuntos fiscais, aconselhamento fiscal relativo a transações e outro planeamento e aconselhamento fiscal.

# Notas às demonstrações financeiras

## Outros assuntos de divulgação necessária

### 43 Riscos financeiros, liquidez e gestão de capital

Para melhorar a transparência e a facilidade de referência, concentrando a informação relacionada num só local, e para reduzir duplicações, as divulgações exigidas pelas IFRS relacionadas com riscos financeiros e recursos de capital foram incluídas na secção de Gestão do Risco e Governação do modo seguinte:

- Risco de Crédito, nas páginas 64 a 90;
- Risco de Mercado, nas páginas 91 a 97;
- Recursos de Capital, nas páginas 98 a 101; e Risco de
- Liquidez, nas páginas 102 a 120.

### 44 Notas às Transições - Alterações em políticas contabilísticas, comparabilidade e outros ajustes

#### Modificações à IAS 32 Instrumentos Financeiros (Compensação de Ativos Financeiros e Passivos Financeiros)

Em dezembro de 2011, o IASB emitiu modificações à IAS 32 Instrumentos Financeiros que permitem esclarecer a aplicação de regras de compensação e as circunstâncias em que a compensação é permitida, especialmente no que constitui um direito legalmente executável de compensação e as circunstâncias em que os sistemas de compensação pelo valor bruto podem ser considerados

Estas modificações não têm qualquer impacto sobre a demonstração de resultados, a demonstração de rendimento integral e a demonstração de alterações no capital próprio. Os impactos sobre o balanço e a demonstração de fluxos de caixa são destacados a seguir.

### Movimento entre o balanço publicado e reexpresso a 31 de dezembro de 2012 e a 31 de dezembro de 2013

#### Grupo

A adoção das modificações à IAS 32 (revista) resultou num aumento dos ativos e passivos totais de 31mM€ e 24mM€ para 2013 e 2012, respetivamente. Isto foi devido à consideração do total de ativos financeiros e de passivos financeiros previamente compensados, como se mostra na tabela seguinte:

#### Balanço consolidado - movimento entre publicado e reexpresso

#### Grupo

A 31 de dezembro	2013		Reexpressão M€	2012		Reexpressão M€
	Publicado Impacto IAS 32 (R) M€	M€		Publicado Impacto IAS 32 (R) M€	M€	
<b>Ativos</b>						
Instrumentos financeiros derivados	324 495	25 965	350 460	469 156	15 984	485 140
Empréstimos e adiantamentos a bancos	38 253	1 569	39 822	40 871	1 337	42 208
Empréstimos e adiantamentos a clientes	430 410	3 827	434 237	423 906	6 695	430 601
<b>Ativos totais</b>	<b>1 312 840</b>	<b>31 361</b>	<b>1 344 201</b>	<b>1 488 761</b>	<b>24 016</b>	<b>1 512 777</b>
<b>Passivos</b>						
Depósitos de bancos	54 834	781	55 615	77 012	333	77 345
Contas de clientes	427 936	4 096	432 032	385 500	5 417	390 917
Instrumentos financeiros derivados	320 634	26 484	347 118	462 721	18 266	480 987
<b>Passivos totais</b>	<b>1 249 620</b>	<b>31 361</b>	<b>1 280 981</b>	<b>1 428 838</b>	<b>24 016</b>	<b>1 452 854</b>

## O Banco

A adoção das modificações à IAS 32 (revista) resultou num aumento dos ativos e passivos totais de 9mM£ e 13mM£ para 2013 e 2012, respetivamente. Isto foi devido à consideração do total de ativos financeiros e de passivos financeiros previamente compensados, como se mostra na tabela seguinte:

## Banco

A 31 de dezembro	2013		Reexpressão M£	2012		Reexpressão M£
	Publicado Impacto IAS 32 (R) M£	M£		Publicado Impacto IAS 32 (R) M£	M£	
<b>Ativos</b>						
Instrumentos financeiros derivados	337 566	7 868	345 434	476 129	9 057	485 186
Empréstimos e adiantamentos a bancos	50 105	1 545	51 650	51 175	1 337	52 512
Empréstimos e adiantamentos a clientes	463 044	(461)	462 583	474 723	2 765	477 488
<b>Passivos</b>						
Depósitos de bancos	63 892	775	64 667	83 741	332	84 073
Contas de clientes	497 320	(61)	497 259	481 126	3 282	484 408
Instrumentos financeiros derivados	326 985	8 238	335 223	466 321	9 545	475 866

### Outras reexpressões

O balanço de 2013 e de 2012 foram reexpressos para refletir a compensação adicional relativa a acordos de revenda e acordos de recompra entre o Banco e as subsidiárias do Grupo. Os acordos de revenda e os acordos de recompra diminuíram em 39.5mM£ em 2013 (2012: 35.7mM£).

### Impacto da IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação (Revista) do balanço a 31 de dezembro de 2014 Grupo

A adoção das alterações à IAS 32 originou uma variação de 53.6mM£ no balanço.

### Impacto da IAS 32 revista sobre o balanço consolidado

#### Grupo

A 31 de dezembro de 2014	Impacto da IAS 32 (R)
<b>Ativos</b>	
Instrumentos financeiros derivados	50 557
Empréstimos e adiantamentos a bancos	76
Empréstimos e adiantamentos a clientes	2 939
<b>Ativos totais</b>	<b>53 572</b>
<b>Passivos</b>	
Depósitos de bancos	(15)
Contas de clientes	4 063
Instrumentos financeiros derivados	49 524
<b>Passivos totais</b>	<b>53 572</b>

# Notas às demonstrações financeiras

## Outros assuntos de divulgação necessária

### Banco

A adoção das alterações à IAS 32 originou uma variação de 8.5mM£ no balanço.

### Banco

Impacto da IAS 32 (R)

A 31 de dezembro de 2014

Ativos	
Instrumentos financeiros derivados	9 295
Empréstimos e adiantamentos a bancos	(143)
Empréstimos e adiantamentos a clientes	(652)
<b>Ativos totais</b>	<b>8 500</b>
Passivos	
Depósitos de bancos	(149)
Contas de clientes	(1 324)
Instrumentos financeiros derivados	9 973
<b>Passivos totais</b>	<b>8 500</b>

### Impacto da IAS 32 - Instrumentos Financeiros: (Revista) sobre a demonstração de fluxos de caixa a 31 de dezembro de 2014

#### Grupo

A adoção das alterações à IAS 32 teve impacto sobre as disponibilidades líquidas provenientes das atividades operacionais, que diminuíram 1.493ME.

#### Impacto da IAS 32 revista sobre a demonstração de fluxos de caixa consolidados.

#### Grupo

Para o ano terminado a 31 de dezembro de 2014	Pré-IAS 32 Impacto IAS 32 (R)		Reexpressão ME
	ME	ME	
Operações continuadas			
Alterações nos ativos e passivos operacionais			
Aumento/(diminuição) líquido dos empréstimos e adiantamentos a bancos e clientes	2 650	888	3 538
Aumento/(diminuição) líquido dos depósitos e títulos de dívida emitidos	(1 154)	(829)	(1 983)
<b>Aumento/(diminuição) líquido de instrumentos financeiros derivados</b>	<b>4 138</b>	<b>(1 552)</b>	<b>2 586</b>
<b>Disponibilidades líquidas provenientes de atividades operacionais</b>	<b>(10 598)</b>	<b>(1 493)</b>	<b>(12 091)</b>
<b>Aumento/(diminuição) líquido do numerário e de valores equiparáveis</b>	<b>(1 782)</b>	<b>(1 493)</b>	<b>(3 275)</b>
Numerário e valores equiparáveis no início do ano	80 185	1 569	81 754
<b>Numerário e valores equiparáveis no fim do ano</b>	<b>78 403</b>	<b>76</b>	<b>78 479</b>
Numerário e valores equiparáveis compreendem:			
Empréstimos e adiantamentos a bancos com vencimentos originais inferiores a três meses.	36 206	76	36 282
	<b>78 403</b>	<b>76</b>	<b>78 479</b>

## O Banco

A adoção das alterações à IAS 32 teve impacto sobre as disponibilidades líquidas provenientes das atividades operacionais, que diminuíram 1.687M€.

### Impacto da IAS 32 revista sobre a demonstração de fluxos de caixa consolidados

#### Banco

Para o ano terminado a 31 de dezembro de 2014	Pré-IAS 32	Impacto IAS 32 (R)	Reexpress
	M€	M€	M€
Operações continuadas			
Alterações nos ativos e passivos operacionais			
Aumento/(diminuição) líquido dos empréstimos e adiantamentos a bancos e clientes	26 489	191	26 680
(Diminuição) líquida dos depósitos e títulos de dívida emitidos	(63 305)	(2 186)	(65 491)
Aumento/(diminuição) líquido de instrumentos financeiros derivados	2 944	307	3 251
Disponibilidades líquidas provenientes de atividades operacionais	(6 175)	(1 687)	(7 862)
Aumento/(diminuição) líquido do numerário e de valores equiparáveis	(3 940)	(1 687)	(5 627)
Numerário e valores equiparáveis no início do ano	64 810	1 545	66 355
Numerário e valores equiparáveis no fim do ano	60 870	(142)	60 728
Numerário e valores equiparáveis compreendem:			
Empréstimos e adiantamentos a bancos com vencimentos originais inferiores a três meses.	24 685	(142)	24 543
	60 870	(142)	60 728

### Movimento entre a demonstração de fluxos de caixa publicado e reexpressa a 31 de dezembro de 2012 e a 31 de dezembro de 2013 Grupo

A adoção das alterações à IAS 32 teve impacto sobre as disponibilidades líquidas provenientes das atividades operacionais, que aumentaram 232M€ e 207€ em 2013 e 2012, respetivamente.

### Demonstração de fluxos de caixa consolidados - movimento entre publicado e reexpresso

Grupo	2013			2012		
	Publicado	Impacto da IAS 32 (R)	Reexpressão	Publicado	Impacto da IAS 32 (R)	Reexpress
	M€	M€	M€	M€	M€	M€
Operações continuadas						
Alterações nos ativos e passivos operacionais						
Aumento/(diminuição) líquido dos empréstimos e bancos e clientes	(6 774)	2 868	(3 906)	767	(1 274)	(507)
Aumento/(diminuição) líquido dos depósitos e dívida títulos emitidos	(12 574)	(873)	(13 447)	(4 312)	187	(4 125)
Aumento/(diminuição) líquido de financeiros derivados instrumentos	2 574	(1 763)	811	4 405	1 294	5 699
Disponibilidades líquidas provenientes de atividades	(25 514)	232	(25 282)	(15 121)	207	(14 914)
Aumento/(diminuição) líquido do numerário e de valores equiparáveis	(41 711)	232	(41 479)	(27 873)	207	(27 666)
Numerário e valores equiparáveis no início do ano	121 896	1 337	123 233	149 769	1 130	150 899
Numerário e valores equiparáveis no fim do ano	80 185	1 569	81 754	121 896	1 337	123 233
Numerário e valores equiparáveis compreendem:						
Empréstimos e adiantamentos a bancos com vencimentos originais inferiores a três meses.	33 690	1 569	35 259	33 473	1 337	34 810
	80 185	1 569	81 754	121 896	1 337	123 233

# Notas às demonstrações financeiras

## Outros assuntos de divulgação necessária

### Banco

A adoção das alterações à IAS 32 teve impacto sobre as disponibilidades líquidas provenientes das atividades operacionais, que aumentaram 208M€ e 207M€ em 2013 e 2012, respetivamente.

Banco	2013			2012		
	Publicado Impacto IAS 32 (R)		Reexpressão	Publicado Impacto IAS 32 (R)		Reexpressão
	M€	M€	M€	M€	M€	M€
Operações continuadas						
Alterações nos ativos e passivos operacionais						
Aumento/(diminuição) líquido dos empréstimos e bancos e clientes	7 704	3 226	10 930	42 571	1 019	43 590
(Aumento)/diminuição líquida de vendas acordos e de outros empréstimos garantidos de forma	(8 006)	3 891	(4 115)	(12 848)	9 064	(3 784)
Aumento/(diminuição) líquido dos depósitos e dívida títulos emitidos	(26 015)	(2 900)	(28 915)	2 762	(331)	2 431
(Aumento)/diminuição líquida de recompras acordos e de outros empréstimos garantidos de forma	992	(3 891)	(2 899)	(6 305)	(9 064)	(15 369)
Aumento/(diminuição) líquido de financeiros derivados instrumentos	(772)	(118)	(890)	1 276	(481)	795
Disponibilidades líquidas provenientes de atividades	(26 564)	208	(26 356)	(4 256)	207	(4 049)
Aumento/(diminuição) líquido do numerário e de valores equiparáveis	(42 854)	208	(42 646)	(20 908)	207	(20 701)
Numerário e valores equiparáveis no início do ano	107 664	1 337	109 001	128 572	1 130	129 702
Numerário e valores equiparáveis no fim do ano	64 810	1 545	66 355	107 664	1 337	109 001
Numerário e valores equiparáveis compreendem:						
Empréstimos e adiantamentos a bancos com vencimentos originais inferiores a três meses.	22 204	1 545	23 749	25 304	1 337	26 641
	64 810	1 545	66 355	107 664	1 337	109 001

#### 45 Ativos não correntes detidos para venda e passivos associados

##### Contabilização de ativos não correntes detidos para venda e passivos associados

O grupo aplica a IFRS 5 Ativos não correntes detidos para venda e operações

Os ativos não correntes (ou grupos a alienar) são classificados como detidos para venda quando a recuperação do seu valor contabilístico depender mais de uma transação (de venda do que do uso continuado). Para ser classificado como detido para venda, o ativo deve estar disponível para venda imediata na sua condição presente, sujeito apenas aos termos usuais e costumeiros, e a venda deve ser altamente provável. Os ativos não correntes (ou grupos a alienar) detidos para venda são valorizados pelo menor entre o valor contabilístico e o justo valor menos o custo da venda.

#### Grupo

##### Ativos classificados como detidos para venda

	Negócio Espanhol		Total 2014	Total 2013
	2014	Outros 2014		
	M€	M€	M€	M€
Instrumentos financeiros disponíveis para venda	10	152	162	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	13 177	1 766	14 943	-
Imóveis, instalações e equipamentos	-	92	92	280
Ativos por impostos diferidos	291	-	291	-
Outros ativos	439	118	557	215
<b>Total</b>	<b>13 917</b>	<b>2 128</b>	<b>16 045</b>	<b>495</b>
Saldo de imparidades por afetar de acordo com a IFRS 5	(471)	-	(471)	-
<b>Total acordado para o balanço consolidado</b>	<b>13 446</b>	<b>2 128</b>	<b>15 574</b>	<b>495</b>

##### Passivos classificados como detidos para venda

	Negócio Espanhol		Total 2014	Total 2013
	2014	Outro 2014		
	M€	M€	M€	M€
Depósitos de bancos	(4 312)	(1)	(4 313)	-
Contas de clientes	(6 612)	(215)	(6 827)	-
Acordos de recompra e outros empréstimos garantidos de forma similar	(77)	-	(77)	-
Outras responsabilidades	(1 839)	(59)	(1 898)	-
<b>Total</b>	<b>(12 840)</b>	<b>(275)</b>	<b>(13 115)</b>	<b>-</b>

# Notas às demonstrações financeiras

## Outros assuntos de divulgação necessária

### Banco

#### Ativos classificados como detidos para venda

	Negócio Espanhol			Total 2013
	2014	Outro 2014	Total 2014	
	M€	M€	M€	
Instrumentos financeiros disponíveis para venda	-	152	152	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	390	390	-
Imóveis, instalações e equipamentos	-	41	41	42
Outros ativos	-	37	37	-
<b>Total</b>	-	620	620	42
<b>Total acordado para o balanço consolidado</b>	-	620	620	42

#### Ativos classificados como detidos para venda

	Negócio Espanhol			Total 2013
	2014	Outro 2014	Total 2014	
	€m	€m	€m	
Depósitos de bancos	-	(1)	(1)	-
Contas de clientes	-	(215)	(215)	-
Outras responsabilidades	-	(59)	(59)	-
<b>Total</b>	-	(275)	(275)	-

#### Venda do negócio Espanhol

O grupo a alienar inclui todos os ativos e passivos do Barclays Bank S.A.U. e das suas filiais. Estes foram alienados como parte da racionalização do segmento Não Central do Grupo, anunciada na Atualização Estratégica de 8 de maio de 2014.

A venda, inicialmente anunciada no mercado a 31 de agosto de 2014, foi concluída a 2 de janeiro de 2015. É reconhecido um abate ao justo valor menos custos de venda de 734M€ no grupo a alienar, dos quais 263M€ foram atribuídos contra o valor contabilístico dos ativos individuais no âmbito dos requisitos de mensuração da IFRS 5, e foram atribuídos 471M€ ao grupo a alienar como um todo.

É reconhecida uma perda de 446M€ na Demonstração de Resultados sob (perdas)/lucros com alienação de subsidiárias, associadas e joint ventures. Isto reflete o impacto líquido do abate de ativos de acordo com a IFRS 5 no valor de 734M€ e outros custos de transação relacionados de 27M€, parcialmente compensados pelo ganho de 315M€ em instrumentos de cobertura relacionados. As perdas acumuladas de 100M€ em reservas para flutuações cambiais serão reconhecidas na conclusão da venda.

#### Venda da Carteira de Empréstimos Barclaycard

Outros ativos incluem 1.7mM€ relativos a uma carteira de crédito a clientes, destinada a ser vendida durante o primeiro semestre de 2015, como parte da estratégia para desinvestimento no segmento Não Central do Grupo.

Não foram reconhecidos abates de acordo com a IFRS 5, já que se espera que o justo valor menos custos de venda exceda o valor contabilístico atual.